

AUTOGESTÃO,
COOPERATIVA,
ECONOMIA SOLIDÁRIA

AVATARES DO TRABALHO E DO CAPITAL

Copyright © 2011 Maurício Sardá de Faria

Capa

Tiago Roberto da Silva

Foto da capa

Dimitri Castrique

Editoração eletrônica

Carmen Garcez, Tiago Roberto da Silva

Bibliotecária

Luiza Helena Goulart da Silva

F224 Faria, Maurício Sardá de.

Autogestão, cooperativa, economia solidária: avatares do trabalho e do capital / Maurício Sardá de Faria – Florianópolis: UFSC, 2011.
589 p.; 14,8 x 21 cm.

ISBN: 978-85-61682-63-7

1. Trabalho coletivo 2. Cooperativismo 3. Economia social. 4. Autogestão. I. Faria, Maurício Sardá de.

CDD 371.2

=====
2011
=====

Todos os direitos reservados a

Editoria Em Debate

Campus Universitário da UFSC – Trindade

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Bloco anexo, sala 301

Telefone: (48) 3338-8357

Florianópolis – SC

www.editoriaemdebate.ufsc.br

www.lastro.ufsc.br

Impresso no Brasil

MAURÍCIO SARDÁ DE FARIA

AUTOGESTÃO,
COOPERATIVA,
ECONOMIA SOLIDÁRIA

AVATARES DO TRABALHO E DO CAPITAL

Florianópolis

2011

Para o pequeno João.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
APRESENTAÇÃO.....	11
INTRODUÇÃO	13
Autogestão: problema do passado ou do futuro?.....	21
O “novo cooperativismo” no Brasil.....	25
Brasil: radiografia do campo de práticas.....	32
Desenvolvimento da investigação.....	36
Síntese, forma de exposição e capítulos.....	39
1. DO COOPERATIVISMO À ECONOMIA SOCIAL	43
Introdução.....	43
Robert Owen – Rochdale: Paul Singer e os implantes socialistas	48
Marx, Engels e o socialismo pré-48.....	65
Robert Owen e a criação do meio cooperativo	80
O socialismo utópico francês: Saint-Simon e Fourier	101
O problema da associação na prática: os canuts	142
Das associações de produção à economia social	164
a) Primeiro Período (1830-1851)	170
b) Segundo Período (1850-1871).....	189
c) Terceiro Período (1871-1912).....	204
A economia social como utopia pragmática	240

2. AUTOGESTÃO E AUTONOMIA OPERÁRIA.....	251
Introdução	251
João Bernardo e a dialética dos conflitos sociais.....	255
Autogestão como prática social	278
Autogestão e capitalismo	296
A autogestão na Revolução dos Cravos (1974-1975).....	317
Alguns condicionamentos do 25 de Abril.....	319
Síntese panorâmica das lutas sociais na Revolução dos Cravos.....	327
Apontamentos sobre as lutas autônomas na Revolução dos Cravos.....	378
3. AUTOGESTÃO, COOPERATIVA, ECONOMIA SOLIDÁRIA:	
A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA.....	389
Antecedentes do cooperativismo e da autogestão no Brasil	394
Do caso Makerli à Anteag.....	421
Autogestão e sindicalismo: ADS/CUT e Unisol dos Metalúrgicos.....	462
E a autogestão chega ao Estado (RS, SP, DF)	499
A economia solidária como economia dos gestores	526
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	539
LISTA DAS PRINCIPAIS SIGLAS.....	553
REFERÊNCIAS	555

PREFÁCIO

Nestes tempos de crise econômica e social, mais duradoura do que o período definido e desejado pelos oráculos do mercado financeiro, o sistema do capital se apresenta diante de uma bifurcação com múltiplas escolhas ou caminhos, sendo que o do próprio capital é apenas um deles, ou seja, não é mais único, como teimavam os neoliberais.

Se o sistema de exploração na forma efetiva de capital, a forma salarial, está parcialmente em ruínas, não significa o mesmo em relação à centralidade do trabalho, como também vaticinaram teóricos e ideólogos pós-modernos. Embora agora silenciem, face o quase consenso em torno da busca de políticas por mais empregos precarizados, como proposições que ganham praticamente todos os governos do capitalismo tardio e dependente. Quase consenso porque os autores mais críticos e criteriosos, e as práticas experimentadas por incontáveis trabalhadores em diferentes partes do mundo, lembram que persiste como renovada a possibilidade de auto-organização dos trabalhadores.

Este é um dos méritos do livro do professor Maurício Sardá de Faria: coloca na ordem do dia a autogestão, o cooperativismo e outras formas de solidariedade, por dentro e para além do capital.

Como “avatares do trabalho e do capital”, as lutas autônomas e autogestionárias, mesmo por vezes constringidas pelo controle de burocracias sindicais, arrancam das contradições as utopias e práticas de um renovado romantismo do século XIX, a possibilidade de vivermos juntos.

Com base em um dos mais completos estudos bibliográficos sobre o assunto e na análise de casos realmente existentes

– com sonhos e limitações – de empresas tomadas e tornadas autogestionárias, o autor retoma um desafio dos tempos de Fourier: o que seria o direito ao trabalho hoje? Ser empregado? A “felicidade” de ter patrão? Ou o direito de serem os próprios trabalhadores os organizadores do processo de produção na abolição da condição de assalariados?

Essas questões, como pesquisa criteriosa e balizada reflexão, fazem deste livro uma referência original e imprescindível. Em boa hora a Editoria Em Debate e o professor Maurício contribuem nos propondo novos desafios.

Fernando Ponte de Sousa

Professor do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da UFSC e coordenador do Laboratório de Sociologia do Trabalho (LASTRO).

APRESENTAÇÃO

Este livro é uma versão ligeiramente modificada da tese de doutoramento defendida em setembro de 2005 no Programa de Pós-graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Optamos por preservar a estrutura e conteúdo de todos os capítulos, modificando apenas algumas passagens do texto com o intuito de tornar sua leitura mais direta e agradável aos possíveis leitores.

Ficamos tentados em atualizar o item III.4, que trata do espaço institucional das políticas públicas de economia solidária no governo federal, durante os dois governos Lula. Essa intensão fundamentava-se em duas questões: primeiro, em função de os dados com os quais trabalhamos no momento da elaboração da tese serem aqueles disponíveis em 2004, ou seja, compreendiam apenas os dois primeiros anos de existência da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no governo federal, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); segundo, pelo fato de o autor ter atuado na própria SENAES na construção das políticas públicas de economia solidária no Brasil, experiência que se estendeu do final de 2005 até o início de 2011.

No entanto, optamos por manter o texto conforme apresentado à banca examinadora em 2005, remetendo aos artigos que recentemente fizeram uma avaliação da política pública de economia solidária realizada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária. Neste aspecto, no que diz respeito ao estágio

alcançado pelas políticas públicas de economia solidária no Brasil, deve-se compreender o texto que estamos apresentando como sendo datado, refletindo o momento e as informações que condicionaram o momento da sua redação.

Foram muitos aqueles que ajudaram de uma maneira direta ou indireta na realização da pesquisa e elaboração da tese, e procurei nomeá-los no texto original apresentado à banca. Neste momento, gostaria apenas de registrar meu agradecimento especial ao meu orientador, Prof. Fernando Ponte de Sousa, pelo diálogo virtuoso e reflexão crítica aguçada que sempre proporcionou sobre o tema e as questões da sociologia e da política, bem como pelo espírito de colaboração e os debates pertinentes que marcaram os momentos com os colegas do LASTRO (Laboratório de Sociologia do Trabalho/UFSC).

Tenho também uma dívida imensa com os companheiros Claudio Nascimento e Henrique Novaes, com os quais venho compartilhando experiências e reflexões ao longo dos últimos anos, fazendo alargar o meu campo de visão sobre o problema das lutas autônomas e autogestionárias. Devo aos dois amigos grande parte do percurso que percorri nos últimos anos nas instituições públicas e agora na universidade.

Em que pese o reconhecimento às contribuições que resultaram neste trabalho, nunca é demais deixar registrado que são minhas as deficiências ou insuficiências do texto.

Maurício Sardá de Faria

INTRODUÇÃO

*Sozinho de brancura, eu vago – Asa
De rendas que entre cardos só flutua...
– Triste de Mim, que vim de Alma prà rua,
E nunca a poderei deixar em casa...*

Mário de Sá-Carneiro
(1890-1916)

Vem de algum tempo o interesse pelo fenômeno da autogestão. A curiosidade inicial pelo sentido da palavra cruzou com o desconforto provocado pelo encontro com a teoria da classe dos gestores, a ciência da administração. Dito de outro modo, a necessidade de entender criticamente a teoria gestorial apontou para o rastro do significado do termo autogestão, tentativa realizada inicialmente no interior e em contraposição ao próprio campo da teoria geral da administração, isto é, da forma capitalista de organização da produção e do poder nas unidades produtivas, dos mecanismos de extorsão da mais-valia. Estava, porém, lançado em direção a uma vertente de reflexão e crítica social que parte da rejeição a toda ortodoxia, aí incluído, por certo, o marxismo ortodoxo.

Para evitar deixar lacunas logo de início, vale dizer que foi marcante nesta altura o encontro com a obra de Maurício Tragtenberg, pensador brasileiro e sensibilidade autogestionária tão aguda. Autodenominando-se marxista-anarquizante, ou heterodoxo, Tragtenberg estava longe de pretender religar algo disjunto. Mas articulava, com o enunciado, a defesa do marxismo, explicação econômica da exploração da força de trabalho sob o capitalismo, e a valorização da crítica anarquista à esfera das superestruturas, o reino das mediações, do poder e do Estado. Esta perspectiva só poderia resultar num pensamento distanciando relativamente às duas correntes teóricas socialistas.¹ Numa obra publicada no início dos anos 80, precisamente com o título *Marxismo Heterodoxo*, Tragtenberg reúne textos de autores situados neste campo teórico, notadamente Herman Gorter, Jan W. Makahiski e Amadeu Bordiga, assinalando a ausência de Anton Panekoek e Paul Matick.² Tal corrente de pensamento é definida como uma leitura de Marx que foge aos moldes ortodoxos do marxismo-leninismo, colocando em discussão as noções de ditadura do proletariado e de partido hegemônico.

Essa identificação preliminar da ideia de heterodoxia, enquanto de crítica social referenciada no marxismo, recebeu de João Bernardo musculatura, notadamente na obra *Economia dos conflitos sociais*. A distinção entre o marxismo “das forças produtivas” e o “das relações de produção”³, vertentes que se articulam contraditoriamente na própria obra de Marx, ganhou

¹ TRAGTENBERG, Maurício. Fim do socialismo ou crise do Estado burocrático. In.: **Plural** – Revista da APUFSC/SSIND. Ano I, n. 1, jul./dez. 1991. p. 28-36.

² Idem. **Marxismo heterodoxo**. Maurício Tragtenberg [Org.]. São Paulo: Brasiliense: 1981.

³ BERNARDO, João. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo: Cortez, 1991. p. 309-315. Maurício Tragtenberg e João Bernardo mantiveram uma estreita colaboração a partir dos anos 80. Na orelha desta obra de João Bernardo, Tragtenberg escreve uma apresentação e destaca que “A *Economia dos Conflitos Sociais* tem o mesmo valor para a análise marxista que a *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* de Hegel teve para o idealismo alemão do século passado”.

diferentes contornos nos processos históricos de ruptura social, dando origem ao surgimento de campos próprios e antagônicos. De forma muito breve, o marxismo ortodoxo ou das forças produtivas apoia-se nas teses em que Marx opera a neutralização ou naturalização de elementos definidores do capitalismo, como ao tomar o mercado pelo mito da livre-concorrência ou isolar a maquinaria e a organização do processo de trabalho fabril do sistema que os produziu. Assim, o entusiasmo de Marx para com o desenvolvimento da maquinaria e da organização do sistema de fábrica era contrastado com a desorganização do mercado, a anarquia que teria lugar nesta esfera. Daí que o desenvolvimento das forças produtivas engendraria a ruptura e a superação deste modo de produção, constituindo-se na base para o modo de produção futuro.⁴ Porém, essa neutralização das forças produtivas e da organização do processo de trabalho acaba por escamotear o ponto central das relações de exploração e tornar sem efeito o problema da mais-valia. E, por isso, pôde a classe dos gestores (burocratas, tecnocratas etc.) apresentar estas teses como pretendendo a superação do capitalismo, quando mais não fazem do que reproduzi-lo sob novas bases, configurando-se numa das “ideologias da reorganização e do desenvolvimento do poder capitalista”.⁵

⁴ “...o capitalismo articularia contraditoriamente a desorganização do mercado e a organização fabril e seria esta última que, desenvolvendo-se, constituiria a base da passagem ao modo de produção futuro, ao socialismo. Aquilo que de mais específico o capitalismo apresentaria foi assimilado ao mercado livre-concorrencial, e o sistema de organização das empresas, as técnicas de gestão, a disciplina da força de trabalho, a maquinaria, embora nascidos e criados no capitalismo, fundamentariam a sua ultrapassagem e conteriam em germe as características do futuro modo de produção. Por isso denomino esta corrente de marxismo das forças produtivas. Seriam elas a base da ruptura e da transformação.” Id. *Ibid.*, p. 310.

⁵ “Marx e todos os que seguem nesta corrente assimilam o socialismo ao triunfo dos gestores no interior do capitalismo e, ao mesmo tempo, identificam o capitalismo com o predomínio de um tipo de mercado supostamente regido pela livre-concorrência. Cada uma destas confusões é necessária condição ideológica da outra. Por isso

Contrariamente à corrente do marxismo das forças produtivas, o marxismo das relações de produção toma a classe dos trabalhadores em luta contra o regime que lhes oprime e explora como base para a superação do capitalismo e a instauração de um novo modo de produção. Para o marxismo heterodoxo, assumir uma posição crítica em relação às instituições de poder significa centrar a atenção nas formas que assume e pelas quais a exploração se efetiva. E isso apesar de o processo das lutas dos trabalhadores ter resultado em regimes que reivindicam o caráter socialista, mas que os mantêm afastados do controle sobre os meios de produção, da organização do processo de trabalho e da destinação do produto. Para João Bernardo, a obra marxiana abriga esta corrente crítica precisamente naquelas teses em que Marx...

“...atribui à mais-valia o lugar central e, portanto, concebe o modo de produção, acima de tudo, como um modo de exploração, definindo-se como seu fundamento dadas relações sociais. São então as relações sociais que explicam as forças produtivas, às quais seria logicamente impossível atribuir, neste contexto, qualquer neutralidade ou autonomia de desenvolvimento. Desempenhando as relações sociais de produção um papel de tal modo global e determinante, só no seu nível poderá ser analisada a problemática da passagem ao modo de produção seguinte. O que significa que, como as relações de produção se estruturam pela mais-valia e são, portanto, contraditórias, é ao nível das lutas sociais que tal problemática deverá ser analisada.”⁶

Esta ponte lançada entre Maurício Tragtenberg e João Ber-

todos – todos sem exceção – os que continuam hoje a restringir o capitalismo à sua fase miticamente livre-concorrencial, ou seja, na realidade, aos períodos iniciais do processo de concentração e de centralização, estão a atribuir à classe dos gestores a capacidade histórica de ter transformado o capitalismo em um outro modo de produção.” Id. Ibid., p. 313.

⁶ Id. Ibid., p. 314.

nardo só foi por nós realizada após algum tempo, passando a estruturar as reflexões que se seguiram e o percurso realizado desde então em organizações de classe e instituições públicas. Antes disso, veio a possibilidade de estudar a experiência dos mineiros de Criciúma (Santa Catarina), quando os trabalhadores assumiram (após longo processo de luta) o controle da Massa Falida CBCA (Cia. Bras. Carbonífera Araranguá), a transformaram na Cooperminas e assim a mantêm há mais de desde o final da década de 80, com todos os desafios e dificuldades. O contato com a realidade dos mineiros entretidos com a gestão da empresa, a história das lutas para garantir a sua reabertura, os casos delicados de revogabilidade do mandato de representantes dos trabalhadores, a aparição e ocultamento dos gestores que se apossaram do poder, o papel do sindicato, as indecisões, as tomadas de decisão, o controle e o poder, a exploração... Inúmeros ângulos, mas nem todos pudemos perceber no tempo da pesquisa.⁷

Como o acaso também joga, um processo de escolha nem sempre explicável levou-nos para outro lado, geograficamente ao menos, em direção ao “caso Makerli”, uma fábrica de calçados em Franca (São Paulo) reaberta pelos trabalhadores mediante o empenho das suas dívidas trabalhistas em troca dos maquinários.⁸ Desde o início, a expressão autogestão figurou como referência ao projeto de reabertura da fábrica e seu funcionamento sob controle dos trabalhadores.

⁷ FARIA, Maurício S. **Massa-Falida CBCA: proposta de leitura weberiana numa experiência de gestão operária.** Florianópolis: UFSC, 1992. Sobre a experiência dos mineiros de criciúma, ver também: FANTIN, Márcia. **Os significados da experiência de gestão de uma mina pelos trabalhadores em Criciúma/SC nas malhas das relações de poder.** Florianópolis, UFSC, 1992. [Dissertação de Mestrado em Antropologia Social].

⁸ Sobre a experiência dos sapateiros de Franca, ver: FARIA, Maurício Sardá de. “...se a coisa é por aí, que autogestão é essa?” Um estudo da experiência “autogestionária” dos trabalhadores da Makerli Calçados. Florianópolis, UFSC, 1997. [Dissertação de Mestrado em Administração]. E, também: MARTINS, Luci Helena. **Reflexões sobre um acontecimento social na área fabril.** A experiência autogestionária da Makerli. Franca/SP, UNESP, 1998. [Tese de Mestrado em Serviço Social].

Se critério houve para justificar a escolha pela realização de um estudo mais atento da experiência de Franca, esse foi a pressuposição que a proximidade com São Paulo insinuava, ou o fato de ser um setor do operariado industrial, com histórias de greves também longínquas. Na verdade, essa hipótese subliminar fez aumentar a expectativa com o alcance da experiência. Embora proveniente de uma decisão quase intuitiva, essa tentativa de compreender as experiências de reabertura de fábricas falidas que emergiram no início dos anos noventa permitiu o acompanhamento simultâneo do surgimento de um *cooperativismo autêntico* no Brasil, cujas experiências avançaram neste período, com a criação de associações e a conquista de espaços sociais importantes.⁹

Vale adiantar algo sobre o caso Makerli. O estudo realizado sobre esta experiência, sob inspiração do marxismo heterodoxo, acabou apontando alguns caminhos para a compreensão do fenômeno e permitiu que a investigação prosseguisse com a reformulação de algumas teses e a reafirmação de outras. O argumento central girava em torno de um problema-sentença: a transferência da propriedade e a transformação de todos os trabalhadores em “donos” da empresa não foram suficientes frente à manutenção e sustentação política dos quadros técnicos, dos gestores que dirigiam e representavam a Associação dos Trabalhadores.

Por isso, é bom desde logo registrar o cuidado que se deve ter quando se pretende dedicar à Makerli o atributo de “LIP bra-

⁹ Utilizo aqui a expressão *cooperativismo autêntico* para diferenciar as experiências que resultam da reabertura de fábricas falidas em relação ao campo cooperativista tradicional que, no Brasil, organiza-se em torno da estrutura da OCB (Organização Cooperativista Brasileira). Adiante, passo a utilizar a expressão *cooperativas de resistência*, que me parece uma expressão mais próxima do conteúdo do fenômeno nos dias atuais. A expressão *autêntico* pode sugerir um paralelo com a expressão *sindicalismo autêntico*, dedicado ao sindicalismo desenvolvido pela CUT (Central Única dos Trabalhadores) nos seus primeiros tempos. De fato, a maioria das experiências que conheço surgiram em empresas na base do sindicalismo Cutista. No capítulo terceiro abordo a ação da Central neste campo.

sileira”, em referência à experiência dos trabalhadores da fábrica de relógios em Besançon (França). Os LIP foram responsáveis, dentre outras coisas, por colocar a autogestão como problema nacional (e internacional) no processo que levou à ocupação da empresa, sequestração dos estoques e auto-comercialização do produto, garantindo por vários meses o pagamento dos salários. Para além da manutenção dos postos de trabalho, o caso LIP colocou em questão as relações de propriedade e o poder de mobilidade do capital, medulas do sistema, como veremos adiante.

A importância do caso Markerli para o desenvolvimento deste campo do cooperativismo e da autogestão no Brasil, nos últimos quinze anos, não decorre dos mecanismos de democratização das relações de trabalho tornados efetivos, nem mesmo, como veremos em pormenor no terceiro capítulo, da criatividade e autonomia demonstradas pelos trabalhadores no controle da fábrica de sapatos. Os limites foram graves, deixando as ambiguidades e contradições à flor da pele. Ao mesmo tempo, a experiência ganha relevância quando olhamos para o espaço social adquirido no processo da sua existência, pelo estímulo e inspiração que representou para a ampliação do número de cooperativas autênticas no Brasil. Esse espaço social ocupado pela Makerli desdobrou-se, dentre várias perspectivas, na criação da Associação Nacional dos Trabalhadores em Autogestão (Anteag).

De fato, o surgimento da Anteag deve-se, em grande parte, à experiência da Makerli, e a derrocada de uma teve certamente impacto na outra. Porém, por se tratar de uma correspondência nem sempre bem compreendida, a trajetória desta instituição central no desenvolvimento do que hoje é comum chamar economia solidária, e também para a difusão do termo autogestão no Brasil, receberá uma atenção especial na nossa exposição, quando se pretende chegar o mais próximo dos dias atuais, até a ampliação do campo das fábricas recuperadas durante o governo Lula.

Porém, o estudo da autogestão não pode ficar limitado a um somatório de experiências passadas. Existe a tendência de se buscar um modelo ideal a ser perseguido pelo movimento operário no processo da sua própria emancipação social, o que resulta na transformação da autogestão em programa. Por outro lado, quando emerge nos momentos de ruptura social, o fenômeno da autogestão, embora sempre reconhecível, é produzido de forma quase sempre enigmática, o que torna difícil alcançar seus processos originários. Aparições curtas e intensas, sobrevivendo em estados insurreccionais e situações absolutamente defensivas, como na Comuna de Paris, mas também em momentos de ascensão do capitalismo mundial, como por exemplo nas jornadas que se seguem ao maio de 68.

O ideal-tipo de autogestão seduziu-me por algum tempo, direcionando o foco para aspectos por vezes marginais, mas que ganhavam importância ao mostrarem planos diferentes e difusos do fenômeno, nuances de ambiguidades e contradições próprias do terreno social em que estavam embebidos. Nesta busca pelo modelo, era amparado de certa maneira por projetos arrojados provenientes de fontes conhecedoras do assunto, porque o haviam vivido à sua maneira. A “usina do plano” de Castoriadis, por exemplo, estava recheada pelas experiências autogestionárias da década de 60 e 70. Cedendo à tentação, Castoriadis chegou a modelar uma sociedade com a democracia radicalizada, onde as pessoas autogeriam a produção e a cidade com o auxílio de um supercomputador com a altura de um edifício, capaz e responsável pelo ordenamento e harmonização das demandas e ofertas das coletividades de produção, dos seus produtos e serviços.¹⁰

O tempo passou e o tema, antes restrito a alguns círculos socialistas, ganhou campo e enveredou no Brasil por caminhos múltiplos. Na segunda metade dos anos 90, a autogestão come-

¹⁰ CASTORIADIS, Cornélius. **Socialismo ou barbárie**: o conteúdo do socialismo. São Paulo: Brasiliense, 1983.

çou a figurar ao lado do cooperativismo quase que instantaneamente. Nos dias de hoje, a expressão economia solidária parece abranger ambos os fenômenos, como se fizesse parte do horizonte histórico da classe trabalhadora brasileira, o que não se confirma e consiste em outro tema a ser tratado.

O horizonte passado ajuda a entender as confusões presentes. Por hora, vale registrar o testemunho de Cláudio Nascimento, quando informa num texto recente que a estratégia de criação de cooperativas de produção era percebida com desconfiança pelas vertentes de esquerda no Brasil há três décadas, pelo menos. A acusação de reformismo, de desvio da luta para práticas conciliatórias com o capital, ou ainda a identificação de um limite conjuntural que permitiria no máximo a busca de formas de cogestão no interior das unidades de produção, semelhantes às praticadas pela social-democracia Europeia, direcionava o foco do combate para as estruturas existentes de representação de classe – sindicatos, centrais sindicais e partidos -, quando isso foi possível no final dos anos setenta. A partir de então, os sindicatos foram alvo de oposições sindicais numerosas e rapidamente constituíram uma Central Sindical, dentre várias que surgiram, na sequência ou no embalo da fundação do Partido dos Trabalhadores.¹¹

Autogestão: problema do passado ou do futuro?

Navegando por este campo teórico, o problema da autogestão foi a todo o tempo reposicionado: de elemento de crítica à teoria geral dos gestores, passou a assumir, ao mesmo tempo, o papel-chave para a crítica ao capitalismo e à experiência de so-

¹¹ NASCIMENTO, Claudio. Autogestão e economia solidária. In.: Democracia e Autogestão. **Revista Temporaes**. Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo: Humanitas; FFLCH, 1999. p. 97-145.

cialismo de Estado do tipo soviético, o que mais tarde seria precisado como capitalismo de Estado. O fato é que estes dois campos de análise eram tratados ainda distintivamente, permanecendo a atuação dos gestores enquanto classe social desconectada dos processos sociais que levaram à unificação do capitalismo, de leste a oeste do globo. A identificação deste limite metodológico apenas amadureceu após o estudo da obra de João Bernardo, especialmente a obra *Capital, Sindicatos e Gestores*.¹² Este encontro e a importância que dedico à produção teórica de João Bernardo poderão ser percebidos na argumentação da pesquisa.

Uma coisa leva à outra, e o interesse pela Revolução dos Cravos como que conecta a investigação sobre a autogestão com o estudo da obra de João Bernardo. Explico: da primavera de 1974 ao outono de 1975, a classe trabalhadora portuguesa desafiou cinco décadas de fascismo ao tomar para si o controle da maior parte das unidades produtivas do país, mantendo-as em funcionamento e colocando a autogestão na ordem do dia. Os inumeráveis processos de saneamento, expurgando quase todos aqueles identificados com o antigo regime, e a fuga dos patrões, colocaram em jogo a gestão da economia e da vida social pelos trabalhadores. A Revolução dos Cravos viu a chegada da autogestão generalizada e a recuperação desse processo de lutas sociais intensas, ação esta preparada e executada por dentro e por fora das organizações de esquerda. A social-democracia, naquela conjuntura, a matriz europeia, esteve atenta aos desenlaces e apoiou decisivamente a filial portuguesa, conduzindo a revolução à “democracia pluralista”. A pesquisa em Portugal permitiu uma aproximação com o sentido desse processo, mantendo-se tanto quanto possível o foco direcionado para as modalidades e o conteúdo da autogestão no processo revolucionário português.

¹² BERNARDO, João. **Capital, sindicatos e gestores**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1987. (Biblioteca do Futuro, 6).

Recentemente no Brasil, Daniel Mothé¹³, manifestou uma posição surpreendente a respeito da corrente do pensamento autogestionário francês muito influente nos anos 50 e 60. Mothé ponderou sobre o alcance e mesmo a possibilidade de que a autogestão, no que se aplica à democratização radical da sociedade, a partir da esfera econômica, possa efetivar-se na época atual em sua plenitude. Os impedimentos estariam em primeiro lugar no plano subjetivo, pela falta de disposição e tempo suficiente para que os trabalhadores possam participar dos assuntos da coletividade todo o tempo e em tempo real. Mais do que isso, Mothé colocou em suspeição uma trama da historiografia vinculada à experiência histórica do movimento operário, que realça seu protagonismo nos grades momentos de ruptura social. Esta base histórica não passaria de uma mitologização da classe operária, do processo da sua emancipação social e das outras classes. No mesmo embalo, coloca em questão a teoria da democracia radical desenvolvida nos tempos de “Socialismo ou Barbárie”, que havia atualizado e desenvolvido o projeto autogestionário e o levado às últimas consequências, em oposição direta aos regimes de capitalismo de Estado então em voga no leste europeu.

Naquela época, o desenho de uma sociedade autogestionária era alimentado, por um lado, pela crítica à organização capitalista do trabalho, ao caráter heterônomo das relações sociais de produção, às funções de disciplina, poder e controle do capital e

¹³ Daniel Mothé, cujo verdadeiro nome é Jacques Gautrat, participa da Resistência Francesa e a seguir engaja-se numa vertente trotskista. Daí, na onda do desencanto stalinista, para o campo da democracia radical no grupo *Socialismo e Barbárie*, junto com Castoriadis e Lefort. Militante operário na Renault, pesquisador do CNRS, Mothé acompanhou de perto aqueles períodos de compressão do tempo. A greve geral de 1968, os processos intensos de ocupação de fábricas e sequestro de gestores prolongados até meados da década de setenta, e o início do processo de recuperação das lutas e reestruturação produtiva capitalista. Os textos desta visita ao Brasil são: *L'autogestion du concept à la pratique*. Mimeo, 2004. 12p. e *Développement Durable, capital culturel, éducation populaire et autogestion*. Mimeo, 2004. 3p.

à respectiva alienação dos produtores diretos em relação ao produto do processo de trabalho, à organização desse processo e à possibilidade de se reproduzirem independentemente. Por outro lado, essa crítica profunda ao autoritarismo inerente às relações de produção desaguava numa aspiração autogestionária genuína, isto é, na transposição dos princípios da democracia para o interior das unidades produtivas com a reapropriação das funções de controle pelos trabalhadores, criando-se para isso instituições novas pautadas pela democracia direta, com a participação ativa nos destinos da empresa e das suas vidas.

Passadas pouco mais de quatro décadas, período em que essas teorias em torno da democracia radical e da autogestão social influenciaram estudos e movimentos em vários cantos do planeta, e frente às transformações profundas por que passou o mundo capitalista, vemos ser anunciado por um dos seus colaboradores, quase que numa confissão, que a teoria autogestionária produzida nos anos 50 e 60 não passou de uma mitologia, uma construção ideal típica sem possibilidade de aplicação prática, e, além do mais, sem base histórica concreta. Uma mitologia tal qual a religiosa, e que apesar da crítica ao determinismo marxista e à resignação social-democrata, pautava-se também, a teoria da autogestão, por uma visão evolucionista e quase messiânica do papel da classe trabalhadora no processo de transformação social. Isso pelo menos é o que afirma D. Mothé, para a nossa inquietação e surpresa. O entusiasmo nos dias de hoje pende mais para as formas novas de participação democrática, cujo exemplo mais citado no além mar é o do orçamento participativo. Dentre as questões de fundo alcançadas por Mothé, paira aquela sobre qual influência teria exercido a classe operária sobre a teoria marxista.

A nosso ver, e como pano de fundo para este estudo, a vertente autogestionária é constituída a partir dos movimentos de ruptura social em que os trabalhadores, nas suas lutas contra esse modo de

produção, constroem formas de organização inteiramente novas, impossíveis de serem recuperadas pelo capitalismo. Esse veio, o da autonomia operária, é o que se persegue neste estudo para o entendimento do problema da autogestão, no rastro que vai pelo menos dos Canuts lyoneses nas jornadas de 31 e 34; da revolução europeia de 1848-49; da Comuna e da ousadia dos *communards*, quando tomaram o céu de assalto; da Revolução Russa e dos conselhos operários; da Guerra Civil Espanhola; da “fonte húngara” de 1956 e tchecoslovaca em 68; da rebeldia mundial de 1968; da Revolução dos Cravos em Portugal; dos movimentos autônomos e autogestionários na Polônia e no Brasil nas décadas de 70 e 80; até o levante argentino em 2001.

Não se trata de uma sobrevalorização dos eventos, mas de perseguir uma pista. Neste caminho, tentar entender o que se passa atualmente no Brasil. Antes de tudo, a própria recuperação do percurso histórico e do desenvolvimento teórico da autogestão coloca o problema do alcance da democracia direta, da sua radicalização em escala cada vez mais alargada, explorando e aguçando o antagonismo entre democracia e capitalismo. E então alcançamos o objeto de tese.

O “novo cooperativismo” no Brasil

No início da década de 90, podia-se contar nos dedos as experiências de cooperativas de produção desenvolvidas no Brasil a partir da reabertura de empresas falidas. Até então, na história do movimento operário brasileiro, a preocupação com a gestão das unidades produtivas ou o controle dos meios de produção fez-se presente mais no campo das ideias do que em tentativas concretas de gestão operária ou alternativas de produção sob o signo de classe.

Neste último período, no entanto, as experiências de coo-

perativas alastram-se por todas as regiões do país, projetando-se inicialmente como processo de luta alternativa para evitar os malogros do desemprego e manter os postos de trabalho nas empresas falidas. Essas experiências cresceram e multiplicaram-se, permitindo que se fale atualmente na constituição de um sistema alternativo de produção ou, até mesmo, de um novo modo de produção baseado no cooperativismo e na solidariedade.¹⁴

No Brasil, essas formas alternativas de produção surgem por iniciativa dos trabalhadores e conformam um campo cuja multiplicidade de práticas, nos setores econômicos mais diversos, vem sendo identificado pela expressão economia solidária. O espaço social ocupado pelas iniciativas de recuperação de fábricas falidas tem permitido que o fenômeno da economia solidária seja identificado como um verdadeiro “ressurgimento do cooperativismo”. Esse novo cooperativismo, distinto largamente do movimento cooperativista tradicional, tem provocado o resgate de temas e problemas incidentes nos anos 60 e 70. A partir da transformação da propriedade dessas empresas em propriedade coletiva, recoloca-se a possibilidade de se pensar a autogestão do trabalho, a democratização das relações de trabalho e o controle dos trabalhadores sob os meios de produção, e ainda, em um nível mais profundo, desdobra-se na reflexão sobre a construção de um novo modo de produção baseado na solidariedade.

Tais experiências atuais no campo do cooperativismo defrontam-se frequentemente com uma série de obstáculos que se erguem ao seu desenvolvimento no interior do capitalismo, da intersecção com as suas instituições e critérios de eficácia. Decorre daí um espectro de contradições e ambiguidades que

¹⁴ A primeira formulação da economia solidária como um novo modo de produção, foi apresentada por Paul Singer em 2000, no artigo Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In.: **A economia solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego**. Paulo Singer e André Ricardo de Souza (organizadores). São Paulo: Contexto, 2000. p. 11-28.

precisa ser devidamente considerado quando se pretende compreender o fenômeno e o potencial que detém essas experiências para o desenvolvimento das novas relações sociais de produção.

Antes de tudo, é preciso assinalar que o ressurgimento do cooperativismo realiza-se num cenário complexo marcado pelo aprofundamento da crise do sistema capitalista que, embora identificada no início dos anos 70, tem seus efeitos intensificados durante na década de 90. No interior dessa crise, o capitalismo conjuga, por um lado, o avanço no assalariamento de nova força de trabalho em escala global, dando prosseguimento a sua tendência histórica à desruralização e expansão das relações sociais de produção, ao mesmo tempo em que se vivencia, por outro lado, um processo profundo de precarização do trabalho, de universalização da subcontratação, de aumento da informalidade nas esferas já integradas ao mercado mundial¹⁵. Nos países periféricos, esse processo resulta na expansão do “polo marginal da economia”, constituído a partir dos marginalizados do salário¹⁶.

Na processualidade contraditória da crise, o ressurgimento das cooperativas representa, por si só, uma forma de evitar o abastecimento desse setor informal e precário com novos contingentes de trabalhadores, que aí seriam lançados pelo fechamento das fábricas. Uma forma nova, diga-se de passagem, que surge da resistência dos trabalhadores às tormentas provocadas pelo desemprego numa década bastante desfavorável

¹⁵ Sobre essa questão, apoio-me sobretudo em ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortês; Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1997. E, do mesmo autor, **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999. Ver também, sobre esse processo no Brasil: POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999.

¹⁶ QUIJANO, Anibal. Sistemas Alternativos de Produção? In.: **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Boaventura de Souza Santos [Org.]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (Reinventar a emancipação social: para novos manifestos; 2).

para o conjunto dos produtores imediatos.

Por isso, tende-se a identificar o ressurgimento do cooperativismo como produto desse período de transição que atravessa o capitalismo, ou ainda que as experiências alternativas de produção representam uma resposta dos trabalhadores à crise do sistema, sobretudo ao seu efeito no nível de emprego. De fato, se levarmos em conta que o que vem sendo chamado novo cooperativismo é formado em grande parte por empresas falidas, cuja propriedade é assumida no todo ou em parte pelos trabalhadores, pode-se sugerir que tal fenômeno significa uma resposta efetiva ao desemprego, constituindo-se numa espécie de contra-tendência à crise do capitalismo.

Este é o contexto geralmente oferecido para a década de 90, quando se deu a proliferação de cooperativas de produção a partir das fábricas falidas. As cooperativas seriam então uma decorrência e desdobramento da crise do sistema capitalista, como um mecanismo regulador que dela surge para contrabalançar as suas tendências destrutivas ao nível do mercado de trabalho. Não obstante, pode-se levantar a suspeita ou explorar outro veio que parte do pressuposto teórico no qual a crise, a existência de contradições agudas no interior do capitalismo, é inerente ao seu próprio desenvolvimento. E então caberia a pergunta: sendo assim, qual a especificidade dessa crise e em que medida esta, precisamente esta crise, tem possibilitado um fôlego espantoso para o cooperativismo e o associativismo econômico?

A intenção de avançar na identificação do campo de tensões em que estão enredadas essas experiências alternativas no interior do capitalismo nos leva a priorizar as cooperativas de produção cujas atividades dependem mais diretamente da relação com o mercado mundial, suas instituições, estruturas e processos. Tais tensões originam-se das pressões exercidas pelo mercado e dos critérios de produtividade que se impõem através da forma

de organização do trabalho, do avanço tecnológico e das condições de assalariamento da força de trabalho.

Sendo o relacionamento com o mercado concebido como um problema central, um nó crítico cujo desenlace é dos mais complexos, as contradições que atravessam as experiências cooperativas não podem ser falseadas ou superadas lançando-se mão do caráter coletivo da propriedade, ou aludindo-se à maior participação dos trabalhadores na gestão e na riqueza produzida. É preciso, portanto, que a compreensão dessas formas alternativas de produção leve devidamente em conta a sua natureza híbrida no interior desse modo de produção, as dificuldades que enfrentam e os nós críticos que lhes são inerentes.

No Brasil, alguns estudos realizados na década de 90 identificaram reiteradamente, de forma mais ou menos clara, essas tensões e conflitos que se traduzem na tendência ao monopólio do poder e da gestão da empresa por um novo grupo gestorial, responsável pela tradução e introdução dos princípios capitalistas de organização do processo de trabalho. Em muitos casos, pode-se dizer que as condições de trabalho enfrentadas nessas cooperativas não avançam em direção a uma radicalização da democracia nos locais de trabalho. O que de fato se observa é que, não raro, as cooperativas recorrem ao prolongamento da jornada não remunerada, à intensificação do ritmo ou à redução salarial para garantir a competitividade das empresas.¹⁷

Na experiência histórica dos trabalhadores, o desenvolvimento de formas alternativas de produção sempre enfrentou fortes entraves. Em Portugal, por exemplo, de forma crescente nos

¹⁷ Além das teses e dissertações já citadas, mencionamos: TIRIBA, Lia Vargas et al. **Autogestão e chão-de-fábrica**: um ensaio inspirado nos trabalhadores da Remington. Rio de Janeiro: UFF, outubro/94. [mimeo.].; HILLESHEIM, Marileia. **Autogestão** – a experiência das organizações autogestionárias do setor cristaleiro de Blumenau e Indaial. Florianópolis/SC, UFSC, 2002. [Dissertação de Mestrado em Sociologia Política]. Outras teses serão referidas no Capítulo III.

seus dois primeiros anos, os trabalhadores ocuparam as unidades produtivas de forma generalizada, e a gestão operária repercutiu a proliferação de comissões de base nos mais diversos setores de atividade, desde fábricas, estaleiros, transportes, serviços de forma geral, escolas, universidades, bairros, serviço público etc. Para as grandes empresas, a gestão operária não raro encontrou um muro intransponível na relação estabelecida com o mercado mundial. Este obstáculo dificultou o prosseguimento e radicalização das novas relações sociais então forjadas, abrindo o caminho para a reinvenção dos critérios capitalistas de gestão no interior das unidades produtivas.¹⁸

O reconhecimento da natureza híbrida das cooperativas, das dificuldades objetivas que enfrentam essas espécies de “ilhas” em contexto capitalista, nos permite formular como hipótese de trabalho que assistimos, na década de 90, ao surgimento de *cooperativas de resistência*, que podem tender para a prática da autogestão da produção, mas que, no geral, encontram-se longe disso. Essas formas associativas de produção e resistência, no atual estágio do capitalismo, conformam um campo de práticas diferenciadas e superiores em relação ao cooperativismo tradicional, pois avançam na democratização da propriedade e das relações de trabalho, apresentando um potencial para a criação de novas relações sociais num ponto nevrálgico do sistema. Mas ainda assim cooperativas e, portanto, insuficientes enquanto práticas de auto-organização dos trabalhadores tendo em vista sua própria emancipação social.

A necessidade de diferenciar esse cooperativismo de novo tipo, seja do cooperativismo tradicional já há bastante tempo assimilado pelo capitalismo, seja dos momentos mais avançados de luta dos trabalhadores que inscreveram na história a perspectiva da autogestão econômica e social, estimulou a busca de uma

¹⁸ Desenvolverei este tema no Capítulo II.

definição que captasse o momento atual do sistema capitalista, as suas contradições e os espaços que oferece para a experimentação de práticas alternativas ao que Wallerstein denomina o “sistema-mundo”.

Formas híbridas de realização dos processos econômicos, as cooperativas de resistência colocam o problema de verificar em que medida poderão constituir os fundamentos de um novo modo de produção, unificado através de uma nova “racionalidade econômica solidária”¹⁹, ou se seu destino é o de serem assimiladas e reproduzirem o capital e o capitalismo sob novas bases. Isto é, se são as cooperativas embriões de práticas autônomas e emancipadoras no domínio econômico, ou avatares do trabalho e do capital.

A expressão *avatar*, neste contexto, é tomada no sentido de transformação, mas também de metamorfose, mudança que na origem asiática possui conotação, no mais das vezes, negativa. A referência ao trabalho e ao capital sugere, portanto, que a economia solidária e o novo cooperativismo, no momento atual do capitalismo, podem significar uma metamorfose da relação capital-trabalho, mas não a sua superação. Uma mudança nas relações de propriedade, certamente, porém com a manutenção das relações sociais de produção que fundam o capital e a sociedade contemporânea. São, no entanto, as práticas sociais que dão concretude à distinção conceitual. Nesse sentido, será sobretudo com a emergência de um novo ciclo de lutas autônomas que se poderá perceber se ampliação desse novo campo de práticas formado pelas cooperativas de resistência tende à inversão das contradições do processo de produção material, ou se projeta apenas um modo de desenvolvimento distinto no interior da forma social do capital.

¹⁹ RAZETO, Luiz. **Economia popular de solidaridad**: identidad y proyecto en una visión integradora. Santiago/Chile: Area Pastoral Social da Conferência Episcopal de Chile, 1986.

Brasil: radiografia do campo de práticas

A reflexão sobre o desenvolvimento e as potencialidades das cooperativas de resistência e da economia solidária no Brasil deve partir de um mapeamento das experiências e das principais instituições envolvidas nesse campo de práticas. Por hora, cabe indicar a existência de um núcleo central que envolve as experiências e associações de empresas autogeridas e cooperativas de produção, organismos sindicais e iniciativas no âmbito dos governos municipais, estaduais e federal.

No primeiro grupo, destaca-se como sujeito político importante a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogeridas e Participação Acionária (Anteag), criada em fevereiro de 1994 como resultado da articulação de experiências de fábricas recuperadas que permaneciam até então isoladas entre si no espaço nacional. A criação da Anteag, vale frisar, representa uma ampliação do espaço social que o fenômeno vinha conquistando através das múltiplas experiências existentes, provocando um estreitamento das relações com organismos de fomento e organizações cooperativistas internacionais, configurando-se num ponto de referência importante para o surgimento de novos projetos de reabertura de fábrica sob a forma cooperativa.

Quanto ao movimento sindical, ainda que a participação das entidades de classe nos processos de constituição de cooperativas tenha sido determinante para a grande maioria dos casos, sobretudo quando a negociação envolvia a decisão de investir os débitos trabalhistas existentes na aquisição dos equipamentos pelos trabalhadores, apenas recentemente este fenômeno mereceu uma atenção especial por parte dos principais organismos sindicais do país. Em especial, nos deteremos nas ações desenvolvidas no âmbito do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

(CNM/CUT), que criou para este fim a UNISOL Cooperativas (União e Solidariedade). No que diz respeito à Central Única dos Trabalhadores (CUT), abordaremos a criação da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT), enquanto projeto estratégico “para a geração de novas oportunidades de trabalho e para a construção de alternativas de desenvolvimento sustentável e social.”(CUT, 1999) As ações no campo do sindicalismo voltadas para o desenvolvimento de cooperativas e da economia solidária assinalam de todo modo a emergência de preocupações relacionadas à gestão das empresas, às formas de organização e controle do processo de trabalho. Esse parece ser o calcanhar de Aquiles do sindicalismo, ou, nos termos de Lojkine, um dos “tabus” que permeiam as práticas sindicais.²⁰

Esse crescimento do cooperativismo, nas suas múltiplas direções, vai ecoar no âmbito da esfera pública, fazendo com que diversos níveis de governo passem a formular políticas específicas para o desenvolvimento de ações no campo da economia solidária. Essas políticas têm contemplado o estímulo à criação, fomento e assistência técnica às cooperativas de produção, consumo, crédito etc. Nesse caso, uma atenção especial merece ser dada às ações desenvolvidas no interior da Secretaria de Desenvolvimento e dos Assuntos Institucionais (SEDAI/RS), no período 1999-2001, e da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade (SDTS/SP) da capital paulista, no período 2001-2004, sendo ambos os governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Além dessas duas experiências de políticas públicas, abordaremos rapidamente o proces-

²⁰ LOJKINE, Jean. **O tabu da gestão**: a cultura sindical entre contestação e proposição. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. Para esse autor, a intervenção sindical na gestão indica a emergência de um novo espaço a ser ocupado por um sindicalismo de “terceiro tipo”, situado além da oposição entre uma vertente contestatória e uma cogestionária, na medida em que busca a construção de experiências e estratégias autônomas e alternativas no domínio econômico.

so de constituição e as políticas que vem sendo desenvolvidas no âmbito federal através da SENAES/MTE (Secretaria Nacional de Economia Solidária).

No interior do campo produzido por essas instituições ou eixos de desenvolvimento da economia solidária, é notória a existência do problema do nominalismo ou, mais precisamente, da utilização de expressões e conceitos operando como quase sinônimos. Assim, por exemplo, os termos autogestão e cooperativismo podem aparecer lado a lado, referindo-se a uma mesma situação, com o conteúdo ancorado quase sempre na nova forma assumida pela propriedade das empresas. Muito embora as formas de participação dos trabalhadores nessas experiências possam ser enriquecidas pelas possibilidades que se abrem com a transformação das relações de propriedade, essas novas formas de participação representam um avanço apenas se tomadas no plano do cooperativismo brasileiro, pois aí o problema da gestão não é colocado em questão.

Mais importante, no entanto, é afirmar que desde já que o problema da autogestão é, por natureza, distinto ao do cooperativismo, embora inter-relacionados. Daí a importância de se apreender as formas alternativas de produção no interior da experiência histórica do movimento operário. Pretende-se avançar nessa direção através da precisão conceitual e histórica dos termos envolvidos neste campo novo da economia solidária. Ao mesmo tempo, o sentido de atualidade dessas experiências permite que se coloque como possibilidade a reflexão sobre a superação dos nós críticos que as aprisionam, levando-se em conta o acervo de vitórias e derrotas identificado na trajetória histórica do fenômeno. Em suma, trata-se de avaliar praticamente os sentidos possíveis para o desenvolvimento da economia solidária no Brasil e o conteúdo atual do problema da autogestão e do cooperativismo. Uma vez que “passado é

presente”, o entendimento de um problema tão atual apenas ganha sentido através do confronto com as práticas realizadas em outros contextos.

No caso de uma delimitação, o estudo perambula pelas formas alternativas de produção criadas historicamente pelos trabalhadores, focalizando principalmente os problemas do cooperativismo, da autogestão e do campo novo denominado economia solidária. Em especial, o interesse recai para o fenômeno das cooperativas de resistência que surgiram e se desenvolveram no Brasil a partir dos anos 90, decorrentes sobretudo da reabertura de fábricas falidas sob o controle dos trabalhadores. Dito de outro modo, a pesquisa analisa o processo de criação e desenvolvimento do fenômeno das cooperativas da resistência no Brasil, e o faz no interior da experiência histórica do movimento operário.

Como objetivos mais específicos, a pesquisa procurou: – mapear as experiências alternativas de produção realizadas no Brasil pelos trabalhadores, em especial as cooperativas criadas a partir da reabertura de fábricas falidas; – identificar as principais instituições envolvidas no desenvolvimento das cooperativas de resistência no Brasil, suas definições estratégicas e produções ideológicas; – verificar as iniciativas existentes no âmbito da esfera pública para o desenvolvimento da economia solidária; – analisar o papel dos sindicatos no interior do novo movimento cooperativista e, em especial, as estratégias desenvolvidas pelo Sindicalismo do ABC e pela Central Única dos Trabalhadores para a economia solidária; – estudar os processos históricos em que estiveram presentes os problemas da autogestão e do cooperativismo; – refletir sobre o potencial do novo cooperativismo para a construção de um modo de produção baseado na solidariedade.

Desenvolvimento da investigação

Às vezes o espelho aumenta o valor das coisas, às vezes anula. Nem tudo o que parece valer acima do espelho resiste a si próprio refletido no espelho.

(Ítalo Calvino. *As Cidades Invisíveis*)

Diante o problema da autonomia dos trabalhadores, como no caso das comissões de fábrica e da autogestão, é comum encontrarmos uma indicação metodológica que sugere, para o entendimento desse fenômeno, o estudo das várias experiências históricas do movimento operário, na medida em que não há e não pode haver a esse respeito, como sobre muitos outros no campo das ciências sociais, uma “teoria acabada”. O cuidado para se evitar o estabelecimento de generalizações apressadas deve passar, portanto, pela referência aos casos concretos, permitindo que se operem as distinções necessárias na multiplicidade de formas em que o fenômeno se apresenta. Assim, e uma vez que “o presente e o passado esclarecem-se mutuamente”, na fórmula de Braudel²¹, importa tanto apreender as manifestações contemporâneas do fenômeno como perseguir as realizadas em outros tempos e lugares.

Para a realização desta investigação, deu-se prosseguimento à pesquisa bibliográfica sobre o tema, cujo foco esteve especialmente em torno das “aparições” da autogestão e do cooperativismo na experiência histórica do movimento operário. No Brasil, além do Lastro (Laboratório de Sociologia do Trabalho/UFSC) e da Biblioteca Central da UFSC, foi possível consultar o Arquivo Edgard Leuenroth (Unicamp/SP) e o acervo da Biblioteca Maurício Tragtenberg, no Centro de Educação da mesma universidade paulista. No que diz respeito ao estudo

²¹ BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais**. Lisboa: Presença, 1981.

das experiências recentes, já se pode contar no Brasil com um conjunto razoável de estudos de casos realizados, abrangendo uma variedade de experiências, e resultantes sobretudo de dissertações de mestrado. Além do mais, a proliferação recente de instituições e fóruns que tratam do tema da economia solidária resultou praticamente no aumento do número de publicações, de pessoas envolvidas, gestores, pesquisadores, trabalhadores, centros de pesquisa, ONGs etc.

No âmbito das principais instituições envolvidas com as experiências nesse campo das cooperativas e da economia solidária, foi possível realizar o acompanhamento e a reunião de materiais e informações relativas às principais organizações da esfera não governamental e do sindicalismo, sobretudo da Anteag, da ADS/CUT e da UNISOL (Sind. Metalúrgicos do ABC). No que diz respeito à pesquisa sobre o tema da economia solidária no setor público no Brasil, priorizamos o estudo na Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais do Governo do Rio Grande do Sul (SE-DAI/RS) e, mais recentemente, da Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo (SDTS/SP), especialmente os programas voltados para a economia solidária no interior da “estratégia paulistana de inclusão social”.

A pesquisa realizada em Portugal, possibilitada por uma bolsa “sanduíche” da CAPES para o primeiro semestre de 2003, contemplou, em linhas gerais, os labirintos da experiência portuguesa conhecida como Revolução dos Cravos, mais especificamente as práticas de autogestão da produção e da vida social que aí encontraram alento e constituíram uma dimensão importante desse processo revolucionário, sobretudo no período compreendido entre 25 de abril de 1974 e 25 de novembro de 1975. Como segundo eixo, a investigação focou no plano teórico a pesquisa bibliográfica sobre o fenômeno da autogestão e do cooperativismo na experiência histórica do movimento operário europeu, bem como o

campo da economia social, suas origens e o seu desenvolvimento contíguo ao do sistema capitalista de produção de mercadorias.

A partir da sede localizada em Lisboa, referenciada no SOCIOS (Centro de Investigação em Sociologia Econômica e das Organizações) do ISEG-UTL (Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa), foi possível desenvolver a investigação em outros centros de estudo, como, por exemplo, no Centro de Documentação 25 de Abril, sediado na Universidade de Coimbra.

No que diz respeito ao estudo do “25 de Abril”, o instinto de prudência faz lembrar que se trata de um processo histórico de longo alcance, uma mudança de regime que envolveu praticamente todas as instituições portuguesas, momento de bifurcação da esfera política, econômica e social, com implicações e desdobramentos no plano internacional, de forma que qualquer ambição de esgotar as fontes disponíveis se revelaria infrutífera. Porém, e em sentido contrário, a compreensão do fenômeno da autogestão no pulsar da Revolução chama sempre a atenção para a história e a cultura política em que tais acontecimentos se processaram, fazendo-se acompanhar um mirar para o passado da sociedade portuguesa.

Uma parte da pesquisa consistiu na leitura de jornais de circulação nacional publicados durante os anos de 1974 e 1975, especificamente o jornal “República” (integralmente) e “A Capital” (parcialmente), cujos registros foram sistematizados. Foram igualmente consultados jornais de circulação mais restrita, publicados por grupos ou movimentos políticos de esquerda, em especial o jornal “Combate”, com orientação mais autonomista, e o jornal “A Batalha”, de matriz anarquista (alguns exemplares). Em se tratando de publicações científicas, privilegiamos a pesquisa nas coleções da *Revista Crítica de Ciências Sociais* e da *Análise Social*.

A fonte de dados primários mais significativa foi encontra-

da em Coimbra, no “Centro de Documentação 25 de Abril”, vinculada à Universidade de Coimbra. Este Centro reúne, pelo que pude ver, o maior acervo documental e bibliográfico existente sobre a Revolução dos Cravos, o que permitiu o acesso a um conjunto de registros produzidos pelos trabalhadores de inúmeras experiências de autogestão e controle operário da produção, produzidos no desenrolar do processo revolucionário português, além de disponibilizar uma biblioteca especializada no assunto. Foi consultado igualmente o acervo da Biblioteca da Universidade de Coimbra (Centro de Ciências Sociais), sendo neste caso determinante o acesso à literatura referente à economia social.

De menor envergadura, dado o tempo disponível, foi a pesquisa realizada em Paris, sobretudo na biblioteca da Sorbonne (Paris I) e na Biblioteca Pública de Informação – Centro Pompidou. Uma vez que a ideia de autogestão está, de algum modo, associada à história das lutas sociais desenvolvidas em França, neste campo centramos o nosso interesse. Mas não só, pois aí se encontram alguns dos principais teóricos da economia social.

Síntese, forma de exposição e capítulos

De forma geral, o problema de tese ficou assim definido:

O fenômeno das formas alternativas de produção da vida social, no campo e na cidade, com atenção especial para as experiências de cooperativas que emergem a partir das fábricas falidas, está enredado num espectro de contradições e ambiguidades que decorre do seu próprio desenvolvimento no interior desse modo de produção, das relações que estabelece com as instituições do capitalismo, suas estruturas e processos.

O reconhecimento e a identificação dessas contradições realçam a natureza híbrida das cooperativas, na

sua busca frustrada pela reconciliação entre a forma de produção material do capitalismo e as novas relações de propriedade que estabelecem o igualitarismo na posse dos meios de produção. O antagonismo entre heterogestão e autogestão, próprio do modo de produção capitalista, longe de estar solucionado com a posse coletiva da propriedade, dá lugar a uma tensão entre as relações de produção e as relações de propriedade.

Trata-se de um campo de práticas que aponta, em germe, para a superação desse modo de produção e, ao mesmo tempo, para a reprodução das relações sociais do capital em novas bases, como forma transformada dessas relações. Numa perspectiva emancipatória, as cooperativas de produção transformam os trabalhadores em proprietários coletivos dos meios de produção e, nesta medida, representam certamente um passo à frente enquanto projeto de democratização das relações de trabalho. Mas os mantêm no quadro do trabalho assalariado, enquanto mercadoria força de trabalho. São portanto híbridas enquanto substrato ideológico pós-capitalista e sua efetivação no plano da lei do valor.

Sendo esta a formulação geral da tese, optamos por realizar a exposição dos resultados da pesquisa buscando compreender e explicar o fenômeno das fábricas recuperadas no interior da experiência histórica do movimento operário. Para isso, os dois primeiros capítulos são dedicados à fundamentação histórica e teórica dos termos autogestão, cooperativismo e economia solidária, destinando-se o terceiro capítulo à experiência brasileira. Os temas dos capítulos iniciais refletem os dois campos de práticas em que estão mais diretamente implicados o fenômeno do cooperativismo de resistência no Brasil. O primeiro é formado pelo cooperativismo e a economia social ou solidária; e o segundo define-se como campo da autogestão e da autonomia operária.

Como estratégia para a apresentação dos primeiros dois campos, distinguindo-os respectivamente, optamos por realizar, no início de cada um dos respectivos capítulos, uma exposição da concepção teórica de um autor representativo de cada um dos campos. Neste sentido, apresentamos inicialmente a formulação teórica de Paul Singer sobre o cooperativismo e a economia solidária e, no segundo capítulo, buscamos na obra de João Bernardo um quadro teórico explicativo para o problema da autogestão. Dito isto, passamos a apresentar a estrutura da exposição dos resultados da pesquisa.

O primeiro capítulo visa resgatar historicamente a prática cooperativista na experiência histórica do movimento operário europeu, e analisar o seu desenvolvimento até a conformação do campo da economia social. Iniciamos com Paul Singer, que fundamenta historicamente o cooperativismo e a economia social mobilizando a experiência inglesa, na sequência que vai de R. Owen até o cooperativismo de Rochdale. Isso exigiu uma recuperação dos chamados socialistas utópicos, a começar pela crítica de Marx e Engels aos teóricos socialistas que os precederam. A parte final do capítulo, que se inicia com a análise da experiência dos canuts lyoneses (1831-1834), dedicamos ao estudo do problema da associação operária e da constituição e do desenvolvimento do movimento socialista francês, passando pelas primeiras internacionais operárias, para verificar qual relação guarda o campo da economia social (expressão utilizada por parte do movimento cooperativista francês neste período).

No segundo capítulo, aborda-se o campo da autogestão e da autonomia dos trabalhadores. Como no capítulo anterior, iniciamos com a exposição da obra de João Bernardo sobre este tema, que abre o caminho para o desenvolvimento teórico do problema da autogestão como prática social e as contradições que a atravessam no interior do capitalismo. Ao final, analisamos o

fenômeno da autogestão generalizada através da Revolução dos Cravos em Portugal.

Este será o pano de fundo para a imersão na recente experiência brasileira em torno da autogestão, do cooperativismo e da economia solidária. Iniciamos o debate sobre o cooperativismo no interior do movimento operário no início do século, apontando a incidência e o teor das lutas autônomas neste período no Brasil. Em seguida, tratamos do surgimento do novo cooperativismo a partir das primeiras experiências de fábricas recuperadas, destacando na sua trajetória os principais pólos irradiadores do fenômeno.

Para finalizar o presente trabalho, recupera-se a linha principal de argumentação para tecer um quadro crítico do fenômeno das fábricas recuperadas e das experiências de cooperativas de resistência no Brasil. Tal quadro significa neste caso a vinculação do fenômeno ao percurso histórico das lutas sociais no Brasil e da classe trabalhadora mundial. Conferir atualidade ao fenômeno implica em religá-lo às experiências pretéritas, o que permite que se desenhem perspectivas de futuro, quando se pode proceder à reelaboração dos problemas que orientaram a investigação.

1

DO COOPERATIVISMO À ECONOMIA SOCIAL

*Mesmo na noite mais triste
Em tempo de servidão
Há sempre alguém que resiste
Há sempre alguém que diz não!*

(Manoel Alegre)

Introdução

Em 1998, o Centro Acadêmico de História da USP organizou o *Seminário Autogestão e Socialismo*, título-tema da quarta e última mesa que reuniu Paul Singer e João Bernardo para a exposição e debate com uma assistência muita atenta para os problemas em jogo naquela noite. A publicação do teor desta quarta mesa pela *Revista Temporaes*, no volume batizado *Democracia e Autogestão*²², abre de início amplos horizontes.

²² *Democracia e Autogestão. Revista Temporaes*. Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo: Humanitas; FFLCH/USP, 1999. No que diz respeito ao Seminário *Autogestão e Socialismo*, a publicação reproduz apenas o conteúdo desta quarta mesa, cujo tema dá título ao evento, e agrega outros textos sobre o tema. As demais mesas estavam assim organizadas: – *Experiências Históricas*; – *Propostas Autogestionárias*; – *Dificuldades na Implantação da Autogestão*.

Atribuímos especial importância a este encontro na medida em que estão aí expostos, de forma mais ou menos clara, dois campos distintos para a compreensão dos “eternos velhos problemas”, como certa vez cunhou Maurício Tragtenberg os termos envolvidos na superação do capitalismo e da sociedade contemporânea. Iniciar por este debate descobre a possibilidade de organizar a exposição seguindo as teses então lançadas pelos dois autores mencionados, como porta de entrada para o entendimento dos respectivos campos de práticas a que se vinculam. Importa saber que ambas as análises estão amparadas na história das lutas dos trabalhadores e apontam para as tendências de longa duração da experiência dessas lutas, abrindo-se porém perspectivas muito distintas. Podemos sugerir, de forma muito sintética, a demarcação entre uma leitura mais positiva e pragmática do cooperativismo e da experiência do movimento operário, e outra que opera como polo negativo, crítica social dessa experiência no interior do modo de produção capitalista. Em conjunto, vê-se espelhado o dilema que atravessa a própria história social da classe trabalhadora: o vacilar entre heterogestão e autogestão, autoridade e liberdade.

É na confrontação entre estes campos teóricos e no debate sobre os problemas da autogestão e do socialismo, que procuraremos entender o fenômeno conhecido atualmente no Brasil como economia solidária, expressão que incorpora as experiências de cooperativas que surgem de empresas falidas. Em linhas muito gerais, este campo de práticas é conformado historicamente por experiências múltiplas de cooperativas ou associações de produtores, práticas econômicas de resistência e ajuda mútua desenvolvidas pelos trabalhadores tendo em vista a produção dos meios de vida.

Apresentar as teses principais de P. Singer e J. Bernardo, e distinguir os respectivos campos de práticas, só cabem como tarefas a serem perseguidas no decorrer dessa exposição. Mas temos que iniciar de alguma forma, e a opção pelo polo do coo-

perativismo e da economia social busca delinear o primeiro desses campos, deixando como que em suspenso o que for possível do outro campo, o da autogestão.

No que se refere especialmente ao tema desse capítulo, a intervenção de Singer no Seminário da USP deixa algumas pistas importantes. Após a apresentação da primeira das oito hipóteses “sobre a implantação do socialismo via autogestão”, afirmando que “o projeto socialista não se limita à economia”²³, Singer previne a plateia de que não dispõe de “qualquer vocação para socialista utópico”, e lança uma orientação metodológica na qual sugere ser “mais importante pesquisar a realidade histórica e ver o que ela nos oferece como pista, como indicador do que se poderia realizar enquanto uma economia socialista mesmo dentro da economia de mercado capitalista”.²⁴ Na busca desses indicadores, Singer aponta a existência de experimentos que “deram certo”, que “viabilizaram a autogestão no capitalismo” e configuram de fato “economias não capitalistas, em termos de valores, anticapitalistas”.²⁵ Para todos os efeitos, estas experiências têm um marco inicial em Robert Owen e nos Pioneiros de Rochdale, trazendo na sequência os exemplos de Mondragón na Espanha, os Kibbutzim em Israel, mais recentemente o *affaire Lip* e o movimento francês de ocupação de empresas na década de 60 e 70, cooperativas de produção que surgem de fábricas falidas, a Anteag e as cooperativas agrícolas do MST, entre outros.

Tratando-se de seguir as pistas deixadas por este encontro,

²³ Id. Ibid., p. 24. As principais hipóteses apresentadas por Paul Singer no Seminário serão retomadas adiante. De forma muito sintética, sustentam a existência de experiências de economias socialistas no interior do capitalismo; algumas dessas experiências têm se viabilizado, embora no plano da auto-suficiência ou em comunidades isoladas; a economia socialista de mercado do tipo Iugoslavo fracassou; o desenvolvimento da autogestão equivale à transição do capitalismo para o socialismo, embora esse processo não esteja isolado das demais lutas dos trabalhadores.

²⁴ Id. Ibid., p. 24.

²⁵ Id., ibid, p. 27.

de conhecer um dos caminhos que se apresentam à experiência histórica dos trabalhadores, vamos começar pelo começo e verificar em que plano se efetua a recuperação teórica das primeiras experiências socialistas no interior do capitalismo, especialmente aquelas realizadas pelos trabalhadores no campo da produção da vida social. Cronologicamente, a primeira sequência é oferecida pela linha inglesa R. Owen – Rochdale, posicionada entre as décadas de 20 e 40 do Século XIX. Para Singer, essas experiências representam economias não capitalistas desenvolvidas ainda no interior do capitalismo. E isso quer dizer que se trata de uma economia

...onde não há capitalistas, só há trabalhadores, onde os trabalhadores associados são os seus empresários, é o trabalhador sendo não apenas operário coletivo mas também empresário coletivo e que consegue, de uma forma democrática, gerir as suas unidades de produção e permitir que elas se ampliem, progridam, cresçam e proporcionem resultados econômicos algumas vezes bastante bons, outras vezes não bons e fecham, como qualquer outra empresa.²⁶

É cedo ainda para dedicar atenção ao conteúdo dessa formulação, das relações que evoca, por exemplo, com a imagem de uma economia sem capitalistas, ou na fusão entre os termos operários coletivos e empresários coletivos, outra maneira de estabelecer uma identidade sempre problemática entre as relações de propriedade assumidas por estas experiências e as relações de produção que se efetivam no processo de produção material. Sendo assim, mais útil no momento do que explorar as contradições e ambiguidades latentes nesse discurso parece ser reinterrogar suas fontes em busca das práticas que lhe consubstanciam.

Como geralmente são apresentados, os precursores do coo-

²⁶ Id. Ibid., ibidem.

perativismo e do socialismo foram os primeiros a identificar nas associações operárias uma força social que se impõe de forma recorrente no interior desta classe social em formação, naquela virada do Século XVIII para o XIX. Esses pensadores ou reformadores sociais foram cunhados por Marx e Engels, no *Manifesto do Partido Comunista*, como socialistas utópicos ou críticos-utópicos, expoentes de uma geração contemporânea ao advento do capitalismo industrial como modo de produção dominante na Europa, e das revoluções que se seguiram.²⁷ Entre eles, Owen na Inglaterra e os franceses Saint-Simon e Fourier figuram dentre aqueles que refletiram sobre a situação dos trabalhadores e suas lutas embrionárias, o desenvolvimento acelerado das forças produtivas e das condições gerais de produção no capitalismo industrial nascente. E apresentaram, cada um ao seu modo, projetos de reforma que se pretendiam alternativos ao capitalismo, testados em experiências realizadas no campo econômico, não raramente acompanhados por prescrições morais e religiosas.

No resgate dessas fontes históricas do cooperativismo e das práticas associativas no campo da produção, a obra teórica e prática de R. Owen e o surgimento do cooperativismo em solo inglês, em meio à revolução industrial, são peças importantes na argumentação de Singer a respeito dos fundamentos do cooperativismo e da economia solidária. Começar por essas teses implica em analisar, ao menos em suas linhas gerais, como o capitalismo criou as condições para o seu desenvolvimento em escala europeia e mundial, e os tipos novos de conflitos sociais que emergiram e constituíram a classe trabalhadora como agente ativo e sofredor desse modo de produção. O processo que instaura, portanto, o capitalismo como modo de produção dominante inaugura também a resistência a este sistema, e é nesse momento histórico que se vai verificar o

²⁷ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

surgimento das primeiras teorias que enxergam na associação dos produtores o elemento estruturante de uma sociedade organizada em novas bases não capitalistas.

Robert Owen – Rochdale: Paul Singer e os implantes socialistas

Quando se refere às primeiras experiências cooperativistas sob a inspiração de Robert Owen, no Seminário dos estudantes da USP, Paul Singer as caracteriza como práticas economicamente anticapitalistas desenvolvidas no próprio capitalismo, resultantes das contradições inerentes a este modo de produção. A sexta hipótese apresentada naquela noite expande esta visão ao propor que o desenvolvimento do cooperativismo (utiliza o termo autogestão, mas refere-se praticamente ao cooperativismo) é equivalente à transição ao socialismo no terreno da produção e distribuição.²⁸

Assim lançadas, essas hipóteses colocam de imediato o problema de saber se as cooperativas podem ser caracterizadas pelo seu antagonismo às relações sociais de produção capitalistas e, se assim o são, em que medida o seu desenvolvimento deságua na constituição de um novo modo de produção. Um estudo

²⁸ “Com esta hipótese, eu pretendo dizer o seguinte: o capitalismo está cheio de contradições, sendo o desemprego e a exclusão social, provavelmente, as mais importantes delas. É dessas contradições, do desemprego e da exclusão social, que a autogestão se alimenta.” Paul Singer. In.: **Democracia e autogestão**. Op. cit., p. 29-30. Além das já mencionadas, as outras hipóteses apresentadas por P. Singer nesta exposição foram: a) nos casos em que a autogestão vingou do ponto de vista econômico, social e político, foram os casos em que se formou uma forte, embora pequena, economia autossuficiente (Mondragón e Kibbutzin); b) a autogestão deve ser implantada através de comunidades inicialmente isoladas; c) a experiência iugoslava foi um malogro; d) o desenvolvimento da autogestão equivale à transição ao socialismo no terreno da produção e distribuição; e) o desenvolvimento da autogestão como modo de produção alternativo e competidor no seio do capitalismo não estará desligado das demais lutas dos trabalhadores; f) com a terceira revolução industrial, há nas empresas capitalistas mais progressistas uma redução das hierarquias, uma redução do autoritarismo capitalista na própria empresa e um aumento da responsabilidade e autonomia dos trabalhadores.

mais detalhado dessas teses foi apresentado por Paul Singer na obra *Uma utopia militante: repensando o socialismo*, publicada em 1998.²⁹ No que toca à conceituação do cooperativismo, esta prática aparece como um *implante socialista* conquistado pelos trabalhadores no decorrer das suas lutas e, ao lado de outros implantes, como o sindicalismo e a democracia, é concebida como um provável protagonista da “revolução social socialista”. Para fundamentar esta noção de implantes socialistas, Singer mobiliza sobretudo o processo da experiência britânica, país onde primeiro se opera a realização do capitalismo como modo de produção dominante, isto é, onde se efetua, nos seus termos, a “revolução social capitalista”.

Esta distinção entre revolução social socialista e capitalista é precedida de outra, entre revolução social e política. Em linhas gerais, a revolução social situa-se no plano de um “processo multissecular de passagem de uma formação social à outra”, enquanto a revolução política projeta-se nos episódios de “transformação institucional das relações de poder”.³⁰ A revolução social capitalista encontrou guarida primeiro na Inglaterra e libertou antigas amarras com o desenvolvimento das forças produtivas, expandiu o assalariamento e a monetarização, e completou a separação entre produtores e meios de produção. Para Singer, quando Marx percebe bem a revolução social como “transformação supra-estrutural, condicionada e exigida pela evolução das forças produtivas”, está tratando com precisão da dinâmica da revolução social capitalista. No caso da revolução social socialista, ela difere por não resultar do desenvolvimento das forças produtivas, mas das *lutas reativas* dos trabalhadores contra “os prejuízos econômicos acarretados pela dinâmica cega da acumulação.”³¹

²⁹ SINGER, Paul. **Uma utopia militante: repensando o socialismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

³⁰ Id. *Ibid.*, p. 11.

³¹ Id. *Ibid.*, p. 19-20. O autor cita o prefácio da obra de Marx *Para a crítica da*

Para Singer, o desenvolvimento das condições gerais para a expansão do modo de produção capitalista efetiva-se no interior da formação social precedente, *paulatinamente*, explorando as *brechas* que surgem da própria decadência dos modos de produção anteriores. A Revolução Industrial foi o coroamento desse processo de germinação no interstício do feudalismo, numa onda desestruturadora do mundo do trabalho e da sociedade, seguido de uma reconstituição em novas bases.

A transposição desta análise para a revolução social socialista segue o mesmo caminho. Desde a efetivação do capitalismo como modo de produção dominante, começam a surgir os *implantes socialistas*, “instituições anticapitalistas resultantes da luta do movimento operário.”³² Para completar a analogia, esses implantes podem igualmente germinar e levar a cabo a revolução social socialista, efetivando-a como o modo de produção dominante frente aos outros que lhe são simultaneamente concorrentes, na passagem de uma *formação social* à outra.

Como estamos longe de ter no mundo formações sociais em que o modo de produção socialista seja hegemônico, a implantação de cooperativas e outras instituições de cunho socialista é um processo que poderá ou não desembocar numa revolução social socialista. Trata-se, portanto, de **uma revolução social em potencial, cuja culminação ou ‘vitória’ é uma possibilidade futura**. A hipótese desenvolvida a este respeito [...], é a que a luta do movimento operário tem logrado conquistas sob a forma de instituições que contradizem a lógica intrínseca ao capitalismo. As mais importantes destas instituições são os sindicatos, o sufrágio universal (de que decorre a democracia política), a legislação do trabalho e a seguridade social (que configuram o

economia política.

³² Id. *Ibid.*, p. 19.

estado de bem-estar social), além do movimento cooperativista, em suas diversas manifestações.³³

Da imersão que Singer realiza na experiência britânica, se apoiado principalmente nas obras de M. Dobb, P. Mantoux e G. H. Cole & Postgate, nos interessa por agora o percurso que conduz à revolução social socialista, ou verificar de que maneira a reação e as lutas do movimento operário vão dar origem a instituições antagônicas ao capitalismo.

Os implantes que materializam a revolução social socialista derivam da reação ao avanço destrutivo do capitalismo, como *lutas reativas* dos trabalhadores às relações sociais e de poder no processo de produção do capital. No caso inglês, neste período que vai aproximadamente de 1780 a 1880, as reações operárias realizam-se em três níveis distintos:

1. opondo-se ao industrialismo em si, em nome dos direitos adquiridos e dos fundamentos tradicionais do antigo regime; 2. somando-se à luta pela democracia, em grande medida **impulsionada pela Revolução Francesa**; e 3. **desenvolvendo formas próprias**, potencialmente anticapitalistas, de organização social – o sindicalismo – e de organização da produção e distribuição – o cooperativismo.³⁴

No primeiro caso estão os Ludditas e os movimentos dispersos de sabotadores, numa etapa em que a classe trabalhadora encontrava-se muito heterogênea, e um fosso persistia entre uma massa desqualificada e produtora em regime pré-capitalista e

³³ Id. Ibid., p. 12. Grifos de P. S. Sobre a relação entre formação social e modo de produção, Singer apresenta uma síntese na seguinte passagem: “Quando falamos ‘capitalismo’, estamos nos referindo simultaneamente a um modo de produção e a uma formação social. Esta última contém vários modos de produção, dos quais o capitalista sói de ser o maior e o hegemônico. Por isso, a formação social que vem se espalhando pelo mundo, nos últimos anos, também é chamada de ‘capitalismo’” (p. 137).

³⁴ Id. Ibid., p. 68.

uma categoria qualificada que se viu mais imediatamente atingida pelo revolucionamento das técnicas de fabrico. Na cronologia de Singer, este período incorpora o movimento owenista que, a partir dos anos 20 do século XIX, irrompe em solo inglês, quando a classe operária abandona a luta por objetivos mais destrutivos contra o maquinismo e o industrialismo. Para Singer, essas ações de sabotagem não passavam de “uma oposição reacionária ao capitalismo, alicerçada no anelo de volta ao passado”.³⁵

Naquele momento, coube a Owen a tarefa de projetar algo para além de uma reação destrutiva, de encontrar uma solução de continuidade ou via de futuro para a classe trabalhadora, que assim “abandona a sua luta contra o progresso técnico e passa a se engajar em outra utopia, a da construção de um novo mundo à base das novas forças produtivas mas em que a cooperação e a igualdade tomem o lugar da competição e da exploração.”³⁶ Owen, industrial bem sucedido, aplica em suas unidades produtivas uma série de regulamentações laborais e reformas sociais que antecipam bandeiras e direitos apenas posteriormente conquistados pelos trabalhadores. Para Charles Gide, as transformações realizadas por Owen em New-Lanark anteciparam também o que viria a ser conhecido como economia social.³⁷

³⁵ Id. *Ibid.*, p. 72. Sobre o luddismo, ver Hobsbawm, Eric. *Os destruidores de máquinas*. In.: Eric Hobsbawm. **Pessoas extraordinárias**: resistência, rebelião e jazz. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 15-33. Para Hobsbawm, a destruição de máquinas era um método a que recorriam os trabalhadores para forçar os patrões à negociação ou ao atendimento das suas reivindicações, e eram dirigidas igualmente contra as matérias-primas, produtos acabados ou mesmo contra a propriedade privada. Neste sentido, “foi pelo menos tão eficiente como qualquer outro meio de exercer pressão sindical, e provavelmente mais eficiente do que qualquer outro meio disponível antes da era dos sindicatos nacionais...” p. 27.

³⁶ SINGER, P. **Uma utopia...** Op. Cit., p. 73.

³⁷ GIDE, Charles & RIST, Charles. **Histoire des doctrines économiques**: depuis les physiocrates jusqu'à nous jours. Paris: Dalloz, 2000. p. 261. Nesta obra, os autores apontam Sismondi como sendo quem inaugurou o campo de estudos da economia social. p. 215 e 221.

De projetos com espírito mais filantrópico, Owen passa a dedicar-se à reflexão e execução de planos para acabar com a pobreza, arrisca algumas experiências práticas e, a certa altura, ao lado do sindicalismo nascente, bate-se pela legislação fabril, a ampliação dos direitos políticos e liberdades civis. Deste modo, para Singer, Owen é o elemento de passagem entre a primeira forma de reação dos trabalhadores e a segunda, quando estes abandonam o combate contra introdução das máquinas e juntam-se à luta pela democracia e por direitos a serem obtidos mediante reformas parlamentares.

Sob inspiração da Revolução Francesa e dos movimentos de independência na América, a segunda forma de reação dos trabalhadores depreende-se das lutas pela legislação trabalhista. Nos movimentos pela reforma, “a classe operária iniciou a busca do amparo institucional que o Estado poderia lhe oferecer, tanto mediante a legislação trabalhista como pela legalização dos sindicatos operários e da realização de greves.”³⁸ Singer lembra que vigorava na Inglaterra as *Combination Acts*, no mesmo espírito da *Lei Le Chapelier* francesa que proibia as coalizões e quaisquer formas de associação de trabalhadores ou de proprietários. Nesta altura, bater-se pela regulamentação das relações de trabalho assume “uma clara orientação ideológica anticapitalista”. A legislação trabalhista representa, nessa ótica, uma conquista do movimento operário, por tornar as negociações menos desiguais, ou mesmo por “proteger a força de trabalho” inferiorizada economicamente e pressionada pela oferta desempregada.

A legislação trabalhista – que na Grã-Bretanha assim como nos demais países é sempre conquista do movimento operário – eleva a barganha entre capital e trabalho do plano individual ao plano coletivo. As restrições da lei fortalecem o poder de barganha dos mais

³⁸ SINGER, P. **Uma utopia...** Op. Cit., p. 85

fracos, tornando as negociações coletivas entre trabalhadores e capitalistas menos desiguais. A proibição de empregar crianças, de trabalhar além dos limites da jornada legal, de ajustar salários abaixo do mínimo legal etc., fortalece a posição dos assalariados ao eliminar do mercado uma parte da oferta que se poderia considerar ‘despreparada’. A legislação fabril protege a força de trabalho ao proibir que ela se venda em condições deletérias à sua própria reprodução.³⁹

Na medida em que a legislação remete ao parlamento, a luta pela proteção legal desemboca na luta pela reforma política. Os trabalhadores aderem ao espectro republicano e cerram fileiras com outras frações de classe pelo governo representativo, ampliação dos direitos políticos e liberdades civis. Os *Combination Acts* são revogados em 1824, dando guarida ao ressurgimento dos sindicatos e o desencadear de uma onda vigorosa de greves, um tsunami social que culmina nos acontecimentos de 1830-32, a ascensão da burguesia industrial (senão ainda ao poder, pelo menos) ao parlamento, diferentemente e de forma menos violenta, diga-se de passagem, do que o processo verificado simultaneamente em França. Para Singer, com esta ação a classe trabalhadora “colocou-se na vanguarda de uma luta que ainda não era sua.” O movimento seguinte seria a apresentação de uma proposta de reforma com caráter de classe, uma Carta do Povo. O *cartismo* resulta da associação fundada em Londres em 1836, responsável pela apresentação de uma petição ao parlamento no ano seguinte com seis pontos: “sufrágio universal masculino, distritos eleitorais iguais, parlamentos anuais, remuneração dos parlamentares, voto secreto e nenhuma exigência de propriedade para pertencer ao parlamento.”⁴⁰

Esta proposta de radicalização da democracia com a eleição

³⁹ Id. Ibid., p. 76.

⁴⁰ Id. Ibid., p. 81-2.

de deputados operários, com a recepção que obteve nos meios operários e presente como esteve na origem de movimentos grevistas vigorosos e autônomos, avançava sem dúvida sobre os fundamentos das instituições políticas da época. (O que os franceses descobrirão em 48, com a eleição de deputados operários à Assembleia Nacional, e onde figuraram, em sentidos opostos, Proudhon e Tocqueville). Para Paul Singer, o cartismo representou, no percurso em zigzag das lutas anticapitalistas, “não só o primeiro grande movimento político das massas operárias em prol da democracia, mas também o primeiro movimento declaradamente antiburguês.”⁴¹

Após as reações verificadas contra o avanço das máquinas e do industrialismo, e das ações no plano das reformas democráticas, o terceiro nível de organização e luta dos trabalhadores é pautado pelas ações e instituições que se desenvolveram mais diretamente no campo econômico. Em primeiro lugar aparecem os sindicatos, que na definição de Singer são a organização dos trabalhadores “em forma de monopólio” para evitar que se coloquem em concorrência entre si, compensando desse modo a desigualdade econômica entre compradores e vendedores de força de trabalho. Pela experiência britânica, depreende-se que os primeiros sindicatos foram formados pelos trabalhadores qualificados, organizados localmente por ofício, as *trades*, que se reuniam no âmbito da cidade em *trade unions*. Estas instituições com caráter sindical assumiam também a forma de sociedades mutualistas, agrupando os trabalhadores em torno dos seus interesses mais imediatos, como salário e condições de trabalho. Após a revogação da *Combination Acts* em 1824, como vimos, o sindicalismo que ressurgiu na esteira do owenismo já se apresenta sob outra influência: “Como a oposição ao industrialismo mostrava-se inviável, a única opção que restava aos trabalhadores

⁴¹ Id. *Ibid.*, p. 85.

era desenvolver um projeto de sociedade em que seus interesses pudessem ser realizados através do aproveitamento das forças produtivas desencadeadas pelas máquinas e pelos motores.”⁴² E essa associação dos trabalhadores com traço mais sindical vai se lançar no plano cooperativo.

Singer recupera as primeiras cooperativas inglesas, datadas de 1760, no campo do consumo e da produção, também por obra dos trabalhadores mais qualificados em regime de base artesanal. Na vaga de cooperativas surgem a partir dos anos 20 e 30 do século XIX, as relações estreitas do owenismo com o sindicalismo acabam resultando na formação de cooperativas estimuladas pelas direções sindicais, tanto como saldos de greves como instrumentos de luta contra o rebaixamento dos salários. Neste momento, Singer distingue dois tipos de cooperativas. As primeiras são de base *comunitária*, quase sempre na dependência de filantropos. As segundas aparecem como um tipo novo de cooperativa, a que denomina de *operárias*, distinguindo-se desde logo por terem sido criadas como forma de enfrentamento às empresas capitalistas, participando ativamente dos embates de classe. No embalo da intensa propaganda cooperativista animada por Owen, da organização de armazéns cooperativos e de bolsas de troca (*Labour Exchange*), o movimento sindical colocou-se novamente em movimento no período 1833-34, articulando a organização sindical com ações no terreno econômico, neste caso com a formação de cooperativas. Este movimento é derrotado e recua ante a repressão que grassa e a prisão das principais lideranças operárias.

Após uma década de refluxo das lutas sociais, os trabalhadores voltam a realizar novas incursões no campo do cooperativismo, um revigoramento que culmina na experiência de *Rochdale* em 1844. Neste ano, após uma greve derrotada, os pioneiros de

⁴² Id. *Ibid.*, p. 89.

Rochdale lançam mão da construção de armazéns cooperativos, cooperativas de produção e de consumo, escolas, cooperativa habitacional, entre outras. A inovação desta experiência encontra-se na elaboração de um conjunto de princípios cooperativistas até então dispersos, fornecendo “ao mesmo tempo a autenticidade socialista da cooperativa (autogoverno democrático, abertura a novos sócios, educação cooperativa e neutralidade política e religiosa) e a sua viabilidade enquanto empreendimento econômico (taxa fixa de juros, dividendos proporcionais às compras, vendas exclusivamente a dinheiro e venda de produtos puros).”⁴³ Para Singer, reside neste aspecto, ou seja, na adoção de princípios que conjugam um modelo de gestão democrática e a sua viabilidade econômica, o marco que distingue a experiência de Rochdale e a torna modelo de cooperativismo.

A cooperativa de Rochdale mostrou excepcional capacidade de adaptação às oportunidades e riscos da economia de mercado, sem abrir mão de princípios socialistas na organização de atividades econômicas. Tornou-se, por isso, modelo das cooperativas que foram se criando não apenas na Grã-Bretanha mas em todos os países em que a revolução social capitalista estava ocorrendo.⁴⁴

Neste ponto, Singer encerra uma etapa na história das primeiras lutas do movimento operário contra esse modo de produção, a partir das formas organizacionais apresentadas na experiência inglesa e das instituições conquistadas. O cooperativismo (assim como os sindicatos, o sufrágio eleitoral etc.), representa,

⁴³ Id. Ibid., p. 102. Em linhas gerais, as oito regras são: 1. governo democrático: uma pessoa, um voto; 2. a sociedade é aberta, desde que se efetive a cotização; 3. taxa fixa de juros para o capital investido; 4. repartição do excedente conforme a escala de compra dos sócios; 5. vendas somente à vista; 6. qualidade dos produtos; 7. educação cooperativista e; 8. neutralidade política e econômica.

⁴⁴ Id. Ibid., p. 106.

neste modelo, uma instituição que resulta das lutas dos trabalhadores, como sementes fincadas nas brechas do capitalismo cujo desenvolvimento no interior deste modo de produção ambiciona a sua transformação e, nesta medida, recebem de Singer a designação de socialistas.

A revolução social capitalista está imbricada no desenvolvimento das forças produtivas, em ondas que desestruturam o mundo do trabalho, tal como se verificou na primeira Revolução Industrial. Trata-se de processos que provocam reações das suas *vítimas*, geram movimentos, lutas, quando os trabalhadores se apresentam organizados em instituições novas. Através da experiência da classe operária britânica, Singer vai derivar “generalizações relevantes” ou teses sobre os fundamentos da revolução social socialista. Em primeiro lugar, este repensar o socialismo implica na formulação de um *projeto alternativo* de sociedade, como fizera Owen no seu tempo. Significa também a incorporação da democracia como parte dos processos de transformação revolucionária, ao invés da luta pelo poder como condição dessa transformação. E, por fim, no plano econômico, é preciso que se desenvolvam as formas socialistas de produção e distribuição, os empreendimentos cooperativos, e que isto se realize num ambiente de competição com as empresas capitalistas e através mercado.

Nos dias de hoje, a formulação de um projeto alternativo deve, para Singer, articular as novas forças produtivas com relações sociais que revertam os processos de exclusão social e operem a distribuição da renda e dos ganhos de produtividade. Se para Owen a solução podia passar pela criação de aldeias cooperativas, tendo por critério redistributivo o tempo de trabalho socialmente despendido na produção, para Marx havia a necessidade imperiosa de uma coordenação nacional da produção, no mínimo. Com o fracasso das “experiências coletivistas” que dedicam inspiração a Marx, as organizações dos trabalhadores

foram lançadas para um novo ponto de partida. Levando-se em conta o manancial de experiências passadas, o projeto “socialista ou comunista alternativo” deve alcançar, para Singer, pelo menos as seguintes questões:

O desafio ideológico é formular um projeto de sociedade que respeite as liberdades individuais, políticas e econômicas, conquistadas pelos trabalhadores no capitalismo hodierno e lhes ofereça inserção no processo produtivo em termos de pleno emprego, participação nas decisões que afetam seus destinos também ao nível de empresa e um patamar mínimo de rendimento que lhes proporcione um padrão ‘normal’ de vida. O projeto terá de reavaliar, a luz da experiência histórica, propostas de comunidades coletivistas, cooperativas de produção e consumo articuladas em diferentes âmbitos geográficos, economias nacionais coordenadas e/ou planejadas por autoridade política, em combinação com a organização em forma de mercado de certos setores e ramos etc.⁴⁵

Este projeto coloca-se então sob um tripé formado pela base econômica cooperativada, um Estado nacional com capacidade de planejamento e coordenação, e um ambiente de mercado e competitividade capitalistas, funcionando num cenário com liberdades democráticas, pleno emprego, participação dos trabalhadores ao nível das empresas e renda mínima garantida. Pode-se perguntar se tal projeto, ou parte dele, já não foi testado em outras conjunturas e constitui também parte da experiência dos trabalhadores a ser considerada. Experiências de cogestão e pleno emprego eram horizontes próximos da social-democracia europeia no segundo pós-guerra, com forte participação das instituições sindicais no gerenciamento do sistema, como Singer por sinal faz referência ao final da obra em análise.⁴⁶

⁴⁵ Id. *Ibid.*, p. 110.

⁴⁶ Id. *Ibid.*, p. 176-182. O vínculo, neste caso, encontra-se estabelecido entre a

A segunda tese formulada por Singer, a partir dessa leitura da experiência do movimento operário, trata de firmar a democracia como parte integrante do projeto socialista. Deve-se sobretudo evitar a tutela do Estado sobre a sociedade civil, lição extraída das experiências em que o Estado foi utilizado como alavanca para a transformação revolucionária. A única ressalva, neste aspecto, diz respeito ao avanço da democracia direta, ou melhor, da articulação entre planejamento e democracia. Ao que parece, esta forma combinada de democracia direta e representativa seria realizável no âmbito das cidades, mas dificilmente em nível nacional, já que o planejamento econômico centralizado traduziu-se historicamente em totalitarismo.⁴⁷ Daí a necessidade, aos olhos de Singer, de o mercado estar articulado com os setores cooperativados e o Estado democrático.

As experiências realizadas pelos trabalhadores no campo econômico levam Singer à terceira generalização, cuja formulação sintética apresenta as cooperativas como *implantes socialistas*: ao desenvolverem princípios antagônicos aos vigentes nesse modo de produção, as cooperativas podem ser consideradas *sementes instauradas nas brechas do capitalismo*, uma vez inseridas, como vimos, na arena competitiva do mercado. “Os resultados são transformações institucionais que acompanham a revolução capitalista e, ao mesmo tempo, se contrapõe a ela,

experiência alemã de cogestão no pós-guerra como avanço em direção à democratização das empresas, com a possibilidade de aprofundamento dessa democracia sob nova base tecnológica: “Durante os anos dourados, houve avanços consideráveis na participação dos trabalhadores em certas decisões empresariais que os afetam diretamente. A experiência da cogestão na Alemanha, depois da 2ª guerra mundial, foi significativa. Com as transformações da organização do trabalho, devidas à informática, pode-se esperar que novos avanços venham a ocorrer. Quando a economia das empresas se tornar mais transparente aos que nelas trabalham e para os que compram seus produtos, toda negociação salarial e de preços poderá se ampliar de modo a eliminar a espiral preços-salários. Só então o pleno emprego – uma exigência democrática inescapável – se tornará um objetivo viável.” (p. 177)

⁴⁷ Id. Ibid., p. 109.

sem anulá-la.”⁴⁸ Após a primeira geração de cooperativas e sindicatos formados nas primeiras décadas do Século XIX, opera-se uma mudança estratégica nas organizações dos trabalhadores: ao invés de pretenderem “erguer uma economia socialista em lugar da capitalista *aqui e agora*”, o movimento operário aprendeu a lição e “se reformulou, adaptando-se à hegemonia do capital e *passando a tentar transformá-lo a partir de dentro*.”⁴⁹

Uma vez verificada a impossibilidade de assim travar as rodas do progresso, o movimento operário e seus intelectuais passaram a se empenhar num projeto alternativo de sociedade, que muito rapidamente assumiu a forma de socialismo. E, como vimos, o socialismo enquanto *utopia militante* desencadeou o que se pode considerar ter sido um vasto processo de tentativas e erros no sentido de modificar o capitalismo, compensando suas tendências à concentração e à destruição.⁵⁰

A noção que se descobre, ao fundo dessa leitura de Singer sobre a experiência britânica, sugere a realização, pela classe trabalhadora, de um salto que deixa para trás a resistência às máquinas e aos avanços tecnológicos. As atenções e energias foram então dirigidas para a disputa pelos ganhos de produtividade, pela repartição mais equitativa das riquezas produzidas e pelo avanço da democratização das unidades produtivas e da sociedade. E nesse aspecto são antagônicas ao capitalismo. A própria democracia enquanto implante socialista não deixa dúvida, pois “capitalismo democrático é uma contradição nos termos”. No caso das cooperativas, “o mais controverso e significativo implante socialista”, estas entram em antagonismo com as relações sociais do capital na medida em que “invertem as relações entre

⁴⁸ Id. Ibid., p. 119.

⁴⁹ Id. Ibid., p. 112. Grifos de P. Singer.

⁵⁰ Id. Ibid., p. 119. Grifos de P. Singer.

a empresa e seus clientes e a empresa e seus trabalhadores.”⁵¹

O cooperativismo, para Singer, baseia-se sinteticamente nos seguintes princípios: “toda cooperativa deve ser dirigida por representantes democraticamente eleitos pelos sócios; não deve haver diferença de direitos entre sócios; a repartição dos resultados econômicos entre os sócios deve ser igualitária ou proporcional à contribuição de cada sócio para esses resultados.”⁵² Neste modelo, levando-se em conta todos os riscos de degeneração ou falência sempre presentes, o cooperativismo difere das empresas capitalistas por apontar para a superação da alienação dos trabalhadores relativamente ao controle da empresa, pelas novas relações de propriedade que oferecem e pelo estabelecimento de “relações democráticas e igualitárias”. Singer recupera n’*O Capital* uma análise sobre as cooperativas e as sociedades anônimas como formas de transição para outro modo de produção, assinalando que Marx havia se enganado com relação às SA’s. Porém,

quanto à cooperativa operária, a visão de Marx se revela aguda e certa. Em projeto, ela supera positivamente a contradição entre capital e trabalho, constituindo um elemento do modo de produção socialista, que se desenvolve a partir do modo de produção capitalista. Mas, nem por isso a cooperativa deixa de funcionar competitivamente no mercado, o que a obriga a enfrentar problemas cuja solução nem sempre se coaduna com seus princípios.⁵³

As vantagens comparativas das cooperativas não se devem às novas forças produtivas de que seriam portadoras, porque não as são e estão longe disso. O diferencial estaria precisamente nu-

⁵¹ Id. Ibid., p. 122.

⁵² Id. Ibid., p. 122.

⁵³ Id. Ibid., p. 129.

ma espécie de saldo pedagógico que tais experiências permitem aos que delas participam, a possibilidade de “intervenção” nos destinos da empresa, pelo menos por despertar este “desejo de participar”, atitude que deve ser muito bem cultivada através de uma educação cooperativa.⁵⁴

Esse é o resultado que apresenta Paul Singer da análise das primeiras lutas dos trabalhadores, do resgate histórico que realiza das revoluções sociais capitalistas e socialistas. As revoluções sociais são sementes plantadas no interior do modo de produção precedente. As cooperativas são, neste modelo, sementes socialistas plantadas nos poros do modo de produção capitalista e, nesta qualidade, podem ou não germinar. As possibilidades oferecidas atualmente por essa espécie de ressurgimento do cooperativismo, no contexto sugerido por Singer, significam em primeiro lugar a sua realização num cenário de liberdades democráticas, liberalismo econômico e livre concorrência, ao mesmo tempo em que se delineia o modelo cooperativo como efetivação da democracia na esfera econômica.

Aos olhos de hoje, e daí o “repensando o socialismo” de Singer, as cooperativas aparecem como frutos de uma espécie de adaptação do movimento operário à hegemonia do capital. Dados os fracassos verificados nas experiências de socialismo de Estado, opera-se uma mudança de estratégia na luta dos trabalhadores, procurando as suas instituições tradicionais tornarem-se sujeitos de uma transformação a partir de dentro. As conquistas dos trabalhadores resultam em implantes, instituições que resistem no interior do capitalismo. Ao lado da democracia política e dos sindicatos, as cooperativas estariam situadas em espaços que podem ser aproveitados pelos trabalhadores “para organizar atividades econômicas por princípios totalmente dife-

⁵⁴ “O desejo de participar, que é a forma concreta do anseio pela desalienação, normalmente não é despertado e é frequentemente reprimido quando se manifesta.” Id. *Ibid.*, p. 130.

rentes dos capitalistas e que, por isso, devem ser denominadas ‘socialistas’.”⁵⁵

As reações operárias anticapitalistas projetaram-se mediante lutas nos campos político e econômico. A luta política resultou em vitórias, seja nas instituições da democracia representativa, seja na liberdade de associação etc. E verificaram êxito algumas lutas pelas quais se bateram os trabalhadores no campo econômico, o que o demonstra a perseverança do sindicalismo e do cooperativismo.

Dito isto, pode-se então recolocar a questão que precedeu esta apresentação das teses de Singer, da forma como mobilizou a experiência do movimento operário para firmar o cooperativismo como um dos pilares do socialismo, ou sua base econômica possível. Em primeiro lugar, vale dizer que o destaque oferecido a esse percurso das lutas dos trabalhadores, logo nas primeiras horas desse modo de produção, às instituições que persistiram ao longo dos últimos dois séculos, sobretudo o sindicalismo e o cooperativismo, permitem a Singer recolocar essas instituições nos dias atuais como embriões de um novo modo de produção, germinando no interior e contraditoriamente ao capitalismo. Esta recuperação confere assim um caráter mais positivo às lutas dos trabalhadores no interior desse modo de produção, retomando os princípios que animavam as suas manifestações práticas para lhes conferir atualidade, resgatando mesmo o potencial emancipatório originário de instituições tradicionais do movimento operário.

Singer recoloca, portanto, o debate sobre o caráter emancipatório das cooperativas e das instituições tradicionais do movimento operário, e o faz a partir do resgate histórico que realiza do processo inicial das lutas dos trabalhadores no país em que primeiro se deram as condições para a industrialização e efetivação do capitalismo como modo de produção hegemônico. Nesta perspectiva, fica aberta a questão de saber se estas instituições

⁵⁵ Id. *Ibid.*, p. 112.

do movimento operário configuram-se no momento presente como implantes socialistas e se podem ser considerados embriões de um novo modo de produção.

Mais diretamente referenciada na experiência Britânica, a apresentação das teses de Singer nos aproxima do debate que envolve o campo da economia solidária ou social, pelo menos quando os teóricos desse campo o apresentam como elemento de continuidade dessas primeiras lutas dos trabalhadores, ou quando se reportam a essas lutas como precursoras das experiências recentes, mesmo que seja para negá-las.

O resgate histórico realizado por Singer, relevante em si por recolocar a reflexão sobre o cooperativismo nas suas relações com o movimento e o pensamento socialistas, deixa ainda como desafio o de se tentar avançar nessas análises incorporando o sentido de outras experiências associativistas de luta dos trabalhadores neste mesmo tempo histórico. Neste caso, vale observar mais de perto a experiência francesa deste período, isto é, o processo de industrialização e as primeiras lutas operárias em França, quando também se verificou uma forte resistência à efetivação do capitalismo como modo de produção dominante, e que apresentou igualmente com uma forte tradição cooperativista e associativista. Porém, antes disso, vale a pena verificar o tratamento que até então vinha recebendo a teoria e a prática dos precursores do socialismo no interior da teoria marxista, a começar por Marx e Engels.

Marx, Engels e o socialismo pré-48

Na terceira parte do *Manifesto* de 1848, quando Marx e Engels mapeiam e procuram se diferenciar do pensamento socialista que os havia precedido, na miríade da *literatura socialista e comunista* da época, distinguem três tipos principais: ao

primeiro atribuem a denominação de socialismo reacionário; ao segundo chamam socialismo conservador ou burguês; e, finalmente, o socialismo ou comunismo utópico.⁵⁶ O traço comum dessas vertentes socialistas parece residir no caráter anacrônico que persiste em suas práticas e teorias, resultado da vontade de fazer retroceder congelando o desenvolvimento das forças produtivas em plena expansão, quase sempre derivando para sistemas à margem do capitalismo e fabricados a priori.

Essas correntes terminaram, ao fim e ao cabo, sendo identificadas pelos autores do *Manifesto* como reacionárias, embora não tenha passado despercebido o espírito crítico que animava estas análises precursoras no reconhecimento dos antagonismos de classe, das contradições do capitalismo nascente e dos elementos dissolventes no interior da sociedade que germinava. Sismondi é mencionado como *chefe* desse tipo de literatura pequeno-burguesa, referenciada no quadro das antigas relações de propriedade, corporativas e patriarcais. Impossibilitado de ir além do que o campo de observação permitia, tal socialismo permanecia “ao mesmo tempo reacionário e utópico.”

Também Proudhon é elevado à categoria de representante de um tipo de socialismo reacionário, o de caráter *conservador ou burguês*, primeira formulação do reformismo enquanto estratégia destinada a evitar os danos sociais provocados pelo capitalismo e lutar ao lado do proletariado na busca da melhoria das suas condições de existência, sem tocar no terreno das relações de produção. Esta referência a Proudhon, nomeadamente à sua obra *Filosofia da miséria (1846)*, só pode ser compreendida no

⁵⁶ K. MARX & F. ENGELS. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2002. p. 69-79. É sabido que o texto foi solicitado aos autores pela Liga dos Comunistas em 1947, criada por operários alemães exilados. O lançamento do Manifesto ocorreu, porém, antes das Revoluções de 48-51. O Manifesto vem numa sequência que se tornou importante: “Manifesto dos Iguais”, “Manifesto de Considerant”, o “Comunista” e o “Dos Sessenta”.

embaraço das correntes socialistas existentes no seio do movimento operário europeu na metade do Século XIX. Logo após o lançamento do Manifesto, nas jornadas de junho de 1848, a eleição de Proudhon para a Assembleia Nacional e as ações que o fazem conhecido como *homem terror*, por exemplo, pedem cuidado para com a tipologia apresentada por Marx e Engels.⁵⁷

As obras de Saint-Simon, Fourier e Owen aparecem como os expoentes do terceiro tipo, qualificado por Marx e Engels como *socialismo e comunismo críticos-utópicos*. Esses precursores do socialismo atacam as bases da sociedade existente e assumem a defesa dos interesses da classe operária, num momento em que a luta de classes e os antagonismos sociais apenas começavam a se desenvolver.⁵⁸ Os limites desta vertente estariam situados nas próprias condições em que surgiram seus sistemas utópicos, não encontrando configuradas as bases materiais para a emancipação do proletariado. Além disso, Marx e Engels criticam o papel que o proletariado desempenha nesses

⁵⁷ Martin Buber lembra que, quando redigiram o Manifesto, era recente a recusa em tons bastante ácidos de Proudhon para com Marx, negando-lhe qualquer colaboração. Daí o seu enquadramento entre os utópicos: “Inicialmente, Marx e Engels davam o nome de utopistas àqueles cujas ideias precediam o desenvolvimento devido da indústria, do proletariado e da luta de classes, os quais não poderiam, por isso, levar estes fatores em consideração. Posteriormente, esse conceito foi aplicado indistintamente a todos aqueles que, segundo Marx e Engels não queriam ou não podiam ou não podiam nem queriam levar em conta esses fatores. Desde então, a denominação ‘utopista’ passou a ser a arma mais poderosa da luta do marxismo contra o socialismo não marxista.” BUBER, Martin. **O socialismo utópico**. São Paulo: Perspectiva, 1971. p. 9.

⁵⁸ Para os autores do Manifesto, o caráter utópico desse socialismo encontra-se nas “suas posições positivas referentes à sociedade futura – tais como a abolição do contraste entre cidade e campo, da família, do lucro privado, do trabalho assalariado, a proclamação da harmonia social, a transformação do Estado numa simples administração da produção – todas essas proposições nada mais fazem do que exprimir o desaparecimento do antagonismo de classes, antagonismo que apenas começa a se desenvolver e que os inventores de sistemas conhecem apenas sob formas mais amorfas e indeterminadas. Tais proposições têm, portanto, um sentido puramente utópico.” (MARX & ENGELS. **Manifesto...** *ibid.*, p. 78)

sistemas, não havendo aí qualquer possibilidade para uma ação autônoma de classe, na medida em que rejeitam toda ação política e revolucionária. Descrições fantásticas de uma sociedade futura, não passam de *castelos no ar* que dependem para a sua realização de financiamentos burgueses. Assim, podem figurar na categoria de socialistas reacionários ou utópicos, “deles distinguindo-se apenas por um pedantismo mais sistemático e por uma fé fanática e supersticiosa na eficácia milagrosa de uma ciência social.”⁵⁹

Engels retoma, na obra *Do socialismo utópico ao socialismo científico*⁶⁰, as teses do *Manifesto* a respeito dos fundadores do socialismo, cujo limite encontrava-se determinado pelo estágio incipiente do modo de produção capitalista, das classes sociais em formação e dos antagonismos que lhes são próprios. A grande indústria dava seus primeiros passos na Inglaterra e engatinhava na França. “E só a grande indústria desenvolve os conflitos que transformam numa necessidade imperiosa a substituição do modo de produção. [...] Por outro lado, só a grande indústria fornece, com o gigantesco desenvolvimento das forças produtivas, os meios de resolver o problema.”⁶¹ Nessa situação, a emancipação dos trabalhadores, ainda um estrato social *oprimido e sofrido*, estava comprometida, incapaz de impor uma afirmação autônoma frente à burguesia ascendente. A argumentação estava formada: a imaturidade do modo de produção capitalista e dos trabalhadores enquanto classe social só poderia engendrar teorias utópicas que pretendiam superar o problema do exterior, pela imaginação dos pioneiros na busca de sociedades livres dos antagonismos de classe.⁶² A tais teorias utópicas,

⁵⁹ Id. *Ibid.*, p. 79.

⁶⁰ ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Lisboa: Editorial Estampa, 1978. p. 43-62.

⁶¹ Id. *Ibid.*, p. 50.

⁶² “Tratava-se de descobrir um novo sistema mais perfeito de ordem social e de

Engels vai opor o socialismo científico, situado no terreno da realidade e transformado em conhecimento científico a partir das duas descobertas capitais de Marx: a mais-valia e a concepção materialista da história. Para este socialismo,

A burguesia desfez o regime feudal e levantou sobre as suas ruínas o regime da sociedade burguesa, o império da livre concorrência, a liberdade de ‘movimento’, da igualdade jurídica dos possuidores de mercadorias, e outras maravilhas burguesas. Então, e só então, podia desenvolver-se livremente o modo de produção capitalista. As forças produtivas criadas e postas em movimento sob o comando da burguesia desenvolveram-se, desde o momento em que o vapor e os novos maquinismos transformaram a velha manufatura em grande indústria, com uma rapidez e uma vastidão até aí desconhecidos. Mas, do mesmo modo que no seu tempo a manufatura e artesanato desenvolvidos sob a sua influência tinham entrado em conflito com os entraves feudais das corporações, assim também a grande indústria, quando alcançou um nível de desenvolvimento mais elevado, entra em conflito com as barreiras em que o modo de produção capitalista a tem encerrado. As novas forças produtivas ultrapassam já a forma burguesa em que são exploradas, e esse conflito entre as forças produtivas e o modo de produção não é um conflito nascido na mente dos homens – como, por exemplo, o conflito entre o pecado original do homem e a justiça divina – mas tem as suas raízes nos fatos, na realidade objetiva, fora de nós, independentemente da vontade ou da atividade dos próprios homens que o provocam. O socialismo moderno não é mais do que o reflexo sob a forma de ideias, desde

implantá-lo na sociedade, de fora, pela propaganda, e na medida do possível através do exemplo de experiências-modelo. Esses novos sistemas sociais estavam condenados a mover-se no reino da utopia. Quanto mais em pormenor eram elaboradas, mais degeneravam em puras fantasias.” Id. Ibid., p. 51.

logo na mente da classe que sofre diretamente as suas consequências: a classe operária.⁶³

Com o surgimento da indústria, efetiva-se a transformação do processo de produção em sua totalidade. Enquanto na pequena unidade de produção vigente na Idade Média os meios de trabalho eram individuais, propriedade privada dos trabalhadores, a grande indústria vai operar com os meios de produção sociais, “só utilizáveis por uma coletividade de homens.” Este caráter socializante das novas forças produtivas postas em movimento pelo capitalismo transformou o processo de produção em atos sociais, “e os produtos transformaram-se de produtos individuais em produtos sociais”, libertando forças produtivas que dependem portanto do *trabalho social combinado* dos produtores, o que Proudhon havia percebido com a ideia de forças coletivas.⁶⁴ As formas de produção e apropriação dos produtos são conservadas, pela propriedade privada capitalista, como individuais. Ao proprietário dos meios de produção compete a organização do processo de trabalho e a apropriação do produto. Ao produtor escapa-lhe a organização do processo de trabalho e a destinação do produto, que se lhe tornam estranhos, e o próprio trabalho, trabalho estranhado. A contradição entre a produção social e a apropriação capitalista, em que “o produto domina o produtor”, reveste a forma do antagonismo entre proletários e a burguesia. A este antagonismo junta-se a anarquia da produção como resultado desse processo de concentração das forças produtivas e sua apropriação capitalista, fazendo com que meios de produção, meios de vida e trabalhadores produtivos existam em excesso, criando uma pressão das forças produtivas sobre as relações sociais de produção do capital.⁶⁵

⁶³ Id. *Ibid.*, p. 75.

⁶⁴ Id. *Ibid.*, p. 78. Para Proudhon, as forças coletivas geradas pelos grupos sociais são irredutíveis às forças individuais, que são remuneradas individualmente através do salário. Este modelo pode perceber a exploração como a usurpação pelos capitalistas das forças coletivas não remuneradas no processo de produção de mercadorias. Ver a esse respeito. GURVITCH, G. **Proudhon e Marx**. Lisboa: Editorial Presença; Brasil: Livraria Martins Fontes, 1980. p. 23-41.

⁶⁵ “Todo o mecanismo do modo de produção capitalista falha sob a pressão das forças produtivas que ele próprio criou. Não pode já transformar em capital o conjunto

Para Marx e Engels, os primeiros teóricos do socialismo e do cooperativismo não poderiam ter ido além do que o estágio do desenvolvimento do capitalismo possibilitava. A Introdução das máquinas e a grande indústria davam seus primeiros passos, as classes sociais e seus antagonismos encontravam-se em formação. A obra da revolução social capitalista, nos termos de Singer, ainda não estava completa. Daí que esses primeiros reformadores sociais erguessem suas teorias sob uma base material que não correspondia ao sentido do desenvolvimento do modo de produção em que estavam enredados. E o termo utópico foi-lhes dedicado por esse anacronismo que se fazia inevitável. E mais do que isso, pois a expressão utópicos tornou-se, a partir desse momento, uma arma de luta contra as outras tendências existentes no seio do movimento operário no Século XIX, e o utopismo ainda hoje resta como que *embalsamado*, para utilizar o termo cunhado por J. Russ. Para esta autora, após a síntese de Marx e Engels, o socialismo pré-marxista passou a figurar como “uma múmia na vida real dos sistemas”. Daí a tarefa de reinterrogar as fontes, neste caso as utópicas.⁶⁶

O ponto de partida da análise de Russ é a evolução econômica e social da Alemanha, Inglaterra e França entre 1815 a 1848. As mudanças produzidas na Europa no final do século XVIII, sobretudo o impacto do maquinismo, a introdução da máquina-ferramenta e da máquina a vapor, o surgimento da grandes meios de produção que permanecem inativos, e por isso o exército industrial de reserva também permanece inativo. Meios de produção, meios de vida, trabalhadores disponíveis: todos os elementos da produção e da riqueza geral existem em excesso. Mas a ‘abundância converte-se em fonte de penúria e miséria’, como dizia Fourier, precisamente porque é ela que impede a transformação dos meios de produção e de vida em capital, pois na sociedade capitalista os meios de produção não podem entrar em atividade se previamente não se transformam em capital, em meios de exploração da força de trabalho humano.” ENGELS, F. **Do socialismo...** Op. cit., p. 89-90.

⁶⁶ RUSS, Jacqueline. **La pensée des précurseurs de Marx**. Paris-Bruxelles-Montréal: Bodas, 1973. p. 7-9. Recentemente, o movimento surrealista colocou a necessidade de recuperar os pensadores utópicos.

de indústria, o revolucionamento dos transportes e dos meios de comunicação, o fenômeno da urbanização, a constituição de uma classe proletária *sem eira nem beira* etc., vão se processar historicamente em cada país revelando formas bastante peculiares. Em França, por exemplo, a industrialização vai ganhar progresso após 1830, ano da Revolução que precede a Revolta dos *Canuts* lioneses; e Paris, “capital da revolução”, apresenta um movimento comunista estruturado em 1840, pelo menos, com uma plataforma que apontava para a emancipação do trabalho; educação igualitária; igualdade real; fraternidade universal; e abolição da livre concorrência. Ao passo em que, na Alemanha, a sociedade estava longe de ser “contemporânea do tempo presente no plano histórico”: subdesenvolvimento econômico, industrialização incipiente, ausência de uma burguesia ascendente e de uma classe operária numerosa e unificada conformavam outra cadência para o desenvolvimento das relações sociais de produção capitalista no território alemão.⁶⁷

⁶⁷ “O crescimento industrial assume portanto formas bem diferentes em Inglaterra, em França e em Alemanha. Uma época se acaba na Europa, seguindo um ritmo mais ou menos rápido. A teoria comunista nascente encontra sua lógica interna nas crises que sacodem a antiga sociedade durante a primeira metade do Século XIX. Essa mudança, Metternich a sabe prever em uma percepção do espírito do tempo e das mutações que se anunciam: ‘a nova Europa está em pleno devir. Entre o fim e o começo, haverá um caos.’ O pré-marxismo está ligado a essa morte e a esse élan, a esse caos e a esse mundo em formação.” Id. *Ibid.*, p. 11-22. Sobre o desenvolvimento do capitalismo industrial na Alemanha, Tragtenberg formulou a seguinte síntese: “A Revolução Industrial na Alemanha deu-se de forma incompleta e gradualmente devido à predominância do trabalho manual e à persistência das pequenas oficinas. Até a segunda metade do século XIX, a Alemanha estava industrialmente retardatária; a agricultura constituía a principal ocupação da população. Até 1850, as máquinas eram escassas, pois predominava o sistema de trabalho domiciliar; o país era pobre devido à persistência de um sistema de guildas e à falta de um Estado centralizado. A Alemanha estava dividida em 39 Estados diferentes, o que impedia seu desenvolvimento industrial. Ela carecia de mercado interno e não possuía colônias. A invasão francesa ofereceu à Alemanha a possibilidade de passar do estágio do monopólio das guildas ao sistema industrial liberal; entre 1868 e 1869 surge uma legislação que legaliza a liberdade industrial. Os trabalhadores tiveram então liberdade para oferecer sua mão de obra no mercado, sendo removidos todos os

Ao se colocar a tarefa de reinterrogar a literatura pré-marxista, Russ recupera o modelo das três fontes proposto por Engels no extrato já referido da obra *Anti-Düring*: economia política inglesa, socialismo francês e filosofia alemã. Owen, Saint-Simon e Fourier aparecem na sequência dos “ricardianos igualitários” e das doutrinas socialistas francesas mais evidentes até 1848, formando Hegel e a esquerda hegeliana o terceiro vértice do triângulo.

Está longe de nosso objetivo tratar aqui do utopismo como “verdadeira corrente de pensamento”, como o faz, por exemplo, Petitfils ao rastrear a gênese da utopia desde a antiguidade até suas expressões contemporâneas, neste caso o movimento hippie e a ecologia.⁶⁸ Reservo apenas um parêntese para mencionar que este autor detecta o aparecimento de projetos utópicos em ondas bastante dispersas, sendo os registros iniciais situados nas utopias comunitárias gregas.⁶⁹ Para Petitfils, essas imagens

obstáculos ao desenvolvimento industrial.” TRAGTENBERG, Maurício. **Burocracia e ideologia**. São Paulo: Ática, 1985. p. 60.

⁶⁸ PETITFILS, Jean-Christian. Os socialistas utópicos. São Paulo: Círculo do Livro, 1977. O autor cita G. Duveau, para quem “a utopia está no centro de toda a teoria social, mesmo a mais objetiva, desde o momento em que essa se apresenta como uma especulação sobre a cidade do futuro.” (p. 149). E conclui: “É próprio do homem seu estado de perpétua insatisfação, que sem dúvida sempre o levará, pela magia do encantamento onírico, a romper as duras barreiras da realidade, a fim de sonhar mais livremente com a realização, na terra, dos nobres ideais de paz, justiça, igualdade e fraternidade. Tanto isso é exato que ele conserva, no mais profundo do seu coração, a doce nostalgia dos paraísos perdidos.” (p. 182-3) O problema é que, se toda teoria social que pensa o futuro entra no terreno da utopia, a “magia do encantamento onírico” é parte constitutiva da realidade social, da qual a teoria não pode escapar. Os nobres ideais, idealismos e ideologias são como que inseparáveis das relações sociais em que estão enredados.

⁶⁹ No final da Idade Média, a *Utopia* de T. Morus e, com um século de distância, *A Cidade do Sol* de T. Campanella destacam-se ao lado das narrações de viagens, os primeiros relatos ilustrativos do novo mundo como o paraíso terrestre. É de se notar o profundo impacto que exerceram as grandes navegações e a descoberta do continente americano. Dentre outras coisas porque representaram uma perspectiva de futuro para o velho continente. Morus parece ter se encontrado em Flandres com navegadores que retornavam do mundo extra-ocidental por volta de 1515, e concede a um companheiro de viagem de Vespúcio (Rafael) o nome de um dos personagens da

acabam fornecendo combustível a uma crítica social que, na impossibilidade de modificar o mundo, produzem *ficções políticas* através da edificação de cidades de “parte-alguma”, um “novo mundo moral” que se pronuncia por imagens irreais.⁷⁰

Na sequência do rastreamento das utopias vem Saint-Simon, Owen e Fourier, inaugurando a sua fase socialista. Estes grandes expoentes do utopismo moderno não influenciar de algum modo o pensamento socialista pelo menos até os acontecimentos de 1848-1871, quando o gênero parece ter atingido o auge e seu declínio contrasta com o crescimento do socialismo científico sob inspiração marxista.⁷¹ Para Petitfils, no entanto, Marx e Proudhon tam-

sua fábula *Utopia*. E, a meio caminho entre as utopias humanistas do Renascimento e o socialismo utópico estariam Rousseau, Mably, Restif de la Bretonne, Morelly, D. Deschamps, W. Godwin, o cura Meslier, entre outros. Id. *Ibid.*, p. 16-20.

⁷⁰ “Após um longo período de eclipse na Idade Média, o utopismo volta a surgir no século XVI, quando as grandes descobertas, as transformações sociológicas e o progresso técnico questionaram os fundamentos e os valores do mundo medieval. Entre as obras dessas época, a Utopia de São Thomas More é sem dúvida a mais conhecida e a mais importante, a tal ponto que servirá de nome genérico para designar as ficções políticas.” (p. 16-17).

⁷¹ “Podemos dizer que em fins do Século XIX o utopismo havia desaparecido por toda a parte, ou estava em vias de desaparecer. Foi a época em que o movimento operário conheceu sua grande fase de organização e se voltou para as doutrinas socialistas mais concretas e, em todo caso, menos idealistas. Tudo parece conspirar, então, contra as utopias sociais: a luta de classes, o agravamento da luta política e sindical, a vitória do cientificismo e do positivismo, do qual o marxismo surge como a mais pura expressão, pelo menos no plano social.” Id., *ibid.*, p. 148. Apesar do período de letargia que se seguiu ao pós 1848, o socialismo utópico ou modalidades deste tipo de pensamento ganharam sobrevida proliferando-se para outros países, com destaque para o aparecimento do gênero utópico na Alemanha, Bélgica, Espanha, Itália, Estados Unidos e Rússia. Petitfils relaciona autores que tangenciam a utopia, desde M. Hess, L.V. Stein, A. Blanqui, A. Becker, até G. Orwell, o movimento surrealista, a “corrente hippie” e a utopia ecológica. Id. *Ibid.*, p. 130-160. Sobre o socialismo pré-marxista, ver também a antologia de BRAVO, Gian Mário. **Les socialistas avant Marx**. Paris: François Maspero, 1970. Tomos I, II e III. De forma mais ou menos cronológica, Bravo nos apresenta uma seleção dos principais textos com espírito socialista publicados entre 1760 a 1848, que inclui dentre outros Babeuf, Saint-Simon, Fourier, A. Blanqui, Considerant, Owen, L. Blanqui, Pillot, Proudhon e Cabet. A obra de

bém não escaparam à tentação e apresentaram, cada um a seu modo, proposições utópicas: no primeiro caso, estariam as passagens em que Marx se lança em reflexões sobre o futuro comunista; e, no segundo, quando Proudhon expõe seus projetos mais pragmáticos como o de um banco do povo e de bônus cambiáveis por mercadorias. Esta espécie de genealogia do pensamento utópico representa por si só um vasto campo de investigação, tanto quanto o são as chamadas correntes socialistas pré-marxistas e utópicas.

Interessa-nos aqui o campo do socialismo utópico, ou da utopia que inspirou a literatura socialista e influenciou de algum modo o movimento operário nos primórdios desse modo de produção. Partimos, a este respeito, da demarcação que realiza Hobsbawm entre a literatura utópica pré-marxista e a que vai inaugurar o socialismo moderno.⁷² Para este autor, a literatura que integra a pré-história do comunismo despertou o interesse dos primeiros teóricos socialistas, dentre outras coisas, pela dificuldade que representava a ausência de experiências das quais fosse possível derivar os princípios de funcionamento de uma sociedade comunista.⁷³ Para realizar o fechamento desta lacuna, podia-se encontrar inspiração nas ficções políticas elaboradas desde Platão até T. Morus, sem que daí se possa estabelecer uma

Russ (op.,cit.) também adiciona uma seleção de textos, que inclui Sismondi, Smith, Ricardo e também Hegel, M. Hess e Weitling.

⁷² HOBBSAWM, Eric J. Marx, Engels y el socialismo pré-marxiano. In.: **Historia del marxismo**. (1) El marxismo en tiempos de Marx. Barcelona: Editorial Bugrera, 1979. p. 39-82. “O socialismo moderno não deriva de Platão ou de Tomas Morus, e menos ainda de Campanella.” p. 42

⁷³ “Diferentemente do termo ‘comunista’, que sempre representou um programa, o termo ‘socialista’ tinha originariamente um caráter analítico e crítico. Empregava-se para definir quem possuía uma visão particular de natureza humana [...]; ou para definir quem acreditava na possibilidade ou na necessidade de um modo especial de ação social, sobretudo nas questões de interesse público [...]” O termo socialista não estava assim identificado com a propriedade coletiva e a gestão comum dos meios de produção, o que só vai ocorrer no final do Século XIX com os primeiros partidos socialistas. Id. Ibid., p. 52-3.

linha de continuidade entre estes campos de pensamento. Estes textos expressavam de algum modo concepções comunitárias e, neste sentido, refletiam um componente básico das sociedades europeias pré-industriais, bem com daquelas com as quais estabeleceram contato os navegadores a partir do século XVI, como já foi mencionado. No entanto, os primeiros teóricos do socialismo moderno, ainda que tenham tomado estas concepções comunitárias como referência, não pretendiam uma “volta ao passado” em busca de uma felicidade primitiva perdida: “Na luta entre tradição e progresso, entre primitivo e civilizado, socialistas e comunistas se inclinavam para o mesmo lado”⁷⁴.

Na genealogia do pensamento socialista, a matriz principal é formada pelos teóricos da Ilustração do século XVIII, sobretudo a francesa, ao situarem a Razão como base da ação humana e da formação da sociedade, e da história como progresso do homem, cujo direito natural incluía a felicidade, para além da vida e da liberdade.⁷⁵ As primeiras críticas socialistas com que Marx e Engels se defrontaram tinham instalado a igualdade como direito inalienável e seu teórico principal era Rousseau. Estas primeiras teorias socialistas estavam presentes no surgimento do movimento comunista, influenciando especialmente a esquerda jacobina da Revolução Francesa.

⁷⁴ “O termo ‘progresso’ nos leva àquela que sem dúvida foi a principal matriz intelectual das primeiras modernas críticas socialistas e comunistas da sociedade, ou seja, a ilustração do Século XVIII e em especial a francesa.” Id. *Ibid.*, p. 46.

⁷⁵ Engels já havia anotado que: “O socialismo moderado é, em primeiro lugar, pelo seu conteúdo, o produto da tomada de consciência, por um lado, dos antagonismos de classe que existem na sociedade moderna entre possuidores e não possuidores, assalariados e burgueses e, por outro lado, da anarquia existente na produção. Mas, pela sua forma teórica, o socialismo aparece de início como uma continuação mais desenvolvida e mais consequente dos princípios estabelecidos pelos grandes filósofos das luzes em França, no século XVIII. Como toda a nova teoria, o socialismo teve de se ligar, ao nascer, às ideias básicas preexistentes, mas a raiz, a fonte real do socialismo, reside nas condições econômicas.” ENGELS, F. **Do socialismo...** Op. cit., p. 45-46.

...a história, sem solução de continuidade, do comunismo enquanto movimento social moderno se inicia com a corrente de esquerda da revolução francesa. Uma linha descendente direta enlaça com a conspiração dos ‘Iguais’ de Babeuf, através de Filippo Buonarroti, as associações revolucionárias de Blanqui, dos anos 30, e estas, por sua vez, aparecem ligadas, através da Liga dos Justos, e dos desterrados alemães inspirados nela (convertida logo em Liga dos Comunistas), a Marx e Engels, que por conta da Liga redigiram o Manifesto do Partido Comunista.⁷⁶

É sempre complexa a ideia de genealogia, e Hobsbawm menciona de passagem que Cabot enumerou pensadores do espectro comunista de Confúcio até Sismondi. De qualquer modo, é nesta miríade de teóricos e movimentos sociais comunistas que Marx e Engels vão distinguir os três grandes socialistas utópicos. As reflexões utópicas sobre a natureza da sociedade comunista exerceram grande influência sobre os autores do *Manifesto*, mas adverte Hobsbawm que estes possuíam naquela altura um conhecimento ainda insuficiente das formas de associativismo ou de cooperativismo realizados nos meios operários ingleses e franceses, ou vissem com ceticismo algumas experiências owenistas de bancos de troca, por exemplo, e julgassem mesmo irrelevante a construção de comunidades utópicas agroindustriais e autossuficientes. Ainda que estas correntes cooperativistas e socialistas utópicas tenham sido integradas e superadas pela síntese marxiana da década de 40⁷⁷, as práticas cooperativistas e associativistas eram as formas de estruturação das lutas da classe operária. Aliás, o conteúdo do socialismo na época estava estreitamente ligado a essas práticas prosseguídas no campo da produção, mediante a propriedade co-

⁷⁶ HOBBSAWM, E. **Marx, Engels...** Op. cit., p. 49-50.

⁷⁷ “A política, a economia e a filosofia, a experiência francesa, inglesa e alemã, o socialismo e o comunismo ‘utópicos’ terminaram pois integrados, transformados e superados na síntese marxiana durante os anos 40.” Id. *Ibid.*, p. 75.

operativa dos meios de produção, enquanto programa genérico para uma sociedade organizada em oposição ao individualismo e em bases não capitalistas.

É certo que os primeiros utópicos não sobreviveram à primeira metade do Século XIX, e no fundo suas doutrinas e seus movimentos agonizavam já no início dos anos 40 [...]. Em câmbio, diversos tipos de associativismos e de teorias cooperativistas, em parte derivadas de formas utopistas (Owen, Buchez), e em parte elaboradas sobre bases menos messiânicas (Louis Blanc, Proudhon), continuariam prosperando. Mantiveram inclusive a aspiração de transformar toda a sociedade mediante atuações cooperativistas. Se isso era certo até na Inglaterra, onde o sonho de uma utopia cooperativista capaz de emancipar o trabalho da exploração capitalista se diluiu nas cooperativas comerciais, o foi ainda mais em outros países, onde a cooperação de produtores seguiu sendo dominante. **Nos tempos de Marx, para a maioria dos trabalhadores, isso era o socialismo;** ou melhor, o socialismo que recolhera a adesão da classe operária [...] era o que advogava por grupos de produtores independentes, sem capitalistas mas dotados pela sociedade de capitais suficientes para dar-lhes vida, projetados e estimulados pelas autoridades públicas, e por sua vez sujeitos a deveres coletivos para o público.⁷⁸

No horizonte da primeira metade do Século XIX, era natural que a classe operária em formação alimentasse o sonho de unidades produtivas independentes, principalmente para aqueles trabalhadores mais conscientes, com laços próximos à experiência artesanal e às pequenas oficinas, ou que ainda não se haviam convertido totalmente em proletários. A grande transformação, operada pela introdução da maquinaria e o surgimento da in-

⁷⁸ Id. Ibid., p. 80-1. O grifo é nosso.

dústria, fez com que a realização pelos trabalhadores de experiências no campo econômico fosse assimilada como trincheiras, cujo avanço poderia transformar o conjunto das relações sociais de produção, pela eliminação da propriedade privada e o desenvolvimento de práticas associativas e cooperativadas. Daí o interesse e o reconhecimento que Marx e Engels dedicaram a Owen, definindo-o como comunista.

Cabe então retomar e analisar em pormenor o comunismo de Owen, mas antes pode ser útil lembrar o percurso até aqui percorrido. Iniciamos este capítulo com a exposição das teses de Singer sobre o desenvolvimento do cooperativismo na vertente inglesa Owen-Rochdale, que detecta neste processo as instituições potenciais da revolução social socialista. Ao lado do sindicalismo e do sufrágio universal, as práticas cooperativistas são qualificadas como implantes socialistas, cujos princípios são antagônicos à este modo de produção. Vimos agora que Marx e Engels, na altura do *Manifesto*, apresentam uma síntese e situam Owen como representante inglês do socialismo utópico, corrente de pensamento que penava antes de tudo por ter nascida de forma prematura, antes que a Revolução Industrial tivesse completado o trabalho de parto e avançado no desenvolvimento das forças produtivas até então nunca vistas. Esta nova realidade técnica produzirá, com a concentração dos capitais dispersos, um sistema industrial que empregará muitos trabalhadores, proprietários apenas dos seus braços, sem outra alternativa para obter os seus meios de vida que não seja o assalariamento, e deixará muitos outros ao relento, caçando as migalhas deixadas pela produção de mercadorias.

O sistema industrial surge como portador de uma contradição insolúvel entre o desenvolvimento das forças produtivas e o modo de produção que o engendrou, em meio ao antagonismo que germina inexorável entre os capitalistas detentores dos meios de

produção e os produtores imediatos, classe oprimida e explorada pelo capital. O socialismo moderno passa a ser então a tomada de consciência dos interesses antagônicos entre as classes sociais, entre burguesia e proletariado, e da anarquia reinante no mundo da produção. Consciência esta que a geração dos utópicos não poderia acessar, dado o caráter incompleto da revolução social capitalista. A esse respeito, Hobsbawm assinalou que Marx e Engels são extremamente seletivos no tocante às obras dos seus predecessores, que, no entanto, aparecem nas suas reflexões posteriores, como marcas da influência profunda que neles exerceram. Vamos prosseguir na análise das primeiras teorias socialistas, e abordar em seguida o caso francês, pelo menos o cenário que vai abrigar Saint-Simon, Fourier e as expressões do socialismo utópico no continente. Mas antes disso é preciso falar um pouco mais sobre o owenismo e a experiência inglesa.

Robert Owen e a criação do meio cooperativo

Acabávamos de dizer que Owen era visto de modo distinto por Marx e Engels, e Hobsbawm sugere que isto não se deve apenas à relação que Engels cultivava com o movimento owenista e que lhe permitiu inclusive articular um encontro entre Marx e Owen. Mas deve-se também ao sentido prático e rompedor inteligente com que Owen formulou suas comunidades utópicas. Além disso, Owen indicou três grandes obstáculos à reforma social: “a propriedade privada, a religião e a forma atual do matrimônio”⁷⁹, o que não impediu Engels de lhe retratar de forma no mínimo irônica, como industrial e reformador social de vinte e nove anos, “homem de uma singeleza de caráter quase infantil e que ao mesmo tempo era um condutor nato de homens como aparecem poucos”⁸⁰. Seja como for, o que caracteriza a

⁷⁹ Robert Owen, citado por Hobsbawm, E. **Marx, Engels...** Op. cit., p. 56-57.

⁸⁰ Engels, F. **Do socialismo...** Op. cit., p. 55.

obra de Owen é o fato de ser eminentemente prática, destinada a modificar o meio social através da associação.⁸¹

Neste momento, interessa-nos destacar algumas questões que perseguem a prática e o pensamento de Owen, relacionadas, sobretudo, às ideias cooperativistas e ao movimento operário inglês neste período. Na verdade, são três temas que se articulam com algumas das principais experiências vividas por este autor: primeiro, a experiência de industrial e reformador social em New Lanark; segundo, as experiências de colônias socialistas nos Estados Unidos; e por fim o seu retorno ao continente no centro de um movimento de massa e à beira de uma ruptura revolucionária.

O primeiro período da obra de Owen, e que vai fazê-lo conhecido reformador, tem início quando se torna coproprietário e diretor de uma grande fábrica têxtil em New Lanark, na Escócia, cuja população na época era estimada em 2500 pessoas. Ficaram famosos os seus melhoramentos técnicos e suas intervenções no plano da regulamentação do trabalho, ao reduzir a jornada de 17 para 10 horas diárias, suprimir o sistema de multas e punições e

⁸¹ Tanto Owen como Fourier afirmam haver descoberto quase ao mesmo tempo o *segredo* da associação, ou cooperação integral nos termos de Owen. “No nº 27 de agosto de 1821 do jornal de Owen, *Economist*, lemos: “O segredo foi desvendado: é a cooperação integral, da parte de todos os membros e para cada fim da vida social.” E Fourier se expressa de forma semelhante: “O secreto da união de interesses está na Associação”. Citados por GIDE, Charles & RIST, Charles. **Histoire...** Op. cit., p. 257. Esta *descoberta* da associação, ou o lugar que ocupa nas obras desses autores, leva Gide & Rist a firmarem uma distinção entre este *socialismo associativista* em relação aos *saintsimonianos*, cuja ênfase estaria na socialização: “A socialização remete à Sociedade, com letra maiúscula, e busca envolver em uma organização coletiva todos os membros da Nação; por isso a palavra nacionalização seria mais clara. O associativismo, mais individualista, teme que o indivíduo perca-se na massa e pensa em o salvar pela organização de pequenos grupos autônomos [...]” Id. *Ibid.*, p. 256. Para estes autores, esta modalidade de socialismo associativista, que incluía pelo menos L. Blanc, Pierre Leroux e Cabet, marca uma clara reação à Revolução Francesa. Vale lembrar que as associações, em especial as associações profissionais, foram proscritas pela *Lei Le Chapelier* de 1791, em França, e pelas *Combinations Act* na Inglaterra, como vimos na exposição de Singer.

impedir o trabalho de crianças com menos de 10 anos, bem como na construção de escolas laicas e na introdução de novos métodos pedagógicos, tema que irá percorrer toda a sua obra. Estas reformas, e outras como a criação de caixas de seguro para os trabalhadores, fazem da fábrica um lugar de peregrinação e visitas da aristocracia curiosa com os sucessos obtidos, levando Owen a manter correspondência com soberanos e reformadores de vários países.

Desde esta época, e até o final da sua vida, a ideia de um avanço operário por sua própria conta será estranha a Owen, como também a sua aversão aos conflitos que opunham trabalhadores e capitalistas, afirmando que “*essa luta irracional e inútil deve cessar*”. A pretensão de modificar o meio a fim de criar um *novo caráter* não estava menos distante das suas preocupações com os problemas da disciplina do trabalho e da integração dos desregrados rurais escoceses aos novos padrões impostos pela produção industrial. Em um texto de 1813, Owen afirma ter encontrado em New Lanark trabalhadores que...

já tinham quase todos os vícios e pouquíssimas das virtudes de uma comunidade social. Sua ocupação era o roubo e a receptação de bens roubados, seu hábito era a ociosidade e a embriagues, sua figura a falsidade e a ilusão, sua prática cotidiana as dissensões civis e religiosas; só se uniam numa ardente oposição sistemática aos seus patrões.⁸²

Trata-se certamente de um problema que se fazia crônico no sistema industrial nascente: o de integrar, mediante a disciplina e o controle, trabalhadores de origem camponesa transformados em proletários nas cidades, isto é, o problema de inculcá-los os hábitos de *atenção, rapidez e ordem*. Pode-se dizer que tais pro-

⁸² R. Owen. Uma nova visão de sociedade (1813), apud THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. III – A força dos trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 381.

blemas só encontrariam um século depois com o taylorismo as condições técnicas para serem plenamente remediados. Daí que a solução proposta naquela altura significasse realmente algo original: a reação dos trabalhadores não se deve a uma questão de natureza ou de caráter, pois as pessoas são frutos do meio e das circunstâncias que envolviam a sua formação e a sua vida. E não apenas os trabalhadores, mas as outras classes eram também produtos dessas circunstâncias.⁸³

No horizonte das luzes, era preciso provocar uma mudança na ordem das coisas e se engajar no novo momento da história, acelerando a passagem do conhecimento inadequado, herdeiro dos preconceitos passados, a um saber claro e distinto, em uma palavra, racional. “O espírito humano, até aqui envolto nas trevas da mais grosseira ignorância e da superstição, deve enfim ser esclarecido.”⁸⁴ Mudar o meio para mudar o homem. A conquista da felicidade na terra sob o comando da religião racional e o imperativo da ciência social. Religião verdadeira que invoca o princípio da unificação e a aplicação do saber: “A verdadeira religião é a verdade, e a verdade é isso que não muda com o

⁸³ Como aparece formulado no *Discurso às classes trabalhadoras* de 1819: “Desde a infância, vocês [...] foram formados para desprezar e odiar os que diferem de vocês nas maneiras, na linguagem e nos sentimentos. [...] Esses sentimentos de ódio devem ser retirados antes que qualquer ser que tenha no coração o interesse real de vocês possa depor o poder nas suas mãos. [...] Vocês então perceberão claramente que não existe nenhuma base racional para o ódio. [...] Uma multiplicidade infindável de circunstâncias, sobre as quais vocês não têm o menor controle, colocou-os onde vocês estão. [...] Da mesma forma, outros dos seus companheiros foram formados pelas circunstâncias, igualmente incontroláveis para eles, para se tornarem seus inimigos e opressores cruéis. [...] Por esplêndido que possa ser seu aspecto exterior, esse estado de coisas muitas vezes lhes causa um sofrimento ainda mais pungente do que o de vocês. [...] Enquanto vocês mostram com sua conduta qualquer desejo violento de despojá-los desse poder, desses emolumentos e privilégios – não é evidente que eles têm de continuar a encarar vocês com sentimentos de inveja e hostilidade...?” (Apud THOMPSON, E. P. Op. cit., p. 387).

⁸⁴ R. Owen. *Adresse aux habitants de New Lanark*. Apud RUSS, J. **La pensée...** Op. cit. p. 35.

tempo.”⁸⁵ À semelhança de Saint-Simon, trata-se de uma religião que busca a materialização dos conhecimentos, unificando religião e ciência.⁸⁶ Daí a importância que a educação recebe no sistema de Owen, e cujos princípios foram introduzidos pela primeira vez em New Lanark.⁸⁷

Não se deve esquecer que essas reformas só foram possíveis na medida em que significaram o crescimento dos lucros, justificando seus custos e riscos para o quadro de acionistas, suspeitosos em relação às ideias do diretor. No debate com os demais capitalistas coproprietários da fábrica, o argumento de Owen articula preceitos humanistas, o ideal de um *homem novo*, com o cálculo econômico atualizado para o contexto das novas instalações industriais e o estágio de desenvolvimento das forças produtivas.

A experiência vos ensinou certamente a diferença que existe entre um equipamento mecânico limpo, reluzente, sempre em bom estado, e aquele imundo, em desordem, arrebentados por maus tratos inúteis, e que pouco à pouco se tornam fora de uso? Se portanto o vosso cuidado concedido aos motores inanimados pode dar resultados tão vantajosos, porque não podemos con-

⁸⁵ OWEN, Robert. *Le livre du nouveau monde moral* (1836-1844). In.: BRAVO, G. M. **Les socialistes...** (Tome II). p. 49.

⁸⁶ “A verdadeira religião consiste unicamente na aquisição do conhecimento do verdadeiro e sua aplicação à prática, em conformidade com os fatos e leis da natureza humana.” R. Owen. *Livre du nouveau monde moral*. Apud. RUSS, J. Op. cit., p. 38.

⁸⁷ Na terceira das Teses sobre Feuerbach, Marx aponta uma crítica geral ao materialismo de Owen: “A doutrina materialista segundo a qual os homens são produtos das circunstâncias e da educação e, portanto, segundo a qual os homens transformados são produtos de outras circunstâncias e de outra educação modificada, esquece que são precisamente os homens que transformam as circunstâncias e que o próprio educador deve ser educado. Por isso, essa doutrina chega, necessariamente, a dividir a sociedade em duas partes, uma das quais é colocada acima da sociedade (por exemplo, em Robert Owen). A coincidência da modificação das circunstâncias com a atividade humana ou alteração de si próprio só pode ser apreendida e compreendida racionalmente como *práxis revolucionária*.” MARX, K. *Teses sobre Feuerbach*. In.: Marx, K. & Engels, F. **A ideologia Alemã** (I – Feuerbach). São Paulo: Hucitec, 1989. p. 126.

ceder os mesmos cuidados para dar a esses motores animados, a esses instrumentos vivos cuja estrutura é muito mais admirável?... Não é natural concluir que esses mecanismos bem mais complexos e delicados seriam igualmente melhorados em força e em eficácia e que seu emprego seria bem mais econômico, se os mantivermos em estado de limpeza, se os tratarmos com doçura, se evitarmos em sua atividade mental os maus tratos irritantes, se lhes fornecermos uma quantidade de alimentos e de meios de existência suficientes para sustentar seus corpos em boas condições de produção, para evitar que eles não estejam deteriorados ou levados prematuramente ao desânimo?⁸⁸

Em Owen, a tradição paternalista funde-se com o racionalismo, e a sociedade pode ser planejada como um *gigantesco panopticon industrial*, na expressão cunhada por Thompson. Trata-se de reformar o meio em busca de um sistema mais racional e propício à felicidade. Isto é, “quais são as melhores providências para que esses homens e suas famílias possam ser, bem e economicamente, alojados, alimentados, vestidos, treinados, educados, empregados e governados?”⁸⁹ Nesta época, a maneira mais eficaz ou a primeira alternativa para dar início à implantação desse sistema era, para Owen, “convencer os governos da verdade dos princípios sobre os quais ele [o novo sistema] estava fundado”.⁹⁰

⁸⁸ R. Owen. A new view of society and other writings. Apud. GIDE & RIST. **Histoire...** Op. cit., p. 261-262. Percebe-se nesta passagem a antecipação de algumas ideias do que viria a ser a Escola de Relações Humanas cem anos depois no campo da teoria gerencial, pretendendo em suma “*agir sobre indivíduos e grupos para provocar neles as atitudes que convêm à empresa.*” TRAGTENBERG, Maurício. **Administração, poder, ideologia.** São Paulo: Moraes, 1980. p. 21

⁸⁹ R. Owen. A new... Op. cit., p. 382.

⁹⁰ OWEN, R. **Le livre du...** Op. cit., p. 65. Polanyi, no seu estudo sobre a revolução industrial na Inglaterra, situa os planos e as reformas de Owen numa linha que se inicia com John Bellers, prossegue com Jeremy Bentham e culmina em Owen. A pretensão dessa vertente era, em síntese, “*tornar rentável o pauperismo*”. Bellers seria o precursor de todo o pensamento socialista posterior com relação ao tratamento da questão da

Após uma espécie de autocrítica a respeito das reformas em New Lanark, Owen passa a se dedicar aos planos para acabar com a pobreza e a implementação de experiências modelos, ou comunidades de igualdade perfeita, entrando no segundo período da sua obra. No início da década de 20, Owen chega à conclusão de que o bem estar dos trabalhadores de New Lanark, comparativamente às condições de trabalho praticadas nas outras fábricas, estava repleto de limitações, e a maior delas era a de que esses trabalhadores continuavam sendo seus *escravos*. A propriedade privada se lhe afigura neste momento como irracional: o trabalho, a *fonte de toda a riqueza*, é frustrado do seu resultado, que lhe é roubado pela irracionalidade da acumulação individual e o egoísmo generalizado, voltando aos proprietários. Suas ideias se aproximam do comunismo, provocando a reação dos círculos burgueses, e duras críticas ao plano das aldeias de cooperação que acaba por ser rejeitado pelo governo.⁹¹

pobreza, ao sugerir em 1696 a criação dos *Colleges of Industry* para realizar a troca de produtos entre os pobres, mas dirigidos por capitalistas e com lucro. Bentham, que já havia apresentado seus planos para a racionalização do sistema prisional, transpõe esses planos às fábricas, substituindo os prisioneiros por pobres. Esta aplicação do *Panopticom* às fábricas foi materializada no projeto do *Industry Houses*, para a exploração dos pobres assistidos. Posteriormente, previu a criação de 250 *Houses* para abrigar cerca de 500 mil internos trabalhadores, denominando o projeto de *National Charity Company*. Owen, que teve Bentham como sócio na fábrica de New Lanark, irá retomar esses projetos com as *Villages of Union*, ampliando-as em relação ao plano de Bellers para abrigarem 1200 pessoas. Na época de Bellers, em 1696, estimava-se em 400 mil o número de pobres. Cem anos depois, os planos de Bentham encontravam um cenário com 2 milhões de pobres. E em 1818, a Inglaterra acumulava o montante de 8 milhões de pobres. POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 108-136.

⁹¹ Thompson recupera a crítica de Cobbet às “aldeias”, que a seus olhos parecem “*paralelogramas de indigentes*”. E Bravo reproduz uma passagem em que Louis Reybaud, “*burguês bem pensante da época*”, critica o plano de Owen e sua doutrina: “Jamais uma negação tão assustadora foi anunciada com tanto sangue-frio. Não mais religião, não mais casamento, não mais família, não mais propriedade. Robert Owen concebe uma sociedade sem laços, sem crenças, sem deveres e sem direitos. A existência terrestre é a única coisa que interessa: ele não imagina nada além disso.

Diante à falta de incentivos práticos para a efetivação do plano das *aldeias de cooperação (1817)*, e desiludido com a posição conservadora do patronato e do governo nos projetos de legislação trabalhista baseados nas realizações de New Larnark, as ideias de Owen avançam para uma crítica à sociedade capitalista, estreitando ao mesmo tempo os contatos com as formas associativas dos trabalhadores e sua forte tradição mutualista e cooperativista, movimentos que até então eram indiferentes ou desconfiados para com ele. Singer assinala, como vimos, que esta tradição associativista decorria, sobretudo, entre os trabalhadores qualificados, mais próximos da experiência do artesanato.

Quando surge o plano das aldeias de cooperação, a crise econômica de 1815 havia aumentado o número de miseráveis por todo o lado. Pelo projeto de Owen, os desempregados seriam alojados em unidades de trabalho (as aldeias) em grupos de 1.200 pessoas, receberiam um primeiro financiamento do Estado, com a expectativa de que os recursos fossem posteriormente restituídos pelos trabalhadores mediante suas próprias atividades, o que os tornaria “úteis, industriosos, racionais, autodisciplinados e também moderados.”⁹²

Esta fórmula pretendia a auto-suficiência econômica dos trabalhadores instalados nas *aldeias*, diferenciando-a das leis contra

Encarando de frente e de perto nosso destino, ele sustenta que o homem não está em condições de o dominar, e que, ao contrário, é vítima de circunstâncias irresistíveis. Nem a educação, nem o caráter, nem a inteligência, nem a força física são faculdades dependentes inteiramente da vontade humana: cada ser sujeita-se à lei da natureza e dos acontecimentos.” BRAVO, G. M. **Les socialistes...** Op. cit., p. 22.

⁹² THOMPSON, E. P. **A formação...** Op. cit., p. 383. “Na verdade, o germe da maioria das ideias de Owen pode ser visto em práticas que antecipam ou ocorrem independentemente dos seus textos. Não só as sociedades beneficentes ocasionalmente ampliaram suas atividades com a construção de clubes sociais ou casas de caridade; existe também uma série de exemplos de sindicatos pré-owenistas que, quando em greve, empregavam seus próprios membros e comerciavam o produto.” p. 393.

a vagabundagem e as formas de *trabalho forçado* no antigo regime, as *manufaturas reais* e mesmo das *oficinas de auxílio* de Turgot, nos anos anteriores a Revolução Francesa.⁹³ E, de passagem, podemos dizer que o projeto owenista de criar aldeias de cooperação com a ajuda financeira do Estado está bastante próximo, em suas linhas gerais, de algumas experiências recentes de políticas públicas desenvolvidas no Brasil “*para a geração de trabalho e renda*”, mais até do que as *oficinas sociais* defendidas por Louis Blanc (1839) e que se tornam um dos eixos do debate sobre o *direito ao trabalho* durante 1848-49. Na fórmula owenista, como no cooperativismo *popular* resultado de políticas indutivas por parte do poder público no Brasil, trata-se da criação de unidades produtivas autossuficientes que buscam a re-inserção dos trabalhadores ao mundo econômico, social e moral, enquanto Blanc pensa as oficinas sociais instituídas e dirigidas pelo Estado, que utiliza da sua “força organizada” para por fim a concorrência, fonte das crises, da miséria e da dissolução da família.⁹⁴

Atacado pelo patronato e visto com desconfiança pelos trabalhadores, Owen volta-se para as associações operárias e trata de pôr em prática seu plano, escolhendo a América para a realização

⁹³ Sobre as formas de trabalho forçado no antigo regime, ver CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999. p. 170-86. “É exatamente, parece, por ter conseguido fazer trabalhar, cada um no lugar onde vive, o máximo de indigentes, aplicando uma legislação particularmente cruel contra a vagabundagem e, ao mesmo tempo, outorgando ajudas mínimas para os indigentes domiciliados, que a Inglaterra pôde mobilizar uma parte importante de sua força de trabalho sub-qualificada antes mesmo da Revolução Industrial. Esta intervém a partir da segunda metade do século XVII, quando os recursos desse tipo de mobilização territorializada da mão de obra estão em via de esgotamento. A máquina e a concentração industrial desempenharam, então, o papel de um duplo redutor de mão de obra.” p. 179.

⁹⁴ Sobre as experiências de políticas públicas para a geração de trabalho e renda que invocam a criação de cooperativas, veremos na terceira parte. Sobre as oficinas sociais de Blanc, ver: BLANC, Louis. *Organization du travail* (1839). In.: BRAVO, G. M. **Les socialistes avant Marx**. Vol. II. Op. cit., p. 134-166.

de uma experiência modelo. A primeira comunidade de igualdade perfeita, New Harmony, foi fundada no primeiro de maio 1825 em Indiana (Estados Unidos), iniciando com 800 pessoas. Em menos de dois anos de funcionamento a comunidade estava destroçada e sucumbiria em seguida. Em 18 de março de 1827, o jornal publicado então por Owen (*New Harmony Gazette*), registra que “cada profissão dirige seus próprios negócios, determina seus regulamentos interiores e distribui seus próprios produtos.”⁹⁵

Este processo de degeneração abrigou várias tentativas de explicação e municiou os críticos do comunismo owenista. Os problemas teriam residido, por exemplo, no recrutamento das pessoas com origens muito heterogêneas; na rapidez com que foi aplicado o princípio da igualdade perfeita, ampliando a fórmula “a cada um segundo o seu trabalho” para “a cada um segundo a sua necessidade”; o volume de horas despendidas nas discussões internas que apenas habituavam os trabalhadores à preguiça; a formação de estratos sociais internos; o reaparecimento do dinheiro e do casamento, etc.⁹⁶

De todo o modo, a experiência de New Harmony é considerada a primeira em que se tentou a realização prática do socialismo, e para João Bernardo ela representa também a primeira experiência de crise do socialismo. Naquele mesmo Seminário realizado na USP, com que abrimos este capítulo, J. Bernardo assinala que os motivos que levaram a sua derrocada não são explicáveis apenas por razões econômicas. Os seus integrantes, militantes do que já se poderia chamar de socialismo, ficaram cedo descontentes com a experiência, apesar de vivenciarem um “meio” inteiramente novo: por um lado, propriedade coletiva do solo, do instrumental de trabalho, das instalações, salários

⁹⁵ Citado por RUSS, J. *Le pensée...* Op. cit., p. 46.

⁹⁶ Jaquiline Russ enumera estes problemas de New Harmony apoiando-se na obra de E. Dolléans sobre R. Owen. Id. *Ibid.*, p. 44-45.

iguais etc. e, por outro, a gestão do processo de trabalho era mantida de forma autocrática por Owen. Dito de outro modo, o problema que esta experiência revelou – central para o debate em torno do cooperativismo e da autogestão – foi a distinção entre as relações jurídicas de propriedade e as relações sociais de produção; “Foram necessárias muitas mortes, e os campos de concentração stalinianos, para que a mente do trabalhador distinguisse claramente que se podem transformar as relações jurídicas de propriedade mantendo, ou aprofundando, as relações sociais de produção capitalistas.”⁹⁷ Para os trabalhadores ingleses, esta distinção já aparecia de forma incipiente. Quando se reporta às comunidades de Orbiston, em 1825, o periódico *Trade Newspaper* considera que os planos de Owen não representavam uma opção para todas as profissões e, além disso, eram “impraticáveis pela aversão que homens independentes e livres de nascimento devem sentir a que lhe digam o que têm de comer [...] e o que têm de fazer.”⁹⁸

Nestas primeiras experiências do owenismo, certamente que a formação de uma comunidade nova a partir de grupos com origens heterogêneas, com formações e tradições muito diferentes, criava fossos internos difíceis de serem transpostos. Partindo da rejeição aos conflitos de classe, onde a expressão *New Harmony* era também uma plataforma política, a doutrina de Owen pôde atrair para o seu espectro doutrinário e suas ações práticas certo número de “fidalgos filantropos e clérigos – godwinianos, quacres, rebeldes intelectuais e excêntricos”, como o Dr. King e W. Thompson, e outros que se limitaram a contribuir com recursos. No interior das comunidades, a presença desses “fidalgos excêntricos,” desprovidos de quaisquer experiências práticas em unidades coletivas, e inclinados como estavam para um experi-

⁹⁷ BERNARDO, João. Autogestão e socialismo. In.: **Democracia e Autogestão...** Op. cit., p. 33-42. Esta distinção será recuperada mais adiante.

⁹⁸ Citado por THOMPSON, E. P. **A formação...** Op. cit., p. 398.

mentalismo utópico, parece que acabou por irritar profundamente os trabalhadores que haviam aderido ao owenismo.⁹⁹ Para os pobres, no entanto, o owenismo era cativante na medida em que tocava em uma questão que lhes era muito sensível: o sonho de ter novamente “alguma participação na terra”.¹⁰⁰

Os projetos de reforma apresentados por Owen pretendiam atender ao progresso irresistível das grandes mudanças sociais que se anunciavam para todos, ricos e pobres, cujo interesse comum só poderia ser a formação de uma nova sociedade cooperativa.¹⁰¹ Thompson considera esse caráter impreciso do pensamento de Owen um dos fatores que permitiu ao owenismo arregimentar para as suas fileiras pessoas e movimentos de origens diversas, mantendo a coexistência de várias correntes no seu interior. De todo o modo, o owenismo no final dos anos 20 não é o mesmo dos textos e declarações de Owen. Um processo de tradução ou transposição das suas doutrinas havia se processado no encontro com as situações concretas vividas pela classe trabalhadora.

É aqui onde podemos reunir todas as linhas do owenismo: os artesãos, com seus sonhos de curto-circuitar a economia de mercado; os trabalhadores qualificados, com seu impulso para o sindicalismo geral; a fidalguia filantrópica, com seu desejo de uma sociedade racional e planejada; os pobres, com seu sonho de terras ou do Sião; os tecelões, com suas esperanças de autonomia

⁹⁹ Id. *Ibid.*, p. 400-401

¹⁰⁰ Id. *Ibid.*, p. 406. “Retrospectivamente, é fácil considerar esse estado de espírito como ingênuo ou ‘utópico’. Mas não existe nada nele que nos autorize a encará-lo com superioridade acadêmica. Os pobres eram desesperadamente pobres, e as perspectivas de uma comunidade onde poderiam não só mesclar a cultura intelectual com as atividades atléticas da Grécia ou Roma, mas também comer, eram atraentes.” p. 407.

¹⁰¹ Nas palavras de Owen: “O momento favorável para introduzir o sistema racional, para reformar o caráter do homem e para governar a população do mundo na unidade, na paz, na perfeição e felicidade progressivas, aproxima-se a grandes passos; nenhum poder humano poderá impedir essa mudança.” OWEN, R. *Le livre du....* Op. cit., p. 63.

própria; e todos aqueles com suas imagens de uma comunidade fraterna justa, onde a ajuda mútua substituiria a agressão e a concorrência.¹⁰²

Quando Owen retornou de suas experiências nos Estados Unidos, no começo dos anos 30, algo se havia passado na Inglaterra e no continente, modificando a relação entre as classes. Na esteira da revogação das *Combinations Acts*, os trabalhadores desencadearam movimentos grevistas vigorosos, organizando e fortalecendo suas instituições sindicais e uma imprensa operária cada vez mais influente no rumo dos acontecimentos. O sonho de uma união geral dos sindicatos não estava longe. O movimento owenista havia conquistado uma parte das direções sindicais, de onde surgiram várias experiências no campo do cooperativismo. Singer atribui a essas experiências, como vimos, a denominação de *operárias* com o objetivo de distingui-las do cooperativismo de base *comunitária* ou *filantrópica*. Em 1832, contava-se na Inglaterra certa de 500 cooperativas, envolvendo em torno de vinte mil trabalhadores. A revolta dos diaristas rurais em 1830 e a Revolução de Julho na França canalizaram a agitação popular crescente para o projeto de reforma eleitoral, chegando a Inglaterra a estar a um passo de uma revolução no inverno de 31. O Cartismo será o desdobramento desse processo e o primeiro ensaio de uma intervenção autônoma dos trabalhadores na esfera política. Em suma, no início da década de 30, “a classe operária não estava mais no seu fazer-se, mas já foi feita”, para lembrar a tese de Thompson.¹⁰³

¹⁰² THOMPSON, E. P. **A formação da...** Op. cit., p. 407.

¹⁰³ Id. Ibid., p. 411. “Transpor o limiar de 1832 para 1833 é entrar num mundo onde a presença operária pode ser sentida em todos os condados da Inglaterra e na maioria dos âmbitos da vida. A nova consciência de classe dos trabalhadores pode ser vista de dois aspectos. De um lado, havia uma consciência da identidade de interesses entre trabalhadores das mais diversas profissões e níveis de realização, encarnada em muitas formas institucionais e expressa, numa escala sem precedentes, no sindicalismo geral de 1830-34. [...] Por outro lado, havia uma consciência da identidade dos interesses

É neste contexto que se vai processar a terceira fase da obra de Owen. É comum encontrarmos este período retratado como sendo o do encontro de Owen com a classe trabalhadora, ou melhor, como um deslocamento da sua posição anti-política quando se viu a frente de um movimento de massas no início da década de 30, tendo que bater-se pela legislação social e pelas reformas políticas. Ainda que o movimento owenista tenha tido um papel destacado no movimento cartista¹⁰⁴, as inclinações de Owen o impediam de tomar nele parte mais ativa, mantendo-se mesmo indiferente ao radicalismo político. Suas atenções voltaram-se então para as tentativas de colocar em prática novas experiências no campo do cooperativismo, como a *National Equitable Labour Exchange* (Casa de Câmbio Equitativo do Trabalho) e as cooperativas de consumo.

Ao que parece, as decepções relacionadas às experiências nas colônias comunistas levaram Owen à abandonar a ambição de construir uma sociedade em que todas as suas peças estivessem previamente planejadas e encaixadas harmoniosamente. Abre-se assim o caminho para a busca de soluções na sociedade existente, para extirpar-lhe o mal e as plantas parasitas que a

da classe operária, ou ‘classes produtivas’, enquanto contrários aos de outras classes: dentro dela, vinha amadurecendo a reivindicação de um sistema alternativo. Mas a definição final dessa consciência de classe era consequência, em grande parte, da reação da classe média à força operária.” p. 411-2.

¹⁰⁴ Após a derrota na reforma da lei eleitoral que os manteve privados do direito de voto, os trabalhadores criaram a Working Men’s Association (1836-1839), e formularam suas reivindicações de ordem mais diretamente política numa Carta do Povo (People’s Charter, 1938), cuja principal reivindicação era o sufrágio universal. Engels viu no cartismo o “primeiro partido operário do nosso tempo”. Para Thompson, “A linha que vai de 1832 ao cartismo não é uma alternância pendular fortuita de agitações ‘políticas’ e ‘econômicas’, mas sim uma progressão direta onde movimentos simultâneos e relacionados convergem para um único ponto. Esse ponto é o voto!” E o voto, naquela altura, “era um símbolo cuja importância nos é difícil avaliar”. THOMPSON, E. P. **A formação...** Op. cit., p. 434. E Russ destaca outro ponto importante do cartismo: a sua perspectiva internacionalista, cujo exemplo é a mensagem enviada em 1836 à classe operária belga. RUSS, J. **La pensée des...** Op. cit., p. 15-16.

havia impregnado. E o primeiro obstá-lo à sua frente é precisamente o lucro. O desejo do lucro é um “pecado original”, corruptor do caráter do homem e da queda do gênero humano. Para Owen, a origem do lucro está no “*plus*” que os capitalistas adicionam ao preço de venda, quando os produtos poderiam e deveriam ser vendidos pelo preço de custo. O lucro é assim uma injustiça, mas também a causa das crises econômicas, porque ele deixa os trabalhadores incapazes de consumir o produto do seu trabalho, ou, dito de outra maneira, de consumir o equivalente aquilo que produziu. Como o *instrumento* do lucro é o dinheiro, a moeda, que permite o surgimento nas trocas dessa anomalia de uma mercadoria vendida acima do seu valor, o dinheiro deve também desaparecer.¹⁰⁵ Tomando de Ricardo a teoria do *valor-trabalho*, Owen defende que o dinheiro deve dar lugar ao bônus de trabalho (*labour notes*). Sendo o trabalho a substância do valor, é natural que seja a medida de todas as coisas, que devem custar a quantidade de trabalho necessária à sua produção. Cada bônus de trabalho representaria precisamente isso: determinado tempo de trabalho despendido no processo de produção de uma mercadoria. Embora a crítica ao dinheiro não represente algo inovador, a ideia de bônus de trabalho era realmente original.

A realização prática desta ideia vai embalar a criação das Casas de Câmbio Equitativo do Trabalho (*National Equitable Labour Exchange*), em Londres e Birmingham entre 1832-3. As *Casas* obtiveram um sucesso relativo, contando de início 840 associados, mas acaba também por sucumbir em pouco tempo. Seus aderentes eram, sobretudo, pequenos mestres de ofício e artesãos, na medida mesmo em que os assalariados não dispunham dos produtos que fabricavam para trocá-los por bônus.¹⁰⁶ Reside

¹⁰⁵ “A moeda metálica é a causa de uma imensa criminalidade, injustiça e miséria, e uma das condições do meio que tende à deformar ainda mais o caráter e à fazer da terra um pandemonium.” R. Owen. Citado por GIDE & RIST. *Histoire des...* Op. cit., p. 264-6.

¹⁰⁶ Thompson reproduz numa passagem longa as impressões de um artesão associado

aí um dos limites da proposta de Owen, ou seja, o fato de o seu campo de ação ficar restrito aos produtores independentes. Marx refere-se de passagem ao “*utopismo superficial de uma moeda-trabalho*”, atribuindo a Owen o erro de pressupor o trabalho diretamente socializado, em oposição completa ao que ocorre na produção de mercadorias.¹⁰⁷ Daí que os associados e os produtos que se dirigiram às Casas fossem na sua grande maioria de base artesanal. Mas a ideia de erradicar o lucro, o dinheiro e os intermediários animou outras iniciativas, como as lojas cooperativas (*Stores*) e cooperativas de consumo, cujo princípio era reforçar a relação direta entre consumidor e produtor.

De resto, essas experiências, bem como outras formas de associação e cooperação criadas diretamente pelos operários como instituições de resistência à introdução das máquinas e ao industrialismo, consolidaram e disseminaram o ideal cooperativo como germe possível de outro sistema, cujo objetivo primeiro era a eliminação do lucro e da concorrência, do dinheiro e dos intermediários, revolvendo o chão dos parasitas e ociosos que vivem do trabalho alheio. Esse é o sentido da palavra cooperação que vai informar o conteúdo para o comunismo. As associações profissionais que nesta época vão proliferar na Inglaterra, um pouco por todo o lado, são o resultado desse grande processo de organização e cultura, criando instituições de abrangência nacional e colocando praticamente a necessidade de uma articulação internacional das classes produtoras.¹⁰⁸

à Casa de Câmbio, Allen Davenport, descrevendo o salão extraordinariamente adornado para receber 2 mil pessoas e embalar as noites de palestras e festas que movimentavam as ruas vizinhas, e o processo que levou à falência desta *experiência extraordinária*, concluindo, porém, que “os princípios em que o sistema se fundara permanecem inatacáveis, e devem ser acalentados na mente pública...” THOMPSON, E. P. **A formação...** Op. cit., p. 401.

¹⁰⁷ MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Volume I. Livro I. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 87.

¹⁰⁸ THOMPSON, E. P. **A formação...** Op. cit., p. 434-6. Para este autor, a Inglaterra

Ao final deste período, quando publica em 1840 a obra “*O livro do novo mundo moral*”, parece ficar evidente que Owen prossegue na formulação da sua doutrina como que indiferente às transformações que a sociedade inglesa havia processado em três décadas. Um argumento pelo menos parece ter sido absorvido das condições objetivas e do estágio da luta de classes: a ameaça que passou a representar a classe trabalhadora. Owen dirige-se mais diretamente aos governantes nesses assuntos, pois estes “se encontrarão em breve forçados, para sua própria defesa, a adotar esse sistema superior, para evitar se verem mergulhados na anarquia, na guerra civil e na destruição”. O alerta tinha endereço, e assegurava que

...o espírito público está desperto; ele se pergunta se o sistema atual é capaz de assegurar o bem estar, a felicidade do gênero humano, governantes e governados. A guerra, a pilhagem, a destruição continuam, enquanto as massas, avançando em inteligência e no sentimento da sua força, começam a refletir sobre os fatos e a tirar conclusões, estando a ponto de se unir. Quanto ainda será necessário para que os governos se apressem a lhes dar educação, a lhes empregar e os tornar racionais, antes que eles descubram seu poder e a cruel injustiça com a qual seus direitos naturais tem sido sacrificados pelo poder de um pequeno número? [...] Se eles estão de tal forma cegos para desconhecem o progresso irresistível das grandes mudanças naturais, o dia não está longe em que os povos, elevando-se em seu poder, proclamarão que os homens não serão mais regidos pela força e a fraude, não serão mais formados desde o nascimento para serem escravos, corpo e espírito, do pequeno número, mas sim feitos de seres racionais, iguais

conheceu neste período a sua “cultura popular mais destacada”, e para muitos desses populares, “a estrutura do capitalismo industrial fora só parcialmente edificada, e o telhado ainda não recobria a estrutura.” p. 406

em educação e condição segundo a idade, e governados pelas únicas leis da ciência e da caridade, conforme as justas e benevolentes leis da natureza.¹⁰⁹

O perigo de uma revolução é que torna inevitável a realização de uma reforma profunda das instituições sociais. A revolução não garante, aos olhos de Owen, a transformação do “velho mundo imoral” baseado na *falsidade, na violência e na fraude*, e a sua substituição por uma sociedade nova construída na *verdade, na caridade e no amor fraternal*. Owen conserva o princípio geral no qual o homem é formado pelos efeitos das circunstâncias exteriores e da sua constituição, ou seja, da organização que ele encontra ao nascer. Em outras palavras, o homem não é nem bom nem mal por natureza, ele é determinado pelo meio. E o meio a que se refere não é a natureza, mas o meio econômico, social e moral.

A primeira parte de “*O livro*” é consagrada aos “*princípios da ciência da natureza humana*”, procurando demonstrar que o caráter é formado “*para e não pelo indivíduo*” (“*pour et non par l’individu*”). Assim sendo, o homem pode tornar-se irracional, caso receba como verdades noções falsas, ou racional pela recepção de princípios verdadeiros. Dependendo das circunstâncias, sua formação pode resultar em mau caráter, caráter médio ou superior. O caráter superior é adquirido quando “as leis, instituições e costumes sob os quais ele vive são conformes as leis da sua natureza”, leis que não são uma invenção do homem, pois este as desconhece completamente e por isso não pode mudá-las. Estas leis são divinas, no “sentido verdadeiro da palavra”¹¹⁰, e constituem a base para a ciência moral responsável pela formação do homem até atingir o mais alto grau possível da perfeição física, intelectual e moral e assegurar a felicidade da humanidade.

¹⁰⁹ OWEN, R. *Le livre du...* Op. cit., p. 64-65.

¹¹⁰ “Toda a contestação religiosa terminará quando for reconhecido que tudo o que nós sabemos é: há um poder no universo que efetua tudo isso que se passa; mas a natureza desse poder, e o que lhe faz agir, é desconhecida para o homem.” Id. *Ibid.*, p. 58.

A ciência moral é por sua vez a base para uma *religião racional*, ciência prática que *consiste em atos e não em palavras*. Owen relaciona as instituições que deverão ser abandonadas ou modificadas, pois estão baseadas sobre o erro: as religiões; os governos de todas as formas; as profissões, civis e militares; os sistemas monetários; a prática de comprar e vender; o modo atual de produção e distribuição das riquezas; a educação; o modo de famílias isoladas; a maneira de tratar as mulheres como escravas domésticas; a prática de casamentos de conveniência e indissolúveis. E apresenta uma série de arranjos e disposições que constituiriam a nova sociedade e resultariam numa “única classe eminentemente superior, repartida em seções de acordo com a idade, e assegurando a cada um a maior soma de bem-estar que comportará a sua organização”.¹¹¹ Não se trata, portanto, de uma perspectiva niveladora dos diferentes extratos sociais, mas sim de elevar todos (governantes e governados, parasitas e produtores) a um nível superior, em que a própria noção de classe perde sentido.

A terceira parte desta obra é denominada de “economia social”, sem qualquer relação com a noção que este campo teórico receberá posteriormente. Neste tema, prossegue Owen no desenvolvimento teórico das condições práticas que tornariam possível a felicidade dos homens, pela aplicação dos princípios da ciência e da religião racionais como meios necessários para conhecer as causas da miséria e erradicá-las. A ciência social assume, neste modelo, o papel de reunir o conjunto dos ramos das ciências (da produção, da distribuição, a educação e a ciência do governo) num único campo do conhecimento.¹¹²

¹¹¹ Id. *Ibid.*, p. 38-42.

¹¹² Os temas dessa ciência social seriam: – Conhecimento das leis da natureza humana derivada de fatos demonstráveis, que provam que o homem é um ser essencialmente sociável; – Princípios e práticas da melhor maneira de produzir em abundância tudo isso que é necessário e útil ao homem para tornar a vida agradável; – Princípios e práticas da melhor maneira de distribuir a produção; – Princípios e práticas da educação; – Princípios e práticas da melhor maneira de governar o homem, nas novas

Para Owen, a sociedade já dispunha naquele momento dos meios técnicos (poderes científicos e mecânicos) para garantir a produção de uma superabundância de riqueza para todos. E poderia do mesmo modo realizar a distribuição dessas riquezas assegurando, a cada um “segundo as suas necessidades, uma ampla provisão de objetos úteis”. A educação seria a obra de “manufaturas do caráter humano”, e específica para cada um de acordo com a idade. Um governo de transição, eleito dentre os mais capazes para levar adiante o trabalho de reorganização, teria lugar para formar a população de maneira a torná-la mais racional.

Para a realização desta ciência social, Owen estabelece que o governo deveria criar núcleos ou associações modelos, contendo cada uma de 500 à 2000 ou 3000 habitantes, segundo as circunstâncias, contando com “um terreno suficiente para sustentar a população e combinar agricultura, a jardinagem, as artes e os ofícios, e, em certos casos, as minas e a pesca.”¹¹³ Cada comunidade terá, no departamento do interior, o seu conselho geral composto por todos os membros de 30 à 40 anos, e este elegerá um comitê; e o departamento do exterior será formado por todos os membros de 40 à 50 anos. Como princípio: “Ninguém poderá bem governar sem ter bem servido.”

Para Owen, este modelo diferencia-se em substância dos sistemas sociais que apareceram depois de Platão, pois estes permaneceram...

presos no estado da utopia, porque todos os princípios indispensáveis para fundar uma sociedade unida de uma maneira permanente não eram do conhecimento dos seus autores. Eles foram rejeitados como imaginários, e concluiu-se que um sistema social capaz

circunstâncias, como membro da grande família humana; – Princípios e práticas da combinação em um único sistema geral, das diversas partes da ciência social; – Nova classificação da sociedade, segundo a idade e a experiência. Id. Ibid., p. 45-55.

¹¹³ Id. Ibid., p. 52.

de assegurar a união e a felicidade da humanidade é impossível. Entretanto, muitos desses princípios eram conhecidos pelos sábios dos séculos passados, mas separados, isolados, não formando um todo harmonioso, e incapazes de serem colocados em prática.¹¹⁴

Owen antecipa assim a crítica que posteriormente lhe seria dirigida, e recusa a denominação pela qual Marx e Engels, poucos anos depois, tornaram conhecidos seus projetos de reforma: utopia. O efeito bumerangue neste caso foi completo. A doutrina de Owen estava inflada pela utopia, sem dúvida, mas não se tratava de uma utopia retrógrada que pretendia uma volta ao passado, pois eram precisamente as novas condições técnicas que permitiriam alcançar a abundância material e erradicar a miséria. E era também milenarista, chave para criar um mundo racional em sua plenitude e instaurar o reino da felicidade sobre a terra para todo o sempre, como a “segunda verdade” ou “nova Jerusalém”. E comportava ainda um fundo socialista, empreendendo uma crítica global ao sistema capitalista e industrial, tocando em questões caras ao movimento operário, como a irracionalidade do lucro, da concorrência, do dinheiro, da desigualdade na distribuição das rendas, do matrimônio, da propriedade privada etc., e por isso alcançou enorme aceitação nas massas trabalhadoras naquele período.¹¹⁵

O owenismo pretendia isolar e aproveitar o que a criação das luzes havia legado de mais racional e produtivo: a aplicação das

¹¹⁴ Id. *Ibid.*, *ibidem* (os grifos são nossos).

¹¹⁵ Para E. P. THOMPSON, o problema da propriedade sempre encontrou desvios na obra de Owen, e consiste numa das fraquezas do owenismo. **A formação...** Op. cit., p. 409. Numa das poucas vezes em que toca no assunto na obra já mencionada, Owen vê a propriedade pessoal como *mal absoluto* e prevê o seu desaparecimento sob o sistema racional: “Qualquer que tenha sido a necessidade, ou utilidade, da propriedade pessoal, ela não existe mais, e a propriedade é atualmente um mau absoluto, a única causa da pobreza e mil crimes e sofrimentos, de egoísmo e prostituição, orgulho, injustiça, opressão, decepção, luta e discórdia.” OWEN, R. **Le livre...** Op. cit., p. 60-1.

ciências ao processo de produção, a energia a vapor e as fábricas. A máquina e as dimensões das unidades de produção não faziam parte do problema. A motivação do lucro e a propriedade do capital sim. A questão era criar, sob as bases de um regime cooperativo, capitais novos, distribuídos de forma igualitária e reinvestidos o mais racional possível para substituir o capitalismo, detectando e extraindo deste meio econômico e social as anomalias que originavam o mal e a infelicidade humana. “O socialismo cooperativista pretendia simplesmente remover o capitalismo, de forma indolor e sem nenhum embate, pelo exemplo, pela educação e pelo crescimento dentro do próprio capitalismo, a partir das suas aldeias, oficinas e lojas.”¹¹⁶ Talvez a perspectiva cooperativista de Owen visasse mesmo à transformação do capitalismo *por dentro*, isto é, aproveitando suas brechas para demonstrar a viabilidade de um novo sistema que, sendo mais “racional”, logo conquistaria uma expansão em escala ampliada e constituiria um meio social inteiramente novo, uma nova sociedade.

Ao mesmo tempo em que Owen processava suas experiências e elaborava a doutrina que o tornou célebre reformador social, em solo francês a doutrina e as práticas associativas e cooperativas vão seguir outro percurso. Saint-Simon e Fourier ficaram do mesmo modo assimilados como expressões do socialismo que Marx e Engels cunharam como utópico, e embora ambos falassem de associação, o significado do termo no interior das suas teorias era divergente, por vezes ambíguo e contraditório, como veremos a seguir.

O socialismo utópico francês: Saint-Simon e Fourier

Antes mesmo da publicação por Owen do seu texto *What is Socialism?*, em 1841, os owenistas já vinham utilizando o termo

¹¹⁶ THOMPSON, E. P. A **formação...** Op. cit., p. 409.

desde meados da década de 20 para designar uma doutrina ou um projeto político construído em oposição ao individualismo e ao industrialismo, isto é, ao modelo liberal-capitalista com mercado competitivo. Na França, o saint-simoniano Pierre Leroux publicou em 1835 um artigo intitulado *De l'individualisme et du socialisme*, época em que a expressão passa a se tornar corrente, ao lado da palavra comunismo. O surgimento e a utilização do termo socialismo de forma quase concomitante nestes dois países, por certo que indicam para uma correspondência nas situações enfrentadas pela classe trabalhadora durante a efetivação do capitalismo industrial. O que nos interessa, por agora, é verificar as especificidades das lutas dos trabalhadores franceses e algumas das principais doutrinas sociais que surgiram na França no primeiro terço do século XIX.

Já fizemos referência ao fato de que a implantação e o desenvolvimento do capitalismo verificaram ritmos diferentes, e que esse descompasso resultou, para a França e para a maioria dos países do continente, num retardamento em relação à Inglaterra no que diz respeito à introdução das máquinas e à configuração do seu sistema industrial. O compromisso protecionista da Restauração, ao estabelecer um entendimento entre os interesses dos proprietários rurais e da grande burguesia, impôs limites ao desenvolvimento das técnicas agrícolas e à introdução da maquinaria, bloqueando a criação das condições gerais necessárias à produção capitalista, sobretudo energia e transporte. “A França da Restauração é ainda um país essencialmente agrícola”.¹¹⁷ E durante a monarquia constitucional, as massas populares continuaram completamente excluídas da vida política pós-revolucionária.

No início da década de 20, a máquina a vapor é ainda exce-

¹¹⁷ BRUHAT, Jean. **Histoire du mouvement ouvrier français**. Tome I – Des origines a la révolte des canuts. Paris: Éditions Sociales, 1952. p. 178. Pelo censo de 1826, a população total da França estava perto dos 32 milhões de habitantes, dos quais dois terços (22 milhões) viviam do trabalho da terra. (p. 179)

ção, e não raro a sua introdução se faz através de equipamentos oriundos principalmente da Inglaterra de forma clandestina. A introdução lenta do maquinismo favorece, porém, a concentração de capitais. As grandes unidades industriais que empregavam alguns milhares de trabalhadores já podiam ser observadas, de forma pontual e circunscrita a alguns setores, como o têxtil e a metalurgia. Nessas cidades e regiões mais industrializadas, podiam-se perceber os efeitos do novo regime industrial tanto no que toca à própria organização do processo produtivo – com a elevação do ritmo e da jornada de trabalho, a redução dos salários e a ocupação de mulheres e crianças –, como também envolvia profundas transformações na urbanização, a desruralização da população e o aumento dos trabalhadores nas cidades.

Entretanto, se a classe operária é muito frágil para ser apreciada como uma força motriz da história, o regime capitalista é suficientemente desenvolvido para que apareçam, por um lado, a exploração dos operários pelos capitalistas e, de outro lado, as contradições próprias do regime capitalista.¹¹⁸

O crescimento verificado no número de operários no período anterior à Revolução de 1830, sobretudo dos proletários recém-arancados dos campos e lançados à busca de trabalho nas fábricas, irá, contudo, reforçar uma classe trabalhadora marcada por uma estrutura profissional bastante rígida, formada pelos companheiros de oficina (*compagnons d'atelier*), aprendizes, artesãos, operários-camponeses, etc. Esta hierarquia corporativa será minada pelo desenvolvimento da indústria e a mecanização dos processos de trabalho, ao mesmo tempo que a condição desses trabalhadores irá agravar-se consideravelmente neste período, sobretudo após cada uma das grandes crises econômicas (1817-18 e 1828-32).

De uma crise à outra, o crescimento do desemprego é acom-

¹¹⁸ Id. *Ibid.*, p. 178-9.

panhado pela elevação do custo de vida e das horas de trabalho, enquanto o salário observa uma redução considerável. Nesta situação, as primeiras reações e lutas operárias não demoram, e, tal qual o verificado na Inglaterra, o alvo inicial é o próprio instrumental de trabalho, sendo destruídas um pouco por todo o lado as máquinas que produzem o desemprego e a miséria. Desde então, os trabalhadores não param de desenvolver *lutas incontestáveis* e de levar à diante suas tentativas autônomas de organização. Em 1821, por exemplo, os companheiros de diferentes localidades enviam representantes para um encontro em Bordeaux, buscando fortalecer os laços nacionais.¹¹⁹

Outras formas de organização aparecem em cena, inicialmente como *caixas de previdência e auxílio*, mas que logo se transformam em *caixas de resistência* nos momentos de conflito. Sociedades de socorro mútuo multiplicam-se na maior parte das corporações, sempre acompanhadas de perto pela polícia e pelo poder municipal que tentam impor-lhes o controle sobre os fundos acumulados. Para Bruhat, apesar dos limites iniciais da atividade mutualista, essa forma de associação confere aos trabalhadores um sentido de organização e, a despeito das precauções dos patrões e da polícia, as sociedades operárias não demoram a jogar um importante papel de combate.¹²⁰

Com o agravamento da crise econômica, cresce também a agitação operária e com ela a repressão. Listas negras, prisões e mesmo condenações à morte não impedem o engajamento crescente da classe operária (ainda pouco numerosa) no combate para

¹¹⁹ Id. *Ibid.*, p. 204. “A polícia se inquieta. Há toda uma atividade operária clandestina que lhe escapa.” E Bruhat reproduz um relatório da polícia com um alerta: “Um acordo perigoso poderá resultar dessas associações de companheiros sem oferecer à autoridade a aparência de delitos de coalizão previstos nas leis”. *Ibidem*.

¹²⁰ Id. *Ibid.*, p. 208-9. “Ainda que as estatísticas e os documentos sejam insuficientes, podemos constatar que se as coalizões foram numerosas após a crise de 1818, elas são retomadas a partir de 1824 e um boletim de polícia vai falar mesmo de uma *mania de coalizão*.” (p. 210, grifo nosso)

melhorar as condições de trabalho e de vida.¹²¹ A crise agrava ao mesmo tempo o antagonismo entre a aristocracia agrária e a grande burguesia, que se lança à conquista do poder político. Vem a Revolução de Julho de 1830, nas jornadas dos *três gloriosos dias* de 27 a 29, em que os operários desempenham um papel fundamental no processo que levou à queda monarquia instalada desde 1814-1815. O que lhe sucede, no entanto, não é a república, mas uma nova monarquia com Louis-Philippe, sustentada pela grande burguesia, quando tem início o *reino dos banqueiros*.¹²²

Os anos que seguem à Revolução serão palco de grandes agitações operárias e insurreições genuínas, como a dos Canuts lioneses em 1831, quando os trabalhadores concluíram ser melhor “*morrer de uma bala do que de fome*”, empunhando a divisa “*Viver trabalhando ou morrer combatendo*”.¹²³ Uma nova fase se abre, em que os operários vão se bater de forma autônoma e crescente por seus próprios interesses, concentrando suas ações já não contra a aristocracia e a nobreza, pois a mira já estava ajustada para a burguesia e as relações sociais de produção nas fábricas.

Um traço característico desse primeiro período de *formação* da classe trabalhadora francesa parece ser a separação entre as doutrinas socialistas e as primeiras formas de luta e organização dos trabalhadores. Bruhat chama atenção para esse distanciamiento como um dos elementos explicativos tanto para os limites e a grandeza dessas primeiras lutas, como também para os limites e a grandeza do socialismo utópico francês, em espe-

¹²¹ “As causas das greves são a luta pelo aumento dos salários ou contra a sua diminuição, a recusa a aceitar um novo prolongamento da jornada de trabalho, o protesto contra a colocação de operários em que a municipalidade e a polícia acreditavam manter sob controle. Mas é também por vezes a solidariedade operária”. Id. *Ibid.*, p. 211.

¹²² “Dois homens cujas presenças são símbolos, Laffitte e Casimir-Périer, instalam-se no governo. O primeiro é conhecido como o ‘rei dos banqueiros e o banqueiro dos reis’. O segundo é o filho de um dos fundadores do Banque de France e ele próprio diretor de um dos principais bancos de Paris.” Id. *Ibid.*, p. 215.

¹²³ Retomaremos adiante o movimento dos Canuts.

cial Saint-Simon e Fourier. Apenas como recordação, vale dizer Marx e Engels apontavam como limites dos socialistas utópicos o fato de suas teorias refletirem o estágio embrionário do desenvolvimento das forças produtivas e dos antagonismos entre burguesia e proletariado, restando as primeiras doutrinas socialistas presas à busca de soluções pelo alto, imaginárias, criações das mentes desses pensadores.

Para Bruhat, o essencial é que os utopistas não conseguiram perceber que a classe operária nascente se encontrava num processo de pleno crescimento e fortalecimento dos seus laços de solidariedade, e “é por essa razão que eles não se misturavam às lutas operárias. Se eles são sensíveis aos sofrimentos do proletariado, não acreditavam que estes seriam capazes de se organizar e promover um regime novo. É isso que conduz a uma separação indubitável [desses teóricos] com relação à ação política e às lutas reivindicativas operárias.”¹²⁴

Parece residir aí uma primeira diferença entre o socialismo utópico inglês e o francês. No caso de Owen, como vimos, a despeito da sua condição de industrial bem sucedido, e ainda que sua doutrina visasse uma mudança do *meio* a fim de emancipar todas as classes, sua ação prática manteve um envolvimento direto nas lutas pela legislação social, bem como no desenvolvimento do cooperativismo e do sindicalismo na Inglaterra. Já Saint-Simon e Fourier, embora também preocupados com a sorte do proletariado, dirigem ambos seus projetos às classes cultivadas, seja aos industriais no sentido amplo, ou aos filantropos interessados em financiar um projeto de comunidade autossuficiente. De todo o modo, o sentido que o termo associação assume nas suas doutrinas pouco tem a ver com as práticas de organização e luta desenvolvidas pelos trabalhadores franceses neste período.

Vale lembrar que o nosso interesse neste capítulo é verificar

¹²⁴ Bruhat, J. *Histoire...* Op. cit., p. 201.

o processo que deu origem ao cooperativismo, enquanto práticas realizadas direta e autonomamente pelos trabalhadores no campo econômico para a produção dos meios de vida; e como se conformaram as primeiras teorias que perceberam nas associações dos trabalhadores a instituição capaz de levar à emancipação social e política da classe trabalhadora. Levando-se em conta este objetivo, vamos nos deter aqui na explicitação do sentido mais geral que estas questões assumem nas doutrinas de Saint-Simon e Fourier, retomando em seguida o rastro da experiência francesa, até o encontro com a chamada economia social.

Embora Saint-Simon e Fourier não apresentem em suas trajetórias qualquer envolvimento ou entusiasmo para com as instituições da classe operária, suas ideias deixaram marcas profundas no movimento socialista. Engels chegou a equiparar Saint-Simon a Hegel, como “a cabeça mais universal da sua época”, afirmando que a riqueza de seu pensamento o prejudicava.¹²⁵ Em outra passagem, reconhece mesmo uma “orientação proletária” em Saint-Simon, ainda que a tendência burguesa conservasse “certo peso”. E na síntese que apresenta das ideias políticas de Saint-Simon, Engels anota como sendo uma “descoberta verdadeiramente genial” a sua interpretação da Revolução Francesa como uma luta de classes entre a nobreza, a burguesia e os não possuidores.¹²⁶ Sobre as concepções políticas mais gerais de Saint-Simon, Engels destaca o antagonismo entre “trabalhadores” e “ociosos”; a concepção alargada de trabalhadores ou “industriais” que incluía extratos da burguesia (fabricantes, comerciantes, banqueiros, artesãos, artistas etc.); a necessidade

¹²⁵ Carta de Engels à F. Tönnies, 24 de janeiro de 1895. Citado por Hobsbawm, E. **Marx, Engels...** Op. cit., p. 61. Hegel foi um admirador da obra de Saint-Simon, como aliás pela obra da Revolução Francesa. Sobre isso, ver MARCUSE, Herbert. **Razão e Revolução: Hegel e o advento da teoria social.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 294-305.

¹²⁶ ENGELS, F. **Do socialismo utópico...** Op. cit., p. 47-53.

de uma aliança entre ciência e indústria para governar a nação, transformada em uma grande fábrica; a designação de um papel preponderante aos banqueiros, que deveriam assumir a regulação da produção social; a descoberta da economia política como fundamento da política, e daí que a política seria absorvida pela economia; e, por fim, a passagem do governo político sobre os homens a uma administração das coisas. E Hobsbawm lembra outras fórmulas saint-simonianas que acabaram integradas ao socialismo marxista, como “a exploração do homem pelo homem” e “de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo seu trabalho”.¹²⁷

No que diz respeito ao alcance das ideias políticas de Saint-Simon, uma parte considerável consiste em intervenções eminentemente práticas na conjuntura, como por exemplo a ideia de unificação da Europa ao fim da era napoleônica. Mas a sua obra comporta também uma epistemologia, uma religião e um corpo de doutrina que persistirá através dos seus inúmeros discípulos e cuja influência nos acontecimentos não pode ser negligenciada.¹²⁸ Por certo também que não se deve menosprezar o caminho percorrido por este autor até iniciar a fase de elaboração do seu pensamento, e outras peripécias que realiza, pois se encontram nas mudanças de rota algumas chaves explicativas para o conjunto da sua obra.¹²⁹

¹²⁷ Hobsbawm, E. **Marx, Engels...** Op. cit., p. 60.

¹²⁸ Nos referenciamos aqui, no que toca a uma leitura de conjunto da obra de Saint-Simon, em MUSSO, Pierre. **Saint-Simon et le saint-simonisme.** Que sais-je? Paris: PUF, 1999. Para Musso, quatro grandes correntes de pensamento derivam diretamente de Saint-Simon: o positivismo, o socialismo (tanto marxista como anarquista), uma corrente da sociologia inaugurada por Durkheim e, por fim, a própria escola saint-simoniana em suas diversas vertentes.

¹²⁹ O Conde de Saint-Simon (Claude-Henri de Rouvroy/1760-1825), nascido de uma família de oficiais e aristocratas rurais, e que teve d’Alembert como preceptor, ingressou cedo, aos 17 anos, na carreira de oficial da armada, tornando-se capitão de cavalaria aos 19 anos, quando partiu para a América ao lado de La Fayette. Após quatro anos de combate em mar e terra, e já como major, Saint-Simon é ferido, feito prisioneiro e levado à Jamaica onde fica até a paz em 1783. Ao ver-se livre, apresenta

Saint-Simon certamente é filho da Revolução Francesa, que para ele, no entanto, restava inacabada. A Revolução havia substituído homens por homens, mas não possuía um novo sistema para substituir o antigo.¹³⁰ Antes de tudo, era necessário substituir Deus por um “princípio”, isto é, uma lei científica. E

ao vice-rei do México um projeto de canal que não foi acolhido. Retorna à França e é enviado para um regimento situado em Mézières, tomando contato com a escola de engenheiros militares. Frequenta cursos de matemática e química, interessando-se pela hidro-dinâmica e hidráulica. Vai à Holanda estudar o sistema de canais e, depois, à Espanha ocupar-se de um plano de canal religando Madri ao atlântico. Em Madri, encontra Redern, embaixador da Prússia, com o qual vai se associar e iniciar uma carreira de homem de negócios. Volta à França em 1789 e não viaja mais. Em 1790, renuncia ao título nobiliário e muda seu nome para Claude-Henri de Bonhomme, iniciando uma nova fase da vida. De 1790-1797, torna-se rico homem de negócio e especulador financeiro e fundiário, comprando bens da Igreja. O dinheiro era emprestado de Redern, levantando essas relações com o diplomata prussiano à suspeição do Comitê de Salvação Pública; Acaba preso em Saint-Pélagie e depois na Prisão de Luxembourg, entre 1793 e 1794. Até o rompimento com Redern, em 1797, dirige várias empresas, comerciais e industriais, quando decide mudar de vida. Deixa para seu sócio todas as propriedades que possui e passa a se dedicar ao projeto de “agir de uma maneira direta sobre a moral da humanidade”, como declarou em *Histoire de ma vie*. Dedica-se então à filosofia, estabelecendo domicílio perto da Escola Politécnica por três anos e, após 1801, perto da Escola de Medicina, tendo em vista o estudo da fisiologia. A carreira científica coincide com a miséria. Sua família emigrara, e quem vai lhe acolher durante 1805 e 1810 será um antigo empregado doméstico. Com a morte deste, envolve-se em novas privações materiais até a morte de sua mãe, o que lhe salva das dificuldades por um ano. Augustin Thierry torna-se seu secretário em 1814, sendo substituído em 1817 por Auguste Comte. Tenta o suicídio em 1823, mas a bala não lhe rompe o cérebro, perdendo apenas um olho. Nos seus dois últimos anos de vida, é ajudado financeiramente por Olinde Rodrigues. Pierre Musso resume esta trajetória da seguinte maneira: “A vida de Saint-Simon é feita de ações e de reações, repleta de contrastes, de engajamentos, de posições radicais, ele é nobre e renuncia a seu título, pertence a uma família celebre e abandona seu nome, rejeita a nobreza qualificando-a de parasita e ociosa, nascido em uma família muito católica, ele acusa o papa de heresia...” Id. Ibid., p. 19.

¹³⁰ “Hoje, o único objeto ao qual pode se propor um pensador é o de trabalhar para a reorganização do sistema moral, do sistema religioso, do sistema político, em uma palavra do sistema de ideias, de qualquer modo que os encaremos.” Saint-Simon. *Mémoire sur la science de l’homme*. In.: C.-H. de Saint-Simon. **La Physiologie Sociale**. Oevres Choisy. G. Gurvitch [Introduction et notes]. Paris: PUF, 1965.

na medida em que “as revoluções científicas seguem de perto as revoluções políticas”, a tarefa a que se propõe é enorme: a reorganização do sistema de ideias, da ideologia, que inclui os sistemas moral, religioso e político.¹³¹

O princípio unificador desses sistemas Saint-Simon vai encontrar nas novas disciplinas, em especial na engenharia, na fisiologia e na economia política. Sua epistemologia repousa sob uma dialética orgânica, em que “todos os fenômenos são efeitos da luta existente entre sólidos e fluidos”, as duas formas de existência da matéria. Na contradição entre sólidos e fluidos, são fenômenos físicos aqueles dominados pelos sólidos, e são morais os dominados pelos fluidos.¹³² Nos organismos vivos ou corpos organizados os fluidos dominam, pois quando cessam os fluxos, o corpo solidifica ou morre. Todas as partes do corpo humano precisam de irrigação permanente do sangue, ou que o sangue flua para evitar a gangrena e o necrosamento. Os sólidos são neste caso os canais pelos quais o fluxo se estabelece, e estes canais formam redes interconectadas para assegurar a circulação. O corpo organizado parece uma vasta rede que assegura a circulação dos fluidos, composta por canais, vasos, “capacidades” ou tubos, que formam ligações encadeadas que se entrecruzam. O fenômeno da vida é deste modo explicado pela estrutura tubular dos sólidos e a circulação dos líquidos no interior dos tubos, duas condições complementares e indispensáveis.¹³³

¹³¹ “...todo regime social é uma aplicação de um sistema filosófico, e conseqüentemente, é impossível instituir um regime novo, sem ter primeiro estabelecido o novo sistema filosófico ao qual ele deve corresponder.” Saint-Simon. *Industrie*, II. Citado por Musso, Pierre. **Saint-Simon et...** Op. cit., p. 55.

¹³² Musso, P. **Saint-Simon et...** Ibid., 31.

¹³³ “A subdivisão em corpos brutos e corpos organizados preenche à condição de ser binário, e ela enuncia uma comparação analítica entre os dois grandes elementos do universo: a matéria em estado sólido e aquela em estado líquido. [...] se examinamos com atenção os corpos brutos, se analisamos sua organização o mais longe possível, [...] no estágio atual dos conhecimentos, vemos que suas partes mais elementares são

Esta ideia de rede a partir da explicação orgânica do fenômeno da vida vai marcar o conjunto da obra de Saint-Simon. Ela está presente nos projetos de canais, na noção de capacidade como velocidade dos fluxos de informação, dinheiro e saber, e também na ideia de eliminação do Estado e da Igreja, enquanto intermediários que dificultam ou obstruem a circulação do dinheiro/saber ou do contato direto com Deus. A ideia de rede vai também estimular a ala tecnocrática dos saintsimonianos, especialmente *Enfantin* e *Chevalier*. O primeiro vai ao Egito com o projeto de abertura do canal de Suez, sem perder de vista a ideia do mestre de abrir o canal do Panamá. O segundo, após uma viagem aos Estados Unidos para estudar as redes de comunicação, formula um “sistema de comunicação” ou “economia política das redes”, desenvolvendo o conceito e conferindo-lhe uma dimensão prática através de um programa racional de construção e de regulação das redes.¹³⁴

Uma vez estabelecido que os organismos definem-se por esta dialética entre sólidos e fluidos, e sendo que nos organismo vivos os fluidos dominam na medida em que sua força vital se encontra na circulação pelos canais múltiplos e intercruzados em forma de rede, os métodos necessários para estudá-los

poliedros com mais ou menos grande número de faces, justapostos uns aos outros [...]. Passemos agora ao exame dos corpos organizados. Quando estudamos de uma maneira profunda a estrutura íntima dos corpos organizados, ficamos convencidos: 1/que os elementos da parte mais fixa de sua organização são os pequenos sólidos perfurados, aderentes uns aos outros, e dispostos de maneira que sua reunião forma tubos, canais, condutos ou vasos, não importa o nome que lhes demos, lançados em múltiplas direções diferentes e entrecruzando-se uns aos outros; que esses canais variam entre eles com relação à dimensão, profundidade e diâmetro, tanto quanto ao grau de sua solidez e de permeabilidade de suas paredes; 2/ que os diferentes graus de tenuidade molecular circulam continuamente nesses canais, e que é a circulação desses fluidos que cria e mantém o fenômeno da vida; de maneira que os corpos organizados tornam-se corpos brutos quando esta circulação cessa; de maneira que a ação dos fluidos domina, como vemos, a dos sólidos nos corpos organizados.” *Saint-Simon. Mémoire sur la science de l’homme*. Apud.: Pierre Musso. *ibid.*, p. 38-9.

¹³⁴ MUSSO, Pierre. *Saint-Simon et...* Op. cit., p. 114-122.

não se limitam à dedução de uma das suas partes elementares (como nos corpos brutos), mas deve-se ver o seu interior, “cor-tar, dissecar, abrir para reparar as estruturas elementares”. Para Saint-Simon, os métodos necessários para o estudo dos corpos organizados são a observação e a experimentação fisiológica, enquanto que os corpos brutos, cuja estrutura elementar é em forma de poliedro, podem ter como apoio a matemática.¹³⁵ Por isso os fenômenos fisiológicos são os mais complexos, na medida em que o todo não se reduz à sua parte elementar. E sendo o mais complexo dos fenômenos, os corpos organizados podem servir de modelo à totalidade racional, onde o racional e orgânico identificam-se. A transposição da lógica do organismo-rede de um corpo organizado a outro permite dar aos fenômenos um tratamento racional, em uma palavra, científico.¹³⁶ Daí que a produção deste modelo de organismo-rede pode ser transposta para efetuar uma abordagem científica do social e do político.¹³⁷ Neste caso, o desenvolvimento teórico desses princípios efetu-

¹³⁵ “Entre o corpo bruto e o corpo organizado há, no fundo, uma simples diferença formal das estruturas elementares, poliedro de um lado, tubo de outro. Nos corpos brutos, a unidade elementar é fechada e o próprio corpo é aberta, deixando escapar os fluidos. Nos corpos organizados, a unidade elementar é aberta e o próprio corpo é fechado, para fazer circular os fluxos, assegurando sua reciclagem contínua. Nos corpos brutos, as estruturas elementares são justapostas, no corpo organizado, elas são entre-cruzadas.” Musso, P. **Saint-Simon...** Op. cit., p. 40-41.

¹³⁶ “O objeto e método sobrepõem-se. O organismo serve, na totalidade harmoniosa, de referencia metodológica e de objeto fundamental. Ele é ao mesmo tempo uma reunião de elementos em um todo (totalidade), um conjunto constituindo uma estrutura (sistema) e um todo organizado (organização). Sobre este último aspecto, o organismo é também uma finalidade do trabalho de Saint-Simon.” Id. *Ibid.*, p. 35.

¹³⁷ Em uma passagem da obra *Da reorganização da sociedade europeia*, exprime Saint-Simon este princípio fundamental do positivismo: “Todas as ciências, de qualquer espécie que elas sejam, não são outra coisa do que uma sucessão de problemas à resolver, de questões à examinar, e elas não diferem uma da outra a não ser pela natureza dessas questões. Assim, o método que aplicamos à qualquer delas deve ser conveniente à todas... porque esse método não é mais do que um instrumento inteiramente independente dos objetos aos quais os aplicamos e que não muda em nada sua natureza.” Citado por Musso, P. **Saint-Simon et...** Op. cit., p. 44-5.

am a passagem da dialética fluidos-sólidos a um sistema de relações em forma de rede. O organismo-rede é uma “metáfora”, como observa P. Musso, e também uma lógica pluridimensional. A “ciência do homem” é uma fisio-lógica aplicável à “fisiologia do corpo social”, e então o social pode ser tratado metodologicamente como uma questão de *higiene*.

A política tornar-se-á uma ciência positiva. Quando esses que cultivam este ramo importante dos conhecimentos humanos tiverem aprendido a fisiologia durante o curso de sua educação, eles considerarão os problemas que eles terão que resolver como questões de *higiene*.¹³⁸

Nesta passagem do científico ao político, ou melhor, nesta transposição da lógica do organismo-rede como método generalizável para o estudo de outros objetos, especificamente para os planos sociais e político, pode-se destacar, na obra de Saint-Simon, três noções inter-relacionadas: o conceito de capacidade; a relação entre política e economia; e o papel dos industriais. Espera-se que este quadro, de resto muito sintético, localize o termo associação na obra de Saint-Simon e o papel que deveria desempenhar na “transição” para outro sistema social.

Para Saint-Simon, capacidade é o que faz circular. É o elemento que põe em movimento o fluxo vital. No organismo vivo, é o que permite que os líquidos passem. É a própria dimensão dos canais e as suas interconexões, sua organização em rede. Capacidade é, então, a estrutura física (*contenance*) por onde se realiza a irrigação do seu elemento vital. Na analogia de transposição, o corpo social deve ser analisado e organizado como o corpo humano. A circulação do sangue pelo organismo é a capacidade de vivificá-lo de forma permanente, do mesmo modo que a circulação do dinheiro pela sociedade é função da *capacidade administrativa* das suas instituições. Embora a analogia sangue-dinheiro não seja original para a época,

¹³⁸ Saint-Simon. *Mémoire...* Citado por Musso, P. *Saint-Simon et...* Op. cit., p. 36.

a invocação da estrutura em rede e o desenvolvimento do conceito de capacidade vão colocar o problema da mudança social.

O sistema feudal extraia seu poder da força. Com a chegada da sociedade industrial, este poder fica destituído de capacidade. Mas esta capacidade não é resultado da ação dos trabalhadores industriais, os “não proprietários”, ainda que nesta época o trabalho fosse já considerado a fonte de riquezas e a medida do valor. Essa capacidade/aptidão é obra dos industriais, da sua superioridade organizativa: é a capacidade administrativa. A categoria dos industriais é inicialmente formulada por Saint-Simon como um amálgama de empresários, trabalhadores, artesãos, banqueiros, artistas, sábios etc., ou seja, os que não são parasitas ou ociosos. Os industriais são as “abelhas”, enquanto os demais são os zangões.¹³⁹ Os industriais detêm a aptidão, a capacidade administrativa, mas destituídos de poder acabam subordinados ao antigo sistema e lhe servem como instrumento. Para se tornar uma força, a capacidade deve se tornar autônoma. Só assim pode alcançar o poder e operar a passagem de um sistema social a outro.¹⁴⁰ É a superioridade organizativa dos industriais, a sua capacidade administrativa, que legitima a passagem ao industrialismo.

Na “marcha da civilização”, Saint-Simon vê a chegada do sistema *industrial-científico*, que vai suplantará o antigo *feudal-militar*, baseado na força. O novo sistema existe em germe. É preciso retirar os obstáculos que impedem o seu desenvolvimento, liberando a passagem para a circulação do dinheiro pelo inte-

¹³⁹ “A arte de governar tornou-se... a coisa do mundo mais simples e mais fácil; ela reduz-se à dar a maior porção do mel produzido pelas abelhas às duas grandes classes de zangões que servem às vistas do governo com o maior zelo e devotamento.” E as duas classes de zangões são a nobreza do antigo regime e os novos nobres, militares que serviram a Napoleão e tornaram-se empregados da administração. Saint-Simon. *Querelle*, II... Citado por Musso, Pierre. **Saint-Simon et le...** *ibid.* p. 60.

¹⁴⁰ “A mudança que proponho na organização social... é a maior possível em política, porque consiste na passagem de um sistema à outro, fundado sobre princípios absolutamente opostos.” Saint-Simon. *Organisateur*, II... Citado por Musso, Pierre. *Ibid.*, p. 71.

rior do corpo do Estado. Organizar esta passagem é o objeto da política de Saint-Simon.¹⁴¹

A obra de Saint-Simon pretende acelerar a transição, a passagem de um sistema para outro, o que significa dotá-la de um poder espiritual e temporal coerentes. O poder espiritual resulta do novo papel da ciência e da técnica, pilares da *nova religião* que nada mais é do que *a materialização do saber científico*. E o poder temporal deve ser confiado à indústria, sinônimo de organização, racionalidade e fonte de prosperidade. O Estado é o lugar decisivo de passagem do *sangue-dinheiro*, na medida em que detém o poder de cobrar impostos.

O maior, o mais importante dos poderes confiados ao governo, é o de cobrar impostos dos cidadãos; é desse direito que decorrem todos os outros que ele possui. A ciência política consiste, portanto, essencialmente hoje em dia, em fazer um bom orçamento. Ora, a capacidade necessária para fazer um bom orçamento é a capacidade administrativa, de onde resulta que a capacidade administrativa é a primeira capacidade em política.¹⁴²

¹⁴¹ Para Saint-Simon, o presente é sempre a imbricação de dois sistemas sociais: o sistema dominante-visível e o sistema dominado-invisível, um visível decadente e um invisível em constituição. Pierre Musso sintetiza da seguinte maneira essa filosofia da história de Saint-Simon: “Na antiga ordem social, existiu apenas um sistema conhecido, o mundo grego-romano dominado pelo politeísmo. É Sócrates que inaugura no interior desse sistema uma revolução que se acabará com o estabelecimento do sistema feudal no mundo moderno. Na nova ordem social, coexistem o sistema feudal aparente e o sistema industrial oculto. É no século VIII com a introdução de certas ciências na Europa pelos Árabes e no século XI com o enfraquecimento das comunas que se constitui, ‘em germe’, o novo sistema. A luta aberta entre os dois sistemas data da Reforma sobre o plano das ideias, e da Revolução sobre o plano político. Três sistemas sociais sucederam-se, portanto, na história. No passado, existiu a sociedade grego-romana, no presente domina o sistema feudal e, no futuro imediato, irá surgir o sistema industrial. O primeiro é fundado sobre o politeísmo, o segundo sobre a teologia monoteísta e o terceiro sobre as ciências. Os dois primeiros são organizados sobre a dominação e a força dos militares, o terceiro sobre as capacidades industriais.” Id. *Ibid.*, p. 67.

¹⁴² Saint-Simon. *Politique*, citado por Musso, Pierre. *Ibid.* p. 58.

A Restauração introduz modificações nas práticas orçamentárias, que pela primeira vez são votadas pelo parlamento. Mas a metade dos recursos arrecadados financia a burocracia e os consumidores não produtores, os “*sanguessugas da nação*”. O dinheiro não circula, isto é, não é reinvestido na produção industrial tendo em vista a prosperidade geral. O Estado está ainda longe de ser o *capitalista coletivo*. Duas formas de obtenção de dinheiro se opõem: pela arte da política consiste na conquista e na astúcia, e pela arte da economia através da produção e do trabalho. A política continua sendo a forma de dominação que favorece o enriquecimento dos mais fortes através da lei. A política opõe-se à economia, como preguiça e trabalho, poder e capacidade. A economia é a circulação do dinheiro, a política perturba esta circulação. A transição significa liberar esta passagem pelos condutos que asseguram a circulação, isto é, pelo interior do aparelho de Estado. Daí a necessidade de substituir a dominação política pela direção industrial, “o governo dos homens pela administração das coisas.” Tornar a política uma *ciência positiva*, e Saint-Simon é o primeiro a utilizar tal expressão.

Para Saint-Simon, a sociedade apresenta uma inversão. O poder não está onde parece. E a *Parábola* (1819) pretende mostrar essa inversão e torná-la apreensível por um simples golpe de vista, tentando desse modo provocar a inversão da inversão. Os termos da parábola são conhecidos: Saint-Simon supõe a França em duas situações distintas: na primeira, ocorreria a perda dos três mil primeiros sábios, artistas e artesãos, definidos pelos primeiros físicos, químicos, matemáticos, poetas, músicos, pintores, banqueiros, agricultores, chefes de oficina, curtidores, tecedores, gravadores, pedreiros, ferreiros etc.; na segunda situação, dar-se-ia a perda do Rei e de grande parte da nobreza, todos os altos cargos da Coroa, todos os ministros, conselheiros de Estado, magistrados, marechais, cardeais, ar-

cebispos e bispos, prefeitos, funcionários dos ministérios, juízes e os dez mil proprietários mais ricos “que levam uma vida idêntica à dos nobres”, num total de trinta mil indivíduos. No primeiro caso, se a França “perdesse os que dirigem os trabalhos mais úteis da nação”, “a flor e a nata da sociedade francesa”, “tornar-se-ia um corpo sem alma e cairia, ipso facto, num estado de inferioridade em relação às nações que com que elas rivalizam”. No segundo caso, com a perda dos trinta mil ociosos, “seria apenas motivo para uma dor puramente sentimental, porque não acarretaria nenhum prejuízo político para o mesmo Estado.”¹⁴³ Estes últimos revelam-se assim prejudiciais à prosperidade da nação e “absolutamente inúteis”.¹⁴⁴ A parábola procura tornar visível de um só golpe que “os homens incapazes têm como missão dirigir as pessoas capazes”, daí que o poder do Estado não está onde o vemos, no corpo de dominação política. O poder está alhures, na força dominada-invisível daqueles que se dedicam a produzir as riquezas econômicas. A sociedade está invertida. A política não é mais do que a produção de sinais e ilusões que invertem o real.

Inverter esta inversão. Substituir a dominação política pela direção industrial. Realizar uma reforma profunda nas instituições e evitar a revolução. Criar uma nova ordem e liberar as

¹⁴³ SAINT-SIMON, Henri. Parábola de Saint-Simon (1819). In.: **O socialismo pré-marxista**. São Paulo: Global, 1980. p. 35-38.

¹⁴⁴ “A prosperidade da França apenas pode ser determinada como efeito e como consequência do progresso das ciências, das belas-artes e das profissões e ofícios. Pois bem, os príncipes, os grandes oficiais da Coroa, os bispos, os marechais da França, os prefeitos e os proprietários ociosos não trabalham de modo nenhum para o progresso das ciências; não contribuem para tal progresso e antes o impedem, dado que se esforçam por prolongar o domínio que até agora vieram exercer as teorias conjecturais sobre os conhecimentos positivos; prejudicam necessariamente a prosperidade da nação ao privarem os sábios, os artistas e os artesãos da elevada consideração que legitimamente lhes é devida; são prejudiciais porque utilizam os seus meios pecuniários de um modo não diretamente útil para as ciências, as belas-artes e as artes e ofícios...”. Id. *Ibid.*, p. 37.

amarras do sistema que surge dos entraves feudais. A verdadeira política não está onde parece, no sistema feudal-militar, mas na capacidade dos industriais, que permanece invisível, soberanos na produção das riquezas e na ação sobre a natureza. A produção é a “alma” do corpo político. “A economia política é o verdadeiro e único fundamento da política”, e “a política é portanto, para resumir em duas palavras, a ciência da produção”.¹⁴⁵ A política não deve desaparecer, mas transformar-se numa ciência positiva. Para operar a mudança social, bastaria inicialmente mudar a relação governo-administração no interior do Estado.

A distinção entre poder de Estado (governo) e aparelho de Estado (administração), permite a Saint-Simon pensar a transição por meios administrativos, isto é, fazer com que aos industriais seja confiado o direito de votar o orçamento. A circulação do dinheiro no interior do Estado é assimilada à circulação do sangue no interior do corpo humano. Para fazer com que o dinheiro-sangue circule no seu interior, é preciso retirar os intermediários-obstáculos-ociosos e dar vazão plena a capacidade administrativa dos industriais. O controle e o voto sobre o orçamento parecem ser uma medida simples, ao ponto de Saint-Simon interrogar-se sobre o motivo de não terem os industriais até então pleiteado esta prerrogativa.¹⁴⁶ Ou seja, porque eles permanecem “passivos” em política?

Os industriais podem dar o primeiro passo em direção à mudança social através da transformação do Estado pelo exercício da sua capacidade administrativa. Este deslocamento intra-

¹⁴⁵ Saint-Simon. *Industrie...* Citado por Musso, P. **Saint-Simon et...** Op. cit., p. 52.

¹⁴⁶ “Por excessiva prudência, os industriais não criaram um partido político industrial, tornando-se por isso presa fácil dos jacobinos e de Bonaparte. [...] Saint-Simon escreve o Catecismo dos Industriais com a finalidade de dar a eles o sentimento de seu valor próprio e induzi-los a constituir o partido industrial, reivindicando-o diretamente ao rei sem intermediários, o que os levaria a tirar vantagens políticas de sua posição no sistema industrial, capacitando-os a reivindicar a elaboração do orçamento anual da Nação.” TRAGTENBERG, Maurício. *Burocracia e...* Op. cit., p. 66.

estatal requer que os industriais passem de uma posição “passiva” para uma posição “ativa”. Eles são “mais numerosos”, produzem as riquezas, detêm o saber (ciência) e são superiores em organização e administração”. Devem apresentar-se unidos em torno do “Partido Nacional” para se contraporem ao “Partido Antinacional”, efetuando a transformação da sua capacidade em poder.¹⁴⁷ O partido como expressão da tomada de consciência da sua força, representante dos interesses coletivos da classe, como sua “vanguarda” (expressão que recupera da sua experiência militar). Ao tomarem o poder, devem iniciar a transição para o novo sistema, o industrialismo.¹⁴⁸

No pensamento de Saint-Simon, a fábrica serve de modelo para a regulação política e social. “*Tout par l’industrie, tout pour elle*”, é a epígrafe da obra coletiva *L’Industrie* publicada entre 1816 e 1818. A dominação do Estado cede lugar à direção empresarial caracterizando a passagem ao industrialismo,

¹⁴⁷ “No partido nacional ou industrial encontram-se incluídos: 1º Todos aqueles que cultivam a terra e aqueles que dirigem os trabalhos de cultivo; 2º [...] todos os artesãos, todos os manufatureiros, todos os negociantes, todos os empreendedores de transporte por terra e por mar, assim como todos aqueles cujo trabalho serve diretamente ou indiretamente à produção ou à utilização das coisas produzidas; sábios [savants] [...], artistas, advogados liberais, [...], “enfim todos os cidadãos que empregam sinceramente seus talentos e seus meios para livrar os produtores da injusta supremacia exercida sobre esses pelos consumidores ociosos.” // “No partido antinacional figuram os nobres que trabalham para o restabelecimento do antigo regime, aqueles padres que fazem consistir a moral no crédulo cego às decisões do papa e do clero; os proprietários de imóveis vivendo nobremente, isto é, a nada fazerem; os juízes que sustentam o arbitrário, os militares que lhes dão seu apoio, e em uma palavra todos esses que se opõem ao estabelecimento do regime mais favorável à economia e à liberdade.” Saint-Simon. *Le parti national*. Citado por GIDE, C. & RIST, C. **Histoire des...** Op. cit., p. 229.

¹⁴⁸ No regime transitório, Saint-Simon coloca o problema das alianças políticas, sobretudo porque não deseja que a instauração do novo sistema provoque uma ruptura revolucionária. O regime de transição prevê uma aliança com o Rei mantendo a sua função simbólica, ainda que não seja mais fundado sobre a graça de Deus, ao lado dos industriais que controlam e votam o orçamento. Esse regime de transição é a monarquia constitucional, em que o Rei assume o papel de *mediador simbólico indispensável*. Id. Ibid., 232.

do “governo dos homens à administração das coisas”. A organização da empresa serve de modelo para tornar o Estado racional, na medida em que aí a divisão do trabalho apresenta maior eficácia econômica, ao mesmo tempo em que oferece maiores garantias à manutenção da ordem social, isto é, para preservar a segurança e a liberdade da produção.

No novo sistema, as disposições principais devem ter por objetivo estabelecer claramente e combinar o mais sabiamente possível o projeto dos trabalhos a fazer pela sociedade, para melhorar publicamente e moralmente a existência de todos os membros; e as considerações relativas às precauções que se devem tomar para manter a ordem social devem ser encaradas como de uma importância secundária... A divisão que se introduziu nos trabalhos ligou completamente os homens entre si.¹⁴⁹

A divisão do trabalho apresenta-se então com uma dupla função: ordenar os lugares determinados no processo de produção, de onde decorre o sentido da frase “de cada um segundo as suas capacidades”; e tornar a função de controle e polícia uma atividade secundária, contrariamente ao que se verifica no poder estatal.

A França tornou-se uma grande manufatura, e a Nação Francesa uma grande oficina. Essa manufatura geral deve ser dirigida da mesma maneira que as fábricas particulares. Ora, os trabalhos mais importantes nas manufaturas consistem antes de mais no estabelecimento dos processos de fabricação e em seguida na combinação dos interesses dos empresários com os dos operários, por um lado, e, por outro, com os dos consumidores. Impedir os roubos e as outras infrações nas oficinas, em resumo, governar essas oficinas, é considerado como um trabalho perfeitamente secundário, confiado a subalternos. Em França, no antigo regime, a subordinação

¹⁴⁹ Saint-Simon. *Bourbons et Stuarts*. Citado por Musso, Pierre. Op. cit., p. 75.

era estabelecida e mantida pelas baionetas. Hoje, ela já pode resultar da inferioridade de meios pecuniários e de capacidades sentida pelos operários relativamente às capacidades e aos capitais dos empresários.¹⁵⁰

O Estado transforma-se em capitalista coletivo. E tal como uma grande manufatura dirige a si mesma tendo em vista a expansão do sistema industrial, isto é, a sua própria expansão. O Estado racional reduziria as despesas inúteis e poderia direcionar todos os recursos para o investimento direto na realização das condições gerais de produção, com a criação de redes de transporte, dinheiro e saber, resultando numa sociedade mais produtiva e racional.¹⁵¹

Pelos contornos gerais até aqui estabelecidos, pode-se perguntar qual o lugar reservou Saint-Simon aos trabalhadores, aqueles que vivem do esforço dos seus braços? Num estudo recente, João Bernardo demonstra que, no desenvolvimento das ideias políticas de Saint-Simon, opera-se um deslocamento no papel dos trabalhadores nas suas relações com os capitalistas. Inicialmente, esta relação apresenta uma tendência à horizontalidade, numa perspectiva de *cooperação e associação* entre trabalhadores e patrões no interior das unidades produtivas, no quadro das respectivas capacidades.¹⁵² Mas a partir de certo mo-

¹⁵⁰ Saint-Simon. *Du Système Industriel*. Citado por BERNARDO, João. Saint-Simon, teórico do poder empresarial. In.: João Bernardo. **Democracia Totalitária**: teoria e prática da empresa soberana. São Paulo: Cortez, 2004. p. 17-39.

¹⁵¹ “Para melhorar o mais rapidamente possível a existência da classe mais pobre, a circunstância mais favorável seria aquela em que se encontraria uma grande quantidade de trabalhos a executar e onde esses trabalhos exigiriam o maior desenvolvimento da inteligência humana. Vós podeis criar esta circunstância: agora que a dimensão do nosso planeta é conhecida, fazei realizar pelos sábios, pelos artistas e os industriais um plano geral de trabalhos à executar para tornar a posse territorial da espécie humana a mais produtiva possível e a mais agradável à habitar sobre todos os aspectos.” Saint-Simon. *Le nouveau christianisme*. Citado por Musso, Pierre. Op. cit., p. 91.

¹⁵² A seguinte passagem do “*L’Organisateur*”, citada por João Bernardo, lança luz quanto à primeira formulação de Saint-Simon sobre a relação entre patrões e trabalhadores

mento, altera-se esta perspectiva inicial e a relação entre trabalhadores e patrões passa a ser determinada pela *subordinação passiva* dos primeiros aos segundos, tal como formulada na citação acima. Para João Bernardo, esta mudança de posição dos trabalhadores, de cooperados a subordinados, no interior de uma teoria que identifica política e administração, têm o significado de uma “conversão dos patrões em soberanos, [e] dos trabalhadores em súditos.” Em uma palavra, “era um verdadeiro governo tecnocrático que Saint-Simon propunha.”¹⁵³

Ao questionarem o caráter socialista da doutrina de Saint-Simon, Gide & Rist chegam à conclusão semelhante. Esses autores explicam que, para a classificação de Saint-Simon entre os socialistas, dois argumentos são geralmente invocados: o interesse que demonstra em algumas passagens pelas classes pobres e a opinião sobre a necessidade de reformar a propriedade. Quan-

como uma *conciliação* de interesses que resultava numa *cooperação e associação*: “Se se observa hoje a situação do povo, verifica-se que efetivamente, no plano temporal, só mantém uma relação direta e contínua com os seus chefes industriais [...] No antigo sistema o povo estava *arregimentado* relativamente aos seus chefes; no novo, está *combinado* com eles. Da parte dos chefes militares havia *comando*; já da parte dos chefes industriais só há *direção*. No primeiro caso o povo era *súdito*; no segundo, ele é *associado*. Com efeito, o admirável caráter das combinações industriais implica que todos os que para elas contribuem são, na realidade, todos colaboradores e associados, desde o mais simples operário até o mais opulento proprietário de manufaturas e até o engenheiro mais habilitado. [...] numa cooperação, em que todos participam com uma capacidade e uma entrada, existe uma verdadeira associação, e qualquer desigualdade provém da desigualdade de capacidades e da de entradas. Ambas as desigualdades são necessárias, isto é, inevitáveis, e seria absurdo, ridículo e funestro pretender fazê-las desaparecer. O grau de importância e os ganhos que cada um obtém são proporcionais à sua capacidade e à sua entrada, o que constitui o mais elevado grau de igualdade possível e desejável. [...] O comando exercido sobre ele [o povo] pelos seus novos chefes é apenas o estritamente necessário para a manutenção da ordem no trabalho, o que representa muito pouco”. Citado por João Bernardo. Op. cit., p. 37-8.

¹⁵³ BERNARDO, João. Saint-Simon.... Op. cit., p. 39 e p. 28. Para João Bernardo, a teoria política de Saint-Simon é a primeira com caráter estritamente empresarial, “em que a totalidade do poder seria exercida pelos empresários, uma categoria reunindo o caráter burguês do proprietário ao caráter gestorial do detentor de conhecimento.” (p. 30)

to ao primeiro argumento, o interesse por melhorar a existência moral e física da “classe mais numerosa” pode ser entendido na seguinte passagem em *l’Organisateur*, quando Saint-Simon afirma que “É para o povo que a questão [da organização social] se resolverá, mas ele permanecerá exterior e passivo... O povo foi eliminado da questão.” E isso porque a maneira mais eficaz de melhorar sua existência é “confiar aos chefes das empresas industriais o cuidado... de dirigir a administração pública.”¹⁵⁴ Quanto à questão da propriedade, a reforma que Saint-Simon visava era sobretudo à propriedade fundiária, e isso para aumentar a sua produtividade. Numa carta ao redator do *Journal Général de la France*, em 1818, Saint-Simon afirma que: “1º a lei que constitui a propriedade é a mais importante de todas; é a que serve de base ao edifício social... 2º a propriedade deve ser constituída de uma maneira tal que o possuidor seja estimulado a torná-la a mais produtiva possível.” E, numa passagem das *Lettres à un Américain*, sintetiza esta questão: “A produção de coisas úteis é o único fim lógico e positivo que as sociedades políticas podem se propor, e conseqüentemente o princípio: respeito à produção e aos produtores, é infinitamente mais fecundo do que esse: respeito à propriedade e aos proprietários.” A propriedade encontra portanto legitimidade na sua utilidade.¹⁵⁵

Quando Saint-Simon lança o termo “associação universal” no quadro da construção de uma “confederação europeia”, não deixa nas instituições projetadas qualquer espaço para a integração dos trabalhadores, a não ser no interior da categoria ambígua dos industriais. A associação de que fala Saint-Simon significa portanto apenas a integração dos trabalhadores ao regime de fábrica que, na época, como vimos, iniciava na França seu processo de expansão. Assim, de forma geral, a expressão associação no interior da dou-

¹⁵⁴ Citado por GIDE, C. & RIST, C. *Histoire des...* Op. cit., p. 233.

¹⁵⁵ Id. *Ibid.*, p. 233.

trina de Saint-Simon está relacionada ao quadro organizacional da manufatura, isto é, em que o lugar ocupado pelos trabalhadores é determinado pela divisão do trabalho, em que se realiza a separação entre instâncias de concepção e de execução das atividades, entre as funções de direção-planejamento e execução, em suma, no quadro das relações sociais de produção do capital.

Já falamos que Saint-Simon, Fourier e Owen são considerados, na história das doutrinas socialistas, expoentes do socialismo utópico, e influenciaram de alguma maneira as ideias políticas de Marx e Engels. Pelo o que até aqui pudemos ver, chama a atenção essa ambiguidade que atinge a própria experiência do movimento socialista, o vacilar entre autogestão e heterogestão, entre as perspectivas de superação do capitalismo e sua realização em novas bases. Aos olhos de hoje, quase dois séculos após o seu surgimento, a doutrina de Saint-Simon pode ser novamente apreciada à luz do desenvolvimento posterior deste modo de produção e, neste caso, parece figurar menos como um dos precursores do socialismo do que como um teórico do *capitalismo organizado*, como formulou Bruhat, ou de um *capitalismo científico*, nos termos de João Bernardo.

No *Manifesto* de 1848, Marx e Engels reconhecem e criticam os precursores utópicos do socialismo, apontando para o caráter anacrônico dessas doutrinas formuladas no período em que a introdução das máquinas e a configuração da grande indústria eram ainda incipientes. E como as classes sociais fundamentais do modo de produção capitalista apresentavam-se ainda de forma “gelatinosa”, o antagonismo que lhes é intrínseco acabava ofuscado pela presença das classes provenientes do antigo regime. De fato, a grande indústria começa a sair da sua *infância* após a crise de 1825, ano da morte de Saint-Simon. A utilização do vapor como força motriz e a das máquinas-ferramentas, meios técnicos que caracterizam a primeira fase do sistema industrial,

foi, porém, precedidos de um conjunto de inovações e transformações nos processos produtivos que preparou e tornou possível a utilização desses novos equipamentos, processo analisado por Marx n' *O capital* pela tríade cooperação, manufatura e indústria moderna. Não se trata de etapas, muito menos de um processo linear, e Marx não deixa a este respeito a menor ambiguidade.¹⁵⁶

A cooperação ou o *ponto de partida* da produção capitalista dá-se com a concentração de trabalhadores num mesmo espaço físico para laborarem sob o comando de um mesmo capitalista. O resultado da concentração dos trabalhadores até então dispersos em unidades de produção independentes, e sob os auspícios das corporações, revela-se superior não apenas por afrontar a rigidez dos estatutos corporativos, mas principalmente por possibilitar o controle sobre a força de trabalho e gerar um trabalho social combinado não pago pelos capitalistas.¹⁵⁷ Neste ponto en-

¹⁵⁶ Marx distingue, por exemplo, as formas antigas de cooperação da sua forma histórica peculiar ao modo de produção capitalista: "...a cooperação coincide com a produção em maior escala, porém não constitui nenhuma forma característica fixa de uma época particular de desenvolvimento do modo de produção capitalista. No máximo, aparece aproximadamente assim nos inícios ainda artesanais da manufatura e em cada espécie de agricultura em grande escala... A cooperação simples continua sendo ainda a forma predominante nos ramos de produção em que o capital opera em grande escala, sem que a divisão do trabalho ou a maquinaria desempenhem papel significativo. A cooperação permanece a forma básica do modo de produção capitalista, embora sua figura simples mesma apareça como forma particular ao lado de suas formas mais desenvolvidas." MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Volume I. Livro I. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 266.

¹⁵⁷ "Do mesmo modo que a força de ataque de um esquadrão de cavalaria ou a força de resistência de um regimento de infantaria difere essencialmente da soma das forças de ataque e resistência desenvolvidas individualmente por cada cavaleiro e infante, a soma mecânica das forças de trabalhadores individuais difere da potência social de forças que se desenvolve quando muitas mãos agem simultaneamente na mesma operação indivisa, por exemplo, quando se trata de levantar uma carga, fazer girar uma manivela ou remover um obstáculo. O efeito do trabalho combinado não poderia neste caso ser produzido ao todo pelo trabalho individual ou apenas em períodos de tempo muito mais longos... Não se trata aqui apenas do aumento da força produtiva individual por meio da cooperação, mas da criação de uma força produtiva que tem de

tra em cena a lei do valor, quando o trabalho objetivado em valor passa a ser determinado pela sua quantidade social média, como tempo de trabalho social médio despendido no processo de produção. Para isso, é necessário que as forças produtivas tenham se tornado autônomo em relação aos produtores imediatos, que a organização do processo de trabalho tenha se tornado função do capital, que este tenha assumindo completamente a superintendência da totalidade do processo de produção. O capital aparece então como uma relação social, e a tarefa de dirigir e controlar o processo produtivo resulta imediatamente da resistência que os trabalhadores impõem a uma atividade cujo produto se lhes torna cada vez mais estranho, e o próprio trabalho, estranhado.¹⁵⁸

Mas é na manufatura que o processo de produção capitalista vai desenvolver o princípio que tornou possível a introdução das máquinas: a divisão do trabalho.¹⁵⁹ O que caracteriza o sistema manufatureiro é a ação que desenvolve sobre o processo de trabalho, fragmentando as atividades necessárias para a produção das mercadorias em inúmeras tarefas parceladas, pondo termo ao poder que ainda detinham os artesãos sobre as atividades realizadas do processo de trabalho. Vedam-se os poros da

ser, em si e para si, uma força de massas.” Id. Ibid., p. 259.

¹⁵⁸ “Com a massa de trabalhadores ocupados ao mesmo tempo cresce também sua resistência e com isso necessariamente a pressão do capital para superar essa resistência. A direção capitalista não é só uma função específica surgida da natureza do processo social de trabalho e, portanto, condicionada pelo inevitável antagonismo entre o explorador e a matéria-prima de sua exploração.” Id. Ibid., p. 263.

¹⁵⁹ “A divisão manufatureira do trabalho cria, por meio da análise da atividade artesanal, da especialização dos instrumentos de trabalho, da formação dos trabalhadores especiais, de sua agrupação e combinação em um mecanismo global, a graduação qualitativa e a proporcionalidade quantitativa de processos sociais de produção, portanto determinada organização de trabalho social, e desenvolve com isso, ao mesmo tempo, nova força produtiva social de trabalho. Como forma especificamente capitalista do processo de produção social – e sob as bases preexistentes ela não podia desenvolver-se de outra forma, a não ser capitalista – é apenas um método especial de produzir mais-valia relativa ou aumentar a autovalorização do capital – o que se denomina riqueza social, Wealth of Nations etc. – à custa dos trabalhadores.” Id. Ibid., p. 286.

jornada, os lapsos de tempo que o artesão dominava e utilizava em seu proveito. Mas parcelizar o trabalho é mais do que subdividir as atividades, pois significa também a “mutilação” do trabalhador, como percebeu Marx.¹⁶⁰ A parcelização significa também a desqualificação dos trabalhadores, mediante a perda da compreensão do processo de trabalho e a especialização dos trabalhadores em funções cujo resultado, o produto, escapa-lhes por completo.¹⁶¹ Porém, como a base da manufatura permanece sendo o ofício, a resistência dos trabalhadores impõe ao capital a busca incessante de novos mecanismos de controle e disciplina, para extrair essa base do poder que ainda resta aos produtores imediatos na realização do processo de trabalho. É neste sentido que autores como Maglin e, a partir dele, De Decca, insistem em que o surgimento do sistema de fábrica não decorreu da sua superioridade técnica, mas substancialmente em função da luta pelo controle sobre o processo de trabalho, isto é, da luta dos capitalistas para controlar a força de trabalho e enquadrá-la na disciplina exigida pelo processo de produção do capital.¹⁶²

Enquanto a cooperação conduziu ao desapossamento dos trabalhadores em relação aos meios de produção, instituindo assim o capital como relação social, e a manufatura retirou-lhes o saber do ofício mediante a divisão do trabalho, a fragmentação

¹⁶⁰ “Enquanto a cooperação simples em geral não modifica o modo de trabalho do indivíduo, a manufatura o revoluciona pela base e se apodera da força individual de trabalho em suas raízes. Ela aleija o trabalhador convertendo-o numa anomalia, ao fomentar artificialmente sua habilidade no pormenor mediante a repressão de um mundo de impulsos e capacidades produtivas...” Id. Ibid., p. 283.

¹⁶¹ “A manufatura cria [...] uma classe dos chamados trabalhadores não qualificados, os quais eram rigorosamente excluídos pelo artesanato. [...] Ao lado da graduação hierárquica surge a simples separação dos trabalhadores em qualificados e não qualificados.” Id. Ibid., p. 276.

¹⁶² MARGLIN, Stephen A. Origem e função do parcelamento das tarefas: para que servem os patrões? In.: **Crítica da divisão do trabalho**. André Gorz [org.]. São Paulo: Martins Fontes, 1989. E DECCA, Edgar S. de. **O nascimento das fábricas**. São Paulo: Brasiliense: 1993. [Coleção Tudo é História]

e parcelização das atividades, a grande indústria mecanizada vai atuar sobre os meios de trabalho, sobre os equipamentos que, salvo exceções, permaneciam com base artesanal.¹⁶³

Inicialmente, a máquina-ferramenta vai realizar as operações que o trabalhador executava com ferramentas semelhantes, restando-lhe apenas a necessidade de impulsionar o maquinário e fiscalizar a sua execução. Em seguida, o vapor vai retirar dos trabalhadores a necessidade de agir como força motriz das máquinas, tornando-as autômatos.¹⁶⁴ A continuidade e o ritmo do trabalho não dependem já da força e resistência musculares, resultando na sua transferência para uma engrenagem que fornece a possibilidade de um funcionamento homogêneo e ininterrupto. E ao tornar desnecessário o uso da força muscular, as mesmas operações parceladas podem ser realizadas por qualquer indivíduo, alargando-se a utilização da força de trabalho de mulheres e crianças.

Marx mostrou que a produtividade da máquina resulta imediatamente da supressão de postos de trabalho, ao mesmo tempo em que reduz o tempo de trabalho necessário na produção de mercadorias. A máquina permite o funcionamento contínuo do processo de trabalho, encontrando obstáculo apenas no limite físico do trabalhador. A máquina traz em si uma nova disciplina. Com a regulamentação da jornada de trabalho, a elasticidade da nova base técnica permite a intensificação do trabalho, um dos mecanismos centrais da mais-valia relativa. Sendo o ritmo e a própria atividade definidos já pelo maquinário, ou por um sistema de máquinas, ao trabalhador não resta senão a tarefa de servir à máqui-

¹⁶³ “Na manufatura, o ponto de partida para revolucionar o modo de produção é a força de trabalho, na indústria moderna, o instrumental de trabalho.” MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro Primeiro. Vol. I. São Paulo: Civilização Brasileira: 1992. p. 424

¹⁶⁴ “Com a ferramenta que se transfere à máquina segue a virtuosidade desenvolvida pelo trabalhador em seu manejo. A eficácia da ferramenta emancipa-se dos limites pessoais da força humana. Desse modo, desaparece a base técnica em que se fundamentava a divisão manufatureira do trabalho.” Id. *Ibid.*, p. 480.

na, seguindo-lhes o ritmo e os desejos.¹⁶⁵ De trabalhador parcelado na manufatura, a grande indústria o transforma em apêndice da máquina.¹⁶⁶ Na fábrica, aperfeiçoa-se o trabalho de supervisão e controle, com a separação entre as forças intelectuais e o trabalho manual, criando-se uma *disciplina de caserna*. Marx cita Fourier, para quem as fábricas eram penitenciárias abrandadas. A implantação crescente das máquinas faz ao mesmo tempo crescer a revolta dos trabalhadores contra esse roubo das suas condições de vida. Esses processos de revoltas operárias encontram como resposta o próprio desenvolvimento do sistema de máquinas, que invade todos os ramos com sua base técnica revolucionária. Marx lança de passagem a possibilidade de recuperar a história das invenções após 1830 como sendo o fornecimento aos capitalistas de munição contra as revoltas operárias.¹⁶⁷

A produção teórica e prática dos chamados socialistas utópicos franceses vai se processar precisamente no período em que a industrialização e a introdução da maquinaria começam a ganhar campo no processo produtivo, a partir da década de 20 do século XIX e, principalmente, após a Revolução de 30. Como vimos, o regime industrial encontrou logo nas primeiras horas um entusiasta dedicado no conde de Saint-Simon, que via a indústria nascente

¹⁶⁵ “Na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve da ferramenta; na fábrica serve à máquina. Naqueles, procede dele o movimento do instrumental de trabalho; nesta, tem de acompanhar o movimento do instrumental. Na manufatura, os trabalhadores são membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, esses se tornam complementos vivos de um mecanismo morto que existe independente deles.” Id. *Ibid.*, p. 483.

¹⁶⁶ “O trabalho na fábrica exaure os nervos ao extremo, suprime o jogo variado dos músculos e confisca toda a atividade livre do trabalhador, física e espiritual. Até as medidas destinadas a facilitar o trabalho se tornam meio de tortura, pois a máquina em vez de libertar o trabalhador do trabalho, despoja o trabalho de todo interesse. Sendo, ao mesmo tempo, processo de trabalho e processo de criar mais-valia, toda produção capitalista se caracteriza por o instrumental de trabalho empregar o trabalhador e não o trabalhador empregar o instrumental de trabalho. Mas, essa inversão só se torna uma realidade técnica e palpável com a maquinaria.” Id. *Ibid.*, *ibidem*.

¹⁶⁷ Id. *Ibid.*, p. 506.

como sinônimo de organização, racionalidade e fonte de prosperidade. A sua obra pretende acelerar este processo, retirando os obstáculos que impedem o fluxo de dinheiro e saber na sociedade, para instalar os industriais no centro do poder político, na medida em que são estes os responsáveis pela produção da riqueza e únicos detentores da capacidade administrativa.

Pois bem, nesta mesma época, outro socialista utópico francês, Charles Fourier, vai em sentido diametralmente oposto à doutrina santisimoniana, realizando uma crítica ao industrialismo e à expansão do capitalismo no momento mesmo em que este se instaura como modo de produção dominante.¹⁶⁸ Além de distinguir-se em relação ao saint-simonismo, Fourier lança também críticas diretas a Owen, tanto à sua teoria como às experiências práticas realizadas na Inglaterra e nos Estados Unidos. Para Fourier, a “catarata intelectual” de Owen fez com que este tenha trabalhado “a contrapelo” da associação, apontando como erros as suas diatribes à propriedade, à religião e ao matrimônio. No que diz respeito às experiências práticas, especialmente *New Harmony*, Fourier afirma que Owen ignorou que a agricultura deve ser a base de tais experiências, daí o insucesso desse “regime monástico de comunidade de bens, esse semi-ateísmo ou ausência de culto divino, e outras monstruosidades que Owen adorna com o nome de associação.”¹⁶⁹

¹⁶⁸ Fourier nasce em 1772, filho de negociante. É levado à carreira comercial, viajando pela Europa como caixeiro. Fixa residência em Lyon, onde passa o resto da vida. Após a publicação da sua primeira obra, a *Teoria dos quatro movimentos*, em 1808, com o pseudônimo de M. Charles, Fourier lança, quatorze anos depois, em 1822, o *Tratado da associação doméstica agrícola* e, em 1829, *O novo mundo industrial e societário*, ambas com o próprio nome. No último período da sua vida, de 1835 a 1836, aparece *A falsa indústria, parcelada, mentirosa e o antídoto, a indústria natural, combinada, atraente, verídica, dando o quádruplo de produção*. Após a sua morte, em 1837, foi publicado o livro *O novo mundo amoroso*.

¹⁶⁹ Sobre a crítica de Fourier a Owen, ver: FOURIER, Charles. **El nuevo mundo industrial y societario**. México: Fondo de Cultura Económica, 1989. p. 39-40, 183-

Interessa-nos aqui tratar apenas três questões da obra de Fourier, que nos parecem mais diretamente envolvidas no tema deste capítulo que trata, vale lembrar, da origem do cooperativismo e da economia social. Em primeiro lugar, vamos verificar o teor da crítica fourierista ao industrialismo; em seguida, ver de que forma concebe a sua espécie de “aldeia cooperativa”, o falanstério; e, por fim, analisar as relações possíveis com o movimento cooperativista ou associativista em França.

Para Fourier, a sociedade capitalista, que denomina “civilização”, é o quinto período da “escala da primeira idade do mundo social”. Antes da civilização, existiram os períodos: primitivo (Éden), o selvagerismo, o patriarcado (pequena indústria) e a barbárie (média indústria). A civilização é o período da grande indústria, o qual seria sucedido pelo garantismo (semiassociação), o sociantismo (associação simples) e, por fim, o harmonismo (associação composta).¹⁷⁰ A civilização é, portanto, a sociedade burguesa, ou capitalismo industrial, que para Fourier significa a desordem, onde tudo são mentiras, fontes de ilusões e falsidades. É também a fonte de calamidades, como a dívida pública, o comércio e as revoluções. A civilização é o mundo ao revés, enquanto que o mundo no justo sentido seria o estado societário.¹⁷¹

194 e 490-497.

¹⁷⁰ “Não faço menção aos períodos 9 e seguintes, porque não podemos nos elevar hoje além do período 8, já infinitamente afortunado em comparação com as quatro sociedades existentes. Este período se estenderá súbita e espontaneamente al gênero humano inteiro, pela influência apenas do benefício, do prazer, e sobretudo da atração industrial, mecanismo bastante ignorado por nossos políticos e moralistas. Sente-se cada vez mais sua necessidade, porque não é possível regressar ao trabalho agrícola;” Id., *ibid.* p. 29. Em outro lugar, Fourier afirma que o progresso social e as mudanças nos períodos estão relacionados diretamente ao progresso das mulheres para a liberdade, e as decadências da ordem social operam-se, inversamente, em razão do decréscimo da liberdade das mulheres. Daí ser atribuído à Fourier o título de primeiro feminista. GIDE, C. & RIST, C. **Histoire des doctrines...** Op. cit., p. 281.

¹⁷¹ “...o estado civilizado em que reinam a mentira e a indústria repugnante receberá o sobrenome de mundo ao revés; e o estado societário de mundo no justo sentido,

O centro da crítica de Fourier à civilização e ao capitalismo reside na descoberta de que, sob regime industrial, crescem as riquezas produzidas pela sociedade e, ao mesmo tempo, a miséria dos trabalhadores, isto é, na justa medida em que “a pobreza nasce na civilização da própria abundância”.¹⁷² E após referir-se à situação da nação mais industrializada, a Inglaterra, Fourier afirma que aí a “escravidão foi restabelecida de fato”, originando vários tipos de fome, como a fome lenta provocada pelas privações, a fome especulativa que leva à má alimentação e a fome iminente, causada pelo excesso de trabalho. “Quantos sonhos de riqueza nos livros, quanta miséria real nas casas!”¹⁷³

Criticando o parcelamento provocado pela indústria por resultar no “assassinato dos operários”, Fourier vê no industrialismo um “círculo vicioso”, “um labirinto de miséria, de injustiça e falsidade”.¹⁷⁴ A política industrial representa um retrocesso político, pois “sua marcha é a do caranguejo, para trás.”¹⁷⁵ O industrialismo é a mais recente das “quimeras científicas”, resultado de uma forma de produzir confusa, sem nenhum método de distribuição proporcional, isto é, sem garantir ao produtor a participação no aumento da riqueza.¹⁷⁶ Esses dois elementos, o parcelamento industrial e a ausência de “justiça distributiva” tornam a indústria repulsiva, repugnante, e para nela ingressar o trabalhador “tem fundado no emprego da verdade e da indústria atrativa.” FOURIER, C. **El nuevo mundo...** Op. cit., p. 38.

¹⁷² Id. *Ibid.*, p. 69. “a multidão ou classe pobre, longe de participar do aumento de riqueza, não obtém dela senão um acréscimo de privações; porque vê uma variedade maior de bens dos quais não pode gozar, e nem sequer encontra-se segura de obter o trabalho repugnante que constitui seu suplício, o qual não lhe oferece outra vantagem do que a de morrer de fome.” Id. *Ibid.*, *ibidem*. Neste ponto, parece que Lyon exerceu alguma influência, pois aí os *canuts* chegaram na mesma época à conclusão de que era melhor morrer rapidamente por uma bala do que lentamente de fome.

¹⁷³ Id. *Ibid.*, p. 64-65.

¹⁷⁴ Id. *Ibid.*, p. 40-41.

¹⁷⁵ Id. *Ibid.*, p. 63.

¹⁷⁶ Id. *Ibid.*, p. 66.

que achar-se na indigência mais extrema”.¹⁷⁷ Se a indústria está baseada no parcelamento industrial, o comércio sustenta-se na fraude, disfarçada “com o nome de livre concorrência, livre mercado e igualdade de oportunidades etc.”¹⁷⁸ E a prova desta degradação da humanidade é o crescimento do ateísmo, “que aumenta em razão dos progressos da indústria civilizada”.¹⁷⁹

Por outro lado, a indústria civilizada ocupa na sua escala do movimento histórico um ponto importante, na medida em que cria “os módulos necessários para encaminhar-se à associação; cria a grande indústria, as altas ciências e as belas artes”.¹⁸⁰ Os progressos da indústria criam “os elementos de felicidade, mas não a felicidade”. Assim como Owen e Saint-Simon, Fourier busca um método que reverta essa situação e liberte tanto “ao rico como ao pobre”, que contente a “todas as classes e todos os partidos”, ou ainda, nos seus termos, que aponte outro destino para o “gênero humano”.

O ponto de partida de Fourier é também fornecido pelas leis da atração universal de Newton, colocando-se a tarefa de “terminar o que Newton começou.” Daí que o estudo da atração passional deve preceder ao da associação, o que Owen desconhecia e que o levou à “catarata intelectual”. O objetivo é descobrir “um mecanismo de atração industrial que transformará os trabalhos em prazeres, com a persistência do povo no trabalho e a recuperação

¹⁷⁷ Id. *Ibid.*, p. 69. A indústria “constitui o suplício dos seres condenados a exercê-la, e rebaixa o homem civilizado a um grau muito inferior ao do selvagem e do animal.” p. 77.

¹⁷⁸ Id. *Ibid.*, p. 66.

¹⁷⁹ Id. *Ibid.*, p. 65. Um das críticas de Fourier à Owen é precisamente a de que este estabelecia uma “cisão com Deus”, ou tornava “Deus incógnito”.

180 – Id. *Ibid.*, p. 44. Fourier não se coloca assim numa perspectiva de retrocesso na escala industrial, apontando para o desenvolvimento da indústria, das altas ciências e das belas artes, ao mesmo tempo em que busca um novo mundo industrial oposto ao parcelamento industrial.

do mínimo que se lhe havia adiantado.”¹⁸¹ Este mínimo adiantado aos trabalhadores, que é a base do regime que suplanta a civilização, o garantismo, é algo como uma renda mínima a que teriam direito todos os trabalhadores, mas que apenas deverá se tornar efetivo quando neste novo regime, pois “se o povo civilizado gozasse de um mínimo copioso, de uma garantia de alimento e de manutenção descentes, entregar-se-ia à ociosidade, porque a indústria civilizada é muito repugnante”.¹⁸² É preciso, portanto, que antes o trabalho se tenha transformado em algo “tão atrativo como o são hoje nossas festas e nossos espetáculos”, pois...

...neste caso, o reembolso do mínimo adiantado estaria garantido pela atração industrial ou paixão do povo por trabalhos muito agradáveis e muito lucrativos: paixão que não poderá se manter senão quando exista um método de repartição equitativo, assegurando a cada indivíduo, homem, mulher ou criança, três dividendos destinados às suas três faculdades industriais: capital, trabalho e talento....¹⁸³

Articular num mesmo ato trabalho e prazer, tornar a repartição das riquezas mais equitativa, implantando uma justiça distributiva com base no capital, trabalho e talento, que, no entanto, não será igualitária, constituem para Fourier o caminho para trazer o paraíso a terra. Neste novo sistema, a produção será quadruplicada, pois o prazer tornará as atividades mais produtivas e o mais pobre “gozará de quinhentos mil palácios.” Para alcançar tal dimensão de riqueza, nada mais será necessário do que

¹⁸¹ Id. *Ibid.*, p. 39.

¹⁸² Id. *Ibid.*, p. 45.

¹⁸³ Id. *Ibid.*, *Ibidem*. Para substituir a fragmentação da indústria civilizada, Fourier pensa a organização do trabalho em séries passionais, engrenagens de pequenos grupos simpáticos, onde a divisão do trabalho é mantida em estreitos limites. “Uma série passional é uma linha, uma filiação de diversas pequenas corporações ou grupos, em que cada um exerce qualquer espécie de paixão que torna-se paixão de gênero para a série inteira.” Fourier, C. Citado por RUSS, J. *La pensée des...* Op. cit., p. 102.

“divertir-se da manhã até a noite, posto que os entretenimentos conduzirão ao trabalho”.¹⁸⁴ Trata-se de buscar a aplicação das leis de Deus sobre a indústria, pois “Deus fez bem tudo o que fez.”¹⁸⁵ E Deus é a atração passional: Eros.

As condições primordiais ou “bases para uma sábia política” são: a atração industrial; a repartição proporcional; o equilíbrio da população e; a economia de meios. A superação da civilização será o resultado da aplicação de todas as paixões à indústria, na medida em que todas as paixões são boas, pois vem de Deus. E também de uma distribuição equitativa das riquezas produzidas, do controle da natalidade e da redução de todos aqueles considerados improdutivos, como os comerciantes, militares, magistrados etc., que compreendem dois terços da população na França.¹⁸⁶

Fourier afirmava ter encontrado a unidade social para levar adiante seu projeto de reforma: a associação. Destino ulterior da sociedade, a associação tornou-se uma palavra profanada e desconsiderada. É preciso resgatar a verdadeira associação, e realizá-la tanto no plano material como passional. Antes de tudo, a associação substituirá a concorrência individual, “insolidária”, pela concorrência corporativa, solidária, verídica. A associação aparece como a unidade social finalmente encontrada, e deverá formar um sistema pleno pelo desenvolvimento de seus pequenos germes, os *falanstérios*. Os falanstérios agrupariam as sete funções industriais, a saber: os trabalhos doméstico, agrícola, manufatureiro, comercial, de ensino, o estudo e emprego das

¹⁸⁴ FOURIER, C. *El nuevo...* Op. cit., p. 57.

¹⁸⁵ Id. *Ibid.*, p. 73.

¹⁸⁶ Id. *Ibid.*, p. 71. Neste ponto, o contraste com a doutrina de Saint-Simon é total, pois para este os setores produtivos, a classe industrial, formava a grande maioria da população francesa, e não poderia desaparecer sem que o rumo dos processos econômicos fosse abalado. Para Fourier, os improdutivos constituem a grande maioria, e deveriam se tornar todos realizadores de trabalhos úteis.

ciências e o estudo e emprego das belas artes.¹⁸⁷ Fourier descreve minuciosamente o falanstério, que deverá possuir 1800 pessoas, nem mais nem menos.

Para Gide & Rist, o falanstério seria uma espécie de “hotel cooperativo”, pertencente à associação, que é ao mesmo tempo uma sociedade de produção e consumo. Em torno do palácio que serve de moradia, o terreno com cerca de 400 hectares abrigaria as instalações para o cultivo dos animais, a agricultura e os estabelecimentos industriais agregados para a produção de todas as necessidades dos habitantes. “É um pequeno mundo que se basta a si mesmo, um microcosmo, produzindo tudo o que consome e consumindo tudo o que produz.”¹⁸⁸ Aquilo que lhe falta ou lhe sobra torna-se objeto de trocas com outras falanges. A propriedade do falanstério é formada por sociedade de ações, de forma que a propriedade individual não é abolida, mas transformada. A direção seria designada por eleição, o que não deixa de ser uma proposta avançada para uma época que não conhecia o sufrágio universal. A participação dos trabalhadores, neste caso, seria realizada em função do seu trabalho, que lhe dá o direito a uma parte dos benefícios, mas também em função do seu capital, ao tornar-se acionista, e talvez em função do seu talento, pois poderá ser eleito para a direção da falange como qualquer outro societário.¹⁸⁹

Trata-se, portanto, da criação de outro meio social, como pretendeu Owen com as “aldeias cooperativas”. Estaria aí um caminho para uma ponte entre Fourier e o movimento cooperativista? Na obra *Association Domestique*, Fourier vai direto ao ponto, e afirma que o primeiro problema de economia política deveria consistir no estudo de uma maneira de transformar os

¹⁸⁷ Id. Ibid., p. 42-43.

¹⁸⁸ GIDE, C. & RIST, C. *Histoire des doctrines...* Op. cit., p. 272-277. Os tamanhos das habitações não seriam iguais, mas diferenciados em cinco níveis, com vários preços.

¹⁸⁹ Id. Ibid., p. 276.

assalariados em proprietários cointeressados. Por quê? “Porque o espírito de proprietário é a mais forte alavanca que conhecemos para eletrizar os civilizados”.¹⁹⁰ Ora, se entendermos a palavra “eletrizar” no sentido de motivação, comprometimento, a transformação pretendida por Fourier visa também à resistência que os trabalhadores impunham ao trabalho no sistema industrial nascente, arrefecendo-a através da condição de coproprietários. Daí que Gide & Rist tenham percebido na obra de Fourier os traços principais das associações cooperativas de produção, sobretudo nisso que toca à transformação dos trabalhadores assalariados em trabalhadores associados, isto é, na participação dos trabalhadores na propriedade das empresas. Esta relação não deixa de levantar problemas, e Petitfils é enfático ao afirmar que a correspondência possível entre o cooperativismo e o fourierismo só pode ser estabelecida de forma indireta, nas obras posteriores dos discípulos e dissidentes.¹⁹¹

De todo o modo, não foram poucas as experiências de falanstérios agrícolas e industriais implantadas em várias partes do globo por discípulos ou filantropos inspirados na obra de Fourier, muitas delas resultando em cooperativas de consumo e de produção. O próprio V. Considérant, um dos maiores divulgadores da obra do mestre, tenta em 1846 uma sociedade de colonização no Texas (Estados Unidos), cuja duração é, como as demais, efêmera. De todas as tentativas realizadas em França e em outros países, a cooperativa de produção de J.-B. Godin, o *Familistère de Guise*, fundado em 1859, parece ter sido a que levou mais longe as ideias de série passional e de trabalho prazeroso.¹⁹² O próprio Fourier, no entanto, não chegou a colocar seus planos em prática. Comenta-se que, publicando anúncios na imprensa em busca de um filantropo ou financiador para dar

¹⁹⁰ Citado por GIDE, C. & RIST, C. *Histoire des doctrines...* Op. cit., p. 275.

¹⁹¹ PETITFILS, J.-C. *Os socialismos utópicos...* Op. cit., p. 110-112.

¹⁹² Id. *Ibid.*, p. 110.

início a uma experiência, Fourier retornava todos os dias para casa exatamente ao meio dia, colocando-se à espera de tal filantropo que, no entanto, nunca apareceu.

Antes de passarmos para a próxima seção, quando abordaremos a constituição do movimento cooperativista e da economia social em França, cabe verificar o percurso que realizamos até aqui na busca dos fundamentos deste campo teórico e prático. Partimos inicialmente da exposição de algumas teses de Singer, destacando-se a hipótese na qual as cooperativas são concebidas como implantes socialistas que acompanham o desenvolvimento deste modo de produção, ao lado de outros implantes que podem vir a constituir as bases para a revolução social socialista. As práticas cooperativistas, na sequência que se inicia com Owen e a experiência de Rochdale, aparecem nesta perspectiva como sementes instauradas nas brechas deste modo de produção cujos princípios são, para Singer, antagônicos ao capitalismo. Esta linha de argumentação procura assim amparar as ações desenvolvidas pelos trabalhadores no campo do cooperativismo no interior de um projeto mais profundo de transformação social.

Sendo assim, a nossa opção de partida para o entendimento deste campo teórico, e das manifestações do fenômeno nos dias atuais, privilegiou a verificação das práticas e teorias que vão se configurar nas fontes do cooperativismo. Porém, e uma vez que estas fontes e os primeiros autores vinculados ao movimento cooperativista aparecem também relacionados no rol das primeiras teorias e experiências socialistas, derivamos nossa reflexão para a forma como o problema da associação dos trabalhadores, e suas formas de organização no campo econômico, surgem no interior dos precursores do socialismo, em especial nos autores denominados por Marx e Engels de socialistas utópicos.

A realização deste resgate tornou evidente que, dos três grandes socialistas utópicos, Owen foi quem estabeleceu rela-

ções diretas com o movimento operário nascente na Inglaterra, sobretudo após o fracasso de New Harmony. As experiências desenvolvidas por Owen, como as Casas de Câmbio, as Lojas cooperativas e as cooperativas de consumo estavam inseridas num contexto de intenso impulso organizativo dos trabalhadores, que tomavam as cooperativas como trincheiras, mecanismos de resistência ao lucro, à concorrência e ao desemprego, ou seja, eram também instrumentos de combate nos períodos mais agudos da luta de classes.

O socialismo utópico francês deste período segue um rumo próprio e distante relativamente aos movimentos organizativos dos trabalhadores. Francamente entusiasmado pelo regime industrial nascente, Saint-Simon quer acelerar a sua realização e remover os entraves feudais que impedem o desenvolvimento desse sistema racional, sinônimo de organização e prosperidade. As relações entre economia e política estão invertidas, e para inverter esta inversão é preciso transformar a Nação numa grande empresa, organizando-a segundo as diferentes capacidades dos seus membros, o que significa estender a divisão do trabalho nas fábricas para o conjunto da sociedade. A prática associativa significa neste caso apenas a integração dos trabalhadores ao sistema industrial no interior da divisão do trabalho desenvolvida nas manufaturas.

A sociedade está também ao revés aos olhos de Fourier. Mas aí não se trata da relação entre economia e política, mas a própria civilização fundada no trabalho repugnante que deve ser transformada. A indústria, longe de ser a fonte de prosperidade e organização, é para Fourier a fonte de calamidades, ao mesmo tempo crescimento da riqueza e da miséria. O trabalho deve ser transformado em algo tão prazeroso quanto ir a uma festa ou assistir um espetáculo. É a (re)unificação entre trabalho e prazer. A associação neste caso é a reunião dos trabalhadores para pro-

duzirem suas próprias condições materiais de existência de forma diferente, pautando-se as relações de produção pelo prazer que propiciam aos seus membros, onde produção é celebração, e celebrar é sinônimo de produzir coisas úteis. Embora esse sentido não esteja de todo modo ausente do espírito que animava as primeiras associações operárias, o que mais parece aproximar a doutrina de Fourier do cooperativismo é o pressuposto no qual a participação na propriedade torna os trabalhadores propensos à participação ativa no processo de produção.

Deste modo, a síntese realizada por Marx & Engels dessas doutrinas revela-se precisa ao apontar a ausência de uma perspectiva de classe nas suas obras, mirando todos eles para a emancipação da humanidade. Inclusive Owen, que se manteve até o fim avesso a toda atividade política. Este parece ser o ponto que permite atribuir a esses autores o título de utópicos, e de utopias as suas doutrinas.¹⁹³ É certo que estas doutrinas surgiram num momento em que o regime industrial era incipiente, e a luta de classes entre burguesia e proletariado era ofuscada pela presença da aristocracia. Ou seja, essas doutrinas surgiram num momento de bifurcação social, cujo desdobramento poderia se dar tanto pela consolidação do regime industrial e das relações capitalistas, como anteviu com tanta perspicácia Saint-Simon, como poderia resultar no refluxo do desenvolvimento técnico e da indústria em direção às unidades sociais de base comunitária, como pretendia Fourier.

Aos olhos de hoje, a inclusão de tais teorias na genealogia do socialismo pode parecer um engano, ainda mais os motivos que levaram Marx & Engels a reunirem os três autores

¹⁹³ Para Hobsbawm, “...os socialistas utópicos proporcionaram uma crítica da sociedade burguesa, o esquema de uma teoria da história, a confiança não apenas no realizável do socialismo mas também no fato de que este representa uma exigência do momento histórico atual, e finalmente uma vasta elaboração de pensamento (incluído o comportamento humano individual).” Hobsbawm, E. **Marx, Engels y...** Op. cit., p. 63.

num mesmo campo socialista. Por certo que se tratava antes de tudo de diferenciar o socialismo de Marx e Engels dos seus predecessores, e como estes últimos sobreviviam através dos seus discípulos e continuadores, o objetivo era também disputar ideologicamente suas expressões no seio do operariado inglês e francês. O adjetivo utópico serve neste caso como arma de luta que pretende *embalsamar* os adversários políticos.

No caso de Owen, por certo que a relação estabelecida com o operariado inglês e sua vinculação às experiências cooperativistas confere à sua doutrina um sentido maior de realidade da situação da classe trabalhadora, das suas aspirações e formas de organização. Para a época, as práticas cooperativistas eram tomadas como uma possibilidade real de emancipação do trabalho da exploração capitalista, substituindo a propriedade privada dos meios de produção e abolindo o lucro. Como vimos na síntese de Hobsbawm, “para a maioria dos trabalhadores, isso era o socialismo”.

Já em Saint-Simon e Fourier, essas relações só podem ser estabelecidas por inferência. Por um lado, temos o projeto de capitalismo organizado ou científico de Saint-Simon, o projeto de acelerar o futuro dotando os industriais do poder político, ou melhor, para tornar coerente a relação entre poder espiritual e temporal, substituindo a dominação política pela direção industrial. Por outro lado, temos a crítica de Fourier ao capitalismo, ao perceber que o regime industrial trazia consigo o aumento da miséria. Neste caso, certamente que aponta para uma nova relação de propriedade nos falanstérios, com a figura das sociedades anônimas, e que as suas críticas ao trabalho e ao impacto da divisão manufatureira do trabalho foram originais e profundas; mas dos três utópicos era o único que pressupunha uma volta ao passado, para a comunidade perdida, congelando o desenvolvimento das forças produtivas que se encontravam em plena expansão. O anacronismo torna-se mais nítido neste caso.

Portanto, se o cooperativismo em França não encontra referência direta nesses autores considerados utópicos, é preciso verificar como se desenvolveram as primeiras experiências práticas de associação dos trabalhadores para a produção dos seus meios de vida, nas quais a economia solidária vai também buscar uma guarida teórico-histórica. Os acontecimentos de 1830 marcam neste caso um divisor de águas, e por pouco Saint-Simon não viu realizado o seu sonho da ascensão da burguesia ao poder político timonados pela alta finança.

O problema da associação na prática: os canuts

O processo revolucionário de 1830 não resultou apenas na ascensão da burguesia ao poder na França, mas desembarcou definitivamente a classe operária na cena política como protagonista ativo. A partir de então, a luta de classes assume, na teoria e na prática, formas cada vez mais “explícitas e ameaçadoras”, como resumiu Marx num dos prefácios d’*O Capital*. Os trabalhadores tomam consciência da sua força, e, além do mais, a crise persiste com a escassez do trabalho e o aumento do custo de vida. Nesta situação, a notícia de greves operárias logo se fez ouvir em diversos sítios.

Brunhat descreve minuciosamente a avalanche de greves que veio ganhando volume desde 1825, através de movimentos intensos que as autoridades policiais detectam como sendo uma verdadeira “mania de coalizão”, despejando uma forte repressão sobre as organizações operárias. Para este autor, uma das características marcantes das lutas deste período reside em serem estas deflagradas e sustentadas pelos trabalhadores no interior de cada em empresa ou cidade, raramente transbordando em um movimento unificado com trabalhadores de outras cidades ou re-

gionalmente.¹⁹⁴ Para Bruhat, é um sintoma de que o movimento operário francês estava ainda na sua fase espontânea, carecendo de dirigentes, de doutrina e de perspectivas. O que no entanto não impede este mesmo operariado de demonstrar incansavelmente a “vontade de combate” que o animava.

Ainda marcada por uma tradição jacobina, a classe operária nascente acaba por seguir a burguesia liberal, pelo menos até por fim à destruição do regime. Nas jornadas de julho de 1830, os trabalhadores de Paris destituem a monarquia dos Bourbons reinstalada em 1814-15. Rapidamente, porém, a burguesia aproveitase da “fraqueza numérica dos operários, sua falta de organização e de programa” para lhes arrancar a vitória e instaurar o “reino dos banqueiros”, ainda que sob a nova capa monárquica orleanista com Louis-Philippe.¹⁹⁵ E é neste sentido que a Revolução de Julho não passou de uma “mentira”, como a definiu A. Blanqui.

Nos anos seguintes, de 1830 a 1834, com a mira ajustada para a burguesia, mas também com ações direcionadas para a introdução e o funcionamento das máquinas¹⁹⁶, os operários continuam a se bater pela melhoria das condições de existência. E o

¹⁹⁴ “...o que marca ainda, é o caráter local das greves que, salvo em algumas profissões melhor organizadas (chapeleiros, papeleiros, tipógrafos), limita-se a uma cidade, por vezes mesmo a uma empresa, ainda que existissem, toleradas ou clandestinas, mais organizações operárias do que geralmente se pensa.” BRUHAT, Jean. **Histoire du...** Op. cit., p. 211.

¹⁹⁵ Id. Ibid., p. 214-216. Bruhat cita a definição de Stendhal, para que a “banca é a nobreza da classe burguesa.”

¹⁹⁶ Bruhat chama a atenção para a greve dos tipógrafos de Paris, declarada à 3 de setembro de 1830, em que os operários pedem a supressão das prensas mecânicas apelando para o artigo 9 da constituição, o qual estabelecia que “o Estado pode exigir o sacrifício de uma propriedade em função do interesse público legalmente constatado.” Nesta greve, os trabalhadores criam uma “comissão” com 13 membros, talvez uma das primeiras que se tem notícia desta forma de organização dos trabalhadores. E segue uma relação de greves que se desenvolveram contra as máquinas em Nantes, Saint-Etienne, Bourdeaux, Havre, Rouen, Limonges, etc. Para este autor, se a destruição das máquinas não é novidade, o fato de apresentarem uma explicação e uma solução era então fato inusitado. Id. Ibid., p. 220-223.

fazem cada vez mais por sua própria conta, desenvolvendo nessas lutas suas próprias instituições: associações, organizações de ajuda mútua, cooperativas e, ao que parece pela primeira vez, uma imprensa autônoma.¹⁹⁷

Ícone das lutas deste período é a revolta dos *canuts em 1831*, como são conhecidos os tecelões de Lyon. A questão não é nova: a luta pelo estabelecimento de uma tarifa mínima.¹⁹⁸ De início, o movimento reivindicativo têm origem nos chefes de oficina, e somente por eles a luta é inicialmente levada à diante, contando para isso com a *Sociedade do Dever Mútuo*, fundada em 1827. Conseguem o apoio do prefeito para a única reivindicação: o estabelecimento de uma tarifa mínima para os trabalhadores têxteis, cujo trabalho era remunerado à peça, que lhes garantisse ao menos a “saúde suprema”, isto é, a condição de continuarem sobrevivendo. O prefeito, temendo uma insurreição armada como a de Julho, e julgando deter boa margem de manobra, pressiona os fabricantes e os leva a participar das negociações.¹⁹⁹ Ainda

¹⁹⁷ Além do jornal dos canuts, *l'Echo de la Fabrique*, Bruhat menciona o surgimento, em setembro de 1830, de verdadeiros jornais operários como o “*Journal des Ouvriers*”, “*L'Artisan*” e “*Le Peuple, jornal dos operários redigido por eles mesmos*”. Além disso, destaca o papel desempenhado neste período pela *Sociedade dos Amigos do Povo*, com a edição de inúmeras brochuras populares, com cerca de 20 páginas. Numa dessas brochuras, a de 15 de setembro de 1831, o papel da máquina em regime capitalista sublinhado da seguinte maneira: “...as melhorias não beneficiam mais do que um pequeno número de pessoas que retêm em suas mãos os meios da indústria, os capitais, as terras, as máquinas; [...] Há na sociedade combate de interesses...” Id. *Ibid.*, p. 232-3.

¹⁹⁸ Segundo Moissonier, a oposição entre mestres artesãos e mestres comerciantes vêm pelo menos desde 1667. Os trabalhadores tomaram a cidade pela primeira vez em 1744, numa escalada que culmina na forte repressão de 1755, com um cardápio variado que foi desde prisão perpétua, pena de morte, prisões, até envio às galés. Desde então, e principalmente a partir de 1770, novas lutas têm início com o foco sobre o salário. O aumento pelo preço das tarifas foi a reivindicação de 1779 e, na “revolte des deux sous” em 1786, inicialmente motivada pelo aumento do preço do vinho, o alvo foi já “em primeiro lugar a oligarquia burguesa”. MOISSONIER, Maurice. **Les canuts**: “Vivre en travaillant ou mourir en combattant”. Paris: Messidor/Éditions Sociales, 1988. p. 14-30.

¹⁹⁹ É nesta conjuntura que surge, em outubro de 1831, o jornal “*L'Echo de la*

que a indústria da seda já tivesse superado a crise econômica do ano anterior, os fabricantes-negociantes recusaram-se a aceitar a fixação da tarifa como uma obrigação.²⁰⁰ Após algumas rodadas sem resultado, os operários desfilaram unidos pela cidade, desta vez ainda em silêncio e tendo os chefes de oficina como maioria. O prefeito convoca então uma reunião para o dia 25 de outubro, para definir a tarifa a ser aplicada a partir do dia primeiro de novembro. Enquanto decorre a negociação entre os delegados dos chefes de oficina e os representantes dos fabricantes, os companheiros (*compagnons*) organizam-se nos bairros operários e formam uma imensa manifestação, contando-se cerca de seis mil operários.²⁰¹ A decisão de suspender a reunião irrompe o silêncio

Fabrique”. Voltaremos em seguida para comentar a importância deste jornal. No seu primeiro número, reproduziu uma carta do prefeito Bouvier-Dumolart na qual os chefes de oficina anunciavam a constituição, sob a presidência de Bouvery e Falconnet (o verdadeiro criador do *L’Echo*), de uma comissão encarregada de estudar uma proposta de tarifa a ser discutida pelas partes interessadas. A batalha da tarifa começava... Id. *Ibid.*, p. 72.

²⁰⁰ Bruhat explica que, neste ramo de atividade, a organização do trabalho não havia mudado desde o final do século XVIII, distinguindo-se os fabricantes, os chefes de oficina e os *compagnons*. Os fabricantes ou negociantes-fabricantes não são os produtores, eles não possuem oficinas. Mas eles possuem os capitais. Eles compram a matéria-prima e as fazem tecer nas oficinas teoricamente independentes, e vendem posteriormente os tecidos. O chefe de oficina ou o mestre operário trabalha à domicílio. Autônomo na organização do trabalho, ele deve no entanto aceitar o preço que lhe impõe o fabricante, para não morrer de fome. Como um assalariado, ele é pago à peça, com a diferença de que possui os instrumentos de trabalho. Quando o número de membros na família não é suficiente, ele alicia *compagnons* remunerados através de um percentual do preço fixado pelo fabricante. Além dos chefes de oficina e dos *compagnons*, a categoria dos trabalhadores da indústria têxtil é formada ainda pelos aprendizes, operários e os lançadores (sobretudo crianças). Os fabricantes são os mestres do mercado e dominam todos os organismos diretores da indústria: a câmara do comércio, o tribunal do comércio e o Conselho dos Prud’hommes. De acordo com dados de 1831, a indústria têxtil de Lyon contava cerca de 30.000 *compagnons* e 8.000 chefes de oficina. BRUHAT, J. *Histoire...* Op. cit., p. 228.

²⁰¹ Moissonier reproduz a carta de um fabricante enviada ao jornal *Le Précurseur*, com a seguinte descrição: “Essas massas, Senhor redator, estavam inofensivas e dava pena ver suas bochechas profundas, suas tez pálidas, a postura maligna e encurvada

e, aos gritos de “não ao adiamento”, marcham para prefeitura e arrancam do prefeito o estabelecimento da tarifa ao final da tarde. A noite é de festa para os canuts, saboreando a vitória que poderia mudar a sua sorte ou, pelo menos, minimizar as duras condições de existência. Dançam, cantam, e o tumulto é tamanho nos bairros operários que, das comunidades vizinhas, muitos grupos de trabalhadores se colocam a caminho de Lyon para ajudar seus camaradas, achando que se tratava de um ataque.²⁰²

A decretação da tarifa, no entanto, deu-se sem o consentimento dos fabricantes, que não tardam a reunir forças para revidar o golpe sofrido. Como primeira ação, apelam ao ministro do interior, o banqueiro Cassimir-Perier, e exigem uma intervenção para reverter a questão, culpando o prefeito pela desordem. Os fabricantes não respeitam a tarifa e a agitação cresce entre os operários. Em 4 de novembro, nova manifestação que resulta em algumas prisões. A prefeitura publica um anúncio proibindo as reuniões. O que não impediu que uma multidão de operários acorresse à audiência do dia 17, quando Conselho de Prud’hommes reuniu-se para tratar do diferendo. Assustado, o presidente do Conselho tenta demitir-se e suspender a sessão. Mas é impedido pela assistência e obrigado a recomeçar os trabalhos. O Conselho vacila, dizendo-se impossibilitado de julgar a contenda, e decide não decidir. Em Paris, os jornais desacon-

da maior parte desses infelizes. Individualmente, eles não inspirariam mais do que compaixão bem natural, a energia parecia querer fugir dos corpos tão fracos, tão pouco desenvolvidos, mas estes indivíduos estavam reunidos, eles estavam organizados, eles formavam um corpo compacto e as massas tinham um instinto de sua força, uma potência de vontade que não se dissipa e que se dissemina.” MOISSONIER, M.. **Les canuts...** Op. cit., p. 79.

²⁰² Id. Ibid., p. 80. Vale notar, neste enredo, que ao demandarem ao prefeito um posicionamento sobre a decretação da tarifa, os chefes de oficina estão ainda a agir no quadro da tradição corporativa, em que a decretação da tarifa e dos salários pela autoridade municipal era prática corrente. Mas essa será a última vez que o prefeito será convocado à pronunciar-se sobre esta questão. A partir daí, os trabalhadores reportar-se-ão diretamente aos fabricantes.

selham o arbítrio. Já o jornal dos canuts sintetiza a situação da seguinte maneira: “O Conselho dos Prud’hommes está variando. Deus nos preserve da tempestade!”²⁰³

As correspondências entre Cassimir-Perier e o prefeito tornam-se mais intensas, e mais ásperas. O prefeito tenta argumentar que a reivindicação dos trabalhadores era justificada. O Ministro lembra que os operários de Bourdeaux apresentaram a mesma reivindicação, detalha as ações prévias que os neutralizaram e, golpe fatal, acusa o prefeito de, ao receber a reivindicação dos trabalhadores, ter com isso violado a Lei Le Chapelier, a que impedia as coalizões.

Neste momento, os companheiros haviam já ultrapassado os chefes de oficina e, tomando para si a reivindicação, organizam-se para garantir a tarifa. No dia 16 de novembro, percorrem alguns bairros para recolher as armas da Guarda Nacional. Enquanto isso, as forças da ordem traçam os planos de defesa: seis destacamentos de cinquenta homens, um batalhão da Guarda Nacional e trezentos homens de linha devem dissolver toda a aglomeração. Cinco batalhões da Guarda Nacional de reserva e em alerta. Um posto de infantaria e cavalaria no *Hotel de Ville*.

Os chefes de oficina recuam, buscam a conciliação. Já era

²⁰³ Os *prud’hommes jurés* eram um dos pilares das corporações na Idade Média. No Século XIII, esta autoridade superior estava encarregada de conhecer os diferendos e assegurar o respeito aos regulamentos. Eram escolhidos entre os mestres, por eleição, sob a condição de serem ratificados pelo magistrado militar. Em Lyon, em 1806, os industriais reclamam a constituição de uma comissão para conciliar e regular os diferendos que surgissem nos contratos de trabalho. Ela foi composta por delegados dos fabricantes e dos chefes de oficina. Esse conselho de prud’hommes, ainda que inspirado na instituição corporativa, coloca-se num quadro bastante diferente: não se trata mais de uma instituição composta apenas por mestres para fazer respeitar a igualdade entre eles e garantir a sobrevivência do monopólio comum, mas de uma situação de antagonismo de classes em que eles procuram conciliar os conflitos inevitáveis sobre pontos precisos e em torno dos contratos de trabalho. MEISTER, Albert. *Quelques aspects historiques de l’associationnisme en France*. In.: Albert Meister. **Vers uni sociologie des associations**. Paris: Les Editions Ouvrières, 1972. p. 49-108.

tarde. No dia 21, pela manhã, começa o que todos esperavam. Os trabalhadores reúnem-se e passam de oficina em oficina, cortam os fios daqueles que insistem em trabalhar e os arrastam para a manifestação. Às 11 horas, desfilam pela cidade e os primeiros choques acontecem. Em meio à manifestação, desponta a divisa em uma bandeira negra: “*Viver trabalhando ou morrer combatendo*”. Em resposta ao prefeito, que tenta os desencorajar, replicam: “*O trabalho ou a morte! Preferimos tomar por uma bala do que de fome*”. Durante a noite, delegações das cidades vizinhas juntam-se aos canuts no bairro da Cruz Vermelha. No dia seguinte tomam a cidade e tornam-se mestres da vila, contando-se não menos do que 600 o número de mortos e feridos, tanto civis como militares.²⁰⁴ Para Moissonier, neste momento, faltava aos trabalhadores uma organização, um programa de governo próprio. Sem isso, copiam os velhos modelos.²⁰⁵ Instalam um Estado Maior e organizam uma polícia para manter a ordem pública, evitar as badernas e atentados à propriedade. Estranho zelo: pegos em flagrante pilhagem, dois ladrões são imediatamente fuzilados pela polícia operária. Os trabalhadores seguem as ordens do prefeito, mas rejeitam a manutenção do pedágio sobre as pontes e declaram a livre circulação pela cidade.²⁰⁶

A imprensa francesa percebe o perigo e soma-se à voz ativa pela punição exemplar aos insurretos. Para o jornal *Le Temps*,

²⁰⁴ Bruhat destaca, dentre os trabalhadores vitimados, a grande quantidade de profissões, o que demonstra a característica operária da insurreição. BRUHAT, J. *Histoire...* Op. cit., p. 234.

²⁰⁵ “A insurreição tinha sido o resultado de um sobressalto de cólera, ela tinha eclodido sem fim preciso, faltava aos canuts uma organização e uma teoria revolucionária: deixados à si mesmos, eles hesitaram.” MOISSONIER, M. *Les canuts...* Op. cit., p. 107.

²⁰⁶ Moissonier cita esta análise de Joseph Benoît, “A vitória, conquistada ao preço de tanto sangue, pesava sobre os operários e tornava-se estéril nas suas mãos. Eles bateram-se por uma questão de salário, uma questão de vida contra os fabricantes, e não contra o governo que eles não associavam ainda na sua raiva comum. Estava longe de seu pensamento quebrar com esse governo.” Id. *Ibid.*, p. 110.

edição de 26 de novembro, “Quando a propriedade está ameaçada, não há mais opinião pública, nuances, ministerialismo e oposição”, e alerta: “os movimentos dos operários são contagiosos... Lyon é um ponto central.”²⁰⁷ Até mesmo o *L’Echo* faz coro por uma reconciliação: “União, fraternidade, esquecimento completo do passado.”²⁰⁸ No dia 3 de dezembro, tendo a frente o filho do Rei, Duque d’Orleães, 30 mil homens com 50 canhões entram na cidade, instauram um novo governo, declaram nulo o decreto sobre a tarifa e dão início às perseguições aos operários. A ordem volta a Lyon.

A derrota dos canuts não impediu que o movimento irradiasse para outras cidades, verificando-se no final de 1831 incidentes em Toulouse, Bayonne, Marseille, Bar-le-Duc, Grenoble, Bédarieux, Rive-de-Gier, Paris, Rouen, Montpellier, Anzin entre outros inúmeros movimentos que ameaçavam “imitar os operários de Lyon”. E mesmo nesta cidade, a despeito da repressão, da militarização e das deportações, o movimento renasce pouco a pouco. De início, são as levas cada vez maiores de operários que passam a assistir aos julgamentos dos companheiros presos, protestando quando o resultado é-lhes desfavorável. Em 1832, o *L’Echo de la Fabrique* ressurge numa linha mais fechada, fruto de uma ação de solidariedade que havia se estendido para além de Lyon. Em Paris, os trabalhadores realizam coletas a favor dos canuts. Em fevereiro de 1832, os tecelões fundam outra associação, a *Compagnons Ferrandiniers du Devoir*, exclusiva para os companheiros e aprendizes, e que terá grande importância na insurreição de 1834 ao lado da *Mútua* dos chefes de oficina. A “febre de coalizão continua”, mas agora já se manifesta em todas as profissões. Começa-se a empregar a palavra greve. Não há uma corporação, uma cidade, que não tenha vivenciado situações de greve neste período.²⁰⁹

²⁰⁷ Citado por Moissonnier, M. Ibid., p. 115.

²⁰⁸ Id. Ibid., p. 112-3.

²⁰⁹ Id. Ibid., p. 124-139. Sobre esse vigoroso movimento grevista, Bruhat afirma que:

Os intelectuais burgueses logo perceberam que a situação havia mudado, como expressa essa passagem do *Journal des Débats*, em que o jornalista Saint-Marc Girardin lança uma espécie de alerta sobre a ameaça que ronda a organização da sociedade:

Não se deve dissimular... A sedição de Lyon revelou um grave segredo, o da luta intestina que tem lugar na sociedade entre a classe que possui e aquela que não possui. Nossa sociedade comercial e industrial tem sua ferida como todas as outras sociedades; essa ferida são os operários. Não há fábricas sem operários e, com uma população de operários sempre crescente e sempre necessitada, nada de repouso para a sociedade. [...] Cada fabricante vive em sua fábrica como os plantadores das colônias em meio aos seus escravos, um contra cem, e a sedição de Lyon é uma espécie de insurreição de São Domingos. Os bárbaros que ameaçam a sociedade não estão precisamente no Cáucaso [...]; eles estão nos bairros das nossas cidades manufatureiras. É preciso portanto que a classe média saiba bem qual é o atual estado das coisas. Ela deve conhecer bem a sua posição. Ela tem atrás dela uma multidão de proletários que se agita, sem saber o que quer, sem saber para onde irá; o que lhe importa? Ela está mal, ela quer mudar...

E a conclusão do artigo de Girardin é precisa:

A democracia proletária e a República são duas coisas bastante diferentes. Republicanos, monarquistas de classe média, qualquer que seja a diversidade de opi-

“Jamais ocorrera até então na história do movimento operário uma tal sucessão de greves. É uma prova incontestável do desenvolvimento da combatividade operária. Prova ainda mais cabal na medida em que a crise econômica podia ser considerada terminada e que as greves têm na maior parte uma característica nitidamente ofensiva. Trata-se de reivindicar um aumento dos salários e uma diminuição da jornada de trabalho.” BRUHAT, J. *Histoire...* Op. cit., p. 246-250.

niões sobre a melhor forma de governo, não há nenhuma voz tratando, eu imagino, sobre a manutenção da sociedade. Ora, é ir contra a manutenção da sociedade dar os direitos políticos e as armas nacionais a quem não tem nada a defender e tudo a perder.²¹⁰

A revolta dos canuts, a forma que assumiu e como se propagou, o vigor que demonstrou a unidade dos trabalhadores por uma reivindicação que era apenas sua, revelou a todos que as lutas sociais atingiram um novo centro. A burguesia, por seu turno, percebeu rapidamente que ceder ou ampliar o direito de voto aos trabalhadores, a liberdade de imprensa e o direito de associação, que naquela altura eram meios para a organização da sua ação de classe, seria correr o risco de fornecer-lhes os instrumentos de “corrosão social”. Nos termos de Singer, seria conceder-lhes os “implantes socialistas”.

Ao longo deste período, o governo vai pondo em prática os mecanismos para tentar por fim às lutas operárias. A repressão direta parecia não mais ter efeito, pois bastava serem sufocados os trabalhadores em um sítio, logo em outro se insurgiam em busca de melhores condições de trabalho e de vida. Nesta situação, o governo experimenta, em 1833, colocar a armada à disposição dos fabricantes, para substituir os operários grevistas por soldados. Solução que não poderia deixar de ser pontual, pois nesta altura o trabalho manual preservava ainda dependência do saber profissional do ofício, requerendo um tempo de aprendizagem. Mas a cartada decisiva estava reservada às associações, com uma nova legislação que lhes pretendia por termo de uma vez por todas.

Até então, para fugir do enquadramento no código penal (Artigos 291 e 294 da Lei de 1810) que estabelecia o limite de vinte pessoas para qualquer forma de coalizão, os trabalhadores subdividiam suas organizações em inúmeras células,

²¹⁰ MOISSONIER, M.. *Les canuts...* Op. cit., p. 138.

respeitando o limite. Pelo projeto de lei de 1834, nem mesmo isso seria possível. Em caso de persistirem as coalizões, seriam responsabilizados todos os seus membros e não apenas os dirigentes, com o aumento das penas para este “delito”. O projeto foi votado em março de 1834, não sem antes os trabalhadores terem demonstrado seu desacordo. E os canuts são os primeiros a manifestá-lo.

A estrutura mutualista dos canuts sofre uma grande modificação no início de 1834. De pouco mais de 1200 membros em 1831, chega à soma de 2.340 membros, repartidos em onze centrais.²¹¹ Cada central nomeia dois delegados para constituir o conselho executivo de vinte e dois membros, com a função de assessorar o conselho dos presidentes das centrais. Esse conselho executivo dos canuts destituiu o conselho de presidentes no início de 1834, sob a acusação de ser demasiado moderado, e empossa novos membros que logo se vêem diante duas jornadas singulares.

Em fevereiro de 1834, os chefes de oficina batem-se novamente numa greve geral que durou 10 dias, reivindicando aos fabricantes o estabelecimento da tarifa para alguns produtos. Louis Blanqui fica impressionado com a disposição dos canuts, esses “homens-máquinas”: “Nada é mais comovente do que ver cinquenta mil operários suspenderem num só golpe os trabalhos que lhes fazem viver e se resignar às privações mais duras para

²¹¹ Na greve de julho de 1832, a palavra sindicato aparece como resultado de uma coalizão dos operários tecelões para a obtenção de um novo aumento do preço da peça produzida: o “sindicato criado pela Proclamação fraternal das diferentes categorias, para executar e tornar obrigatórios preços razoáveis.” Trata-se, portanto, de uma reunião de diferentes categorias, quatorze ao todo, onde cada uma enviava pelo menos dois síndicos para formar o sindicato. Esta nova organização não se sobrepunha as existentes, mantendo-se as assembleias por categoria. “A palavra sindicato designa aqui o conjunto dos síndicos das diferentes categorias, mas estamos perto do seu sentido moderno: associação profissional operária ou, mais geralmente, agrupamento de membros de uma mesma profissão, reunidos para a defesa dos seus interesses corporativos.” RUDE, Fernand. **Les révoltes des Canuts** (novembre 1831-avril 1834). Paris: François Maspero, 1982. p. 114-5.

garantir ao todo a recuperação de 12 centavos para seus irmãos mais infelizes!”²¹²

Manifestação da prática que vai dar sentido à palavra solidariedade, a greve geral de fevereiro fora decidida pelos chefes de oficina numa votação apertada (1297 votos a favor e 1044 contra). Os companheiros e aprendizes solidarizam-se e engrossam o movimento. As duas associações de classe, a Mútua dos chefes de Oficina e a Associação dos companheiros revelam uma capacidade organizativa até então inédita. Os fabricantes abandonam a cidade, e os que ficam recusam-se de início a negociar com os delegados dos operários. No dia 17, porém, os fabricantes abrem um canal de negociação e remetem uma carta ao comitê executivo dos mutualistas pedindo “calma”. No dia 19, uma proposta é aceita por 162 fabricantes, e os operários votam pelo retorno ao trabalho.

Como resultado da greve geral de fevereiro, treze lideranças são presas: dez chefes de oficina e três companheiros. Esse fato abre o caminho para a jornada seguinte, à qual vem se juntar a lei contra as coalizões votadas em março. Os mutualistas redigem um protesto contra a lei que ataca suas associações, publicada no *L’Echo* em 6 de abril:

Considerando em tese geral que a associação é o direito natural de todos os homens [...]

Considerando em particular que a associação dos trabalhadores é uma necessidade de nossa época, que ela é para esses uma condição de existência, que todas as

²¹² Citado por RUDE, F. **Les révoltes...** Op. cit., p. 125. Fourier evoca, em 1835, dois anos antes da sua morte, a insurreição dos canuts: “Após quarenta e cinco anos de regenerações múltiplas, de progresso em racionalismo, positivismo, industrialismo e de marcha rápida para um aperfeiçoamento crescente, os povos, vinte vezes regenerados e restaurados, chegam a um tal grau de miséria que se sublevam por insuficiência de salário e inscrevem sobre sua bandeira: ‘Viver trabalhando ou morrer combatendo!’” (A falsa indústria...). Citado por Bruhat, J. **Histoire...** Op. cit., p. 242.

leis que atentam a esse direito têm por efeito imediato o de livrá-los sem defesa ao egoísmo e à avidez desses que os exploram:

Por tudo isso, os mutualistas protestam contra a lei liberticida das associações, e declaram que jamais curvarão sua cabeça a um jugo tão embrutecedor, que suas reuniões não serão suspensas, e, apoiando-se sobre o direito mais inviolável, o de viver trabalhando, eles saberão resistir, com toda a energia que caracteriza os homens livres, a todas as tentativas brutais, e não recuarão diante qualquer sacrifício para a defesa de um direito que nenhum poder humano poderá lhes pilhar.²¹³

No dia 5 de abril, começa o julgamento dos treze trabalhadores presos em função da greve geral de fevereiro. Os chefes de oficina e os companheiros comparecem ao tribunal. Os arredores e a sala ficam repletos, é impossível circular. Um tumulto produzido por provocadores da polícia impede a realização da sessão. O tribunal é esvaziado e, de saída, os dois destacamentos de infantaria ligeira enviados a Lyon confraternizam-se com os operários. Na nova data marcada para o julgamento, 9 de abril, os trabalhadores decretam outra parada geral do trabalho. Mas neste dia as tropas são mantidas em isolamento dos trabalhadores, e um grande trabalho de calúnia é realizado contra os canuts. Novamente, sob as palavras de ordem “*Associação, Resistência, Coragem*”, os canuts decidem resistir a todo ataque. A batalha começa cedo e, em menos quatro dias, as tropas lançam mão de meios de guerra e os canuts são derrotados, com um saldo de centenas de mortos e feridos nos bairros operários que acabaram incendiados.

Em Paris, o comitê central da *Sociedade dos Direitos do Homem* decide sustentar os lioneses insurgidos. As notícias são contraditórias. Erguem-se barricadas em alguns bairros, mas a

²¹³ RUDE, F. *Les révoltes...* Id. *Ibid.*, p. 130.

tropa intervém rapidamente. É a primeira vez que Thiers, então presidente do Conselho, dirige pessoalmente a repressão aos operários parisienses.²¹⁴

Nas fontes consultadas sobre o processo das lutas dos canuts, é recorrente encontrarmos referências que apontam o significado deste período como próximo ao dos acontecimentos posteriores na Rússia em 1905, quando se efetua uma espécie de “salto para frente” no estatuto da classe operária dos dois países, na sua consciência e nas suas formas de organização. O significado deste avanço seria o de uma ruptura com o passado, uma aceleração da história que se manifesta também através da criação pelos trabalhadores dos seus próprios órgãos de informação e de cultura, como instrumentos para a construção autônoma de uma ideologia própria.

É certo que o órgão dos canuts, *L'Echo de la Fabrique*, estava sob controle dos chefes de oficina, sendo produzido e sustentado, em grande parte, pela organização mutualista fundada há alguns anos antes. E isto quer dizer que *L'Echo* expressava os limites e as contradições que os mestres vivenciavam, mas também a capacidade de organização que possuíam e os ensinamentos acumulados nas suas lutas pretéritas. Criado no calor dos acontecimentos, *L'Echo* vai se tornar um veículo de reivindicação permanente do direito de associação, do direito de “viver trabalhando”, fundindo-se com os princípios e os interesses que orientaram os canuts na constituição das suas organizações. Ao que parece, foi precursor do gênero na França.²¹⁵

Guardando inicialmente forte inspiração saintsimoniana, *L'Echo* incorpora durante a jornada outras orientações, dentre elas a fourierista. Mas trata-se sempre de uma adaptação dessas doutrinas, transformadas, como não poderia ser diferente,

²¹⁴ BRUHAT, J. *Histoire...* Op. cit., p. 254-260.

²¹⁵ RUDE, Fernand. *Les révoltes...* Op. cit., p. 105-133. Esta obra é a nossa fonte principal para a análise da importância do *L'Echo de la Fabrique*.

a partir da realidade dos operários têxteis, dos seus interesses e aspirações. Assim, por exemplo, os temas saintsimonianos da associação universal e da libertação das mulheres aparecem com frequência, tomando, porém, conotações práticas. Em 1832, publicam uma carta aos trabalhadores ingleses saudando o movimento cartista, afirmando que “chegou o dia em que os trabalhadores devem formar uma aliança que será pelo menos mais santa...”; ou ainda: “por que serão [os trabalhadores, ou industriais na linguagem saintsimoniana] inimigos dos que provam as mesmas penas, os mesmos sofrimentos, apenas porque nasceram à beira do Tamisa ou sob o céu escaldante da Andaluzia? Esse homem não é um industrial como ele?”²¹⁶ Na questão feminista, *L’Echo* publica em suas colunas artigos do jornal *Le Conseiller des Femmes*, fundado por Eugénie Niboyet, uma militante saintsimoniana e fourierista.

Mas a originalidade do *L’Echo* reside principalmente no fato de se apresentar também como um jornal de divulgação das lutas operárias onde quer que estivessem ocorrendo. Neste sentido, é corrente a utilização das suas colunas por outras categorias, para exporem seus pontos de vista e seus interesses, ou anunciando simplesmente a criação de suas associações. Como também são mantidas com regularidade subscrições às vítimas da repressão ou para a sustentação das lutas em outras categorias profissionais. Além disso, é na altura o único jornal francês reimpresso fora da França, em Londres, sob responsabilidade de um economista, John Bowring, que numa visita a Lyon havia se tornado sócio do jornal.²¹⁷

²¹⁶ Id. *Ibid.*, p. 108. Para Annie Kriegel, essa correspondência dos trabalhadores lioneses aos confrades ingleses aparece como o “primeiro traço” da tomada de consciência da existência de uma solidariedade internacional entre os trabalhadores de diferentes países. KRIEGEL, Annie. **As internacionais operárias** (1864-1943). Lisboa: Bertrand, 1974. p. 13.

²¹⁷ RUDE, F. **Les révoltes...** Id. *Ibid.*, p. 116.

Aspecto central que envolve esta linha editorial do jornal é a ideia, presente desde a sua fundação, de que pretendem ser os representantes da “casta proletária inteira”, a “tribuna de todos operários”. Afirmam, como mecanismo de defesa ante a lei de coalizão, que não tratam de questões políticas, ao mesmo tempo em que é recorrente “a ideia de uma revolução social”. Assim, por exemplo, ao anunciarem a criação de uma sociedade de seguro mútuo pelos operários tipógrafos de Lyon, consideram este feito como “o germe de uma revolução social”.²¹⁸

No número de 6 de outubro de 1833, o mutualista César Bernard, que substitui a Marius Chastaing como redator chefe do jornal, lança um apelo numa estrutura que se tornaria célebre posteriormente:

Proletários de todos os estados, basta dos males que vos oprimem, não aumenteis, por vossos ódios e por vossas divisões, a soma da miséria fixada em vossa sorte; uní-vos, ao contrário, para vos entre-ajudar, e o fardo aliviar-se-á [...] para que chegueis sem tremor e sem esforço ao fim dos vossos desejos: a felicidade e a emancipação²¹⁹

E no segundo aniversário das jornadas de novembro, o *L’Echo* apresenta o significado daquelas lutas na seguinte síntese: “é o trabalho disputando ao capital a parte que o capital lhe arranca”.²²⁰ Mas o tema central do jornal é a questão das coalizões. Desde o início lança-se ao estímulo da união dos trabalhadores de todas as profissões, e mesmo no plano internacional, como vimos. Os chamamentos são frequentes para que os trabalhadores “dêem-se” as mãos, criem formas de “representação dos não proprietários” e liguem-se através das associações.

²¹⁸ Id. *Ibid.*, p. 112-113.

²¹⁹ Id. *Ibid.*, p. 118.

²²⁰ Id. *Ibid.*, p. 120.

Em 1833, os trabalhadores de Lyon criam uma nova associação que reúne várias profissões, a “ordem dos Frères-Unis”, saudada pelo L’Echo como “um grande passo para a emancipação dos trabalhadores”.²²¹ As coalizões aproximam-se neste momento da forma sindical e vão além dela, pois a associação é projetada como modelo de organização para a sociedade futura, que não é outra coisa senão o socialismo *avant la lettre*, e que neste caso não possui nada de utópico:

Do seio das associações deve despontar a organização futura; essas associações, neste momento dispersas sobre o solo, são os germes que logo crescerão; são os materiais dispersos que o presente prepara e junta, que a mão do futuro encontrará, que ela ajustará e alinhará para fundar a administração geral do trabalho.²²²

Ainda assim, considera-se frequentemente que os limites das lutas dos canuts residem na base artesanal que prevalece na indústria têxtil naquele momento, na ausência de manufaturas, isto é, no fato de que o capital ainda não ter operado a constituição de uma classe proletária no sentido moderno, reunindo os trabalhadores sob um mesmo teto para laborarem sob o comando de um mesmo capitalista. No entanto, nos parece ser precisamente esta situação que torna as lutas dos canuts ainda mais significativas.

Primeiramente, é possível dizer que, embora fossem os proprietários dos meios de produção, das ferramentas e teares, os chefes de oficina encontravam-se já submetidos na realidade prática aos fabricantes-comerciantes. Estando submetidos aos capitalistas, de quem dependem para a aquisição de matéria-prima e para quem entregam os produtos para a venda, estes artesãos-proletários encontram-se a meio termo entre o artesanato e o assalariamento, sofrendo já o processo de trabalho os efeitos

²²¹ Id. *Ibid.*, p. 120-121.

²²² Id. *Ibid.*, p. 121.

da especialização. E esta condição de subcontratados, se ainda não é a de um proletário, está a um passo de sê-lo. A decisão do que produzir já não mais lhes pertence, nem mesmo o ritmo da produção, pois o “salário à peça” exige um volume mínimo a ser realizado para compensar os custos da produção, além da reprodução da força de trabalho. A luta pelo aumento da tarifa não significa outra coisa senão que a subsunção formal dos trabalhadores aos seus mestres fabricantes já era fato consumado, ainda que a subsunção real tenha se tornado efetiva mais tarde, para utilizar aqui os termos de Marx, quando se introduz os princípios da divisão do trabalho e impõe-se a produção industrial.²²³

A base da produção é artesanal, mas o modo de produção é já capitalista. Isso, com efeito, pode ter condicionado aos trabalhadores o recurso àquelas formas de organização, isto é, à criação de associações mutualistas que visavam, em última análise, a constituição de cooperativas de produção que lhes desembarçassem das relações de dependência aos fabricantes-negociantes. Este parece ser o horizonte primeiro dos canuts.²²⁴

É possível dizer, além disso, que a forma de organização dos canuts servirá como fonte de inspiração principal para Proudhon, que tomou o mutualismo dos canuts como referência para

²²³ Sobre esta distinção em subsunção formal e subsunção real do trabalho ao capital, ver MARX, Karl. **Capítulo VI Inédito de O Capital**: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Moraes, s/d. p. 87-108. Marx relaciona a subsunção formal e a real do trabalho ao capital às formas de mais-valia absoluta e a mais-valia relativa, respectivamente. O que nos interessa aqui, sobretudo, é a ideia de que, na subsunção formal, trata-se de um processo que leva à subordinação de um modo de trabalho pré-existente, tal como se tinha desenvolvido antes de estarem completamente desenvolvidas as relações sociais de produção capitalistas.

²²⁴ “É falso dizer que a insurreição dos canuts não possuía nenhum caráter político. Mas os chefes [de oficina] não possuíam nenhuma concepção social clara. Os mais instruídos dentre eles vinham do mutualismo, não encarando muito mais do que a solução utópica das cooperativas de produção agrupando os chefes de oficina para escapar da tutela dos fabricantes. Eles foram educados no artesanato e seu horizonte não ia muito além da oficina.” BRUHAT, J. **Histoire...** Op. cit., p. 239.

a construção de seu modelo de sociedade futura.²²⁵ Essa pelo menos é a tese defendida por Pierre Ansart, ao verificar a existência de uma “correlação particularmente estreita entre a estratégia política proposta por Proudhon e a prática econômica dos chefes de oficina lyoneses.”²²⁶ Na indústria da seda de Lyon, o chefe de oficina era também um mestre operário, exercendo as funções de direção da produção, sem que para isso ficasse alijado do processo produtivo propriamente dito. Esta condição permitia o estabelecimento de relações diretas e pessoais entre todos os membros da oficina, particularmente entre os mestres e os *compagnons*. Diferentemente, portanto, da grande indústria, em que se dá a completa distinção entre empregadores e empregados, no artesanato da seda essas relações permaneciam diretas e a própria forma de remuneração estava vinculada ao trabalho realizado, de forma transparente, ao contrário do regime industrial em que o salário recebido independe do conteúdo do trabalho. Esta situação não eliminava totalmente o conflito entre operários e mestres, porém favorecia a unidade de interesses em relação aos fabricantes-negociantes. Na indústria lyonesa, cada unidade produtiva mantinha uma autonomia dentro de um “sistema pluralista”, em que a identidade das atividades não afetava a gestão particular e pessoal. Esta autonomia era ao

²²⁵ “...para fundar essa nova e indefectível unidade, falta um princípio necessário, universal, absoluto, imanente, anterior e superior a toda constituição social, tão inseparável dela, que basta separá-la para derivá-la. Encontramos este princípio na ideia de mutualidade, que não é senão a de uma justiça sinalagmática aplicável a todas as relações humanas em todas as circunstâncias da vida.” PROUDHON, P. J. **La capacidad política de la clase obrera**. Madrid: Júcar, 1977.

²²⁶ ANSART, Pierre. **El nacimiento del anarquismo**. Buenos Aires: Amorrorto Editores, 1973. p. 156. “...encontraremos uma homologia estrutural entre as sociedades de socorros mútuos e a representação proudhoniana e, em relação às práticas, uma profunda identidade das formas de ação.” (p. 123) “...o mutualismo lyones oferecia a Proudhon um modelo de organização que aparece verdadeiramente como o mais direto inspirador da sua elaboração teórica”. (p. 151) Proudhon viveu em Lyon entre 1843 e 1847, e tudo indica que tenha conhecido alguns mestres e operários.

final relativa, dada a dependência que permanecia em relação aos fabricantes-negociantes. O mutualismo surge assim como possibilidade de superar esta dependência e tornar efetiva outra “estrutura socioeconômica pluralista”, baseada em relações de igualdade e reciprocidade e assegurando aos produtores certa autonomia e liberdade. Ao eliminar o fabricante-negociante, as relações de troca deveriam ser efetuadas conservando uma relação imediata com os produtores.²²⁷

Para Proudhon, a palavra mutualidade, que tem como sinônimo as expressões “recíproco” e “reciprocidade”, ou ainda, em sentido lato, “troca”, exige para o seu funcionamento que “cada produtor, contraindo uma obrigação formal e determinada com os demais, que por sua parte contrairam outra igual para com ele, conserve sua plena e inteira independência de ação, sua completa liberdade de conduta, toda sua personalidade em suas operações”, consistindo assim “muito mais na troca dos serviços e dos produtos do que na reunião das forças e na comunidade dos trabalhos.”²²⁸ O mutualismo procura tornar efetivos os interesses comuns e evitar os riscos da concorrência.

Para Proudhon, o mutualismo implica na reciprocidade igualitária dentro de um intercâmbio de bens e de uma rede social que integra seus elementos sem anular a especificidade de cada um.²²⁹ E este tipo de organização, como demonstrou o mo-

²²⁷ “Dentro das fórmulas proudhonianas, o intercâmbio deve ser efetuado por homens que conservam uma relação imediata com quem produz e que mantêm esse tipo de relação durante as transações. Este esquema exclui a alienação, a exteriorização e poderíamos dizer também a reificação das relações comerciais”. ANSART, P. **El nacimiento...** Op. cit., p. 86.

²²⁸ PROUDHON, P. J. **La capacidad...** Op. cit., p. 69. “A verdadeira mutualidade [...] é a que dá, promete e assegura serviço por serviço, valor por valor, crédito por crédito, garantia por garantia;” p. 61.

²²⁹ “O mutualismo define assim um espaço essencialmente pluralizado e solidário, constituído por elementos relativamente autônomos e dialeticamente unidos, onde as formas de solidariedade, longe de absorver as diferenciações, seriam, pelo contrário,

vimento mutualista em Lyon, foi capaz de inaugurar um novo tipo de insurreição operária, dirigida pelos próprios operários, o que fez com que Proudhon percebesse uma “continuidade orgânica entre mutualismo e revolução”, ou que estas organizações demonstraram a “capacidade política” dos operários para substituir os poderes tradicionais e edificar uma sociedade igualitária.

Em 1831, o próprio desenvolvimento do conflito tratou logo de alargar o campo de ação dos canuts. Partindo de uma reivindicação econômica, logo o movimento transbordou para colocar em causa a organização da sociedade, unificando luta política e luta econômica. Aliás, esse pode ser um aspecto da luta dos canuts que tem permitido o estabelecimento, por estudiosos do assunto, de um paralelo entre o movimento dos canuts e a Revolução Russa de 1905.²³⁰ A divisa “*viver trabalhando ou morrer combatendo*” mostra precisamente, a nosso ver, que os canuts não distinguiram as duas esferas de luta.²³¹

Admitindo-se que a base artesanal da indústria têxtil não impediu a organização dos canuts, deve-se relativizar aquela ideia tantas vezes repetida de que foi o capital quem primeiro organizou os trabalhadores, reunindo-os sob um mesmo teto. A experiência dos canuts nos inclina para outro sentido, reforçando a tese de que o surgimento das fábricas não se deve a sua su-

o resultado das mesmas.” ANSART, P. **El nacimiento...** Op. cit., p. 57.

²³⁰ Sobre a Revolução Russa de 1905, ver LUXEMBURG, Rosa. **Huelga de masas, partido y sindicatos**. Córdoba/Argentina: Ediciones Pasado y Presente, 1972. “Não existem duas lutas distintas da classe operária, uma econômica e outra política; existe apenas uma única luta de classe que tende simultaneamente à limitar a exploração capitalista dentro da sociedade burguesa e à suprimir a exploração capitalista e ao mesmo tempo a sociedade burguesa.” p. 111.

²³¹ Se pensarmos no tempo presente, o que pode representar mais a luta dos trabalhadores sem terra pela reforma agrária do que esta divisa: viver trabalhando a terra ou por ela morrer combatendo? E se colocássemos a questão de outra maneira: morrer trabalhando ou viver combatendo? Não é esta precisamente a divisa que animou subliminarmente tantas e tantas lutas dos trabalhadores nos quase dois séculos que nos separam dos canuts?

perioridade técnica, mas, sobretudo, por possibilitar maior controle sobre a força de trabalho. Era sem dúvida impossível para os fabricantes a realização do controle sobre dez mil pequenas unidades de produção, e que possuíam em média cada uma não mais do que seis trabalhadores, como era na época a situação das fábricas de Lyon. Não é difícil imaginar que seria diferente caso fossem trinta manufaturas com capacidade para dois mil trabalhadores em média, ou quinze com quatro mil, a depender do grau de concentração das forças produtivas.

Por isso, ganha relevância a capacidade organizativa demonstrada pelos canuts. Os trabalhadores não estavam apenas repartidos em milhares de pólos de produção, mas eram também empurrados a concorrerem entre si pelos fabricantes, que poderiam optar por aqueles que oferecessem os preços mínimos para o fabrico dos produtos. Além do mais, os canuts estavam longe de formar um grupo social homogêneo, pois precisavam construir alianças com os *compagnons* que possuíam seus interesses próprios, organizados como estavam em instituições que haviam ultrapassado os constrangimentos que a Revolução impôs às coalizões tradicionais. E não raro esses interesses entravam em conflito no curso mesmo dos processos de luta contra os fabricantes. Como lembrou Bruhat, os chefes de oficina ainda possuíam os instrumentos de trabalho, mas os *compagnons* não tinham nada a perder.²³²

Neste período de “febre de coalizão”, pode-se perceber claramente que essas primeiras formas de organização de base operária, em especial as mútuas, representam para os trabalhadores uma

²³² “Frequentemente, no curso mesmo da insurreição, *compagnons* e chefes de oficina se opõem. E é compreensível. Os *compagnons*, podemos dizer, ‘não tinham na a perder além das suas correntes’. Os chefes de oficina, ao contrário, são proprietários de seus ofícios. Tudo o que eles reivindicam é uma dependência menor em relação aos fabricantes. Essa oposição entre *compagnons* e chefes de oficina é uma das causas da derrota final dos insurgidos. Ela contém a insuficiência do desenvolvimento econômico e a persistência de uma indústria com base artesanal” BRUHAT, J. *Histoire...* Op. cit., p. 239.

importante trincheira para fazer frente à implantação das relações sociais de produção capitalistas, ao desemprego e ao estabelecimento da concorrência entre os trabalhadores. Mas são ao mesmo tempo mais do que isso, na medida em que a forma associativa vai permitir que os trabalhadores coloquem em causa os fundamentos dessas relações na sua aurora industrial francesa.

Essas lutas abrem um período novo na história do movimento operário francês, constituindo o pano de fundo sobre o qual se vai desenvolver o cooperativismo no seu sentido moderno. Ao mesmo tempo, essas formas associativas e de ajuda mútua dos trabalhadores, processadas no Século XIX, são apontadas como o campo em que germinarão as práticas da economia social, problema que abordaremos em seguida.

Das associações de produção à economia social

A experiência dos canuts lyoneses e a jornada de lutas que decorre entre 1830-1834 representam, além de um marco importante na experiência histórica do movimento operário, um ponto de partida para compreendermos o desenvolvimento das formas associativas dos trabalhadores no século XIX. Por um lado, estão em cena instituições oriundas do quadro associativo do *Ancien Regime*, como a *compagnonnage*, as mútuas e o conselho dos *prud'hommes*, que decorrem do enquadramento corporativo. Porém, estas instituições encontram-se já sob as condições novas do período pós-revolucionário e da expansão do capitalismo, o que resulta num processo de mutação e diferenciação nas suas estruturas e objetivos. Após as jornadas de 30-34, esse processo de transição é acelerado, com a condensação dessas práticas em formas institucionais novas.

Neste novo quadro, embalados por incansáveis “febres de coalizão”, os trabalhadores organizam-se para a resistência e

defesa das suas reivindicações no plano econômico, na condição de assalariados, dando azo às estruturas organizativas que se aproximam do tipo sindical. Ao mesmo tempo, pode-se perceber algumas experiências já mais próximas do que conhecemos atualmente como cooperativismo, tanto no campo do consumo como no da produção dos meios de vida.

A hipótese que recolhemos da literatura sugere que, durante grande parte do século XIX, as associações levarão de forma indissociável as duas funções: a organização cooperativista dos trabalhadores no plano do consumo e da produção, e a organização de tipo sindical para a defesa dos seus interesses enquanto força de trabalho assalariada.

Na sucessão dos surtos associativistas que precedem, no século XIX, os grandes momentos de ruptura, os trabalhadores demonstram na prática a intenção e a capacidade de levar à diante suas lutas sob formas cada vez mais autônomas, a despeito da legislação repressiva dentro e fora das unidades produtivas. As “fêbres de coalizão” antecedem aqueles momentos mais agudos da luta de classes, que põem em causa a ordem industrial e societária, e não raro são seguidas de uma onda repressiva em que as organizações operárias são desmanteladas e suas lideranças perseguidas.

Ao verem-se diante a necessidade do recuo, os trabalhadores retornavam às formas clandestinas ou para o interior de organizações que encontravam certa tolerância vigiada das autoridades. Era o caso, principalmente, das associações de ajuda ou socorro mútuo, instituições criadas para a proteção, seguro e previdência dos trabalhadores, abrangendo desde o auxílio funeral, ajuda nos casos de doença, acidente ou velhice. Mas também para sustentação dos trabalhadores em greve e a assistência ao desemprego que resultava diretamente desses conflitos.

As mútuas eram toleradas e, em alguns casos, chegaram a ser incentivadas desconfiadamente pelos governos. Ao mesmo

tempo em que se apresentavam como uma alternativa à ausência de proteção ou assistência social, as mutuas camuflavam um sentido organizativo dos trabalhadores, e eram tomadas como trincheiras em que se estreitavam os laços de solidariedade, confrontavam-se os interesses e preparava-se a resistência aos constrangimentos e ao destino que lhes reservava o capitalismo.

As formas associativas deste período, as mútuas em especial, sobretudo pelo que realizaram no plano da assistência social – menos do que pela sua função de resistência –, são consideradas o primeiro passo do campo que posteriormente será denominado de economia social, ou os embriões das formas atuais do fenômeno. Este lastro histórico da economia social pode ser atirado ainda mais longe, quando se estabelece, por exemplo, a filiação ou continuidade entre essas práticas mutualistas e as formas associativas romanas ou as guildas que precederam as corporações.²³³

²³³ Essas formas associativas remanescentes do *Ancien Regime* foram precedidas ou inspiradas por duas tradições mais antigas: a tradição romana dos colégios de artesãos e a tradição das guildas germânicas. Os colégios de artesãos eram agrupamentos estritamente profissionais, e podiam ser encontrados em todas as profissões necessárias à subsistência da população e à segurança do Estado. Eram, portanto, espécies de serviços públicos, e o Estado era quem efetivamente determinava os salários, o recrutamento, o término do exercício da profissão e os privilégios especiais incorporados em cada grupo. Sob o Império, o Estado incorpora completamente os colégios, passando estes também à exercerem funções no plano fiscal e na organização das forças produtivas, sendo substituída a livre adesão do artesão à corporação pela sua incorporação forçada. A suposição é a de que, após a queda do Império, os colégios resultaram nas corporações da idade média, ou foram uma das suas fontes principais. A outra fonte, as guildas, derivam do antigo costume do *convivium*, e eram geralmente interditas pelas autoridades. Na Alta Idade Média, a motivação religiosa das guildas, a propagação da fé cristã, servia também para mascarar as suas funções sociais e econômicas reais, principalmente para quebrar a dependência em relação ao senhor, sobretudo a partir do século XI com o renascimento das cidades, do comércio e dos transportes. Originalmente multifuncionais, as guildas especializam-se em seus fins e diferenciam-se umas das outras, para a defesa dos privilégios e dos monopólios. “O que distingue as guildas das nossas associações modernas é a generalidade dos seus fins: enquanto que a associação tem geralmente um fim nitidamente determinado, a guilda abraça um horizonte mais vasto e unifica num só golpe o princípio religioso, o

Para o campo da economia social, a ênfase recai sobre o papel que as associações assumiram no plano da seguridade e da previdência, mecanismos criados pelos trabalhadores para remediar os constrangimentos sociais provocados pelo desenvolvimento do capitalismo. Neste caso, são observados tanto o desenvolvimento das mútuas, como também o seu desvencilhamento relativamente às formas associativas de resistência e de luta contra esse regime de exploração.²³⁴

Para Gueslin, por exemplo, a economia social esteve durante grande parte do século XIX “apropriada” no interior das doutrinas socialistas. Como veremos mais adiante, foi apenas

princípio moral e a assistência mútua em todos os perigos e infelicidades.” Uma nova cisão irá distinguir no quadro das guildas entre aquelas de inspiração religiosa e as laicas, pondo termo à essa aspiração multifuncional. E mesmo no interior das guildas laicas, aparecem as guildas de proteção mútua criadas pelos primeiros burgueses e proprietários rurais; as guildas dos mercadores; e as guildas dos artesãos. As guildas dos artesãos foram de início associações de proteção e de mútua assistência que, pouco-a-pouco, alargam o círculo para abranger a regulamentação do trabalho e alcançar mesmo o nível de verdadeiras corporações profissionais. É no quadro das guildas que vão surgir as confrarias, de inspiração mais claramente religiosa, mas nunca isoladas das guildas de ofício. Além dessas, surgiram as confrarias dos *compagnons*, que eram os setores subordinados aos mestres de ofício e podiam alcançar o grau de mestre, antes que estes fechassem completamente as portas do ofício através do monopólio de fabricação, o que já faz parte da história das corporações. Aí, o acesso de novos membros ficou cada vez mais restrito, pelo privilegiamento dos filhos e genros dos mestres artesãos. Pode-se então sugerir que as críticas realizadas neste período à família patriarcal como meio estruturante do modo de vida operário, ecoam as críticas realizadas à estrutura das corporações. MEISTER, Albert. *Quelques aspects historiques de l'associationnisme en France*. In.: Albert Meister. **Vers une sociologie des associations**. Paris: Les Editions Ouvrières, 1972. p. 49-108. Sobre este tema, ver também KROPOTKIN, Pedro. **El apoyo mutuo: un factor de la evolución**. Madrid: Zero, 1970. Sobretudo o apêndice “*Orígenes de la gilda*”. P. 234-237.

²³⁴ GUESLIN, André. **L'Invention de l'économie sociale: le XIX^e siècle français**. Paris: Ed. Économica, 1987. “A economia social, tal qual ela aparece no século XIX, procede de uma démarche de solidariedade. [...] Em outros termos, existiria uma filiação entre as estruturas associativas do Antigo Regime e as estruturas da economia social posteriores. Com efeito, o meu projeto é esclarecer isso que pode parecer um paradoxo.” Id. *Ibid.*, p. 7.

quando conseguiram se desvencilhar dos objetivos de resistência e luta, na virada do século XIX para o XX, que estas práticas que conformam o campo da economia social puderam tomar um rumo próprio.²³⁵

Neste momento, cabe seguir o rastro do desenvolvimento histórico das formas associativas na França, procurando perceber como suas instituições vão adaptando seus fins às necessidades novas. Trata-se certamente de um período bastante longo e complexo, para o qual estamos longe de pretender fornecer aqui uma síntese histórica. Por isso vamos procurar nos manter o máximo possível atentos ao objetivo que nos interessa por agora, que é o de reinterrogar as formas associativas dos trabalhadores franceses, no percurso que se inicia com o movimento dos canuts. Nesse processo, tentar verificar onde e como se inserem as experiências no campo da produção dos seus meios de vida. A partir daí, procuraremos entender como surge, no interior dessas práticas associativas, o campo da economia social.

Após as jornadas dos canuts, pode-se tomar como parâmetro os momentos de maior intensidade das lutas dos trabalhadores, das “febres de coalizão”, e verificar alguns aspectos das suas práticas associativas em três períodos distintos:

- o primeiro período vai da década de 30 até as jornadas revolucionárias de 1848, encerrando-se com o golpe de Estado de Luis Bonaparte em 1851; neste percurso, as associações germinam e afirmam-se a despeito de um quadro político fortemente repressivo, que no entanto possibilita a industrialização rápida e a concentração urbana; as práticas de ajuda-mútua e as

²³⁵ “Os pensadores do socialismo associativista não tinham uma concepção clara de economia social, rejeitavam mesmo a sua dimensão empresarial. Seus discípulos, com nuances, fizeram dela um ‘nível’ da mudança social. Essa apropriação foi suficiente para que se tenha, por um longo tempo, identificado socialismo e economia social, negligenciando as contribuições do liberalismo e das Igrejas.” Id. *Ibid.*, 280.

cooperativas tomam um forte impulso nos anos que antecedem e durante a revolução de 1848, só refluindo com a repressão que segue ao golpe de 1851;

- o segundo período parte da distensão do regime no final da década de 50 e vai até a Comuna de Paris (1871); aqui, a associação operária verifica novo vigor durante a década de 1860; é o período da AIT (Iª Internacional), onde tem lugar um importante debate em torno do caráter e das potencialidades das associações de produção e consumo para a realização do socialismo; a seção Francesa da AIT levou as práticas associativas a um ponto mais elevado, culminando nas realizações da Comuna;

- por fim, o terceiro período abrange as décadas que antecedem e a posterior a virada do século, quando ocorre um ressurgimento do associativismo cooperativo já no quadro da IIª Internacional, com a constituição de duas correntes importantes no interior do movimento cooperativista francês: a Escola de Nîmes e a Bourse des Coopératives Socialistes, que se fundem no congresso unitário de Tours em 1912 e criam a *Fédération Nationale des Coopératives de Consommation*. Neste momento, o termo economia social encontra contornos mais precisos.

Após a primeira Guerra, o tema do cooperativismo e da economia social ficou como que congelado, recebendo novo impulso e revigoração a partir da década de 80. Com a apresentação deste momento atual do campo da economia social, nas suas linhas gerais, comporemos a parte conclusiva deste capítulo. Trata-se, sobretudo, de tentar apreender as tendências mais gerais do fenômeno nas suas manifestações contemporâneas.

a) Primeiro Período (1830-1851)

Na insurreição dos canuts em 1831, a reivindicação pelo estabelecimento da tarifa partiu da associação dos chefes de oficina, o *Dever Mútuo*, ligando-se em seguida às organizações dos *compagnons* ou operários tecelões. Naquele momento, para os chefes de oficina, já não se tratava mais de reconstituir a antiga corporação de ofício²³⁶. E isso não apenas em função do seu impedimento legal, pois nenhuma forma de coalizão era admitida após a lei Le Chapelier, votada em 14 de junho de 1791.²³⁷

²³⁶ As primeiras corporações surgiram no século XI, no seio das guildas dos artesões, mas é no século XIII que a instituição apareceu plenamente organizada e as disposições essenciais foram estabelecidas na legislação que vigorou, nas suas grandes linhas, até 1791. A corporação toma por base a divisão da sociedade em três classes: aprendizes, criados (*valets*, inicialmente, depois *compagnon*) e mestres. Elas asseguram a disciplina profissional em matéria de fabricação, mas também de formação técnica. A autoridade superior encarregada de resolver os diferendos e assegurar o respeito aos regulamentos é confiada ao *prud'hommes jurés*, eleitos entre os mestres. Esses magistrados tinham tanto função financeira como de polícia. As corporações foram uma das estruturas de sustentação do *Ancien Regime*, impedindo no seio das cidades o desenvolvimento de ofícios livres. A defesa do monopólio da produção fez recair sobre elas a acusação de serem obstáculos ao progresso e às inovações técnicas. Em 1776, Turgot suprime as corporações sob influência dos fisiocratas, mas cai em desgraça no mesmo ano e as corporações ganham novo alento. Não será, portanto, do sistema arcaico do artesanato feudal que decorrerá a produção das condições para o desenvolvimento da indústria. Meister assinala a este respeito que uma das fontes da produção de tipo industrial virá dos ofícios livres, instalados, sobretudo, em meio rural onde não existia concentração suficiente de habitantes para abrigar corporações, mas que, no entanto, ganham prosperidade com novas técnicas de fabrico à margem da produção corporativa. MEISTER, A. *Histoire...* Op.,cit., p. 61-64.

²³⁷ Os primeiros artigos desta lei são: “Artigo 1 – O aniquilamento de todas as espécies de corporações de cidadãos do mesmo estado e profissão, sendo uma das bases fundamentais da Constituição francesa, as tornam proibidas de se restabelecer de fato, sob qualquer pretexto e sob qualquer forma que seja.” “Artigo 2 – Os cidadãos de um mesmo estado ou profissão, os empresários, os que possuem lojas abertas, os operários de uma arte qualquer, não poderão, quando estiverem juntos, nomear presidente, secretário, síndicos, realizar registros, estabelecer acordos ou deliberações, formar regulamentos sobre seus pretensos interesses comuns.” GUESLIN, A. *L’Invention...*

Mas isso não quer dizer que a ideia de corporação tenha de todo desaparecido no seio da classe trabalhadora. Quando as corporações são evocadas pelos trabalhadores neste período, já não se trata de lidar com reivindicações meramente corporativas. As corporações já aparecem como ator social coletivo com o fim de defesa profissional e representação política.

De maneira geral, será no interior das mútuas que vai se operar a reorganização dos trabalhadores, dada a onda repressiva que segue após as jornadas de 31-34. Sob inspiração das antigas confrarias e com característica mais religiosa e caritativa, o socorro mútuo desenvolve-se entre as corporações e a *compagnonnage* principalmente a partir do século XVIII, e a tolerância que tanto o antigo como o novo regime concedem às mútuas deve-se, sobretudo, por tocar na questão sensível da seguridade social para os trabalhadores e desempregados, para os quais a caridade privada e a assistência pública eram insuficientes.²³⁸ Isso pode explicar o surgimento, no início do século XIX, de mútuas profissionais nas principais cidades francesas e, diferentemente das outras formas de coalizão, estas recebem um tratamento diferenciado da política repressiva, que as mantêm sob uma espécie de liberdade vigiada.

Mesmo quando as sociedades não tinham outro fim senão o socorro mútuo, uma solidariedade se desenvolvia entre seus membros e muito rapidamente elas alargavam seus fins para se interessarem também pelas condições de trabalho. A mútua dava então nascimento a, e dissimulava, uma sociedade de resistência. Por vezes mesmo uma mútua era criada para esconder a sociedade de resistência cujo fim era a reivindicação de uma tarifa, de uma escala de salários, aos empregadores.²³⁹

Op. cit., p. 17.

²³⁸ MEISTER, A. *Histoire...* Op. cit., p. 68.

²³⁹ Em Grenoble, em 1806, as mútuas são autorizadas para casos de desemprego

Sendo assim, a desconfiança das autoridades e da burguesia não tarda a recair também sobre as mútuas. Após cada greve, as mútuas são acusadas e dissolvidas, para logo se restabelecerem novamente. Para os *compagnons*, isso não representa um problema: o antigo hábito da clandestinidade e a disciplina rígida dificultam as ações que se lhes dirigem.²⁴⁰ Mas o caráter que assumem as mútuas também já não é aquele próprio do Antigo Regime.

Após a insurreição de 1834, como vimos, a repressão aperta. O artigo 291 do código penal, que proibia as associações com mais de 20 pessoas, é suplantado por uma nova legislação que não deixa margem para duplo entendimento sobre a proibição das coalizões. Após um período de clandestinidade ou semi-clandestinidade, as organizações de socorro mútuo reaparecem lentamente em cena, e encontram novamente a ambiguidade da

involuntário, mas não para casos de desemprego voluntário, isto é, em caso de greves. Id. *Ibid.*, p. 72.

²⁴⁰ As associações de *compagnons* generalizam-se no século XIV marcando o nascimento de grupos com interesses distintos no seio de um mesmo ofício, unificados pelo crescimento da hierarquização das corporações e das dificuldades impostas para ascender ao grau de mestre, que produziam uma “aristocracia artesanal”. No entanto, a *compagnonnage* vai criar suas próprias confrarias igualmente hierarquizadas e seus ritos secretos de iniciação. O *Tour de France* é o mais conhecido, e consiste numa rota previamente definida, geralmente de albergues, em que o *compagnon* aprendiz encontra uma cama, uma escola profissional e um *compagnon* que o introduz na oficina de um mestre da cidade. Isso talvez explique o fato de terem sido os *compagnons* que tentaram constituir a primeira organização em escala nacional. Suas sociedades são geralmente clandestinas, face às interdições dos poderes públicos. Após a revolução, esta condição de clandestinidade os favoreceu no desenvolvimento das suas ações reivindicativas. Agricol Perdiguier, *compagnon* marceneiro, avaliou em 200 mil o número de *compagnons* na França em 1840. Com George Sand, realizou em vão um *Tour de France* pregando a união dos *compagnons*, a unificação dos *Devoirs* (nome que recobre as sociedades de socorro mútuo) e a simplificação das suas regras e ritos. A última tentativa, mais conhecida, será a realizada em 1842-43 por Flora Tristan com o intuito de criar uma União universal dos operários. A introdução da divisão do trabalho e do maquinismo, implicando numa desqualificação do trabalho, modificam profundamente a constituição da classe trabalhadora e fazem perder sentido os ritos e regras da *compagnonnagem*. Id. *Ibid.*, p. 64-9.

política de Estado: reprimidas em alguns sítios em que o caráter de resistência é identificado, toleradas e incentivadas quando assumem objetivos mais assistenciais e previdenciários.²⁴¹

De todo o modo, a palavra associação assume neste período uma conotação claramente política, como forma de organização dos trabalhadores e meio de transformação social. Direcionando suas reivindicações diretamente ao patronato, praticamente recusando a interlocução do Estado, os trabalhadores fazem das mútuas ou associações de socorro mútuo suas instituições proto-sindicais, como mecanismos de defesa profissional.²⁴² O fim das sociedades é a resistência, e a prática do socorro mútuo visa também o auxílio aos casos de desemprego resultantes dos conflitos, chamados de “desempregos de resistência” ou de “dignidade”. Logo as associações operárias diversificam o leque de práticas de resistência, com a formação de caixas ou fundos de greve e a criação de associações operárias de produção e de consumo.

A primeira experiência de associação operária de consumo parece ter sido realizada em Lyon, pouco antes de 1789. Era uma sociedade para compra de gêneros alimentícios e funcionava de maneira informal. Também em Lyon vai se verificar o surgimento da primeira cooperativa de consumo nos seus termos mais atuais, o *Comércio Verídico e Social*, fundada em 1830 por

²⁴¹ Gueslin cita uma correspondência do Ministro do Interior, Rémusat, em 1840, recomendando as sociedades de socorro mútuo aos prefeitos, nos seguintes termos: “A simples participação em uma sociedade deste gênero é da parte dos subscritores uma garantia de ordem, de previdência e de economia. Em todos os lugares em que as associações de socorro mútuo foram estabelecidas, podemos já apreciar os excedentes afeitos sobre a dupla relação de ordem pública e da diminuição do número de pobres admitidos nos hospitais.” GUESLIN, A. *L’Invention...* Op. cit., p. 150.

²⁴² “1830 marca uma mudança nos métodos de reivindicação operária. Até então, os operários reclamam a intervenção das autoridades para a regulamentação das condições de trabalho, como tinham feito durante séculos as corporações. Ao contrário, a partir desse momento, eles deixam de se dirigir aos poderes públicos, concentrando seus esforços sob suas próprias organizações e pretendendo negociar diretamente as tarifas com seus empregadores.” MEISTER, A. *Quelques...* Op. cit., p. 73.

dissidentes fourieristas tendo a frente Michel Derrion, cujo funcionamento está muito próximo do que posteriormente viria a ser o cooperativismo de Rochdale.²⁴³

Neste mesmo ano, o jornal *L'Artisan*, que possui Jules Leroux (irmão de Pierre Leroux) como um dos responsáveis, preconiza a associação como solução aos constrangimentos vividos pelos operários, ao invés da destruição das máquinas, e indica a associação operária de produção como instrumento de emancipação social. Leroux propõe, em 1833, durante uma greve, a criação de uma associação com 4 a 5 mil operários para fundar uma oficina de impressão própria. O projeto é rejeitado e os operários e compositores optam pela criação de uma associação de resistência para se baterem pela tarifa.²⁴⁴

Em meio ao clima geral de contestação, as associações que surgem nesse início da década de trinta assumem o caráter de resistência, mesmo as voltadas à produção ou ao consumo. É o caso da associação dos talhadores de Paris, criada em novembro de 1833 logo após um *lockout* patronal, apontada como primeiro exemplo de “associação cooperativa sindical”. Neste mesmo ano, em Paris, a *Société philanthropique des travailleurs* engaja-se numa ação para a redução da jornada de trabalho e elevação dos salários. Para isso, cria um estabelecimento culinário (cantina) e um estabelecimento de trabalho chamado “oficina nacional”. A oficina é criada para concorrer com os patrões e rapidamente 8 mil trabalhadores associam-se, muitos abandonando seus trabalhos nas oficinas privadas. Sua existência é tornada breve: denunciada pelos patrões como coalizão e conspiração política, é dissolvida pelas autoridades. Outras categorias profissionais seguem esse caminho, como os sapateiros, que chegam a editar o regulamento de um “estabelecimento de trabalho”. Mas

²⁴³ GUESLIN, A. *L'Invention...* Op. cit., p. 174..

²⁴⁴ Id. *Ibid.*, p. 172.

o endurecimento da legislação de 1834 atinge todas essas iniciativas, resultando na prisão dos seus principais animadores. As associações voltam novamente à clandestinidade.²⁴⁵

Ao lado dessas experiências levadas a diante diretamente pelos trabalhadores, algumas associações de produção são impulsionadas por teóricos com inspiração socialista. O caso mais conhecido é o de J.P. Buchez (1796-1865), indicado como o idealizador do cooperativismo de produção, embora o termo cooperativismo só tenha vindo à tona após 1860. Até aí, é a expressão associação de produção que recobre essas práticas operárias no campo da produção dos seus meios de vida. Buchez começa a desenhar o plano das associações de produção em 1831-32, culminando com a fundação, em 1834, da *Bijoutiers en doré*, em Paris. Apesar do reconhecimento e exaltação que recebe a doutrina de Bouchez, a sua realização prática não representou propriamente um modelo de inspiração para as associações operárias: com base produtiva artesanal de um produto considerado de luxo, abrigava 13 trabalhadores em 1846 e apenas 8 em 1867.²⁴⁶ Seu desaparecimento é registrado por volta de 1873. Um elemento marcante nos seus primeiros anos era a ética do trabalho muito forte: um engajamento de onze horas por dia, seis dias por semana de todos os associados.²⁴⁷

²⁴⁵ MEISTER, A. **Quelques...** Op. cit., p. 74.

246 – Pierre Ansart não deixa de conceder certa relevância à experiência de Buchez, mas lembra que neste período era grande o número de tentativas idênticas, de forma que seu projeto estava inserido num movimento social mais amplo. **El nacimiento...** Op. cit., p. 141.

²⁴⁷ DESROCHE, Henri. **Pour un traité d'économie sociale**. Paris: Coopérative d'Information et d'Édition Mutualiste, 1983. p. 22. Franco-maçom e um dos fundadores da carbonaria francesa, Buchez adere ao saintsimonismo em 1825, entrando em dissidência com o rumo que os discípulos deram à doutrina no início dos anos 30. Vai então em busca da herança autêntica de Saint-Simon. Publica várias obras e colabora com diversos jornais, entre eles *L'Atelier*, redigido por mestres operários. Defensor e propagador das associações operárias, vê nelas a forma para combater a concorrência e realizar o princípio de São Paulo, ou seja, “quem não trabalha não deve comer”. A

É comum encontrarmos referências aos impulsos que algumas doutrinas deste período deram às experiências de associação operária de produção e de consumo. Por um lado, figuram os próprios socialistas utópicos, sobretudo Saint-Simon e Fourier e os respectivos discípulos: Buchez e A. Ott (1796-1865) pela vertente saint-simoniana, V. Considerant (1808-1893) e J. -B. Godin (1817-1888) pelo lado fourierista. Por outro lado, faz-se referência também a Cabet (1788-1856), conhecido pelo romance utópico *Viagem à Icária*; também às ideias babovistas de igualdade e; num caso particular pelas relações que manteve com o movimento operário, P. -J. Proudhon (1809-1865).

Pode-se dizer, no entanto, que esses mesmos teóricos e experiências eram mobilizados na composição da gênese de fenômenos por vezes bastante distintos. Como vimos anteriormente, estes autores podem figurar na genealogia do movimento socialista. Ao mesmo tempo, podem figurar como fontes de inspiração para as doutrinas da economia social, sendo as experiências associativas deste período, sobretudo as mútuas, tomadas como embriões desse campo de práticas.²⁴⁸

De todo o modo, parece-nos ser mais apropriada uma abor-

associação operária de produção seria o meio para se chegar à uma sociedade nova, o que o aproximava da doutrina owenista. Propõe a criação de dois tipos de associações: uma pré-sindical para os operários pouco qualificados das fábricas; outra para o mundo dos artesãos. Os salários seriam pagos igualmente segundo o trabalho realizado, mas 20% seria indivisível e destinado ao capital social inalienável. Neste ponto, destaca Desroche que uma das contribuições fundamentais de Buchez para o cooperativismo foi a concepção de um “patrimônio associativo” que “não seria confiscado por assaltos autoritários nem consumido pelas recuperações libertárias: patrimônio de uma economia social que não é o patrimônio nem de uma economia pública nem de uma economia privada.” p. 23.

²⁴⁸ “No fundo, a sociedade de socorro mútuo é o envelope cômodo de organizações de economia social do futuro.” GUESLIN, A. **L’Invention...** Op. cit., p. 158. Sobre esta questão da continuidade associativa, ver também: DESROCHE, Henri. **Histoires d’économies sociales: d’un Tiers État aux tiers secteurs. 1791-1991.** Paris: Syros/Alternativas, 1991. Cap. 1 – En préhistoire européenne. p. 19-69.

dagem cautelosa dessa relação entre os aportes doutrinários e o movimento associativo dos trabalhadores nesse período. Vamos seguir, neste caso, a indicação de Albert Meister, quando registra a existência de um clima de inspiração comum entre os teóricos e os elementos mais avançados da classe operária. Ambos podem ter chegado por vezes às mesmas conclusões nas suas análises da vida econômica e política, mas a influência dos teóricos não era de modo algum considerável sobre as organizações de base operária e suas estratégias de luta neste período. É impensável, nesse sentido, que pudesse ter surgido de algum intelectual a divisa dos canuts: “*viver trabalhando ou morrer combatendo*”. Para Meister, “a invenção dessas formas associativas **estava no ar** nessa época e elas parecem ter surgido mais das experiências cotidianas dos trabalhadores do que do cérebro de algum pensador.”²⁴⁹

Por isso, a tese da continuidade associativa precisa ser vista com cuidado. Por certo que essas associações não surgem do nada, reportando-se evidentemente a uma tradição de organização que se projeta desde muitos séculos. Mas elas precisam, nas novas condições, desembaraçar-se das suas estruturas e funções para realizar a adaptação às finalidades e necessidades novas. No caso da *compagnonnage*, essa distinção pode ser mais facilmente percebida:

Non sont apenas os costumes que a tornam envelhecida. É sua própria razão de ser que não existe mais. Ela corresponde a um modo de produção artesanal, em que as exigências de aprendizagem poderiam recomendar o Tour de France, e onde esta postularia a organização da colocação [dos trabalhadores nas oficinas]. Mas a introdução do maquinismo e o desenvolvimento da grande indústria modificam profundamente as condições com as quais vão se defrontar a população operá-

²⁴⁹ MEISTER, A. **Quelques...** Op. cit., p. 77. [o grifo é nosso].

ria. Assistimos à desqualificação profissional, e a formação ambulante da mão de obra resta cada vez mais deslocada. O modo de vida que se impõe aos assalariados do século XIX vai inviabilizar esta fórmula...²⁵⁰

As mútuas não serão o depositário da tradição operária dos companheiros. Pelo contrário, como já o assinalamos, será precisamente por manter regras mais flexíveis que as mútuas podem servir de trincheira aos operários nos momentos de recuo das suas lutas. E se eram mais toleradas e até mesmo incentivadas pelas autoridades, isto se deve também ao seu valor moralizador, como “pedagogia da previdência”, para usar os termos de R. Castel.²⁵¹

Nestes anos que antecedem a Revolução de 1848, as mútuas proliferam por todas as regiões, e é especialmente em torno dessas instituições que o movimento operário vai realizar a sua prática associativa, fortalecendo os laços de solidariedade e acumulando forças para resistir ao desenvolvimento das relações sociais de produção capitalistas. As experiências de associação dos trabalhadores no campo da produção e do consumo buscavam igualmente enfrentar o “modo de vida” que a industrialização vai tornando efetivo. Gueslin informa a criação de inúmeras associações de produção e consumo nos anos que precedem a Revolução de 1848, desde padarias, cordoarias, sapatarias, mercearias etc., numa verdadeira “primavera da associação”.²⁵²

²⁵⁰ E. Dolléans & G. Dehove. Apud. MEISTER, A. **Quelques...** Op. cit., p. 70-1.

²⁵¹ Sem negar a possibilidade de que os recursos da mútua pudessem ser desviados para os fins de resistência, o autor assinala que “cotizar para uma caixa é inscrever no presente a preocupação com o futuro, aprender a disciplinar os instintos e a reconhecer no dinheiro um valor que ultrapassa a satisfação das necessidades imediatas. É também economizar, garantir-se contra os acasos da existência.” CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999. p. 323-4.

²⁵² GUESLIN, André. **L’Ivention...** Op. cit., p. 174-5. Gueslin menciona a Companhia dos Trabalhadores Unidos, criada em 1845, como uma experiência singular: formada por militantes operários, “ela pretendeu explorar muitas indústrias ao mesmo tempo, livrando-se num só golpe do patronato e dos intermediários.” p. 174.

Neste período, a questão que “estava no ar”, como uma preocupação profunda para os trabalhadores e para os teóricos do espectro socialista, é a da organização do trabalho. E esta questão significava a reorganização total da ordem do trabalho, a partir do próprio desenvolvimento das práticas associativas operárias, do desenvolvimento das mútuas e das associações de produção e de consumo, desembocando na abolição da condição de assalariado. Por isso o conteúdo do socialismo na época podia ser identificado sinteticamente na associação dos trabalhadores para a produção material das condições de existência.

No processo revolucionário de 1848, o problema da organização do trabalho projeta-se imbricado no debate que se abre sobre o direito ao trabalho. Trata-se ainda do reconhecimento de que a questão colocada pelos canuts dezessete anos antes, “viver trabalhando ou morrer combatendo”, permanecia atual e carecia de uma solução positiva. As “oficinas nacionais” pretendiam ser essa solução, e é para ela que vamos focar nossa atenção para concluir este primeiro período.

Não nos deteremos aqui na apresentação dos acontecimentos que levaram à revolução de fevereiro e os seus desdobramentos.²⁵³ Basta lembrar por hora que a decisão do governo de proibir a campanha dos banquetes (comícios públicos) incitada pela oposição, precipita a insurreição de 24 de fevereiro de 1848, que derruba o governo instalado pela Revolução de 30. Um governo provisório é montado e, ainda em fevereiro, institui o direito ao trabalho e cria as oficinas nacionais, que chegam a abrigar cem mil trabalhadores. O fechamento das oficinas nacionais em junho deflagra nova insurreição operária, que é esmagada, abrindo o caminho para que Luís Bonaparte projete-se

²⁵³ Sobre a Revolução de 1848, ver, sobretudo: MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. In.: Karl Marx. O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 17-143. TOCQUEVILLE, Alexis. **Lembranças de 1848**: as jornadas revolucionárias em Paris. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

até a restauração do império em 2 de dezembro de 1851.

Logo a seguir às jornadas de 24 de fevereiro, uma comissão de trabalhadores arranca do governo provisório o reconhecimento do direito ao trabalho a todos os cidadãos.²⁵⁴ O tema não era novo: desde pelo menos o debate sobre a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1789, que o direito de viver do próprio trabalho aparece como elemento fundamental vinculado ao direito à assistência. Entre 1789 e 1791, os operários sem trabalho podiam ser acolhidos nas “oficinas de socorro”, abertas tanto na capital como nas províncias para a execução de obras públicas, inspiradas nas oficinas de caridade já testadas anteriormente. Essas oficinas apresentaram logo problemas na sua aplicação. As remunerações eram inferiores às praticadas nas oficinas privadas, e o agrupamento de alguns milhares de trabalhadores provocava um quadro geral de indisciplina, o que era inadmissível para um programa que pretendia, entre outras coisas, conduzir a um controle dos comportamentos, uma verdadeira “requalificação moral dos indivíduos”, conforme a expressão de Rosanvallon. A ideia do direito ao trabalho encontrava como rival a de assistência pelo trabalho, no horizonte das oficinas de caridade, abrindo-se à criação de obras caritativas privadas, do tipo paternalista e filantrópica. As colônias agrícolas, desenvolvidas principalmente a partir dos anos 30, alinhavam-se neste espírito.²⁵⁵

Em 1848, no entanto, os trabalhadores conquistam o do direito ao trabalho no âmbito da instauração da república social, do sufrágio universal, do direito à associação e da liberdade de im-

²⁵⁴ “O Governo Provisório da República assume o compromisso de assegurar a existência do operário pelo trabalho. Assume o compromisso de garantir trabalho para todos os cidadãos. Reconhece que os operários devem associar-se entre si para usufruir do produto do seu trabalho.” (Decreto de 25/02/1848). Citado por CASTEL, Robert. *As metamorfoses...* Op. cit., p. 347.

²⁵⁵ ROSANVALLON, Pierre. *Le droit au travail: histoire d’un problème*. In.: Pierre Rosanvallon. *La nouvelle question sociale*. Paris: Éditions du Seuil, 1995. p. 131-161.

prensa. Logo em seguida, os trabalhadores reivindicam “a criação de um ministério do progresso, a organização do trabalho, a abolição da exploração do homem pelo homem”.²⁵⁶ O Governo cria a “Comissão do governo para os trabalhadores”, presidida por Louis Blanc, conhecida como Comissão de Luxembourg (o local das reuniões era o *Palais du Luxembourg*). A comissão foi composta por eleição, na base de três patrões por indústria e três operários por profissão. No total, participavam da comissão 242 operários eleitos e 231 patrões. Um comitê permanente executivo foi formado por dez operários e dez patrões.²⁵⁷

Louis Blanc havia publicado em 1839 sua obra *Organisation du travail*²⁵⁸, apontada como estando entre as mais lidas na época pelo operariado francês, com dez edições até 1848. Blanc retoma as ideias daqueles que denomina os “grandes reformadores práticos”: Saint-Simon, Fourier e Owen, articulando-as numa perspectiva precursora de socialismo de Estado. Partindo da constatação de que o crescimento das riquezas proporcionado pelo regime industrial resulta no aumento da miséria, na “anarquia industrial”, Blanc critica a concorrência, que “para o povo é um sistema de extermínio”, pois o trabalhador é colocado do lado da oferta e exposto à baixa contínua dos salários. O regime industrial é, por-

²⁵⁶ GIDE, C. & RIST, C. *Histoires des...* Op. cit., p. 335.

²⁵⁷ Louis Blanc agregou à comissão economistas liberais e escritores socialistas, entre eles: Le Play, Dupont-White, Wolowski, Considérant, Pecquer e Vidal. Proudhon, ao que parece, recusou o convite. Pecquer e Vidal foram os autores do relatório apresentado pela comissão no final de abril e começo de maio de 1848. No relatório constava, entre outros pontos, um plano de oficinas e colônias agrícolas, entrepostos comerciais geridos pelo Estado, centralização dos seguros pelo Estado, transformação do *Banque de France* num banco estatal, um projeto de crédito agrícola, um projeto de compra de terras pelo Estado para suprimir a renda do solo, estatização das estradas de ferro, canais e minas, um projeto de hotéis econômicos (habitações populares). Pelo decreto de 2 de março, a comissão estabeleceu a redução da jornada de trabalho para dez horas em Paris e onze horas nas províncias. Id. *Ibid.*, p. 336-7.

²⁵⁸ BLANC, Louis. *Organization du travail* (1839). In.: BRAVO, G. M. *Les socialistes avant Marx*. Vol. II. Op. cit., p. 134-166.

tanto, “homicida”. Daí a necessidade de uma dupla reforma: em primeiro lugar, tomar o poder, pois este é a força organizada, correspondendo à reforma política; em segundo lugar, fornecer aos trabalhadores os instrumentos de trabalho para que levem a cabo a sua própria emancipação, materializando a reforma social. “Sem reforma política, não há reforma social possível; se a segunda é o fim, a primeira é o meio!” A ideia central de Blanc é a criação, pelo Estado, de oficinas sociais em todos os setores mais importantes da indústria, para concorrer com a indústria privada e, com isso, fazer desaparecer a concorrência. O governo seria considerado o regulador da produção, investido de uma grande força e, também, o responsável pela elaboração dos estatutos das oficinas sociais. Nas oficinas podiam se inscrever todos os trabalhadores que apresentassem “garantia de moralidade”. No início, durante o primeiro ano, permaneceria a hierarquia das funções e as diferenças salariais, passando-se no segundo ano para a hierarquia resultante do princípio eletivo. Os lucros, ou sobras das atividades, seriam repartidos em três partes: 1. repartidos igualmente entre os associados; 2. para a sustentação dos idosos, doentes e para ajudar outras oficinas em crise; 3. para fornecer os instrumentos de trabalho aqueles que quisessem participar da associação. Uma vez instaladas as oficinas sociais em cada ramo importante da indústria, seria estabelecida a concorrência com as indústrias privadas:

A luta seria longa? Não, porque a oficina social teria sobre toda a oficina individual a vantagem que resulta das economias da vida em comum, e de um modo de organização em que todos os trabalhadores, sem exceção, estão interessados em produzir rápido e bem. A luta seria subversiva? Não, porque o governo estaria sempre pronto para reduzir os efeitos, impedindo que desçam a um nível muito baixo os produtos fabricados pelas oficinas.²⁵⁹

²⁵⁹ Id. *Ibid.*, p. 159.

Para ligar essas unidades produtivas, seriam criadas as oficinas centrais, num modelo comparado ao dos correios. Para Blanc, a associação de todos os trabalhadores poria fim à concorrência, expandindo a solidariedade em uma mesma oficina para a solidariedade entre as oficinas de um mesmo ramo e entre as indústrias diversas. Todos poderiam assim beneficiar-se das invenções da ciência, pois “no sistema de associação e de solidariedade, não existirá mais patentes, não mais haverá exploração exclusiva.” A máquina passaria de meio de extermínio para instrumento do progresso universal, tanto quanto o crédito, organizado pelo Estado para fornecer aos trabalhadores os instrumentos de trabalho. Assim organizado o trabalho, a educação das crianças tornar-se-ia obrigatória e gratuita. Todos trabalhadores e mesmo os patrões acorreriam às oficinas sociais, pois teriam interesse na nova ordem social criada por esta revolução pacífica.

No entanto, as oficinas nacionais implantadas pelo Governo provisório em 1848 não foram obra da Comissão de Luxembourg, como também não foram inspiradas na proposta de Blanc.²⁶⁰ Criada pelo ministro dos trabalhos públicos, a inspiração das oficinas nacionais vem sobretudo das oficinas de caridade, como canteiros de trabalho para ocupar os desempregados. Logo uma multidão inscreveu-se nos ateliês nacionais, chegando ao montante de cem mil operários em menos de dois meses. Os trabalhadores recebiam dois francos por jornada de um dia, quando havia obras a realizar, e um franco quando ficavam ociosos. Destinados geralmente a trabalhos inúteis, o descontentamento logo cresce entre os trabalhadores, e as oficinas

²⁶⁰ A implantação das oficinas nacionais recebeu críticas tanto da direita, que acusava a falta de disciplina e a sua utilização para propaganda política; como da esquerda, por ser uma forma degenerativa do direito ao trabalho. F. Vidal, por exemplo, entendia que “o direito ao trabalho [...] implica na organização do trabalho; e a organização do trabalho implica a transformação econômica da sociedade.” Apud. ROSANVALLON, P. *Le droit...* Op. cit., p. 151.

tornam-se um foco para agitação política.²⁶¹ O governo procura então licenciar os trabalhadores, incorporá-los na armada ou enviá-los à província, o que provoca a sublevação de 23 de junho, num combate de quatro dias cujo saldo foi à morte de milhares de operários, prisões, envio às galés e deportações. Os elos do movimento operário são em parte quebrados. A comissão de Luxembourg é destituída e o direito ao trabalho é re-elaborado no interior da Assembleia Constituinte. A fase da república social dá lugar à república burguesa. O próprio Blanc parte para o exílio em Londres, de onde só voltaria em 1871.

Apesar do duro golpe sentido pelo movimento operário, os trabalhadores prosseguem com a criação de associações. Gueslin fala em uma “verdadeira eclosão mutualista”, e cita dados estatísticos do Congresso de 1900 que anotam a existência de 1.584 sociedades em 1848 e, quatro anos depois, 2.438 sociedades.²⁶² Ao mesmo tempo, verificam-se algumas tentativas de federalização entre as associações de produção, como a Sociedade das Corporações Reunidas, fundada dias antes das jornadas de junho. Meister utiliza a expressão *associações corporativas* para designar a coalizão dos trabalhadores de um mesmo ofício. Essas associações já haviam experimentado a federalização em 1845, quando criaram o Comitê Central das Corporações, responsável inclusive pela eleição dos delegados operários à Comissão de Luxembourg. Durante 1848, essas associações iriam desdobrar-se em associações de produção, criando em dezembro

²⁶¹ A oficina nacional mais conhecida pelos seus resultados foi a Sociedade Fraternal dos Operários Alfaiates, que obtém pedidos do Estado, em especial um grande lote de túnica para a Guarda Nacional. A oficina funciona na antiga prisão de Clichy, com mil trabalhadores que recebem dois francos por dia. Outras associações formaram-se tendo em vista o atendimento à pedidos do Estado, como os tecelões e os fabricantes de selas. Em geral, essas experiências não sobreviveram à jornada de junho, mas algumas continuaram sob a forma de cooperativa de produção. GUESLIN, A. **L’Invention...** Op. cit., p. 182-3.

²⁶² Id. *Ibid.*, p. 183-4.

deste ano a *Chambre Syndicale du Travail*, composta por delegados das associações e que funciona como um sindicato geral das associações dos trabalhadores, assumindo também a tarefa de tentar assegurar a comercialização da produção associativa.²⁶³

Meister encontra nessas experiências um projeto de economia nacional coletiva, que guarda inspiração na Organização do Trabalho de Blanc. A partir da criação de oficinas coletivas, coordenadas pelo Estado, um comitê central das associações operárias de produção representaria todas as associações, ajudando-as no seu desenvolvimento e organizando a troca dos produtos entre elas.

Tal é o projeto audacioso de 1848. Na prática, apenas uma centena de profissões estava organizada a beira da jornada de junho. Mesmo quando todo o esforço nessa via se vê ameaçado, é ainda um entendimento geral que a associação de produção não deve apenas melhorar a sorte dos seus membros, mas contribuir para a emancipação geral do trabalho, e que, para os operários conscientes, a associação não é mais do que um meio de aprendizagem sobre a direção dos seus negócios, e não um fim em si.²⁶⁴

Em julho de 1848, a Assembleia Nacional abre um crédito de três milhões para as associações de produção, que será utilizado, em sua maior parte, por pequenas associações isoladas, ou mesmo por pequenos patrões associados aos trabalhadores na busca de alguma solução para o momento de crise. No entanto, algumas associações operárias de produção autênticas conseguem acessar o crédito. O espírito que animava essas associações pode ser apreendido através de um relatório elaborado pela Polícia para a Corte de Apelação de Lyon, em 1850, reproduzido por Meister, do qual destacamos algumas passagens:

²⁶³ MEISTER, A. *Quelques...* Op. cit., p. 83.

²⁶⁴ Id. *Ibid.*, p. 84.

Percebi, não sem espanto, que um pequeno Luxembourg teve permanência em nossa cidade até o fim de março do ano passado. Esse centro perigoso de agitação da população operária tinha sido há tempos destruído em Paris, mas existia ainda em Lyon. [...] Uma comissão, tomando como exemplo o que M. L. Blanc realizou na Capital, foi estabelecida; ela tinha por objetivo regular de uma maneira geral a organização do trabalho.

Desde o princípio, a comissão era encarregada de todas as questões de salário, de duração do trabalho e da associação entre os trabalhadores. [...] Essa espécie de império incontestável tinha, além do mais, uma aparência oficial. [...] Um dos efeitos da comissão lyonesa, chamada Comissão de organização do trabalho, foi o de provocar a criação de grandes associações de operários, sob estatutos parecidos e voltados todos à aplicação das doutrinas socialistas.

E o autor do dito relatório policial oferece alguns exemplos:

A Associação Fraternal da Indústria Francesa. Criada em 21 de janeiro de 1849 para a compra e venda de bens de consumo. Os detalhes dessa organização provam, de mais a mais, que a vida industrial da associação subordina-se a seu espírito político e que não se trata de outra coisa que não a de operar para a causa revolucionária do socialismo. A associação está em plena atividade. Ela abriu em Lyon quatro lojas bastante frequentadas onde se faz o comércio a varejo de especiarias, padaria, carne, carvão e madeira. [...] Se, de um lado, estamos cientes do perigo que pode resultar para a segurança pública, de outra parte, não podemos desconhecer a utilidade popular desses comércios empreendidos através do princípio de associação, sem ambição nem desejo de lucro, para fornecer o consumo diário do operário e do pobre. A empresa é portanto

malfeitora de um lado, benfeitora de outro. [...] Os empregados recebem 3 francos por dia [...] e as funções dos membros dos comitês são gratuitas.

A Associação geral dos talhadores de pedras do Rhône. Possui uma caixa para as viúvas, para os velhos, os doentes e os órfãos. Há também uma caixa de solidariedade ou de garantia mútua das diversas associações operárias contra o desemprego. Essa disposição, análoga para a existente na sociedade dos marceneiros, merece destaque. Ela assinala uma tendência à formação de uma espécie de pacto geral entre os operários das diversas indústrias. Coisa que teria uma incontestável gravidade: isso não é um simples ato de beneficência recíproca que se pratica, é a luta de classes que é organizada, é o meio que se prepara para ditar, pelas coalizões na mais vasta escala, a lei aos empreendedores da indústria, aos mestres, aos negociantes.

Sociedade dos Unidos, dos *façonnés* e des *velours*. Criada com uma subvenção de 200 mil francos do fundo de 3 milhões votado pela Assembleia. [...] Os operários filiados para a essas associações estão organizados por séries de grupos de 25 [...] mudam o lugar das reuniões, dificultando o acompanhamento da polícia. Uma deliberação pode assim se efetuar entre milhares de operários e uma palavra de ordem circular rapidamente no seio de uma vasta associação, sem que por fora apareça. É impossível colocar os agentes de polícia na pista de cada um desses troncos que se formam e que podem se reunir em um corpo vigoroso e enorme, quando o sinal de agir for dado.²⁶⁵

Ao final deste primeiro período que estamos analisando, pode-se perceber que as associações de produção e de consumo,

²⁶⁵ Id. *Ibid.*, p. 88-92.

já muito próximas do cooperativismo, eram instituições que não estavam dissociadas das demais formas de organização da classe trabalhadora. Pelo contrário, essas proto-cooperativas estavam inseridas na estrutura do movimento operário, respondiam às mesmas necessidades e perseguiram os mesmos fins. Não se tratava apenas da constituição de organismos paliativos à crise do trabalho ou à repressão que sofriam os trabalhadores nos momentos de conflito. As associações de produção e de consumo eram consideradas uma nova organização do trabalho e da economia, a forma para levar a cabo a emancipação dos trabalhadores, ponto de partida para a transformação social. O relatório da polícia de Lyon percebe o perigo que pode resultar tal organização. As associações estreitam os laços de solidariedade entre os trabalhadores, e formam uma espécie de “pacto geral entre os operários”, que buscam dessa maneira evitar por seus próprios meios os malogros do desemprego. Nas associações, a “vida industrial” não está descolada do “espírito político” que a anima, ou seja, não existe uma separação entre as atividades econômicas e as práticas políticas. Ambas são faces de uma mesma moeda, a da abolição da condição de assalariado.

A reivindicação do direito ao trabalho coloca de imediato a questão da organização do trabalho. Para os trabalhadores, esta nova organização projeta-se das práticas associativas que realizam tanto para a resistência como para a produção dos seus meios de vida. As associações de produção e de consumo fornecem o modelo base para a organização do processo de trabalho e, ao mesmo tempo, para a passagem ao socialismo. É neste sentido que Proudhon, deputado eleito nas eleições complementares de junho, propõe a criação de um “banco popular mutualista”, para a organização do crédito pelos próprios trabalhadores através da autoajuda, a fim de evitar a intervenção do Estado no crédito às associações operárias.²⁶⁶ Ao mesmo tempo, era contra

²⁶⁶ GURVITCH, Georges. **Proudhon e Marx**. Lisboa: Presença, 1980.p. 60

a expropriação pelo Estado das grandes empresas privadas. Os socialistas, dizia Proudhon, pretendem que

as minas, os canais e as estradas de ferro sejam entregues às associações operárias, organizadas democraticamente, trabalhando sob a fiscalização do Estado, nas condições estabelecidas pelo Estado, e sob sua própria responsabilidade. Nós queremos que estas associações sejam modelos propostos à agricultura, à indústria e ao comércio, o primeiro núcleo desta vasta federação de companhias e sociedades, reunidas pelo laço comum da República democrática e social.²⁶⁷

Após a “primavera da associação”, no entanto, vem um novo “inverno” com a dura repressão desferida após o golpe de Estado de dezembro de 1851. Mais uma vez, as associações saem de cena e seus membros mais ativos são perseguidos. Algumas conseguem se transformar em mútuas, que são, no entanto, também alvo de dura repressão. Uma circular do governo em 1852 alertava que as mútuas são “o germe de todas as greves e a experiência de todas as coalizões.”²⁶⁸ Mas não demora para que a associação renasça...

b) Segundo Período (1850-1871)

Após as jornadas de 48-51, na França, e em torno desse período na Europa, o movimento operário entrou em novo refluxo. As principais lideranças estavam mortas, presas ou deportadas e suas organizações fragilizadas ou proibidas. No início dos anos 50 a Assembleia Nacional começa a editar uma série de medidas repressivas contra as principais instituições do movimento ope-

²⁶⁷ PROUDHON. Textos escolhidos. Daniel Guérin [Seleção e notas]. Porto Alegre: L&PM, 1980. p. 55-6.

²⁶⁸ MEISTER, A. *Quelques...* Op. cit., p. 94.

rário. As mútuas são especialmente visadas, para tentar impedir que se tornem mais uma vez o espaço de organização da classe. São expressamente proibidas de inscrever nos seus objetivos a assistência em caso de desemprego, e são obrigadas a remeter às autoridades locais todos os documentos emitidos pela sociedade. Além disso, um decreto de 26 de maio de 1852 prescreve a criação de apenas uma sociedade de socorro mútuo por comuna, sob a autoridade do prefeito ou do cura. As associações de produção e de consumo são especialmente reprimidas. As principais lideranças são presas ou perseguidas, colocando mesmo em causa a própria existência dessas instituições. Para completar, são reeditados já velhos artifícios, como artigo 291 do Código Penal, que impedia a coalizão de mais de 20 membros.

Sob o Segundo Império, a França conhece uma forte concentração de capital e um processo de industrialização intenso, com a introdução de nova maquinaria que deixa para trás a base artesanal que persistia ainda em 1848. A concentração urbana aumenta e a agricultura ganha em produtividade. Um mercado nacional toma forma com a expansão da rede de estradas de ferro que cortam o país. Grandes lojas e estabelecimentos de crédito são criados. Várias dessas ações foram apoiadas e executadas diretamente por uma tecnocracia oriunda da escola saint-simoniada.²⁶⁹ Entretanto, esse progresso econômico não significou uma melhoria na situação da classe trabalhadora, que neste período percebe a amplificação dos constrangimentos impostos pela “vida industrial”.

É um fato incontestável que a miséria das massas trabalhadoras não diminuiu entre 1848 e 1864 e, não obstante, esse período não tem paralelo no que diz res-

²⁶⁹ “A grande modernização econômica da França que se produz sob o Segundo Império é em parte organizada pelos saint-simonianos próximos do imperador, entorno do qual encontravam-se outros antigos apóstolos.” MUSSO, P. **Saint-Simon et...** Op. cit., p. 117-122.

peito ao desenvolvimento da indústria e à expansão do comércio. [...]

Em todos os países da Europa, tornou-se agora uma verdade comprovada por todo espírito imparcial – e só negada por aqueles cujo interesse é manter os outros num paraíso ilusório – que não havia aperfeiçoamento de maquinaria, aplicação da ciência à produção, inovação nos meios de comunicação, novas colônias, emigração, abertura de mercados, comércio livre, nem tudo isso somado, que pudesse acabar com a miséria das massas trabalhadoras; mas que, sobre as bases falsas que hoje existem, todo novo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho tem forçosamente que tender a aprofundar os contrastes sociais e aguçar os antagonismos sociais. Durante essa época extasiante de progresso econômico, a morte por inanição tornou-se quase uma instituição na metrópole do Império Britânico.²⁷⁰

Em meio a esta situação descrita por Marx, os trabalhadores reiniciam, lenta e clandestinamente, as ações para a reconstituição das suas organizações. Até então, a existência de um ambiente repressivo e de uma legislação fortemente restritiva para a prática da coalizão nunca significou uma barreira intransponível que retirasse dos trabalhadores a vontade de prosseguir com a tradição antiga de associarem-se, de unirem-se em torno dos seus interesses comuns.

Habitados como estavam à necessidade de forjar na clandestinidade seus instrumentos de luta, logo os trabalhadores dão os primeiros sinais de um novo impulso organizativo, uma nova *febre de coalizão* que germina nos bairros operários e nos locais de trabalho. Através das mútuas, certamente, e das caixas

²⁷⁰ MARX, Karl. Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores. (1864). In.: Karl Marx & Friedrich Engels. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega. Vol. I. p. 313-321.

auxiliares que são também reconstruídas com sigilo cauteloso. As associações de consumo são rearticuladas da mesma maneira em meados da década de 50, e em algumas cidades os trabalhadores já ensaiam algumas associações de produção, como em Lyon e Toulouse. Algumas dessas coalizões retomam um antigo costume ao realizarem suas reuniões nas florestas, inclusive os parisienses, que formam uma instituição de crédito mútuo na floresta de Vincennes, em 1857. São sinais de que o espírito associativo persiste, na espera do momento para colocar-se novamente em marcha.²⁷¹

A distensão do regime vai ter início no final dos anos 50 e início dos anos 60, quando o Império vê-se diante a necessidade de encontrar algum apoio na classe trabalhadora. O acordo de livre-comércio estabelecido com a Inglaterra e o desgaste com a campanha da Itália acabaram por provocar uma onda de descontentamento no seio da classe industrial e da burguesia católica.

O direito à coalizão é reconhecido em 1862, quando o Imperador agracia vinte tipógrafos aprisionados por motivo de greve. Levará, porém, dois anos até que o delito de coalizão seja suprimido do código penal. Até então, a situação preservava certa ambiguidade, pois se o direito de greve estava implicitamente reconhecido, o direito à reunião e à associação permanecia interdito. O problema para os trabalhadores era como efetivar a coalizão sem se reunirem. Na prática, as associações passaram a ser toleradas no curso dos anos 60 e as reuniões deixaram de requer uma autorização preliminar, saindo do controle direto das autoridades.

Em 1861, o governo francês apoiou a constituição de uma Comissão para organizar a delegação operária à Exposição Universal que teria lugar em Londres no ano seguinte. Esta Comissão responsabilizou-se pela eleição dos 183 delegados parisienses

²⁷¹ GUESLIN, A. *L'Ivention...* Op. cit., p. 269-270.

ses, de várias profissões, que estabeleceram em Londres relações com os sindicalistas ingleses e com os exilados de diversos países que residiam em Londres, na diáspora pós-48. E retornaram impressionados com a máquina trade-unionista, então já formada por associações operárias bem estruturadas e poderosas, que desenvolviam greves longas e abrangentes o suficiente para garantir condições superiores de trabalho nas fábricas.²⁷² Esses contatos plantaram a ideia de uma Associação Internacional dos Trabalhadores, fundada dois anos depois em Londres, com representantes de seis países no comitê provisório, do qual Marx fez parte.²⁷³

Ao retornarem da Exposição, os operários franceses reivindicaram a criação de câmaras sindicais, que será um dos temas abordados no “Manifesto dos Sessenta” publicado com a assinatura de sessenta trabalhadores parisienses nas eleições de 1864. As câmaras sindicais são reconhecidas e toleradas após o relatório do governo de março de 1868, o que para os trabalhadores significou que não mais precisavam lançar mão das mútuas para a organização das suas sociedades de resistência, embora essas se encontrassem em pleno florescimento.

No início dos anos 60, apareceram algumas experiências de associação dos trabalhadores no campo do crédito, com a finalidade de servir de suporte as associações de produção e de consumo existentes e para estimular a criação de novas sociedades.²⁷⁴ Em grande parte, os trabalhadores mantêm o espírito de resistência e de auto-organização, como no caso da Sociedade de Poupança e Crédito Mútuo dos Operários do Bronze de Paris, cujo estatuto

²⁷² MEISTER, A. **Quelques...** Op. cit., p. 96-7.

²⁷³ KRIEGLER, Annie. **As internacionais operárias.** Amadora/PT:Bertrand, 1974.

²⁷⁴ “...a iniciativa mais notável foi a do Crédit au Travail, criada em 1863 por Beluze, com pouca eficácia. [...] Mas gerou outras nas províncias, como a Société Lyonesa de Crédit au Travail, criada em 1865 e presidida por Flotard”. GUESLIN, A. **L’Invention...** Op. cit., p. 274.

expõe o seguinte: “Os operários [...], decididos a resistir por todos os meios que lhes dá a lei, contra o aviltamento sempre crescente dos salários, [e] decididos a manter o limite máximo de dez horas de trabalho a fim de dar mais tempo à família e à cultura da sua inteligência, decidiram fundar uma sociedade para esse fim.”²⁷⁵ Quanto aos resultados dessa organização ou desse espírito que animava os trabalhadores, estes logo aparecem na longa greve realizada em 1867, já com o apoio da Internacional.

As associações de produção que renascem nessa nova febre de coalizão assumiam igualmente o caráter de sociedades de resistência. Em alguns casos, resultavam de “rabos de greve”, criadas para abrigar os trabalhadores demitidos. Essas experiências são numerosas, como também o são as sociedades de consumo que levam consigo um caráter de organização e resistência dos trabalhadores, como *La Sincerité*, animada por Pierre Dorian, *La Revendication*, criada por Benoit Malon e *La Ménagère* impulsionada por Varlin. O espírito dessas associações de consumo pode ser apreendido pela experiência do restaurante operário *La Marmite*, com sucursais em quinze bairros populares, criada pelos encadernadores de Paris, dentre eles Varlin, e que mantinham ao mesmo tempo uma sociedade de consumo e outra de crédito mútuo. No manifesto de chamamento para a constituição do restaurante, podemos ler:

Trabalhadores! Consumidores! Não busquemos em outra parte que não seja na liberdade o meio de melhorar as condições da nossa existência. A associação livre, multiplicando nossas forças, nos permite emanciparmos-nos destes intermediários parasitas que vemos aumentar a cada dia suas fortunas, ao custo do nosso bolso e à debilitação da nossa saúde. Associemo-nos, então, não somente para defender nosso salário, mas também para a defesa da nossa alimentação cotidiana.²⁷⁶

²⁷⁵ Id. *Ibid.*, p. 276.

²⁷⁶ VARLIN, Eugéne. *Practica militante y escritos de un obrero comunero*. Madri:

As associações operárias, neste período, já nos lançam ao centro do que constitui o objeto do próximo capítulo, ou seja, ao debate sobre a autogestão. A forma associativa dos trabalhadores atinge um momento de maturidade, descolando-se para sempre das tradições que decorriam do Antigo Regime. O desenvolvimento da indústria aguça os antagonismos de classe, colocando para as associações operárias necessidades e objetivos novos. Trata-se de um processo de auto-organização profundo, que ultrapassa o objetivo de defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores, como salário, melhores condições de trabalho etc. No interior dessas formas diversas de associação de consumo, de produção e de crédito mútuos, os trabalhadores desenvolvem novas relações sociais, que se projetam como os fundamentos possíveis da nova sociedade. Tal projeto associativo não se limita à organização dos trabalhadores no interior de uma categoria profissional específica, pois estendia os laços e as práticas de solidariedade para o conjunto dos trabalhadores de uma cidade, um país e mesmo no plano internacional, neste caso tendo como epicentro a AIT. Ficam aqui apenas estes registros, pois abordaremos as formas associativas deste período que precedeu a Comuna de Paris no próximo capítulo.

Neste momento, cabe-nos verificar como as formas associativas dos trabalhadores projetaram-se no interior da Iª Internacional. No Manifesto Inaugural da AIT, já referido, Marx lança uma

Zero, 1977, p. 38-43. Um dos frequentadores do restaurante, Charles Keller, descreve-o da seguinte maneira: “Tomavam-se refeições modestas, mas bem condimentadas, e a alegria reinava ao redor das mesas. Os frequentadores eram numerosos. Cada um ia pessoalmente buscar seu prato na cozinha, e escrevia o preço na folha de controle que entregava acompanhada do dinheiro ao camarada encarregado de recebê-lo. // Geralmente ninguém se demorava, para deixar lugar aos demais, e todo mundo se ia com seu apetite satisfeito. // Algumas vezes, contudo, alguns camaradas prolongavam a estadia e ‘charlaban’. Também se cantava. O grande barítono Alphonse Delacour nos cantava, de Pierre Dupont, o canto dos operários, a locomotiva etc. A cidadã Nathalie Lemel não cantava, ela se dedicava a filosofar e a resolver os grandes problemas com uma simplicidade e facilidade assombrosa”. Id. Ibid., p. 43-44.

análise do movimento cooperativo que merece destaque. O trecho a seguir vem logo após a referência feita por Marx à conquista da jornada de dez horas obtida pelos trabalhadores ingleses:

Mas o futuro nos reservava uma vitória ainda maior da economia política do operariado sobre a economia política dos proprietários. Referimo-nos ao movimento cooperativo, principalmente às fábricas cooperativas erguidas pelo esforço de alguns operários audazes. O valor dessas grandes experiências sociais não pode ser superestimado [aqui, parece que o termo correto é subestimado]. Pela ação, ao invés de pôr palavras, demonstraram que a produção em larga escala e de acordo com os preceitos da ciência moderna, pode ser realizada sem a existência de uma classe de patrões que utiliza o trabalho da classe dos assalariados; que, para produzir, os meios de trabalho não precisam ser monopolizados, servindo como um meio de dominação e de exploração contra o próprio operário; e que, assim como o trabalho escravo, assim como o trabalho servil, o trabalho assalariado é apenas uma forma transitória e inferior, destinada a desaparecer diante do trabalho associado que cumpre a sua tarefa, com gosto, entusiasmo e alegria. Na Inglaterra, as sementes do sistema cooperativista foram lançadas por Robert Owen; as experiências operárias levadas a cabo no Continente foram, de fato, o resultado prático das teorias, não descobertas, mas proclamadas em altas vozes em 1848.

Ao mesmo tempo, a experiência do período decorrido entre 1848 e 1864 provou acima de qualquer dúvida que, por melhor que seja em princípio, e por mais útil que seja na prática, o trabalho cooperativo, se mantido dentro do estreito círculo dos esforços casuais de operários isolados, jamais conseguirá deter o desen-

volvimento em progressão geométrica do monopólio, libertar as massas ou sequer aliviar de maneira perceptível o peso de sua miséria. [...] Para salvar as massas laboriosas, o trabalho cooperativo deveria ser desenvolvido em dimensões nacionais e, conseqüentemente, incrementado por meios nacionais.²⁷⁷

Como se vê, Marx concebe então o movimento cooperativo, primeiramente, como uma demonstração prática do caráter supérfluo da classe capitalista, uma vez que os trabalhadores podem, com a posse dos meios de trabalho, pô-los a funcionar por sua própria conta. E a eliminação da classe capitalista significa por sua vez a superação do próprio assalariamento, transformando as relações sociais de produção que tornam efetivas a dominação e a exploração capitalistas. Porém, e em segundo lugar, prevê Marx que, enquanto essas experiências de trabalho associado permanecerem como um microcosmo socialista em um oceano capitalista, serão incapazes de fazer frente ao desenvolvimento desse modo de produção. Para isso, seria necessário que se apoderassem do conjunto da economia e fossem implementados em “dimensões nacionais”. Podemos acrescentar: e para além da dimensão nacional, abrangendo um conjunto considerável de países.

Essa ressalva, ou esse obstáculo ao desenvolvimento do trabalho associado, implicando para os trabalhadores na necessidade de estenderem suas ações e laços de fraternidade e solidariedade para além das fronteiras dos países, configura um sentido concreto para a criação da AIT. A insuficiência desse laço de união internacional da classe trabalhadora na sua luta pela emancipação, afirma Marx em seguida, é uma negligência que será “castigada com o fracasso comum de seus esforços isolados.” A nosso ver, Marx está ainda naquele momento influenciado pela experiência do cooperativismo inglês, desconhecendo a profun-

²⁷⁷ MARX, K. **Manifesto...** Op. cit., p. 319-20.

didade e o sentido que vinham assumindo essas práticas associativas dos trabalhadores franceses.

De todo modo, quando do surgimento da AIT, as febres de coalizão verificadas na França já haviam colocado o problema da organização do trabalho, e ainda, mais precisamente, a possibilidade de as formas associativas dos trabalhadores serem tomadas como o fundamento da sociedade futura. Esta concepção já havia avançado desde 1848, junto como o próprio desenvolvimento do capitalismo no continente.

Após a Conferência realizada em Londres em 1865, o Congresso de Genebra do ano seguinte vê a delegação francesa ocupar um grande espaço na defesa das associações mutualistas e também da criação de um sistema cooperativista que envolveria a produção, o consumo e o crédito mútuo do plano nacional ao internacional. Os franceses ocupavam naquela altura um espaço demasiado na AIT, pelo menos aos olhos de Marx, que englobava os delegados operários franceses na sua crítica já desferida com bastante virulência contra Proudhon.²⁷⁸ Em que pese o crescimento que se pôde verificar no debate em torno da organização sindical dos trabalhadores, os temas da cooperação e do mutualismo continuaram dividindo o centro das atenções nos Congressos seguintes da Internacional em Lausane (1867), Bruxelas (1868) e Basileia (1869).

Em Bruxelas, é reafirmada a necessidade da cooperação operária, tomando-se as cooperativas como base da futura sociedade

²⁷⁸ Numa carta a Bolte em 23 de novembro de 1871, portanto posterior a Comuna, Marx expressa um balanço bastante crítico da experiência da AIT. Após iniciar afirmando que o objetivo da fundação da Internacional era “substituir as seitas socialistas ou semi-socialistas pela verdadeira organização de luta da classe trabalhadora”, e que a história da Internacional foi a história de uma luta do Conselho Geral “contra as seitas e as tentativas amadoristas”, Marx registra que, “em Paris, os partidários de Proudhon (os mutualistas!), porque figuravam entre os fundadores da Associação, tiveram a direção em suas mãos, durante os primeiros anos.” In.: Karl Marx & Friedrich Engels.

Obras escolhidas... Op. cit., p. 264-5.

socialista. Por outro lado, o congresso aprova uma proposta da delegação belga a favor da apropriação coletiva da terra, minas, pedreiras, florestas e meios de transporte. Delineavam-se com isso as duas vertentes que atravessarão a vida da AIT: a coletivista e a mutualista. O termo coletivismo vai ser lapidado no ano seguinte, no Congresso de Basileia, e ganhará um enunciado mais abrangente tempos depois no Congresso do Partido Socialista em Marseille, em 1880, numa resolução estipulando como “principal finalidade a coletivização do solo e do subsolo, dos instrumentos de trabalho, das matérias-primas, para a disposição de todos, retornando à sociedade a que pertencem.” O mutualismo, em linhas gerais, pretendia organizar os trabalhadores em contraposição e exteriormente ao processo de produção capitalista, por meio das associações de apoio mútuo, caixas de resistência, associações de produção, estruturadas a partir da contribuição individual dos seus membros associados.²⁷⁹

Seja como for, o fato é que a seção francesa da AIT, criada em 1865, desenvolveu-se rápida e ameaçadoramente num curto período de tempo. Lançada inicialmente pela vaga de greves desencadeada em várias regiões, a Associação pôde enraizar-se em diversas cidades e ajudar na articulação das lutas, procurando unir os trabalhadores nos diferentes bairros, das diversas profissões, chegando mesmo a sustentar conflitos prosseguidos em outros países. A seção francesa apresentou uma atividade muito intensa nesse período que antecede a Comuna, agrupando as sociedades operárias, federando-as às seções locais da AIT, constituindo associações de produção e de consumo, arrecadando fundos para auxiliar na luta dos trabalhadores onde quer que estivessem ocorrendo. Os principais dirigentes da AIT não puderam por isso participar do terceiro congresso da AIT em Genebra (setembro

²⁷⁹ TRAGTENBERG, Maurício. **Reflexões sobre socialismo**. São Paulo: Moderna, 1986. p. 91-92.

de 1868), pois estavam presos. Mas os delegados genebrinos lhes renderam uma homenagem pela ajuda que receberam na greve da construção, afirmando ao final que “sem os parisienses, estaríamos perdidos”.²⁸⁰

O espírito que animava as práticas associativas na França pode ser percebido no artigo publicado no jornal operário *La Marseillaise*, em 11 de março de 1870, assinado por Varlin, um dos maiores expoentes da seção francesa da AIT, que expõe a noção de associação operária como o elemento estruturante da sociedade socialista:

Nós, socialistas, que, por experiência, sabemos que todas as velhas formas políticas são impotentes para satisfazer as reivindicações populares, devemos, aproveitando todos os erros e tropeços dos nossos adversários, acelerar a hora da liberação. Devemos nos empenhar ativamente na preparação dos elementos organizativos da sociedade futura, a fim de tornar mais fácil e mais certa a obra de transformação que se impõe à revolução. [...]

A não ser que queiramos voltar novamente para a um Estado centralizador e autoritário, o qual nomearia os diretores da fábrica, da manufatura, dos departamentos de distribuição, os quais nomeariam por sua vez os subdiretores, capatazes, chefes de oficina etc., e terminar assim em uma organização hierárquica, de cima a baixo, do trabalho, no qual o trabalhador não seria mais do que uma engrenagem inconsciente, sem liberdade nem iniciativa; a não ser que queiramos isso, nos vemos forçados a admitir que os próprios trabalhadores devam ter, a livre disposição, a posse dos instrumentos de tra-

²⁸⁰ VARLIN, E. *Practica...* Op. cit., p. 63. A seção francesa da AIT teve por diversas vezes todos os seus dirigentes perseguidos, aprisionados ou exilados. Mas não ficava inerte muito tempo, pois logo uma nova direção era eleita e os trabalhos prosseguiam.

balho, sob a condição de trocar seus produtos a preço de custo, para que exista reciprocidade de serviços entre os trabalhadores das diferentes especialidades. [...]

Mas não devemos crer que tal organização possa ser improvisada facilmente. [...] É preciso que os trabalhadores, chamados a trabalhar juntos em liberdade e sob uma igualdade recíproca, estejam preparados para a vida social. [...]

Então, as sociedades operárias, sob a forma que existem atualmente, possuem já essa imensa vantagem de habituar os homens à vida em sociedade, preparando-os também para uma organização social mais ampla. Habitua-se não somente a se porem de acordo e a se entenderem, mas também a se ocuparem dos seus assuntos, a se organizarem, a discutirem, a raciocinarem sobre seus interesses morais e materiais, e sempre do ponto de vista coletivo, já que seu interesse pessoal, individual e direto, desaparece desde que formem parte de uma coletividade. [...]

As sociedades corporativas (de resistência, de solidariedade, sindicatos) merecem nossos elogios e simpatias, já que são elas que configuram os elementos naturais da edificação social do porvir; são elas que, facilmente, poderão converter-se em associações de produtores, são elas que poderão por em ação os instrumentos sociais e a organização da produção.²⁸¹

O que se nos apresenta nessas passagens é a busca de uma coerência profunda entre meios e fins, entre a estratégia revolucionária e os objetivos da revolução. A tarefa de acelerar o trabalho de organização mediante a criação de sociedades operárias aparece como uma condição fundamental para evitar que

²⁸¹ Id. Ibid., p. 86-90.

a transformação revolucionária perca-se no meio do caminho e não ultrapasse as “velhas formas políticas”. Pois o caminho para a liberdade é a própria liberdade, como sintetizou Tragtenberg alhures. A construção pelos trabalhadores das condições para a destruição da engrenagem que os domina e explora tem início antes da própria destruição, no desenvolvimento das relações sociais pautadas pela “igualdade recíproca”. Essas relações não podem ser “improvisadas” a *posteriori*. Para que a transformação social vá além de uma simples “mudança de etiqueta”, as associações operárias devem ter a capacidade de “por em ação os instrumentos sociais”, tendo para isso já reclamado para si a tarefa de organizar o processo de produção. A posse dos meios de produção é neste sentido uma condição preliminar. No entanto, a perspectiva de uma transformação das relações de troca através critério do preço de custo, parece indicar que esta era uma questão para a qual os trabalhadores franceses ainda não haviam encontrado uma solução prática.

Varlin manifestou, por diversas vezes, receio de que o processo associativo desencadeado em Paris se visse diante um momento prematuro de ruptura revolucionária, sem que estivesse suficientemente enraizada e estruturada a forma de organização que os operários vinham lapidando desde há muitas décadas. Temia que a revolução “escapasse entre os dedos” dos trabalhadores se estes não estivessem preparados para tomar conta da situação por si próprios. A guerra franco-prussiana, a derrota de Sedan, a queda do Império e o advento da República, o armistício, o cerco de Paris, a fuga da burguesia e uma febre de coalizão incontrolável precipitam os acontecimentos para desembocar nas realizações da Comuna. Entramos por aí novamente no limiar da autogestão, tema a ser desenvolvido no capítulo seguinte.

Antes de dar prosseguimento, talvez seja prudente abrir um parêntese para recuperar, em breves linhas, os objetivos e o eixo

da argumentação desse capítulo. Iniciamos com a constatação de que a economia solidária no Brasil, em especial a modalidade nova de cooperativismo que surge a partir de empresas recuperadas, mobiliza no seu discurso especialmente a experiência histórica do cooperativismo britânico, fundamentando esse percurso entre Owen e Rochdale. Estamos procurando contribuir para o entendimento das fábricas recuperadas no Brasil através da trajetória do associativismo em solo francês, verificando especialmente a forma como as experiências de associação de produção e de consumo surgem no interior desses impulsos associativos observados no Século XIX. Estamos deixando “em suspenso” o que diz respeito ao campo da autogestão, para tratá-lo no capítulo seguinte.

A expressão economia solidária surge entre nós recentemente, a partir das experiências iniciadas nas últimas duas décadas, e que foram embaladas de forma especial pelo fenômeno das fábricas recuperadas. Para compreender essa proposta de organização econômica, interessa-nos por agora o desenvolvimento do campo que lhe é, de algum modo, correspondente mais próximo em França, conhecido como economia social. E uma vez que a economia social é mencionada como uma das vertentes que se destacam no interior da experiência histórica da classe trabalhadora francesa, trata-se de saber do que se trata, recuperando este percurso nas suas grandes linhas, através dos seus primeiros movimentos e das ideias em torno da associação operária.

A tese da “continuidade associativa” estabelece uma filiação entre a economia social e as primeiras experiências associativas dos trabalhadores, sugerindo daí que o movimento cooperativista do final do século XIX esteve no subterrâneo dessa trajetória histórica. Nesta perspectiva, o processo de distinção da economia social no interior do movimento operário entra numa nova fase no período reorganizativo que se abre após o esmagamento da Comuna em 1871, como veremos a seguir.

c) Terceiro Período (1871-1912)

Após o massacre dos *communards* e a nova diáspora operária, as seções francesas da Internacional são dispersas e a perseguição estende-se a outros países europeus. Na impossibilidade de reunir-se em 1871, o Conselho Geral da AIT convoca uma Conferência em Londres para o mês de setembro, quando o grupo em torno de Marx consegue aprovar suas teses e, dentre elas, a que estipula, na IX Resolução, a necessidade da constituição do partido político da classe trabalhadora como condição “indispensável para assegurar o triunfo da revolução social e do seu fim supremo: a abolição das classes.” Para isso, as coalizões operárias realizadas no plano econômico devem “servir de alavanca, [...], na luta contra o poder político dos seus exploradores.”²⁸² Essa tese da “alavanca” e o teor geral das resoluções, não foram bem recebidos em algumas organizações operárias. No Congresso de setembro de 1872, em Haia, uma maioria ratifica os termos da Conferência, expulsa Bakunine e Guillaume e, golpe fatal, transfere o Conselho Geral para Nova Iorque, onde a AIT é extinta na Conferência de julho de 1876.²⁸³ Conforme já indica a IX Resolução, o Conselho Geral extraiu da Comuna como lição a necessidade de uma reorganização dos trabalhadores em novas bases. Se a primeira ficou conhecida como a Internacional dos Sindicatos, a organização próxima deveria ter como eixo estruturante o partido da classe operária. No interregno entre a liquidação da primeira e a criação da IIª Internacional, um eco da AIT

²⁸² KRIEGEL, A. *As Internacionais...* Op. cit., p. 33-4.

²⁸³ Numa carta endereçada a Bolte, Marx explica algumas dificuldades encontradas no interior da AIT e que levaram às resoluções da conferência de 1872. Após referir-se às lutas travadas contra “as seitas e as tentativas amadoristas, que [...] procuravam afirmar-se contra o verdadeiro movimento da classe operária”, contra esta “conspiração”, “finalmente, através das resoluções I, 2, 3, IX, XVI e XVII da conferência, desferiu o golpe fatal preparado havia muito tempo.” K. Marx & F. Engels. *Obras escolhidas...* Op. cit., p. 264-266. *Marx a Bolte. [Londres] 23 de novembro de 1871.*

sobreviveu entre 1872 e 1876 na Europa, animada principalmente pelas federações que haviam cindido com a linha do Conselho Geral e criado a chamada Internacional antiautoritária.²⁸⁴

O surgimento da IIª Internacional (1889-1914), além de contar com uma pluralidade de partidos organizados na Europa no final do século XIX, vai operar ao mesmo tempo a distinção entre as três organizações principais criadas pelo movimento operário no século XIX: partido, sindicato e movimento cooperativo. Esta distinção implica tanto no privilegiamento do partido da classe operária como instrumento para levar adiante a revolução social, como também confere um papel subordinado aos sindicatos e ao movimento cooperativista (como “alavancas”). Em suma, opera-se uma espécie de “divisão de tarefas” entre o movimento político e o movimento econômico da classe trabalhadora.²⁸⁵

No que diz respeito às cooperativas, as primeiras análises

²⁸⁴ A. Kriegel menciona 5 federações dissidentes: a do Jura, a italiana, a espanhola, uma “esquelética federação americana e uma fantasmagórica federação francesa”, às quais alia-se temporariamente a federação Belga. Op. cit., p. 35.

²⁸⁵ Na mesma carta de Marx a Bolte, de novembro de 1871, essa distinção entre movimentos político e econômico da classe trabalhadora aparece formulada da seguinte maneira: “O movimento político da classe operária tem como objetivo final a conquista do poder político para a classe operária; é necessária, naturalmente, para alcançar esse objetivo, uma organização prévia da classe operária, surgida da sua própria luta econômica ou que tenha alcançado certo nível de desenvolvimento. [...] Mas, por outro lado, todo movimento de que a classe operária participa como classe contra as classes dominantes – e procure impor-lhes sua vontade, pressionando-as de fora – é um movimento político. Por exemplo: a tentativa de, por meio de greves, obrigar capitalistas isolados a reduzirem a jornada de trabalho, em determinada fábrica ou ramo da indústria, é um movimento puramente econômico; ao contrário, o movimento que imponha como lei a jornada de oito horas, etc., é um movimento político. Assim, portanto, dos movimentos econômicos isolados dos operários, nasce, em toda a parte, um movimento político, isto é, um movimento da classe, tendo por objetivo conquistar a satisfação dos seus interesses de uma forma geral, uma forma que seja válida para o conjunto da sociedade. Se, de um lado, esses movimentos pressupõem certa organização prévia, não é menos certo que representem, por sua vez, um meio para o desenvolvimento dessa organização.” K. Marx & F. Engels. **Obras...**Op. cit, p. 266.

críticas podem ser encontradas já durante a vigência da Iª Internacional. Desde o Manifesto Inaugural escrito por Marx, uma ressalva quanto ao isolamento dessas experiências é reiteradamente apontada. A despeito de ser sempre reafirmada a importância do cooperativismo para a organização dos trabalhadores – entre outras coisas por demonstrar que o trabalho assalariado não é mais do que “uma forma transitória e inferior”, e todos os esforços são recomendados para a sua criação -, não se deixa por isso de frisar que o desenvolvimento de experiências isoladas é insuficiente e um esforço muito limitado para fazer frente a um regime que tende a desenvolver o monopólio e a produção em grande escala, esse oponente que cresce em “progressão geométrica”.

Ao que parece, no entanto, é que a participação ativa da seção francesa na Internacional, amparada numa “febre de coalizão” que possuía no movimento cooperativo um dos seus pilares, acabava por fazer com que a crítica ao cooperativismo permanecesse de algum modo represada nos congressos da AIT, ou surgisse de forma ambígua e amalgamada com as teses coletivistas.

No Congresso de Lausane (1867), se a palavra partido não é pronunciada, o movimento associativo no campo do cooperativismo é exaltado e, ao mesmo tempo, reordenado de forma subordinada à prática política.²⁸⁶ A resolução do Congresso aponta para o encorajamento às associações operárias, com a ressalva de que se elimine o privilegiamento que nelas persiste do capital sobre o trabalho, para fazer nelas “penetrar a ideia de mutualidade e de federação.” Até chegar nesta resolução, um amplo debate teve lugar na comissão *ad hoc* presidida pelo belga Cesar de Paepe, que apresentou um relatório contendo, pela primeira vez, uma análise geral e em detalhe das formas de cooperação (crédito, consumo e produção).

²⁸⁶ DESROCHE, Henri. *Pratique coopérative et parti ouvrier (1876-1879)*. In.: Henri Desroche. **Solidatirés ouvrières**. Tome I – Sociétaires et compagnons dans les associations coopératives (1831-1900). Paris: Les Editions Ouvrières, 1981. p. 99-123.

No plano geral, o relatório de Paepe chega mesmo a afirmar que o movimento cooperativista, se não era nocivo para a classe trabalhadora, o era inútil. É o momento em que surge a tese de que o movimento cooperativista pode ensejar a criação de um 4º Estado (classe operária), que criaria e exploraria um 5º Estado formado por trabalhadores que foram lançados para uma situação ainda mais miserável, como que numa espécie de antecipação da tese posteriormente formulada sobre a existência de uma “aristocracia operária”, forjada esta no interior dos setores dinâmicos do capitalismo. Além disso, afirma o relatório Paepe que as cooperativas continuam permeadas pelo “velho princípio de produtividade do capital”, buscando sempre benefícios para seus membros, mesmo nas relações entre as próprias cooperativas, ao invés de realizarem a troca de serviços e produtos pelo preço de custo. Esses benefícios constituem uma nova forma de exploração e as cooperativas produzem, senão uma nova classe exploradora, pelo menos uma “classe intermediária entre a burguesia e a imensa plebe”, uma verdadeira “plutocracia”. Em suma, as cooperativas provocam a divisão no proletariado e estão assim permeadas por “vícios capitalistas”.

No caso das cooperativas de crédito, a diferença das ações implica num enriquecimento também diferenciado, a despeito da massa dos assalariados. Por seu turno, o cooperativismo de consumo é portador de uma contradição ainda mais aguda: embora contribuam para melhorar as condições de vida dos trabalhadores, ao baixarem os custos da sua própria reprodução, podem, no entanto, levar à redução proporcional do salário. Já nas cooperativas de produção, é a questão dos auxiliares que é destacada, por se tratar de verdadeiros operários assalariados que deixam de ser explorados por um patrão individual, mas não se livram de serem explorados por um patrão coletivo. Por fim, e apesar desses limites, o sistema cooperativo é enunciado no

relatório de Paepe como uma “grande escola” para o socialismo, lançando-se a proposição de que a poupança dos trabalhadores seja mobilizada em um banco cooperativo para fomentar essas experiências pautadas pelos princípios da mutualidade.²⁸⁷

O diagnóstico crítico apresentado naquele momento da Iª Internacional permaneceu, como já mencionamos, aparentemente congelado no seu interior, pelo menos até a Comuna. Nos Congressos de Bruxelas (1868) e Basileia (1869), foi reafirmado o papel da associação cooperativa, a ponto de lançá-la como a base da futura sociedade, estimulando-se, por outro lado, a criação de sociedades de resistência nos locais de trabalho.²⁸⁸

Durante a década de 70 e 80, no entanto, essa crítica será retomada já com o balanço da experiência da Comuna e no quadro na formação dos partidos operários, durante a IIª Internacional. No imediato pós-comuna, a repressão e as leis de exceção não deixaram muita abertura para uma rearticulação à luz do dia da classe trabalhadora. Da timidez inicial, o movimento operário logo passa para um cooperativismo incolor e daí para outras tonalidades. De início, aparecem delineados três eixos: o primeiro em torno no jornal *Le Rappel*, uma tribuna cooperativa sob o prestígio de Victor Hugo, um dos seus diretores; o segundo era formado por um grupo de militantes que traziam consigo o projeto de publicação de uma “Biblioteca Operária”, com a finalidade de divulgar os meios teóricos e práticos para a emancipação econômica dos trabalhadores; e, por fim, uma “escola cooperativa-sindical” formou-se em torno de Barberet²⁸⁹ e, após a

²⁸⁷ Id. *Ibid.*, p. 100-105.

²⁸⁸ KRIEGEL, A. *As Internacionais...* Op. cit., p. 25-6.

²⁸⁹ Sobre o barberetismo, Gueslin informa que se trata “de uma tendência moderada do movimento operário que vê na educação e na associação os meios de emancipação social. Ele faz do sindicato, da Câmara sindical na época, a base da organização profissional, o meio sendo a oficina cooperativa. O programa de 1873 estabelece que ‘as cotizações sindicais devem ser empregadas para a compra de material e de matérias-primas necessárias à produção’. Reencontramos a ideia de Louis Blanc

tentativa de criação de um “Círculo da união sindical operária”, frustrado pela polícia, fundam uma “Sociedade de estudos práticos para o desenvolvimento das associações cooperativas”.²⁹⁰ Durante 1873 e 1875, as cooperativas de consumo verificam um crescimento considerável em Paris, um movimento que por tradição logo dá andamento a um projeto de federação. Será precisamente no interior destas vertentes associativas e cooperativistas que vai se processar a ideia de um congresso operário. Essas iniciativas impulsionam assim o primeiro de uma série de três Congressos (*Congrès ouvrier de France*) realizados em Paris (1876), Lyon (1878) e Marseille (1879).

Neste momento, não poderemos nos deter nesses congressos mais do que algumas poucas linhas, sobretudo para mencionar a transição que se vai operar, em um movimento operário com uma trajetória que unificava a prática cooperativa e a prática sindical, para um movimento que privilegia a associação sindical e, não muito mais tarde, o partido político. Um dos responsáveis por essa transição será Isidore Finance, operário pintor e positivista que desferirá nos Congressos de Paris e Marseille críticas bastante corrosivas ao movimento cooperativo.

Não obstante a resolução do Congresso de Paris ter sido favorável aos três tipos de cooperativismo – designando-os “como meios eficazes de emancipação econômica imediatamente realizável”, a partir de um modelo que deveria combinar câmara sindical com associação de produção -, a intercessão de I. Finance vai proceder a uma interpelação vigorosa, como sinal de uma “alergia crescente” a essas práticas no interior do movimento operário socialista. A síntese: “eu acreditei na cooperação, não acredito mais”, representa essa mudança de eixo.

de oficina corporativa [...]. Mas Barberet distingue-se da interpretação estadista do pensamento de Louis Blanc. Seu modelo é resolutamente sindical e autônomo.” GUESLIN, A. *L’Invention...* Op. cit., p. 314.

²⁹⁰ DESROCH, H. *Pratique coopérative...* Op. cit., p. 110.

De início, Finance prevê a eclosão de um grande movimento cooperativo (semelhante a 1848 e 1864), e reconhece que a maioria dos militantes operários é adepta e defensora da cooperação. No entanto, vê a cooperação como “uma panaceia universal”, “aplicável a todas as situações, todos os lugares, todos os tempos, não importa qual o objetivo”. Um “belo sonho” que merece uma pesquisa minuciosa sobre as causas dos seus insucessos e decepções. Pois “de cada vinte obras que tratam da cooperação, dezenove são panegíricas.” O movimento cooperativo de social tornou-se burguês e conservador, substituindo o “emancipai-vos” pelo “enriquecei-vos”. Enfim, que a cooperação é hoje um grande obstáculo à regeneração intelectual e moral que, declaram os próprios cooperadores, deveria preceder à melhoria material dos trabalhadores.”²⁹¹

O segundo Congresso, realizado em Lyon em 1878, o acento recai sobre as câmaras sindicais “agrícolas ou industriais, uniprofissionais nos grandes centros, comuns a muitas ou a todas as profissões nas localidades em que forem julgadas úteis”. Com inspiração talvez pré-quarenta e oito, são relacionadas às principais funções das câmaras sindicais, como, por exemplo, a regulação da produção, a colocação dos operários e aprendizes, o ensino profissional, a criação de caixas de desemprego e de segurança mútua etc., muito próximas das funções que desempenhavam as mútuas num passado não muito distante. Mesmo assim, o item 4º das resoluções assinala que os sindicatos não devem esquecer que o salariato não é mais do que um regime de transição entre a servidão e um estado inominado, e que perma-

²⁹¹ Id. *Ibid.*, p. 115-118. Em 1877 não foi realizado congresso em função do Congresso da “Internacional antiautoritária” realizado em Gand, na Bélgica, em setembro deste ano. Na resolução sobre as colônias comunistas e as sociedades cooperativas, podemos ler: “O Congresso, reconhecendo que o socialismo deve suas simpatias aos homens que se livraram de semelhantes experiências, conclama o proletário revolucionário à permanecer na luta aberta contra a burguesia.” (p. 111)

nece a necessidade de realizar todos os esforços para a criação de “sociedades gerais de consumo, de crédito e de produção, apoiados sobre um controle sério, cuja ausência é a causa dos insucessos passados.”²⁹²

Por fim, o terceiro Congresso, o de Marseille em 1979, que marcará a viragem no interior do movimento operário francês. O clima do Congresso não era em nada favorável ao movimento cooperativo, que estava ademais representado por um número insignificante de delegados. Ao contrário, era propício para efetivar a excomunhão do movimento cooperativo no rol de associações de resistência engendradas pelos trabalhadores nas suas lutas. A presença de I. Finance era sem dúvida outro elemento que dificultava a situação das cooperativas. Além disso, durante as semanas que antecederam ao Congresso, teve lugar uma intensa propaganda realizada pelo jornal de Jules Guesde, *L’Egalité*, através de um manifesto assinado por quinhentos militantes e lançado em todo o país para a criação de um “partido operário socialista e revolucionário”. Nesse cenário, as resoluções foram enfáticas ao condenar as sociedades cooperativas por “melhorarem a sorte apenas de um pequeno número de privilegiados em uma fraca proporção”, e que esse tipo de associação pode servir apenas “como meio de propaganda para a difusão das ideias coletivistas e revolucionárias, cujo fim é o de colocar os instrumentos de trabalho nas mãos dos trabalhadores”.²⁹³

Mais uma vez, Isidore Finance volta à carga de forma bastante crítica para com o os destinos do movimento cooperati-

²⁹² Id. Ibid., p. 118-121. Neste Congresso, Defeu, delegado dos mecânicos de Paris, após criticar as cooperativas por copiarem a hierarquia burguesa, conservando a gerência certa quantidade de autoridade, bem como a distribuição escalonada, intervém no sentido de que os sindicatos deveriam se tornar comanditários das associações cooperativas, entrando com o capital sem participar da sua administração, e com o foco direcionado para a criação de pequenas indústrias, como sapatarias, alfaiatarias etc., que empregam máquinas e matérias-primas de baixo custo.(p. 120).

²⁹³ Id. Ibid., p. 121-125.

vo. De início, constata que o baixo número de cooperativista no Congresso é uma demonstração de que tal prática, após certo tempo, tende a fazer com que os trabalhadores desinteressem-se pelas questões gerais, pois “mata-lhes” o sentimento político, devendo por isso deixar de ser considerada uma “escola de socialismo”.²⁹⁴ A cooperação é, além do mais, uma “solução anódina”, que transforma todos os operários em empresários, dando-lhes os vícios destes, o orgulho, a imoralidade industrial e comercial. Ao invés de promover a redução da jornada de trabalho e aumentar a participação dos trabalhadores nos frutos do trabalho (sendo o próprio tempo de lazer considerado com um fruto do trabalho), as cooperativas fazem aumentar as fadigas físicas e morais, excitando-os da mesma maneira que o “trabalho a peça” para que despendam sem medida todas as suas forças na produção. Pelo contrário, arremata Finance, se os salários dos trabalhadores têm verificado aumento, se eles têm conseguido acompanhar a elevação dos preços, isso se deve exclusivamente às câmaras sindicais, às sociedades de resistência e às greves. Por fim, I. Finance lança um desafio às cooperativas e as conclama para o papel de resistência e transformação social:

Quando, portanto, compreendereis que vos é impossível suplantar por vossos poucos recursos individuais o monopólio dos grandes capitalistas, e que é somente pela ação coletiva de todos os trabalhadores que chegareis a possuir essa independência que procureis hoje por uma falsa via?

Deveis, vós que aspireis o bem estar, colocar de lado

²⁹⁴ “Os reacionários perceberam bastante bem que a preocupação com a fortuna a adquirir mataria inevitavelmente entre os melhores operários as grandes disposições generosas, as grandes aspirações políticas e sociais, remetendo-os às pequenas questões de boutique, dando-lhes um caráter baixo, mesquinho, em uma palavra, um caráter burguês. É nisso que chegamos.” I. Finance. Citado por DESROCHE, H. **Pratique coopérative...** Op. cit., p. 124.

esses erros e praticar francamente a solidariedade geral. Quando emprenderes a cooperação, deveis ver nela não apenas uma fonte de benefícios maiores para vós apenas e considerar como vossa propriedade exclusiva, mas ver nela, antes de tudo, uma organização poderosa, capaz de influir sobre a situação geral do vosso ofício; e ainda que a tenha momentaneamente à vossa disposição, deveis ligar essa força àqueles que vos sucederão na obra pela emancipação dos trabalhadores.²⁹⁵

Nos três Congressos Operários, a mudança de tom que se vai cristalizando e tornando cada vez mais nítida – a distinção entre a associação cooperativa e a sindical, repercute a confrontação em curso no interior das estruturas organizativas do movimento operário, tanto francês como internacional. Na França, após o eclipse deixado pelos fuzilamentos e deportações da Comuna, começam a ganhar ressonância as ideias marxistas, ao lado das tendências tradicionais do movimento operário, sobretudo o proudhonismo e o blanquismo.

No final da década de 70, a questão que “estava no ar” era a organização dos partidos da classe operária. E não demorará para que surja da França, não um, mas uma pluralidade de partidos e formas de organização operária. Após o Congresso de Marseille, Jules Guesde e Paul Lafargue fundam, em 1880, o Partido Operário Francês, contando com Marx e Engels para a redação do programa. A corrente blanquista vai se articular no interior do Partido Socialista Revolucionário. Uma Federação dos Trabalhadores Socialistas (possibilista) será criada por Paul Brouse e Jean Allemane, verificando-se logo uma cisão allemnista que irá funda o Partido Operário Socialista Revolucionário.

²⁹⁵ Id. Ibid., p. 122. Henri Desroche, após ter comparado a crítica de I. Finance aos ritos exorcistas realizados para expulsar um espírito supostamente maléfico, dedica-lhe, entretanto, o valor de um contra-modelo que toma a cooperação por um profundo desprezo. DESROCHE, Henri. **Pour un traité d'économie sociale**. Paris: Coopérative d'Information et d'Édition Muualiste, 1983. p. 27-28.

rio. E, até certo tempo, havia também os socialistas ditos independentes que exerciam alguma influência nos meios operários, como Benoit-Malon, Jules Vallès, Jean Jaurès etc. Processos de unificação encontrarão algum resultado entre 1905 e 1906, com a fundação do Partido Socialista Unificado, Seção Francesa da Internacional Operária (PSU-SFIO) e da Confederação Geral do Trabalho (CGT).

Tentaremos, no entanto, nos esquivar dos labirintos da IIIª República, e da miríade de organizações operárias que aí se projetam, fundindo-se por vezes em novas instituições, e onde se travam debates calorosos (ainda hoje) no movimento socialista, como a relação entre sindicatos e partido, e destes com o movimento cooperativista, a democratização do partido, o uso da violência e do parlamento, a questão das alianças, a posição frente à paz e à guerra, do internacionalismo e do nacionalismo etc. São temas divisores de água, e o próprio Congresso de Fundação da IIª Internacional, em Paris, no ano do centenário da Revolução Francesa, encontra o movimento operário francês num momento de franca cisão. As sessões do Congresso tiveram lugar na sala Pétrelle, com organização conjunta dos guedistas e blanquistas, enquanto outro Congresso era realizado concomitantemente na Rua Lancry, em torno de Brouse e Allemane. A divisão será lamentada nos dois congressos, com delegados de outros países participando de ambos e lançando apelos à unidade.

A IIª Internacional funcionou, a partir do Congresso de Paris, como uma espécie de federação de partidos e de associações operárias. Esse “futuro parlamento do proletariado” realizou congressos regulares a cada 3 ou 4 anos, sendo o último em 1912 (na Iª Internacional, os congressos eram anuais), e um comitê executivo composto por dois representantes de cada país assegurou, através de reuniões anuais, a continuidade dos trabalhos.²⁹⁶ Uma

²⁹⁶ Foram realizados os seguintes congressos da IIª Internacional: Paris (1889);

vez definido que “o meio de excelência” para a emancipação da classe trabalhadora passa pela estratégia de conquista do poder político, apropriação coletiva seguida de socialização dos meios de produção, sob a mediação dos partidos, é neste plano que a IIª Internacional vai tentar tratar da cooperação e do sindicalismo. A formação dos partidos, nessa estratégia, serve tanto ao interesse de divulgação das ideias socialistas como à disputa parlamentar, tomando por referência o desenvolvimento da Social-Democracia Alemã. Mas essa linha não foi assimilada tranquilamente, e a reivindicação de autonomia organizativa dos movimentos nos respectivos países era vez por outra invocada, mesmo após o novo processo de expulsão dos anarquistas em 1896.²⁹⁷

No que diz respeito ao sindicalismo, as diferenças nos ritmos e nas formas de industrialização resultam numa variedade de estruturas de tipo sindical e de relações que se foram forjando com os partidos operários. Segundo Krieger,

Esta diferenciação no sindicalismo conduziu, por seu lado, à diferenciação das relações entre socialismo e sindicalismo. Em Inglaterra, o movimento trade-unionista controla toda a atividade operária e condiciona a implantação socialista. Na Alemanha, é o Partido Social-Democrata que dirige a atividade sindical em função da estratégia e da tática socialista. Na Bélgica e nos países escandinavos há a fusão total, a integração das três for-

Bruxelas (1891); Zurique (1893); Londres (1896); Paris (1900); Amsterdan (1904); Stuttgart (1907); Copenhague (1910); Bâle-Suíça (1912 – extraordinário). Sobre este período, ver: JOLL, James. **La segunda internacional (1889-1914)**. Barcelona: Icária Editorial, 1976. TRAGTENBERG, Maurício. **Reflexões sobre socialismo**. São Paulo: Moderna, 1986. p. 25-32. CARONE, Edgard. **A IIª Internacional pelos seus Congressos (1889-1914)**. São Paulo: Editora Anita; Editora da USP, 1993. E, do mesmo autor: **Socialismo e anarquismo no início do século**. Petrópolis: Vozes, 1995.

²⁹⁷ Vale lembrar que o mecanismo adotado para a exclusão dos anarquistas foi de ordem regimental, com um regulamento que limitava a participação nos Congressos àqueles partidos, sindicatos e associações operárias que reconhecem a necessidade de participação no campo político.

mas de organização operária (partido, sindicato, cooperativas) que constituem a democracia socialista. Em França, por fim, sindicalismo e socialismo desenvolvem-se, em princípio, paralelamente, antes de se descobrirem concorrentes na conquista da opinião pública operária.²⁹⁸

As relações entre sindicato, cooperativa e partido podem encontrar maior ou menor autonomia, dependendo das especificidades dos movimentos socialistas em cada país. No interior da IIª Internacional, a ênfase na conquista do poder político leva à busca constante de canalizar o potencial organizativo e de propaganda das instituições ditas “econômicas” para o fortalecimento do partido operário. No Congresso de 1900, por exemplo, Lafargue postula para as cooperativas o papel de instrumento de recrutamento e de sustentação financeira, e propõe o incentivo à cooperação de consumo e a condenação da cooperação de produção, uma vez que estas últimas eram obrigadas a assumir os princípios capitalistas. Ao final, o Congresso aprovou uma resolução que incentiva as duas formas de cooperação.

Quando debate este tema, aflora na Internacional a diversidade existente de formas de articulação entre a cooperação, o sindicato e o partido, resultando em resoluções que exaltam constantemente a necessidade tanto da luta política como da luta econômica, como nos Congressos de Stuttgart (1907) e Copenhague (1910). Mas não se deixa por isso de frisar que os movimentos econômicos isolados são impotentes para realizar o objetivo final, cravado na conquista do poder político e na coletivização dos meios de produção.

A experiência da Bélgica, no que diz respeito à relação entre as associações sindicais, cooperativas e o partido, merece que nela nos detemos um minuto para ver do que se trata. Enquanto prosseguia, no seio da Internacional, a cristalização desta divisão de tarefas entre os movimentos considerados políticos e

²⁹⁸ KRIEGER, A. *As Internacionais...* Op. cit., p;41.

aqueles ditos econômicos, com acento no primeiro, na Bélgica os trabalhadores levaram à diante uma articulação que apontava para a fusão entre as organizações de luta econômica e de luta política, denominada de “ligação orgânica”. A partir do final dos anos 70, os trabalhadores reagem à carestia dos gêneros alimentícios com a criação de cooperativas de consumo, referenciando-se inicialmente em Owen e Rochdale. Esse grupo de militantes operários cria em 1879 o Partido Socialista, transformado em 1885 no Partido Operário Belga. No ano seguinte, um grupo de militantes socialistas rompe no interior de uma experiência cooperativa, por discordarem da neutralidade de inspiração rochdaleana, e fundam a *Vooruit* (Avante). Neste rumo, Louis Bertrand aparece meses depois como um dos fundadores da *Maison du Peuple*, outra cooperativa de consumo que gira em torno de uma padaria. As cooperativas encontram algum sucesso, numa espécie de simbiose com o partido e os sindicatos.

A orientação socialista é não somente proclamada, mas vivenciada no seu funcionamento. Os responsáveis são membros iminentes do partido. Desse modo, e de forma completamente diferente de Rochdale, ela está ao serviço do partido. Emile Vandervelde, figura de proa do Partido Operário, não hesita em declarar que a *Vooruit* é a ‘vaca leiteira do partido’. [...] De início, é um poderoso instrumento de propaganda. Ela imprime o jornal do partido, permitindo a venda a baixo custo. As reuniões políticas e sindicais são nela realizadas. [...] A adesão ao partido é indispensável para ser aceito na sociedade. Mas o engajamento mais espetacular, notadamente para seus adversários, é a sustentação direta às greves: a *Vooruit* distribui pão gratuitamente aos grevistas.²⁹⁹

Não são muitas as informações que dispomos neste momento sobre as relações que vigoravam no interior das cooperativas bel-

²⁹⁹ GUESLIN, A. *L’Invention...* Op. cit., p. 30-31.

gas – se buscavam estabelecer ligações horizontais, com mecanismos democráticos de decisão, as escalas salariais, a organização da produção etc. – para avaliar em maior profundidade a pertinência das críticas que são dirigidas a essa experiência por autores tanto liberais como de extrema esquerda. Acusam a “ligação orgânica” de ser principalmente uma espécie de patronagem partidária, e que emprega os mesmos métodos da empresa capitalista, com o objetivo, porém, de assegurar o controle do partido sobre o movimento operário. De todo o modo, as cooperativas belgas logo ultrapassaram a questão material e trataram de organizar bibliotecas, teatros, cafés, sociedade de lazer, etc., revelando-se um “um extraordinário agrupamento de solidariedade” que logo se tornou uma referência para militantes e movimentos cooperativos em alguns países. Além disso, o cooperativismo era um dos pilares de sustentação dos trabalhadores em greve, sendo exaltado por Anseele como uma “fortaleza para bombardear a sociedade capitalista com golpes de batata e pão.”³⁰⁰

No caso do cooperativismo Francês, que nos interessa especificamente, o ressurgimento das associações de produção e de consumo nos anos 70 realiza-se no mesmo embalo e cenário nos quais vai se estruturar o movimento operário pós-Comuna. No período entre 1880 e 1912, as cooperativas de produção, consumo e crédito vão ganhar volume e projeção: escolas são formadas, várias organizações surgem aglutinando diversas correntes, que divergem e rompem para voltarem a convergir mais à frente. Essas correntes cristalizam um espectro ideológico amplo, compartilhando e disputando os mesmos campos de práticas.

O primeiro ensaio de organização das associações cooperativas é realizado na cidade de Paris, em 1877, agrupando perto de trinta cooperativas de consumo com maioria socialista. Essa primeira união tem uma vida instável até 1884, quando é criado o Sindicato

³⁰⁰ Id. *Ibid.*, p. 31.

parisiense de cooperativas de consumo, uma espécie de escritório de informações comerciais que recebe numerosas adesões.

No ano seguinte, em 1885, cerca de 100 associações cooperativas (de um total aproximado de 300 existentes), e contando com a presença do Sindicato parisiense, encontraram-se no congresso fundador da Escola de Nîmes, uma Federação de cooperativas tendo à frente E. de Boyve e C. Gide (catedrático da Sorbonne). Essa federação agrupa uma pluralidade de práticas cooperativas, trazendo como vício de origem esse compromisso instável entre tendências socialistas, liberais, católicas e mesmo um cooperativismo do tipo patronal. No mesmo Congresso, a Federação lança o jornal *L'Émancipation* e, no plano organizativo, uma Câmara consultiva e outra econômica. A primeira direção espelha essa composição ideológica variada, com os cargos sendo ocupados por socialistas independentes e possibilistas (da Federação dos trabalhadores socialistas da França), católicos (discípulos de Le Play), solidaristas (ideal rochdaleano) e algumas personalidades nitidamente antissocialistas (sobretudo das cooperativas patronais, como a PLM). No congresso de 1889, a federação passa a se chamar União Cooperativa.³⁰¹

Nesta nebulosa, os primeiros conflitos não tardam. Como secretário geral, A. Fougousse funda um jornal próprio para defender uma linha liberal com apologia a participação nos resultados. Como redator do *L'Emancipation*, Gide vai se opor à vertente liberal defendendo o modelo de cooperação rochdaleano, apresentando no congresso de 1889 a ideia de uma “república cooperativa” que, em suas linhas gerais, prevê “a substituição do regime competitivo e capitalista atual por um regime em que

³⁰¹ Id. *Ibid.*, p. 293-295. “Não é na sua referência a Rochdale que ela é original... Sua especificidade é a de fazer da cooperação de consumo um meio de transformação social. Inicialmente, a Escola de Nîmes reúne as cooperativas tanto socialistas quanto liberais. As sensibilidades vão do socialismo possibilista e broussista até o catolicismo social, passando pelo liberalismo.” (p. 287)

a produção será organizada tendo em vista a coletividade dos consumidores e não o lucro”, através da “apropriação coletiva e gradual” dos meios de troca e de produção pelos consumidores associados. Esse projeto provoca a ruptura com uma parte da vertente liberal, mas a vertente da copropriedade e da participação nos lucros continua representada na União através da Federação PLM (de tipo patronal).³⁰²

Ao mesmo tempo, as relações com os socialistas vão sendo esgarçadas. Ao referenciar-se em Rochdale, o cooperativismo nîmense coloca o problema da neutralidade política, para encobrir uma posição então francamente antissocialista. Gueslin registra, a este respeito, o expurgo realizado nas intervenções dos delegados socialistas guesdistas, que foram excluídas dos anais de um congresso. A ideia de criar um armazém de atacado é outro tema que vai ampliar as fissuras já bastante visíveis entre o cooperativismo socialista e a Escola de Nîmes, acabando os primeiros por deixarem a União Cooperativa no ano seguinte.

Como já mencionamos, o movimento socialista encontrava-se então fragmentado. O sindicalismo francês havia tomado um forte impulso após a lei sindical de 1884 (Waldeck-Rousseau, Ministro do Interior), passando de 68 associações sindicais em 1884 para 4.680 em 1905, um aumento de 460%, chegando a um total de 781 mil sindicalizados. Os socialistas coletivistas, sob influência Marxista, aglutinados no Partido Operários Francês após a cisão possibilista, criaram em 1886 a Federação Nacional dos Sindicatos Operários. Inicialmente marcada por um forte controle do partido, a federação irá dele se afastar, unindo-se à Federação das *Bourses du Travail* en France (allemanista) para criar a

³⁰² Id. *Ibid.*, p. 306. Desde 1886, a Câmara consultiva da União era presidida por um membro nitidamente antissocialista, Frédéric Clavel (PLM), antigo funcionário do Império e fundador da *l'Abeille de Suresne*, contra *La Revendication*, de Benoît Malon.

Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) em 1895.³⁰³ Após a fundação da SFIO (Seção Francesa da Internacional Operária) em 1905 e a unificação de várias tendências no interior do Partido Socialista, as relações entre partido e as organizações sindicais e cooperativas são recolocadas e revalorizadas no interior do movimento socialista. A tentativa de uma aproximação orgânica entre partido e as organizações operárias é recusada pelo Congresso de Amiens em 1906, quando surge a Confederação Geral do Trabalho (CGT) e o sindicalismo revolucionário.³⁰⁴

A criação da Federação das *Bourses du Travail* em 1892 canaliza o sentimento de parte do operariado de, livrando-se do modelo tradeunionista importado pelos internacionalistas na década de sessenta, retomar alguns princípios e formas de organização constitutivas da sua tradição operária, como uma espécie de *mutualidade renovada* que objetiva criar, autonomamente, os elementos constitutivos da nova sociedade antes ou a despeito da conquista do poder político. Os trabalhadores aproveitaram a ideia do Conselho Municipal de Paris de oferecer, em 1887, uma estrutura física para a sede das *Bourses* e se apropriaram das instalações. A perspectiva era a de uma integração do sindicalismo à esfera estatal, que é, no entanto, logo excluída pela afirmação da independência das *Bourses*. A ideia espalha-se com certa rapidez e as *Bourses* despontam como o novo lócus de articulação

³⁰³ CARONE, Edgard. **Socialismo e...** Op. cit., p. 129.

³⁰⁴ “Com efeito, em 500 sindicatos que nos dão as estatísticas oficiais, os mais ativos, os mais enérgicos – os chamados sindicatos vermelhos – fazem parte da Confederação Geral do Trabalho. Esta agrupa de fato, na sua seção das Federações, 2500 sindicatos; e se considerarmos que da seção das Bolsas de Trabalho fazem parte muitos sindicatos que não estão filiados a nenhuma Federação corporativa, constata-se que mais de dois terços dos sindicatos estão confederados. Além dos sindicatos aderentes a uma Federação e a uma Bolsa de trabalho, o número dos que aderem somente a uma Bolsa eleva-se, na seção das Bolsas de Trabalho, há cerca de 900. Estes sindicatos, junto aos 2500 filiados às federações corporativas, dão um total de 3400 sindicatos confederados.” CARONE, Edgard. **Socialismo e...** Op. cit., p. 138.

do movimento operário socialista, agrupando no início praticamente todas as tendências, inclusive blanquistas e anarquistas.³⁰⁵

Ao contrário do que se passava nos Congressos da IIª Internacional, em que o coletivismo marxista detinha a hegemonia, nas *Bourses* os anarquistas terão um peso determinante. Assumem a tese da greve geral, mas não deixam de realçar o papel das cooperativas de produção e de consumo. Do mesmo modo, a Federação rejeita tanto a autoridade do Estado com a tutela de um partido político, posição que será reiterada e aprofundada no Congresso de Amiens em 1906.

No manifesto lançado em 1896, F. Pelloutier (secretário geral) explica que “...as *Bourses du Travail* declaram guerra a tudo isso que constitui, sustenta e fortifica a organização social.” Elas não pretendem tomar o lugar da burguesia ou criar um Estado operário, mas “substituir a propriedade individual e seu infundável cortejo de misérias e iniquidades, pela vida livre sobre a terra livre”. E ainda, num relatório do mesmo ano, afirma Pelloutier que “...a obra revolucionária deve ser a de liberar os homens, não somente de toda a autoridade, mas ainda de toda instituição que não possui essencialmente por fim o desenvolvimento da produção.” O objetivo das associações operárias, “batizadas na França com o nome infeliz de **Bourses du Travail**”, seria o de “suprimir e substituir a organização social presente.”³⁰⁶

A unidade no plano sindical significa neste caso a reunificação das ações de resistência e cooperação, contribuindo as cooperativas para a sustentação das greves operárias. Em 1900, esse movimento funda a *Bourse des cooperativas socialistas*, procurando conjugar “uma economia cooperativista e uma polí-

³⁰⁵ A evolução é a seguinte: 14 Bourses em 1892; 51 em 1898; 74 em 1901; 110 em 1904; 157 em 1908. Id. *Ibid.*, p. 130.

³⁰⁶ Citado por MAITRON, Jean. *Le syndicalisme révolutionnaire*. Paul Delesalle. Paris: Les Éditions Ouvrières, 1952. p. 23-25.

tica socialista”.³⁰⁷ A Bourse aglutina outras forças socialistas que mantinham certa distância da cooperação, como Benoît-Malon, Marcel Mauss e Jean Jaurès. Benoît-Malon renova com a cooperação através da *Revue Socialiste* e escreve nessa época o seu “Manual de economia social”. Marcel Mauss chega mesmo a fundar uma padaria cooperativa, colabora na iniciativa da Universidade popular em Paris, teorizando sobre a cooperação nas revistas *Mouvement Socialiste* (de Guesde) e depois na *L’Humanité*. Segundo Desroche, a plataforma de Mauss assenta-se num “socialismo de três pilares”: político, econômico e social, todos autônomos, visando desenvolver a cooperação até a constituição de um “Estado dentro do Estado”.³⁰⁸ J. Jaurès inclina-se para a cooperação após a experiência da Vidraçaria Operária de Albi, participando da inauguração da *Maison du Peuple* em Bruxelas e da experiência da padaria de Mauss. Será principalmente através das intervenções de Jaurès e Gide, no interior da Bourse das cooperativas socialistas e da União cooperativa, respectivamente, que vai ser construído o “Pacto de Unidade” e a posterior fusão entre as duas instituições, tema que

³⁰⁷ DESROCHE, H. **Pour un traité...** Op. cit., p. 131.

³⁰⁸ “Quando tivermos fundado imensas oficinas cooperativas, modelos de produção comunista, quando por toda a parte tivermos invadido os setores produtivos, seja rejeitando os preços pela compra em atacado, seja excluindo todas as casas que fazem suar os operários e combatem os sindicatos, seja produzindo nós mesmos; quando tivermos criado por todo o lado uma rede de instituições de solidariedade, um vínculo, uma união entre todos os membros das cooperativas operárias; quando tivermos estabelecido nossas relações com as organizações operárias diversas: cooperativas de produtores, sindicatos profissionais e partido operário internacional, então nós poderemos pensar em nos organizarmos internacionalmente, de uma maneira completa: em nos federarmos para as compras, para a produção, para o boicote, para a administração em comum dos bens tornados bens do proletariado universal. Mas é preciso que todas as cooperativas operárias façam antes como fizeram as cooperativas inglesas. Que elas formem de início vastas federações, que elas sejam ‘um Estado dentro do Estado’, e que elas possam em seguida formar uma internacional operária, uma organização mundial, erguendo-se frente o capitalismo mundial.” Marcel Mauss. Citado por H. Desroche. **Pour un...** *ibid.*, p. 136.

trataremos neste momento para finalizar este capítulo.

Gueslin identifica, no campo do cooperativismo francês deste período, quatro tipos principais: solidaristas, socialistas, cristãos e patronais. Desses, os dois primeiros merecem especial atenção, pois são eles os que agrupam a maior parte e as mais significativas experiências. O cooperativismo cristão, segundo o autor, ainda é pouco conhecido, mas tem seu ideário em alguma medida contemplado no movimento cooperativo de tipo solidarista, nomeadamente na Escola de Nîmes – União Cooperativa. O modelo patronal é arrancado principalmente nas grandes empresas (Michelin, Anzin, PLM etc.), com característica paternalista e objetivos que vão desde tornar a vida menos cara como conter a contestação social e quebrar as greves.³⁰⁹

A Escola de Nîmes estava mais bem representada na França meridional, particularmente Lyon e Marseille, enquanto a cooperação socialista apoiava-se na região parisiense e no norte. Podia-se contar, no entanto, um percentual elevado de cooperativas que não estavam filiadas a nenhuma organização. Nos dez primeiros anos, a Escola de Nîmes encontrou pouca ressonância nas experiências cooperativas. Em 1888, das 800 cooperativas existentes, 60 haviam aderido à Federação, passando em 1894 para 158 das cerca de 1090 cooperativas recenseadas. Em 1907, após, portanto, a cisão e a criação da *Bourse*, a União Cooperativa (Escola de Nîmes) congregava 337 sociedades, com cerca de 200 mil societários, enquanto a *Bourse* contava 186 sociedades e 79 mil societários. Os dados invertem-se em 1912, ano do Congresso de unificação: a *Bourse* havia passado para 470 cooperativas e a União contava 410, permanecendo a soma das duas insignificantes para o total de 2800 cooperativas existentes.³¹⁰

Charles Gide assumiu a presidência da União no congresso-

³⁰⁹ GUESLIN, A. *L'Invention...* Op. cit., p. 287-339.

³¹⁰ Id. *Ibid.*, p. 286-304.

so de 1902. No novo programa, a neutralidade rochdaleana é reafirmada.³¹¹ A cooperativa de consumo está no centro do seu pensamento, pois “se todos os operários são consumidores, a recíproca não é verdadeira: nem todos os consumidores são operários”.³¹² Com a cooperação no consumo, pretende-se em primeiro lugar a supressão da troca capitalista, para em seguida estender o movimento cooperativo à produção e, com ela, a abolição do salariato. Para o lugar da produção industrial, prevê-se a criação de fábricas federais, inspiradas no modelo britânico, isto é, controladas pelas cooperativas de consumo.

Gide perfila-se numa tradição de economia social que remonta, pelo menos, até a sua aparição na Exposição Universal de 1855, organizada por Le Play. Posteriormente, a economia social aparece nas Exposições de 1867, 1878, 1889 e 1900, esta última sob o encargo do próprio Gide. Para Henri Desroche, um dos grandes investigadores desse movimento, a economia social de Gide é “subsequente a uma economia cristã”, apontando para a existência de uma correspondência entre o cooperativismo gideano e a sua inspiração no cristianismo evangélico e protestante (Le Play, L. Walras, Ch. Dunoyer, A. Ott etc.).³¹³

Neste quadro, após a cisão no interior do cooperativismo francês entre uma federação liberal-cristã e a *bourse* socialista, pode-se colocar a indagação sobre os caminhos que levaram, e sob que condições, à reunificação em 1912. Ou seja, após o apa-

³¹¹ Em 1894, a União publica o Almanaque da Cooperação, onde Gide apresenta as “doze virtudes da cooperação”: melhor viver; pagamento à vista; poupança sem sofrimento; suprimir os parasitas; combater o alcoolismo; trazer as mulheres para as questões sociais; fazer a educação econômica do povo; facilitar a todos os acesso à propriedade; reconstituir a propriedade coletiva; estabelecer o justo preço, eliminar o lucro e; abolir os conflitos. Id. *Ibid.*, p. 297.

³¹² C. Gide. Citado por A. Gueslin, *ibid.*, p318. Gide (1847-1932), doutorou-se em 1872 com a tese “O direito de associação em matéria religiosa”. Entre 72 e 89, leciona em Bourdeaux e depois em Montpellier.

³¹³ DESROCHE, H. **Pour un traité...** Op. cit., p. 75-113.

rente delineamento de dois campos distintos de práticas cooperativas, cada um representando um percentual das experiências existentes, como se processou essa “síntese”? O que este acontecimento pode nos revelar do surgimento da economia social e dessa fase do movimento cooperativista no início do século XX? Em que sentido é possível falar de uma continuidade associativa como herança das lutas do século XIX? E o que daí devemos reter como questões que interrogam e nos ajudam a entender o caso brasileiro nos dias de hoje?

Para tentar responder a essas questões, podemos iniciar com Gueslin, para quem a “difícil síntese” resultou de uma convergência de três ordens implicantes: a primeira, que podemos chamar de “ordem subjetiva”, diz respeito às relações de amizade ou respeito mútuo entre expoentes importantes e influentes naquele momento no interior do movimento socialista e nîmense, nomeadamente Jaurès e Gide como já mencionamos; a segunda diz respeito à necessidade de unificação de ordem econômica, dado o aparecimento da grande empresa comercial e industrial como concorrentes na mobilização dos recursos dos trabalhadores; e, por fim, alguns sinais de que o intercruzamento das ações das duas federações já se dava na prática.

Já indicamos anteriormente a posição de Gide em relação a algumas ideias liberais e patronais no interior da União, como a sua afirmação da ideia de “república cooperativa” para contrapor-se à participação nos lucros, tema que para os socialistas levaria à *copartnership*, à copropriedade operária e à associação dos funcionários na direção das empresas.³¹⁴ Podemos, no entanto, enten-

³¹⁴ Quanto à inclinação particular de Gide para a reunificação, Gueslin nos explica que... “De fato, ele [Gide] não admitiu jamais a cisão. Ele foi eleito em 1902 presidente da União contra um candidato sustentado pela federação PLM. Ele se cercou de homens com concepções próximas as suas, como o jovem farmacêutico de sensibilidade libertária Achille Daudé-Bancel. Um novo programa, publicado em 1894, embora continue reivindicando a neutralidade cooperativa, se afasta resolutamente das

der essa aproximação num artigo publicado por Jaurès no *La Petite République Socialista* (24 de fevereiro de 1903), cujo título é *Économie Sociale*. Aí, Jaurès comenta o relatório sobre economia social elaborado por Gide para a Exposição universal de 1900, elogiando a publicação do texto como uma “verdadeira obra de mestre”. Para Jaurès, o “tio Gide” (André Gide era seu sobrinho) não podia ser qualificado “nem de coletivista, nem de socialista”, na medida em que ele vê na “cooperação generalizada e sistematizada a solução do problema social, a abolição do salariato”.³¹⁵ Vejamos algumas passagens desse artigo, e a forma como Jaurès realça as diferenças entre as duas “escolas” para contrabalançá-las em busca de pontos convergentes, ou melhor, para mostrar que as teses de Gide conduziam à coletivização. Afirmar Jaurès:

...é o sistema cooperativo que é para o Sr. Gide o tipo e a lei provável da evolução social do amanhã. A cooperação lhe parece infinitamente superior ao individualismo, porque ela é ao mesmo tempo mais generosa, mais fecunda e mais conforme as necessidades modernas. Ela lhe parece superior ao coletivismo, porque ela permite conciliar, com os vastos agrupamentos de

concepções burguesas. Em oposição às cooperativas socialistas, que lhe parecem ferramentas ao serviço de uma ideologia, a equipe gideana se coloca como guardião do modelo cooperativo. Gide, como ele menciona no seu ‘testamento’, é **antes de tudo um pragmático**, preocupado em promover a cooperação à qual ele consagra uma parte da sua vida. Com essa finalidade, ele pretende sair de um ‘rochdalienismo’ estreito: nesse sentido, ele é favorável à venda para não societários como os socialistas da Bourse. Ele admira o proselitismo, o dinamismo, a eficácia da Bourse. Seu programa, para além das querelas sobre o dogma, é singularmente aberto às sensibilidades socialistas porque o objetivo da sua República Cooperativa é ‘o desenvolvimento da personalidade humana pela justiça e a solidariedade’ que conduz ‘à abolição do salariato’. Ele exerce sem dúvida alguma uma influência considerável sobre Jaurès, mas também sobre os socialistas resolutamente não marxistas, Albert Thomas, Eugène Fournière, Henri Sellier, Marcel Mauss... Com tal programa, Gide não poderia ser mais do que um partidário da reunificação.” GUESLIN, A. *L’Invention...* Op. cit., p. 300.

³¹⁵ O artigo de Jaurès foi reproduzido integralmente por DESROCHE, H. *Pour un traité...* Op. cit., p. 124-127.

esforços, a autonomia individual, a pequena indústria e a pequena propriedade, no que o Sr. Gide exagera, creio eu, como sendo muitas as chances de sobrevivência. Em todo o caso, se a pequena propriedade deve sobreviver, isso se dará transformando-se, adaptando-se a uma ação sempre mais larga e mais organizada; ora, assim transformada, assim adaptada, ela pode entrar tanto sob a disciplina geral do sistema coletivista como sob aquela do sistema cooperativo.

E ainda, após citar a obra de Gide, numa passagem em que este prevê o desenvolvimento do sistema cooperativo num cenário de sufrágio universal, com a penetração no parlamento de “um número considerável de operários” que produzirão “leis operárias”, isto é, “leis que julgarão próprias para servir aos seus interesses de classe”, comenta Jaurès:

Assim, não é em um meio amorfo e indiferente que funcionará a cooperação, é em uma democracia de mais a mais conformada por um proletário tendo uma profunda consciência de classe. A cooperação receberá portanto necessariamente a marca do Estado democrático e proletário sob o qual ele se desenvolverá, e ela irá se conciliar facilmente com este Estado, que ela preservará de toda a rigidez burocrática e no qual ela realizará sob formas flexíveis a tendência universal à igualdade e à harmonia. Mas o Sr. Gide está seguro de que a cooperação assim entendida não é outra coisa do que um coletivismo muito vivo e ágil?

Por fim, Jaurès chama a atenção de todos (coletivistas e cooperadores) para um trecho do relatório da Exposição Universal no qual Gide formula logicamente o desenvolvimento da cooperação como extensão da “associação livre” que tende a se transformar em “serviço público”, concluindo daí Jaurès que,

...se a cooperação tende a tomar a forma nacional e a transformar-se assim em serviço público, por que a partilha de autoridade que se faz pouco a pouco, no interior de cada usina ou de cada indústria, entre o patronato detentor de capital e os proletários mais influentes, todos os dias, pela organização sindical, não tomariam um dia a forma nacional? Por que a potência econômica não seria enfim repartida entre a nação una e centralizada, de uma parte, e as associações profissionais de trabalhadores, de outra parte? Ora, é a definição mesma do socialismo operário, do coletivismo.

Ao final, Jaurès lança o comentário irônico insinuando que Gide é na verdade “um coletivista sem o querer”. Cabe assinalar aqui esta conexão entre a perspectiva gideana de um desenvolvimento do cooperativismo que desemboca no serviço público, e a concepção de Jaurès na qual “o Estado democrático é a cooperativa suprema para a qual tendem, como seu limite, outras cooperativas”.³¹⁶ O cooperativismo projeta-se assim, ao lado da democratização do Estado, como “partilha da autoridade” conquistada no interior das estruturas de poder capitalistas, através do fortalecimento de um novo poder social (sindicatos), econômico (cooperativas) e político (partidos). É o socialista de “três pilares”, conforme concebido por Mauss.

Em segundo lugar, Gueslin destaca, como fator que levou à unidade dos dois movimentos cooperativistas, o reconhecimento por ambos de que a divisão implicava em uma maior fragilidade das cooperativas, da sua inferioridade frente à concentração comercial e industrial, com o surgimento das grandes lojas com múltiplas filiais.³¹⁷ Esta situação já vinha sendo debatida pelas

³¹⁶ Id. *Ibid.*, p. 126.

³¹⁷ No Congresso Unitário de Tours, essa questão aparece da seguinte maneira: “Se nós realizamos a unidade para nos acomodarmos sob um mesmo teto, eu vos asseguro que os dias e as noites parecerão bem longos. Nós fizemos a unidade para realizar a tarefa até o fim; nós a fizemos com a intenção de transformar os métodos técnicos

cooperativas socialistas, deslocando a resistência que era oferecida à criação de armazéns de atacado. Louis Héliès, socialista partidário da unificação com a União, retorna de uma passagem pela Inglaterra convencido de que o movimento deve, “ao trust capitalista, opor o trust operário”³¹⁸. Em 1905, a *Bourse* transforma a Federação parisiense das cooperativas num armazém de atacado, que tem rápido desenvolvimento e chega mesmo a adquirir fábricas em outras regiões, como a fábrica de sapatos em Lillers (Pais-de-Calais). Além disso, a divisão no movimento cooperativista refletia-se também no âmbito parlamentar, divergindo quanto às medidas legislativas apresentadas pelo governo que favorecia a ação do lobby do comércio. Neste caso, a *Bourse* parece estar em melhores condições, com a participação de alguns deputados socialistas nas suas instâncias, entre eles Albert Thomas cuja entrada em 1910 reforça a posição da ainda minoria que defendia a unificação com a União.

O interesse demonstrado pelos principais expoentes das duas federações cooperativistas e a necessidade de unidade que se impunha pelo próprio processo de concentração do capital, colocavam então como necessidade a construção do consenso no interior das duas instituições, ou o afastamento dos obstáculos que dificultavam a aproximação. Por um lado, os socialistas fundam uma nova federação na região norte, onde a maioria permanecia de influência guesdista, denominando-a Federação Norte-Sul, tendo à frente François Lefebvre (futuro deputado). Por outro lado, alguns socialistas encontram-se na direção de cooperativas filiadas à União e, inversamente, cooperativas formadas por membros da União aderem à *Bourse*, como é o caso da Abelha de Passy, que

da cooperação, de as aclimatar a luta nova contra o comércio em evolução e contra as últimas formas tão temidas que se chamam sociedades com sucursais múltiplas.” Citado por GUESLIN, A. *L’Invention...* Op. cit., p. 307.

³¹⁸ Id. *Ibid.*, p. 299.

tem nada menos do que Gide como membro fundador.³¹⁹

Lembramos que, no plano da IIª Internacional, após o Congresso de Amiens, frente ao sério questionamento que mereceu à “ligação orgânica” entre sindicato e partido, o debate encaminha-se para a autonomia entre as organizações operárias. O Congresso de Copenhague em 1910 aponta para a autonomia tanto do sindicato como das cooperativas, e indica para a busca da unidade no interior dos respectivos movimentos.³²⁰ No mesmo ano, o congresso de Hambourg da Aliança Cooperativa Internacional, constituída em 1895 a partir dos pilares inglês e francês, recebe a adesão da *Bourse* e preconiza a autonomia e a unidade.³²¹

Feitos os devidos debates e ajustes para dar encaminhamento à unificação do cooperativismo francês, uma reunião paritária é realizada no mês de junho de 1912, quando chegam os participantes a um “pacto de unidade” pela cooperação francesa:

Dentre os signatários destacam-se, pelo do lado da União, Gide, Daudé-Bancel, Lavergne e, do lado da Bourse, Poisson, Hélies, Boudios e Sellier, mas Thomas não aparece. Os participantes declaram-se de acordo sobre os princípios de Rochdale, e o pacto visa ‘a substituição do regime competitivo e capitalista atual por um regime em que a produção será organizada tendo em vista a coletividade de consumidores e não o lucro’, bem como ‘a apropriação coletiva e gradual dos meios de troca e de produção pelos consumidores associados’. É a temática da República Cooperativa, síntese do socialismo marxista e do socialismo cristão.³²²

³¹⁹ Id. *Ibid.*, p. 304-5.

³²⁰ CARONE, E. **A II Internacional...** Op. cit., p. 103-114. Após a Revolução Russa de 1905, o tema central que absorve as maiores energias da Internacional é, no entanto, a da guerra iminente.

³²¹ GUESLIN, A. **L’Invention...** Op.,cit., p. 305.

³²² GUESLIN, A. **L’Invention...** Op. cit., p. 306.

Antes da realização do Congresso de unificação, realizado em Tours no mês de dezembro de 1912, ambas as federações tratam de aparar as arestas internas: do lado da União, estes aceitam “largar” as pseudo-cooperativas patronais (os *économats* tinham sido abolidos em 1910); e a *Bourse*, por seu turno, pressionava as cooperativas guesdistas, pois o pacto excluía aquelas que impunham a adesão a uma organização política, medida que se estendeu às cooperativas cristãs que impusessem a obrigação confessional. No Congresso, 375 delegados, representando 603 sociedades, votam a criação da “Federação nacional das cooperativas de consumo”, com o epíteto “órgão de emancipação dos trabalhadores”. Na altura do Congresso, a França contava cerca de 3100 cooperativas, e a penetração das cooperativas de consumo representavam cerca de 8,9% do conjunto da população (no Reino Unido, em 1907, esse percentual era de 26%, e na Bélgica, 11%). Uma grande parte das cooperativas de consumo não possuía mais do que cem societários, e menos de uma dúzia contava com mais de cinco mil.³²³

Uma vez que a unificação abrangeu principalmente a cooperação de consumo, pode-se perguntar o que se passou com as cooperativas de produção neste período. Já mencionamos rapidamente o surgimento, no início da década de 70, do movimento barberetista, tendência próxima talvez da corporação sindical, que funde sindicato e cooperativa como base da organização profissional. Igualmente registra-se um ressurgimento tímido de experiências cooperativas como resultado de greves, nesse momento pós-comuna. Porém, a partir dos anos 80, as coope-

³²³ Para Gueslin, esse percentual de cooperativas representado no Congresso é um sinal de que o movimento faz-se exteriormente ao desenvolvimento das organizações, embora aproveitando-se da dinâmica geral que as federações vinham imprimindo ao movimento: “O diagnóstico é o seguinte: existe um solo fértil cooperativo fundado sobre as necessidades sociais fortemente ressentidas, e as grandes organizações dão à cooperação sua legitimidade, mesmo se, na base, os cooperadores preferem guardar distância.” Id. *Ibid.*, p. 308.

rativas de produção parecem que tomam um rumo diferente do que vinha seguindo o movimento no campo do consumo. Para Gueslin, essa diferença reside, entre outras coisas, no fato de que essas cooperativas de produção passam a aceitar subsídios ou créditos, sejam eles provenientes de fundos públicos ou de doações/heranças de particulares.

Lembramos que, até então, e durante quase dois terços do século XIX, as mútuas eram encaradas com certa ambiguidade pelas autoridades, que ora reprimiam as mútuas, ora as incentivavam desconfiadamente pelo papel que cumpriam no campo da assistência. O Governo republicano demonstrou interesse no desenvolvimento da cooperação de produção, seja como instrumento para a integração de uma parte das lideranças operárias, seja por verem nas cooperativas uma garantia “de boa ordem e de progresso”, como declarou Waldeck-Rousseau. Esse Ministro do Interior irá mesmo incentivar a organização das cooperativas de produção, apoiando a transformação da estrutura federativa criada em 1880, o “Magasin cooperativo dos operários livres”, com a criação da “Câmara consultiva das associações operárias de produção da França”.

Fundada em 1884, a Câmara Consultiva logo se afasta da tutela política e torna-se um lugar de convergência entre as correntes moderadas, dentre elas a que defende a participação nos lucros. Em 1884, lançam o Jornal *L'Association Ouvrière* e criam um Banco Cooperativo com recursos oriundos em parte da doação Moigneu (fourierista que havia enriquecido nos Estados Unidos) e em parte do Estado. O número de cooperativas aderentes à Câmara passa de 22 em 1888 para 110 em 1900, e mais de 200 em 1907, de um total próximo a 360 experiências.³²⁴

Para a Escola de Nîmes, a República cooperativa estava centrada na cooperação no consumo, visando à superação da

³²⁴ Id. Ibid., p. 314-317.

troca capitalista. Isto não quer dizer que a União não incentivasse a criação de cooperativas de produção, mas pretendia que elas fossem criadas pelas cooperativas de consumo para suprir suas necessidades específicas. A União cooperativa não manteve assim uma relação efetiva com a Câmara consultiva das associações operárias, em que pese o empréstimo cedido ao Armazém de atacado da União pelo Banco cooperativo.³²⁵

Já abordamos anteriormente alguns contornos do debate sobre o cooperativismo no interior do movimento socialista. Vamos nos limitar a mencionar aqui uma experiência que nos parece singular: a da Vidraçaria Operária. Após algumas tentativas realizadas durante a década de 80, como a transformação de duas minas com dificuldades financeiras em cooperativas, em geral mal sucedidas, os sindicatos operários da indústria do vidro, sentindo que as inovações técnicas rebaixavam o ofício, imaginam inicialmente a socialização dos meios de produção pelo viés de uma indústria federal do vidro, sob a inspiração das Oficinas nacionais. A Federação do vidro recebe então, em 1894, um lote de ações de uma indústria na cidade de Rive-de-Gier, pondo em prática um regime misto que combinava gestão operária e capitalista, experiência que também não resulta. No ano seguinte, a ideia “estava no ar” quando se dá um movimento grevista na indústria do vidro Rességuier, em Carmaux. A greve foi seguida de um *lockout*, quando surge a proposta de transformar a empresa numa experiência de “vidraçaria operária”, concebida num modelo próximo ao belga, onde a cooperativa deveria sustentar as organizações sindicais. A importância dessa experiência está, sobretudo, no debate que se estabelece quando, em oposição à “vidraçaria operária”, surge a proposta de uma “vidraçaria dos vidreiros”, onde os operários ficariam encarregados da administração e da distribuição dos benefícios. Os

³²⁵ Id. *Ibid.*, p320.

guesdistas inclinam-se inicialmente para esta segunda solução, enquanto Jaurès vai posicionar-se pela primeira, defendendo a constituição da “vidraçaria operária”.³²⁶ A indústria é fundada em Albi em outubro de 1986, com 60% do capital proveniente de uma subscrição aberta pelos operários de Paris (sindicatos e cooperativas), sendo as ações detidas pelo sindicato operário.

Trata-se de uma fórmula de certa forma original, não tanto pela participação do sindicato como comanditário, mas por testar o cooperativismo num setor dinâmico do capitalismo e, sobretudo, por buscar uma saída no interior do regramento jurídico existente para materializar a coletivização dos meios de produção, e que avançasse, portanto, em relação às práticas cooperativistas. A experiência não deixou por isso de apresentar problemas comuns no campo do cooperativismo, como conflitos opondo os trabalhadores ao quadro gestorial, a resistência dos trabalhadores à “racionalização” do trabalho, a realização de greves pelos trabalhadores etc., o que nos faz supor a ausência de uma perspectiva de gestão operária que fosse além da mudança das relações de propriedade dos meios de produção. Pelloutier chega mesmo a acusar a experiência de Albi de manter uma lista negra dos operários anarquistas. De todo o modo, o espaço social ocupado por este debate parece ter contribuído para a unificação das experiências socialistas no campo do cooperativismo e na criação da *Bourse*.³²⁷

Em 1912, Gueslin apura a existência de 476 cooperativas de produção na França, a metade dessas na região parisiense. Para este autor, não se trata de um setor negligenciável, mas seu

³²⁶ Explica Jaurès: “...tomei partido deliberadamente contra os amigos de Guesde que, nas reuniões preparatórias ocorridas em Paris, queriam reduzir à nada mais do que uma vidraçaria aos vidreiros, simples falsificação da usina capitalista. Sustentei com todas as minhas forças aqueles que queriam fazer e que fizeram a propriedade comum de todas as organizações operárias, criando assim o tipo de propriedade que mais se aproxima, na sociedade de hoje, do comunismo proletário.” Citado por Gueslin, A. *ibid.*, p. 325.

³²⁷ *Id. Ibid.*, p. 323-326.

desenvolvimento parece se restringir aos setores em que as pequenas empresas são viáveis. Os grandes setores da revolução industrial (carvão, siderurgia, metalurgia, têxtil etc.) ficam praticamente imunes às experiências de cooperativas.

Para finalizar a exposição deste período, reproduzimos um diálogo entre Gide e Jaurès durante o congresso da União em 1900, e que contou com uma delegação da *Bourse*. O ponto de partida é uma resolução proposta por Gide sugerindo às cooperativas de consumo que distribuam apenas o mínimo indispensável de recursos aos associados, a fim de acumular um capital para investimento na criação de cooperativas de produção. O debate dá-se em torno da emenda sugerida por Jaurès, para incluir no texto a seguinte frase: “para acelerar a evolução social no sentido da abolição do salariado.” O debate se realiza entre Gide e Jaurès nos seguintes termos:

Charles Gide: “A emenda proposta por Jaurès não faz, com efeito, mais do que formular uma esperança que nos é comum. Entretanto, se a ela aderimos plenamente, enquanto ideal desejável, eu hesito em inseri-la na ordem do dia e isso por espírito de probidade científica, ousar dizer. Vejamos por quê. É bem evidente que nós não abolimos o salariado criando cooperativas, fábricas etc. **Nós transformamos os assalariados da usina capitalista em assalariados da usina cooperativa, eis tudo. É verdade que isso já é muito.**

Jean Jaurès: “Não se trata, [...] de uma realização imediata. Eu sei bem, por exemplo, que os operários e empregados da padaria socialista que nós **possamos criar serão assalariados. Mas importa indicar o fim.**”³²⁸

A nosso ver, o debate sintetiza o problema das cooperativas de produção nesse momento da experiência histórica dos trabalha-

³²⁸ Reproduzido por Desroche, H. **Pour un traité...** Op. cit., p. 118-119.

dores. Esse diálogo expõe os limites das cooperativas de produção, que acabam reproduzindo de forma transformada as relações de produção pautadas pelo assalariamento. Trata-se de uma forma transformada, na medida em que a propriedade dos meios de produção deixa de pertencer a um ou vários capitalistas, tornando-se coletiva. Mas tanto Jaurès como Gide não estão a dizer que os assalariados transformam-se em societários detentores dos meios de produção. Parece-nos que a expressão que utilizam, e na situação em que a empregam, é inequívoca: trata-se da relação assalariada.

Porém, este curto diálogo nos permite perceber também algo daquilo que está ausente. E o que não está dito é precisamente a inexistência de uma discussão sobre a forma de gestão nova que deve inspirar o interior das cooperativas de produção, pelo menos naquelas que pretendem por fim a abolição do salariedade. Essas cooperativas deveriam se revelar antagônicas à tendência que se projeta nas grandes unidades de produção e de comércio, com o desenvolvimento da concentração do capital e das formas de organização da produção e poder capitalistas. Não se trata aqui de exigir a utilização de um termo que remetesse à autogestão, expressão que nessa época sequer existia. Também não se poderia esperar que tal proposição viesse do lado de Gide, cuja reflexão e ação prática voltavam-se para o desenvolvimento das cooperativas de consumo, pretendendo a abolição do salariedade pela supressão, como primeiro estágio, da troca capitalista. Seria possível esperarmos algo de Jaurès? Algum ensinamento deveria lhe ter resultado da experiência de Albi, e o processo da Comuna deixou como precedente a solução aberta pelo decreto de 16 de abril que entregou todas as unidades de produção vacantes para a organização dos trabalhadores, através das suas associações operárias. Mas isso estava distante da perspectiva de tomada do poder pelos partidos em regime republicano através dos mecanismos da democracia.

No fundo, em que pese a herança de resistência e organização acumulada pelo proletariado francês no século XIX – com as mútuas, as associações de produção, as associações cooperativas forjadas no quadro da primeira Internacional, embaladas nas “febres de coalizão” que arrastavam os espíritos para a construção de novas estruturas sociais antes que as velhas estivessem totalmente demolidas –, encerrava-se esse período marcado pelo surgimento da classe operária e a afirmação autônoma dos seus interesses e aspirações. E no novo período que ia se configurando pelo revolucionamento do modo de produção capitalista, tanto nas suas condições gerais de produção como nas suas instituições políticas, os trabalhadores ainda não haviam criado ou “lançado ao ar” nenhuma solução que recolocasse o problema da organização autônoma e da própria organização do trabalho nesse novo estágio. Esse é o tema do próximo capítulo, isto é, a criação pelos trabalhadores das práticas autogestionárias como crítica profunda à organização do trabalho e da sociedade no século XX.

No final do século XIX, a república democrática um pouco mais duradoura e liberal tornava assimilável a estratégia de conquista do poder político através da transformação da força quantitativa do proletariado em força eleitoral. E o desenvolvimento do capitalismo contribuía para isso ao concentrar os trabalhadores nas cidades, enquanto o desenvolvimento técnico parecia tornar mais homogênea a classe explorada economicamente e oprimida politicamente. Os partidos operários viam na social-democracia alemã um exemplo de capacidade organizativa a ser alcançada; nos sindicatos ingleses um modelo a ser seguido para a venda da força de trabalho pelo melhor preço e condições possíveis; e nas cooperativas... bem, as cooperativas eram para os partidos principalmente máquinas de arregimentação de militantes, propaganda política e arrecadação financeira. Por certo que serviam também como depositárias de experiências a serem levadas em conta na

reorganização social após a tomada do poder, tendo em vista a perspectiva de coletivização dos meios de produção e do solo.

De todo o modo, não nos parece totalmente correto falar de uma “continuidade associativa” que vai das confrarias ao cooperativismo de consumo e de produção daquele final de século, passando pelo mutualismo e as associações operárias de 48 e de 71. Trata-se certamente de formas de organização dos trabalhadores baseadas na construção de interesses comuns e na solidariedade recíproca, mas com funções e objetivos que tornam essas instituições distintas em cada momento considerado. Basta dizer, neste sentido, que enquanto as mútuas e as associações de produção da década de 40 e 60 ligavam umbilicalmente as funções de organização, produção e resistência, e o faziam de forma cada vez mais autônoma, rejeitando qualquer relação de tutela, patronagem ou hipoteca nas relações com outras organizações ou governos, as cooperativas de consumo e de produção vão surgir já no quadro de uma divisão de tarefas entre os “três pilares” de organização dos trabalhadores: partido, sindicato e cooperativa.

Enquanto o partido e o sindicato podiam encontrar ressonância para o desenvolvimento das suas funções respectivas e legitimidade num quadro de liberdades democráticas e intensificação da proletarização e urbanização da força de trabalho, as cooperativas encontravam dificuldades para o seu desenvolvimento em regime de concorrência com unidades produtivas capitalistas cada vez mais concentradas e adequadas à vigência da lei do valor. As cooperativas de produção, em especial, não contavam mais com um universo econômico de pequenas unidades funcionando com um punhado de trabalhadores e alguns mestres, tornando-se cada vez mais difícil a sua utilização pelos trabalhadores como recurso ao qual poderiam lançar mão em caso de desemprego ou durante uma greve, sem a necessidade de grandes investimentos e escoando a produção diretamente ou

através da associação de resistência de que faziam parte. E a afirmação do ideal rochdaleano de neutralidade política era uma fonte de fraqueza destas instituições, restringindo-as à esfera econômica e à luta pela sobrevivência no interior de um modo de produção cada vez mais dominado pelas grandes empresas.

No início do século XX, às transformações no modo de produção capitalista e à sua efetivação de forma cada vez mais mundializada, os trabalhadores teriam que opor novos métodos de luta e novas formas de organização que pudessem ser facilmente assimilados e prosseguidos em outros países ao mesmo tempo. A Revolução Russa de 1905 forneceu, neste sentido, com a criação dos soviets (conselhos), um exemplo de instituição nova, criada de forma autônoma pelos trabalhadores e que unificava funções econômicas e luta política. Mas isso já é assunto para o próximo capítulo.

Não podemos, no entanto, passar para o tema da autogestão sem apresentar, como encerramento deste capítulo, pelo menos algumas indicações gerais sobre o debate em torno da economia social nos dias de hoje, e verificar qual relação pretende estabelecer esta corrente ao invocar a história do associativismo francês na genealogia do seu campo de práticas.

A economia social como utopia pragmática

Neste capítulo, estamos com a mira ajustada para um dos campos teóricos que fundamentam as práticas cooperativas no interior do capitalismo. O campo da economia social resgata as primeiras experiências cooperativas dos trabalhadores no interior desse modo de produção – as associações cooperativas e de resistência baseadas na ajuda-mútua -, para estabelecer uma linha de “filiação histórica” com as suas manifestações contemporâneas. Partimos da análise de Singer realizada a partir da fonte inglesa e da criação do cooperativismo de inspiração oweniada, que en-

contra em Rochdale a sua forma mais desenvolvida. Neste caso, Singer estabelece essa “filiação” ao identificar nas instituições pelas quais se batiam os trabalhadores ingleses como sendo “implantes socialistas”, destacando o sindicalismo, o cooperativismo e a democracia. Procuramos entender essa ancoragem através da análise do problema do associativismo na história do movimento operário francês, que culmina, na viragem do século XIX para o XX, com o desenvolvimento do campo da economia social.

Nesse percurso, procuramos testar a tese de que o cooperativismo e a economia social do início do século XX podem ser compreendidos como sendo o desdobramento ou uma “continuidade” das experiências gestadas pelos trabalhadores durante as lutas travadas no século anterior, ou melhor, como um dos caminhos que tais experiências prosseguiram. Por encontramos esta tese abundantemente fundamentada na obra de Gueslin, seguimos alguns dos seus passos e indicações, procurando confrontá-los às análises que tomam por vezes as mesmas experiências para explicar a constituição e a trajetória do movimento socialista. Em uma palavra, o que buscamos verificar foi o que Gueslin chama de a “questão das origens” da economia social, para entender como esta se articula na experiência histórica do movimento operário.

Algumas questões puderam então ser observadas. Em primeiro lugar, não é simples a vinculação do problema da associação operária aos chamados socialistas utópicos. Embora tenha ocorrido de fato, a partir de um determinado período, uma relação prática entre Owen e o movimento operário inglês, é evidente também que as práticas associativas operárias levavam adiante suas lutas autonomamente, inclusive com reivindicações no campo político que encontravam resistência na posição apolítica de Owen. No caso dos socialistas utópicos franceses, temos dificuldades para estabelecer uma relação imediata entre as ideias

de Saint-Simon e Fourier com as experiências associativas posteriores da classe trabalhadora francesa. A presença nos meios operários de correntes saint-simonianas e fourieristas é o resultado, a meu ver, da absorção de aspectos pontuais dessas doutrinas, sobretudo a crítica ao parasitismo das classes dominantes e aos efeitos desagregadores do industrialismo sobre as formas tradicionais de produção. Assim, por exemplo, quando um chefe de oficina de Lyon, um canut, incentiva a organização da classe dos “industriais”, que é uma categoria saint-simoniana, como vimos, é em contraposição aos fabricantes, no que significa que realizam uma tradução para a sua própria condição operária que não está ao alcance da obra de Saint-Simon. Neste sentido, ajustamos nossas lentes pela indicação de Meister, para quem o problema das formas de associação criadas pelos trabalhadores “estava no ar”, e decorre de uma tradição antiga que vem desde antes da Revolução, sendo recolocadas a todo o momento para atender às necessidades novas que surgem do próprio estágio de implantação e desenvolvimento do capitalismo.

A nosso ver, as associações operárias da primeira metade do século XIX traziam de forma indissociável as ações que visavam a previdência e o socorro mútuos, as associações cooperativistas de produção e de consumo e as práticas de resistência, de maneira que essas funções não podem ser simplesmente desmembradas para fundamentar o seu prosseguimento em instituições meramente assistenciais, ou através da vertente cooperativista, ou ainda das organizações com caráter sindical. A unificação dessas três dimensões num organismo único conferia às associações um conteúdo específico, substantivamente distinto das resultantes da especialização de cada um desses aspectos. A esta especialização das organizações de base operária nestas três dimensões, deve-se agregar o desenvolvimento das organizações de caráter político, nomeadamente os partidos.

No período pós-Comuna, o que ocorre é um processo de transformação no interior do movimento operário, que até então apresentava características profundamente democráticas e radicais em termos organizacionais, onde a associação era tomada ao mesmo tempo como meio e fim, base fundante da transformação social e da constituição de um novo modo de produção. Ao contrário, a fase seguinte marca a viragem do movimento socialista para formas autoritárias de organização, marcadamente no interior da IIª Internacional, onde o eixo da luta desloca-se para o Estado, e a conquista do poder político é tomada como objetivo primeiro do processo revolucionário.

A partir deste momento, as formas associativas baseadas no cooperativismo de produção, consumo e crédito são duramente combatidas no interior do movimento socialista francês e internacional, sendo paulatinamente abandonadas e as energias passam a ser direcionadas para a constituição dos partidos e do sindicalismo. É quando vamos ter a distinção e posterior fusão do movimento cooperativo francês, em especial das duas correntes representadas, por um lado, pela vertente associacionista-cristã de Gide e, por outro lado, pelo cooperativismo socialista de Jaurès. Mais precisamente, tratou-se de um encontro entre a esquerda cristã e um socialismo moderado.³²⁹

Então, se o movimento socialista francês esteve durante grande parte do século XIX estreitamente vinculado ao desenvolvimento das associações operárias, e se essas associações com forte espírito de resistência foram as responsáveis pela efetivação de importantes momentos de ruptura social, que colocavam em causa a própria realização do capitalismo, pode-se perguntar de que maneira as cooperativas do campo da economia social representam uma “continuidade” ou se pode pretender uma “filiação” histórica com aquela prática associativa?

³²⁹ DESROCHE, Henri. **Pour un traité...** Op. cit., p. 85.

Quando Gueslin realiza esta recuperação histórica em busca das origens da economia social, o faz assinalando pontos de referência que vão sendo associados a este campo. Vamos ver rapidamente alguns exemplos: o marco do surgimento da economia social é situado no primeiro terço do século XIX, emergindo no interior da crítica à economia política.³³⁰ Mas a emergência das práticas dá-se logo após a Revolução Francesa, quando os “agentes econômicos dominados sentem então necessidade de se organizar, de se associar para remediar sua inferioridade”, no que recuperam as “sociabilidades espontâneas tradicionais”. Ao mesmo tempo, “dos discípulos dos socialistas associacionistas surgem pensadores pragmáticos” que vão fundar a economia social. Mas o “coração da economia social” está nas iniciativas emanadas das administrações municipais e dos prefeitos de criarem associações mutualistas. As mútuas eram assim a forma geral da economia social, mas “faltavam bons gestores”. Por fim, o que vai consagrar o modelo de economia social é precisamente o fato de as cooperativas, a partir de determinado momento, aceitarem “subvenções do Estado”.³³¹ E ainda: na constituição desse campo, não se pode “negligenciar a contribuição das Igrejas e do liberalismo.” Em termos mais amplos, para Gueslin, a economia social “vem ocupar um terreno que o sistema econômico gere mal ou de maneira parcial”. E por isso constitui um “setor complementar do capitalismo”, cujos pilares estão no cooperativismo implantado sobretudo “nos setores lentos e marginais

³³⁰ “Socialistas (Pecquer, Vidal, Malon) mas também cristãos-sociais (Le Play) e mesmo liberais (Dunoyer), todos sensíveis à questão social e ao terrível custo humano da revolução industrial, reprovam a ciência econômica dominante por não integrar a questão social.” GUESLIN, A. *L’Invention...* Op. cit., p. 3. C. GIDE & C. RIST indicam Sismondi como inaugurador do campo teórico da economia social, pela crítica que realiza à economia política como sendo uma ciência das “riquezas”, uma “crematística”, no sentido de Aristóteles, colocando o problema da distribuição sobre o da produção. *Histoire...* Op. cit., p. 214-215.

³³¹ Id. *Ibid.*, p. 6; 21; 26-27; 158; 174; 315.

do capitalismo”. Antes da Primeira Guerra, esse setor cooperativista importante “amortece os efeitos sociais muito brutais da expansão capitalista.”³³²

Desde a década de 1920, Gueslin informa que o vocábulo economia social restou quase desconhecido e reservado durante muito tempo aos iniciados, ressurgindo no curso dos anos 80 “sob impulso político”. As práticas de economia social são definidas de forma bastante ampla como sendo constituídas por “relações voluntárias, contratuais, quase contratuais ou legais, que os homens formam entre si tendo em vista assegurar uma vida mais fácil.” Dito de outra maneira, este setor econômico é formado por

...organismos produtores de bens e serviços situados em situações jurídicas diversas, mas no seio dos quais a participação dos homens resulta da sua livre vontade, onde o poder não tem por origem a detenção do capital e onde a detenção do capital não fundamenta a repartição dos lucros. Globalmente, trata-se de organismos fundados sobre a solidariedade e sobre a self-help.³³³

Se isto é assim, fica-nos a impressão de que existe um descompasso entre o campo de práticas da economia social e a experiência histórica dos trabalhadores mobilizada como seu fundamento. Embora não se trate de reivindicar para o movimento socialista a exclusividade dessa experiência, cuja trajetória apresenta sem dúvida múltiplas experimentações, rupturas e degenerações, parece-nos que se trata de coisas diferentes quando se faz referência à experiência do cooperativismo no início do século XX, por um lado, e às associações mutualistas e de resistência de meados do século XIX. No primeiro caso, as associações são formadas com estímulo eminentemente econômico, que domina

³³² Id. Ibid., p. 280; 286; 313; 327.

³³³ Id. Ibid., p. 5.

o seu funcionamento e retira-lhes qualquer perspectiva de atuação na luta de classe. No segundo, as associações são fundadas pela práxis auto-organizativa que visa estreitar os laços sociais entre os trabalhadores para a luta contra o capital. Enquanto um aceita e define-se pelas relações estabelecidas com o Estado, o outro recusa qualquer mediação exterior à própria classe, não admitindo qualquer forma de tutela ou hipoteca. Se para a economia social trata-se de um sistema complementar ao capitalismo, para as associações operárias de resistência a coalizão era a base para a constituição de um modo de produção futuro.

Apenas como ilustrativo disso, vamos observar outras definições desse campo de práticas, sem pretender ser exaustivo. Inicialmente, encontramos em Bernard Lavergne uma retomada do projeto gideano de uma República Cooperativa, enunciada como sendo um “socialismo de rosto humano” ou “socialismo cooperativo”. Neste modelo, a base de Gide permanece, sendo os meios de produção pertencentes aos consumidores, que os controlam através das cooperativas de consumo. A forma cooperativa não seria aplicada a todas as cooperativas, mas somente à maioria delas a fim de possibilitar uma posição de domínio. É o projeto de “socialismo de mercado”, que preserva a concorrência, mas objetiva a abolição do salariado mediante a transformação de todos os trabalhadores em associados. Com isso, a greve já não é mais realizada contra o patronato, mas “contra toda a nação”. Tal projeto possibilitaria “modificar a repartição social das rendas da atividade econômica, sem repudiar a estrutura anatômica da empresa moderna”.³³⁴

Este modelo está ainda em estado bruto, um pouco distante das formulações atuais mais complexas. Para Henri Desroche, a economia social, no sentido gideano, é um “campo intercalar

³³⁴ LAVERGNE, Bernard. **Le socialisme à visage humain**. L'ordre coopératif. Paris: PUF, 1971.

e alternativo entre uma economia estatal ou pública com estratégia administrativa e planificação centralizadas, por um lado, e uma economia privada com estratégia competitiva e livre lucro sobre o livre mercado, por outro.³³⁵ A economia social seria uma espécie de “contrapeso” relativamente a cada uma dessas estratégias. No âmbito político, Desroche alinha-se com a perspectiva de um socialismo de mercado, pois “é na organização e não na supressão do mercado que deve o socialismo – ou comunismo – procurar seu caminho”. A economia social seria apenas um dos setores de uma nova “economia política multisetorial” que fundamenta esse tipo de socialismo.³³⁶

Neste mesmo sentido, Philippe Batifoulier apresenta o campo da economia social utilizando como metáfora a psicologia social: enquanto esta estuda as interações entre um indivíduo e os grupos sociais, “a economia social analisa as interações entre o lugar de expressão econômica dos interesses individuais – o mercado – e o lugar de expressão dos interesse geral – o Estado”, assegurando ambos conjuntamente a gestão do domínio social. Em suma: “a economia social combina deste modo o estudo das modalidades de intervenção do Estado, garantidor da justiça social e do bem estar da maioria, e a análise do universo do mercado onde se expressam a eficácia econômica e a busca da satisfação ótima.”³³⁷ Situado entre o mercado e o Estado, ou melhor, “num intervalo fechado” entre ambos, este campo econômico coloca-se portanto ao lado do terceiro-setor, sendo este um “conjunto de organizações que não dispensa nem a lógica

³³⁵ DESROCHE, Henry. **Solidarités Ouvrières...** Op. cit., p. 12

³³⁶ DESROCHE, Henry. **Pour un traité...** Op. cit., 140. “Não somente a liberdade de mercado, mas também a liberdade industrial e comercial são uma atmosfera indispensável à toda economia. [...] As sociedades socialistas não poderão portanto se edificar a não ser junto e ao lado de uma certa quantidade de individualismo e de liberalismo.”(ibid)

³³⁷ BATIFOULIER, PHILIPPE. **L'Économie Sociale.** Que-sais-je? Paris: PUF, 1995. p. 4.

do mercado nem a lógica pública”, formado pelas mútuas, associações e cooperativas. No fundo, a relação entre Estado e Mercado constituem o fundamento de ambos (economia solidária e terceiro setor), ao “assegurar o funcionamento e desenvolvendo as funções de justiça social, de segurança, de solidariedade entre gerações e, enfim, de cidadania e de responsabilidade.”³³⁸

A economia social seria, de forma muito geral, esse conjunto de organizações (mútuas, associações, cooperativas, serviços públicos não governamentais baseados na reciprocidade e na solidariedade, etc.) que ocupam um espaço entre o mercado e o Estado e pretendem proceder a um reencaixamento do econômico no social.³³⁹ Este setor econômico distingue-se nos seus princípios de funcionamento, sobretudo no que diz respeito à relação entre poder e capital (um homem, um voto), à remuneração do capital e à destinação dos excedentes (reserva indivisível, propriedade coletiva).³⁴⁰ A economia social procura conjugar as exigências da ação econômica com os imperativos da participação democrática. Este setor parte do pressuposto que a economia é um espaço plural que admite outros princípios de ação para além do mercado, que não visam unicamente o lucro.³⁴¹

Para não ficarmos nesta apresentação breve e incolor da economia social, vale registrar algumas críticas que lhe são dirigidas. Em primeiro lugar, acusam-na de ser o último bastião do reformismo, submerso na atmosfera social-liberal. Nesse sentido, a economia social articulária uma crítica liberal dos as-

³³⁸ Id. Ibid., ibidem.

³³⁹ LATOUCHE, Serge. Malaise dans l’association ou pourquoi l’économie plurielle et solidaire me laisse perplexe. In.: **Association, démocratie et société civile**. Jean-Louis Laville, Alain Caillé, Philippe Chanial et. Al. Paris: La Découverte, 2001. p. 17-27.

³⁴⁰ BIDEF, Éric. Économie sociale, nouvelle économie sociale et sociologie économique. **Sociologie du Travail**, Vol. 42, Issue 4, October-December 2000.p. 587-599.

³⁴¹ GUIGUE, Bruno. **L’Economie solidaire: alternative ou palliatif**. Paris-Montréal: Harmattan, 2001.

pectos social-democratas do Estado e uma crítica socialista dos efeitos perversos do capitalismo, fundindo Estado e mercado em um mesmo espaço de gestão democrática. Em suma, seria um campo de “neofilantropia paternalista e formas pós-modernas de exploração”.³⁴² Num momento em que a guerra econômica assume formas cada vez mais violentas, Sege Latouche lembra que o mundo associativo conhece suas tensões inelutáveis, sobretudo a de ter que escolher entre a adaptação e a dissidência, isto é, ou aceitar a instrumentalização pelo Estado e pelo mercado, ou recusar por opção ou necessidade o estado de coisas atual e procurar inventar outra coisa.³⁴³ Por fim, para Robert Castel, a expansão das atividades no campo da economia solidária, social ou terceiro setor, deve-se sobretudo ao tratamento despendido à questão do desemprego, cujo objetivo paira entre o retorno ao emprego ou outra situação entre o trabalho e a assistência. A crítica da economia social aos efeitos desse modo de produção das riquezas sobre os produtores não coloca em questão a maneira de produzir, quer dizer, as relações sociais de produção. Deste modo, a economia social “supõe e contorna, ao mesmo tempo, o antagonismo de classes. Sugere que o sublimou, isto é, que como toda a forma de sublimação, representou uma inversão”.³⁴⁴

Vamos ficar por ora por aqui, pois nosso objetivo é apenas situar em suas grandes linhas os termos envolvidos no campo da economia social. Retomaremos indiretamente esta questão adiante, quando abordarmos a economia solidária no Brasil. Mas antes disso, é preciso verificar o outro campo de práticas referido no interior deste capítulo, o da autogestão.

³⁴² BOIVIN, Louise; FORTIER, Mark. **L'économie sociale**: l'avenir d'une illusion. Québec: FIDES, 1998.

³⁴³ LATOUCHE, Serge. **Malaise...** Op. cit., p. 25.

³⁴⁴ CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Petrópolis: Vozes, 1998. p. 347

2

AUTOGESTÃO E AUTONOMIA OPERÁRIA

O problema da autogestão não é um problema esotérico. E a mais ampla discussão sobre esse problema não tem nada de abstrato ou secundário. A autogestão é muito simplesmente o conteúdo da revolução da nossa época.

(Maurice Brinton)

Introdução

Iniciamos o primeiro capítulo com o debate realizado na USP em 1998, no seminário sobre Autogestão e Socialismo, que reuniu Paul Singer e João Bernardo. Optamos por apresentar primeiramente algumas teses de Paul Singer, quando este autor percebe na experiência inglesa iniciada com a sequência Owen-Rochdale exemplos de “economias não capitalistas”, isto é, de experiências que “deram certo” e “viabilizaram a autogestão no capitalismo”. Singer formula a partir dessas experiências a tese

de que as cooperativas são, na qualidade de conquistas operárias, *implantes socialistas* localizados nas brechas desse modo de produção, assim como o são o sindicalismo e a democracia.

Dedicamos todo o primeiro capítulo à análise das experiências associativas nos planos da cooperação e da resistência. Procuramos verificar especialmente o percurso desses organismos na França e as primeiras teorias que invocaram a associação, dentre eles os socialistas utópicos e a crítica que lhes destinou Marx e Engels. Vimos como o processo de desenvolvimento das associações operárias no século XIX encontra momentos de ruptura social vigorosos, culminando nas realizações da Comuna. E também como o movimento socialista vai se projetar em meio às associações operárias para depois se deslocar até o privilegiamento dos partidos e da luta pela conquista do poder político, criticando e relegando o cooperativismo às tendências moderadas do movimento operário.

A pista que perseguimos no primeiro capítulo foi aquela que nos levou, desde as primeiras formas de organização autônomas dos trabalhadores, especialmente as mútuas e as associações operárias de produção, até o encontro com o cooperativismo e a economia social. Neste capítulo, vamos seguir outra pista, que tem como ponto de partida essas mesmas formas de organização autônomas dos trabalhadores, que projetaram a constituição de um modo de produção futuro. Vamos seguir o rastro das suas manifestações dessas práticas operárias autônomas através do século XX, na busca dos fundamentos sociais da autogestão.

Quando tratamos das experiências de Owen em New Lanark, vimos que João Bernardo, naquele debate na USP, observou que essas primeiras experiências práticas do socialismo representavam, ao mesmo tempo, as primeiras experiências de crise do socialismo. Propriedade coletiva do solo, dos instrumentos de trabalho, das instalações, mas a gestão permaneceu centra-

lizada nas mãos de Owen e seus prepostos. Desde essa primeira experiência prática de crise do socialismo estavam dadas as condições para a distinção, posteriormente realizada pelo movimento operário, entre as relações jurídicas de propriedade e as relações sociais de produção, ou seja, para que os trabalhadores percebessem que a propriedade pode sofrer modificações sem que isso altere as relações sociais de produção capitalistas.³⁴⁵

Neste capítulo, vamos prosseguir na análise do campo de práticas que pode ser identificado já nas sociedades mutualistas e nas primeiras associações cooperativas dos trabalhadores franceses, qual seja, o campo das práticas autônomas dos trabalhadores no interior e contra esse modo de produção. As associações operárias surgiram inicialmente como organismos de luta de âmbito local ou regional, mas logo buscaram a unificação em escala nacional e, posteriormente, em escala internacional com a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores, a Primeira Internacional. A AIT era uma federação de associações operárias, ou melhor, um organismo que tomava as formas associativas dos trabalhadores – mútuas, cooperativas, associações de produção etc. –, como elementos de organização da sociedade futura, a sociedade comunista. A Comuna foi o ápice desse surto associativo, dessa “febre de coalizão”.

A experiência da Comuna, e a sua derrota, prenunciam o resultado de inúmeros outros processos de organização e luta autônomas dos trabalhadores no interior do capitalismo. O destino dessas práticas realizadas no interior e contra esse modo de produção será fatalmente a sua derrota, seja através da violência ou repressão abertas, como no caso da Comuna, seja através da sua descaracterização ou degeneração em formas que assimilam os princípios organizativos e as relações sociais de produção do capital, como foi o caso

³⁴⁵ BERNARDO, João. Autogestão e socialismo. In.: **Democracia e autogestão...** Op. cit., p. 34.

do cooperativismo, que de embrião da sociedade comunista pôde encontrar efetividade no interior do capitalismo, engajando-se no seu desenvolvimento. Mais uma vez, a forma de propriedade, no caso a cooperativa, não implica na alteração das relações sociais de produção realizadas no processo de produção material.

Trata-se de um ciclo vicioso esse processo em que as lutas autônomas são derrotadas, assimiladas ou recuperadas pelo capitalismo? Pelo que pudemos entender da elaboração teórica de João Bernardo, “enquanto houver capitalismo, continuará a haver capitalismo”, de maneira que as lutas autônomas encontram seu limite na própria reprodução deste modo de produção em escala mundial. Mas ao mesmo tempo o próprio capitalismo desenvolve-se ao assimilar as lutas dos trabalhadores e recuperar as suas formas de organização, de maneira que não se trata de uma luta realizada em ciclos, mas em espiral.³⁴⁶

Vamos começar esse capítulo pela dialética dos conflitos sociais elaborada por João Bernardo, que nos fornecerá o quadro teórico para entendermos as lutas dos trabalhadores realizadas de forma autônoma, onde acreditamos estar inserido o problema da autogestão da produção. Na segunda seção, abordamos o problema da autogestão como prática social historicamente recorrente na experiência do movimento operário, para em seguida tratar dos limites e contradições que são inerentes às práticas autônomas nesse modo de produção. Por fim, vamos procurar entender o fenômeno da autogestão numa experiência concreta, especificamente a realizada em Portugal durante a Revolução dos Cravos.

³⁴⁶ “Eu diria que todo o processo de lutas da classe trabalhadora foi um processo de reconstrução permanente. O começo de tudo isso já vai longe, não é nem da classe trabalhadora. Mas reparem, no início da minha fala eu dizia que o começo da crise do socialismo coincide com a primeira experiência prática de socialismo. Então dá a ideia de que se está fazendo sempre os mesmos erros? Não. Está se fazendo sempre erros diferentes. [...] Fazer os mesmos erros, é andar num círculo vicioso. Fazê-los diferente é andar em espiral.” Id. *Ibid.*, p. 64.

João Bernardo e a dialética dos conflitos sociais

Na introdução deste trabalho, localizamos a obra de João Bernardo na corrente denominada marxismo heterodoxo, ou marxismo das relações de produção. Indicamos que este campo teórico caracteriza-se pelo desenvolvimento das teses em que Marx concebe este modo de produção como modo de exploração da força de trabalho, ocupando o modelo da mais-valia um lugar central. A mais-valia é a expressão teórica da exploração, sendo seu fundamento determinadas relações sociais de produção engendradas pelo capital.

Partindo deste campo teórico inaugurado por Marx, João Bernardo reconstitui a dinâmica do desenvolvimento do capitalismo através do modelo da mais-valia, concebendo-o como um modelo aberto aos conflitos sociais, pautando estes o sentido do desenvolvimento desse modo de produção. Para compreendermos o lugar central ocupado pelas lutas sociais neste modelo e, particularmente, pelas lutas autônomas dos trabalhadores, devemos iniciar pelo conteúdo das relações sociais de exploração que fundamentam o capital e a sociedade contemporânea. A apresentação sucinta destas questões parece ser necessária para situarmos os problemas que envolvem a autogestão e, na obra João Bernardo, o lugar que esta ocupa numa “economia dos processos revolucionários”.

Mencionamos anteriormente que desde os experimentos práticos de Owen estavam dadas as condições para que os trabalhadores percebessem o quão insuficiente pode resultar a transformação das relações de propriedade dos meios de produção, quando a direção do processo produtivo permanece inalterado e sob controle de um extrato social mantido em separado dos produtores imediatos. Desde então, embora as con-

dições para tal compreensão estivessem presentes, e ainda que se possa encontrar quem almejasse ir além das alterações na forma de propriedade, levou tempo e inúmeras lutas tiveram prosseguimento sem que o problema fosse plenamente formulado com todas as suas implicações.

Neste sentido, parece ter sido a necessidade de entender o que teria sucedido no processo da Revolução Russa de 1917, e o debate que se estabeleceu no movimento socialista mundial sobre a natureza do regime soviético, que levou inúmeros autores a conferir um destaque especial às relações sociais de produção no seio do modo de produção capitalista. O esforço para compreender como a transformação radical das relações de propriedade realizadas naquele processo revolucionário, e a sua conjugação posterior com a preservação e criação de novas instâncias de controle e organização do processo produtivo, e a correspondente monopolização por um grupo social do poder político e dos meios repressivos, realçou o papel das relações de produção na sua unidade com o processo de trabalho no seio de um modo de produção.

A análise de Maurice Brinton sobre os primeiros anos da Revolução Russa, por exemplo, parte da premissa que as relações estabelecidas entre as pessoas ou os grupos no processo de produção material “são os fundamentos essenciais de qualquer sociedade”, e que “um determinado tipo de relações de produção é o denominador comum de todas as sociedades de classe”.³⁴⁷ O tipo especial de relação social de produção capitalista é “aquele no qual o produtor não domina os meios de produção mas é, pelo contrário, simultaneamente ‘separado desses’ e dos produtos do seu trabalho. Em todas as sociedades de classes, os produtores estão subordinados aos que dirigem o processo de produção.” Deste modo, as relações de propriedade não refletem necessariamente as

³⁴⁷ BRINTON, Maurice. *Os bolcheviques e o controle operário*. Porto: Afrontamento, 1975. p. 23.

relações de produção, podendo mesmo “servir para mascará-las e, de fato, desempenham frequentemente esse papel.”³⁴⁸

Num texto denominado *As relações de produção na Rússia*, Castoriadis entende que a distinção entre as “formas de propriedade” e as relações de produção estava “claramente estabelecida” por Marx, de onde tira como lição que “as relações sociais de produção são relações sociais concretas, relações de homem a homem e de classe a classe, tais como se realizam na produção e reprodução constante, cotidiana, da vida material. Tal é a relação entre amo e o escravo, entre senhor e servo. Tal é também a relação entre patrão e operário...”³⁴⁹

Pode estar claro, mas cabe mencionar que as relações sociais de produção não se confundem com as relações de trabalho, embora as primeiras incluam as segundas. As relações de trabalho dizem respeito às relações entre empregadores e trabalhadores no interior das unidades produtivas, às condições históricas de realização do processo de produção, envolvendo o quadro disciplinar, a regulamentação da jornada de trabalho e das condições de trabalho, a existência ou não de mecanismos de representação dos interesses dos trabalhadores ante a direção da empresa, etc. Estas condições são históricas na medida em que se modificam a partir da organização e da luta dos trabalhadores no interior de cada empresa, ramo de atividade, região ou país, isto é, do estágio e do desenvolvimento da luta de classes. Deste modo, as relações de trabalho podem ser mais ou menos autoritárias ou democráticas, mais ou menos regulamentadas ou precarizadas.

³⁴⁸ Id. *Ibid.*, 24. Daí que “o enorme levante de 1917 pôde destruir a supremacia da burguesia (destruindo a base econômica na qual ela assentava: a apropriação privada dos meios de produção). Modificou o sistema existente das relações de propriedade. Mas não conseguiu transformar as relações de produção autoritárias que caracterizam todas as sociedades de classes.” *Ibidem.*

³⁴⁹ CASTORIADIS, Cornélius. *As relações de produção na Rússia*. In.: Cornélius Castoriadis. **A sociedade burocrática I: as relações de produção na Rússia**. Porto: Afrontamento: 1979. p. 177-242.

Por seu turno, as relações sociais de produção são aquelas que determinam a natureza deste modo de produção como modo de exploração, e informam na sua generalidade as relações entre as classes sociais, determinando para os trabalhadores a necessidade do assalariamento através da concentração e monopolização dos meios de produção, do controle sobre as condições de realização dos produtos no mercado, dos circuitos comerciais e das inovações tecnológicas, da separação entre o nível político e o econômico etc. As relações de trabalho podem assim sofrer alterações, e as sofrem frequentemente, sem que isso implique em modificações nas relações sociais de produção, pois isso significaria a constituição de outro modo de produção.

Portanto, no processo de produção capitalista o processo de trabalho é organizado consoante determinadas relações sociais, sendo que nestas relações os trabalhadores perdem ininterruptamente o controle sobre o processo de trabalho e sobre o produto desse trabalho. São estas relações sociais de produção que fazem com que o modo de produção capitalista seja definido como um modo de exploração, cuja expressão teórica é a mais-valia. A exploração decorre de relações sociais contraditórias desenvolvidas num campo comum que é o processo de produção, e a fórmula da mais-valia é a definição dessa contradição, apresentada por João Bernardo da seguinte maneira: “o tempo de trabalho incorporado na força de trabalho é menor do que o tempo de trabalho que a força de trabalho é capaz de despende no processo de produção.”³⁵⁰

Nesta formulação, a força de trabalho detém a capacidade exclusiva de articular os dois termos do modelo da mais-valia, ambos constituídos pelo tempo de trabalho. Por um lado, a força de trabalho incorpora tempo de trabalho nos produtos para sua reprodução e formação de nova força de trabalho e, por outro

³⁵⁰ BERNARDO, João. **Economia dos conflitos...** Op. cit., p. 15. Nas observações que se seguem, baseamo-nos principalmente nesta obra. Uma relação das obras de João Bernardo será apresentada na bibliografia.

lado, depende nesse mesmo processo um tempo de trabalho superior ao que em si incorpora, e que é apropriado pelo capital. A realização dessa articulação dá-se sob condições sociais determinadas, pautadas pelas relações sociais de produção capitalistas, que mantém a força de trabalho desapossada ou despossuída das condições de se reproduzir independentemente, da organização do processo produtivo e do produto desse processo.

Esta relação que articula a submissão da força de trabalho e a apropriação do produto pelo capital é reproduzida pelo assalariamento, que surge assim “como a possibilidade de reproduzir o modelo, permitindo à força de trabalho consumir algo que produziu, para poder produzir de novo.”³⁵¹ E é nos pólos dessa relação, ou dessa tensão que essa relação dá origem, que João Bernardo define as classes sociais, ocupando a classe trabalhadora e as classes capitalistas “os pólos de uma oposição recíproca”.³⁵² O capital é deste modo uma relação social, cujo conteúdo é a exploração e a substância é o tempo de trabalho.

Na análise da exploração pela ótica do tempo de trabalho, que fundamenta o modelo da mais-valia, o trabalho é entendido como processo, como o ato de trabalhar, como ação em seu decurso. E o capital é a relação social que possibilita o enquadramento e o controle da força de trabalho no processo de produção material, a fim de fazê-la incorporar no produto um tempo de trabalho superior àquele que em si incorpora. Nesta relação social que fundamenta o capital como modo de produção e exploração, o valor do produto é definido pelo tempo de trabalho nele incorporado. A

³⁵¹ Id. *Ibid.*, p. *ibidem*.

³⁵² Id. *Ibid.*, p. 16. “As classes sociais não são possíveis de definição substantivas, mas apenas relacionais. A classe dos trabalhadores o é por ser explorada e organizada de uma dada forma, o que pressupõe a existência de outros que controlam o processo de produção da mais-valia e o exploram. E reciprocamente. O caráter socialmente contraditório da mais-valia implica a oposição de classes e o relacionamento das classes opostas, o que significa, em suma, que cada classe se define no confronto com as restantes.” (p. 202)

ação da força de trabalho durante determinado período incorpora nos produtos tempo de trabalho equivalente ao capital variável avançado – isto é, o tempo de trabalho incorporado na sua própria reprodução pelo assalariamento -, e é capaz ainda de despende na produção um tempo de sobretrabalho, que pertence ao capital e corresponde “a mais-valia propriamente dita”.³⁵³

Ao definir o capital como uma relação social, cujo elemento articulador é o permanente exercício pela força de trabalho da sua capacidade de trabalhar, João Bernardo entende que Marx lançou a ação da força de trabalho ao centro de toda a dinâmica da realidade social, podendo com isso “conceber a ação como *práxis*, ou seja, como prática simultaneamente material e social.”³⁵⁴ O assalariamento, o montante de tempo de trabalho incorporado na força de trabalho para a sua reprodução e produção de nova força de trabalho, representa a possibilidade de reproduzir o modelo da mais-valia. Mas não se trata de uma simples relação contratual, pois a força de trabalho é produzida dentro do capitalismo, é “um produto capitalista”³⁵⁵, e o assala-

³⁵³ Id. *Ibid.*, p. 17. Esta definição do valor como tempo de trabalho incorporado nos produtos no interior de uma unidade de produção corresponde, nos termos de João Bernardo, à primeira determinação da lei do valor. Na sua segunda determinação, a definição do valor no seu aspecto genérico resulta em que “o valor de um produto, num dado momento, tende a ser o valor médio despendido em sua fabricação nesse momento, na generalidade das unidades de produção [...]. O valor tende, portanto, em primeiro lugar, a ser determinado pela produtividade média e, em segundo lugar, o valor é histórico.” Id. *Ibid.*, p. 219.

³⁵⁴ Id. *Ibid.*, p. 50. Para João Bernardo, a concepção da ação como *práxis* é um elemento extremamente original da obra de Marx, “e o valor de ruptura assumido pela concepção de *práxis* é hoje tão grande como o foi há um século e meio, precisamente porque esse ocultar da prática material continua a presidir não apenas às concepções acadêmicas, mas até a ideologia mais difusa e absolutamente imperante na vida quotidiana, aquela que se estrutura na linguagem e nela se exprime. Pois não dizemos nós, qualquer de nós, que Eiffel ‘construiu’ a sua torre, quando ele não fez outra coisa senão conceber um desenho que, ou nem sequer traçou detalhadamente no papel ou, quando muito, apenas ajudaria a riscar?” Id. *Ibid.*, p. 51.

³⁵⁵ A discussão sobre a produção da força de trabalho no interior do capitalismo

riamento de novas gerações trabalhadores é uma “condenação”:

Assalaria-se a força de trabalho e, portanto, retira-se-lhe a capacidade de consumo independente dos produtos, precisamente com o objetivo de fazê-la produzir; e é privada do controle sobre o produto criado precisamente com o objetivo de assalariá-la de novo; e é afastada da organização do processo de trabalho precisamente para ser mantida em desapossamento em ambos os termos da relação e reproduzir-se como produtora assalariada.³⁵⁶

Através do assalariamento, o capital adquire o direito ao uso da força de trabalho durante determinado período, o que significa que o valor produzido pela força de trabalho neste período é a “totalidade do tempo de trabalho despendido”, independente da porção avançada na reprodução do capital variável. Desta forma, “consumado o assalariamento, o capital variável desaparece, ele não participa na constituição do valor dos novos bens a serem produzidos e é então que a força de trabalho entra em cena, enquanto capacidade de trabalhar, isto é, de incorporar tempo de trabalho em produtos”.³⁵⁷ Possuindo esta capacidade exclusiva

encontra-se em BERNARDO, João. O proletariado como produtor e como produto. In.: **Revista de Economia Política**, vol.5, nº 3, julho-setembro/1985. p. 83-100. Neste artigo, contrariamente a tese que supõe a produção da força de trabalho num processo exterior à produção capitalista, o autor defende que este processo dá-se de forma integrada aos mecanismos de produção da mais-valia. Assim, “a força de trabalho proletária que se assalaria nas empresas é produtora de mais-valia; mas ela é também produto, resultado de um trabalho que decorreu no âmbito familiar, por isso o trabalho doméstico é produtor de mais-valia. Se o proletariado enquanto produtor é o agente da mais-valia, enquanto produto é o suporte de uma mais-valia produzida pelo processo de trabalho que ele, como proletário, resulta. É esse o fulcro dos mecanismos de articulação dos vários processos de trabalho cobertos pelo salário familiar e [...] o centro da própria dinâmica do capitalismo.” Id. *Ibid.*, p. 90.

³⁵⁶ BERNARDO, João. **Economia dos conflitos...** Op. cit., p. 17.

³⁵⁷ Id. *Ibid.*, p. 16. “É esta relação social que converte uma da grandeza de limites previamente definidos, o montante do capital variável, numa grandeza de antemão indefinida, mas sempre possível de ser superior à primeira, o tempo de trabalho que

de incorporar tempo de trabalho nos produtos, de produzir valor, e de criar mais valor do que o necessário para a sua reprodução, a ação da força de trabalho assume, pelo modelo da mais-valia, o centro de toda a dinâmica da sociedade. E isto pressupõe a efetivação desta capacidade de trabalho numa cadeia ininterrupta, constituindo os processos de trabalho num “*continuum* temporal”, ou seja, a reprodução das relações de produção que mantêm a força de trabalho triplamente desapossada – do produto, no consumo e no processo de produção. Desta forma, os elementos decorrentes de outros processos de trabalho – matérias primas e meios de produção – são utilizados pela força de trabalho conservando as relações sociais em que foram produzidos, isto é, seu valor.³⁵⁸ A ação da força de trabalho cria valor ao incorporar tempo de trabalho aos produtos (capital variável e mais-valia) e, ao mesmo tempo, conserva o valor de trabalhos passados (matérias primas e capital constante). Agregar e conservar valor é, como diria Marx, “um dom natural” da força de trabalho em ação, a ação do trabalho vivo de vivificar o trabalho morto.

Ao projetar a mais-valia a partir de um modelo de um “todo estruturado”, em que “toda a reprodução do capital depende exclusivamente da ação da força de trabalho que se efetiva a cada momento”, pode João Bernardo afirmar, contrariamente às teses que situam a realização da mais-valia numa esfera exterior à produção – no mercado -, que é precisamente na produção da mais-valia que se realiza a mais-valia anteriormente produzida. A realização da mais-valia, definida como a “possibilidade de relação de um momento presente com os futuros”, não se limita à venda do produto, pois consiste na passagem da mais-valia anteriormente produzida por novos ciclos de produção de nova mais-valia. Assim,

os assalariados são capazes de despende. É esta relação que constitui a mais-valia e que sustenta o capital e todos os seus mecanismos.” (ibidem.)

³⁵⁸ “Não se trata de qualquer conservação material de elementos, mas a sua manutenção nas mesmas relações sociais em que se inseriam.” Id. Ibid., p. 18.

A realização da mais-valia é esta possibilidade de vivificação do trabalho morto pelo trabalho vivo; e só da mais-valia assim processada pode dizer-se que foi realizada. A mais-valia realiza-se na reprodução dos ciclos do capital. Realizar mais-valia é produzir mais-valia.³⁵⁹

Nesta construção teórica de João Bernardo, portanto, o modelo da mais-valia “confere à ação da força de trabalho a exclusividade da criatividade social”³⁶⁰, e na medida em que esta se encontra triplamente cindida no processo de produção, a sua capacidade de despender mais tempo de trabalho do que o necessário à sua reprodução fundamenta também o capital e a sociedade contemporânea. A reprodução do sistema pressupõe a efetivação permanente do triplo desapossamento da força de trabalho.³⁶¹ Este desapossamento, ou esta tripla cisão que decorre das relações sociais de produção capitalistas, instaura a contradição no seio do modelo da mais-valia, onde a ação da força de trabalho “pressupõe e reproduz a polarização entre os que permanentemente perdem o controle da forma de produção do excedente e da sua apropriação e os que dela se apoderam.”³⁶² As relações sociais de produção são relações contraditórias, e o modelo da

³⁵⁹ Id. *Ibid.*, p. 97-98. “Não é o aspecto material que um produto mantém pela sua inserção num processo de trabalho, mas o valor, quer dizer, a sua função numa relação dada.” (p. 18)

³⁶⁰ Id. *Ibid.*, p. 59. “Se o tempo de trabalho é o critério do valor, só a força de trabalho é produtora de valor, apenas ela produz e reproduz a vida social.” (*ibidem.*)

³⁶¹ Id. *Ibid.*, p. 27. “É a ação da força de trabalho que ao mesmo tempo institui a equivalência, pela incorporação do tempo de trabalho, e implanta o conflito, pela defasagem entre os tempos de trabalho incorporados. Esta defasagem exprime a privação em que a força de trabalho se encontra relativamente ao controle do processo de trabalho, do destino do produto e do seu consumo.” (p. 61)

³⁶² Id. *Ibid.*, p. 61. “Assim definida, a contradição da mais-valia não opõe termos exteriores e capazes de uma existência em isolamento recíproco, mas termos que apenas tem significado na relação constituída pela força de trabalho em ação. Neste modelo, a contradição não é uma antinomia, mas uma contradição interna, uma relação que cria e permanentemente reproduz os seus pólos opostos.” (*ibidem.*)

mais-valia é a expressão dessa contradição, sendo a exploração a defasagem entre o tempo de trabalho necessário despendido no consumo e na produção de novos trabalhadores, por um lado, e o tempo de trabalho não pago ou sobretrabalho, por outro. A contradição interna resultante da defasagem entre os tempos de trabalho, ao mesmo tempo em que reproduz os pólos opostos da relação, torna-se o âmago dos conflitos sociais. Esta defasagem exprime a cisão em que se encontra a força de trabalho, cuja capacidade de ação articula contraditoriamente termos opostos, ambos constituídos por tempo de trabalho. Mas sendo esta capacidade detida exclusivamente pelos trabalhadores, “o fato de a força de trabalho ser capaz de despende no processo de produção um tempo de trabalho superior ao nela incorporado não quer dizer que o faça e, se o fizer, não implica nunca o grau exato em que pode fazê-lo.”³⁶³ Ou seja, a força de trabalho é a única que detém essa capacidade de incorporar tempo de trabalho nos produtos, mas é preciso que o faça, o que quer dizer que o modelo da mais-valia é aberto, vulnerável aos conflitos sociais.³⁶⁴

Apenas a ação da força de trabalho articula os dois pólos da relação, mas é desapossada de ambos e da organização do processo de produção, o que estabelece o capital como uma relação social contraditória e a expressão desta contradição é a luta de classes: “a luta de classes é o resultado inelutável, permanente, do fato de a força de trabalho ser capaz de despende tempo de trabalho, sem que seja, porém, possível vinculá-la a um *quantum* predeterminado”.³⁶⁵

Situados os conflitos sociais no cerne do modo de produção capitalista, e sendo o processo de produção o lugar dessa rela-

³⁶³ Id. Ibid., ibidem.

³⁶⁴ BERNARDO, João. A autonomia das lutas operárias. In.: **Organização, trabalho e tecnologia**. Lúcia Bruno & Cleusa Saccardo [coord.]. São Paulo: Atlas, 1986. p. 103-115.

³⁶⁵ BERNARDO, João. **Economia dos...** Op. cit., p. 62.

ção contraditória, a organização deste processo é a organização dessa contradição. As técnicas de gestão, os tipos de disciplina no trabalho, a maquinaria, enfim, a organização das unidades de produção é uma “expressão material das relações sociais de produção do capital.”³⁶⁶ As forças produtivas capitalistas, longe de constituírem “um amontoado de técnicas fragmentárias e reciprocamente isoladas”, formam “uma estrutura coerente que, enquanto tal, reproduz e realiza a estrutura do modo de produção, nas suas contradições”. Em suma: “cada modo de produção produz uma tecnologia específica, expressão e realização das suas contradições internas.”³⁶⁷

Estas anotações preliminares nos permitiram verificar que os conflitos sociais não constituem no capitalismo momentos episódicos ou conjunturais, mas elementos intrínsecos a estrutura da sua lei fundamental de exploração da força de trabalho. Os conflitos têm origem no interior desta lei de tendência, a da mais-valia, e a sua realização pressupõe o reforço a todo instante do controle das classes capitalistas sobre a ação da força de trabalho.

Deste ponto, podemos derivar para as questões que nos interessam particularmente na obra de João Bernardo, isto é, os mecanismos pelos quais as lutas autônomas dos trabalhadores são assimiladas e as suas formas de organização são recuperadas pelo capital, com os sinais invertidos, dando início a um novo ciclo de desenvolvimento no interior da sua lei tendencial. Na sequência, e para finalizar essa seção, veremos como este autor periodiza os processos históricos de luta e assimi-

³⁶⁶ Id. Ibid., p. 311. “A administração capitalista do processo de trabalho é o campo a partir do qual incessantemente se renova o desapossamento da força de trabalho nos dois pólos da produção da mais-valia. Só a força de trabalho é capaz de articular ambos os pólos, mas é desprovida de qualquer controle sobre o processo dessa articulação – é este o âmago da problemática da mais-valia” (p. 16).

³⁶⁷ Id. Ibid., p. 312. “...não há organização capitalista do processo de trabalho que não tome em conta estas formas de resistência e de revolta e que não se destine a eliminá-las ou a assimilá-las” (p. 62).

lação/recuperação dos trabalhadores, o que nos fornecerá um quadro geral para desenvolvermos nas seções seguintes algumas anotações sobre o problema da autogestão e da autonomia dos trabalhadores.

Cientes do risco que corremos de tentar sintetizar e acabar tornando obscura uma obra que nos impressiona pela clareza com que as teses e os argumentos foram desenvolvidos, vamos procurar apresentar em linhas muito gerais as questões que nos propomos acima. Em primeiro lugar, sendo a sociedade atravessada por uma contradição insolúvel no interior deste sistema de exploração e opressão, e sendo a classe trabalhadora o seu agente ativo e sofredor, ao mesmo tempo explorado e oprimido, as lutas dos trabalhadores visam ao fim e ao cabo a inversão dessa situação ou, pelo menos, reduzir-lhes os efeitos.³⁶⁸ Na luta de classes, os trabalhadores formulam seus interesses, anseios e reivindicações, e é preciso que se organizem ou que tomem a iniciativa para manifestarem às classes capitalistas esses interesses formulados. E o primeiro aspecto a ser frisado é precisamente esta distinção entre as reivindicações e as formas de organização dos trabalhadores em luta.

Todas as lutas têm um objetivo e uma forma de organização. [...] Todas as lutas se caracterizam também por uma ou outra forma de organização e o individualismo mais passivo é uma forma de organização, como o é o coletivismo mais radical. Estes dois aspectos, o do conteúdo da luta, ou seja, as pressões e reivindicações, e o das suas formas organizacionais, são inseparáveis mas, ao mesmo tempo, não devem confundir-se; se

³⁶⁸ “Os trabalhadores recorrem às formas mais estritamente individualistas e passivas do desinteresse, do absentismo, do alcoolismo ou da dependência de estupefacientes; recorrem à forma mais ativa da sabotagem individual; recorrem às várias gradações da ação coletiva, desde a diminuição em conjunto do ritmo de trabalho até a ruptura radical da disciplina da fábrica e à organização do processo produtivo consoante outros modelos e critérios”. Id. *Ibid.*, p. 61.

não existe uma reivindicação que não tenha uma forma de organização, o certo é que qualquer reivindicação é suscetível de várias formas organizativas.³⁶⁹

De maneira geral, as reivindicações dos trabalhadores no interior desse modo de produção, quando não o colocam em causa, visam sempre à redução do tempo de trabalho despendido no processo de produção ou o aumento do tempo de trabalho que em si incorpora a força de trabalho nesse processo, isto é, a redução da jornada de trabalho e o aumento dos salários ou dos custos da sua reprodução e da produção de nova força de trabalho. E as respostas dos capitalistas a estas reivindicações podem variar da repressão aberta até estratégias variadas de cedência às reivindicações, por vezes a articulação entre as duas. O problema é que no capitalismo a repressão aberta não é eficaz, e só pode ser utilizada de forma pontual, nunca como estratégia sistemática, pois neste caso o conflito pode derivar para formas dissimuladas de sabotagem e resistências difusas que fariam aumentar o custo com o controle e a vigilância no interior dos processos de trabalho. Deste modo, “a única estratégia eficaz para os capitalistas a longo prazo e, em cada momento, relativamente à generalidade da força de trabalho é a da cedência às reivindicações e às pressões dos trabalhadores.”³⁷⁰ Porém, como no capitalismo a hierarquização impõem-se mesmo no interior das classes capitalistas, decorrente da posição ocupada por cada unidade produtiva na repartição da mais-valia globalmente produzi-

³⁶⁹ Id. *Ibid.*, p. 63. Numa publicação que resultou de um curso proferido na USP em 1997, João Bernardo apresentou algumas das teses desenvolvidas na Economia dos Conflitos de forma mais sintética. Ver: BERNARDO, João. **Estado: a silenciosa multiplicação do poder**. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.

³⁷⁰ BERNARDO, João. **Economia dos Conflitos...** Op.,cit., p. 66. João Bernardo desenvolve na sequência os mecanismos e os efeitos das estratégias de cedência para os dois tipos de reivindicação, explicando de que maneira a resposta capitalista às pressões pela redução da jornada de trabalho que leva à introdução de inovações na maquinaria e dos sistemas de trabalho.

da, as estratégias de cedência resultam variam entre as diferentes empresas e setores. E o fato de os trabalhadores, quando lutam de forma coletiva e ativa, o fazerem de forma unificada, tende a aprofundar essa hierarquização e diferenciação nas respostas das empresas às reivindicações e pressões dos trabalhadores.

Por um lado, para as empresas subordinadas e inferiorizadas nas relações com as demais empresas, desfavorecidas nos processos de apropriação da mais-valia globalmente produzida, ou com ritmo insuficiente de acumulação do capital, a resposta às reivindicações dos trabalhadores dá-se através dos mecanismos da mais-valia absoluta, isto é, pela repressão aberta, buscando um salto de produtividade mediante a intensificação do ritmo da produção ou do prolongamento da jornada de trabalho. Para as empresas favorecidas naqueles processos de repartição da mais-valia, com acesso privilegiado às condições gerais de produção controladas e desenvolvidas pelo Estado³⁷¹, a estratégia de cedência é compensada pelos mecanismos da mais-valia relativa, com a introdução de inovações tecnológicas e novos sistemas de trabalho, que aumentam a complexidade do trabalho e fazem com isso elevar a produtividade, tendo início a sua expansão para as demais empresas e ramos de produção.³⁷²

Deste modo, temos que as respostas das classes capitalistas às reivindicações dos trabalhadores articulam, num mesmo

³⁷¹ João Bernardo define como Estado Amplo os mecanismos de produção da mais-valia, o que envolve as empresa enquanto aparelho de poder e situa o Estado na esfera da produção. O Estado Restrito seria o aparelho político articulado pelos três poderes clássicos, que dependem do processo de constituição das classes capitalistas. A articulação entre as duas formas de Estado correspondem à superestrutura política ou Estado globalmente considerado. Id. *Ibid.*, p. 162-166.

³⁷² “...o capitalismo opera como uma relação globalizada, embora internamente diferenciada, entre o conjunto dos trabalhadores e o conjunto dos capitalistas. E o prosseguimento da luta de classes, arrastando a expansão dos mecanismos da mais-valia relativa, determina uma globalização crescente da economia, estreitando as relações de classe que unem entre si a força de trabalho e as que inter-relacionam os capitalistas”. Id. *Ibid.*, p. 76.

setor ou no interior de uma empresa, os mecanismos da mais-valia absoluta e relativa. Nessa articulação, são as estratégias de cedência que pautam os mecanismos da mais-valia relativa e fazem avançar a expansão do modo de produção, favorecendo a acumulação alargada do capital. Ou seja, são as lutas sociais que estimulam o desenvolvimento das tecnologias e o sentido desse desenvolvimento pela busca de novos patamares de produtividade. Em suma, “as lutas de classes são o elemento motor permanente e fundamental porque é em função delas que se define a estratégia da mais-valia relativa, cuja consequência é a de absorver os efeitos das lutas.”³⁷³

A assimilação das reivindicações dos trabalhadores e o desencadeamento dos mecanismos de aumento da produtividade são apenas alguns dos dados do problema. Os conflitos sociais, como já mencionamos, consistem em reivindicações que são levadas a diante pelos trabalhadores através de alguma forma de organização, e esse é o segundo aspecto a ser considerado.

No que diz respeito às formas de organização dos trabalhadores nos processos de luta contra o capital, estas podem se dar de forma individual ou coletiva. As formas individuais, sejam elas passivas (alcoolismo, absenteísmo, uso de drogas, simulações etc.) ou ativas (quando o trabalhador sabota ou entra em conflito direto com os encarregados e a empresa), não rompem

³⁷³ Id. *Ibid.*, p. 75. Pode parecer a primeira vista paradoxal a afirmação de que são as lutas sociais os elementos motores do desenvolvimento deste modo de produção, pautando a busca de novos patamares de produtividade. No entanto, encontramos na obra de Pierre Dubois uma análise que apoia esta perspectiva, realizada a partir das lutas registradas na França entre 1968 e 1974. Nesta obra, podemos ver que as greves provocam uma queda de produção momentânea seguida de uma retomada nos períodos seguintes. A greve pode significar uma diminuição irreparável no nível das empresas, enquanto no nível dos setores e do conjunto da economia as greves estimulam o progresso técnico. Como resultado das jornadas de 1968, por exemplo, “apesar das greves mais importantes jamais registradas na história social da França (150 milhões de jornadas de greve), a produção industrial média de 1968 é superior 4,5% a de 1967.” DUBOIS, Pierre. **Le sabotage dans l'industrie**. Paris: Calmann-Levy, 1976. p. 35.

com a individualização e a fragmentação dos trabalhadores impostas pelo capital, restando no interior do quadro disciplinar e sendo por isso facilmente reprimidas ou assimiladas.³⁷⁴

Diferentemente se passa nos conflitos coletivos, e aqui entramos diretamente no tema da autonomia e da autogestão dos trabalhadores dos seus processos de luta. Mas mesmo nesses casos, existem os conflitos coletivos desenvolvidos com a passividade dos trabalhadores, como quando nos processos de greve em que a organização e o encaminhamento da luta cabem quase sempre exclusivamente às direções sindicais ou quaisquer outros organismos burocráticos que mantêm os trabalhadores afastados dos processos de decisões e da ação direta. Nestes casos, os trabalhadores reproduzem nos processo de luta as formas de organização semelhantes aquelas que os integra no interior das unidades de produção, mantendo-os fragmentados e isolados reciprocamente. São exemplos extremos desse tipo aquelas que no Brasil são chamadas de “greve pijama”, em que os trabalhadores, ainda que participem da deflagração do conflito, ficam em casa aguardando o desfecho das negociações realizadas pelas direções sindicais. Estes trabalhadores podem participar, durante a greve, de assembleias e mesmo manifestações públicas, mas nunca atingem a ocupação dos locais de trabalho ou colocam em causa a hierarquia das empresas.

Nas lutas coletivas e ativas, os trabalhadores reforçam os laços de solidariedade e inter-relacionamento vivenciados infor-

³⁷⁴ “Em qualquer conflito os trabalhadores rompem a disciplina da empresa, na medida em que violam as normas de produção. Quando, porém, adotam formas individuais de organização, reproduzem ao mesmo tempo a fragmentação em que se encontram e, por aí, reforçam as próprias bases disciplinares do capitalismo. Na realidade, sendo permanente a existência de conflitos sociais, a disciplina da empresa é um processo contraditório, de um lado a imposição de normas, de outro a sua contestação, de maneira que a disciplina acaba por ser, em cada momento, o resultado desta contradição. E pode manter-se enquanto a contestação for individualizada.” BERNARDO, João. **Economia dos conflitos...** Op. cit., p. 318.

malmente no interior das unidades de produção. Nestes casos, os trabalhadores apresentam-se como corpo único e tomam para si as decisões referentes à condução do conflito. Mediante a participação e a ação direta do coletivo dos trabalhadores, seja diretamente ou através de delegados eleitos e submetidos a um permanente controle, podem decidir pela ocupação das instalações e o reinício da produção por conta própria, reestruturando as relações sociais vigentes no interior das empresas. Nesses casos mais extremos, para prosseguirem no quadro de solidariedade então criado, os trabalhadores podem promover alterações no processo de trabalho para permitir a aproximação e o inter-relacionamento entre o maior número possível durante a realização das atividades, projetando o quadro de relacionamento informal que anteriormente mantinham na produção para o capital como ponto de partida para as relações sociais novas forjadas no processo da luta. Deste modo, “ao organizarem-se, por iniciativa própria, em violação das normas, os trabalhadores estão a afirmar a vontade de decidirem o seu inter-relacionamento durante o trabalho e, portanto, manifestam uma tendência prática ao controle dos processos econômicos.”³⁷⁵

A autonomia define-se, portanto, pelas lutas coletivas e ativas em que os trabalhadores rompem com a disciplina da empresa e projetam num mesmo movimento novas formas de relacionamento social. E é apenas quando rompem positivamente

³⁷⁵ Id. *Ibid.*, p. 320. Castoriadis, ao tratar da questão da coerção e da disciplina nas empresas, frisava que no interior das unidades de produção os trabalhadores estabeleciam entre si uma disciplina própria que funcionava informalmente e que garantia inclusive o prosseguimento da produção, pois “os grupos humanos nunca foram e nunca são conglomerados caóticos de indivíduos movidos unicamente pelo egoísmo e em luta uns contra os outros, como querem fazer acreditar os ideólogos do capitalismo e da burocracia, que desta forma não exprimem outra coisa senão sua própria mentalidade. Nos grupos, em particular naqueles que se acham ligados a uma tarefa comum permanente, surgem sempre normas de comportamento e uma pressão coletiva que os faz respeitar”. CASTORIADIS, Cornélius. **Socialismo ou barbárie**: o conteúdo do socialismo. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 216.

te com a hierarquia e a disciplina do capital, pautadas estas na fragmentação, individualização e inferioridade a uma autoridade instituída, que os trabalhadores podem unificar-se em um novo quadro de relacionamento antagônico ao capitalismo, pautados por sua vez no coletivismo e no igualitarismo:

A hierarquização no interior da força de trabalho, surge então como alternativa o igualitarismo – todos são iguais perante a exploração e a opressão do capital. O igualitarismo é a condição e, ao mesmo tempo, o resultado do empenho ativo dos trabalhadores na luta. [...] O coletivismo é o segundo destes aspectos – todos juntos contra o divisionismo do capital, contra a fragmentação e particularização a que está sujeita a força de trabalho. O coletivismo é a condição e, simultaneamente, o resultado do caráter ativo da participação.³⁷⁶

Para João Bernardo, são precisamente as formas de organização dos trabalhadores que definem o critério de radicalidade das lutas empreendidas, e não as reivindicações imediatamente formuladas. Dito de outra maneira, no processo das lutas autônomas, “a sua forma torna-se o mais importante conteúdo.”³⁷⁷ Ao mesmo tempo, com o prosseguimento das lutas, os traba-

³⁷⁶ BERNARDO, João. *Economia dos conflitos...* Op. cit., p. 324. Num texto inspirado na obra de João Bernardo, e no coletivo que publicou durante a Revolução dos Cravos o *Jornal Combate*, Lúcia Bruno definiu esta questão da seguinte maneira: “O que define a autonomia operária, enquanto prática social, é a sua capacidade de criar relações sociais de tipo novo, que se configuram em antagonismo aberto com as relações sociais existentes na sociedade capitalista. Em que sentido? No sentido de que a autonomia operária expressa-se pela prática da ação direta contra o capital, realizada a partir dos locais de produção – espinha dorsal do capitalismo. Essa ação direta unifica o poder de decisão e execução, elimina a divisão entre trabalho manual e intelectual, abole a separação entre dirigentes e dirigidos, e extingue a representação por delegação de poder. No terreno da autonomia operária, o trabalhador não se faz representar. Ele se apresenta.” BRUNO, Lúcia Barreto. **O que é autonomia operária.** São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 8.

³⁷⁷ BERNARDO, João. *Economia dos conflitos...* Op. cit., p. 323.

lhadores criam suas próprias instituições (conselhos, comissões, comitês, etc.), que se pautam por sua vez pela participação ativa de todos os membros através das assembleias e da eleição de delegados com funções executivas, revogáveis a qualquer momento. É, portanto, no plano das formas de luta autônomas, e das relações sociais novas daí originadas, que podem ser encontrados os germes de um futuro modo de produção.³⁷⁸

Quando os conflitos em que os trabalhadores organizam-se de forma autônoma expandem-se até abrangerem o nível de uma cidade ou de um país, o inter-relacionamento entre as diferentes empresas e entre estas e as organizações coletivistas surgidas em outros espaços da vida social, seja nos bairros, nas escolas, nos transportes etc., faz com que novas instituições sejam criadas para unificar esses processos de luta, projetando-se daí a tendência a assumirem a gestão coletiva da sociedade. No entanto, como o capitalismo é um sistema globalizado, apenas nesse nível as lutas dos trabalhadores poderão desenvolver as instituições que permitam a realização do novo modo de produção. Enquanto isto não se verificar e os trabalhadores permanecerem repartidos por inúmeras clivagens corporativas, nacionalidades, etnias etc., o avanço das lutas autônomas e a autogestão das unidades produtivas encontrarão como limites intransponíveis as relações capitalistas que prevalecem nas demais esferas da sociedade. Veremos adiante como estes limites manifestam-se, entre outros, no próprio isolamento das lutas, no relacionamento com o Estado, com o mercado mundial e no quadro tecnológico vigente.

Sempre que as lutas são desenvolvidas de forma autônoma, através da criação pelos trabalhadores de novas relações sociais e instituições que veiculem estas relações, o problema para o capital

³⁷⁸ “...não se trata de um mero projeto ideológico, de nenhuma utopia simplesmente desejável, mas de algo que se constitui na realidade, de maneira verificável, nas relações coletivas e igualitárias que entre si estabelecem os participantes nestas formas de luta.” Id. *Ibid.*, p. 334.

deixa de residir apenas na assimilação das reivindicações, pois são então as próprias formas de organização das lutas a serem recuperadas. A recuperação quotidiana das reivindicações formuladas pelos trabalhadores, isto é, as respostas do capital em busca de novos patamares de produtividade, produzem as flutuações econômicas que João Bernardo denomina “ciclos curtos da mais-valia relativa”.³⁷⁹

Após o colapso das lutas organizadas autonomamente pelos trabalhadores, são então as próprias formas de organização e as instituições novas então criadas que passam a ser os alvos dos processos de assimilação, tendo em vista a sua reversão para a remodelação dos processos de trabalho. Neste caso, estas organizações e instituições são recuperadas, depuradas obviamente do seu potencial anticapitalista através da desfiguração do seu caráter coletivista e igualitarista originário, sendo eliminados os critérios de eficácia social produzidos pelas relações sociais novas que informavam o sentido das lutas. Em seu sentido profundo, significa que são as formas de luta criadas autonomamente pelos trabalhadores nos processos de luta contra o capital, em seu sentido degenerado, que podem ser assimiladas e que passam a fornecer os parâmetros para a sua aplicação às avessas na reorganização dos processos produtivos, inaugurando um novo quadro para a emergência de conflitos. Esse processo de assimilação das formas de organização e das instituições, João Bernardo denomina de “ciclos longos da mais-valia relativa”.

Os ciclos longos de mais-valia relativa não se limitam aos processos de assimilação desenvolvidos no âmbito de cada unidade de produção, com a introdução de novas tecnologias e/ou a reorganização do processo de trabalho para compensar, mediante a elevação da produtividade, as reivindicações cedidas aos trabalhadores. A assimilação das instituições criadas durante as lutas autônomas exigem remodelações ao nível das condições

³⁷⁹ Id. *Ibid.*, p. 350.

gerais de produção, onde o acréscimo de produtividade abrange todo o conjunto da economia. Como se tratam de processos mais profundos, e que requerem igualmente altos investimentos, precisam ser realizados pelo conjunto das classes capitalistas, o que significa ser o Estado o agente principal dessas transformações, enquanto as unidades de produção particularizadas incumbem-se das remodelações internas que lhes cabem como integrantes do Estado ampliado.

Pelo que disto pudemos compreender, a assimilação dessas modalidades de conflito desencadeia a reformulação, por exemplo, dos processos de reprodução da força de trabalho, com modificações nos meios de transporte, das habitações e do comércio dos produtos populares, e repercute especialmente na própria produção da nova força de trabalho, com investimentos nas instituições e nos métodos de ensino, das estruturas de lazer e dos meios de informação e propaganda.

Deste modo, o processo de assimilação das lutas autônomas é o que vai cadenciar os ciclos de mais-valia relativa.

A fase de ascensão de formas autônomas de luta marca o início de um ciclo longo de mais-valia relativa. Os repetidos colapsos constituem, por si mesmos, o quadro em que essas formas degeneram-se e são assimiladas pelo capitalismo, criando-se progressivamente mecanismos que permitem a assimilação cada vez mais fácil e rápida das lutas do mesmo tipo que venham a desencadear-se. É esta a segunda fase. Quanto mais solidamente a fase de assimilação parece estar implantada, mais começam, porém, a difundir-se novos tipos de luta autônoma, cuja recuperação é inviável no interior dos mecanismos já constituídos. A generalização destes novos tipos de luta marca o início da primeira fase do ciclo seguinte.³⁸⁰

³⁸⁰ Id. *Ibid.*, p. 351-352.

A partir desse quadro geral em que se concebe o desenvolvimento, os colapsos, a recuperação e a assimilação das lutas autônomas dos trabalhadores, João Bernardo estabelece então a periodização histórica dos ciclos verificados nos últimos dois séculos, lembrando que, nesses casos, torna-se impossível o estabelecimento de datas precisas para cada um dos momentos considerados.

Na cronologia que proponho, deixo numa data incerta a abertura do primeiro ciclo, começando a fase de assimilação em torno do ano de 1848, para se esgotar nos meados da década de 1860, quando se passou ao segundo ciclo longo. Neste, a ascensão de novos tipos de luta autônoma processou-se até o princípio da década de 1870, iniciando-se a sua assimilação desde os meados dessa década até 1916 ou 1917. De 1917 até meados da década de 30, teve lugar um surto ascensional de lutas autônomas, que foi plenamente assimilado desde então até os anos iniciais da década de 60. Com o começo dessa década, inaugurou-se o quarto dos ciclos longos, cuja fase de ascensão das formas autônomas de luta julgo ter em geral ocorrido até meados da década de 70, por vezes mesmo ter tocado os anos iniciais da década de 80, parecendo-me que entrou já na fase de assimilação plena.³⁸¹

Nesta proposição, estaríamos atravessando um momento de assimilação plena do ciclo de lutas iniciado na década de 60, que fervilhou nos países centrais durante os anos finais dessa década, encontrou um solo fértil para o seu desenvolvimento em meados da década de 70 em Portugal, e ecoou de forma peculiar no final dos anos 70 nas febres de coalizão autônomas dos trabalhadores em países como Brasil e Polônia. Na sucessão dos quatro ciclos, as lutas dos trabalhadores apresentaram um movimento crescente pa-

³⁸¹ Id. *Ibid.*, p. 352.

ra o privilegiamento das lutas no interior das empresas, colocando em cena formas variadas de greves com ocupação das instalações e autogestão dos processos de trabalho, almejando em alguns casos a reorganização das unidades produtivas e da vida social.

Neste último ciclo de lutas autônomas, diante um aparelho de poder organizado transnacionalmente, com uma classe capitalista cada vez mais articulada no plano global, os trabalhadores encontravam-se ainda repartidos nacionalmente, constituindo essa fragmentação um sério obstáculo ao alastramento da luta e seu desenvolvimento simultâneo em um maior número de países. Porém, ao lado da assimilação das instituições de luta, o capital busca nesse ciclo atual recuperar a própria capacidade e disposição dos trabalhadores de criar formas autônomas de organização, que envolvem a participação ativa do maior número de seus membros. É então esta “capacidade intelectual da força de trabalho” que passa a ser a base dos processos de assimilação. O objetivo visado deixa de ser a otimização do componente muscular da força de trabalho, buscando o capital a exploração do componente intelectual, o que amplifica as possibilidades para o aumento da produtividade e da exploração. Desse novo quadro resulta o aumento do conteúdo intelectual do trabalho, a complexificação das tarefas como base para a informatização, a formalização dos grupos de trabalhadores no interior das unidades produtivas e sua integração como espaços institucionalizados pela administração, que transforma a capacidade de auto-organização dos trabalhadores em novos mecanismos de mais-valia relativa.

Representará esse movimento um passo em falso do capital? Ao aumentar a complexidade do trabalho e permitir um grau maior de autonomia (ainda que restrita aos interesses da produção e do lucro) aos grupos dos trabalhadores no interior das unidades de produção, estará o capitalismo criando as condições para que os

trabalhadores possam ultrapassar a sua fragmentação em direção ao controle efetivo das unidades produtivas e da vida social? A obra de João Bernardo, neste aspecto, só nos permite sugerir que a resposta será dada pelos trabalhadores no próximo ciclo de lutas autônomas, quando então o capitalismo poderá ser posto em causa de maneira global e simultânea, ou reproduzir-se-á em novas bases.

Autogestão como prática social

Desde a grande propagação de formas coletivas e ativas de luta no interior das empresas durante a década de 60 e 70, o termo autogestão vem sendo utilizado em referência a uma variedade de situações e experiências. No Brasil, parece existir o risco de identificarmos a autogestão, cada vez mais, com um simples problema técnico de gestão industrial, enquanto estratégia que pode se tornar eficaz e rentável em virtude da sua funcionalidade econômica. Essa versão altamente economicista é apenas uma das variantes possíveis para a recuperação total do conceito pelo capitalismo, o que Bookchin denomina como o “grau de apropriação que as palavras sofrem na sociedade industrial.”³⁸²

A preocupação em não perder de vista o sentido histórico do conceito de autogestão, ou melhor, o sentido que esta prática assume na experiência histórica do movimento operário³⁸³, é a

³⁸² “O sentido altamente economicista que a palavra autogestão hoje evoca, não é senão, por si mesmo, uma prova gritante do grau de apropriação que as palavras sofrem na sociedade industrial. O termo ‘auto’, como prefixo, e a palavra ‘gestão’ tornaram-se, no plano das ideias e dos sentidos, opostos uma à outra. A ideia de gestão tende a apagar a ideia de autonomia. Pela influência dos valores tecnocráticos sobre o pensamento, a autogestão, conceito fundamental a uma administração libertária da vida e da sociedade, foi preterida a favor de uma estratégia de gestão eficaz e rentável.” BOOKCHIN, Murray. *Autogestão e tecnologias alternativas*. In.: M. Bookchin. **Textos dispersos**. Lisboa: Socius, 1998. p. 78-79.

³⁸³ Aqui, a história do movimento operário é entendida, conforme Castoriadis, como “a história da atividade dos homens que pertencem a uma categoria socioeconômica criada pelo capitalismo [...], através da qual essa categoria se transforma: se faz

que nos move nesse momento. Não se trata, obviamente, de uma tentativa de preservar o que seria a *pureza* do conceito, independente dos contextos em que emerge e das formas de organização em que se apresenta. Longe disso, busca-se apenas reafirmar o que parece ser o seu bem mais precioso: o seu conteúdo utópico e o seu potencial anticapitalista. Para isso, vamos tratar de apontar, primeiramente, alguns traços históricos da autogestão na experiência do movimento operário e, ao final, recuperar algumas considerações teóricas realizadas em momentos mais recentes.

No primeiro capítulo, quando nos dedicamos à recuperação histórica do cooperativismo e da economia social, procuramos deixar em suspenso o que fosse possível do campo que agora nos ocupa, o da autogestão ou das práticas autônomas dos trabalhadores realizadas no interior e contra este modo de produção. Não pudemos contudo nos esquivar de assinalar as múltiplas formas associativas dos trabalhadores, criadas durante todo o século XIX, e que constituem os primeiros exemplos de organização autônoma dos trabalhadores. Para o campo da economia social, o que se procura destacar desse percurso histórico é o papel das associações operárias no plano da assistência e da previdência realizadas pelos trabalhadores com base no apoio mútuo. Agora, no campo da autogestão, a ênfase recai sobre a própria forma organizativa dos trabalhadores e seus objetivos de oposição e resistência ao capitalismo.

As associações dos mestres de oficina, dos companheiros,

(e se diz e se pensa como) ‘classe’, num sentido novo dessa palavra – constitui-se efetivamente numa ‘classe’ cuja história não oferece nenhuma analogia próxima ou distante. Transforma-se transformando a passividade, a fragmentação, a concorrência (que o capitalismo visa e tende a lhe impor), em atividade, solidariedade, coletivização que inverte a significação da coletivização capitalista do trabalho. Ela inventa em sua vida cotidiana nas fábricas e fora delas, defesas sempre renovadas contra a exploração; engendra princípios estranhos e hostis ao capitalismo; cria formas de organização e de luta originais.” CASTORIADIS, Cornelius. **A experiência do movimento operário**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 72.

as sociedades mutualistas e de resistência e as múltiplas organizações cooperativas de consumo e de produção dos meios de vida foram experiências concretas de auto-organização dos trabalhadores. Em alguns momentos de “febre de coalizão”, como nas jornadas dos canuts durante o período de 1831-34, estas formas práticas de solidariedade ultrapassam as reivindicações mais imediatamente econômicas e os conflitos atingem o conjunto da organização social, tornando-se a forma associativa de base operária os parâmetros para a estruturação de uma nova realidade social. Estes movimentos, surgindo inicialmente com abrangência local ou regional, logo se expandem para outras regiões e categorias profissionais, revelando a necessidade de articulação das lutas em escalas mais amplas. E é neste instante, através do seu órgão de imprensa criado também autonomamente, que os operários da seda de Lyon lançam pela primeira vez a proposta de unificação das lutas e reforço dos laços de solidariedade de classe para além das fronteiras nacionais, quando enviam mensagens de solidariedade aos cartistas ingleses.

As sociedades mutualistas pretendiam assim organizar os trabalhadores para contrapô-los ao processo de produção capitalista, por meio de associações de apoio mútuo ou caixas de resistência fundadas na contribuição individual dos seus membros.³⁸⁴ Sob a forma de organizações da assistência e da previdência, as mútuas escondiam verdadeiras sociedades de resistência. Após um período de consolidação, lançavam-se à tarefa de criar sociedades de consumo e produção, colocando em questão o problema da “organização do trabalho”.

No século passado, a autogestão das lutas operárias ganha a forma de associações operárias. Estas formas associativas de produção, ao substituírem a competição entre os trabalhadores

³⁸⁴ TRAGTENBERG, Maurício. **Reflexões sobre socialismo**. São Paulo: Moderna, 1986. (Coleção Polêmica). p. 92.

pela solidariedade, a fragmentação pelo coletivismo, revelam um processo de auto-organização tomado como meio e fim. A autogestão das lutas surge como condição para a autogestão da produção e da vida social. Por isso a pedagogia das lutas operárias contém sempre uma dimensão organizativa, unificando os trabalhadores para reagirem à exploração e ao próprio regime de salariedade. De acordo com Maurício Tragtenberg,

A necessidade de lutar pela abolição do salariedade é que criou essas associações, que rapidamente tomaram a forma de uma associação permanente de luta. Por meio de sua prática, a associação pretendia construir uma existência social comum e, ao mesmo tempo, eliminar a concorrência que o capital estabelece entre os trabalhadores, substituindo-a pela união da classe.

A recomposição do modo de vida operário e a supressão da concorrência entre si e da divisão da classe em profissões (categorias) eram as razões de ser das associações operárias. E foram as greves e os vários processos de luta de classe que trouxeram à tona a prática dessas associações, tornando-se estas não somente a realidade antagônica ao sistema capitalista mas também o prenúncio da transformação deste.³⁸⁵

As associações operárias eram, portanto, consideradas os organismos de coalizão e luta criados pelos trabalhadores para levar adiante a sua própria emancipação social, e forneciam ao mesmo tempo as bases sobre as quais o processo de produção seria reorganizado. A eliminação da divisão tradicional do trabalho e das estruturas hierárquicas, a partir da criação e desenvolvimento das práticas associativas, informa o sentido das relações sociais novas, coletivas e igualitárias, que se tornam efetivas no interior das unidades produtivas.

³⁸⁵ Id. *Ibid.*, p. 11.

Nos *Manuscritos parisienses de 1844*, Marx vê nessas associações operárias o fundamento das relações sociais de produção comunistas, prenúncio da transformação do sistema capitalista. As associações realizam a unificação da luta econômica e da luta política, em que a própria forma associativa transforma-se no seu mais importante conteúdo.

Quando os artesãos comunistas se associam, sua finalidade é inicialmente a doutrina, a propaganda, etc. Mas com isso e ao mesmo tempo apropriam-se de uma nova necessidade, a necessidade de associação, e, o que parecia meio, converte-se em fim. Pode-se observar este movimento prático, em seus resultados mais brilhantes, quando se vêem reunidos os operários socialistas franceses. Já não necessitam de pretextos para reunir-se, de mediadores como o fumo, a bebida, a comida, etc. A vida em sociedade, a associação, a conversa, que por sua vez têm a sociedade como fim, lhes bastam. Entre eles, a fraternidade dos homens não é nenhuma fraseologia, mas sim uma verdade, e a nobreza da humanidade brilha nessas figuras endurecidas pelo trabalho.³⁸⁶

As associações aparecem para Marx como uma prática social em que o meio é ao mesmo tempo seu fim, isto é, que ao constituírem suas associações, os trabalhadores estão projetando uma nova sociedade, fundada na solidariedade prática entre os homens. Com isso, a construção das associações pode se transformar na luta pela própria associação. Afirmar, no entanto, que nas associações meio e fim são a mesma coisa, é diferente de afirmar que o meio vira fim, pois aí temos a definição dos processos de burocratização, em que o meio (a estrutura, o sindicato, o partido), torna-se o fim, e o fim para o qual foi criada determinada

³⁸⁶ MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Terceiro manuscrito. In.: Karl Marx. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os Pensadores) p. 187.

estrutura é esquecido. A associação elimina a concorrência entre os trabalhadores, unificando-os em torno dos seus interesses comuns, e lhes põe de acordo sobre a necessidade de enfrentar ao mesmo tempo o patronato, o regime de salariedade e o Estado como órgão separado da sociedade.

Desta maneira, podemos estabelecer por agora que a autogestão esteve sempre presente no horizonte da luta de classe, nas organizações e nos conflitos em que os trabalhadores rompem com a disciplina e a fragmentação que fundamentam as relações sociais do capital. Nessas febres de auto-organização, estabelecem relações sociais de tipo novo e criam instituições originais, autônomas e antagônicas a esse modo de produção.

Quando a questão da ruptura com a ordem instituída aparece na ordem do dia, a separação entre dirigentes e dirigidos é eliminada, suprimindo-se ao mesmo tempo os intermediários políticos. O fortalecimento da identidade coletiva faz com que seus membros, reunidos nos organismos coletivos, identifiquem-se pelos interesses comuns e pela solidariedade recíproca, rompendo com o individualismo e a hierarquia. A criação espontânea substitui a subordinação passiva.

Essas são as imagens, por exemplo, das jornadas de 14 de julho de 1789, quando um movimento de massas elege seus alvos nos ressentimentos sociais herdados e vividos. Michelet encontra na tomada da Bastilha uma multidão guiada por uma espécie de “ato de fé coletiva”: “ninguém o propôs, mas todos acreditaram nele, e todos agiram.”³⁸⁷ Na revolução europeia de 1848, Alexis de Tocqueville, que não nutria propriamente grande admiração pelo movimento operário, nos deixa como lembrança uma descrição de uma ação clássica de produção e resistência: “As barricadas eram construídas com arte por um pequeno

³⁸⁷ MICHELET, Jules. **História da Revolução Francesa**: da queda da Bastilha à festa da Federação. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

número de homens que trabalhavam diligentemente, não como criminosos premidos pelo temor de serem surpreendidos em flagrante delito, mas como bons operários que querem terminar sua tarefa rapidamente e bem.”³⁸⁸

Na nova “febre de coalizão” que se segue durante os anos de 1860, como vimos no primeiro capítulo, os trabalhadores mantêm um amplo processo de associação de resistência e de criação de sociedades de produção e de consumo, desenvolvendo nesse período uma vasta onda de greves. Ao mesmo tempo, estendem o laço de solidariedade no plano internacional para fazer frente à internacionalização do capital e das relações sociais de produção capitalistas. Daí a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), em 1864, por delegados de vários países, especialmente na Inglaterra e França.³⁸⁹

A criação AIT materializa no plano internacional os processos de coalizão desenvolvidos em vários países ao mesmo tempo, articulando formas de ajuda-mútua por sobre as nacionalidades e as fronteiras dos países. Na França, os operários parisienses desenvolvem nesse período um amplo processo associativo que irá culminar nas realizações da Comuna em 1871.

Vimos já, no capítulo anterior, como o período que antecedeu a Comuna foi marcado por um amplo surto de coalizão, sendo as sociedades operárias consideradas as estruturas que, ao se constituírem, intentam destruir as engrenagens que os oprimem e exploram. Para os internacionalistas franceses, a construção das novas instituições tem como objetivo preparar os trabalhadores para assumirem coletivamente os meios de produção e da vida social. E esta tarefa não poderia ser improvisada “após” a tomada do poder político, pois tinham que estar desde antes

³⁸⁸ TOCQUEVILLE, Alexis. **Lembranças de 1848...** Op. cit., p. 91-2.

³⁸⁹ TRAGTENBERG, M. **Reflexões sobre...** Op. cit., p. 19-24. Ver também Kriegel, Annie. **Las internacionales obreras**. Barcelona: Martínez Roca, 1968.

disso consolidadas para evitar que a revolução “escapasse entre os dedos” dos trabalhadores, o que seria o mesmo que substituir uma camada dirigente por outra, colando-se no velho uma nova etiqueta. No entanto, a história não se fez esperar e precipitou os acontecimentos.

A Comuna de Paris foi apontada por Engels como a realização prática da ditadura do proletariado. Em pouco mais de dois meses e meio, substituiu o exército permanente por uma Guarda Nacional formada por operários e dirigida por um Comitê Central eleito por todos os seus efetivos; instituiu conselheiros municipais eleitos por sufrágio universal, que poderiam ser substituídos a qualquer momento; fez com que todos os funcionários públicos recebam salários de operários e passassem a ser demitidos a qualquer momento; operou a separação entre a Igreja e o Estado, expropriando todas as Igrejas como instituições possuidoras; abriu todas as instituições de ensino gratuitamente ao povo, emancipando-as ao mesmo tempo de toda intromissão da Igreja e do Estado; tornou os magistrados e os juizes funcionários eleitos, removíveis a qualquer momento e; entregou todas as oficinas e fábricas fechadas às organizações operárias.³⁹⁰

Para Marx, a Comuna “era, essencialmente, um governo de classe operária, fruto da luta de classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política afinal descoberta para levar a cabo a emancipação econômica do trabalho.”³⁹¹ Ao substituir o governo centralizado pelo “autogoverno dos produtores”, a Comuna confirma a unidade entre luta econômica e luta política, na medida em que “a dominação política dos produtores é incompatível com a perpetuação de sua escravização social.”³⁹²

³⁹⁰ ENGELS, Friedrich. Introdução. In.: Marx, Karl. **A guerra civil na França**. São Paulo: Global, 1986.

³⁹¹ MARX, Karl. **A guerra...** Op. cit., p. 75-76. [os grifos são nossos]

³⁹² Id. *Ibid.*, p. 76. “A comuna devia servir de alavanca para extirpar os fundamentos econômicos sobre os quais se apoia a existência das classes e, por conseguinte, a

Quanto à organização do trabalho, o estudo de Claudio Nascimento sobre o Programa da Comuna registra que

...houve uma demolição, pedaço por pedaço, de toda a organização capitalista do trabalho: as fabricas da comuna foram exemplo de democracia proletária. Os operários nomeavam os seus diretores, chefes de equipe, etc. Tinham o direito de revogá-los. Eles mesmos decidiam os salários, horários e condições de trabalho; um comitê de fábrica se reunia todos os dias para programar o trabalho. Um verdadeiro autogoverno dos trabalhadores.³⁹³

A forma política nova que apresenta a Comuna, esse conteúdo que assume na prática o autogoverno dos produtores, encontrava-se em gestação durante o longo processo de reorganização e associação da classe operária francesa. A comuna apenas revelou-a. Esse processo associativo preparou as condições para que os trabalhadores transformassem os laços de solidariedade em formas coletivas de organização e ação política. As associações de todo tipo (jornais, cozinhas comunitárias, associações e federações operárias, etc.) eram ao mesmo tempo escola política, preparando os trabalhadores para a gestão da vida social. Um ano antes da Comuna, num artigo publicado em *La Marseillaise* (11 de março de 1870), Eugène Varlin, um dos membros mais ativos da AIT Francesa e da Comuna e Paris, antevê uma “revolução que avança ameaçadoramente”. Para esta revolução próxima, os objetivos dos internacionalistas eram altos:

Os Estados políticos não tem sido, [...] mais do que a continuação do regime de conquista que preside o estabelecimento da autoridade e da servidão das massas:

dominação de classe. Uma vez emancipado o trabalho, todo homem se converte em trabalhador, e o trabalho produtivo deixa de ser um atributo de classe.” Id. *Ibid.*, *Ibidem.*

³⁹³ NASCIMENTO, Claudio. O Programa da Comuna. In: **A Comuna de Paris: história e atualidades**. São Paulo: Ícone, 2002. [Biblioteca Espaço Marx]

governos republicanos, como na Suíça ou nos Estados Unidos; constitucionais e oligárquicos, como na Bélgica ou na Inglaterra; autocráticos, como na Rússia; é sempre a autoridade a encarregada de manter as massas no respeito à lei estabelecida, para o proveito de uns poucos. Esta autoridade pode ser mais ou menos rígida, mais ou menos arbitrária; mas isso não muda a base das relações econômicas, e os trabalhadores continuam sempre a mercê dos detentores do capital.

“Definitivamente, a revolução próxima não deve resultar apenas numa mudança de etiqueta governamental, ou em reformas de detalhe; deverá emancipar radicalmente aos trabalhadores de toda exploração: capitalista ou política, e estabelecer a justiça nas relações sociais.³⁹⁴

Não se trata, portanto, apenas de trocar uns gestores por outros, de operar com formas gerenciais mais ou menos democráticas, de transformar a propriedade privada pela estatal. A autogestão só tem sentido se alterar o sentido do próprio trabalho, se transformá-lo numa atividade entre outras, se torná-la tão importante quanto participação política nos assuntos do bairro e da cidade. Como disse Marx acima, luta econômica e luta política estão unificadas, pois a dominação política dos trabalhadores pressupõe o fim da sua escravização social. É nesse sentido que a emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios.

Essa parece ser a aspiração profunda da autogestão. O desenvolvimento de formas associativas em larga escala, ao estender as relações coletivas e igualitárias nos espaços cada vez mais ampliados, rompe com o isolamento e a fragmentação de classe, abole a hierarquia e a disciplina que fundam as relações de exploração e dominação. Esse caráter pedagógico profundo da auto-organização nos coloca diante do problema da autoemancipação.

³⁹⁴ VARLIN, Eugène. *Practica militante y escritos...* Op. cit., p. 87-90.

Os momentos de ruptura carregam no ventre a necessidade de reorganização da sociedade e do poder, a re-significação do espaço da cidade e da produção das condições de existência de forma igualitária e coletiva. Neste instante, quando se defrontam com a necessidade de reorganizar a produção e a vida social, os trabalhadores utilizam-se das mãos e da inteligência para a criação das suas próprias formas de organização (conselhos, comitês de fábrica, etc.), em completo antagonismo com as formas hierárquicas capitalistas.

Nessa perspectiva, a autogestão pode ser compreendida como uma tendência histórica do movimento operário, um fenômeno que emerge nos momentos em que o acirramento agudo da luta de classes projeta a autonomia operária no domínio econômico, político e social. Assim o foi na Comuna de Paris de 1871, na Revolução Russa de 1917, na Revolução Alemã de 1918/19, na Guerra Civil Espanhola de 1936/39, na Revolução Húngara de 1956, no Movimento de Maio de 1968 na Europa, na Revolução dos Cravos de 1974 em Portugal, na criação do sindicato Solidariedade na Polônia em 1978, nas greves do final da década de 70 em São Paulo, etc.³⁹⁵

Quando a autonomia operária se projeta simultaneamente nos planos econômico e político, quando se coloca em prática a democracia operária, as relações que os trabalhadores estabelecem entre si no processo de luta passam a reorientar a organização do processo de trabalho e instituir práticas autogestionárias. Quando ocorre, “essa ação direta unifica o poder de decisão e execução, elimina a divisão entre trabalho manual e intelectual,

³⁹⁵ Para uma leitura em conjunto destes momentos históricos sobre o ângulo da autogestão operária, ver TRAGTENBERG, Maurício. **Reflexões...** Op. cit.,; NASCIMENTO, Claudio. **As Lutas Operárias Autônomas e Autogestionárias**. Rio de Janeiro: Cedac, 1986. Sobre as greves de 78 no Brasil, ver: ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do Trabalho: o confronto do operariado no ABC paulista: as greves de 1978/80**. Campinas: Unicamp, 1992.

abole a separação entre dirigentes e dirigidos e extingue a representação por delegação de poder.”³⁹⁶

Nesse processo de auto-organização, os trabalhadores criam novas instituições, antagonicas às instituições do capital. Foi o que sucedeu nas Revoluções Russas de 1905 e 1917, por exemplo, quando os trabalhadores russos criam no processo de luta os *soviets*. Trata-se de uma instituição fundada na democracia direta, na elegibilidade e revogabilidade dos delegados pela assembleia geral. Num Colóquio realizado em Bruxelas sobre Proudhon, Georges Gurvitch dá um depoimento sobre os soviets russos de 1917, do qual destacamos a seguinte passagem:

Trago um testemunho pessoal direto: os primeiros soviets russos foram organizados pelos proudhonianos, que eram os elementos de esquerda do partido socialista revolucionário ou da ala esquerda da social-democracia russa. Não é em Marx que eles vão tomar a ideia da revolução pelos soviets de base, porque essa é uma ideia essencialmente, exclusivamente proudhoniana. Como eu era um dos organizadores dos soviets russos de 1917, posso falar com conhecimento de causa. Eu me lembro dos primeiros soviets organizados na Usina Poutiloff antes da chegada ao poder dos comunistas e testemunhei que os que os organizavam estavam penetrados pelas ideias proudhonianas. A um ponto tal que Lenin não pode evitar essa influência.³⁹⁷

Este depoimento de Gurvitch nos ajuda a compreender o destino que teve esta instituição operária sob o poder bolchevique, e os motivos que levaram ao massacre dos marinheiros de Kronstadt quando reivindicaram, entre outras coisas, “todo poder

³⁹⁶ BRUNO, Lúcia. **O que é autonomia operária**. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 8.

³⁹⁷ DUVIGNAUD, Jean. Georges Gurvitch: une théorie sociologique de l'autogestion. Revue **Autogestion**. Paris: Anthropos, decembre 1966. Cahier n. 1, p. 5-57.

aos soviets”. Para Anton Pannekoek, um dos teóricos da vertente conselhistas, a emancipação dos trabalhadores exige que estes se encontrem numa “verdadeira situação de autonomia”, pois

Deixar-se libertar por outros, que tenderão necessariamente a fazer dessa ‘libertação’ um novo instrumento de domínio, é simplesmente substituir os antigos senhores por outros; é dar azo a que a luta redunde apenas num simulacro de libertação, e a aparente vitória sobre o poder capitalista seja somente uma transferência de domínio, de exploração e repressão da classe operária.³⁹⁸

Os conselhos operários, soviets, comitês de greve, comissões de fábrica são instituições criadas de forma autônoma e original pelos trabalhadores, visando o controle e a gestão da produção e de toda a vida social. No entanto, não se deve cair na mistificação destes organismos de base operária. Nos momentos de ascensão dos conflitos sociais, o surgimento das comissões atesta um grau elevado de unidade dos trabalhadores na luta, ultrapassando os sindicatos e os partidos políticos. A comissão permanecerá como instituição de realização desta unidade enquanto os trabalhadores mantiverem-se dedicados ativamente nas tomadas de decisão e no encaminhamento prático dessas decisões. Quando ocorre o isolamento da comissão e seus membros passam a ser mais do que meros executores das decisões tomadas pelo coletivo, é sinal de que teve início o processo de refluxo e recuperação da luta.

No momento em que as lutas estão ainda em ascensão, as atividades das comissões tendem à unificação com outros cole-

³⁹⁸ PANNEKOEK, Anton. Conselhos Operários. In: Pannekoek, A.; Salvadori, M.; Magri, L.; Gerratana, V. **Conselhos Operários**. Coimbra: Centelha, 1975.p. 8. Sobre os conselhos operários, ver também: Adler, Max. **Conselhos operários e revolução**. Coimbra: Centelha, 1976. Guérin, Daniel. El anarquismo en la revolución rusa. In.: Guérin, D. **El anarquismo**. Buenos Aires: Altamira; Montevideo: Nordan-Comunidad, 1992.

tivos em luta. Foi o que sucedeu, por exemplo, na Guerra Civil Espanhola de 1936 a 1939, onde o processo de autogestão desenvolvido no campo e na cidade é integrado por um planejamento de baixo para cima na área não dominada por Franco.³⁹⁹ Do mesmo modo, após o 25 de abril de 1974, como veremos adiante, os trabalhadores portugueses ocupam as fábricas abandonadas pelos capitalistas e passam a reorganizar a produção de forma autogestionária. Durante esse processo, as empresas onde os trabalhadores praticam a autogestão realizam entre si a troca de produtos, forjando um mercado de solidariedade.

Neste mesmo espírito insere-se Maio de 68, que despertou uma onda de greves nunca vista na história da França. Fala-se em dez milhões de grevistas, milhões de jornadas de trabalho perdidas. A proliferação de greves com ocupação de empresas revelou “formas de ação e modelos de participação coletivos dos traba-

³⁹⁹ Sobre este assunto, nos apoiamos em: TRAGTENBERG, Maurício. Uma prática de participação: as coletivizações na Espanha (1936/1939). In.: **Participação e Participações**: ensaios sobre autogestão. Fernando C. Prestes Motta [et. al.]; São Paulo: Babel Cultural, 1987. p. 21-60. SANTILLÁN, Diego Abad. **Organismo econômico da revolução**: a autogestão na revolução espanhola. São Paulo: Brasiliense, 1980. Diego Santillan, que participou diretamente na preparação da organização econômica da área republicana durante a Guerra Civil, resume desta maneira a nova estrutura das relações econômicas: “Partimos da célula primária, o camponês, o operário, o mineiro, o pescador, o homem; passamos pelo primeiro agrupamento de células, unidas pela função similar no mesmo local de trabalho, o Conselho de Fábrica ou de granja, ou de navio, ou de mina, etc. A seguir, encontramos associações destas primeiras colônias trabalhadoras nos Sindicatos ou Seções, por fim nos Conselhos de Ramo, onde se concentram todos os esforços que levam a cabo uma função econômica completa. Vimos como estes Conselhos de ramo se federam num Conselho local de economia e como a outra de suas bifurcações liga-se às Federações Nacionais dos Conselhos de Ramo. Por intermédio dos Conselhos de Economia, o trabalho ganha unidade e organicidade no âmbito local, a seguir no regional, com os Conselhos regionais de economia, e por fim no país inteiro, com o Conselho federal da economia, formado por delegações dos Conselhos regionais.

“Não há, inerente a todo este mecanismo, já esboçado no funcionamento da organização operária anticapitalista, nenhum elemento próprio ao princípio de autoridade” (p. 185-186).

lhadores na luta que ultrapassaram largamente a estrutura categorial e minoritária das organizações sindicais⁴⁰⁰, motivo pelo qual acabaram sendo denominadas “greves selvagens”.⁴⁰¹ Nessas greves, o campo de ação dos trabalhadores no interior das empresas registrou a tomada de controle sobre os despedimentos, sobre a classificação interna das funções, sobre as cadências e a produtividade, sobre as fichas de trabalho e os salários, sobre os horários e a jornada de trabalho etc. Em vários casos, os trabalhadores recorreram à sequestração dos diretores da empresa para forçar as negociações. Apenas em 1971, dos mais de 4.000 conflitos registrados, 123 deram-se com a sequestração dos gestores.⁴⁰²

Essas lutas generalizaram-se até abranger o nível da municipalidade. O comitê de greve da cidade de Nantes chegou a controlar, durante alguns dias, a circulação da cidade através de barricadas e da distribuição de licenças para a entrada e saída. Parece que este comitê chegou a emitir vales-crédito, aceites como moeda entre alguns comerciantes e agricultores. Em Caen, o comitê de greve proibiu o acesso à cidade durante vinte e quatro horas.⁴⁰³

É neste período que tem início a luta exemplar dos trabalhadores da fábrica de relógios Lip, em Besançon. Fundada em 1886 pela família Lip, a fábrica passou em 1967 para o controle do grupo suíço Ebauches SA. Os 1280 trabalhadores realizaram intensas lutas entre 1968 e 1973, quando se dá a ocupação com retomada da produção.⁴⁰⁴ Em 1968, já haviam ocupado

⁴⁰⁰ MALLET, Serge. L'après-mai 1968: grèves pour le contrôle ouvrier. In.: *Revue Sociologie du Travail*, 4/73, Paris, octobre-décembre, p. 301.

⁴⁰¹ Neste período, as greves selvagens varreram vários países europeus, como: Inglaterra, Bélgica, Holanda, Suécia, Espanha e Itália. Sobre esse tema, ver: **As greves selvagens na Europa Ocidental**. Porto: Afrontamento, 1973. [texto anônimo].

⁴⁰² DUBOIS, Pierre. La séquestration. In.: *Revue Sociologie du Travail...* Op. cit., 410.

⁴⁰³ MANDEL, Ernest. **Da Comuna à Maio de 68**. Lisboa: Antídoto, 1979. p. 276.

⁴⁰⁴ Nos baseamos aqui em VIRIEU, François-Henri. **100.000 relógios sem patrão: processo LIP**. Lisboa: Assírio & Alvin, 1976. E em: **LIP: os trabalhadores tomam conta da empresa**. Porto: Afrontamento, 1974.

a empresa; dois anos depois, reocuparam por 16 dias, tomando as salas da direção. Em alguns casos, chegaram a bloquear as estradas. No abril de 1973, dois administradores judiciais são designados para tratar da falência iminente da empresa. Os trabalhadores organizam-se. É criado um “Comitê de apoio a Lip”, com a participação da CFDT (Confederação Francesa Democrática do Trabalho), CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores) e partidos de esquerda. Uma intensa campanha é organizada para evitar o fechamento da fábrica e os despedimentos. Manifestações na cidade, no consulado suíço, envio de uma delegação de 200 trabalhadores para uma manifestação em frente à sede do grupo Ebauches na Suíça, quando se dá uma confraternização entre os trabalhadores. Neste período, os trabalhadores controlam a produção, diminuem o ritmo de trabalho e formam várias comissões. No dia 12 de junho, os operários tomam os escritórios, sequestram os administradores e encontram os planos que previam o fechamento da unidade e o despedimento de todos os trabalhadores. Com a fábrica ocupada, apoderam-se dos estoques, escondendo-os fora das instalações, e continuam a produção de forma autônoma, ocupando-se também eles próprios das vendas. Visitam outras fábricas em luta para a divulgação e propaganda, conquistando a solidariedade dos trabalhadores de todas as regiões da França. Um operário da Renault afirma que “comprar um relógio Lip é mais do que um apoio financeiro, é também um apoio moral.” Em dois meses, venderam 60 mil relógios, angariando 9 milhões de Francos, garantindo assim o pagamento dos salários (as chamadas “vendas selvagens”). João Bernardo informa que, durante esse processo, um negociante do Kuwait demonstrou o interesse em adquirir 30 mil relógios, com pagamento à vista. Os trabalhadores recusaram a oferta, ainda que lhes pudesse resolver muitas dificuldades, pois “era o ponto de vista social o determinante”, no que continuaram ocupando-se da venda

direta dos produtos: “aqueles bens não eram, aqui, incorporados de valor, mas de outro tipo de relações sociais, expressas na solidariedade.”⁴⁰⁵ Após 121 dias de greve, a polícia invade a fábrica e ocupa as instalações. Os trabalhadores montam uma unidade de produção e continuam a produzir. Em janeiro de 1974, após rejeitarem duas propostas negociadas pelos sindicatos, os trabalhadores aceitam um acordo que garantia o emprego para todos os trabalhadores, passando a empresa para outro grupo francês, e votam pelo retorno ao trabalho.

Para não nos limitarmos ao caso Lip, vale mencionar o exemplo de ocupação das instalações da Imprimerie Rouennaise (IMRO), na Normandia, em setembro de 1975.⁴⁰⁶ Com o fechamento da empresa em setembro de 1975, os 120 trabalhadores se viram atirados ao desemprego. Os trabalhadores já haviam ocupado a fábrica em 1974, quando o patrão tentou despedir 25 operários. Após 4 dias de ocupação, venceram e os trabalhadores foram reintegrados. Para o sindicato, “era uma luta aventureira e esquerdista, apesar de termos vencido”. Em junho de 76, realizaram um encontro/festival chamado “Porta aberta” e convidam todos os trabalhadores da França, a fim de popularizar a luta. Para os trabalhadores, a ocupação da fábrica era já uma coisa normal nos conflitos internos, “como comer e dormir”. Realizaram encontros em vários países (Alemanha, Inglaterra, Bélgica e Itália). Ocuparam a catedral de Rouem e lançaram panfletos. Do mesmo modo, ocuparam um jornal da cidade que não divulgava a luta da IMRO. Para os trabalhadores,

“...a nossa preferência é continuar a ocupação. Hoje, realmente vivemos as nossas vidas. Antes, quando estavam aqui os patrões, roubavam-nos as nossas vidas;

⁴⁰⁵ BERNARDO, João. *Economia dos...* Op. cit., p. 337-338.

⁴⁰⁶ Nos baseamos aqui na entrevista concedida em agosto de 1976 pelos trabalhadores da IMRO ao jornal inglês “Anarchist Worker”, reproduzida no jornal **Combate**, Lisboa, ano 3, n 46, 01/10 a 14/10/1976.

obrigavam-nos a imprimir coisas que eram contra os interesses da classe operária e portanto contra nós.”

É por causa disso que pensamos que para obter a vitória final significa nem mais nem menos mudar toda a estrutura da sociedade. Significa lutar contra o capitalismo. Eis porque rejeitamos a ideia de cooperativa de trabalhadores sobre o capitalismo, criando uma cooperativa em cada fábrica, uma pequena ilha de socialismo. Sempre estivemos muito firmes nesta questão – somos fundamentalmente contra as cooperativas operárias.

Sobre a organização do trabalho na IMRO, informam que

Com o nosso jornal “Special Licenciements”, um linotipista será algumas vezes editor, outras vezes impressor; um impressor será algumas vezes editor, outras vezes trabalha com o papel; o tipógrafo será algumas vezes impressor; o impressor será algumas vezes linotipista. É a maneira para todos os trabalhadores experimentarem os problemas de cada categoria de trabalho, de verem as condições de trabalho e os salários recebidos. [...] Mas não é, em realidade, possível falar de organização do trabalho, pois cada camada pode ter a iniciativa que julga apropriada.

Os trabalhadores da IMRO buscam uma articulação com outras fábricas em luta, estabelecendo ligações com a Lip, a Griffes (Marseille) e os sapateiros de Fougeros. Na Normandia, existiam na época outras tipografias ocupadas, e cerca de uma dúzia na França. Parecia que os trabalhadores haviam decidido tomar “as suas vidas” de volta.

Parece ter sido um aspecto comum dessas lutas a iniciativa de tornar os locais de trabalho um espaço aberto para a visita e troca de experiência com trabalhadores de outras profissões, o

que rompe completamente com o caráter fechado das empresas capitalistas. O mundo da fábrica é fechado em si mesmo, sendo as relações com as outras empresas mantidas no aspecto estritamente comercial. As empresas ocupadas mantinham a porta aberta exatamente para permitir que os trabalhadores entrassem em relação direta com outros trabalhadores e categorias, possibilitando a criação de novas formas de luta e a sua propagação para outros setores.

Foram esses processos intensos de lutas sociais desenvolvidos no pós-Maio de 68, até meados da década de 70, que propiciaram a propagação do termo autogestão no mundo ocidental. Anteriormente, o sentido dessas práticas era informado, com vimos, pelas expressões associação operária, auto-organização dos produtores, coletivização, gestão coletiva, gestão socialista, etc.

Autogestão e capitalismo

Em que pese o registro realizado por Henry Desroche de que a palavra autogestão fora empregada em 1937 pelo então secretário da Aliança Cooperativa Internacional, H. Maury⁴⁰⁷, será apenas durante a década de 60 que o termo irá se tornar corrente na França, especialmente para designar o regime político-econômico da Iugoslávia de Tito. A partir de então, passa a ser empregado e debatido por diversos atores do espectro socialista, como sindicatos, partidos políticos e, após Maio de 68, é utilizado correntemente também pela imprensa. Segundo Pierre Naville,

⁴⁰⁷ DESROCHE, Henry. **Solidarités Ouvrières**. Tome I. Sociétaires et compagnons dans les associations coopératives (1831-1900). Paris: Les Editions Ouvrières, 1981. p. 6. Comparando os movimentos cooperativas francês e britânico, Maury observava que “as condições de existência dos nossos movimentos demonstram ao menos que é vasto o campo de ação em que podem ser aplicados os princípios de autogestão [...] no qual o ideal de associação pode ser desenvolvido.”

Na França, a autogestão foi durante muito tempo considerada como uma fórmula puramente iugoslava. Mas, pouco a pouco, o estudo do caso iugoslavo introduziu a palavra entre nós, e um novo impulso lhe foi dado pelo movimento de maio de 1968. Até aí, falávamos muito de gestão democrática ou socialista, considerada no quadro da nacionalização da indústria. É a crise econômica mundial, a partir dos anos 70, que colocou o problema da autogestão propriamente dita em primeiro plano. Com efeito, não se trata apenas de aproveitar o crescimento econômico a partir dos anos 1955-1960, defendendo os interesses dos assalariados, mas de opor ao capitalismo e ao socialismo de Estado uma estratégia que coloca em causa a estrutura profunda dos regimes sociais presentes.⁴⁰⁸

Segundo Guillerme & Bourdet, autores de um livro clássico de divulgação do tema no Brasil, o uso generalizado do termo autogestão resultou na criação de uma espécie de “saco de gatos” em torno de seu significado. Seguindo algumas análises de Marx sobre o cooperativismo, esses autores definiram a autogestão como a “transformação radical” das estruturas econômica, social e política numa nova organização semelhante a “uma imensa cooperativa”, ou melhor,

o que chamamos autogestão é outra organização nacional (ou, melhor ainda, uma federação de nações de vocação mundial) que suprime o capitalismo e o estatismo em benefício de um conjunto autogestionário de cooperativas igualmente associadas segundo um plano elaborado pela soma de necessidades e desejos.⁴⁰⁹

Naquele momento, o conteúdo do termo autogestão articula

⁴⁰⁸ NAVILLE, Pierre. **Le temps, la technique, l'autogestion**. Paris: Syros, 1980. p. 8.

⁴⁰⁹ GUILLERME, Alain & BOURDET, Yvon. **Autogestão: uma mudança radical**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984. p. 30.

a crítica ao capitalismo e à organização do processo de produtivo, com a crítica ao socialismo realmente existente no plano das relações sociais de produção e da monopolização do poder político pelo partido em nome da classe operária, derivando daí a autogestão como uma síntese que aspira por um “socialismo com liberdade”.⁴¹⁰

A experiência iugoslava do pós-guerra, após a ruptura Belgrado-Moscou, serve de início como estímulo para o desenvolvimento do campo teórico e político da autogestão, ao combinar a propriedade social dos meios de produção com certa democratização das unidades produtivas. Essa combinação, no entanto, logo se revelou limitada e contraditória, em especial por pretender realizar a autogestão no plano econômico com a manutenção do monopólio do poder pelo partido único, no caso a Liga dos Comunistas Iugoslavos.⁴¹¹ Desse modo, embora a propriedade

⁴¹⁰ Recentemente no Brasil, Daniel Mothé, que participou do grupo Socialismo ou Barbárie, nos trouxe uma síntese do (e uma crítica ao) modelo autogestionário (o qual denomina também “democracia radical”) formulado por este grupo nas décadas de 50 e 60. Este modelo seria “não apenas fundado sobre a crítica à propriedade privada dos meios de produção, mas também sobre a da organização burocrática da gestão das organizações e do Estado. A Nacionalização da economia, defendida pela esquerda, é refutada ao tomar o exemplo das empresas de Estado dos países do leste e as administrações públicas. O modelo autogestionário propõe-se abolir a separação de status entre dirigentes e executantes em todos os campos da vida.” Como uma das críticas à esse modelo, Mothé argumenta que este deduz, da capacidade dos coletivos de trabalhadores de resolverem seus problemas técnicos específicos, que estes teriam igualmente capacidade para “resolver tão racionalmente todos os problemas da sociedade.” Na medida em que “o conhecimento das pessoas é desigual”, Mothé afirma que essa dedução dos autogestionários é válida apenas “no âmbito dos espaços de proximidade, mas não além deles.” MOTHÉ, Daniel. **L’autogestion du concept à la pratique**. 2004. [mimeo.]

⁴¹¹ Sobre a ruptura entre Belgrado e Moscou ver, sobretudo, Castoriadis, Cornélius. La burocracia yugoeslava. In.: Castoriadis, C. **La sociedad burocrática 2: la revolución contra la burocracia**. Barcelona: Tusquets Editor, 1976. p. 26-126. Ainda: Bernardo, João. **Crise da economia soviética**. Coimbra: Fora do texto, 1990. Sobre as práticas de participação na Iugoslávia, ver: Drulovic, Miloško. **A autogestão à prova**. Lisboa: Seara Nova, 1973. p. 79-80. **El Segundo Congreso de Autogestores de Yugoslavia**.

social tenha desvinculado formalmente os meios de produção do controle estatal, não transferiu o controle e a gestão das fábricas para os trabalhadores. Em outros termos, a propriedade social não foi o resultado de (e nem resultou em) uma gestão social dos processos econômicos, o que na síntese de Arvon significa combinar “uma democracia industrial e um totalitarismo político”.⁴¹² A institucionalização de qualquer mecanismo de participação dos trabalhadores nas unidades produtivas no interior de um regime em que o Estado é monopolizado pelo Partido, que mantém um controle efetivo da vida econômica, política e social e onde instituições como a polícia, o exército, a burocracia e o próprio partido não tem nada de democráticos, levou alguns autores a propor uma denominação “híbrida” para esse sistema, uma espécie de “autogestão burocrática”, situando suas práticas de democracia nas empresas no âmbito da cogestão.

O fato é que, neste período, nas décadas de 60 e 70, mas, sobretudo após maio de 68, o problema da autogestão ganhou grande espaço social na França, com a proliferação de coletivos de estudo e ação prática, revistas, sendo o tema incorporado pelo sindicalismo (em especial a CFDT) e também por quase todos os partidos de esquerda (com exceção do PCF, que a incluiu mais tarde).⁴¹³ Vale à pena, por isso, traçar rapidamente algumas

Stevan Starcevic... [et ali.]. Beograd: Medunarodna Politika, 1972. VENOSA, Roberto. A evolução da participação nas organizações autogeridas iugoslavas. In: **Participação e participações...** Op. cit., p. 121-139. ALMEIDA, Heloisa Maria Mendes de. Autogestão: da ideia às práticas. In: **Revista de Administração de Empresas**. Rio de Janeiro, 23(1):37-57. Jan/mar.1983.

⁴¹² ARVON, Henri. **L'autogestion**. Que sais-je? Paris: Presses Universitaires de France, 1985. p. 66

⁴¹³ No plano do sindicalismo, a CFDT (Confederação Francesa Democrática do Trabalho), que até 1964 se chamava CFTC (Confederação Francesa dos Trabalhadores Cristãos), assume logo após maio de 1968 a proposta de um socialismo democrático baseado em três pilares: a autogestão, a propriedade social dos meios de produção e de troca e a planificação democrática. **Autogestão e sindicalismo**: o que é a autogestão para a Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT). Porto: Edições

linhas muito gerais de alguns movimentos que projetaram na França o debate sobre autogestão neste período.

Deve-se mencionar inicialmente a reflexão realizada por uma vertente trotskista francesa no interior da revista *Socialismo ou Barbárie*, publicada de 1949 a 1965, tendo a frente C. Castoriadis e C. Lefort. Este campo de reflexão e crítica social realiza uma profunda crítica à organização capitalista do trabalho, debatendo “o conteúdo do socialismo” a partir da ideia de autonomia. Utilizando primeiramente a expressão gestão operária e depois autogestão, o coletivo formado em torno da revista, com destaque para Castoriadis, nos legou uma profunda crítica das relações sociais de produção capitalistas e uma teoria sobre a transformação revolucionária, ambas a partir das práticas autônomas dos trabalhadores, que instituiriam através das suas próprias organizações uma nova realidade social.⁴¹⁴

Um ano após o último número de *Socialismo e Barbárie*, tem início a publicação na França da revista *Autogestão*, que mudaria depois o nome para *Autogestão e Socialismo*. A razão para a mudança de nome, ao que parece, deve-se também a confusão que provocava a palavra autogestão nas livrarias, que por vezes remetiam a revista para as seções de direito ou administração de empresas. Nos números da revista aparecem artigos de H. Lefebvre, Y. Bourdet, A. Meister, J. Bancal, A. Touraine, G. Le-

Base, 1978. Entre os partidos, inicialmente o PSU (Partido Socialista Unificado) incorpora o tema, posteriormente o Partido Socialista e, então o Partido Comunista substitui a “gestão democrática” pela autogestão em seu programa.

⁴¹⁴ No texto “O que significa o socialismo” de 1961, por exemplo, Castoriadis afirmava: “...se o objetivo da revolução é a instituição da gestão da produção, da economia e da vida social pelos trabalhadores através do poder dos conselhos operários, então o sujeito ativo e consciente desta revolução e de toda a transformação ulterior da sociedade não pode ser ninguém mais a não ser o próprio proletariado. A revolução socialista só pode acontecer através da ação autônoma do proletariado.” In.: Cornélius Castoriadis. **Socialismo ou barbárie: o conteúdo do socialismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 178.

val, J. Dru, D. Guerin, P. Mattick etc. A revista foi publicada até o início dos anos 80, aparecendo posteriormente alguns números com o nome de *Autogestions*.⁴¹⁵ Não pretendemos nos deter no campo ideológico deste coletivo, mas cabe talvez o registro de que, nos colaboradores listados acima, a presença de Alain Touraine deve-se à sua participação num dos últimos números da revista, através da transcrição de uma fala deste autor numa mesa redonda promovida sob o título: “A transição para o socialismo nos países industriais desenvolvidos”. Neste momento, ainda que não seja considerado um autor do campo da autogestão e da autonomia operária, Touraine lança algumas questões que nos ajudam na compreensão de um dos aspectos do fenômeno:

...o que chamamos autogestão na teoria (e eu distinguirei na teoria e na prática) não pode ter mais do que um sentido. A autogestão é a expressão da ideologia das classes dominadas, em um certo tipo de sociedade: é a ideologia de um grande movimento social anti-tecnocrático. Desse ponto de vista, me parece que, se queremos falar em teoria, [...] não podemos jamais falar de ‘socialismo autogestionário’. Penso que o tema da autogestão possui, na nossa sociedade, o mesmo papel, e ocupa o mesmo lugar, que o termo ‘república’ ou ‘democracia’ ocupou nos movimentos sociais e na cena social das sociedades pré-industriais. O termo autogestão designa portanto o conjunto de ações conflituais e coletivas pelos quais os que estão subordinados às grandes organizações autoritárias se esforçam para retomar o controle dos recursos sociais monopolizados por esses aparelhos. [...] A autogestão não é um ‘tipo de sociedade’, [...] mas é, se preferirem, no sentido mais forte da palavra ‘ideologia’, o modelo ideológico

⁴¹⁵ No Brasil, existe uma coleção quase completa da revista *Autogestão e Socialismo* na biblioteca particular de Claudio Nascimento, a qual tive oportunidade de consultar durante esta pesquisa.

pelo qual estão engajadas as lutas de um tipo novo.⁴¹⁶

Nesta perspectiva, a autogestão seria a luta, de tipo novo, pela desburocratização e democratização das empresas e dos aparelhos de poder, com escopo semelhante aos movimentos republicanos e democráticos do passado. Naquele momento, a “febre de coalizão” do final da década de 60 e 70 já avançava a grandes passos para a sua assimilação, o que de certa maneira é percebido por Touraine ao separar os aspectos teóricos e práticos e, com isso, poder definir a autogestão como um modelo ideológico das lutas. Lançar a autogestão como um modelo ideológico nos parece outra maneira de assimilação das suas práticas, quando já degeneradas.⁴¹⁷

Ao que parece, este processo de assimilação já era completo no início dos anos 80, quando é fundado o “Coletivo Autogestão” a partir de estudantes do *Instituto Gramsci* de Paris, com o apoio de Victor Fay e, posteriormente, Henri Lefebvre. Este coletivo

⁴¹⁶ Revue **Autogestion et socialisme**. Paris: Anthropos, juin-septembre 1978. Cahier n. 41-42, p. 138-144.

⁴¹⁷ Numa perspectiva próxima à de A. Touraine, Pierre Rosanvallon pôde observar, na mesma época, que o termo autogestão possibilita uma renovação e ampliação do campo da linguagem política, encontrando por isso inúmeros partidários entre as forças de esquerda. Este autor constrói uma espécie de tipologia em que identifica várias “linguagens da autogestão”, entre elas: a tecnocrática, a libertária, a comunista, a conselhistas, a humanista e a científica. Não vamos aqui entrar na especificação de cada um desses “modos de falar” autogestão, apenas registrar que, segundo este autor, as diferentes linguagens apresentam em comum o fato de serem nomes novos para problemas antigos, o que não o impede, aliás, de propor a sua própria abordagem do assunto. Para ele, a autogestão insere-se na tradição do liberalismo político, entendido como “a doutrina política do Estado de direito em uma sociedade civil maior de idade, formulada como tal no começo do século XIX, quando o liberalismo econômico se estendia e se impunha a todo o mundo.” Considerada deste ângulo, a autogestão permitiria a “reconstituição de uma verdadeira sociedade civil e o desenvolvimento de uma verdadeira sociedade política.” Com isso, a autogestão não seria mais do que “um movimento”, um “laboratório social”, um “vasto processo de experimentação em todos os aspectos da vida econômica e social”. ROSANVALLON, Pierre. **La autogestion**. Madri: Editorial Fundamentos, 1979. p. 15-84.

funciona até meados da década de 80 e dedica-se, especialmente, à elaboração e aprovação de uma legislação com vistas a alargar a participação dos trabalhadores nas empresas e comunas.⁴¹⁸

Pudemos sugerir que o axioma comum que atravessa estes coletivos e publicações é o de que a autogestão não pode ser reduzida às variantes de participação dos trabalhadores na administração das empresas, nem mesmo pode ser equiparada à cogestão. Estas formas de participacionismo, caracterizando-se sempre implicarem numa situação de proximidade em relação ao poder, significam para estas correntes autogestionárias formas de “colaboração com os exploradores e, portanto, um reforço da exploração.” A autogestão seria “um sistema radicalmente antinômico a toda a sociedade de classe”.⁴¹⁹

O desafio da autogestão é romper o isolamento e estender-se formando novas redes de intercâmbio para a produção material, colocando em causa o mercado concorrencial capitalista. A generalização da autogestão para além dos muros das fábricas e das fronteiras entre países coloca o problema da autoinstitucionalização de uma nova sociedade, denominada por Castoriadis de sociedade autônoma ou autogestionária:

Queremos uma sociedade autogerida. O que isso quer dizer? Uma sociedade que se auto gere, isto é, dirige a si mesma. Mas isso ainda deve ser precisado. Uma sociedade autogerida é uma sociedade onde todas as decisões são tomadas pela coletividade que é, a cada vez, concernida pelo objeto dessas decisões. Isto é, um sistema onde aqueles que realizam uma atividade decidem coletivamente o que devem fazer e como fazê-lo nos

⁴¹⁸ Ver, a esse respeito, FAY, Victor. **L'autogestion**: une utopie réaliste. Paris: Syllepse, 1996.

⁴¹⁹ BOURDET, Yvon. Les conditions de possibilité de l'autogestion. In.: *Revue Autogestion et socialisme*. Paris: Anthropos, septembre-décembre 1969. Cahier n. 9-10, p. 59-88..

limites exclusivos que lhes traçar sua coexistência com outras unidades coletivas. Desta forma, decisões que dizem respeito aos trabalhadores de uma oficina devem ser tomadas pelos trabalhadores dessa oficina; aquelas que se referem a outras oficinas ao mesmo tempo, pelos respectivos trabalhadores ou pelos delegados eleitos ou revogáveis; aquelas que dizem respeito a toda a empresa; por todo o pessoal da empresa; aquelas que se referem ao bairro, pelos moradores desse bairro, e aquelas que dizem respeito a toda a sociedade, pela totalidade dos homens e das mulheres que nela vivem.⁴²⁰

Vê-se que a amplitude do conceito de autogestão, ao requerer a participação ativa de indivíduos autônomos, supera o âmbito de uma unidade de produção e, ao mesmo tempo, tem aí o seu ponto de partida. A inversão pelos trabalhadores das contradições que atravessam suas práticas no processo de produção coloca de imediato o problema da transformação da sociedade instituída. Dito de outra maneira, entendemos que, situada no campo da autonomia, a aspiração autogestionária remete à autoinstitucionalização de uma nova realidade social.

É interessante observar que, no que diz respeito ao desenvolvimento das relações autônomas ao nível da sociedade, Castoriadis chegou a imaginar, no final da década de 50, uma solução para o problema da relação entre as unidades de produção e de consumo numa sociedade socialista, que consistia na criação de uma “central de planejamento” equipada com um computador eletrônico. Essa “usina do plano”, como ficou conhecida, não deveria elaborar o planejamento econômico, mas “calcular e apresentar à sociedade as implicações e as consequências do planejamento ou dos planejamentos propostos” pelas coletividades produtivas.⁴²¹

⁴²⁰ CASTORIADIS, Cornélius. **Socialismo ou...** Op. cit., p. 212-213.

⁴²¹ Id. *Ibid.*, p. 74-156.

A nosso ver, a autogestão significa a capacidade demonstrada pelos trabalhadores de associarem-se e desenvolverem neste processo formas coletivas de gestão das suas lutas. Experimentam transformar a fragmentação, o isolamento e o individualismo, em novas relações sociais fundadas na solidariedade e união de classe. Essas novas relações eliminam a separação entre dirigentes e dirigidos, entre trabalho manual e intelectual. Quando as lutas deságuam na ocupação dos locais de trabalho, pode ter início a retomada da produção sob o controle e a gestão do processo de produção.

Porém, como alerta Lúcia Bruno, a autogestão não pode ser percebida como um “remédio para todos os males”, nem ser oferecida como resposta ao desemprego em momentos de crise do sistema. Compreender a autogestão requer assim que verifiquemos “seus limites num contexto capitalista, suas potencialidades revolucionárias e mais, as razões pelas quais tem sido derrotada.”⁴²²

Sendo o capitalismo um sistema integrado em escala mundial, as experiências autogestionárias no interior desse modo de produção defrontam-se com vários obstáculos ao seu desenvolvimento, dentro os quais destacamos: o isolamento, que implica no estabelecimento de relações com o mercado mundial; a questão tecnológica, que permite apenas o desenvolvimento das relações sociais de produção capitalistas e; o Estado, cujo fundamento legalista procura enquadrar essas experiências nas normas jurídicas capitalistas.

Sobre o primeiro obstáculo, o isolamento e o subsequente confronto com as instituições do mercado, a impossibilidade de os trabalhadores abrirem “brechas” no sistema capitalista a partir de experiências isoladas de cooperativas de produção é verificada é apontada por Marx, quando recusa a tese lassaleana que prevê a criação de cooperativas “com a ajuda do Estado”.

⁴²² MONTEIRO, Lúcia Bruno de B. “O COMBATE” pela... Op. cit., p. 82.

Para Marx,

...se os trabalhadores querem estabelecer as condições de produção coletiva em toda a sociedade e primeiramente à escala nacional, isto quer dizer que trabalham para subverter as atuais condições de produção, e isso nada tem a ver com a fundação de cooperativas com a ajuda do Estado. E, no que se refere às sociedades cooperativas atuais, estas apenas tem valor enquanto são criações autônomas dos próprios trabalhadores, não protegidas nem pelos governos, nem pelos burgueses.⁴²³

Sobre o problema da autonomia das cooperativas, é conhecida a posição de Rosa Luxemburgo que, na polêmica com Bernstein sobre o potencial destas para a efetivação da democracia econômica, afirma que a perspectiva cooperativista apenas pode ser projetada como uma alternativa socialista nos ramos secundários da economia. Aí, poderia sustentar-se mediante a constituição de cooperativas de consumo para assegurar antecipadamente um mercado ou conjunto estável de consumidores. Só assim, subtraindo-se às leis do mercado, poderiam as cooperativas de produção superar a contradição entre o “modo de produção e o modo de troca”. Sem a resolução dessa contradição, afirma Rosa, as cooperativas permaneceriam como instituições de natureza híbrida no

⁴²³ MARX, Karl. **Crítica ao Programa de Gotha**. Moscou: Progresso, 1979. p. 17. É verdade que Marx não manifesta apenas uma opinião sobre o problema das cooperativas no interior do capitalismo. Nos primeiros congressos da AIT, Marx afirmou várias vezes os limites do cooperativismo, por ser incapaz de deter “o crescimento em progressão geométrica do monopólio, nem emancipar as massas”; ou por ser “impotente para transformar por si mesmo a sociedade capitalista”; mas escreveu no *Capital* (livro III) que as fábricas cooperativas são, “dentro da forma tradicional, a primeira brecha aberta nela [sociedade capitalista], apesar de que, onde quer que existam, sua organização efetiva apresenta naturalmente e não pode deixar de apresentar, todos os defeitos do sistema existente.” Para uma análise de conjunto das posições de Marx sobre o cooperativismo, ver BOURDET, Yvon. Karl Marx y la autogestion. In.: *Consejos obreros y democracia socialista. Cuadernos de Pasado y Presente*. n. 33. México. 1977. p. 57-74.

interior do capitalismo, “uma produção socializada em miniatura que é acompanhada por uma troca capitalista.”⁴²⁴ E isso por que

...na economia capitalista a troca domina a produção; por causa da concorrência exige, para que a empresa possa sobreviver, uma impiedosa exploração da força de trabalho, quer dizer, a dominação completa do processo de produção pelos interesses capitalistas. Praticamente, isso traduz-se numa necessidade de intensificação do trabalho, de encurtar ou prolongar a sua duração conforme a conjuntura, de contratar ou dispensar a força do trabalho conforme as necessidades do mercado, numa palavra, praticar todos os métodos, sobejamente conhecidos que permitam a uma empresa capitalista sustentar a concorrência das outras empresas. Daí a cooperativa de produção ter a necessidade, contraditória para os operários, de se governar a si própria, com toda a autoridade absoluta necessária e de os seus elementos desempenharem entre si o papel de empresários capitalistas. Dessa contradição morre a cooperativa de produção, na aceção em que se torna uma empresa capitalista ou, no caso em que os interesses dos operários são mais fortes, se dissolve. Esses são os fatos.⁴²⁵

Este claro dilema assinalado por Rosa Luxemburgo permanece, um século depois, ainda bastante atual. As contradições em que estão enredadas as cooperativas ou empresas recuperadas no interior do capitalismo não podem ser falseadas ou superadas pelo carácter coletivo da propriedade ou pela perspectiva de maior participação dos trabalhadores na gestão e na riqueza produzida. Reconhecer esta natureza híbrida das cooperativas, as dificuldades que enfrentam essas ilhas em contexto capitalista, torna-se mais do que nunca necessário quando o objetivo é avançar na identifi-

⁴²⁴ LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma social ou revolução?** São Paulo: Global, 1986. p. 87.

⁴²⁵ Id. *Ibid.*, p. 87-8.

cação dos nós críticos que lhes são inerentes, das forças atrativas e avassaladoras do capital, da “dominação completa do processo de produção pelos interesses capitalistas”, como observou Rosa.

Ultimamente, novos tratamentos são oferecidos a essa contradição latente nas experiências alternativas de produção. Uma tentativa nesse sentido é apresentada por Paul Singer, para quem o dilema identificado por Rosa carece de consistência, pois um aspecto desconsiderado é a resistência dos trabalhadores ao despotismo do capital, a capacidade de se oporem à intensificação do trabalho ou outras formas de extração da mais-valia. Singer lembra também que as condições de trabalho seriam menos duras nas cooperativas, pois aí os trabalhadores podem “se autoexplorar menos” e tem “liberdade” para escolher como trabalhar para aumentar a competitividade da empresa. E, por último, frente à tendência à dissolução das cooperativas quando prevalecem os interesses dos trabalhadores, Singer lança outro dilema: “nesse caso, que alternativas restam aos trabalhadores?”⁴²⁶

Talvez Singer tenha razão ao apontar que a tese de Rosa Luxemburgo, extraída do contexto da obra e da polêmica a que se destina, carece de alternativa para os trabalhadores. Ou que a alternativa pensada por Rosa fosse outra para aquele momento. Ainda assim, o tratamento que propõe não nos parece suficiente para que o problema do isolamento econômico e o fenômeno da degenerescência dos processos de luta no campo econômico possam ser desprezados. Parece-nos que, tanto nos casos mais recentes como nas experiências históricas em que o problema do controle da produção colocou-se na ordem do dia, a relação com o mercado capitalista tem se apresentado como um foco central de tensões e conflitos com as novas relações surgidas no processo de luta e na tomada das empresas.

⁴²⁶ SINGER, Paul. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In.: **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** Paul Singer e André Ricardo de Souza (organizadores). São Paulo: Contexto, 2000. p. 17

No Brasil, como veremos no capítulo seguinte, estudos recentes de casos de empresas recuperadas tem reiteradamente identificado, de forma mais ou menos clara, essas tensões e conflitos que se traduzem na tendência ao monopólio do poder e da gestão da empresa por um novo grupo gestorial e na reintrodução (reafirmação) dos princípios capitalistas de organização do processo de trabalho. Em muitos casos, as condições de trabalho enfrentadas nessas cooperativas não têm permitido aos trabalhadores “se autoexplorarem menos”. Pelo contrário, com as dificuldades provenientes da herança falimentar, como previa Rosa, essas experiências, não raro, têm recorrido ao prolongamento da jornada não remunerada, à intensificação do ritmo ou da redução salarial para garantir a competitividade das empresas, isto é, aos mecanismos da mais-valia absoluta.

Um exemplo de experiência de luta que contou com a ocupação generalizada de fábricas ocorreu em Portugal durante a Revolução dos Cravos. Aí também as relações com o mercado mundial representaram um muro intransponível para as cooperativas ou empresas em autogestão, processo analisado por João Bernardo na seguinte passagem:

Temos uma empresa, ou duas, ou três, quantas quisermos, onde os trabalhadores, mediante um processo de luta, ficaram com as instalações nas mãos e se vêem na necessidade de as fazer laborar. Mas no resto da sociedade existe capitalismo. [...] Então, das duas, uma: ou os trabalhadores organizam a produção que têm nas mãos segundo os novos critérios decorrentes das relações de luta, coletivos e igualitários – mas nesse caso o resultado é completamente antagônico dos princípios da produtividade capitalista e, porque restritos a uma empresa ou a uma região isolada ou a um único país, estes trabalhadores permanecem em inferioridade relativamente ao mercado mundial e são por ele sufocados, ou os

trabalhadores se sujeitam aos critérios da produtividade capitalista – e neste caso têm de reintroduzir a disciplina patronal na fábrica, as hierarquias etc.⁴²⁷

O que de imediato pode-se deduzir é a impossibilidade de existirem “ilhas” no interior do capitalismo, de processos que se pretendem alternativas econômicas ao capital serem desenvolvidos no interior do mercado mundial capitalista. A autogestão numa só fábrica é tão impensável quanto o socialismo num só país. Mas isso não significa que as experiências existentes devam ser abortadas ou deixe de se buscar a criação de cooperativas a partir das fábricas em processo falimentar. Pois uma característica das empresas recuperadas, que as distingue das outras formas de economia popular, social ou solidária, é precisamente o fato de estarem esses casos sujeitos a uma relação mais direta com o mercado capitalista. E por estarem mais imbricadas nas relações com o mercado capitalista, mais confrontadas encontram-se seus critérios de eficácia.

A concorrência, ou seja, a forma do inter-relacionamento econômico no contexto capitalista, não é um jogo de regras neutras. Está viciado desde o início. A mais concorrencial é a empresa que mais cabalmente aplica os mecanismos capitalistas de produtividade, que mais estritamente se lhes sujeita. E as unidades produtivas que os trabalhadores controlam e que pretendem reorganizar segundo um critério têm então de funcionar para um mercado onde a produção é avaliada segundo um critério antagônico. É esta contradição que acarreta o colapso das novas relações sociais coletivistas e igualitárias.⁴²⁸

Estas dificuldades e contradições atravessam as experiên-

⁴²⁷ BERNARDO, João. A autonomia das lutas operárias. In.: **Organização, trabalho e tecnologia**. Lúcia Bruno e Cleusa Saccardo (coord.). São Paulo: Atlas, 1986. p. 108.

⁴²⁸ BERNARDO, João. **Economia dos...** Op. cit., p. 341.

cias de autogestão e de fábricas recuperadas em isolamento. No confronto com as demais empresas em que vigoram os critérios de produtividade do capital, resulta que as empresas sob o controle dos trabalhadores não desenvolvem novas forças produtivas, adequadas às novas relações sociais de produção igualitárias e coletivistas, o que significaria a possibilidade de modificar ao mesmo tempo a própria natureza do trabalho no interior das unidades produtivas.

Ao abordar o problema das técnicas capitalistas e as possibilidades de autogestão nas empresas, P. Dubois mostra que a evolução das técnicas de trabalho é acompanhada de um maior controle exercido pelos trabalhadores, diminuindo a autonomia que resta ao produtor e contribuindo para a maior divisão interna da classe trabalhadora.⁴²⁹ Desse modo, “a tendência da fábrica é a da anti-autogestão.” Ao mesmo tempo, o autor defende que é necessário recusar o “determinismo técnico”, no qual não haveria qualquer “margem de manobra” no interior do quadro tecnológico do capitalismo. Pelo contrário, entende que é possível aumentar a independência operária no trabalho sem modificação das técnicas, bastando uma diminuição do ritmo da cadeia, a criação de um posto de operário volante operando como substituto dos operários que precisam se ausentar, o que permitiria um aumento da possibilidade “de palavra e de deslocamento”. Lembra Dubois o fato, constatado por A. Smith, que foram os operários os primeiros inventores de máquinas utilizadas nas manufaturas durante o século XVII, passando em seguida a serem eles próprios também a quebrar e sabotar essas máquinas. Ao transformar as decisões sobre as técnicas como uma questão coletiva, entende Dubois que os trabalhado-

⁴²⁹ Sobre a evolução das técnicas de produção como formas de controle sobre a força de trabalho, ver também: VIEIRA, Pedro Antônio. Control de la fuerza de trabajo y automatizacion de los medios de trabajo. **Universidad Nacional Autonoma de México**: México, D.F. 1995.

res poderiam encontrar as condições para inventar novas técnicas emancipadoras.⁴³⁰

Uma vez que cada modo de produção produz sua tecnologia específica, expressora das relações sociais de produção nele realizadas, para que as empresas autogeridas possam desenvolver-se em seu antagonismo ao processo de produção capitalista, seria necessária a invenção dessas novas técnicas ou forças produtivas, sem o qual sua expansão é bloqueada e a integração aos critérios e técnicas capitalistas torna-se uma condenação.

Não há aqui quaisquer sonhos de autarcia. As unidades produtivas em fase de reestruturação conforme os moldes propostos pelas relações coletivistas e igualitárias estão muito longe de poder formar circuitos econômicos autossuficientes, precisamente porque não desenvolveram o sistema tecnológico específico das novas relações sociais de produção. Só quando um modo de produção se constitui como tal é que se forma um verdadeiro organismo econômico totalizante, possível de um funcionamento global no interior dos seus limites.⁴³¹

Não são simples os desafios que se colocam aos trabalhadores das cooperativas e empresas recuperadas no capitalismo. Às dificuldades que surgem das relações com o mercado e da ausência de um quadro tecnológico alternativo ao produzido sob o signo do capital, somam-se os obstáculos que se projetam da superestrutura jurídica forjada pelo capitalismo, isto é, do Estado. As empresas recuperadas pelos trabalhadores, que procu-

⁴³⁰ DUBOIS, Pierre. Du travail divise au travail autogere: problèmes posés par les infrastructures techniques. In.: Revue **Autogestion et Socialisme**. n. 43. Mars 1979. p. 43-56. “Amanhã, as condições políticas reunidas, deveremos construir novas técnicas: criar as unidades de produção menos gigantescas, suprimir a divisão das tarefas, reduzir a parcialização das operações, criar máquinas melhores mas nem tanto automatizadas, quebrar as cadeias e os processos de produção hiper-integrados.” (p. 56)

⁴³¹ BERNARDO, João. **Economia dos...** Op. cit., p. 340.

ram desenvolver a relações sociais igualitárias e coletivistas, são obrigadas a ajustarem-se às normas jurídicas existentes para poderem operar no interior da “legalidade” capitalista. O Estado impõe relações formais e procura então enquadrar os trabalhadores em luta pela autogestão na legislação vigente, canalizando geralmente as experiências para a forma cooperativa. Como lembra Lúcia Bruno, para a classe operária a legalização “é sempre uma forma sutil” de desmobilizá-la e discipliná-la.⁴³² Além disso, como mostrou Castoriadis, o direito é uma forma adequada para as classes dominantes, pois exprime seus interesses sociais e históricos. Para a classe trabalhadora, “ele não é senão um instrumento de mistificação”, pois transforma as relações antagonicas entre as classes na igualdade jurídica do contrato:

Numa sociedade ‘civilizada’ o direito dá a esta relação de produção uma expressão abstrata, uma forma jurídica. No nosso exemplo respeitante à sociedade capitalista, esta forma jurídica é, por um lado, para os pressupostos da relação produtiva, a propriedade dos meios de produção e do dinheiro dada ao capitalista e a livre disposição da sua força de trabalho conferida ao operário (quer dizer, a abolição da escravatura e da servidão) e é, por outro lado, para a própria relação em questão o contrato de aluguel do trabalho. Propriedade do capital, livre disposição da sua própria força de trabalho pelo operário e contrato de aluguel do trabalho são a forma jurídica das relações econômicas do capitalismo.⁴³³

Além disso, argumenta-se frequentemente que uma das maiores dificuldades enfrentadas pelas empresas recuperadas ou em autogestão encontra-se na “incapacidade” administrativa dos trabalhadores. Ora, a degeneração não acontece porque a maio-

⁴³² BRUNO, Lúcia. **O que é autonomia...** Op. cit., p. 38-39.

⁴³³ CASTORIADIS, Cornélius. **As relações de...** Op. cit., p. 187.

ria dos trabalhadores não entende os balanços contáveis. Na verdade, o balanço, enquanto linguagem, destina-se à comunicação intracapitalistas, senão faria parte dos programas de treinamento do RH das empresas. A contabilidade e as técnicas administrativas, assim como a tecnologia, não sendo neutras, veiculam as relações de produção do capital, portanto de exploração e dominação. Não são meros artefatos aos quais se pode lançar mão independente do contexto e da finalidade. Devem por isso ter seus sentidos invertidos quando conformados pelas práticas autônomas, criando novos circuitos de informação e decisão sobre todos os problemas da produção material e da vida social, consoantes com o seu caráter cada vez mais coletivo e igualitário.

Deste modo, os desafios da autogestão são mais profundos, pois não se trata apenas de trocar padrões autoritários por chefes democráticos e gerentes “técnicos”, nem de transformar as relações sociais de propriedade para que os trabalhadores tornem-se os donos da empresa e com isso possam se “autoexplorar menos”. Para isso, não é necessário utilizar a palavra autogestão e contribuir desse modo para a recuperação desse termo tão caro atualmente ao movimento socialista, para que se possa realizar a luta contra o capitalismo e não a sua reprodução em novas bases.

O problema da transição para um novo modo de produção significa, nesta perspectiva, a criação das condições sociais que permitem o desenvolvimento das relações coletivas e igualitárias no campo da produção e em outras esferas da vida social, dando azo ao surgimento de um novo mercado fundado na solidariedade, uma nova tecnologia e a reorganização do processo técnico sob princípios próprios de produtividade, com a produção de outros tipos de produtos tendo em vista outro modelo de consumo.

A este processo João Bernardo chamou “Lei do institucional”, referindo-se, grosso modo, aos momentos em que os trabalhadores se revelam capazes de inverter as contradições re-

sultantes da lei do valor, lei fundamental do modo de produção capitalista. A inversão das contradições significa o controle cada vez mais vasto e direto dos assuntos sociais pelos produtores, a gestão coletiva do processo de produção mediante a apropriação coletiva dos meios de produção, generalizada a toda a sociedade. O desenvolvimento das novas relações sociais no domínio econômico e no conjunto da vida social significa a eliminação dos intermediários no plano econômico e dos intermediários políticos, onde a tomada do poder político é sinônimo da extinção do poder político.⁴³⁴

Gorz encontra sublinhadas, na obra de Marx, três condições essenciais para a realização de um novo modo de produção, quais sejam, a vitória sobre a escassez, a formação politécnica e a abolição do trabalho. Um século depois, as condições destacadas por Marx encontram-se adiantadas mas, ao mesmo tempo, parecem cada vez mais distantes de conduzirem à emancipação humana. O exemplo das revoluções socialistas realizadas em países com baixo desenvolvimento das forças produtivas demonstra que, nessas condições, apenas podem engendrar o “socialismo da penúria”, abolindo ou fazendo recuar a exploração, mas não a alienação no trabalho. Daí o pouco desenvolvimento de novas formas de urbanismo e de vida urbana, o prevalecimento de uma ética produtivista, a dissociação entre produtor e consumidor, com a ausência de poder real dos trabalhadores no campo da produção e do lazer. Na ótica de Gorz, a reivindicação da autogestão não constitui uma panaceia, mas seu alcance é limitado quando sob condições de escassez e baixo nível técnico, impos-

⁴³⁴ Bernardo, João. **Para uma teoria do modo de produção comunista**. Porto: Afrontamento, 1975. p. 87-101. “No centro desse processo de reestruturação reside a constituição, nessa inversão e por essa inversão, de novas relações de produção. Estas novas relações de produção estabelecem-se, pois, na inversão da contradição dominante no modo de produção capitalista. Mas essa inversão tem uma segunda determinação. Ela é formalmente executada pela tomada do poder político pela classe operária – o que, a partir daí, significa o processo de extinção do poder político.” (p. 88)

sibilitando a superação da contradição entre as necessidades no nível da produção e as do consumo.⁴³⁵

Por fim, vale lembrar que no entorno do problema da autogestão está a própria necessidade de transformação do trabalho, pelo deslocamento do espaço que este ocupa na vida das pessoas. É o que está no horizonte de Claude Berger e os associacionistas quando colocaram a necessidade de “abolição do salariedade”, como condição para a realização da “autogestão comunista”.⁴³⁶ Ou ainda o que André Gorz, numa obra ainda hoje polêmica, apontou ao afirmar a necessidade de uma libertação “no” e “do” trabalho.⁴³⁷

Sendo assim, o termo autogestão não é uma “palavra mágica” para o socialismo, como se bastassem mudanças formais no interior das empresas para a instauração do auto-governo dos produtores. Naville destaca alguns pontos comuns neste sentido, como a necessidade de uma diminuição substancial do tempo de trabalho, a realização de modificações nas estruturas do trabalho, exemplificando através da formação polivalente dos trabalhadores para que assim possam circular nos sistemas de produção e entre as diferentes unidades de produção. Em suma, afirma Naville que o que se deve buscar “não é uma civilização do trabalho e da produção, é uma sociedade liberada nas suas trocas, comunicações e sua imaginação.”⁴³⁸

A autogestão na Revolução dos Cravos (1974-1975)

A Revolução dos Cravos em Portugal foi um dos últimos momentos do século XX em que se verificou um processo genera-

⁴³⁵ GORZ, André. **O socialismo difícil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 117-156.

⁴³⁶ BERGER, Claude. **Pour l'abolition du salariat**. Paris: Spartacus/René Lefevre, 1977.

⁴³⁷ GORZ, André. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

⁴³⁸ NAVILLE, Pierre. **Le temps...** Op. cit., p. 59.

lizado de lutas sociais autônomas, manifestando-se significativamente em experiências de autogestão de empresas e da produção da vida social. Foi um momento excepcional, diga-se de passagem, quando se sabe que após estar submetido a 48 anos de fascismo um povo é lançado quase que por inteiro na construção de novas formas de vida, como que para recuperar o tempo perdido.

Arrisco dizer que, no período entre 25 de abril de 1974 e 25 de novembro de 1975, uma “febre de coalizão” revolucionária colocou em questão a totalidade das instituições portuguesas que, um pouco por todo o lado, saíram desse processo arranhadas e modificadas. Logo nas primeiras horas após o levante militar e a queda do regime fascista, o mundo empresarial e o poder militar recém-instituído no governo viram-se surpreendidos por um tsunami de movimentos coletivos e ativos, em que todos os tipos de greve até então experimentados nos países centrais vieram à tona todos os dias e ao mesmo tempo: greves de zelo, greves “tartaruga”, greves de solidariedade, greves com sequestração dos gestores e dos estoques de produtos, paredes dos trabalhadores do transporte que não cobram as passagens, expulsão (saneamentos) dos encarregados, dos chefes, diretores e dos proprietários, e muitas, muitas greves com ocupação das instalações. Greve dos padeiros, greve “contra o aumento do preço da bica”, greve dos jornais em solidariedade à luta em outros jornais, greve dos camponeses, greve dos patrões (lockout) e até o próprio governo decretou greve num certo momento.

Mas não foi apenas na esfera da produção que as instituições se viram questionadas. Nas administrações públicas, nas escolas e liceus, na âmbito da produção cultural, no sistema judiciário, no exército, na Igreja e na família, processos intensos de ruptura com a herança cultural do fascismo insinuaram-se e aceleraram efetivamente a história em Portugal. E também formas de intervenção na organização da cidade, como nos casos

de ocupação das habitações vacantes, na sequestração de ônibus para a mudança de rotas ou para a imposição de novos pontos de parada, na definição dos valores máximos dos aluguéis pelos moradores de determinadas zona etc.

Tratando-se de um processo com tal magnitude, passa ao largo das nossas pretensões e possibilidades apresentar neste momento uma leitura de conjunto do processo revolucionário português. A pesquisa que realizamos sobre este acontecimento social procurou restringir, tanto quanto possível, o campo de investigação às experiências de autogestão desenvolvidas especialmente durante o período que se inicia com o golpe militar de 25 de Abril de 1974, e tem seu refluxo acentuado após o contragolpe militar de 25 de novembro de 1975.⁴³⁹ Tal delimitação resta ainda muito ampla e faz com o que este objeto escape, pela amplitude e riqueza das experiências, às finalidades desta seção. Desta maneira, o que se pretende neste momento é não mais do que realizar apontamentos gerais sobre o fenômeno autogestionário na Revolução dos Cravos, procurando com isso delinear algumas questões que orientem o prosseguimento futuro da pesquisa.

Para este fim, estruturamos esta seção em três objetivos: inicialmente, apresentar alguns condicionamentos do golpe de 25 de Abril e do Movimento das Forças Armadas (MFA); em seguida, expor nas suas grandes linhas as lutas sociais desencadeadas nos anos 74 e 75 e; por fim, realizar alguns apontamentos sobre as lutas autogestionárias na Revolução dos Cravos.

⁴³⁹ Algumas obras que tratam da Revolução dos Cravos e constituem neste momento nossas referências principais são: Ferreira, José Maria Carvalho. **Portugal no contexto da “transição para o socialismo”**: história de um equívoco. Blumenau: Editora da FURB, 1997; MAILER, Phil. **Portugal: a revolução impossível?** Porto: Afrontamento, 1978; REEVE, Charles. **Portugal: a concepção golpista da revolução social**. Lisboa: Editorial Meridiano, 1976; NAVILLE, Pierre. **Pouvoir militaire et socialisme au Portugal**. Paris: Éditions Anthropos, 1975. CUNHAL, Álvaro. **A Revolução Portuguesa: o passado e o futuro**. [Relatório aprovado pelo CC do PCP para o VIII Congresso]. Lisboa: Ed. Avante, 1976;

Alguns condicionamentos do 25 de Abril

Uma das metáforas utilizadas para explicar o ocorrido em Portugal após o 25 de Abril é a da “panela de pressão”, como se aquele acontecimento tivesse abruptamente “destampado os portugueses”.⁴⁴⁰ Esta analogia parece-nos útil neste momento por sugerir a existência de algo que estava em “ebulição” na sociedade portuguesa, isto é, que fervia no seu interior um movimento de contestação ao mais duradouro regime fascista da Europa. De fato, desde pelo menos a década de 50 que a resistência ao “salazarismo” e depois ao “marcelismo” vinha sendo processada em várias frentes, dentre as quais cabe destacar as lutas desenvolvidas nos liceus e universidades, as movimentações dos trabalhadores em vários ramos de atividade e o próprio descontentamento gerado no interior das forças armadas em função da prolongada guerra colonial, iniciada entre 1961 e 1964 (Angola, Guiné e Moçambique).⁴⁴¹

No âmbito dos liceus e das universidades, um persistente movimento associativo dos estudantes provocou em ondas grandes constrangimentos ao regime, amplificados pelas medidas repressivas utilizadas, que iam desde o raspar as cabeças dos

⁴⁴⁰ LUCENA, Manuel de. A revolução portuguesa: do desmantelamento da organização corporativa ao duvidoso fim do corporativismo. *Revista Análise Social*, Vol. XIII (51), 1977 – 3º., 541-592.

⁴⁴¹ “A mobilização das classes populares na luta contra a exploração, a dependência, a marginalização e o colonialismo acelera a agudização das contradições e a crise da ditadura. O extraordinário surto de conflitos – greves operárias, reivindicações de salários mínimos, formas de resistência, comportamentos de baixa de produção, desorganização oculta do processo de trabalho, conflitos ligados à habitação (ocupações), à saúde, aos transportes (Coimbra), ao ensino, à imprensa, à edição e às cooperativas, lutas no campo (greve de 6000 operários agrícolas...) e nas pescas (Peniche, Matosinhos), resistência nos quartéis [...] – desagrega o bloco social que sustentara o fascismo e abrevia o seu derrube.” SANTOS, Maria de Lurdes Lima; LIMA, Marinús Pires de; FERREIRA, Vitor Matias. **O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas**. Porto: Afrontamento, 1976. (Vol.1). Sobre este tema, ver também: PIRES, José. Greves e o 25 de Abril. Lisboa: Edições BASE, s/d. p. 20-21.

liceais, a expulsão por longos períodos das instituições universitárias, prisões, torturas e mobilização para a guerra em ultramar. Desses movimentos saem também levas de quadros para as organizações políticas de esquerda, em especial para o Partido Comunista Português e, a partir dos anos 70, também para os agrupamentos maoístas.⁴⁴²

Os trabalhadores desenvolveram, durante as décadas de 60 e 70, processos de organização e lutas a partir das suas reivindicações econômicas, mas que se transformavam em problemas políticos ao afrontarem o enquadramento corporativo e a política salarial do regime. As formas de pressão realizadas resultavam, em alguns casos, na deflagração de greves, a despeito ou mesmo contra a estrutura sindical corporativa implantada na década de 30.⁴⁴³ Ao lado de inúmeros movimentos reivindicativos levados a diante no âmbito das empresas, destacaram-se as greves da Carris (1968), Lisnave (1969), Grundig (1972) e da TAP (1973). Nos meses que antecederam ao 25 de Abril, diversos movimentos autônomos dos trabalhadores foram desencadeados em diversas zonas, principalmente Lisboa, Porto, Braga, Covilhã, Aveiro e Leiria, alguns considerados experiências de luta “selvagem”, devido às reivindicações serem negociadas diretamente por “comissões de trabalhadores” ou “comissões de unidade” forjadas no interior das empresas.⁴⁴⁴

⁴⁴² Sobre as lutas estudantis em Portugal, nos baseamos em: LOURENÇO, Gabriela; COSTA, Jorge; PENA, Paulo. **Grandes Planos**: oposição estudantil à ditadura – 1956-1974. Lisboa: Âncora; Associação 25 de Abril, 2001. FIADEIRO, Maria Antônia. **A luta dos estudantes**. [Conferência pronunciada na PUC/SP no dia 25 de setembro de 1968]. Esta conferência foi publicada pela Paz e Terra, possivelmente no ano de 1969. A cópia que consultei, no Centro de Documentação 25 de Abril., em Coimbra, não possuía a referência desta obra.

⁴⁴³ José Pires faz um recuo dos movimentos grevistas realizados desde 1968 e relaciona uma série de greves desencadeadas entre 21 de dezembro de 1973 e 11 de abril de 1974. PIRES, José. **Greves e o 25 de Abril**. Lisboa: Edições Base, s/d. p. 28-44.

⁴⁴⁴ SANTOS, M., LIMA, M. & FERREIRA, V.. **O 25 de Abril...** Op., cit..

No plano do sindicalismo, vale mencionar que os trabalhadores portugueses não estavam enquadrados em estruturas sindicais às vésperas do 25 de Abril. O que existia em contraposição a esta estrutura era uma coordenação “Intersindical” criada em outubro de 1970 por cerca de 14 sindicatos, que atenderam à convocação realizada por quatro agremiações de Lisboa (bancários, metalúrgicos, caixeiros e lanificios). Esta estrutura unitária, fruto em grande parte da ação do PCP, conhece avanços nos anos seguintes e chega ao final de 1973 com cerca de 46 entidades sindicais, apesar das medidas repressivas lançadas pelo governo sobre os seus sindicatos de base. Os sindicatos dos metalúrgicos e bancários de Lisboa e bancários do Porto, por exemplo, tiveram suas direções destituídas e substituídas por comissões administrativas entre 1970 e 1971.⁴⁴⁵ De todo o modo, será interessante verificar como a Intersindical, após sobreviver aos ataques do patronato e do governo realizando greves e mobilizações, tornar-se-á, no pós-25 de Abril, numa instituição de proa no combate... às greves e às lutas nas empresas.

No interior das forças armadas, o prolongamento sem sinal visível de solução para a guerra colonial provoca um profundo desgaste e desmoralização nas tropas e clivagens no interior dos quadros superiores, vendo-se o exército desprestigiado por não conseguir vitórias numa guerra de guerrilha que poderia continuar ainda por muito tempo.⁴⁴⁶ A partir de setembro de 1973, três reuniões sucessivas dos oficiais do exército (Évora, Oeiras e

⁴⁴⁵ Nos baseamos aqui, principalmente, em **Acta do Congresso da Intersindical**. Ano de 1975. 25 a 27 de julho de 1975. Porto: Sindicato dos Bancários do Norte, 1976; e COSTA, Ramiro da. **Elementos para a história do movimento operário em Portugal**. [2º Volume – 1930-1975]. Lisboa: Assírio & Alvim, 1979. p. 229-233.

⁴⁴⁶ “Fundamentalmente, é na dinamização da estrutura militar portuguesa no contexto da guerra colonial que se podem descortinar as causas maiores da gestação do movimento dos capitães em finais de 1973. Treze anos de guerra, ao mesmo tempo que provocaram a deserção e a fuga de cerca de 110.000 indivíduos do serviço militar, e milhares de feridos e mortos, produziram também fissuras e antinomias no seio da hierarquia militar.” FERREIRA, José M. C. **Portugal no contexto...** Op. cit., p. 160.

Óbidos) chegam à formulação da tese do golpe de Estado. Nesta época começam a aparecer “Comunicados” dos oficiais defendendo que a solução para o “problema ultramarinho é política e não militar”, e que tal solução deve ser buscada “no quadro de uma democracia política”.⁴⁴⁷ Esta perspectiva é reforçada pelo lançamento do livro do general Spínola, “Portugal e o futuro”, no final de fevereiro de 1974. Ao defender uma solução política para a guerra colonial, Spínola lastreia o descontentamento nas forças armadas e aprofunda a crise do regime. O governo responde em março, destituindo os generais Spínola e Costa Gomes dos cargos de vice-chefe e chefe do Estado Maior das Forças Armadas. Segue-se uma série de acontecimentos na esfera militar, sublevações, comunicados, preparações, até o levante militar da madrugada do dia 25 de Abril de 1974, sendo o governo destituído praticamente sem confronto entre as tropas governistas e as insurgentes. Apenas na desmobilização e prisão dos membros da polícia política, a PIDE (Política Internacional de Defesa do Estado, transformada em 1969 na Divisão Geral de Segurança), em que se verificou alguma resistência e o uso da força foi necessário. Em tal acontecimento já se contou com a participação decisiva das massas populares.

Estes três vetores, as lutas estudantis, as desenvolvidas pelos trabalhadores nas empresas e os conflitos no interior das Forças Armadas foram sem dúvida importantes na materialização do golpe militar de 25 de Abril. É certo também que tal ação respondeu a determinados anseios das classes populares, como o da democratização do regime, com o fim da repressão política e das guerras coloniais. Mas a iniciativa do golpe conjugava-se também com determinados anseios das classes capitalistas, tanto portuguesas como dos grupos multinacionais. Neste aspecto, as classes capi-

⁴⁴⁷ **A revolução das flores:** do 25 de Abril ao Governo Provisório: Lisboa: Editorial Aster, s/d. Volume I, p. 28.

talistas viam claramente a impossibilidade de prosseguir numa perspectiva de mudança estrutural da economia portuguesa, dada a acumulação de déficits na balança de pagamentos (28 milhões de contos em 1973), no interior do quadro institucional do marcelismo e sem uma mudança profunda na política colonial.

Em grande parte, economia portuguesa caracterizava-se por “um grau de desenvolvimento muito baixo e um grau de concentração muito elevado (e em elevação)”, sendo os principais setores monopolizados por poucos grupos financeiros (CUF, Espírito Santo, Champalimaud, Português e Atlântico, Borges e Irmãos, BNU e Fonseca e Burnay eram os maiores).⁴⁴⁸ No entanto, Portugal já vinha realizando a abertura ao capital estrangeiro, incentivada no início da década de 60 e intensificada a partir de 1968, vindo o capital multinacional em busca dos lucros que se ofereciam através da mão de obra barata e abundante (apesar dos cerca de um milhão de portugueses que haviam emigrado no período salazarista), da posição geográfica de Portugal e do aparelhamento dos seus portos, do acesso às matérias-primas ultramarinhas e, principalmente, da possibilidade de acessarem os mercados coloniais.⁴⁴⁹ Com a aproximação de 1974, percebe-

⁴⁴⁸ MARTINS, Maria Belmira. **Sociedades e grupos em Portugal**. Lisboa: Editorial Estampa, 1973.p. 12. São frequentes também as referências às “14 famílias” que constituíam a base dinâmica no “núcleo monopolista português”, e que reforçaram seu poder no período 1968-1973. Uma outra análise que foca a estrutura monopolista e a sua tecnocracia, encontra-se em: SANTOS, Américo Ramos dos. Desenvolvimento monopolista em Portugal (fase 1968-1973: estruturas fundamentais. **Análise Social**, Vol.XIII (49), 1977, 69-95.

⁴⁴⁹ “Perante todas estas vantagens, quando decretada em 1965 a liberalização dos investimentos estrangeiros em Portugal, a iniciativa privada não se fez de rogada, uma vez que os empreendimentos não envolviam para ela os mesmos riscos; possuíam já as patentes, os direitos sobre modelos industriais, a experiência técnica e até o mercado (português e não só).” Jornal **República**. 7 de maio de 1974. Suplemento Técnica e Civilização. Assinado por Aires Henriques. p. I, IV e V. Sobre a implantação das multinacionais em Portugal, ver também: MARTINS, Maria Belmira. **As multinacionais em Portugal**. Lisboa: Editorial Estampa, 1976.

-se que o investimento estrangeiro era crescente em Portugal, passando de 1708 mil contos em 1969 para 3217 mil contos em 1972, com quase 1490 novas empresas estrangeiras ou com participação em empresas portuguesas nestes quatro anos. Um quarto dessas empresas (37% do capital investido) localizava-se em Angola e Moçambique.⁴⁵⁰

Deve-se levar ainda em conta o próprio setor empresarial do Estado, principalmente no campo das instituições financeiras e seguros, nas empresas públicas de transporte e energia, ou em empresas mistas (química e metalomecânica). No estudo de Viegas, o papel do Estado na conformação da estrutura monopolista do capitalismo português, seja no apoio financeiro direto, seja nas garantias e privilégios oferecidos, era contrastado pela ausência de políticas de planificação econômica, pela dispersão dos investimentos e da participação estatal sem a existência de órgãos de coordenação. Neste cenário, Viegas assinala que o projeto de mudança liberal firmava-se numa nova estratégia de desenvolvimento econômico e social, buscando a aceleração do crescimento por meio do investimento e modernização em obras prioritárias, aumentos de produtividade, abertura aos mercados mais desenvolvidos e liberalização interna. E a consecução desses objetivos requeria, por sua vez, “uma maior democraticidade interna e de participação social, uma política de rendimentos e salários que diminuísse as desigualdades, e, por esse meio, estimulasse a procura interna, bem como políticas sociais de educação, saúde e segurança social.”⁴⁵¹ Ou seja, para as classes capitalistas, era bem vinda

⁴⁵⁰ “O que revela, nitidamente, o crescente interesse do nosso país para as empresas internacionais, à medida que o desmoronamento das barreiras aduaneiras (através das negociações no âmbito do GATE – Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio) e a integração econômica de Portugal na Europa (EFTA, CEE) se tem vindo a processar.” Id. Ibid., ibidem. Estes investimentos eram realizados por empresas sediadas principalmente na CEE e outros países europeus da OCDE (23%) e do Reino Unido (14%).

⁴⁵¹ VIEGAS, José Manuel P. Leite. **Elites e cultura política: nacionalização e**

uma remodelação do regime, adequando suas instituições políticas às novas necessidades do processo de acumulação capitalista.

Sendo assim, o golpe militar do 25 de Abril veio precisamente para dar uma solução para as condições institucionais que bloqueavam a ampliação dos mecanismos de acumulação capitalistas, buscando-se estabelecer com rapidez uma saída para a guerra nas colônias, canalizar o investimento estatal para o desenvolvimento econômico, instituir uma nova ordem econômica liberal nos parâmetros da democracia ocidental, e, de chofre, conter o surto ascendente de greves. Estas parecem ser as razões principais para que o 25 de Abril surgisse como um ato planejado e executado exclusivamente pelas Forças Armadas.⁴⁵²

Indício disto é que, logo no dia seguinte, em meio a euforia que tomou conta dos portugueses ao verem desabar o regime fascista em poucas horas, e sendo o poder ocupado por uma Junta de Salvação Nacional exclusivamente militar, Mário Mesquita publica no jornal *República* um artigo comparando aquele acontecimento com o levante de Beja realizado em 1962. O autor registra que, se Beja contou com o apoio das oposições (exceto do Partido Comunista), o 25 de abril “nasce essencialmente entre forças até há bem pouco afectas ao regime”, e que portanto o movimento dos capitães representava naquela altura “uma incógnita para todos nós, apesar

privatização no processo político português. Lisboa: ISCTE, 1994. [Tese de doutoramento em sociologia,].p. 178.

⁴⁵² O *Manifesto* do jornal **Combate**, de 21 de junho de 1974, é enfático ao afirmar que: “O grande problema que preocupa a burguesia portuguesa e que a levou ao 25 de abril foi: como manter a exploração capitalista e adaptá-la às novas condições? Por isso, as massas trabalhadoras não tiveram, nem podiam ter, qualquer papel ativo no golpe de 25 de Abril, porque ele não se destinava a acabar com a exploração, mas a perpetuá-la. “O golpe do 25 de Abril foi pensado em esferas das classes dominantes, em estreita ligação com grupos financeiros; e foi executado na prática por capitães e majores originários de uma burguesia média ou a ela ligados e canalizado politicamente pelos generais da Junta, dos quais uns são ligados à grande finança e os outros são mesmo seus representantes diretos.”

do sinal positivo revelado em alguns comunicados...”⁴⁵³

De fato, o anúncio do Programa do MFA (Movimento das Forças Armadas) acenou para medidas liberalizantes, prevendo-se a eleição de uma assembleia constituinte, anistia dos presos políticos, liberdade de associação e sindical, fim da censura e liberdade de expressão e pensamento, extinção da PIDE-DGS e organizações fascistas (Legião e Mocidade Portuguesas)⁴⁵⁴, reorganização e saneamento das Forças Armadas e Militarizadas, o saneamento do serviço público, solução política para as guerras no ultramar etc. A Junta de Salvação Nacional deveria, de acordo com o Programa do MFA, governar o país até as realizações das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte e do novo presidente da república, retornando a partir desse momento as Forças Armadas “à sua missão específica de defesa externa da soberania nacional.”⁴⁵⁵

Este programa liberalizante do MFA, que orientou nas suas linhas gerais os seis Governos Provisórios que se sucederam entre 1974 e 1975, foi, no entanto, logo ultrapassado pelas mobilizações dos trabalhadores, cujas reivindicações e formas de ação prática agudizaram as contradições e a crise do capitalismo em Portugal, já bastante abalado pela crise do sistema em nível mundial. Ao mesmo tempo, a movimentação dos partidos em luta pela ocupação do aparelho de Estado, pela conquista da hegemonia no interior das Forças Armadas e pelo aparelhamento das organizações dos traba-

⁴⁵³ Jornal **República**. 26/04/74. Artigo de Mário Mesquita. Acerta do significado político do 25 de Abril”. O Capitão Salgueiro Maia, um dos mais importantes dirigentes do MFA, afirmaria posteriormente que: “...chegamos à conclusão de que tínhamos o dever perante a sociedade de fazer alguma coisa, porque se nós não o fizéssemos seria a população a fazê-lo. Tínhamos a noção de que se estava a caminhar para um precipício e que este precipício culminaria numa guerra civil em que o povo pegaria em armas.” **A Revolução das Flores...** Op. cit., p. 62.

⁴⁵⁴ A repressão portuguesa contava, no 25 de Abril, com 80 mil Legionários e 20 mil informantes da PIDE. Jornal **A Capital**, 3 de agosto de 1974.

⁴⁵⁵ Programa do MFA. Revista **Seara Nova**, n. 1.543, maio 1974. p. 12-13. [Número Especial].

lhadores dava origem às grandes tensões no interior dos Governos Provisórios, formados por elementos das Forças Armadas e dos maiores partidos (principalmente o PSP, PCP, PPD e CDS).

Tal como foram anteriormente definidos, os objetivos desta seção não comportam neste momento uma análise detalhada de cada um dos seis Governos Provisórios, e muito menos da ação dos Partidos ou agrupamentos políticos durante o processo revolucionário português, o rápido surgimento e a multiplicação dessas instituições.⁴⁵⁶ Contudo, pensamos ser necessário estabelecer uma síntese deste período, e procuraremos fazê-lo tomando como eixo as principais lutas desenvolvidas pelos trabalhadores, para destacar daí os elementos que indicam o percurso dos movimentos autônomos no processo da Revolução dos Cravos. Seguiremos, como roteiro para esta síntese, a leitura que realizamos dos jornais publicados neste período, sobretudo os dos jornais *República* e *A Capital*, recorrendo a outras fontes quando julgarmos necessário para explicar determinados aspectos.

Síntese panorâmica das lutas sociais na Revolução dos Cravos

*Foi um clarão de luz que rompeu num instante
as trevas anteriores, deixando logo tudo entregue
ao formigar obscuro dos homens cegos.*

Oliveira Martins⁴⁵⁷

No dia 25 de Abril, as massas populares acompanharam de forma passiva as movimentações militares e o cerco reali-

⁴⁵⁶ Menos de um mês após o 25 de Abril, a Junta de Salvação Nacional contou 53 agrupamentos políticos em Portugal (Jornal **República**, 17 de maio de 1974). Em julho do mesmo ano, Phil Mailer registrou entre 70 a 80 partidos políticos. MAILER, Phil. **Portugal...** Op., cit.

⁴⁵⁷ MARTINS, Oliveira. **Portugal Contemporâneo**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1996. p. 352.

zado pelas Forças Armadas no Quartel do Carmo, onde estava o Presidente do Conselho e alguns ministros. Mas a partir deste momento, os trabalhadores não perdem tempo e uma ampla movimentação tem início em vários campos. O 1º de Maio de 1974 foi uma expressão da enorme disposição da população de participar ativamente nas transformações que se anunciavam para a sociedade portuguesa, com mais de um milhão de pessoas nas ruas num festejo que rompeu a noite. Neste momento, as principais lideranças dos partidos políticos de esquerda já haviam retornado a Portugal, estando presentes nas manifestações do 1º de Maio. Álvaro Cunhal (Partido Comunista Português, que estava no exílio) e Mário Soares (também no exílio, onde inclusive tinha sido fundado o Partido Socialista), discursaram em Lisboa, convergindo ambos nos seguintes pontos: a criação de um governo provisório com a participação de todos os partidos democráticos, união do povo com as Forças Armadas e fim da guerra colonial.⁴⁵⁸

No campo das organizações sindicais, são de imediato noticiadas inúmeras intervenções realizadas pelos próprios trabalhadores que, através de assembleias, destituem as direções e instalam comissões diretivas “ad hoc”. A Intersindical movimenta-se para conquistar posições nas novas direções sindicais e coordena a ocupação do Ministério das Corporações. No período da formação do Iº Governo Provisório, a Intersindical articula-se para a criação do Ministério do Trabalho, chegando a indicar Canais Rocha para o cargo, antigo quadro do PCP. Será efetivamente um comunista o primeiro Ministro do Trabalho, Avelino Gonçalves, que não resistiu ao primeiro mandato e foi substituído após pouco mais de dois meses por um militar, Cap. Costa Martins,

⁴⁵⁸ Jornal **República**, 02 de maio de 1974; Jornal **A Capital**, 02 de maio de 1974. Logo após o 1º de Maio, Mário Soares viaja para Londres e depois para a Escandinávia, travando já os primeiros contatos com a social-democracia europeia sobre os rumos da revolução portuguesa.

quando da formação do IIº Governo Provisório que, aliás, viu já aumentar o peso das fardas.⁴⁵⁹

A substituição de um civil por um militar no Ministério do Trabalho, a nosso ver, resultou principalmente da dificuldade encontrada pelo governo para conter o surto de greves que teve início após o 25 de Abril, e expandiu-se rapidamente para vários setores e regiões do país. No mês de maio ocorreu uma “explosão social” de movimentos grevistas autônomos, verificando-se em muitos casos a ocupação das instalações. Num estudo sobre os conflitos ocorridos nas empresas entre o 25 de abril e 31 de maio de 1974, os autores citam 158 casos nos mais diversos setores.⁴⁶⁰ Nesses movimentos, as reivindicações principais eram, por um lado, econômicas, como o aumento salarial, o estabelecimento de salário mínimo, férias e, em menor medida, 13º e 14º salários; por outro lado, concorria com estas reivindicações a exigência de mudanças institucionais na empresa, em especial a demanda por saneamentos.⁴⁶¹

Abro aqui um parêntese para tratar já do problema dos saneamentos. A nosso ver, a abrangência dos processos de sanea-

⁴⁵⁹ O Iº Governo Provisório, presidido por Palma Carlos (PPD), foi de 15/05/74 a 10/07/74; o IIº GP, presidido pelo brigadeiro Vasco Gonçalves, foi de 17/07/74 a 30/09/74; o IIIº GP 30/09/1974 a 26/03/1975, também presidido por Vasco Gonçalves, que ficou no cargo até o Vº GP; após a intentona de 11 de Março, é constituído o IVº GP, que foi de 26/03/1975 a 8/8/1975; o Vº GP, o mais curto de todos, foi de 08/08/75 a 12/09/75; por fim, o VIº GP, que ultrapassou o contragolpe militar de 25 de novembro, foi de 19/09/75 a 12/09/76, tendo como Primeiro Ministro o Almirante Pinheiro de Azevedo. Desde a renúncia do Gen Spínola da presidência, em 30 de setembro de 1974, a presidência foi ocupada pelo General Costa Gomes.

⁴⁶⁰ SANTOS, M; LIMA & FERREIRA, V. **O 25 de Abril...** Op. cit., p. 78-99.

⁴⁶¹ MOZZICAFREDDO, Juan Pedro. *Etat, mouvements et luttes sociales: processus politique portugais 1974 –1976.* [These présentée pour l’obtention du grade de docteur. **Université de Montpellier I**, décembre 1985.]. Nos casos analisados por Mozzicafreddo, com base nas informações colhidas por SANTOS, LIMA & FERREIRA, citado acima, as reivindicações econômicas apareciam com um percentual próximo à reivindicação por saneamento, em um pouco mais de 40% dos casos neste período. p. 59-60

mento nas empresas foi algo impressionante e decorreu durante praticamente todo o período revolucionário.⁴⁶² Nas empresas, os saneamentos abrangiam vários níveis, desde os encarregados e chefes mais diretamente identificados com as práticas autoritárias e repressivas, pelo que eram considerados fascistas, como também os quadros de direção e mesmo os proprietários, sobretudo quando eram notórias as suas relações com o antigo regime. O jornal *Combate* faz a este respeito uma ponderação crítica, afirmando que os saneamentos são insuficientes, pois “em si não se opõem ao capitalismo”, resumindo-se a uma “troca do mau gestor por tecnocratas sem mexer na hierarquia e na divisão do trabalho”, no que acabam por ajudar na “reestruturação a economia, tão debilitada pelos regimes anteriores”.⁴⁶³

Em que pese essa crítica, o fato é que muitas greves surgiram tendo como reivindicação principal o saneamento e vários

⁴⁶² Não temos condições de afirmar se os saneamentos foram mais profundos nas empresas privadas dos que nas organizações públicas, incluindo-se as câmaras municipais, juntas de freguesia e o próprio aparato administrativo e militar. Neste segundo caso, informa Álvaro Cunhal que “a própria depuração do funcionalismo fascista foi tão reduzida que, mais do que tolerante, se lhe pode chamar imprevidente. Até fins de 1974, no total de 208.044 funcionários, tinham sido instaurados nas Comissões Ministeriais de Saneamento e Reclassificação (CMSR), criadas em 19 de agosto de 1974, 4.177 processos, número que, tendo em conta a natureza do Estado Fascista, era já por si indicador do âmbito restrito dos casos sujeitos a exame. O total das medidas decididas por despachos ministeriais não ultrapassou porém 209, das quais apenas 24 demissões e todas por colaboração com a PIDE/DGS.” CUNHAL, A. *A revolução...* Op. cit., p. 59. Enquanto realizávamos a leitura dos jornais, era um fato curioso encontrar anúncios pagos por pessoas simplesmente para afirmarem que nunca foram agentes da PIDE, em alguns casos anexando um atestado da polícia. O fato de a PIDE contar com uma rede de 20 mil informantes gerou um clima de suspeição generalizado nos momentos iniciais.

⁴⁶³ Jornal *Combate*, ano 1, nº 7, 27/9 a 3/10/1974. Editorial. Realizamos a leitura da coleção do *Combate*, do qual fazia parte do coletivo de redação João Bernardo. O *Combate* realizou, entre outras coisas, um importante registro das lutas autônomas na Revolução dos Cravos, com análises do problema da autogestão e debates entre os trabalhadores de experiências autogestionárias. Um importante estudo sobre o *Combate* é o de Monteiro, Lúcia E. Bruno de Barros. “**O COMBATE**”... Op., cit.

casos de autogestão foram desencadeados a partir. Foi o caso da Texmalhas, por exemplo, noticiado pelo próprio jornal *Combate*, em que a luta pelo despedimento de uma “mestre carrasca” resultou na ocupação da empresa e sequestração dos gestores por uma semana. E no mesmo jornal aparece o caso Charminha, onde as trabalhadoras inverteram a situação, ou seja, lutaram contra os despedimentos dos trabalhadores e ao mesmo tempo pediram o saneamento do gerente, “ex-oficial nazi”, que acabou fugindo do país, tendo início o processo de autogestão. Nestes casos, trata-se de um contra-ataque poderoso. Além disso, parece-me que a luta pelo saneamento nas empresas representou uma forma de luta autônoma, na medida em que se estava, ao fim e ao cabo, a praticar a revogabilidade dos mandatos. Por certo que, em muitos casos, não estiveram em causa as próprias funções de direção e controle do processo de trabalho, mas isso não quer dizer que não representava um avanço passarem os próprios trabalhadores a decidir quem é ou não adequado para assumir tais funções. Além do que, a demissão dos chefes ou mesmo dos patrões coloca diretamente em questão o poder do capital no interior das unidades produtivas.

Mas as greves prosseguem nos meses de maio e junho, numa escalada surpreendente, e muitas delas são processadas mediante a ocupação das instalações.⁴⁶⁴ Em grande parte dos casos, os trabalhadores levam a diante estes movimentos a despeito das direções sindicais, como no caso da TLP, empresa pública de telefonia, em que os trabalhadores desalojaram a direção. Conforme noticiado, “a manifestação foi organizada por grupos de base dos

⁴⁶⁴ Só para dar alguns exemplos, entre 30 de abril e 16 de maio, na véspera da posse do primeiro governo provisório, foi noticiada a ocupação pelos trabalhadores das empresas Mague, TLP, Ima, Timex, Sandoz, Firestone, Lisnave, Messa, Bayer, Diário de Lisboa, Hospital Psiquiátrico Júlio de Matos, Seguros União, Famental, Olivetti, Luso-Belga e Fiação Jacinto. Mas vale ressaltar que estes casos estão longe de alcançar a totalidade das ocupações.

trabalhadores da TLP que assim se anteciparam à iniciativa dos 27 sindicatos pelos quais se dispersam os trabalhadores da empresa”, completando que “os próprios dirigentes sindicais foram tomados de surpresa”.⁴⁶⁵ Este era outro problema a ser contornado, a organização corporativa por ofícios repartia os trabalhadores de uma empresa em inúmeros sindicatos, tornando estas instituições ainda mais distanciadas relativamente aos processos de lutas coletivas.

Na greve dos padeiros verificou-se uma situação exemplar. No final de maio, os padeiros apresentam seu caderno reivindicativo, do qual encarregam o sindicato como emissário junto ao Ministério do Trabalho. Para acompanhar a negociação, centenas de trabalhadores concentram-se na Praça de Londres, onde ficava o Ministério (o jornal *República* fala em 1000 trabalhadores, e o jornal *A Capital* mencionou 400). Após cerca de 4 horas de espera, os emissários são recebidos pelo assessor do Ministro (Daniel Cabrita, PCP), que sugere uma negociação direta com os patrões, ponderando que “uma perturbação econômica do país pode servir outros fins que não os pretendidos pelos trabalhadores”. O periódico assim relata o desenrolar dos acontecimentos:

Tudo ouviram os trabalhadores, e passava já das 19 horas quando a delegação desceu para anunciar que seria necessário esperar os dez dias propostos pela entidade gremial para apresentar a contraproposta. Só que já nada foi ouvido. Os ânimos haviam se exaltado. [...] A palavra ‘greve’ foi gritada em coro, levaram em braços o presidente do sindicato [...] e foram até o jardim fronteiro combinar a forma de execução do movimento a iniciar naquela noite mesmo.⁴⁶⁶

⁴⁶⁵ Jornal *A Capital*, 4 de maio de 1974.

⁴⁶⁶ Jornal *A Capital*, 28 de maio de 1974. O Presidente do Sindicato, apesar dos apupos mencionados, afirmaria posteriormente que “foi na altura em que nos vimos ultrapassados. Ali mesmo, no jardim ao lado, decorreu uma Assembleia improvisada, nomeou-se uma comissão e foi decidida a greve. [...] A direção não se responsabiliza pela greve.” Jornal *República*, 28 de maio de 1974.

É de se imaginar os constrangimentos causados numa cidade que amanhece sem pão num dia, sem ônibus e metrô no outro, e assim por diante, e as repercussões e debates que tal movimento suscitou na população. Os ataques à greve dos padeiros e às greves em geral recrudesceram, numa verdadeira sinfonia de acusações e clamores pelo fim das greves. As próprias manchetes dos jornais condenam os movimentos, como é o caso do jornal *A Capital* que, no dia 28 de maio, estampa: “Greve do pão também serve ao patrão”. Em outros casos, acusam “elementos infiltrados” de terem manobrado a assembleia para a deflagração do conflito.

As acusações realizadas à greve dos padeiros são apenas exemplos dos mecanismos utilizados para tentar conter o movimento grevista. Logo após o 1º de Maio, começam a surgir os primeiros pronunciamentos pedindo o restabelecimento da “ordem”, procurando fazer “calmar os espíritos” (nos termos utilizados pelo o Primeiro Ministro Palma-Carlos) e canalizar as reivindicações para processos negociados através das instituições reconhecidas pelo novo poder, como sindicatos, partidos e o próprio MFA. Mas os trabalhadores não estavam enquadrados nas estruturas sindicais, que em muitos casos não correspondiam ao movimento organizativo realizado nas bases através das comissões de trabalhadores. Nesta situação, os ataques desferidos contra as greves e contra a ação autônoma das comissões de trabalhadores vêm de todo o lado, dos sindicatos, dos principais partidos e do governo.

Logo no início de maio de 1974, o PC e o PS iniciam uma série de pronunciamentos e ações procurando conter o movimento grevista, que aparecem ganhar maior intensidade após a posse do primeiro governo provisório. O Partido Comunista será mais ativo nessa missão de combater as lutas sociais, conter as greves e enquadrar os trabalhadores nas estruturas tradicionais a fim de facilitar o controle e a recuperação das reivindicações

dos trabalhadores. Todas as suas fichas são lançadas na necessidade de “união entre povo e MFA”, procurando retirar qualquer iniciativa autônoma dos trabalhadores. O amplo processo desencadeado para a ocupação e saneamento das Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais, por exemplo, são consideradas pelo PC como sendo iniciativas “que não facilitam, mas, pelo contrário, criam neste momento graves entraves ao processo de democratização do aparelho administrativo e de democratização da vida portuguesa em geral”.⁴⁶⁷ Quanto às greves, eram atribuídas às “forças interessadas em romper a unidade da classe operária e estabelecer uma brecha entre o MFA e a classe operária”.⁴⁶⁸ Estas posições são aprofundadas com o avanço do movimento grevista. No final do mês de maio, o dirigente comunista Dias Lourenço afirma num comício que “nós não combatemos a greve, combatemos sim a greve pela greve”, e, num comunicado do Partido lançado em seguida, faz-se referência à escalada de conflitos como sendo o resultado da ação de organizações de “extrema-esquerda”, alertando aos trabalhadores para a necessidade de se “impedir que se arrastem os conflitos sociais, que a vida econômica e social seja gravemente afetada por greves, que a desorganização da produção, dos transportes e dos abastecimentos provoquem um amplo descontentamento que a contra-revolução se esforçará por aproveitar.”⁴⁶⁹

Neste mesmo rumo segue a Intersindical, já naquela altura hegemônica pelo PC. De início, as greves são consideradas pela Intersindical como “inoportunas, fomentadas pela reação”. Alertando para que os trabalhadores “não se deixem levar e manobrar por indivíduos oportunistas”, define como suas prioridades a “consolidação democrática e reestruturação do movimento

⁴⁶⁷ Jornal **A Capital**, 05 de maio de 1974.

⁴⁶⁸ Álvaro Cunha, conferência de imprensa. Jornal **República**, 18 de maio de 1974.

⁴⁶⁹ A primeira citação é do Jornal **República**, 27 de maio de 1974; a segunda é do jornal **A Capital**, 29 de maio de 1974.

sindical numa base ordenada, disciplinada e consciente dos reais interesses do povo português”, considerando por isso que as greves, “no momento presente, não servem aos interesses dos trabalhadores”.⁴⁷⁰ E a Intersindical vai mais longe, pois convoca uma manifestação de “solidariedade ao movimento das Forças Armadas”, para o dia 1º de junho, que acabou não obtendo grande apoio. E não para por aí. Na medida em que as greves continuam, a Intersindical é quem vai exigir do governo a estipulação de uma lei que regule as greves, no que são acompanhados pelos industriais do Porto, que desejam também o direito ao *lockout*.⁴⁷¹ A Lei de greve será decretada durante o IIº GP, no dia 26 de agosto de 1974, e representa de fato uma lei antigreve, uma tentativa de conter a deflagração dos conflitos.⁴⁷² Na prática, esta legislação resulta ineficaz, e os conflitos nas empresas prosseguem com forte intensidade.

No campo do PS, Mário Soares, após retornar dos seus primeiros contatos com a social-democracia europeia, apresenta um tom nitidamente mais moderado em relação ao discurso do 1º de Maio, quando apontava, por exemplo, para o fim “da exploração do homem pelo homem”, etc. Passado pouco mais de

⁴⁷⁰ Jornal **República**, 23 e 30 de maio de 1974.

⁴⁷¹ A primeira menção da intersindical à necessidade de regulamentar as greves foi encontrada no jornal **República**, dia 29 de junho de 1974. Os industriais do Porto manifestam-se a este respeito no dia 23 de julho de 1974, no jornal **A Capital**.

⁴⁷² Em síntese, a Lei de greve proíbe a greve política, reconhece o direito aos *lockout*, proíbe a ocupação dos locais de trabalho e responsabiliza os grevistas pela manutenção dos locais de trabalho; torna ilícita a greve antes do final dos prazos dos Contratos Coletivos de Trabalho em vigor; proíbe também as greves de solidariedade e também as nos setores estratégicos; proíbe a ocupação, mas permite a realização de piquetes; as greves devem ser precedidas de um período de negociação nunca inferior a 30 dias, e só poderão ser desencadeadas pelas direção sindical ou pela assembleia dos trabalhadores da empresa quando os sindicatos não representarem a maioria e com escrutínio secreto; liberdade de trabalho às minorias; e restrição das greves nas empresas de utilidade pública (comunicações, transporte coletivo, hospitais, médicos, água, leite, lixo, eletricidade etc.). Jornal **A Capital**, 27 de agosto de 1974.

uma semana, M. Soares chega à conclusão que “o povo português carece de experiência no uso da liberdade para poder facilmente democratizar-se”, e que “não se trata de fazer a revolução socialista, mas sim da democratização de Portugal.”⁴⁷³ Quanto às greves, já no final de maio, o PS recomenda aos trabalhadores que “ponderem a importância das suas reivindicações e o resultado das posições irredutíveis”.⁴⁷⁴ Nas suas linhas gerais, o programa do PS neste período foi sintetizado por Mário Soares em três eixos: “democratizar, descolonizar, desenvolver”.⁴⁷⁵

Em que pesem esses posicionamentos dos partidos noticiados pelos meios de comunicação, as greves continuam e as próprias empresas da área de comunicação não ficarão a elas imunes. Pelo contrário, podemos dizer que, desde o início da Revolução dos Cravos, os meios de comunicação foram um campo de agitações e conflitos intensos dos trabalhadores. Logo no início de maio, os trabalhadores da Rádio Renascença ocupam as instalações, elegem nova direção, formam uma comissão de trabalhadores e falam em autogestão.⁴⁷⁶ Os jornais viram-se também, neste período inicial, envoltos em múltiplos conflitos, exigindo os trabalhadores saneamento, gestão democrática etc., e realizam várias greves de solidariedade.⁴⁷⁷ Esses conflitos foram debatidos no interior do

⁴⁷³ Jornal **A Capital**, 05 de maio de 1974.

⁴⁷⁴ Jornal **República**, 29 de maio de 1974. É neste período que o PS cria a sua “comissão sindical”, ao nosso ver para iniciar uma tentativa de coordenação das ações dos socialistas no interior dos sindicatos, e depois será importante na luta contra a unicidade sindical.

⁴⁷⁵ Jornal **A Capital**, 26 de julho de 1974.

⁴⁷⁶ “...foi estabelecido o princípio da autogestão, passando a residir na totalidade dos trabalhadores da Rádio Renascença a capacidade de direção”. Jornal **A Capital**, 02 de maio de 1974.

⁴⁷⁷ Como exemplos de casos de lutas nos jornais noticiados na primeira quinzena de maio pelos jornais República e A Capital, destacamos: A Capital e Diário de Lisboa: exigem a demissão dos administradores e diretores; Diário Popular e Jornal de Notícias: jornais sublevados; Diário de Lisboa: jornalistas ocupam as instalações considerando que a chefia de redação deve ser eleita democraticamente por todos

Sindicato dos Jornalistas, que tirou como indicativo a constituição de “conselhos de redação”, o que de fato ocorre rapidamente, podendo-se ver noticiada a criação dos “conselhos” em um após outro jornal. Na mesma altura em que o governo lançou a Lei de greve, faz ressurgir também a censura, de início aplicada de forma pontual, como na RTP e na Rádio Renascença, depois de forma generalizada com a publicação de uma nova Lei de Imprensa, para cercear os órgãos de informação com uma cláusula especial: “Todos os que atuarem criminosamente em concreta agressão ideológica às Forças Armadas ou aos princípios do MFA [...] serão rigorosamente punidos.”⁴⁷⁸ Ou seja, não levou muito tempo para que o Programa do MFA, que estabelecia o fim da censura e instaurava a liberdade de associação, restaurasse a primeira em novas bases e tratasse de restringir a segunda.

Talvez seja este o sentido da expressão “democracia militar”, cunhada pelo Brig. Otelo S. de Carvalho ao referir-se ao IIº GP, quando este brigadeiro já comandava o COPCON (Comando Operacional do Continente). Diga-se novamente de passagem que, restabelecida a censura e a lei de greve, só faltava uma polícia com autoridade para fazê-las cumprir. Ao que nos parece, o COPCON foi criado para ser esta polícia.⁴⁷⁹ Não é portanto de

os elementos que a constituem; O Comércio, do Porto: redação exige autogestão; A Capital: não circulou nos dias 11 e 12 em solidariedade aos trabalhadores de O Século, em luta contra a direção.

⁴⁷⁸ Jornal **A Capital**, 05 de agosto de 1974. A censura já havia sido aplicada à RTP no dia 21 de junho de 1974, e prossegue com vários jornais sendo multados (República, Diário de Lisboa e A Capital) e mesmo suspensos, como o caso do jornal Luta Popular, do MRPP (então ainda extrema-esquerda, e depois passaria a atuar em articulação com o PS).

⁴⁷⁹ O COPCON foi criado em 11 de julho de 1974, tendo por missão “interferir diretamente na manutenção e restabelecimento da ordem, em apoio das autoridades civis e a seu pedido.” de acordo com o decreto-lei do Conselho dos Chefes de Estado Maior, “o objetivo das intervenções do COPCON deve ser o de garantir o livre exercício da autoridade constituída; as condições de ordem públicas julgadas necessárias ao regular o funcionamento das instituições, serviços e empresas públicas

causar surpresa que, durante a greve nacional da CTT (empresa pública de Correios, Telégrafos e Telefones), deflagrada no dia 17 de junho de 1974, uma das greves mais combatidas por todos os lados (governo, partidos – PCP em especial – e Intersindical), inclusive sob a acusação de estarem os trabalhadores (e a sua comissão pró-sindicato CTT) colocando com a greve em situação de risco o Governo Provisório, Otelo S. De Carvalho afirmou estar preparada uma intervenção, sob o seu comando, para por fim a greve.⁴⁸⁰ Porém, se neste momento não foi necessária a intervenção das Forças Armadas, logo mais seria, nas greves do *Jornal do Comércio* e da TAP.

O caso do *Jornal do Comércio* merece ser mencionado por dois motivos: primeiro, porque é representativo das lutas desenvolvidas pelos trabalhadores nas empresas de comunicação e, segundo, por demonstrar muito claramente que as maiores dificuldades que se interpunham às lutas dos trabalhadores encontravam-se fora das empresas, em especial nos partidos e no governo. O caso do *Jornal do Comércio* tem início no dia 22 de agosto, já em pleno 2º Governo Provisório, quando os trabalhadores ocupam as instalações tendo como reivindicação principal o saneamento do diretor Carlos Machado. O *Jornal do Comércio* é propriedade do grupo Borges, administrado pelo banqueiro Miguel Quina, que detém cerca de 40 empresas, entre elas, vários outros órgãos de informação. O grupo defende o diretor, e

ou privadas, essenciais à vida da Nação; e a salvaguarda das pessoas e bens.” Para exercer as funções de adjunto ao Chefe do Estado-Maior das FA, Otelo S. De Carvalho foi promovido de Major a Brigadeiro. *Jornal A Capital*, 12 de julho de 1974.

⁴⁸⁰ “Na greve da CTT, nós chegamos a certa altura à conclusão, até por insistência da população, que a situação era insustentável e fomos tentar resolver o problema. Mas aí se engana quem partiu do princípio que havia qualquer interesse, ou qualquer manifestação de repressão por parte das forças do exército. A nossa intenção foi pôr uma coisa que estava parada a funcionar.” *Jornal A Capital*, 18 de julho de 1974. Sobre a greve da CTT, ver também PIRES, José. **Greves e o 25...** Op. cit., p. 85-116.

o impasse estabelece-se.⁴⁸¹ O COPCON entra em cena e encerra as instalações do Jornal, impedindo com isso que os trabalhadores publicassem o *Jornal da Greve*, considerado “selvagem”. Os trabalhadores mantêm um piquete no portão da empresa durante toda a greve, que durou quase quarenta dias. Há uma enorme movimentação de solidariedade à greve do *Jornal do Comércio*, mantendo-se os trabalhadores irredutíveis na reivindicação do saneamento do diretor, contra o qual tinham um dossiê que comprovava suas ligações com as instituições fascistas. E isto se expressava numa síntese perfeita: “um diretor fascista faz um jornal fascista”. O Ministério do Trabalho afirma-se incapaz de intervir a favor dos trabalhadores, tendo um delegado desse ministério afirmado “não estar nem do lado do patrão nem do lado dos trabalhadores”. Era o momento em que havia sido publicada a Lei de greve, demonstrando já ao nascer a sua inutilidade. Lisboa e Porto ficam sem jornais do dia 04 de setembro, tendo os trabalhadores da imprensa realizado uma greve de solidariedade (proibida pela Lei de greve) de 24 horas ao *Jornal do Comércio*. Apenas o jornal *O Século* furou a greve, sob proteção militar.⁴⁸²

Mais uma vez, os ataques à greve do *Jornal do Comércio* formam um coro. Para o PC, a greve dos trabalhadores do *Jornal do Comércio* é “inadequada” e “despropositada aos objetivos da causa” dos trabalhadores. O PC ataca também a greve de solidariedade realizada pelos trabalhadores da imprensa, pois “desencadear greves de solidariedade a greves incorretamente conduzidas é acrescentar um erro ao outro erro”. Mas ilustrativa dessa posição, pela completa miopia que demonstra, é a nota lançada no mesmo dia pela “célula dos gráficos do PC”, veiculada no jornal *República*, sobre as greves na imprensa. A nota começa da seguinte maneira:

⁴⁸¹ Sobre a luta na imprensa diária, ver PIRES, José. *Greves e...* Op. cit., p. 171-184.

⁴⁸² Jornal **República**, 05 de setembro de 1974.

A situação política portuguesa é complexa. Caracteriza-se por progressos na substituição das estruturas fascistas do Estado por estruturas democráticas e por outros fatores de democratização, mas seria utópico acreditar que tais modificações atingiriam já consideravelmente as estruturas econômicas da sociedade e o poder real dos monopólios. [...] [E, neste caso...] Para além dos aspectos justos, as reivindicações dos trabalhadores do *Jornal do Comércio* contêm uma exigência que consideramos sectária e pouco realista: a demissão do agente do monopólio Quina, o fascista Carlos Machado.[!] Ter feito dessa questão o fulcro da luta é, quanto a nós, o primeiro erro de apreciação política por parte dos nossos camaradas. [...] [E conclui com...] Objetivamente, os trabalhadores do *Jornal do Comércio* e dos outros jornais que, por solidariedade, possam participar na greve, estarão a transformar-se em joguetes das forças da reação e do fascismo.⁴⁸³

Aos olhos de hoje, chega a ser surpreendente a sequência de ações desmobilizadoras realizadas pelo Partido Comunista Português no início do processo revolucionário pós-Abril, senão durante todo esse processo. Se os acontecimentos futuros limitaram as perspectivas do PC no campo em que definiu estrategicamente como prioritário para a sua atuação, o da disputa no interior das estruturas de poder, isto se deve sobretudo às suas próprias ações e ao papel que assumiu para si, isto é, o de conter as lutas dos trabalhadores para tentar avançar suas posições no interior do MFA e do próprio governo. A nota da célula dos gráficos é uma peça esclarecedora neste sentido. Ao que parece, o PC não apenas deixou de apoiar como se colocou a tarefa de

⁴⁸³ As notas do PCP e da célula dos gráficos encontram-se em *Jornal República*, 05 de setembro de 1974. É preciso mencionar que os trabalhadores do *Jornal do Comércio* defendem-se também das investidas da extrema-esquerda, que neste caso procuram aparelhar a comissão dos trabalhadores. Exemplo disso é a nota divulgada pela CT para afirmar que a URML não é seu porta-voz.

conter os processos de saneamento e de lutas sociais nas empresas, ainda que os quadros fascistas estivessem nitidamente identificados e sob pressão ativa dos trabalhadores.

O mais esclarecedor desse processo é o próprio desenrolar dos acontecimentos. O *Jornal do Comércio* permanece lacrado e os trabalhadores em luta pelo saneamento durante todo esse período, sendo reaberto apenas após a insurreição da “maioria silenciosa” no dia 28 de setembro, retornando os trabalhadores à empresa no dia 6 de outubro de 1974. Motivo? O tal fascista alvo dos trabalhadores, Carlos Machado, estava com mandato de captura devido a sua participação na conspiração desta “intentiona reacionária”.⁴⁸⁴ Ao fim e ao cabo, são os fascistas a darem razão às lutas dos trabalhadores que os partidos, a Intersindical e o governo julgavam “utópicas” e “reacionárias”.

Processo semelhante foi o ocorrido na TAP. As lutas dos trabalhadores da TAP já vinham apresentando formas radicalizadas desde antes do 25 de Abril, como por exemplo, na dura greve de 1973, fortemente reprimida pelo regime. Após o 25 de Abril, os trabalhadores expulsaram a administração fascista, sendo nomeada uma Comissão Administrativa.⁴⁸⁵ Na discussão

⁴⁸⁴ Jornal **República**, 06 de outubro de 1974. A “intentiona reacionária” de 28 de Setembro foi tramada e incentivada por um grupo de militares e capitalistas portugueses de direita. A população atuou ativamente formando barricadas nas vias de acesso a Lisboa. Resultou na demissão do General Spínola, a prisão de 140 conspiradores, sendo 103 oficiais da armada. O General Costa Gomes torna-se o novo Presidente da República, mantendo-se Vasco Gonçalves como Primeiro-Ministro, que forma o IIIº Governo Provisório. O termo “maioria silenciosa” foi cunhado pelo General Spínola na posse do IIº Governo Provisório, no seguinte contexto: “Ou a maioria silenciosa desse país acorda e toma a defesa da sua liberdade, ou o 25 de Abril terá perdido perante o mundo, a história e nós mesmos o sentido dessa gesta heróica de um povo que se encontrou a si próprio. E com esse desengano se esfumarão as nossas esperanças na democracia.” Jornal **A Capital**, 18 de julho de 1974.

⁴⁸⁵ Os trabalhadores indicaram três membros para compor a Comissão Administrativa da TAP, no total de sete. Posteriormente, tirariam dessa experiência uma crítica profunda à participação dos trabalhadores na gestão das empresas. No documento

sobre a revisão do Acordo Coletivo de Trabalho, novo impasse, e novo processo de greve. Os trabalhadores estavam repartidos em 21 sindicatos, sendo formada uma Comissão Sindical com representantes de 8 desses. Esses sindicatos entram em conflito entre si. As negociações emperram. Durante a greve, os trabalhadores precisam enfrentar também as direções sindicais e os partidos. As Forças Armadas intervêm, a empresa é militarizada, com a ocupação de todos os locais de trabalho para forçar os trabalhadores ao reinício das atividades. Os soldados são proibidos de estabelecerem qualquer conversação com os trabalhadores. Intimidações, armas em punho, “chaimites” em posição de fogo nas imediações da empresa, prisões, despedimentos de 200 trabalhadores. A “democracia militar” de que falava Otelo Carvalho demonstrou neste caso todo o seu potencial. Não vamos nos estender demasiado no caso da TAP⁴⁸⁶, apenas assinalar que se tratou de um momento culminante de uma estratégia repressiva que já vinha sendo implementada pelo novo regime (desde pelo menos a greve da CARRIS, em maio).

“TAP – Só lutando venceremos”, lançado pelos “Comitês Operários de Base da TAP” no dia 25 de julho de 1974, lê-se a seguinte avaliação sobre “O que é a Autogestão?”: “A autogestão é antes de tudo o poder dos trabalhadores, é a gestão de uma empresa pelos trabalhadores e para satisfazer as necessidades desses trabalhadores e de todo o povo e não para obter lucros. Nesse sentido a autogestão não pode existir numa sociedade capitalista, o que pode acontecer é que quando se dá uma crise grave, os trabalhadores para se auto-defenderem dos seus interesses só resta tomar conta da empresa (como o caso LIP em França e da Sogantal no Montijo), mas é sempre uma experiência limitada, uma experiência que não pode durar muito. E não pode durar porque toda a sociedade continua capitalista, porque continuam os patrões a ter o poder econômico e político e assim, cedo ou tarde, os trabalhadores serão obrigados a vergar ou pela força do capital ou pela força ao serviço do capital. A verdadeira autogestão só pode, portanto, existir numa sociedade socialista, uma sociedade controlada em todos os seus aspectos pelos trabalhadores.” Documento: “TAP – Só lutando venceremos: lições dos últimos três meses e as novas perspectivas para a nossa luta.” Comitês Operários de Base da TAP, 25 de julho de 1974. 8p.

⁴⁸⁶ Sobre o caso TAP, ver PIRES, J. *Greves...* Op. cit., p. 186-241; e SANTOS, M., LIMA, M., e FERREIRA, V. *O 25 de abril...* Op. cit., p. 57-156.

Neste primeiro período pós-25 de Abril, a reorganização das novas estruturas de poder e a retomada do processo de acumulação do capital eram desestabilizadas por um vasto processo de auto-organização dos trabalhadores (sem falar na luta dos estudantes e das formas de organização e luta nos bairros). Essa auto-organização materializava-se nas empresas através da constituição de milhares de comissões de trabalhadores. Phil Mailer menciona a existência, em outubro de 1974, de algo em torno de 2000 comissões de trabalhadores, que apenas neste mês desencadearam conflitos em cerca de 400 fábricas.⁴⁸⁷

O funcionamento das comissões de trabalhadores tinha por base o conjunto da fábrica, tomando-se a assembleia geral como instância máxima de decisão. Através desse exercício da democracia direta, as comissões impulsionavam com grande dinamismo as lutas sociais nas empresas, arrastando nesses processos os sindicatos ou contra eles batendo-se em inúmeros conflitos. No interior das unidades produtivas, as comissões significavam a existência efetiva de um contrapoder ao aparato administrativo e ao poder do capital, que por isso reivindicavam o direito ao *lockout* e, quando isso não era politicamente possível dada a capacidade de resposta dos trabalhadores, recorriam os patrões ao despedimento.

Porém, como todo processo de dualidade de poder, o contrapoder estabelecido pelas comissões de trabalhadores nas unidades produtivas torna-se necessariamente instável, tendo que se resolver de alguma maneira, seja pelo controle efetivo da empresa pelos trabalhadores com o desenvolvimento da luta para situações de ocupação das instalações e início de um processo de autogestão, ou então, pela derrota da comissão ou sua recuperação e institucionalização como órgão para a resolução dos conflitos e melhoria dos processos produtivos.

A explosão social que se seguiu ao 25 de Abril, a realização

⁴⁸⁷ MAILER, Phil. **Portugal...** Op. cit., p. 76-82.

dessas inúmeras lutas sociais nas empresas, provocou, entre outras coisas, uma transformação significativa na estrutura salarial nacional, resultando no plano econômico imediato numa distribuição da renda reprimida durante 50 anos.⁴⁸⁸ E essa tendência permanecia nos meses finais de 1974, pois as greves mantinham uma forte intensidade, com ocupações das instalações, saneamentos, comissões de trabalhadores e reivindicações salariais, num cenário que continha também novas fugas de patrões para o exterior e o início de experiências de autogestão.

Porém, neste momento, com a chegada do IIIº Governo Provisório, o período de rearticulação das forças políticas, de definição das suas estratégias e alianças, de identificação das tendências existentes no seio das Forças Armadas, enfim, esse período de consolidação e demarcação mútua entre as correntes de esquerda cristaliza-se, e a disputa pelo poder político sobe mais um degrau, tendo início outra fase de diferenciação e avanço das respectivas posições ideológicas.

A meu ver, o Partido Socialista será quem mais claramente vai se lançar numa estratégia de diferenciação e demarcação de um campo político próprio, a fim de tornar nítida a distinção do seu projeto para o prosseguimento do processo revolucionário, procurando para isso ampliar a sua penetração e influência tanto no interior dos movimentos de base operária, como se colocando como solução efetiva para a insegurança instaurada no seio da burguesia e pequena burguesia. A investida do Partido Socialista terá como Ideia-força a expressão “democracia plura-

⁴⁸⁸ Pelos dados fornecidos por Eugênio Rosa, e levando-se em conta que o salário mínimo foi estabelecido em \$ 3300 no início do IIº Governo Provisório (24/05/74), a modificação na estrutura salarial nacional (excluídos os trabalhadores na agricultura e domésticos), foi a seguinte: menos de 3300 escudos – janeiro de 1974: 42,2%; janeiro de 1975: 19,1%; entre 3300 escudos – janeiro de 1974: 29%; janeiro de 1975: 19,1%; entre 4000 e 5000 escudos – janeiro de 1975: 18,3%. Fonte: Eugênio Rosa. Portugal: Dois anos de revolução na economia. Citado por MOZZICAFREDO, Juan Pedro. *Etat, Mouvements...* Op. cit., p. 61.

lista”, o que significava três coisas: primeiro, o afastamento de qualquer perspectiva do retorno do fascismo ou de uma ditadura militar ou civil; segundo; a diferenciação com relação aos projetos de centralismo econômico e político implicados no reforço da aliança Povo-MFA (PCP), com a depuração das forças de centro-direita (PPD, por exemplo); e, terceiro, uma aposta de conquista do poder por meios democráticos e o restabelecimento da ordem necessária ao processo de acumulação capitalista, com o apoio da social-democracia europeia.

Sem pretender jogar peso demasiado na ação de um único sujeito político, o fato é que, ao realizar a leitura dos jornais do período revolucionário, fomos a todo o momento interpelados pela movimentação do PS e pela habilidade demonstrada por Mário Soares naquele período. E cito apenas alguns elementos neste sentido. Em primeiro lugar, o fato de ter assumido Mário Soares o Ministério dos Negócios Estrangeiros logo no primeiro governo provisório, ficando desse modo responsável diretamente pela articulação de todo o processo de descolonização e, com isso, na linha de frente das negociações com os movimentos de libertação africanos e as potências mundiais com interesses e empresas em África, Mário Soares foi projetado para dentro e para fora do Governo.⁴⁸⁹ Mais do que isso, como Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares circulou pela Europa travando contatos com

⁴⁸⁹ Mário Soares escreveria posteriormente a seguinte avaliação a esse respeito: “Fui Ministro dos Negócios Estrangeiros desde 16 de maio de 1974 até fins de Março de 1975. [...] Mas era, ao mesmo tempo, o secretário-geral do Partido Socialista e acumulava funções das mais complexas no processo que estava em curso. É preciso ver que a política externa era toda ela feita pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, quase sem a participação do Primeiro-Ministro e do resto do Governo. Posso dizer-lhes que, quando parti para o Senegal, logo no dia 16 de Maio de 1974, isso foi uma surpresa para todos os ministros, excepto para o Presidente da República, o General Spínola.” SOARES, Mário. Portugal e a transição para a democracia: um testemunho pessoal. In.: **Portugal e a transição para a democracia: 1974-1976/I** Curso Livre de História Contemporânea; coord. científ. Fernando Rosas. Lisboa: Fundação Mário Soares – I.H.C. – F.C.S.H., 1999.

a social-democracia, angariando assim apoio político e recursos para a implantação do PS e implementação da sua estratégia política (enquanto A. Cunhal, Ministro sem Pasta, ganhou principalmente mobilidade interna). A articulação de uma frente política estrangeira em torno PS para influenciar nos destinos da Revolução Portuguesa foi, a meu juízo, obra cujo principal responsável foi Mário Soares.⁴⁹⁰ Essa aliança estende-se posteriormente e passa a atuar ativamente, e penso que uma indicação neste sentido são os próprios destinos das viagens das principais lideranças dos partidos e das Forças Armadas em 1975. Cito aqui, apenas como exemplo, que, das viagens realizadas em 1975: Otelo e Varela Gomes, entre outros, foram a CUBA; Costa Gomes e Pinheiro de Azevedo foram aos Estados Unidos; e Melo Antunes e Vítor Alves foram à Alemanha. Pinheiro de Azevedo voltou impressionado, declarando que “os Estados Unidos tem uma informação que eu não posso classificar de incorreta. Não nos é favorável, mas ao nível do Depto. de Estado a informação é correta, em relação à Revolução Portuguesa.”⁴⁹¹

Sem qualquer depreciação do potencial das mobilizações dos trabalhadores e das lutas travadas neste período, o fato que me chamou insistentemente a atenção desta movimentação do PS (e não só, pois A. Cunhal foi à URSS e outros foram à China, etc.), em especial, talvez por conhecer o desenrolar dos acon-

⁴⁹⁰ No mesmo depoimento acima citado, Mário Soares aprofunda essa articulação: “... no âmbito da Internacional Socialista, fizemos diligências muito sérias. Tanto Willy Brant, na Alemanha, como o François Mitterrand, que então era o primeiro-secretário do Partido Socialista Francês, como o James Callaghan, na Inglaterra, disseram a Moscovo: ‘Se vocês apoiarem a política do Partido Comunista em Portugal, então o Tratado de Helsínquia fica sem efeito e regressaremos ao que há de mais duro na guerra fria, na Europa’. Aqui, era a política europeia que estava em causa e não propriamente a política americana. Por isso eu digo que a social-democracia ou o socialismo democrático europeu desempenharam um papel importantíssimo, sem dúvida mais decisivo do que o de qualquer outra entidade externa, na evolução da nossa revolução.” Id. *Ibid.*, p. 335.

⁴⁹¹ *Jornal A Capital*, 22 de junho de 1975.

tecimentos, foi a combinação dessas movimentações com os posicionamentos e a dinâmica do processo revolucionário português. Mas não vamos nos estender demasiado nesse ponto⁴⁹², pois gostaria apenas de assinalar que os desenvolvimentos seguintes, as rupturas e as disputas políticas insufladas pelo PS foram calculadas, projetadas de antemão e lançadas num momento preciso, e não meras respostas à correlação de forças em determinadas conjunturas. Vejamos isso, voltando à panorâmica que nos propomos realizar neste momento.

Como mencionamos, as greves atravessaram a intentona de 28 de Setembro, e as comissões de trabalhadores eram uma realidade ainda incontrolável por qualquer das forças políticas em cena, seja o PC, o PS ou já as várias organizações de extrema-esquerda. Até o final do ano, ainda que se tenha percebido um pequeno refluxo, as greves se sucediam, muitas com ocupação, e verifica-se o início de novas experiências de autogestão.⁴⁹³ E isto apesar do protesto continuado do PCP e da Intersindical. Canais Rocha, o “quase-Ministro”, chegou mesmo a defender numa reunião com operários que as Comissões de Trabalhadores “foram inventadas

⁴⁹² Remeto, sobre esta questão, aos esclarecedores artigos de Rainer Eisfeld: A “Revolução dos Cravos” e a política externa: o fracasso do pluralismo socialista em Portugal a seguir a 1974. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 11, maio de 1983. p. 95-129. Com muitos exemplos, Eisfeld demonstra que “os responsáveis por esta ingerência, formal e informal, foram os governos oeste-alemão e americano, a NATO e a CEE, o SPD, a Fundação Friedrich Ebert e a Internacional Socialista. A sua pressão exerceu-se especialmente sobre o Movimento das Forças Armadas (MFA), ideologicamente fragmentado, bem como sobre o Partido Socialista (PS, programaticamente e organizativamente mal consolidado.” p. 96-7. Do mesmo autor, ver também: *Influências externas sobre a revolução portuguesa: o papel da Europa ocidental*. In.: **Conflitos e mudança em Portugal: 1974-1984**. Eduardo de Sousa Ferreira & Walter C. Opello Jr [Orgs.]. Lisboa: Teorema, 1985.

⁴⁹³ Dentre algumas greves importante do período, mencionamos: Propam, Souza e Trigo, Alpha, Porto de Leixões, Matadouro Municipal de Setúbal, Emp. Antônio Alves (dois meses, por saneamento); Sacor, Gulbenkian, Mineiros do Valongo (ocupação da mina); Porto de Lisboa; IBM, Bosch, Algot Internacional e Grão-Pará (saneamento).

pelos padrões com a intenção de dividir os trabalhadores”.⁴⁹⁴ A estratégia é ainda a consolidação da aliança Povo-MFA, fórmula que a certa altura será retificada por alguns militares, não sem sentido, propondo que mude para MFA-Povo. Jogo de palavras? Talvez, se a alma do exército não fosse a hierarquia.

E hierarquizados continuavam também os sindicatos, com uma aparente consolidação das posições do PC através da Intersindical. Esta situação será contestada pelo PS que intensifica a sua investida pela disputa nesses organismos. A eleição está próxima, e a necessidade de diferenciar-se também. O PS já havia se retirado do MDP (Movimento Democrático Português, uma frente que reunia vários partidos desde antes do 25 de Abril), acusando-o de estar atrelado ao PCP. E ainda neste final de 1974, no mesmo embalo da tese que demarca o seu campo como sendo o da “democracia pluralista”, o PS vai colocar em debate a necessidade de conformação das estruturas do sindicalismo, através da defesa da “pluralidade sindical”.

O campo do PCP e da Intersindical aferra-se com unhas e dentes à tese da unicidade sindical, acusando o PS de tentar “divisão na classe operária”. Acusações jorram de todos os lados, manifestos e manifestações de rua carregam uma campanha particular entre os dois maiores partidos do campo das esquerdas. O debate sobre a pluralidade ou unicidade sindical não estava isolado da disputa ideológica pela hegemonia nos aparelhos de poder.⁴⁹⁵ Ou seja, em contraposição à tendência do PC de

⁴⁹⁴ Jornal *A Capital*, 14 de agosto de 1974.

⁴⁹⁵ “A sintonia de interesses entre a Intersindical, o PCP e uma franja do poder político militar, implicou que a mesma interviesse no sentido de ganhar hegemonia sobre o contexto sindical e operário. A luta pela ‘unicidade’ sindical, a partir de então, passa a ser um dos objetivos prioritários da Intersindical. Nesse sentido, o Ministério do Trabalho, o PCP, a Intersindical e o MDP/CDE elaboraram uma estratégia comum, metendo, para este efeito, os seus respectivos aparelhos e estruturas a funcionar crucialmente na persecução desse objetivo imperativo.” FERREIRA, José Maria Carvalho. O enquadramento das lutas operárias urbanas após o 25 de Abril de 1974.

um controle político centralizado da economia e do movimento operário, o PS estende a tese do pluralismo político, baseado na representatividade dos partidos medido através do voto, ao movimento sindical, com a disputa pelas cúpulas sindicais das bases e a representação consignada pelo número de filiados arregimentados pelos sindicatos/forças políticas.

A unicidade será consagrada em meados de janeiro de 1975, por um despacho do Primeiro Ministro Vaso Gonçalves. No debate posterior da Lei, a Intersindical tenta incluir “modificações que melhoram consideravelmente as leis das associações sindicais”, dentre elas a introdução de “um artigo que consagre na Lei o princípio da filiação sindical obrigatória.” Isto é, a Intersindical procurou avançar para uma estrutura sindical de tipo soviético, com filiação compulsória, no qual os sindicatos tornam-se órgãos estatais de controle da força de trabalho.⁴⁹⁶ Com o desenlace a favor da unicidade, o PS ameaça sair do Governo, mas não o faz, não nesse momento, somente meses depois e sob outro pretexto, o do caso República.

Quando o PS formula a sua distinção ideológica a partir do termo democracia pluralista, demarca um campo político, que logo é seguido por Costa Gomes e por Melo Antunes.⁴⁹⁷ E neste momento começa então a cristalização de oposições irreconciliáveis entre tendências políticas que atravessam as forças armadas, com a constituição de três campos de força em disputa pelos destinos da revolução portuguesa: o campo do PS, articulado ao Presidente Costa Gomes e, posteriormente, o chamado “gru-

Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 15/16/17 maio de 1985.

⁴⁹⁶ Jornal **República**, 03 de fevereiro de 1975.

⁴⁹⁷ No pronunciamento em 01 de janeiro de 1975, C. Gomes deixa claro ao sugerir que “...votemos esclarecidamente em partidos autênticos que nos provem a sua vocação de contribuir para um democracia pluralista e livre.” Jornal **República**, 02 de janeiro de 1975. E Melo Antunes, ao comentar o recém-lançado Programa de Política Econômica e Social, conclui da seguinte maneira: “Em minha opinião, o socialismo só é possível numa sociedade efetivamente pluralista.” Jornal **República**, 3 mar. 1975.

po dos nove”]; o campo do PC, com o Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves e algumas divisões da armada; e a extrema-esquerda, com Otelo S. de Carvalho e suas vacilações. Os movimentos entre estes três campos marcarão decisivamente o desenvolvimento da revolução durante o ano de 1975, com alianças táticas esporádicas, conflitos abertos e oposições declaradas tanto no interior do governo, dos aparelhos de poder, das organizações do movimento social e operário e posteriormente, no interior da Assembleia Constituinte. O fato é que, no final de janeiro de 1975, as distensões estavam já de tal modo estabelecidas, que o Governo vê-se obrigado a proibir a realização das manifestações do dia 31 de janeiro, que haviam sido convocadas primeiro pelo PS, sendo seguido pelo MDP, pelas organizações de extrema-esquerda e pelo MRPP (Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado), para a mesma data e local, prevendo um eminente confronto entre as bases sociais destas organizações.⁴⁹⁸

No início dessa seção, informei que não trataria neste momento da movimentação dos partidos e as forças políticas, procurando concentrar-me nas lutas sociais desenvolvidas neste período. Ocorre que, sobretudo durante o ano de 1975, observa-se um refluxo da ação autônoma e espontânea dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que estas passam a estar cada vez mais permeadas pelas forças políticas de esquerda, que disputam estas organizações de base operária, tanto nos sindicatos como nas comissões de trabalhadores e comissões de moradores. Assim, limitamo-nos até aqui ao apontamento de alguns posicionamentos dos dois principais partidos, o PS e o PC, com poucas referências às organizações de extrema-esquerda e sua influência no processo revolucionário português. Talvez seja necessário dedi-

⁴⁹⁸ Ao cancelar a manifestação, o Min. Vitor Alves informa que: “O Conselho dos 20 talvez não tivesse proibido as manifestações do dia 31 se elas fossem apenas as promovidas pelo PS e PCP, mas a verdade era que já estavam marcadas quatro e outras possivelmente ainda seriam convocadas.” Jornal **República**, 30 jan. 1975.

car algumas linhas a este problema antes de seguirmos adiante na nossa exposição panorâmica.

Embora os dois maiores campos políticos no pós-25 de Abril girassem na órbita do PC e do PS, uma pluralidade de partidos e organizações denominadas de extrema-esquerda projetou-se embalada pela vaga de conflitos sociais desencadeados nas empresas e em outras esferas da vida social. Algumas dessas organizações vinham da clandestinidade ou da emigração, outras de processos de ruptura no interior do PC e outras ainda das facções de esquerda no interior do movimento estudantil. Apenas para mencionar alguns dos mais importantes, citamos: UDP – União Democrática Popular (ruptura do PC em 1964); MES – Movimento de Esquerda Socialista (Trotskista); PRP/BR – Partido Revolucionário do Proletariado – Brigadas Revolucionárias (Trotskista); LCI – Liga Comunista Internacionalista (Trotskista); MRPP – Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (Maoísta); PCP [m-l] – Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista); CLMRP – Comitê de Ligação dos Militantes Revolucionários Portugueses (Trotskista); LUAR – Liga de União e Ação Revolucionária, entre muitas outras siglas. Estas organizações vão concorrer entre si no aparelhamento das organizações autônomas e pelos quadros intermediários das forças armadas, através das suas palavras de ordem, suas análises políticas e de conjuntura, seus esquemas interpretativos da revolução e do futuro da sociedade socialista ou comunista. Algumas dessas organizações verificarão profundas mudanças nas suas orientações estratégicas no curso da revolução, e talvez o caso mais marcante seja o do MRPP, que de posicionamentos de extrema-esquerda e muito dinâmico praticamente no primeiro momento, sendo por isso a organização mais perseguida e reprimida pelas forças armadas (tendo em certa altura 400 militantes presos), chega ao final do processo revolucionário a

reboque do PS. O PRP/BR vai verificar um caminho inverso, ou seja, após apresentar um posicionamento moderado nos primeiros meses, ao propor, por exemplo, uma frente ampla de esquerda para enfrentar a disputa eleitoral, o PRP torna-se ativo na disputa no interior do MFA, com influência no COPCON e a defesa do cancelamento das eleições e depois suspensão da Assembleia Constituinte e constituição de um governo de transição revolucionário, para finalmente retornar à clandestinidade como preparação para a luta armada numa guerra civil.

De forma geral, o balanço da atuação da “extrema-esquerda”, da sua divisão e do dilaceramento que provocaram nas organizações de base, tem demonstrado a incapacidade dessas correntes em reconhecer nos movimentos autônomos dos trabalhadores um potencial revolucionário que deveria ser apreendido e, no interior da sua própria dinâmica, expandido para constituir as relações sociais de produção comunistas. Embora as organizações de esquerda fossem responsabilizadas (principalmente pelo PC e Intersindical) pelos surtos grevistas que desestabilizavam a “aliança Povo-MFA” e os governos provisórios, e que por isso eram taxadas de “esquerdistas”, “oportunistas” etc., o fato é que, durante boa parte de 1974, essas acusações eram-lhes imputadas sem que tivessem grande influência na deflagração dos conflitos, ainda que pretendessem e lutassem para tê-la. Quando conquistaram tal influência, ou quando começaram a tê-la ao alcance das mãos, a veiculação das “técnicas revolucionárias” e a tentativa de atrelar os organismos de base às disputas entre os partidos, ou emparelhá-los nos movimentos de reforço de uma ou outra posição no interior do governo provisório, acabavam por aniquilar qualquer criatividade social que podiam dispor os trabalhadores em luta.

A dimensão que assumiu esse fenômeno na Revolução Portuguesa foi um fator destacado por Maurice Brinton, que realizou a este respeito uma análise bastante crítica. No prefácio da

obra de Phil Mailer, já citada, Brinton agrega aos dois perigos fundamentais dos processos revolucionários – o de serem destruídos pelas classes a serem expropriadas e a destruição pelo interior através da degenerescência burocrática – um terceiro que advém dos próprios “revolucionários profissionais”, cujo perigo consiste em fazer com que qualquer nova criação no domínio das ideias, relações ou instituições seja “imediatamente agarrada, penetrada, colonizada, manipulada – e finalmente deformada – por hordas de ‘revolucionários profissionais’ sedentos de poder, parteiras do capitalismo de estado e muito mais perigosos porque envoltos na bandeira vermelha.” E isto porque

Esta gente traz consigo atitudes e padrões de atuação profundamente (embora nem sempre conscientemente) moldados pelo conceito de Lenine de que os trabalhadores, entregues a si mesmos, ‘só podem desenvolver uma consciência sindical’. As suas práticas organizacionais correntes e as suas receitas para o futuro são tecnocráticas até a medula. Com todas as questões extrínsecas que eles arrastam no seu trilho histórico e procuram injetar em situações vivas (como algumas moscas injetam as suas larvas na carne viva) estes ‘revolucionários profissionais’ (estalinistas, maioistas, trotskistas e leninistas de várias espécies) conseguem, entre si, poluir o próprio conceito de ação política independente. A sua preocupação de chefia destrói a iniciativa. A sua inquietação pela linha justa desencoraja a experiência. A sua preocupação com o passado é a ruína com o futuro. Criam à sua volta um baldio de cinismo e náusea, de esperanças esmagadas e de desilusão que apoia o dogma mais profundo da sociedade burguesa, isto é, que as pessoas vulgares são incapazes de resolver os seus próprios problemas sozinhas e por si próprias.⁴⁹⁹

⁴⁹⁹ BRINTON, Maurice. Prefácio. In.: Phil Mailer. **Portugal...** Op. cit., pp10-11.

E os efeitos das disputas entre as siglas e as palavras de ordem, as bandeiras e as receitas revolucionárias foram de tal modo devastadores que provocaram um fenômeno também novo: o apartidarismo. Em muitos casos, os militantes dos agrupamentos políticos tinham que se apresentar sem qualquer distinção partidária no interior das organizações de base, e em algumas manifestações públicas chamadas por movimentos articulados por essas organizações, os militantes dos partidos eram proibidos de levantarem suas bandeiras. Momentos antes do contragolpe de 25 de Novembro, quando as manifestações públicas poderiam fazer pender a balança para um ou outro lado em conflito pelo poder político, registra o jornal *República* que “as manifestações apartidárias concorrem entre si.”⁵⁰⁰

Mas não penso em deixar apenas essas imagens críticas das organizações de extrema-esquerda. Essas organizações tiveram também algumas iniciativas importantes, sobretudo durante 1975. Alguns casos de ocupação de herdades e a construção de cooperativas agrícolas foram realizadas com o apoio de militantes de extrema-esquerda, como a Quinta da Torre-Bela, herança do Duque de Lafões, por exemplo (maio de 1975). Inúmeros outros processos de ocupação de casas e palacetes abandonados foram realizados por estas organizações (em parte também pelos “Cristãos pelo Socialismo”) e deram origem a creches, hospitais populares, escolas etc.⁵⁰¹ Os organismos de

⁵⁰⁰ “...note-se que a primeira grande manifestação apartidária [...] foi realizada em 7 de fevereiro por comissões de trabalhadores, encabeçada pela EFACEC-INEL. Manifestações que nesta altura foi caluniada pelos três grandes partidos do governo, PC, PS e PPD e acusada pelo PC de ser provocatória e fazer o jogo da CIA. E que houve uma tentativa de sua repressão, de iniciativa do governo, recusada pelo COPCON. Os tempos mudaram e as manifestações apartidárias concorrem entre si.” Jornal *República*, 25 de outubro de 1974.

⁵⁰¹ As ocupações de casas, prédios e palacetes intensificam-se desde o início de março de 1975, ganhando impulso após a “Intentona de 11 de Março”. Em 01/03/75, a LUAR ocupa um prédio em Almada, o Palácio José Gomes, para implantar uma “Clínica do Povo”; no dia 06/03/75, a FSP (Frente Socialista Popular) ocupa o Hospital Amadeu

extrema-esquerda tiveram também alguma atuação no âmbito das comissões de moradores que deram azo a projetos de reurbanização e construção de equipamentos sociais com ampla participação popular. Processos igualmente originais foram os sequestros de ônibus urbanos pelos próprios usuários para o estabelecimento de novas rotas, uma vez que as existentes ou não atendiam aos interesses da maioria da população, ou deixavam zonas sem atendimento. Ligado a isso ocorreram processos em que os próprios moradores estipulavam os locais de paradas dos ônibus, e o faziam após deliberação coletiva procurando atender os interesses da maioria dos usuários.

Por fim, o fenômeno mais profundo foi constituído pelos casos de Justiça Popular, em que a população, com maior ou menor participação dos partidos de extrema-esquerda, sequestrou os processos aos Tribunais e julgou os casos em Tribunais Populares (Tomar, Boa Hora, Machico, Penha, entre outros). Os processos geralmente envolviam conflitos entre patrões e trabalhadores, problemas de aluguéis, ou gerados pelas ocupações realizadas pós-25 de Abril dos imóveis vacantes, ou mesmo a expulsão de moradores considerados fascistas. Mas também foi utilizado num caso em que um trabalhador agrícola, José Diogo, atacou seu ex-patrão, que faleceu do ferimento da navalha. Estes casos colocavam em questão o próprio poder judiciário e apontavam para a capacidade da população de resolver seus próprios problemas, sem que precisassem delegar para uma instância superior afastada das condições concretas em que foram os confli-

Aguiar e o transforma em um “Hospital do povo”; Em Massarelos, no dia 12 de Março, a CM ocupa a ex-sede a Legião Portuguesa; no dia 17 de março, a LUAR ocupa uma habitação no Bonfim para transformá-lo no infantário “Comuna popular infantil Soldado Luis”; e no dia seguinte ocupam também um prédio na Rua do Brasil e a transformam na “Clínica do povo”; na mesma semana, um Palacete na Visconde de Oliva é ocupado e transformado num “Centro de cultura e creche”; e o MES ocupou a clínica Santa Joana. E o movimento de ocupações desenvolve-se com grande intensidade neste período e até o final de novembro de 1975, quando então entra em refluxo.

tos produzidos, nem se utilizar de uma linguagem técnica formal distante dos diretamente implicados.⁵⁰²

Por certo que se tratava de processos que avançavam rapidamente numa sociedade que repousou durante meio século com uma ideologia calçada nos valores tradicionais da família e da Igreja, na apologia da vida simples e dos “brandos costumes”. Penso que casos como estes de justiça popular, com a repercussão que tiveram, ainda que pudessem ser considerados como uma extensão ou desdobramento do princípio já largamente aplicado nos inúmeros processos de saneamento, certamente que despertavam algum desconforto na pequena burguesia e na classe empresarial, mas também em trabalhadores e extratos variados da população.

Como exemplo das contradições em que estava enredada culturalmente a sociedade portuguesa, lembro que, em janeiro de 1975, durante uma manifestação em Lisboa (Parque Eduardo VII) do recém-criado Movimento de Libertação da Mulher, quando suas integrantes tentavam realizar, inspiradas certamente em Maio de 68, uma “fogueira de símbolos”, na qual pretendiam queimar o código civil e penal, a legislação do trabalho, revistas pornográficas, tachos, vassouras, panos de pó etc., as participantes de tal ato foram brutalmente atacadas por cerca de dois mil homens que “bateram, espancaram e arrancaram as roupas das mulheres”.⁵⁰³ Tempos depois as militantes do MLM são

⁵⁰² Sobre os casos de justiça popular, ver: SABINO, Amadeu Lopes. **Portugal é demasiado pequeno** (1974-1976). Coimbra: Centelha, 1976. p. 79-139. E, um contrário à esse fenômeno, CARVALHO, Daniel Proença de. **Cinco casos de injustiça revolucionária**. Lisboa: Edição do Autor, 1976.

⁵⁰³ Jornal **República**, 14 de janeiro de 1975. Além desta notícia no **República**, é profundo o silêncio sobre este acontecimento na imprensa. Apenas Cohn-Bendit, quando esteve em Portugal em meados de 1975, mencionou que a repressão ao MLM foi desencadeada pelo PC, o que não pudemos confirmar e não nos parece que tal ato possa ser dedicado exclusivamente à este partido. Mas Cohn-Bendit manifestou ao mesmo tempo surpresa pelos casos de democracia direta que pode observar, tanto

noticiadas ao ocuparem um prédio para alojar a sede do seu movimento, mas não se tem conhecimento de terem tentado realizar outras manifestações em espaço público.

Do ponto de vista das organizações autônomas, uma iniciativa importante de articulação entre as diversas comissões de trabalhadores existentes vinha sendo desenvolvida através de reuniões Interempresas, contando com certa de 40 CT's da cintura industrial de Lisboa. Estas reuniões, articuladas pela CT da EFACEC-INEL, resultaram entre outras coisas na convocação de uma manifestação para o dia 7 de Fevereiro, cujo eixo principal era luta contra o desemprego e contra os despedimentos. Mais uma vez, tal iniciativa de autodeterminação foi fortemente combatida pelos sindicatos (a União dos Sindicatos do Sul chegou a comparar a iniciativa das CT's à "maioria silenciosa" de 28 de Setembro) e foi inclusive proibida pelo governo. No entanto, com caráter expressamente "apartidário", cerca de 30 mil pessoas uniram-se ao ato, que no cortejo encontrou manifestações de solidariedade dos soldados que guardavam a Embaixada dos Estados Unidos e o Ministério do Trabalho.⁵⁰⁴

Ao que parece, ocorre uma desmobilização dessa articulação das CT's após a manifestação de 7 de Fevereiro. E quando retornam à atividade, no mês de maio, já é outra orientação a que segue, a ponto de, na segunda reunião, em 22 de julho de 1975, o início dá-se com uma "moção contra a propaganda e agitação partidária nas reuniões".⁵⁰⁵) E a influência dos partidos

nos bairros como nas fábricas, ao mesmo tempo em que percebe um autoritarismo assustador, contando um caso ocorrido na praia em que um pai dá uma "chapada" no filho e, na sequência, volta a explicar a "liberdade das massas". **Jornal República**, 04 de agosto de 1975.

⁵⁰⁴ **Jornal Combate**, Ano I, n° 17, 14 a 28 de fevereiro de 1975 e n° 18, 28 de fevereiro a 14 de março de 1975.

⁵⁰⁵ Diz a moção também que, "Independente do acima exposto, será pela prática, será pela forma como se encaram os problemas que vimos tratar a estas reuniões, será pela forma como se cumpre o que aqui é aprovado, que cada linha partidária

nessa organização vai tornando-se flagrante a ponto de, na convocação para o Ato do dia 25 de agosto, uma das reivindicações formuladas ser a “aplicação imediata do ‘Documento do COP-CON’ e uma série de outras bandeiras nitidamente vinculadas à extrema-esquerda.”⁵⁰⁶

Nos primeiros meses de 1975, a revolução portuguesa avançava no ritmo permitido pelo equilíbrio entre as forças políticas e militares. Mas após os acontecimentos de 11 de Março, quando fracassa uma nova investida golpista de direita, os entraves ou indeterminações provocados pelas contradições no interior das forças armadas são retirados, acelerando as tendências que até então eram apenas esboçadas. A intentona de 11 de Março foi produzida por frações da classe capitalista e setores das forças armadas, capitaneadas pelo próprio Gen. Spínola, e contou novamente com uma ampla participação da população na defesa do “processo revolucionário em curso”. Como declarou o Almirante Rosa Coutinho: “A união entre as forças armadas e o povo é a maior lição que podemos tirar do dia de hoje. Unanimemente o povo se colocou, das fábricas, dos arsenais, de todo o lado o povo acorreu a juntar-se às forças armadas para evitar que a reação fizesse o seu golpe.”⁵⁰⁷

O 11 de Março, ao reforçar a tendência à esquerda no interior do Movimento das Forças Armadas, forneceu as condições necessárias para que o Governo acelerasse o processo de centralização econômica e política, mediante a estatização dos princi-

mostrará sua justeza ou injusteza, e não pelas discussões acadêmicas.” Documento: *Intercomissões*. Ata da 2ª Reunião, dia 22 de julho de 1975.

⁵⁰⁶ Dentre estas consignas próprias da extrema-esquerda arrolada no convite, mencionamos: Soldados sempre, sempre ao lado do povo!; Trabalhadores, Soldados, Moradores – Assembleias Populares!; Dissolução da Assembleia Constituinte Já!; Operários, Camponeses, Soldados e Marinheiros – Unidos Venceremos!; Contra os Imperialismos – Independência Nacional! Etc.. Documento. *Intercomissões*. Convocação para o ato do dia 25 de agosto de 1975..

⁵⁰⁷ Jornal **República**, 12 de março de 1975.

país setores econômicos e o controle cada vez mais alargado dos partidos sobre o aparelho de Estado. Nos seus resultados mais imediatos, este acontecimento provocou: a institucionalização do MFA, sendo o Conselho da Revolução o seu órgão executivo; a constituição do IV^o Governo Provisório e a definição de uma nova etapa da “transição ao socialismo”; o saneamento dos militares envolvidos na intentona; uma nova leva de fuga de patrões e burgueses do país e, com isso, o início de inúmeros processos de ocupação e autogestão de empresas; e a nacionalização por decreto de grande parte da economia portuguesa.

Antes desse momento, o Estado já vinha apontando para uma tendência à centralização econômica e intervenção direta em empresas. Estas intervenções eram até então realizadas de forma pontual, através do controle ou estatização de unidades produtivas abandonadas pelos proprietários, ou por apresentarem grandes dificuldades financeiras, mas partindo sempre de uma reivindicação direta das comissões de trabalhadores. No final de novembro de 1974, o governo já havia sinalizado para a sua intenção de “intervir nas empresas privadas de gestão defeituosa [...], que não funcionem em termos de contribuir normalmente para o desenvolvimento econômico do país”, sendo indicadores disso o “encerramento ou ameaça de despedimentos total ou de seções significativas da empresa”, realizados sem justa causa, ou o “abandono de instalações e estabelecimentos”.⁵⁰⁸ As ações nesse sentido vão sendo pontualmente implementadas, como por exemplo, nos casos das Minas de Algustrel, da herdade Monte de Outeiro, dos serviços de Transportes do Porto e da Companhia de Água de Lisboa (após caducar a concessão). Além desses casos, através do Decreto nº 203/74, o governo já havia assumido o controle via estatização do Banco de Angola, do Banco Nacional Ultramarinho e do Banco de Portugal. Esta

⁵⁰⁸ Jornal **República**, 26 de novembro de 1974.

estratégia ganha um novo instrumento e incentivo com o Decreto nº 660/74, de meados de fevereiro de 1975, que fixou os critérios para a intervenção do Estado nas empresas privadas. Contendo certamente um caráter retaliativo às ações consideradas como “sabotagem econômica”, o Decreto é bastante amplo para atingir empresas de todas as dimensões e ramos de atividade, sendo sua aplicação derivada das lutas desenvolvidas internamente nas empresas e mediante a solicitação das organizações operárias. Até o 11 de Março, já se contava cerca de doze casos de intervenção do Estado (Conceição Silva, Inali, J. Pimenta, CRGE, Tecnividro etc.).⁵⁰⁹

Mas ao contrário dessas medidas pontuais, após o 11 de Março as estatizações atingem os principais setores econômicos e, de 14 de março a 17 de fevereiro de 1975, foram estatizadas as instituições de crédito, seguros, petróleo, navegação e transporte, siderurgia, energia elétrica, cimento, celulose, tabaco, transportes públicos, indústria vidreira, indústria extrativa, química pesada, cervejas, estaleiros navais, agricultura, radiodifusão, televisão, transporte fluvial e serviços portuários. No total, mais de 240 empresas foram estatizadas nos vários setores. De acordo com Mailer, isso significou que 65% da economia ficou diretamente nas mãos do Estado.⁵¹⁰ No estudo de Ivo Pinho, o setor público empresarial era responsável por metade da formação do capital nacional e por cerca de 1/5 do emprego total, sugerindo apesar disso que as estatizações não foram tão exageradas como a primeira vista pareceu.⁵¹¹ E Viegas aponta na mesma direção ao comparar o peso do setor público português com outros países europeus. Neste caso, com exceção do setor bancário (83%), o peso do setor público não estava muito distante da média de

⁵⁰⁹ VIEGAS, José Manuel P. Leite. *Elites e cultura...* Op., cit. P. 227.

⁵¹⁰ MAILER, Phil. *Portugal...* Op. cit., p. 198.

⁵¹¹ PINHO, Ivo. Sector público empresarial: antes e depois do 11 de Março. *Análise Social*, vol XII (47), 1976-3, 733-747.

alguns países (França, Reino Unido, Holanda etc.) e, em alguns setores, era ainda inferior (caso da Itália no setor energético, que detinha 92%).

Ao mesmo tempo, o governo estabeleceu as bases para a expropriação de terras para fazer avançar no processo de reforma agrária. Através de um Decreto-Lei de 15 de abril de 1975, o governo legaliza a “expropriação de todas as propriedades agrícolas com mais de 50 ha de terras irrigadas de qualidade média ou mais de 500 ha de terras de sequeiro de qualidade média.”⁵¹² A partir de abril/maio de 1975, o processo de ocupação de terras é acelerado, chegando em 1976 com 468 UCP’s (Unidades Coletivas de Produção), num total de 923.258 ha expropriados.⁵¹³

O malogro na intentona de 11 de Março provocou uma nova onda de fuga da classe patronal. O abandono das instalações das empresas abre o caminho para novos processos de ocupação pelos trabalhadores. São exemplos de empresas em que o patrão sumiu: Textifler, Albuferco, Ronsol, Pablos, Sonap, Soudauto, etc. Outras ocupações são realizadas em empresas ainda sob controle dos patrões, que não raro viram alvo de piquetes e saneamentos, como nos casos do Pão de Açúcar, Handy, Emp. Pública de Urbanização, Transmotor, Delfim Moreira, Mvelles, Supermercados A. C. Santos, Sorettri, Transul, Guetara etc..

Este quadro de estadualização da economia, reforma agrária em andamento e centralização do poder político indicava que a revolução portuguesa havia sido colocada no trilho de uma “transição ao socialismo”, ainda que restasse em suspenso a equação entre os diferentes projetos de socialismo que permaneciam repre-

⁵¹² Sobre o desenvolvimento da Revolução dos Cravos no campo, baseio-me, sobretudo em ESTRELA, A. de Vale. A reforma agrária portuguesa e os movimentos camponeses: uma revisão crítica. *Análise Social*, vol. XIV (54), 1978 – 2, 2129-263. E em BARRETO, Antônio. Classe e Estado: os sindicatos na reforma agrária. *Análise Social*, vol. XX (80), 1984-1, 41-96.

⁵¹³ ESTRELA, A. De Vale. A reforma... Op. cit., p.

sentados no interior do IV^o Governo Provisório. Para o Primeiro Ministro, Vasco Gonçalves, numa conferência de imprensa no dia 8 de abril, a “transição para o socialismo” era formulada como uma estratégia de reforço do capitalismo de Estado:

...pretendemos, de fato, construir uma sociedade socialista, mas pensamos que o socialismo não pode ser construído de um dia para outro. Temos de entrar numa via de transição. [...] Vamos ter uma economia de transição para o socialismo. Não podemos dizer que vamos ter o socialismo daqui a tantos anos, porque isso é um processo que deve desenvolver-se à medida da conscientização política e ideológica do nosso povo e à medida que sejam reunidas as condições concretas para dar os passos em frente nesse caminho.⁵¹⁴

E após designar aqueles que supostamente teriam interesse pelo projeto de transição para o socialismo, nomeadamente os trabalhadores, a pequena burguesia, os quadros, as “forças patrióticas e progressistas” e os “médios empresários”, afirma Vasco Gonçalves que “só nela não cabem os homens do capital monopolista”.⁵¹⁵ Isso quer dizer que o capital monopolista estava a ser suplantado pelo Estado e pela tecnocracia nas suas funções de coordenação do processo de desenvolvimento do capitalismo em Portugal. Vamos ver algumas implicações políticas que se abrem a partir dessa reestruturação econômica.

Num texto escrito no calor dos acontecimentos, publicado em 26 de maio de 1975, João Bernardo desenvolve algumas teses que vinham sendo defendidas pelo coletivo do jornal *Combate*, dentre as quais a que estabelecia que o regime que estava a surgir em Portugal após o 25 de Abril era uma forma de desenvolvimento do capitalismo de Estado,

⁵¹⁴ Jornal **República**, 09 de abril de 1975.

⁵¹⁵ Id. *ibid.*

...caracterizado pela passagem pacífica e relativamente lenta dos grandes proprietários monopolistas e altos tecnocratas, mediante a sua integração progressiva nos órgãos de gestão estaduais e a progressiva apropriação pelo Estado desses grandes monopólios; em suma, tratava-se da integração progressiva dos grandes capitalistas privados na classe dos capitalistas de Estado.⁵¹⁶

O 11 de Março e o conjunto de medidas de estatização da economia levadas a cabo nesse período representaram o momento culminante desta via. Estas medidas, cujo eixo central era fornecido pela estatização da banca, possibilitaram uma centralização rápida de capitais, o controle da inflação, o aumento da capacidade de investimento estatal, resultando na possibilidade de diminuição dos custos burocráticos de coordenação das várias empresas e a planificação das atividades. Mas deve-se lembrar que a estatização da banca já havia por si só colocado sob o controle estatal muitas empresas, que dependiam ou eram controladas pelos grupos monopolistas. E João Bernardo aponta, no interior dessa nova configuração do capitalismo em Portugal, as contradições criadas entre um maior capacidade de acumulação de mais-valia e as dificuldades que se apresentavam à realização desta mais-valia produzida, o que levava, entre outras coisas, à necessidade da burguesia de conter os conflitos mediante o enquadramento da classe trabalhadores e a restrição das concessões salariais.⁵¹⁷ O que nos interessa neste momento é precisamente a análise das formas em que se poderiam reali-

⁵¹⁶ BERNARDO, João. **Um ano, um mês e um dia depois**: para onde vai o 25 de Abril? (economia e política da classe dominante). Lisboa/Porto: Edições 'Contra a corrente', 26 de maio de 1975. p. 2.

⁵¹⁷ "...a burguesia de Estado portuguesa criou as condições que lhe permitem uma rápida acumulação de mais-valia, mas não dispõe de uma situação que lhe facilite a realização efetiva de toda essa mais-valia acumulada, quer dizer, que lhe facilite a transformação, através do mercado, do sobre-produto em novos capitais disponíveis para investir, reproduzindo assim o processo de crescimento do capitalismo." Id. *Ibid.*, p. 12.

zar este enquadramento dos trabalhadores, ou das formas que se apresentavam como possíveis naquele momento.

O fascismo havia dismantelado as organizações tradicionais de enquadramento da classe operária, nomeadamente os sindicatos e os partidos, de maneira que os conflitos estalaram e prosseguiram através das iniciativas autônomas dos trabalhadores, que construíram nesse percurso suas próprias organizações, especificamente as comissões de trabalhadores. Para a estratégia de constituição do capitalismo de Estado, tornava-se fundamental realizar esse enquadramento e travar o desenvolvimento dos conflitos, mas a estrutura sindical existente e os partidos políticos mostraram-se incapazes de fazê-lo, e isto inclusive pela própria estrutura militarizada do aparelho de Estado e da economia portuguesa.⁵¹⁸ Com isso, será o próprio MFA quem surge como “a base insubstituível da reestruturação do Estado e do enquadramento da classe proletária.”⁵¹⁹ O problema residia, portanto, em como o MFA poderia realizar tal enquadramento dos trabalhadores.

Para João Bernardo, dois modelos possíveis de enquadramento apresentavam-se naquela conjuntura do imediato pós-11 de Março: ao primeiro denomina enquadramento repressivo; e, ao segundo, enquadramento ideológico. O modelo repressivo estava assentado na fusão MFA-PC, e isto era possível na medida em que “a estrutura interna autoritária e ultra-hierarquizada do PC é idêntica à estrutura militar das forças armadas e ambos constituem, assim, o paradigma dos modelos sociais possíveis

⁵¹⁸ Referindo-se ao modelo malgrado que pretendeu enquadrar os trabalhadores a partir de estruturas civis, centradas no PS e no PPD, esclarece João Bernardo que: “A militarização da produção e das condições de trabalho favorece a ascensão do exército como gestor da economia e do Estado em geral. Mas, sobretudo, são as próprias relações sociais que se encontram consubstanciadas no exército que constituem o paradigma das relações sociais em capitalismo de Estado integral. O exército é o modelo de capitalismo de Estado.” Id. *Ibid.*, p. 24.

⁵¹⁹ Id. *Ibid.*, p. 25.

em capitalismo de Estado integral.”⁵²⁰ O segundo modelo, o ideológico, seria processado à margem dos partidos políticos e através de novas estruturas criadas para este fim, tendo por base as formas recuperadas das organizações de base operária. Os elementos que realizariam esse modelo seriam, do lado do MFA, o campo formado em torno do Brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho em articulação principalmente com duas organizações partidárias: o PRP e a LUAR.⁵²¹ O objetivo principal seria a construção de uma ligação estreita entre as comissões de trabalhadores – comissões de moradores e o MFA. De fato, o PRP vinha já buscando a integração das comissões de trabalhadores em uma nova instituição, os “conselhos revolucionários”⁵²², e o LUAR vinha desenvolvendo suas ações priorizando a articulação com as comissões de moradores, em especial através da ocupação de habitações para a construção de equipamentos sociais. Além disso, ressalta João Bernardo que a definição destes dois modelos não exclui a articulação entre ambos, que pode ser estabelecida sob formas variadas, na medida em que o enquadramento ide-

⁵²⁰ Id. Ibid., p. 26.

⁵²¹ “O grupo de Otelo quer construir a organização de enquadramento das massas pela sujeição ao MFA de dois grandes tipos de instituições: as comissões de moradores e as comissões de trabalhadores. Para as primeiras usa a LUAR, que se tem dedicado mais a este tipo de trabalho. Para as segundas usa o PRP. A divisão de tarefas que reina na sociedade capitalista parece existir também entre os partidos. Mas os problemas levantados pela tentativa de recuperação destes dois tipos de instituições são bastantes diferentes.” Id. Ibid., p. 29.

⁵²² Os conselhos revolucionários foram criados em maio de 1975 e, no Congresso Regional Pró-Conselhos Revolucionários, no início do mês de maio, a presença do PRP e do LUAR não deixa dúvidas quanto à origem da iniciativa. Jornal **República**, 08 de maio de 1975. E na mesa redonda organizada e publicada pela revista **Flama**, em 27 de junho de 1975, fala um dos seus dirigentes que “os Conselhos Revolucionários foram propostos por um partido – o PRP. Mas funcionam em assembleia geral, onde os operários decidem sobre eles e os controlam. Deixam de ser partidários quando agregam elementos de toda a classe e quando esta os controla, em assembleia geral. [...] Defendem uma forma de organização militar que leve à criação de um autêntico exército popular, à transformação do atual, que é um exército de classe, com uma estrutura burguesa.”

ológico não eliminaria a necessidade de um contrapeso repressivo. Para a classe trabalhadora, este processo implica em que,

...quanto mais demorada e difícil for a articulação entre os dois modelos de contensão dos trabalhadores e quanto maiores forem as contradições que entre eles surgirem e, por outro lado, quanto menos a integração-subordinação ideológica da classe operária, através do segundo modelo, se conseguir realizar – tanto mais facilmente se desenvolverá a luta do proletariado num sentido revolucionário profundo, passando a atacar claramente o poder de Estado e, correspondentemente, a desenvolver a relação entre as comissões de trabalhadores, a desenvolver a federação entre as comissões de trabalhadores.⁵²³

Ou seja, a realização do enquadramento pelas duas vias identificadas por João Bernardo significaria o desenvolvimento de uma forma de capitalismo de Estado, e a não efetivação dessas vias abriria a possibilidade para o prosseguimento das formas autônomas dos trabalhadores e a sua projeção até o nível político, neste caso implicando a supressão do nível político.

Seja como for, e embora João Bernardo tenha percebido com tanta perspicácia as questões fundamentais que estavam colocadas no caminho da construção do capitalismo de Estado em Portugal, na identificação dos interesses econômicos e políticos das classes dominantes, como era o objetivo do texto, deixou apenas de levar em consideração a fração da classe dominante que estava fragilizada no imediato pós-11 de Março, mas não estava e nunca esteve completamente neutralizada: o PS. Neste aspecto, parece-me que João Bernardo dava por condenada a estratégia de enquadramento do proletariado por uma organização civil, e o PS bastante desorganizado para reverter essa situação,

⁵²³ BERNARDO, João. *Um ano, um mês...* Op. cit., p. 36

ainda que tivesse arrebatado um sucesso eleitoral incontestável nas eleições de 25 de abril de 1975.⁵²⁴ Com o que João Bernardo não contava era com a fusão de outro tipo articulada pelo PS com segmentos das forças armadas, uma fusão à direita, repressivo e ideologicamente referenciada no capitalismo ocidental.

Assinalamos anteriormente que o PS vinha desenvolvendo uma estratégia de diferenciação em relação aos principais partidos de esquerda no processo revolucionário português, procurando distinguir-se especialmente do PC. Após a disputa na questão da unicidade sindical, Mário Soares procurou demarcar uma estratégia própria para o prosseguimento do processo revolucionário em curso (“não somos russos, nem chineses, nem americanos, mas sim portuguesas...”, como afirmou num discurso no Seixal), ao mesmo tempo em que referendava a necessidade de contensão das lutas operárias, embora esta assentasse também na melhoria da distribuição da renda nacional.⁵²⁵

Logo após as eleições, o PS encontrou-se efetivamente fortalecido o suficiente para exigir maior espaço na coalizão governamental e o direito de exercer maior influência nos destinos da Revolução. Essa ambição, no entanto, chocava-se com o clima

⁵²⁴ O resultado das eleições foi um completo fracasso para os partidos de esquerda. Para ficarmos apenas nos mais votados, citamos, do total de 5.665.704 votantes: o PS recebeu 2.145.575 votos (37,87%), conquistando 115 deputados para a Assembleia Constituinte; o PPD 1.494.636 votos (26,38%), com 80 deputados; o PCP, 709.636 (12,53%) e 30 deputados; o CDS, 433.153 votos (7,65%) e 16 deputados; e o MDP/CDE, com 233.362 votos (4,12%), ficou com 05 deputados. *Jornal República*, 29 de abril de 1975.

⁵²⁵ Num discurso no campo pequeno, em meados de fevereiro de 1975, Mário Soares afirmou que: “Não queremos o socialismo como utopia para os nossos netos; queremos melhorar aqui e agora a vida das classes trabalhadoras. Não queremos partilhar a miséria, é preciso desenvolver a riqueza nacional, mas com a garantia da sua equitativa distribuição pelas classes trabalhadoras. [...] Não será ocupando meia dúzia de casas, ou paralisando indústrias que se resolverão os problemas econômicos do país. Pelo contrário, dessa maneira acabaríamos por criar um clima semelhante ao que se verificou no Chile.” *Jornal República*, 15 de fevereiro de 1975.

que se sucedeu ao 11 de Março e o firme posicionamento que parecia ter conquistado o PC no interior do aparelho de Estado e do MFA. É então que a estratégia do PS torna-se ainda mais nítida no sentido de assumir para si a tarefa de conter a influência comunista e garantir um caráter institucional à democracia ocidental, isto é, de fazer prevalecer a democracia pluralista. E isso apesar de terem os maiores partidos assinado o “pacto com o MFA”, quando se comprometeram com a permanência institucional do MFA, através do Conselho da Revolução, como “garante supremo da democracia e das liberdades públicas”. A partir desse momento, o ato eleitoral foi transformado muito mais num mecanismo de medição das forças em disputa e instrumento de barganha política, embora o resultado prático fosse a instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

Logo após as eleições, o PS passa a colocar em prática a sua estratégia anteriormente mencionada, ao que nos parece com o acompanhamento cada vez mais cuidadoso e interessado da social-democracia europeia. Mesmo tendo que resolver um intenso tensionamento nas suas próprias bases, o PS mantém o seu apoio às medidas que fortalecem a centralização econômica e o avanço do processo de acumulação do capital, como as estatizações, a “batalha da produção” e a intenção de acabar com os “saneamentos selvagens”, por exemplo. Ao mesmo tempo, vai demarcando o seu campo próprio, reivindicando a adequação da composição governamental ao resultado eleitoral, sendo contrário à prisão dos militantes do MRPP e a suspensão do seu jornal “Luta Popular”, e lutando ativamente contra a tomada do jornal *República* pelos trabalhadores. Esses posicionamentos práticos, resultados mais do cálculo do que de meras respostas conjunturais, são o vai fornecer ao PS o argumento definitivo e suficiente para justificar a sua saída do governo.

De forma geral, os principais procedimentos táticos realiza-

dos pelo PS para diferenciar-se na arena dos partidos e polarizar a coalizão governamental foram: o tensionamento da composição das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, em que o PCP, principalmente através do MDP/CDE, havia conquistado grande influência após o 25 de Abril; a exploração dos conflitos na Rádio Renascença e no jornal *República* para criar uma ruptura no interior da coalizão governamental; a consolidação de uma vertente pró-PS no interior das forças armadas, o que se efetiva com “grupo dos nove”; e o estímulo velado aos ataques às sedes dos partidos de esquerda, principalmente do PC, sobretudo nas regiões Norte e Centro do país. São essas, a meu ver, as principais ações desenvolvidas pelo PS para colocar-se como uma real possibilidade para a realização do enquadramento das lutas dos trabalhadores e a correspondente neutralização das facções militares de esquerda no interior do MFA, cujo resultado prático foi a construção do contragolpe de Estado em 25 de novembro de 1975.

Não vou aqui me deter neste processo, o que me levaria a tratar de muitas outras questões, como, por exemplo, da enorme agitação realizada no interior das forças armadas, com processos intensos de quebra da hierarquia e as iniciativas que apontavam para a constituição de uma “democracia” na esfera militar, com assembleias de unidade, casos de saneamento de oficiais superiores, estabelecimento de ligações entre os soldados e organizações de extrema-esquerda, constituição de organizações unificando comissões de soldados, trabalhadores e moradores, etc.

Os casos da Rádio Renascença e do jornal *República* merecem ser observados, ainda que muito rapidamente. Já nos referimos anteriormente às lutas desenvolvidas nos meios de comunicação como uma característica marcante da revolução portuguesa, inclusive fizemos o relato do caso do *Jornal do Comércio* e da luta pelo saneamento do diretor fascista. Pois bem, esses outros dois casos são

um pouco mais avançados, pois colocam em questão o controle da linha editorial e dos próprios veículos de comunicação.

No caso da Rádio Renascença, de propriedade da Igreja Católica, os trabalhadores iniciaram a movimentação logo após o 25 de Abril contra a censura que persistia na emissora. Em setembro de 1974 o conflito entra em nova fase contra o despedimento de 11 trabalhadores que haviam se recusado a fazer os “testes psicotécnicos” exigidos pelo conselho de gerência. A partir daí, os trabalhadores, organizados em comissões nos locais de trabalho em Lisboa e no Porto, ocupam as instalações e realizam um plenário conjunto dos trabalhadores das duas cidades, ligados telefonicamente, e aprovam as “bases orgânicas” da emissora, com a intenção de colocar a rádio “decididamente ao serviço dos explorados e oprimidos e ao serviço das classes trabalhadoras.”⁵²⁶ Instalado o conflito, e perante a incapacidade do governo de apresentar uma solução, os trabalhadores decretam greve em fevereiro de 1975, permanecendo até o 11 de Março, quando retornam para transmitir a programação do Rádio Clube Português, cujo emissor fora danificado. Seguem-se novas negociações sem resultados efetivos, até que em 27 de maio os trabalhadores de Lisboa ocupam as instalações, sem a adesão dos trabalhadores do Porto que resolvem negociar em separado com os patrões. A partir desse momento, os trabalhadores da Rádio Renascença controlam a emissora, contando para isso com a solidariedade dos trabalhadores de muitas categorias. Por exemplo, quando as agências de notícias *France Press* e *Reuters* rescindem os contratos, os trabalhadores dos demais veículos de informação encarregam-se de municiar a Rádio com todas as informações que dispõem essas agências; quando se tenta cortar o suprimento de energia elétrica, os trabalhadores da empresa de energia o não

⁵²⁶ Jonal **República**, 10 de julho de 1975.

permitted; do mesmo modo ocorre com os telefones, impedidos de serem cortados pelos trabalhadores da TLP. Nos meses seguintes, a Rádio Renascença funciona sob o controle total dos trabalhadores, que dão início à construção de uma Cooperativa Popular de Informação. No entanto, em 29 de setembro de 1975, pouco tempo após o início do VIº Governo Provisório, sob a hegemonia do PS, forças militares ocupam a Rádio e selam suas instalações e emissores. Não demora até que os trabalhadores realizem uma nova ocupação, agora com apoio de parte das forças armadas. Por fim, no início de novembro, militares pára-quadistas explodem o emissor da Rádio na Buraça, calando-a desta vez definitivamente.⁵²⁷

O caso do jornal *República* não teve porém tal desfecho, continuando a ser impresso sob o controle dos trabalhadores mesmo após o 25 de Novembro, pelo menos por certo tempo. Em síntese, o problema era o mesmo: o controle de um órgão de imprensa diária pelos trabalhadores. Os proprietários eram, nesse caso, seus acionistas, que haviam designado para a direção do jornal Raul Rego, deputado eleito pelo PS que havia assumido o Ministério da Comunicação Social no Iº Governo Provisório.

O *República* era um dos poucos veículos de comunicação diário que não havia sido afetado pelas estatizações que se seguiram ao 11 de Março.⁵²⁸ As lutas dos trabalhadores do Jornal tiveram início, como nas demais empresas do setor, logo após o

⁵²⁷ Jornal **República**, 20 de outubro de 1975; e 8 de novembro de 1975.

⁵²⁸ Segundo o Ministro da Comunicação Social, Comandante Correia Jesuíno: “com a nacionalização da banca, nós herdamos uma série de jornais. Quer dizer: nós não nacionalizamos a banca para ter os jornais, eles é que nos apareceram como consequência daquela nacionalização. Portanto, com raríssimas exceções, aliás, são conhecidas – é o *República*, o *Primeiro de Janeiro*, do Porto, o *Expresso*, *Jornal Novo e Tempo* – a restante imprensa é uma imprensa que se acha automaticamente nacionalizada pelo fato de a banca o ter sido.” **Jornal do Caso República**, nº2, 03 de junho de 1975. Dentre os acionistas do *República*, constavam os nomes de Mário Soares e Salgado Zenha.

25 de Abril. Porém, em meados de maio de 1975, no momento em que se estava a agudizar as disputas entre as forças políticas em nível nacional, os trabalhadores lançam-se para uma nova e decisiva fase. A Comissão Coordenadora de Trabalhadores, após ter manifestado a sua oposição à contratação de mais dois jornalistas considerados vinculados ao PS, “sugere” à direção e à chefia de redação do Jornal que efetuem seus próprios pedidos de demissão, conforme “decisão da maioria dos trabalhadores”. A decisão “fundamentava-se no fato de os trabalhadores do República pretenderem fazer um jornal apartidário, de forma a que aquele, como tem vindo a suceder, deixasse de ser um órgão aos serviço de determinada ideologia.”⁵²⁹ Estivessem ou não influenciados ou manobrados por uma ou várias forças políticas, o fato é que os trabalhadores do jornal *República* instalaram um conflito embasados no próprio desenvolvimento do processo revolucionário, pois não havia o governo expropriado dias atrás os grupos monopolistas? Então o que impedia os trabalhadores de expropriarem seus patrões se assim julgassem necessário e demonstrassem organização suficiente para tal? E se julgavam que podiam, assim o fizeram. Estabelecido o impasse, o jornal foi lacrado até decisão judicial.

Mas o PS soube aproveitar convenientemente a situação. Acusando os trabalhadores de estarem manobrados pelo PC, e depois também pela extrema esquerda, afirma que sua participação no governo depende da solução do caso República e chama uma manifestação por uma “República Livre”. As negociações arrastam-se até o final do mês, quando os antigos diretores e parte dos jornalistas que os apoiava deram início à publicação do “Jornal do Caso Republica”. No editorial do primeiro número desse jornal, Raul Rego afirma que “o que está em jogo, é o direito à livre expressão” e para isso é necessário “reconhecer

⁵²⁹ Jornal *A Capital*, 20 de maio de 1975.

a todos os homens e a todos os movimentos, políticos e outros, igual possibilidades de contato com o público e captação de adeptos.”⁵³⁰ Com isto, atestou de certa maneira a vinculação do República a uma força política, exatamente o ponto central da argumentação dos trabalhadores.

Por seu turno, os trabalhadores manifestam-se nos demais jornais diários, afirmando que: “para nós, o problema é simples: ou realmente os trabalhadores são capazes, através dos seus órgãos representativos (comissões de trabalhadores, comissão de moradores, todos os órgãos de decisão popular) de fazer avançar o processo revolucionário ou, pelo contrário, deixam-se manipular pelos partidos”.⁵³¹ Os trabalhadores rejeitam a atribuição do conflito como sendo meramente político, pois entendem que não é possível separar as questões políticas das questões de trabalho. Mas negam qualquer influência partidária, afirmando que se tratam de “concepções políticas diferentes” que os opõem à direção do jornal:

...a nossa concepção política é a da luta de classes, enquanto que a deles é a da luta partidária. Pelo contrário: enquanto cada um de nós, trabalhadores, se manteve ligado às posições partidárias, tudo o que conseguimos foi manter-nos desunidos, em guerras uns contra os outros que eles, administração e direção, souberam não só aproveitar como fomentar. Foi ultrapassando essas posições partidárias, contrárias aos nossos interesses de classe, que conseguimos unir-nos e chegar até aqui: contestar uma informação burguesa, lutar por uma informação ao serviço das classes trabalhadoras, do povo deste país.⁵³²

⁵³⁰ **Jornal do Caso República**, nº1, 29 de maio de 1975.

⁵³¹ **Jornal A Capital**, 03 de junho de 1975.

⁵³² *Id.*, *ibid.* Sobre o caso República, ver também: DIL, Fernando; PINA, Carlos. **Operação República**: a política de uma crise: uma análise independente. Lisboa: Edições Terceiro Mundo, 1975. e COSTA, Francisco; RODRIGUES, Antônio P. O

Diante da crise política aberta, o Conselho da Revolução pronuncia-se no dia 8 de junho pela reabertura do jornal assim que a “administração a solicitar”, mas estipula a não realização de saneamentos, despedimentos ou transferência de trabalhadores. Marcada a reabertura para o dia 16 de junho, o COPCON, responsável por realizar a tarefa, vê-se diante ou enxerga um novo conflito e as chaves acabam por ser entregues à comissão dos trabalhadores. A direção retira-se do jornal e os trabalhadores reiniciam as atividades, reaparecendo o primeiro número “sob o controle dos trabalhadores”, no dia 10 de junho de 1975, figurando como diretor um coronel nomeado pelo governo. A partir daí, a reação do PS intensifica-se.

No mesmo dia em que o República ressurgiu, o PS saiu do governo, no que é seguido pelo PPD. A crise aprofunda-se, e o caso República vai possibilitar ao PS uma ampla mobilização nacional e internacional. Diga-se de passagem, que o período em que esteve sob o controle dos trabalhadores também rendeu uma ampla divulgação internacional, realizando-se a publicação de alguns números do República na França.

A crise política instalada aprofunda as contradições do processo revolucionário e abre alas para um turbilhão de conflitos em múltiplas esferas, que vai ficar conhecido como “verão quente”, muito embora grande parte seja realizado no interior das movimentações dos partidos e da reorganização do poder político e militar. Saneamentos nos quartéis, o surgimento do Conselho Revolucionário dos Trabalhadores, Soldados e Marinheiros, greves, casos de justiça popular, manifestações pela dissolução da Assembleia Constituinte, uma visível escalada da violência intrapartidária, entre outros acontecimentos, levam a constituição em agosto do Vº Governo Provisório (sem o PS e o PPD),

Caso República: documentos, entrevistas, comentários. Lisboa: Edição dos Autores, 1975. Esses últimos autores chegam a perguntar se o maior beneficiário da crise não teria sido o próprio PS, inclusive na ordem internacional.

que desde o nascimento esteve condenado a uma vida curta.

Recém-criado, o Vº Governo Provisório já se vê atravessado pela cristalização de duas tendências no interior do MFA: por um lado, o “grupo dos nove”, ligado ao PS e tendo por articulador Melo Antunes, lança um documento analisando a “encruzilhada histórica” do processo revolucionário e sugerindo que, “à teoria leninista da vanguarda revolucionária, impondo seus dogmas políticos de forma sectária e violenta, se oponha a estratégia alternativa da formação de um amplo e sólido bloco social de apoio a um projeto nacional de transição para o socialismo.” E este bloco social deveria ser construído pela via do “pluralismo político”⁵³³; por outro lado, a esta perspectiva vem se contrapor o “Documento do COPCON”, que critica tanto o PCP como a cúpula do PS, e menciona o documento dos “nove” como sendo “paliativos à direita”, ou ainda uma “recuperação pela direita”. O documento aponta para o aprofundamento da “aliança MFA-povo” através da “constituição e reconhecimento de conselhos de aldeias, de fábricas e de bairros”.⁵³⁴

Não podemos agora nos deter na análise destes documentos e nas diferenças ideológicas de cada um desses campos. O que queremos destacar é que, sem o PS no Governo, o PC viu-se também isolado e sob pressão dos dois grupos consolidados. Isso os leva a uma tentativa de composição com a extrema-esquerda, materializada na Frente Unida de Esquerda (FSP, LCI, LUAR, MES, MDP/CDE, PCP, PRP, 1º de Maio), procurando fundir o Documento do COPCON com um surgido no seio do Governo (Vasco Gonçalves-PCP), situação que, em certa medida, havia

⁵³³ Jornal **República**, 08 de agosto de 1975. O Documento falava ainda: “É imperioso escolher conscientemente a via para o socialismo, sem violar a vontade da grande maioria dos portugueses, conquistando hesitantes e descontentes pela persuasão e o exemplo. Terá de competir ao MFA, em completa independência dos partidos políticos, mas tendo em conta o papel que estes podem e devem representar, definir um projeto político de transição para o socialismo, acabando os apelos ao ódio e as incitações à violência e ao ressentimento.”

⁵³⁴ Jornal **República**, 13 de agosto de 1975.

sido prevista João Bernardo anteriormente. Essa composição da Frente não dura mais do que uma manifestação (realizada no 1º de setembro), ocorrendo em seguida a saída do PCP e do MDP/CDE, passando a coalizão restante a denominar-se Frente Unida Revolucionária (FUR).⁵³⁵

No dia 8 de setembro, Vasco Gonçalves pede demissão e abre caminho para a formação do VIº Governo Provisório, com o retorno do PS e do PPD ao poder. É interessante observar que, mesmo neste momento, quando havia conquistado força suficiente para exigir a saída do PC da coalizão governamental, o PS manifestava-se para que os comunistas continuem atados ao governo, como, aliás, o exigirá igualmente após o golpe de 25 de novembro.

Numa conjuntura em que as agitações e conflitos persistiam – com uma greve geral dos trabalhadores no Alentejo, conflitos na Rádio Renascença, o surgimento dos SUV (Soldados Unidos Venceremos), lutas abertas pela democracia direta nos quartéis, constituição de Assembleias populares em diversas zonas, novos casos de justiça popular, realização de festa nos quartéis para a confraternização entre soldados e populares –, o novo governo vê-se diante a incapacidade para a implementação de qualquer projeto político de reestruturação das estruturas do capitalismo ou de contenção e enquadramento das lutas operárias.

Diante um quadro de caos generalizado, é preciso escolher um alvo e procurar liquidá-lo, para então ganhar força e tratar de resolver os problemas seguintes. Para campo político-militar em torno do PS, este alvo escolhido foi a disciplina militar. Mas não se trata de estabelecer a “disciplina consentida” de que falava o Documento do COPCON. Em entrevista à revista *Time*, o Primeiro Ministro alertou que, “se esperarmos mais uma semana,

⁵³⁵ Sobre este período, ver FERREIRA, José Maria Carvalho. **Portugal no contexto...** Op. cit., p. 182-194.

a disciplina militar pode ruir subitamente”⁵³⁶. No que é seguido por Mário Soares num pronunciamento mais direto: “se os SUV não representam uma resposta de esquerda a um governo de direita, representam apenas a destruição das Forças Armadas e do próprio MFA. Se os SUV continuam, as Forças Armadas e o MFA destroem-se.”⁵³⁷

Faltava apenas o momento certo. No dia 12 de novembro, a greve da construção civil é reforçada pelos partidos (PC e extrema-esquerda). O governo já havia se antecipado e declarado *lockout*, e uma verdadeira massa, com trabalhadores vindo de vários sítios, inclusive camponeses alentejanos com tratores, ocupa as cercanias do Palácio de São Bento, prendendo no interior os deputados constituintes. As reivindicações principais dos trabalhadores da construção civil eram: Contrato Coletivo Vertical e nova tabela salarial, arrancados durante a noite.⁵³⁸

Em linguagem militar, esse acontecimento foi talvez a “senha”, enquanto a “contra-senha” foi dada durante a greve convocada pela Intersindical (vejam só!) contra o governo no dia 20 de novembro. Para não ser surpreendido, ou porque já estava previamente estabelecido, o próprio Governo decreta greve, ou melhor, decide “suspender o exercício da sua atividade governativa”, exigindo do Chefe do Estado Maior das Forças Armadas as garantias para o exercício das “suas funções de autoridade”.⁵³⁹

Singular sistema de governo, esse governo liberal, que, proclamando o individualismo, carece de uma ditadura para vir à luz da existência!⁵⁴⁰

⁵³⁶ Citado em Jornal **República**, 13 de outubro de 1975.

⁵³⁷ Jornal **República**, 25 de outubro de 1975.

⁵³⁸ Jornal **República**, 13 de novembro de 1975.

⁵³⁹ Jornal **República**, 20 de novembro de 1975.

⁵⁴⁰ MARTINS, Oliveira. **Portugal Contemporâneo...** Op. cit., p. 372.

Cinco dias depois, em 25 de novembro de 1975, o acontecimento que todos já aguardavam é realizado com o mesmo sucesso verificado no 25 de Abril: praticamente sem confronto entre as forças militares. Um novo *putsch* militar pôs fim à indeterminação que reinava no interior das forças armadas, restabeleceu a disciplina nos quartéis, recompôs a hierarquia militar e forneceu as condições para o início da fase de repressão e enquadramento das lutas dos trabalhadores.

Nem admira: séculos são sempre necessários para varrer as nuvens das ilusões.⁵⁴¹

Apontamentos sobre as lutas autônomas na Revolução dos Cravos

*Essa é a grande vantagem da nossa forma de luta. Somos nós, os trabalhadores, que a conduzimos e a estudamos a cada momento, para podermos saber qual o modo de atuação que mais nos interessa. Assim nós aprendemos.*⁵⁴²

A partir desse quadro muito geral do processo revolucionário português que procuramos esboçar anteriormente, passamos a desenvolver agora algumas questões que julgamos centrais sobre o fenômeno da autogestão, das quais nos serviremos como anotações conclusivas dessa seção e do capítulo.

O intrigante no fenômeno da autogestão das lutas sociais é esse seu caráter recorrente e efêmero. Recorrente na medida em que é possível seguir o rastro deixado por esta prática social numa série histórica do desenvolvimento do capitalismo. Neste rastro, é possível perceber que os trabalhadores, em deter-

⁵⁴¹ Id. *Ibid.*, p. 74.

⁵⁴² **Jornal da Greve** da EFACEC-INEL. Citado pelo **Jornal Combate**, Ano 1, n. 4, 19 a 25 de julho de 1974.

minados momentos e sob condições específicas, rompem com as estruturas e as formas de relacionamento sociais baseadas na hierarquia, na autoridade e na concorrência, para colocarem em prática, de forma generalizada, relações sociais de tipo novo, pautadas na solidariedade, no igualitarismo e no coletivismo. E o seu caráter efêmero decorre da imprevisibilidade e da aparente espontaneidade que faz do surgimento do fenômeno algo enigmático, sem que se possa apontar com clareza e precisão as suas causas. E, do mesmo modo que surgem, essas novas relações dissolvem-se deixando como provas as instituições criadas, embora já com outro conteúdo e significado.

Na Revolução dos Cravos em Portugal, o que nos intrigou e causou profunda curiosidade foi precisamente esse despertar coletivo de uma população que tinha contra si uma herança profundamente pesada em termos de cerceamento das liberdades individuais e coletivas, que foram subjugadas durante muitas décadas por um enquadramento que era intenso tanto repressiva como ideologicamente. E bastou um raio de liberdade para que os portugueses se vissem embebidos numa febre de coalizão que foi fundo na sua abrangência e radicalidade.

A prova de que as lutas dos trabalhadores não andam em círculo, pois avançam com cada volta do gigantesco torniquete da história, é a presença, na revolução portuguesa, de uma grande pluralidade de formas de luta realizadas por trabalhadores em outros países e em outras épocas, que surgem à luz do dia de forma condensada como se estivessem estado latentes desde sempre. E arrisco dizer que essa avalanche de organizações autônomas criadas pelos trabalhadores portugueses surpreendeu e desafiou todos aqueles que pretendiam uma simples mudança na “etiqueta governamental” do regime, para utilizar a expressão de Varlin.

Se isto é assim, é difícil encontrar explicações suficientes para o fato de os trabalhadores terem de imediato constituído,

em um número muito vasto de empresas, as comissões de trabalhadores, apresentando desde logo essas comissões formas de organização baseadas na democracia direta. Em Portugal, as movimentações autônomas mantêm um grande vigor pelo menos até o final de 1974, quando inicia a fase de refluxo. São várias as explicações para esse surto de autonomia da classe trabalhadora, todas elas certamente relevantes: a ausência de um enquadramento sindical e partidário; a magnitude dos ressentimentos produzidos pelo período fascista nas empresas, que repercutiam nos baixos níveis salariais e nas condições agressivas de trabalho; a necessidade de conter a sabotagem patronal; a luta contra a situação de desemprego; o acúmulo organizativo das jornadas de luta anteriores; o abandono das instalações pelos patrões, etc.

Ainda assim, seria talvez mais compreensível se tivessem os trabalhadores constituído organizações com estruturas semelhantes às instituições de poder nas quais decorria sua ação produtiva. E, neste caso, o modelo que imediatamente se apresentava era o modelo de empresa, no qual viveram e vivem os trabalhadores na maior parte das suas vidas, modelo este baseado na hierarquia, no culto ao chefe, no caráter inquestionável da autoridade e do saber técnico formal etc. Mas não foi esse o modelo que os trabalhadores realizaram em unísono.

E então, pode não ser demasiado sugerir que as comissões de trabalhadores desenvolveram sua forma de organização em oposição aquele modelo de empresa e, exatamente por conhecê-lo bastante bem, trataram de tentar superá-lo. Ou ainda, que a ausência das estruturas sindicais ou outras formas de enquadramento dos trabalhadores não foi o que impulsionou o recurso às formas de auto-determinação, mas precisamente a insuficiência e o arcaísmo dessas organizações tradicionais que levaram os trabalhadores em direção oposta em termos organizacionais e políticos.

Na prática, o que se pôde verificar foi um forte impulso as-

sociativo que se projetou imediatamente após o 25 de Abril. Esse impulso encontrou nas comissões de trabalhadores sua forma institucional, pautada pela prática da democracia direta. As comissões representavam a instância executiva das decisões tomadas coletivamente pelas Assembleias gerais da fábrica. Os seus membros eram eleitos e revogáveis, acontecendo situações em que toda a comissão foi substituída por novos membros.⁵⁴³ E esta forma de organização não foi encontrada apenas nas unidades produtivas, pois se manifestou igualmente nas escolas e universidades, no serviço público, nos bairros, nos quartéis etc. A vitalidade das formas de democracia direta era o que magnetizava os militantes e intelectuais estrangeiros que em Portugal estiveram neste período.⁵⁴⁴ Até os partidos foram residualmente infectados pelas formas autônomas de organização dos trabalhadores, tanto que tentaram criar cada um as suas.⁵⁴⁵ Portanto, as comissões de trabalhadores, de moradores etc., eram sem dúvida o aspecto de

⁵⁴³ Foram os casos, por exemplo, da TAP, da Standart Eletric e o da Setenave. Sobre a experiência da Setenave, encontra-se no Centro de Documentação 25 de Abril, em Coimbra, uma coleção quase completa de todas as atas das reuniões e assembleias realizadas na empresa, além de inúmeros documentos relativos às formas organizativas e as lutas desenvolvidas pelos trabalhadores. Esta documentação encontra-se em estado bruto, a espera de um tratamento e sistematização que poderiam, acredito eu, trazer novos elementos dessa experiência que foi muito avançada em termos de controle operário no que era então um dos maiores estaleiros navais do mundo.

⁵⁴⁴ A título de exemplo, estiveram em Portugal neste período: Edgar Morin, Ernest Mandel, Jean Paul Sartre, Simone de Beauvoir, Cohn-Bendit. Este último declarou que Portugal estava “*embalado de democracia direta e soube-se arranjar espaço para a iniciativa das pessoas...*” (Jornal **República**, 4 de agosto de 1975); e Sartre menciona os processos de autogestão em várias fábricas como o aspecto “*mais interessante da situação política portuguesa. Esse regime de produção apresenta em Portugal uma característica absolutamente nova: é uma atividade direta e espontânea nascida no seio dos operários, sem intromissão de militantes puramente teóricos*”. (Jornal **República**, 05 de abril de 1974)

⁵⁴⁵ No final de abril de 1974, o PRP pronunciou-se pela “*criação da organização autônoma do proletariado [sic!]*”. Jornal **República**, 29 de abril de 1975. E até mesmo o PPD afirmou em seu congresso a transição da cogestão à autogestão. Jornal **República**, 25 de novembro de 1974.

maior abrangência das lutas autônomas em Portugal.

No âmbito das unidades produtivas, duas situações principais marcaram o processo revolucionário português. O primeiro é constituído pelos casos em que os trabalhadores foram obrigados a assumir o controle da empresa, seja devido à identificação de sabotagem patronal, seja como reação às tentativas de encerramento das atividades (casos de greves com ocupação, seguido de saneamento e início da autogestão), ou ainda pela fuga dos patrões e o abandono da fábrica. Em todas essas situações, a decisão dos trabalhadores de dar início um processo de autogestão teve como pano de fundo a questão concreta do desemprego.

A segunda situação resulta daqueles inúmeros casos em que os trabalhadores não assumem diretamente a gestão da empresa, mas estabelecem, através da comissão de trabalhadores, um forte controle às atividades patronais, instalando uma situação de dualidade de poder. Mas estas experiências não são menos importantes, pois revelam formas de criatividade nas práticas de auto-organização muito significativas. Já mencionamos anteriormente os casos da TAP, do *Jornal do Comércio*, do República, entre outros. Um exemplo que chamou a atenção foi o da Comissão de Trabalhadores da CNN (Companhia Nacional de Navegação), em que os trabalhadores que estavam embarcados remetiam seus votos por telégrafo para os trabalhadores de terra, sendo eleita a comissão pelo conjunto dos trabalhadores.⁵⁴⁶ Processo semelhante de utilização dos meios tecnológicos existentes para o desenvolvimento das práticas de democracia direta aconteceu, como vimos, na Rádio Renascença, quando os trabalhadores realizam uma assembleia conjunta entre os trabalhadores do Porto e de Lisboa utilizando-se da via telefônica. E na Lisnave, um estaleiro naval com 11 mil trabalhadores, a

⁵⁴⁶ Documento: CT da CNN – Cia Nacional de Navegação. Comunicado de 14 de julho de 1975.

comunicação entre os diversos setores era realizada através do sistema de som existente nos refeitórios: uma comissão específica recolhia diariamente as informações dos vários setores, e as veiculava para o conjunto da empresa, como uma forma de “ligação sonora”.⁵⁴⁷ Com os meios tecnológicos atualmente existentes no campo da informação, a ligação entre os trabalhadores pode assumir formas ainda mais eficazes.

De forma geral, nas grandes empresas, com processos de produção complexos e dependentes diretamente do mercado mundial, os trabalhadores não poderiam ter ido mais fundo na proposta de controle operário da produção. Cito especialmente o caso da Setenave, em que, pela leitura que realizei dos seus documentos, fiquei com uma forte suspeita de que os trabalhadores perceberam claramente a impossibilidade de avançar em direção ao controle total da empresa. E isso não pela falta de capacidade política ou organizativa, mas porque tinham consciência do muro intransponível erguido pelas relações de dependência da empresa com o mercado mundial. Em certo momento, os trabalhadores discutem o bloqueio que se estava a realizar pelos grandes armadores, que não enviavam seus navios para reparos e cancelavam contratos anteriormente estabelecidos (em parte devido também à crise do Petróleo, mas outros casos tratava-se claramente de boicote, sob a justificativa de insegurança)⁵⁴⁸. Nesta situação, fica evidente que o prosseguimento das lutas autônomas depende da sua realização em escala mundial. E o mesmo acontece com os trabalhadores das empresas multinacionais, cujos

⁵⁴⁷ Documento: **EPP** – Ata da reunião efetuada na Lisnave em 17 de março de 1976.

⁵⁴⁸ Mencionam, especificamente, o caso Sanko, que exigia garantias do governo e da administração da empresa para mandar os navios para Portugal. Documento: **Setenave**. Ata da Assembleia Geral de Trabalhadores, de 16 de outubro de 1975. Situação semelhante ocorria na Lisnave, que buscou contornar o boicote através de contatos realizados com a Polônia e a URSS. Documento: **Lisnave**. Relatório das atividades desenvolvidas pelo CDT a transferir para o novo conselho de trabalhadores e relatório da situação da empresa. Setembro de 1975.

circuitos comerciais eram estabelecidos pela empresa-mãe, o que também criava sérias dificuldades para o controle total da gestão. Os casos da Standart Elétrica e da Latrique são exemplos disso. Em ambos, os fornecedores das matérias-primas e o escoamento da produção eram realizados pela matriz.⁵⁴⁹

Uma questão que requer uma pesquisa mais aprofundada, o qual não tive condições de fazer até este momento, é a dos processos de “controladoras” criadas em alguns setores econômicos, integrados em parte no projeto de “reconversão da produção”, desenvolvidos após a realização da estatização dos grupos monopolistas. Pelos poucos documentos que disponho, é possível perceber que os trabalhadores das grandes empresas, através das suas comissões de trabalhadores, esboçaram uma forma de controle e reconversão de setores econômicos inteiros, ou pelo menos a interligação entre as comissões das empresas do setor, tendo em vista o seu controle global. Chamaram-me a atenção, especialmente, os casos dos setores da metalomecânica pesada; do petróleo; e construção naval. Mas como disse, é assunto para outro momento.

Nos casos de autogestão, os processos que foram efetivamente mais longe foram aqueles que resultaram em empresas de bens de consumo, como têxtil, alimentação, serviços etc., em que os trabalhadores puderam proceder a venda direta dos produtos, ou seja, em que era menos sentida a dependência da empresa em relação ao mercado. Nestes casos, a relativa simplicidade tecnológica permite a readequação do processo produtivo às novas relações surgidas na luta, e o escoamento da produção pode ser realizada diretamente, sendo sustentada em parte pela solidariedade dos demais trabalhadores em luta. Foram os casos, por exemplo, da Sogantal (roupas), Sousabreu (toalhas), Nefil (mobiliário) e Ornitex (vestuário e cobertores), e muitas outras. O caso da Sogantal cha-

⁵⁴⁹ No caso da Latrique, ver: Jornal **República**, 05 de setembro de 1975. No caso da Standart Elétrica, ver: **Vida Mundial**, 26 de junho de 1975.

mou a atenção pela radicalidade da luta das trabalhadoras, levada a diante sob a forma de autogestão.⁵⁵⁰ No caso da Ornitex, os trabalhadores viram-se, como na maioria das vezes, “forçosamente em autogestão”, e criaram um “mercado popular” para o escoamento da produção.⁵⁵¹ Na Sousabreu, além de venderem diretamente os produtos em feiras e bairros populares, os trabalhadores de outras fábricas montavam pontos de vendas nas respectivas unidades de produção, aumentando o volume de vendas. Num dos seus Manifestos, afirmam os trabalhadores terem aprendido que:

...a solidariedade não é uma palavra sem sentido para os operários: para além das contribuições de operários de várias fábricas no início, hoje temos postos de venda das nossas toalhas no Porto (Massarelos, Miragaia, Sé, Madalena, Padrão, vários locais de trabalho), em São Roque, em Vale de Cambra e Coimbra. E sabemos que se não fosse esta solidariedade a nossa luta talvez já tivesse acabado. Só com a solidariedade de todos os trabalhadores podemos levar a nossa luta até o fim. Também aprendemos que todas as lutas dos explorados são a nossa luta.⁵⁵²

Esta prática, que apenas pode ser desenvolvida em pequenas unidades de produção, cujos produtos e as matérias-primas são de uso corrente, João Bernardo chamou de “mercado de solidariedade”. Situadas na periferia do sistema, não são capazes de colocar em causa a totalidade do sistema produtor de mercadorias, contudo, um importante “valor didático” para a transformação das relações sociais de produção.⁵⁵³

⁵⁵⁰ Sobre o caso da Sogantal, ver FERREIRA, José Maria Carvalho. **Portugal no contexto...** Op. cit., p. 295-298.

⁵⁵¹ Jornal **República**, 10 de abril de 1975.

⁵⁵² Documento: **Sousabreu**. Manifesto dos Operários da Sousabreu: em autogestão há cinco meses.

⁵⁵³ BERNARDO, João. Autonomia dos trabalhadores, Estado e mercado mundial. In.: Francisco Martins Rodrigues [Coord.]. **O futuro era agora...** Op. cit., p. 207-213.

Outro aspecto a ser destacado diz respeito os laços de solidariedade criados entre os trabalhadores das empresas ocupadas ou em autogestão. Foi o caso da Mabor, em que os trabalhadores das fábricas vizinhas ficaram de sobre-aviso para socorrerem em caso de tentativa de invasão pelos patrões, servindo de sinal a própria sirene da fábrica.⁵⁵⁴ Ou no caso da cooperativa de limpeza que surgiu a partir do incentivo direto da CDT da Lisnave.⁵⁵⁵ Outros casos ocorreram em que as empresas maiores passavam encomendas para as empresas pequenas em dificuldades. O caso da Mague (metalomecânica pesada) é significativo: a comissão de trabalhadores, a fim de evitar o desemprego nas pequenas e médias empresas do mesmo ramo, “declina contratos de encomendas a favor delas, embora possam fazê-los em melhores condições, nomeadamente no preço.”⁵⁵⁶

Não obstante, nas empresas em autogestão os trabalhadores não raro tiveram que enfrentar condições duríssimas para a manutenção dos postos de trabalho. Além das dificuldades de financiamento, e dos obstáculos que se levantam pela linguagem contábil e jurídica, os trabalhadores viram-se diante a necessidade de aumentar o número de horas trabalhadas, via de regra não pagas, para fazer frente à descapitalização da empresa e o descontrolo financeiro.⁵⁵⁷

É durante os dois anos da Revolução dos Cravos que vai se dar também a explosão do cooperativismo de produção em Portugal. No final de 1976, grande parte das experiências de autogestão haviam assumido a forma jurídica de cooperativa. No estudo de Barreto, no final de 1976 existiam cerca de 700 experiências de

⁵⁵⁴ Jornal **Combate**, Ano 1, n. 2, 5 a 11 de julho de 1974.

⁵⁵⁵ Jornal **Combate**, Ano 2, n. 26, 1 a 15 de julho de 1975.

⁵⁵⁶ Documento: **EPP** – Entrevista com trabalhadores da Mague, 17 de março de 1976.

⁵⁵⁷ Sobre essas dificuldades e limites das experiências de autogestão, ver: FERREIRA, José Maria Carvalho. **O enquadramento institucional...** Op. cit., p. 190-191. E BARRETO, José. Empresas industriais geridas pelos trabalhadores. *Análise Social*, Vol.XIII (51), 1977., 681-717.

empresas geridas pelos trabalhadores em Portugal, e algo em torno de 100 experiências que continuavam em autogestão. As cooperativas de produção (658 experiências), gerando 30 mil empregos diretos, estavam localizadas na sua grande maioria nos grandes centros industriais do país (sobretudo Lisboa, Porto e Setúbal), e os principais setores econômicos eram: indústria de transformação (têxtil; artes gráficas; produtos metálicos, máquinas e material elétrico) e construção civil.⁵⁵⁸ Esta transformação em cooperativa era o resultado principalmente dos problemas econômicos e jurídicos, decorrentes estes tanto dos credores como das tentativas dos antigos proprietários para retomar o controle da empresa.⁵⁵⁹ A necessidade de encontrar um arcabouço jurídico para as experiências foi provocada também pelo próprio bloqueio do processo revolucionário, que retirava das empresas em autogestão as condições para a sustentabilidade social.

Mas este parece ser, em regime capitalista, o destino dessas febres de coalizão e de criação de formas autônomas de organização e gestão da vida social. E é por isso que, para o jornal *Combate*, a autogestão é considerada uma forma de luta, uma forma avançada, certamente. A autogestão é um “um ponto de partida e não um ponto de chegada“, é o princípio para novos desenvolvimentos do processo revolucionário, pois através dessas formas de luta os trabalhadores percebem que não basta substituir uns padrões por outros, mas transformar o próprio processo de produção e abolir o salariedade.⁵⁶⁰

⁵⁵⁸ BARRETO, José. **Empresas industriais..** Op. cit., p. 692-694. A constituição desse setor cooperativo deve-se também à ação desenvolvida pela Federação das Cooperativas de Produção, que desde o 25 de Abril esforçou-se para transformar as empresas ocupadas e em autogestão em cooperativas.

⁵⁵⁹ FERREIRA DA COSTA, Fernando. KOUPLYTCHISKY, Serge. **Le coopérativisme au Portugal**. Paris: Revue des Etudes Cooperatives, 1978. As cooperativas agrícolas praticamente dobraram em quantidade nos dois anos de revolução, sendo formadas 563 cooperativas, do total de 1001 existentes em 1976.

⁵⁶⁰ Jornal **Combate**, Ano III, n. 48, fevereiro de 1977.

AUTOGESTÃO, COOPERATIVA, ECONOMIA SOLIDÁRIA: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

*As grades, porém, continuavam todas
nos lugares de sempre, parecidas com
as grades do seu próprio espírito.*

(M. Lowry. Lunar Caustic)

No final dos anos 80, podia-se contar nos dedos as experiências brasileiras de cooperativas de produção formadas a partir da reabertura de empresas que se encontravam em processo falimentar. Na história do movimento operário brasileiro, a preocupação com a gestão das unidades produtivas ou o controle sobre o processo de trabalho fez-se presente mais no campo das ideias do que em tentativas concretas de gestão operária ou alternativa de produção sob o signo de classe. Assim sendo, pode-se dizer que as formas mais avançadas no Brasil de atuação operária nos locais de trabalho foram até então as comissões ou grupos de fábrica, recorrentes durante todo o século XX.⁵⁶¹

⁵⁶¹ Sobre o tema das comissões de fábrica, ver sobretudo: Pedreira Filho, Valdemar dos

Durante a década de noventa, as experiências associativas e cooperativadas no campo da produção, resultado da reabertura de fábricas falidas pelos trabalhadores, alastram-se por todas as regiões do país, projetando-se inicialmente como processo alternativo de luta para evitar os malogros do desemprego e preservar os postos de trabalho nas empresas falidas. A despeito de algumas tentativas malogradas, essas experiências multiplicaram-se e o peso que vem assumindo esses processos de recuperação de empresas tem permitido que se fale num verdadeiro “ressurgimento do cooperativismo”. Alguns estudiosos lançam mesmo a hipótese de que essas experiências podem dar origem à constituição de um sistema alternativo de produção ou, até mesmo, de um novo modo de produção baseado no cooperativismo e na solidariedade.⁵⁶²

Nesse curto espaço de tempo, a emergência dessas experiências alternativas dos trabalhadores na esfera econômica abrigou o surgimento de diversos campos teóricos e políticos, cada qual buscando fornecer um sentido de conjunto para a multiplicidade de processos desencadeados nos setores mais diversos. Estes diferentes campos resultam na atribuição de denominações distintas. Ainda que a expressão economia solidária predomine no seio dos movimentos, organizações e no meio acadêmico, pode-se encontrar neste universo os termos economia social, dos setores populares, plural, do trabalho e socioeconomia solidária.⁵⁶³

Santos. **Comissões de fábrica**: um claro enigma. São Paulo: Entrelinhas/Cooperativa Cultural da UFRN, 1997. (Esta obra é resultado da tese de doutorado em ciências sociais do autor, defendida na PUC/SP em 1994).

⁵⁶² Singer, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fund. Perseu Abramo, 2002. p. 10. Voltaremos a esta questão adiante.

⁵⁶³ Para uma percepção das distinções entre alguns desses termos, ver: Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Gabriel Kraychete, Francisco Lara, Beatriz Costa (Organizadores). – Petrópolis, RJ: Vozes: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000. G. Trata-se da publicação das intervenções realizadas num Seminário cujo nome deu título à obra. Logo no início, Kraychete sugere uma expressão unificadora: “Convém observar que, face à existência de diferentes denominações – economia popular, economia popular e solidária, socioeconomia solidária –

A nossa pesquisa tem como foco principal as experiências de cooperativas, associações de produção ou outras formas que assumam, resultantes de empresas falidas que tiveram seus meios de produção transferidos para o controle dos trabalhadores. Trata-se, a nosso ver, de um cooperativismo de resistência – ao desemprego e à exclusão social – que se situa num campo muito próximo do que na Argentina atualmente, a partir do agravamento da crise no ano 2000-2001, vem se chamando “fábricas recuperadas”.⁵⁶⁴

Pode-se adiantar que a escala que no Brasil tem assumido essas experiências de “empresas recuperadas” pelos trabalhadores conferem ao caso brasileiro um diferencial relativamente ao campo da economia social na França, por exemplo. Para Singer – um ator chave deste campo de práticas no Brasil –, as cooperativas de produção são concebidas como a “unidade típica”

convencionamos designar por economia dos setores populares as atividades que, diferentemente da empresa capitalista, possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor os meios de vida, e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital.” (p. 15). Já Corraggio visualiza a passagem de uma economia dos setores populares à um “economia do trabalho”, que “seria um sistema que se desenvolveria a partir da economia dos setores populares, fortalecendo suas vinculações e capacidades, potencializando seus recursos, sua produtividade, sua qualidade, assumindo novas tarefas, incorporando e autogerindo os recursos das políticas sociais de modo à fortalecer os laços sociais entre seus membros, seus segmentos, suas microrregiões” (p. 94); Neste mesmo seminário, Paul Singer lança a expressão “economia autogestionária”, “pegando a palavra ‘autogestionária’ como síntese, é exatamente isso: igualdade e democracia; igualdade econômica relativa e democracia de decisão absoluta.” (p. 149)

⁵⁶⁴ Na Argentina já se formaram, pelo menos, dois movimentos: o Movimento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER), e o Movimento Nacional de Fábricas Recuperadas (MNFR). Num Seminário recente em São Paulo com a presença de José Abellí, vice – presidente do MNER, ele informa a existência de pelo menos 200 empresas recuperadas, com tendência à aumentar. A crise na Argentina quebrou 30 mil empresas industriais, 750 mil postos de trabalho destruídos de forma direta, 5% dos assalariados. Sobre este fenômeno ver: **Sin Patrón: fábricas y empresas recuperadas por sus trabajadores: una historia, una guía.** Buenos Aires: Lavaca, 2004. E, RÉBON, Julian. **Desobedeciendo al desempleo: la experiencia de las empresas recuperadas.** Buenos Aires: Ediciones P. ICA.SO/La Rosa Blindada, 2004.

da economia solidária.⁵⁶⁵ A existência desse conjunto de experiências na esfera da produção, mas também com incursões significativas no setor do crédito, do consumo, habitação popular, cooperativas agrícolas criadas a partir da reforma agrária, coleta seletiva e reciclagem, entre outros, quase sempre acompanhados do sufixo solidariedade, vem dando azo ao desenvolvimento deste campo teórico novo no Brasil.

Distinto largamente do movimento cooperativista tradicional, esse mosaico de práticas cooperativas e associativistas no campo da produção e da vida social tem provocado a retomada de temas e problemas que foram marcantes no decorrer do último ciclo de lutas autônomas, aquele dos anos 60 e 70. A transformação da propriedade das fábricas falidas em propriedade coletiva, tem recolocado a possibilidade de se pensar a autogestão do trabalho, no que isso implica em termos de democratização das relações de trabalho, do controle dos trabalhadores sobre os meios de produção e da própria organização do processo de produção. A partir dessas questões, a reflexão pode desdobrar-se para o problema da construção de um novo modo de produção, a superação do capital e da sociedade contemporânea.

No entanto, a expressão economia solidária abrange uma multiplicidade de práticas econômicas em campos diversos, desde iniciativas realizadas no âmbito da unidade familiar até grandes empresas, nos vários setores da economia e na esfera pública, na produção e no consumo. Essas práticas sugerem de

⁵⁶⁵ Para Singer, “a unidade típica da economia solidária é a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando o número de cooperadores não é demasiado) ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperados por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado “sobras”) também por critérios acertados entre todos os cooperadores.” SINGER, Paul. *Economia solidária: um modo de produção e distribuição*. In.: SINGER, P. & SOUZA, A.R.. *A economia...* Op. cit., p. 13.

alguma maneira o desenvolvimento de relações mutualistas, cooperativistas ou de reciprocidade, inspiradas, na expressão de Razeto, por uma “racionalidade econômica distinta.”⁵⁶⁶

Neste campo vasto de experiências, a preocupação com as cooperativas de resistência, com as experiências que resultam diretamente dos processos de recuperação de empresas falidas, leva-nos a tomar como alvo os experimentos que estabelecem relações mais diretas com as instituições do sistema capitalista. Trata-se, portanto, de experiências que, pela sua própria natureza, encontram-se mais expostas às regras do mercado e aos princípios capitalistas de organização e gestão do capital.

Nossa hipótese é a de que essas experiências no campo do cooperativismo e da autogestão defrontam-se com obstáculos inerentes ao seu desenvolvimento no interior desse modo de produção, pela necessidade de intersecção com as suas instituições e critérios de eficácia. Decorre daí um espectro de contradições e ambiguidades que precisa ser devidamente considerado quando se pretende fazer avançar o potencial emancipatório que detém essas experiências, do laboratório que podem representar para o desenvolvimento das novas relações sociais de produção.

O campo da nossa investigação delinea-se, portanto, a partir da identificação das tensões que atravessam essas experiên-

⁵⁶⁶ Razeto foi possivelmente o primeiro a desenvolver o conceito de economia solidária na América Latina, a partir da sua experiência no Chile e no âmbito da ação social da Igreja. A economia de solidariedade abrange: “Formas alternativas de empresas, organizações econômicas populares, modalidades cooperativas e solidárias de fazer frente aos problemas e necessidades econômicas, unidades autogestionárias, surgem e se desenvolvem, de fato, desde os setores populares e marginais das cidades e do campo. Em geral, todas aquelas experiências de economia popular, através das quais se busca recuperar o controle sobre as próprias condições de vida, juntando esforços e recursos, desenvolvendo na prática uma racionalidade econômica distinta fundada nos valores da comunidade, a ajuda mútua e a solidariedade. É o que temos denominado ‘economia de solidariedade...’.” RAZETO MIGLIARO, Luiz. **Economia popular de solidariedad**: identidad y proyecto en una visión integradora. Santiago/Chile: Área Pastoral Social da Conferência Episcopal de Chile, 1986.

cias de produção que se pretendem alternativas no interior do capitalismo. Dito de outro modo, trata-se de verificar como o desenvolvimento dessas experiências de recuperação de fábricas falidas tem permitido avançar no interior do que sempre representou o núcleo duro do sistema capitalista: a fábrica ou unidades de produção do mundo industrial.

Este capítulo aborda o processo desencadeado pelas primeiras experiências brasileiras de recuperação de empresas pelos trabalhadores, instaurando o problema da autogestão e do cooperativismo, até o surgimento do fenômeno da economia solidária. Inicialmente, procura-se levantar alguns dados relativos à presença do debate sobre o cooperativismo e a autogestão na história da formação da classe trabalhadora brasileira, no rastro dos antecedentes deste fenômeno. Em seguida, aborda-se a configuração do campo econômico e político que surge das empresas recuperadas, no processo que se inicia com a experiência da Makerli Calçados; a terceira seção é dedicada à análise de uma das principais instituições envolvidas com o desenvolvimento das empresas recuperadas, qual seja a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão (Anteag); o papel desempenhado pelo sindicalismo e a sua atuação neste campo de práticas são abordados na quarta seção; na sequência, a quinta seção analisa a intervenção do Estado e das políticas públicas no campo da economia solidária, fechando com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE); por fim, registra-se algumas anotações para o entendimento do fenômeno do cooperativismo de resistência no Brasil.

Antecedentes do cooperativismo e da autogestão no Brasil

Como já foi mencionado, até a década de 90, a preocupação com a gestão das unidades de produção ou o controle operário fez-

-se presente, no Brasil, mais no campo das ideias, no seio de grupos militantes, intelectuais e organizações de esquerda, do que em experiências concretas de gestão operária ou autogestão de unidades produtivas. Não se pretende, neste momento, encontrar alguma explicação para este dado, isto é, para o fato de, na história das suas lutas contra o capitalismo no Brasil, os trabalhadores não terem lançado mão das associações de produção, seja para abrigar os trabalhadores perseguidos após os conflitos (e a repressão no início do século XX não era branda), ou mesmo para a sustentação dos movimentos paredistas e das organizações políticas da classe, como vimos acontecer no quadro europeu. Nesta seção, vai-se procurar não mais do que apontar aqui alguns elementos desse primeiro momento das associações operárias no Brasil.

Desde as primeiras referências à tradição mutualista e às sociedades de resistência num período histórico de constituição da classe operária no Brasil, com influência predominantemente anarquista ou anarcosindicalista, até o surto de comissões de fábrica nas décadas de 70 e 80 que reacendeu a febre de autonomia organizativa das bases operárias, existe um longo percurso. No âmbito da organização de esquerda, no debate sobre alternativas socialistas, uma diversidade de correntes políticas e intelectuais partilhavam o que Claudio Nascimento denomina “cultura da autogestão”, criando um quadro de referências “no que diz respeito à produção (economia, trabalho) e à reprodução social (poder local, cidades)”.⁵⁶⁷

De uma maneira geral, faz-se referência às primeiras experiências no Brasil de associação dos trabalhadores para a produção dos seus meios de vida, como sendo as de inspiração fourierista ou anarquista, como os Falanstérios do Saí e o de Palmital, em meados do século XIX em território catarinense, e a Colô-

⁵⁶⁷ Nascimento, Claudio. Autogestão e economia solidária. In.: Democracia e Autogestão. **Revista Temporaes**. Op. cit., p. 97-145. Neste texto, Claudio Nascimento busca “resgatar, de forma sucinta, a trajetória da autogestão no Brasil”, acrescentando uma bibliografia comentada sobre o tema.

nia Cecília, no Paraná, já no final desse século.⁵⁶⁸ Essas experiências não lograram êxitos que pudessem servir de inspiração para o movimento operário, ainda que tenham permanecido no imaginário das correntes socialistas como tentativas práticas de emancipação econômica e social. Por mais tentadora que fosse a imagem de uma comunidade imune aos valores e às relações sociais capitalistas, para os trabalhadores formados sob regime de industrialização as referências para levar adiante a organização dos seus interesses teriam que vir de outro lugar.

O relato a seguir, feito por um militante sindical e político proeminente dos anos 30 aos 70, aborda em linhas gerais esses primeiros passos da classe trabalhadora no Brasil, das suas organizações e orientações políticas. Trata-se de uma exposição proferida no Encontro Internacional realizado em 1979, em Bruxelas, cujo tema era o movimento de oposição sindical no Brasil, organizado pelo Grupo de apoio no exílio⁵⁶⁹. O autor, Rolando Fratti, foi encarregado de apresentar um panorama histórico do movimento operário brasileiro, que começa da seguinte maneira:

A classe operária no Brasil, pode-se dizer, nasceu no ano 50 do século passado. Nos meados do século passado. Não é muito nova não.... Por que quem a formou vinha da Europa e era muito velho, centenário já. Por que surgiu aí a classe operária, que causas determina-

⁵⁶⁸ Sobre a Colônia Cecília, ver FELICI, Isabelle. A verdadeira história da Colônia Cecília de Giovanni Rossi. **Cadernos AEL: Anarquismo e Anarquistas**. Campinas: Unicamp/IFCH, v.8/9, 1998. p. 10-61.

⁵⁶⁹ Esse Encontro Internacional, realizado nos dias 30 e 31 de março e 1º de abril de 1979, em Bruxelas, contou com a presença de representantes de organizações sindicais de 14 países, com o GAOS, Grupo de Apoio à Oposição Sindical no Exílio (dentre eles Fratti, exilado na Itália) e dirigentes da Oposição Sindical do Brasil. Praticamente todas as intervenções dos três dias de encontro foram recuperadas (uma parte já está degradada), e fazem parte de uma pesquisa realizada por Claudio Nascimento sobre este tema, na qual pudemos colaborar na fase inicial de tratamento do material do encontro. NASCIMENTO, Claudio. **Oposição sindical no exílio**: sindicalismo e autonomia. [mimeo]. Projeto de pesquisa. S/d.

ram isso? Em primeiro lugar a proclamação do país como colônia de Portugal em 1822 e, antes disso, também a abertura dos portos do Brasil a todos os países do mundo, obra de D.João VI que fugia de Portugal perseguido por Napoleão e se instalava no Brasil. Um outro fator foi a proibição do tráfico de escravos africanos em 1850, obra da então rainha dos mares, Inglaterra, que já não tinha interesse em manter a escravidão na América Latina. Interessava o desenvolvimento do capitalismo que redundaria enfim em vantagem para ela ou por outra no domínio da América Latina. Outro fator foi o início do ciclo da plantação de café.

Ora, todos esses fatores determinaram que a burguesia necessitava já de mão de obra livre. Livre entre aspas, é claro. Já não lhe servia mais o escravo africano. Assim nasce a classe operária no Brasil. Em 1865 tem início a corrente migratória: poloneses, italianos, portugueses, japoneses, húngaros, espanhóis, entre outros países, que se transladam para o Brasil. Com essa gente vai para o Brasil também o anarcosindicalismo, que era a corrente político-ideológica que então dirigia o movimento operário na Europa. [...] Porque já tem operários e já tem operários e camponeses que faziam essa luta, nos seus países de origem.

O mérito dessa corrente ideológica foi o de organizar o pequeno proletariado para as primeiras lutas. Os grêmios, nas pequenas fábricas; dos grêmios às ligas, que ligavam esses grêmios; as mútuas... Então os operários se socorriam entre si através das mútuas, jornais, organizam jornais. Só no decorrer do século XIX, nós temos o registro de treze jornais, organizados na maioria deles por anarquistas ou por socialistas libertários que era quase a mesma coisa. E outras correntes progressistas.⁵⁷⁰

⁵⁷⁰ Fratti, Riolando. Apud.: Nascimento, Claudio. Oposição... Op., cit.

Neste período de formação da classe trabalhadora no Brasil, com a abolição da escravatura no final do século XIX, a imigração de camponeses e operários europeus e o início da industrialização, encontramos as primeiras formas associativas às quais lançam mão os trabalhadores, tanto para socorrerem-se mutuamente como para resistir às duras condições de trabalho nas unidades produtivas. Os parâmetros para essas formas de organização são fornecidos em grande parte pela experiência que trazem na bagagem os imigrantes europeus. Fratti assinala as práticas de ajuda mútua no plano da assistência e da cultura e destaca a presença do anarcosindicalismo como corrente ideológica predominante.

As mútuas aparecem como uma das primeiras formas associativas criadas pelos trabalhadores neste momento inicial das lutas sociais no Brasil, como o foram, aliás, recorrentes no século XIX na França, como vimos no capítulo primeiro. De acordo com Hardman & Leonardi, a Constituição de 1824 havia abolido as corporações, e as mútuas que surgem na década seguinte já delas se distanciam, dentre outras coisas, por serem organizações embrionárias de classe, sem a participação dos mestres e dos patrões, registrando-se as primeiras experiências mutualistas entre 1833 e 1836.⁵⁷¹ Para esses autores, o surgimento das mútuas não era de todo uma criação original, uma vez que esse tipo de associação configurava já uma “tendência organizada pelo movimento operário internacional, direta-

⁵⁷¹ HARDMAN, Francisco Foot & LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**: das origens aos anos 20. São Paulo: Global Ed., 1982. p. 118. Como explicam os autores, “foi tamanha a exploração a que se viram os primeiros proletários que seu nível de vida tornou-se inferior, em geral, aos dos demais trabalhadores livres da sociedade brasileira da época. Sem nenhum direito, os primeiros proletários às vezes reagiam violentamente contra a pessoa dos contramestres e dos patrões. Com o passar dos anos, a resistência contra a exploração desenfreada deixa de ser um ato isolado e ganha a maioria dos operários de certas fábricas, no início, e de toda uma localidade logo a seguir. Surgem, então, as primeiras organizações operárias: as associações mutualistas.” (p. 117)

mente impulsionada pelo projeto político do socialista utópico Proudhon.⁵⁷² E Hardman afirma, em outra obra, que “o mutualismo foi virtualmente soterrado pela luta de classes”, sendo aquelas associações sobreviventes “uma espécie de ruínas de um passado irrecuperável em sua totalidade”.⁵⁷³

Cabe comentar, rapidamente, algo sobre essa influência proudhoniana. Em que pese Proudhon ter teorizado sobre o mutualismo e o convertido mesmo em um princípio de organização da sociedade socialista, em especial na obra póstuma *Da capacidade política da classe operária*, lançada após 1865, as práticas mutualistas já eram utilizadas pelo movimento operário francês como organizações de solidariedade e resistência desde as primeiras décadas do século XIX, como vimos no primeiro capítulo. Além do mais, como o próprio Proudhon reconhece, não foram os fundadores de escola que começaram o movimento associativo dos trabalhadores, isto é, “não é de modo nenhum a nossa doutrina o que pregam; são as ideias populares que tomamos por tema de nossos desenvolvimentos.”⁵⁷⁴ Talvez seja pertinente colocar a questão se a incipiente classe trabalhadora brasileira, ao optar pela forma mutualista, não teria sido motivada também pela tolerância que esta recebia das autoridades policiais, com o objetivo de escamotear a organização para a resistência e escapar da repressão, como foi verificado no caso Francês.⁵⁷⁵

⁵⁷² Id. *Ibid.*, p. 119.

⁵⁷³ HARDMAN, Francisco Foot. **Nem pátria, nem patrão!** Vida operária e cultura anarquista no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 33. Assinala o autor que “*ainda está por ser feita uma análise sobre o destino das velhas associações, uniões e ligas operárias das primeiras fases do movimento operário no Brasil. A visão geral é de que foram destruídas e substituídas pelo sindicalismo corporativo.*” *Ibidem*.

⁵⁷⁴ PROUDHON, P. J. Manifesto Eleitoral do Povo. In.: GUÉRIN, Daniel. **Proudhon**. Textos escolhidos. [Seleção e notas Daniel Guérin]. Porto Alegre: L & PM, 1983. p. 53.

⁵⁷⁵ Para uma consulta em documentos que informam sobre o leque de medidas repressivas utilizadas pelas empresas e pelo Estado, ver PINHEIRO, Paulo Sérgio & HALL, Michael M. **A classe operária no Brasil: 1889-1930**. Documentos, Vol.II. Condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado. São Paulo:

De todo o modo, o padrão corporativo trazido de Portugal esfarelou-se na década de vinte, sobrevivendo apenas verbalmente, e o que os imigrantes trouxeram já era outra perspectiva de organização, na qual a prática mutualista era uma das formas associativas que persistiu pelo menos até a conjuntura de 1930-35. Mas este tema permanece em aberto, e hoje em dia levanta-se a hipótese de que as mútuas tenham perdurado por mais tempo ou, mais precisamente, que “as sociedades mutualistas puras nunca desapareceram inteiramente.”⁵⁷⁶

Para Azis Simão, o aparecimento das mútuas em São Paulo está ligado, “de um lado, aos efeitos econômico-sociais da incipiente urbanização e, de outro, em face deles, à retomada de modelos associativos já elaborados no processo de industrialização europeu.”⁵⁷⁷ As sociedades de socorro mútuo possuíam como rótulo a realização de programas assistenciais, como médico, farmacêutico, auxílio doença, desemprego, invalidez, funerais etc., percebendo-se pelo menos uma tentativa de formarem uma Federação das mútuas em 1899, mas que teve vida curta. A partir da década de setenta, começam a aparecer as Ligas operárias, já mais próximas do tipo sindical, assumindo o papel de sociedade de resistência, constituídas por ofício. Azis Simão levanta a possibilidade de que, convivendo lado a lado, tenha ocorrido um “processo significativo de hibridização estrutural e funcional”, com as mútuas assumindo funções de

Brasiliense; Campinas: FUNCAMP, 1981. p. 210-240.

⁵⁷⁶ BATALHA, Claudio H. M. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. In.: **Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo**. Campinas: Unicamp/IFCH, v.6, n. 10/11, 1999. p. 41-68. Para este autor, é falsa a ideia de que as sociedades de resistência que surgiram nos anos após 1906 se contrapõem às sociedades mutualistas, como também haveria uma continuidade destas para com as corporações que as precederam.

⁵⁷⁷ Simão, Azis. **Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo**. São Paulo: Dominus Editora, 1966. p. 160.

defesa profissional e as ligas algumas funções assistenciais.⁵⁷⁸ O autor reproduz uma passagem do jornal *A Plebe*, que explica essas primeiras formas associativas dos trabalhadores:

As primeiras organizações operárias no Brasil foram por certo as ligas operárias que reuniam quase sempre indistintamente os operários de diversos ofícios e indústrias e tinham como objetivo, fora uma ou outra de caráter beneficente, a defesa dos interesses imediatos e comuns, a todas as classes, isto é, a melhoria de salários, e diminuição de horas e pouca coisa realizaram, porque lhes faltava a força necessária mercê do amorfismo que as caracterizava. Mas tarde, aparecem as sociedades de resistência, que já eram núcleos mais homogêneos surgidos dos primeiros centros ou ligas. São uniões de ofícios que ao se desenvolverem fundam pelo país sucursais ou filiais, diretamente dependentes da central estabelecida na grande cidade. Ao lado destas existem uniões autônomas mais ou menos beneficentes, ora apoiando greves, ora fazendo manifestações políticas.⁵⁷⁹

No início do século XX, as ligas e as mútuas operárias eram as principais formas de organização dos trabalhadores, cuja distinção dava-se mais no aspecto estrutural, por circunscrever-se a uma categoria ou ofício profissional ou ser aberta às várias profissões, do que propriamente quanto às funções desempenhadas, pois ambas consistiam em associações operárias para organizar a resistência e a busca de melhores condições de vida e de trabalho e, ao mesmo tempo, realizar a assistência através da ajuda mútua.

A distinção ideológica, no entanto, já se fazia presente, com o surgimento de múltiplas tendências no interior do movimento operário. Simão destaca quatro grandes correntes: os anar-

⁵⁷⁸ Id. *Ibid.*, p. 162.

⁵⁷⁹ *A Plebe*, 1.4.1922. citado por Azis Simão. *Sindicato...* *ibid.*, p. 162.

quistas, os socialistas, os comunistas e as câmaras ou bolsas do trabalho.⁵⁸⁰ No que toca ao papel das mútuas e do cooperativismo, apenas os socialistas admitiam essas formas associativas e propunham-se a desenvolvê-las em conjunto com a organização nos planos sindical e político. As tendências predominantes nesta fase que vai até as décadas de 20 e 30, no entanto, eram o anarquismo e o anarcosindicalismo, que criticavam o mutualismo e o cooperativismo por desviarem a ação do proletariado da ação direta, dos seus objetivos de resistência ao patronato, privilegiando na sua estratégia o reforço das associações sindicais.⁵⁸¹ O Primeiro Congresso Operário Brasileiro de 1906 espelha esta tendência, indicando nas suas resoluções para que as “associações operárias adotem o nome de sindicato.”⁵⁸²

Como exemplo da posição anarquista frente ao cooperativismo, podemos mencionar a concepção de José Oiticica, para quem a “solução cooperativista”, embora “teoricamente tentadora”, revelava na prática, uma extrema precariedade resumida em quatro pontos: dificuldade para obtenção de “capital inicial operário, puramente proletário”; as dificuldades ocasionadas pe-

⁵⁸⁰ Simão, Azis. **Sindicato...** O., cit., p. 163-165.

⁵⁸¹ John Dulles cita uma passagem do COB de 1913 em que os líderes anarquistas alertam para “a ‘vasta propaganda do cooperativismo’ lançada pelo governo federal, com o fim de desviar os operários dos métodos encaminhados para a ação direta.” DULLES, John W. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. p. 33.

⁵⁸² SIMÃO, Azis. **Sindicato...** O., cit., p. 163. A Resolução do COB de 1906 sobre esta questão é a seguinte: “Considerando que a resistência ao patronato é a ação essencial, e que, sem ela, qualquer obra de beneficência, mutualismo ou cooperativismo seria toda a carga do operariado facilitando mesmo ao patrão a imposição de suas condições; que essas obras secundárias, embora trazendo ao Sindicato grande número de aderentes, quase sempre sem iniciativa e sem espírito de resistência, servem muitas vezes para embaraçar a ação da sociedade que falta inteiramente ao fim para que fora constituída – a resistência; O Primeiro Congresso Operário Brasileiro aconselha, sobretudo, resistência, sem outra caixa a não ser a destinada a esse fim e que, para melhor sintetizar o seu objetivo, as associações operárias adotem o nome de Sindicato.” Citado por A. Simão, *ibidem*.

la luta dos capitalistas contra as cooperativas; a manutenção do dinheiro e, com isso, a possibilidade de acumular; e por fim a possibilidade de “desfalques desmoralizadores”.⁵⁸³

Não é nossa intenção fazer um estudo exaustivo das concepções e formas de associação operárias no campo do cooperativismo, apenas esboçar o lugar que estas práticas ocupavam neste momento da experiência das lutas da classe trabalhadora no Brasil. As referências que dispomos neste momento sobre os casos concretos e a abrangência que essas práticas assumiram, não nos permitem uma análise de conjunto, encontrando-se, no entanto, referências pontuais da sua existência. Por exemplo, Hardman e Leonardi mencionam de passagem a criação em Salvador, por volta de 1880, da Companhia de Operários Livres União e Indústria, com 85 trabalhadores, tendo em vista “encarregar-se do tráfego de mercadorias e gêneros despachados da alfândega para o comércio, bem como do embarque e desembarque de quaisquer volumes e sua condução nos cais da cidade”.⁵⁸⁴

Em 1909 vai ter início a experiência da Cooperativa dos Vidreiros, que conquistou um espaço social considerável ainda que jamais tenha funcionado. Após uma greve decretada por 130 crianças que trabalhavam na Vidraçaria Santa Maria, a parede estendeu-se a todos os 600 operários da empresa, formada em grande parte por imigrantes de origem italiana e francesa. Os trabalhadores já haviam realizado uma greve em 1901, que fora bem sucedida; mas nesse segundo movimento em 1909 encontram o endurecimento da posição dos donos da empresa, entre os quais figurava o Conselheiro Antônio Prado.⁵⁸⁵ Logo no início

⁵⁸³ OITICICA, José. **A doutrina anarquista ao alcance de todos**. Lisboa: A Batalha, 1976. p. 117.

⁵⁸⁴ HARDMAN, F.F. & LEONARDI, V. **História do...** Op. cit., p. 119.

⁵⁸⁵ Nos baseamos aqui, sobretudo, em WERNER, Helena Pignatari. **Raízes do movimento operário em Osasco**. São Paulo: Cortez, 1981. Sobre o Conselheiro Antônio Prado, nos informa Leme que “em todo o período da sua vida pública, foi

da greve, a gerência da fábrica solicita a substituições dos trabalhadores estrangeiros, minando suas possibilidades de resistência. Após a derrota do movimento, as principais lideranças da greve são obrigadas a deixar as casas da empresa que ocupavam e tiveram os barracos onde se alojaram incendiados. Esses trabalhadores demitidos, sob a liderança do Professor Edmondo Rossoni⁵⁸⁶, decidem junto com o sindicato levar adiante a criação de uma vidraria cooperativa. O local escolhido para implantar tal experiência foi Osasco, devido à qualidade da areia existente nas margens do Tietê e pelo fato de a maioria dos habitantes da região ser de imigrantes italianos.

Receber os vidreiros para os habitantes de Osasco tornava-se questão de honra; piemontês abrigava piemontês, toscano abrigava toscano, calabrês abrigava calabrês. Lentamente, esse pessoal foi arrumando emprego ou se estabelecendo cada qual em um ofício: vidraceiro, sapateiro, pintor, ajudante de pedreiro. [...] Enquanto isso, frequentavam seu sindicato e a ideia da Cooperativa dos Vidreiros formava-se. O impulso decisivo deu-se quando receberam um terreno doado

fazendeiro, industrial, comerciante e político. Herdou fazendas de café e multiplicou-as. Foi diretor de banco e dirigiu muitas empresas. Em 1892 tornou-se presidente da Companhia Paulista, cargo que ocupou até 1928. Em 1895, fundou o curtume Água Branca, combinando os interesses da ferrovia e da exportação. Foi prefeito de São Paulo quatro vezes, no período compreendido entre 1899 e 1910.” LEME, Dulce Maria Pompêu de Camargo. **Trabalhadores ferroviários em greve**. Campinas: Editora da Unicamp, 1986. (Série Teses). p. 39.

⁵⁸⁶ Edmondo Rossoni veio ao Brasil como professor contratado pelos vidreiros para ensinar seus filhos. De ideologia anarcosindicalista, participou do movimento operário em São Paulo, atuando na greve da vidraria da Santa Maria, sendo preso no início do movimento. Engajou-se na construção da Cooperativa dos vidreiros. Foi expulso do Brasil em 1917, junto com outras lideranças operárias, sob a vigência da Lei Adolfo Gordo. Esteve nos Estados Unidos até ser chamado de volta à Itália por Benito Mussolini, chegando a ser nomeado Ministro da Agricultura. WERNER, Helena P. **Raízes...** Op. cit., p. 56-58.

por Antônio Agu para ali construírem sua Vidraria, em forma de cooperativa.⁵⁸⁷

Houve uma grande mobilização dos sindicatos operários de São Paulo para a construção do prédio da Cooperativa. A mão de obra era gratuita e a construção pautava-se pela ajuda mútua, com os vidreiros contribuindo com algumas horas de trabalho por semana. Um representante dos trabalhadores chegou a viajar para a Europa a fim de encomendar o forno e, com isso, a cooperativa ameaçava colocar logo em cheque o monopólio da Vidraria Santa Maria. O desfecho da situação é emblemático: o advogado da cooperativa, que controlava todos os documentos e, ao que parece, também o dinheiro, some com tudo, papéis e notas, supostamente em conluio com o Conselheiro Antônio Prado. Traídos, os trabalhadores enterram a ideia de cooperativa. O prédio erguido ficou como monumento até o final da década de sessenta, no terreno onde foi instalada a empresa de vagões Cobrasma, que tratou de destruir-lo logo após a greve de 1968.

Ao que tudo indica, para além do final entabulado por um desfalque, os resultados dessa experiência podem ter contribuído para reforçar no interior do movimento operário brasileiro a posição que indicava para a concentração dos esforços nas sociedades de resistência, conferindo um papel central ao sindicato. No entanto, o que nos surpreende é o fato de os trabalhadores não terem optado largamente pelo desenvolvimento de experiências de sociedades mutualistas no campo da produção, com a constituição de cooperativas, por exemplo, ou isso não parece ter sido marcante na história da formação da classe trabalhadora, nem antes de 1906, quando do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, nem depois.

O que queremos destacar é a ausência de menção às outras experiências operárias no campo da produção cooperativada,

⁵⁸⁷ Id. *Ibid.*, p. 51.

cuja realização não era impossível para a época, como vimos pelo próprio exemplo da Vidraçaria Operária. Ou seja, num período de industrialização incipiente, com um quadro tecnológico simples em vários setores, em muitos casos com base artesanal, base esta de onde se destacavam muitas lideranças sindicais da época, enfim, naquele momento, porque os trabalhadores não lançaram mão da produção com base na ajuda mútua, também como forma de resistência?

Azis Simão resume a crítica anarquista às mútuas e às cooperativas em três pontos: em primeiro lugar, essa corrente via que os fins propostos pelas cooperativas e mútuas restavam no interior do capitalismo; daí, serviam como mecanismos de conformação dos trabalhadores à sociedade de classes e, por fim, porque geravam a falsa expectativa de melhorar suas condições de vida, sem afetar as relações e o custo da produção.⁵⁸⁸ Já Rolando Fratti faz o seguinte balanço da atuação do anarcosindicalismo:

O auge do movimento operário conduzido pelo anarquismo no Brasil se deu nos anos 10, com grandes greves. Algumas até de caráter regional, como a ocupação por exemplo durante 4 dias da capital de São Paulo em 1917. E o seu declínio tem início nos anos 20. Entretanto, como uma corrente fortemente enraizada no movimento operário, demora a morrer. Ela está presente ainda no movimento operário de maneira ponderável até os anos 30 deste século. As causas do desaparecimento do anarcosindicalismo são bem conhecidas. Eles traziam, levavam para o Brasil um modelo que não correspondia às necessidades do povo brasileiro, não correspondia à realidade brasileira.⁵⁸⁹

Pode não ser aconselhável, mas vamos ficar com esses dois argumentos, que são a ineficácia das mútuas e cooperativas no

⁵⁸⁸ SIMÃO, Azis. **Sindicato e...** Op. cit., p. 162-63.

⁵⁸⁹ FRATTI, Rolando. Apud., Nascimento, Claudio. **A oposição sindical...** Op., cit.

combate ao capitalismo e certa inadequação dos modelos e princípios organizativos do anarcosindicalismo com as demandas efetivas da classe trabalhadora. Um dado adicional, fornecido também por Azis Simão, é o de que muitas mútuas não possuíam clara filiação com instituições políticas ou religiosas, muito embora as organizações da Igreja, os Centros Operários Católicos, tenham adotado o mutualismo “como forma sucedânea da greve para proporcionar melhorias de vida aos trabalhadores”.⁵⁹⁰

Quanto à posição dos comunistas, Fratti nos apresenta essa síntese no qual replica a crítica já desferida aos anarquistas:

A grande revolução socialista de outubro, que teve uma repercussão mundial enorme, na Rússia, traz como consequência a criação do partido comunista em 1922, o qual vai ocupando gradualmente a influência no movimento operário que ia sendo deixado pelo anarcosindicalismo. Um substitui o outro. Entretanto, também o PC nasce levando para o Brasil uma linha política que não correspondia às necessidades do povo brasileiro e do proletariado em primeiro lugar. Seja a linha traçada pela Internacional Comunista no seu segundo Congresso em 1920, que não permitia alianças de classe do proletariado, era a chamada de linha de classe contra classe; e tinha-se naquela época a crença de que o desenvolvimento levaria a um crescimento tal da classe operária que ela seria a força predominante no país e conduziria o país ao socialismo sem a necessidade de fazer frente, aliança com outras forças. Muita errada a linha em se tratando principalmente de um país dependente.

De todo o modo, na década seguinte, ao lado das Federações operárias, o que entra em cena é a organização nos locais de trabalho, através dos comitês de fábrica ou representações

⁵⁹⁰ SIMÃO, Azis. **Sindicato e..** Op. cit., p. 116.

sindicais nas empresas. De acordo com Rago, o aparecimento deste tema na imprensa operária entre 1918 e 1922, refletindo o processo de ocupação de fábricas no “outono quente” de Turim, na Itália, coloca para os trabalhadores brasileiros a necessidade de organização e luta pelo controle do processo de trabalho, tendo em vista a tomada das fábricas e a reorganização do processo produtivo. A partir da criação dos comitês de fábrica, uma nova forma de organização da produção é projetada, com cada comitê enviando um representante para o conselho de indústria, que gera por sua vez um comitê executivo no âmbito da cidade ou região, com comitês distritais funcionando nos bairros. Todos os representantes teriam mandato imperativo, contando-se com a revogabilidade a cada instante.⁵⁹¹ Rago cita o movimento italiano, mas também poderia ter influenciado neste modelo a experiência dos Soviets na Rússia, tanto em 1905 como em 1917, dados os contatos e relações intensas que mantinham as principais lideranças operárias brasileiras com o movimento socialista ou comunista internacional.⁵⁹²

Os comitês ou comissões de fábrica constituem, como as definiu Valdemar Pedreira Filho, “uma prática associativa de luta e de organização historicamente reiterada pelas bases operárias brasileiras, ao longo dos constantes conflitos industriais que marcaram a sua própria formação enquanto classe.”⁵⁹³ E neste sentido serão, conforme já adiantamos, as práticas associativas mais avançadas de luta dos trabalhadores de forma autônoma

⁵⁹¹ RAGO, Luzia Margareth. O controle da fábrica: os anarquistas e a autogestão. In.: Luzia Margareth Rago. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar**: Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. Azis Simão identifica essa orientação para a criação de comitês de empresa, aos quais denomina de “representantes sindicais nas empresas”, que formariam o “conselho de representantes de locais de trabalho”. SIMÃO, A.. **Sindicato e...** Op. cit., p. 176.

⁵⁹² A esse respeito, ver HARDMAN, F. F. & LEONARDI, V. **História da...** Op. cit., p. 227-240.

⁵⁹³ PEDREIRA FILHO, V. S. **Comissões de...** Op. cit., p. 39.

no interior das unidades produtivas, recorrentes durante quase todo o século XX. No processo dessas lutas, os trabalhadores podem resolver pela ocupação das instalações e, num estágio ainda mais avançado, reiniciar a produção autonomamente. Mas nos parece que os casos de ocupação com retomada da produção não são também abundantes no Brasil.

Nesse período inicial, cabe mencionar ainda que os trabalhadores, embora não tenham aparentemente optado pela criação de sociedades de produção ou cooperativas, realizaram, no entanto, um vasto trabalho no campo da cultura, com a criação de inúmeros jornais operários, uma produção no campo literário também considerável, no teatro, na música e no cinema. Existe uma ampla literatura sobre esse tema e não se vai aqui aprofundá-lo. Para Foot Hardman, o processo de ruptura como o período inicial de autonomia operária e que levou à burocratização da vida sindical, já sob o controle estatal, não está dissociado da questão cultural, propondo a existência de uma “simultaneidade (e provável correspondência) entre a burocratização do sindicalismo brasileiro, a emergência do Estado populista autoritário e a massificação crescente da ‘cultura popular’, sua transformação em ‘cultura de massas’, acompanhando o avanço da indústria cultural e o monopólio dos meios culturais de comunicação.”⁵⁹⁴

Recentemente, esta questão vem sendo recolocada procurando-se verificar de que maneira a “cultura libertária”, que esteve até os anos 20 e começo dos anos 30 imbricada nas organizações de classe, pôde persistir nos períodos seguintes afastada do movimento operário, e de forma quase que paralela a ele. Endrica Geraldo realiza nesse sentido um estudo sobre o Centro de Cultura Social do Brás, Fundado em 1933 por Edgar Leuenroth e Pedro

⁵⁹⁴ HARDMAN, F. F. *Nem pátria...* Op. cit., p. 33-34. Sobre o teatro operário, ver também excelente trabalho de: LIMA, Mariangel Alves de & VARGAS, Maria Thereza. Teatro operário em São Paulo. In.: PRADO, Antonio A. *Libertários no Brasil: memória, lutas, cultura.* Antonio Prado [org.] São Paulo: Brasiliense, 1986.p. 162-250

Catallo, fechado pelo Estado Novo, reaberto entre 1945 e 1969 e desde 1985 em atividade. A autora resgata a trajetória e as práticas libertárias do Centro através das notícias veiculadas no jornal *A Plebe*, que funcionava no mesmo prédio.⁵⁹⁵ A importância do Centro de Cultura Social pode ser percebida no depoimento de um dos seus frequentadores, Maurício Tragtenberg, para quem o Centro teve o significado de uma das suas “universidades”:

...a ideia do Centro de Cultura Social era a seguinte. O Centro se origina no começo do século, quando começam os sindicatos livres e as federações operárias, porque eles eram fundados numa coisa que se chamava ensino mútuo. Quer dizer, o ensino mútuo significava um negócio mais ou menos assim; você era especialista numa área e tinha um maior saber numa área, você passava esse saber ao outro. Você não tinha uma relação professor-aluno. Mas tinha, isso sim, uma socialização de formação e de saber... Quer dizer, o fundamental era o clima de cooperação. [...] Por exemplo, algumas coisas que eu aprendi sobre movimento operário português e do anarquismo, devo a um lixeiro português. [...] No Centro de Cultura Social apareciam figuras assim. Um cidadão que era vidreiro de profissão e era um cara que tinha participação social no sindicato dos vidreiros, não tinha participação em partido, falava de todas essas coisas que hoje eu falo nos meus cursos na universidade: Marx, Oposição Operária na Rússia em 1921. Sobre isso, ele falava de cor e salteado. E falava porque chegou a conhecer muitos dos caras que estiveram da União Soviética logo depois da revolução, e tinham informes

⁵⁹⁵ GERALDO, Endrica. Práticas libertárias do Centro de Cultura Social Anarquista de São Paulo (1933-1935 e 1947-1951). In.: **Cadernos AEL: Anarquismo e Anarquistas**. Campinas: Unicamp/IFCH, v.8/9, 1998. p. 165-192.. A pesquisa segue uma orientação que procura colocar em questão a tese de que o movimento operário anarquista ou anarcosindicalista desapareceu após a conjuntura 30-35, abrindo espaço ou sendo suplantado pela orientação comunista.

de como é que a coisa estava andando. [...] Resumindo, eu frequentava esses cursos, as conferências do Centro de Cultura Anarquista, do Centro Catalão e do Centro Democrático Republicano Espanhol.⁵⁹⁶

Além dos Centros e de outros universos em que o problema das lutas sociais, do socialismo e da emancipação dos trabalhadores eram discutidos, Claudio Nascimento aponta alguns caminhos por onde teria prosseguido o debate sobre a autogestão, marcado por “desvios e ziguezagues”. Este autor destaca, entre outros exemplos, a importância do jornal Vanguarda Socialista, dirigido por Mário Pedrosa, “egresso do trotskismo, influenciado por Rosa Luxemburgo e pela dissidência da IV Internacional formada nos EUA por CLR James e Raya Runaevskaia, defensores dos conselhos operários e das ideias de Rosa Luxemburgo. [...] Do mesmo tronco, a tendência Jonhson-Forest (nomes de James e Raya) sairia o grupo o grupo francês Socialismo ou Barbárie, sob hegemonia de Castoriadis e Claude Lefort.”⁵⁹⁷ E Claudio Nascimento lembra outros atores e iniciativas em torno da autogestão:

Movimentos como o da oposição sindical metalúrgica de São Paulo (MOSP), Centro de Educação Popular como CEDAC (RJ), grupos como o da Desvios, tendo a frente Éder Sader e Marilena Chauí, grupos sobre autonomia (como o de Goiás, em torno de Augusto Franco), diversos grupos anarquistas libertários; a FNT (Frente Nacional dos Trabalhadores) avançando a autogestão em relação às definições da CLAT. Tudo isto permitiu uma produção enorme de revistas, textos, livros e traduções.⁵⁹⁸

⁵⁹⁶ TRAGTENBERG, Maurício. **Memórias de um autodidata no Brasil**. Sonia Alem Marrach [org.]. São Paulo: Escuta, 1999. p. 48-50. Tragtenberg menciona nessa entrevista, dentre suas “universidades”: a “família Abramo”, o Partido Socialista, o Centro de Cultura Social, a Praça do Patriarca e a Biblioteca Municipal de São Paulo.

⁵⁹⁷ NASCIMENTO, CLAUDIO. **Autogestão e...** Op. cit., p. 99.

⁵⁹⁸ Id. *Ibid.*, p. 102. Pode-se mencionar ainda a própria produção teórica de Claudio

No plano das experiências, caberia mencionar o caso da Unilabor (1954-1967), que consistiu na criação de uma “comunidade de trabalho” que agrupava a produção de mobiliário industrial, com um projeto moderno de design e arquitetura, com práticas cooperativas e humanismo cristão. A iniciativa partiu do frei João Batista Pereira do Santos, inspirado nas comunidades operárias francesas articuladas pelo movimento Economia e Humanismo, fundado pelo padre Louis-Joseph Lebret, durante a segunda guerra mundial. A influência da arte moderna veio pelo artista Geraldo de Barros, amigo de Mário Pedrosa que havia estudado na Alemanha nos anos 20 e voltava influenciado pela Bauhaus. A associação contava ainda com o marceneiro Manuel Lopes da Silva, o serralheiro Antônio Thereza e o engenheiro Justino Cardoso, buscando a implementação de uma espécie de autogestão no processo de criação, produção e comercialização do mobiliário. O mesmo movimento resultou na construção da Capela do Cristo Operário, no Alto do Ipiranga/SP, decorada com obras de vários artistas.⁵⁹⁹

Em que pesem essas experiências e ideias em torno do problema da autogestão e da gestão operária, não se pode dizer que a preocupação com a gestão das unidades de produção ou com a construção de um contrapoder mediante o controle do processo de trabalho, muito menos através do cooperativismo, tenha sido um traço marcante do movimento operário brasileiro. A não ser, como já mencionamos anteriormente, a prática recorrente da constituição de comissões ou grupo de fábricas. De vida efêmera, é verdade, as comissões sofreram sempre o ataque implacável do patronato, e muitas vezes eram mal compreendidas

Nascimento (no movimento sindical e popular), de Fernando Claudio Prestes Motta e Gustavo Luiz Gutierrez (na academia), e o de Maurício Tragtenberg (na academia e na imprensa diária), entre outros.

⁵⁹⁹ CLARO, Mauro. **UNILABOR**: desenho industrial, arte moderna e autogestão operária. São Paulo: Senac de SP, 2004.

e boicotadas pelas lideranças sindicais. Por exemplo, durante a “febre” de comissões de fábrica que teve início em 1968, com as greves de Osasco/SP e Contagem/MG, e que assumiram uma dimensão importante a partir de 1978 até 1985, as comissões encontraram nas direções sindicais a tendência de privilegiarem a organização nas fábricas através dos delegados sindicais, como um braço do sindicato no interior das empresas, e as comissões ou comitês de fábrica autônomos eram percebidos e denunciados como “paralelismo sindical”, mas também criticados por expor os trabalhadores à repressão.⁶⁰⁰

Quanto às cooperativas de produção, pelo menos até o início da década de 90, eram de forma geral descartadas pelo sindicalismo mais combativo devido, sobretudo, a integração do movimento cooperativista aos princípios e valores do capitalismo, muito embora vários sindicatos mantivessem formas mutualistas e cooperativistas nas atividades de serviço assistencial oferecidos para o quadro de associados. Em outros casos, as experiências de cooperativas desenvolvidas por grupos de esquerda vinculados às lutas das oposições sindicais como forma de resistência e organização da classe, sobretudo em São Paulo nas décadas de 70 e 80, além das dificuldades oriundas da falta de financiamento e da crise econômica, eram atingidas também pela acusação de reformismo diante o desemprego, proveniente de outras organizações de esquerda.⁶⁰¹

600 – Ver sobre esse tema: PEDREIRA FILHO, Valdemar dos S. **Comissões...** Op. cit., p. 143-171. Também ANTUNES, R. & NOGUEIRA, A. **O que são comissões de fábrica.** São Paulo: Brasiliense, 1981. [Coleção Primeiros Passos].

601 NASCIMENTO, Claudio. *Autogestão e...* Op. cit., p. 104. Cabe mencionar, como experiências desenvolvidas desde a década de 70 reivindicando a autogestão os inúmeros processos e movimentos de mutirão de moradia na cidade de São Paulo. Num material de divulgação e luta de um desses movimentos, pode-se ler: “O exercício da autogestão possibilita perceber que dos verdadeiros produtores associados depende a construção das moradias, a direção do projeto... Assim também, a construção e direção de uma nova sociedade liberta de toda a exploração e dominação, depende dos trabalhadores, os verdadeiros produtores de todos os bens

Sendo assim, será na década de 90 que o cooperativismo e o tema da autogestão são incorporados pelo movimento sindical como forma de resistência ao processo de exclusão social e ao desemprego provocados pela crise econômica mundial, a reestruturação produtiva e as políticas neoliberais. Esse debate ganha fôlego na segunda metade da década com o aparecimento da expressão economia solidária, que além de uma estratégia para a construção de alternativas no campo da produção, distribuição e crédito, é incorporado no âmbito da elaboração de um novo projeto de desenvolvimento.

O surgimento desse novo tipo de cooperativismo vai se impor através das múltiplas experiências gestadas pelos trabalhadores ao longo dos anos 90, que só não permaneceram no isolamento porque se reuniram nacionalmente e fundaram, em 1994, a Anteag – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogeridas e Participação Acionária. A criação da Associação representa uma ampliação do espaço social que o fenômeno já vinha conquistando com as experiências isoladas, estreitando as relações com as instituições de crédito e organizações cooperativistas internacionais. Antes de tratarmos desta e das principais instituições envolvidas mais diretamente nesse campo de práticas, das produções ideológicas e da perspectiva que apontam para o desenvolvimento da economia solidária, é preciso resgatar o que podemos chamar de primeiros ensaios desse “novo cooperativismo” no Brasil.

que existem na humanidade. Devemos lutar para ampliar o poder de decisão, tendo consciência, porém, que é impossível atingir uma completa autogestão na sociedade capitalista, enquanto se tratar de experiências isoladas. E enquanto o poder econômico e político estiver nas mãos dessa classe parasitária. Mas essa prática, desenvolvida e aperfeiçoada nos próximos projetos de moradia, pode se constituir numa escola de democracia, um meio para que os trabalhadores se conscientizem que são capazes de gerir a produção, de criar uma nova maneira de organizar o trabalho, substituindo as relações de dominação por relações igualitárias e fraternas.” **Mutirão autogestão.** Associação dos Trabalhadores da Região da Mooca, 1994. p. 43-44.

No final dos anos 80, os casos mais expressivos de reabertura de empresas falidas mediante a transferência da propriedade dos meios de produção para os trabalhadores eram a CBCA – Cia. Brasileira Carbonífera Araranguá, em Criciúma/SC, a Remington, na capital carioca, e a Peticamps, na capital paulista. No último caso, tratava-se ainda de uma luta da comissão de fábrica da empresa, após a concordata preventiva decretada em 1989, para assumir o controle da empresa e criar uma associação de produção.

Caberia mencionar ainda a experiência dos trabalhadores da ex-fogões Wallig, que fundaram duas cooperativas (COO-MEC e a COOFUND) em meados da década de 80. Na sua tese de doutorado sobre essa experiência, Lorena Holzmann não encontrou nas cooperativas nada que sugerisse “a existência de contestação à organização capitalista do trabalho e à própria sociedade capitalista enquanto sistema ordenador da totalidade das relações sociais.” E identifica um processo de regressão das práticas democráticas iniciais da experiência ao longo do tempo, um processo de “diferenciação” interno com o enfraquecimento do “espírito de cooperativa”, “negando na prática o discurso original de que nelas ‘todos são iguais’.”⁶⁰²

Quando iniciamos os nossos estudos sobre estes fenômenos das empresas recuperadas no Brasil, havíamos situado a

⁶⁰² SILVA, Lorena Holzmann da. Operários sem patrão: estudo da gestão das cooperativas industriais Wallig. São Paulo: USP, 1992. [Tese de Doutorado em Sociologia]. E, da mesma autora: Limites e obstáculos à participação democrática. In.: Paul Singer & André R. De Souza. **A Economia solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 49-62. Paul Singer referiu-se recentemente à experiência da Wallig da seguinte maneira: os trabalhadores “foram praticamente os inventores da autogestão” e que “é uma demonstração interessantíssima de como os trabalhadores conseguem não só preservar o seu trabalho e sua renda, o que por si só já é muito importante, mas criam, de fato, sem muita ideologia na cabeça, o socialismo na prática, pelo menos na prática empresarial deles.” SINGER, Paul. A cooperativa é uma empresa socialista. In.: **Sindicalismo e cooperativismo: a economia solidária em debate: transformações no mundo do trabalho**. Gonçalo Guimarães [org.]. Rio de Janeiro, Unitrabalho, s/d.

experiência da Wallig no campo do cooperativismo tradicional, influenciados pela leitura de Lorena Silva. Hoje em dia, isso perdeu o sentido, não por qualquer discordância de fundo com a tese da autora, mas por perceber que o campo coberto pela expressão economia solidária acomoda com bastante tranquilidade estas modalidades de práticas cooperativas. Voltaremos a este assunto mais adiante.

De forma geral, uma característica comum dessas primeiras experiências é a intensa luta coletiva e ativa levada a cabo pelos trabalhadores e pelos respectivos sindicatos, primeiro para garantir o pagamento dos salários geralmente com vários meses de atraso e, em seguida, para manter as empresas em funcionamento. Desde ocupações das instalações das empresas, greves parciais, ocupação de instituições financeiras e de vias de transporte, não foram poucas as ações empreendidas pelos trabalhadores dessas empresas para manter os postos de trabalho.

As duas massas-falidas que iniciaram a década de 90 tendo os trabalhadores como proprietários dos meios de produção, CB-CA e Remington, optaram por estratégias diferentes para efetivar juridicamente esse controle. No primeiro caso, os mineiros decidiram, após alguns anos de funcionamento como Massa Falida, criar a Cooperminas, integrando-se assim à forma jurídica da cooperativa. E a Remington optou pela criação de uma Associação dos Funcionários, instituição que passou a deter a propriedade da empresa. Mas a definição da forma de propriedade nada nos informa sobre o conteúdo da gestão da empresa, sobre os mecanismos criados para que a participação dos trabalhadores fosse além do direito formal enquanto associado ou cooperativado. Não que isso seja pouco, mas é insuficiente quando lembramos que essas experiências identificavam-se desde o início como autogestionárias.⁶⁰³

⁶⁰³ Sobre a experiência da Remington, nos apoiamos fundamentalmente em: TIRIBA, Lia Vargas. *Autogestão e chão-de-fábrica: um ensaio inspirado nos trabalhadores da Remington*. [Lia Vargas Tiriba et.alli.]. Rio de Janeiro: **Universidade Federal**

Neste sentido, pode ser útil relatar o primeiro encontro que tivemos com o problema da autogestão, precisamente quando Maurício Tragtenberg esteve em Criciúma, no início de 1992, a convite do Sindicato dos Mineiros, a fim de estabelecer um debate com as principais lideranças da mina num momento de forte conflito interno. Tragtenberg mostrou na ocasião, com a ironia e erudição particulares, que o problema da autogestão era antigo e sempre presente nos momentos agudos da luta de classes. No seu entendimento, dadas as características da gestão da mina, do prevalecimento da hierarquia e da presença de uma proto-burocracia almejando o isolamento no poder (os “canetinhas”, como eram então chamados pelos trabalhadores), o conteúdo da experiência dos mineiros estava mais próximo de uma cogestão, indicando exemplos de práticas semelhantes em outros países e os resultados a que chegaram. Colocando um problema complexo de forma simples, como a ocasião exigia, expressou Tragtenberg que o caminho para a autogestão é

... o povo autogerir as suas lutas como condição para autogerir as coisas. Quer dizer, cada um tem que viver a sua vida, ninguém pode viver a vida do outro. É assim dentro da autogestão. A produção tem que ser gerida por quem trabalha, não adianta você impor gente de fora, de cima para baixo, que você cria uma nova burocracia e passa a reproduzir toda a situação autoritária anterior, já controlada. Isso não muda nada.⁶⁰⁴

Tragtenberg indicou assim uma vertente de compreensão crítica do problema das cooperativas e empresas autogeridas que, devemos dizê-lo, prosseguimos ainda hoje. Ou seja, partimos do

Fluminense, outubro/94. [mimeo.]. Sobre a experiência da CBCA, ver sobretudo: FANTIM, Márcia. Os significados da experiência de gestão de uma mina pelos trabalhadores em Criciúma/SC nas malhas das relações de poder. Florianópolis: UFSC, 1992. [Dissertação de Mestrado em Antropologia Social].

⁶⁰⁴ Jornal CBCA Hoje. Ano 1, n. 3; Fev./Mar. 1992.

entendimento de que a autogestão possui um significado profundo, enquanto capacidade demonstrada pelos trabalhadores para gerirem suas vidas, para levarem suas lutas adiante de forma autônoma e reorganizarem nesse processo as empresas e a sociedade, em suma, que “o caminho para a liberdade é a própria liberdade”.

No tocante a relação entre a forma jurídica da propriedade e a forma de gestão da empresa, esse encontro com a experiência da CBCA lançou-nos diretamente ao âmago das tensões e contradições em que estão enredadas estas experiências no interior do capitalismo. Ao mesmo tempo em que parecia desvendar-se o argumento definitivo (porque prático), para a crítica à organização capitalista do trabalho, revelava-se também o quanto pode ser insuficiente a transformação das relações de propriedade e o controle formal dos trabalhadores sobre os meios de produção, pelo menos enquanto tal fenômeno permanecer limitado a um conjunto pequeno de experiências isoladas.

Mas tanto a experiência da CBCA como a da Remington apresentavam também, naquela ocasião, importantes avanços nas relações de trabalho e na perspectiva de democratização das unidades produtivas. Não deve restar dúvida de que a transformação das relações de propriedade e o afastamento da figura do patrão do interior das empresas ensejam mudanças substantivas nas relações de trabalho, seja pela redução da hierarquia e o arrefecimento das características autoritárias dos postos de comando, seja por permitir o acesso dos trabalhadores a um volume superior de informações das empresas, ou ainda pelo caráter pedagógico que constitui a formação de comissões de trabalhadores e a realização de assembleias gerais.

Assim, outras características comuns destas primeiras experiências são a democratização das relações de trabalho e a formalização de comissões de trabalhadores e assembleias como órgãos efetivos de gestão da empresa. Num enfoque mais liberal

sobre o problema da participação dos trabalhadores na gestão das empresas, pode-se dizer que essas experiências tendem a apresentar um alto grau de “eficácia política”, permitindo que se fale numa ampliação da democracia nos locais de trabalho.⁶⁰⁵ Mas não é esse o enfoque que buscamos para o fenômeno das cooperativas de resistência no Brasil, pois entendemos que se pode ir além de uma abordagem das formas de participacionismo, tão em voga hoje em dia.

No período inicial desse fenômeno, o problema do isolamento entre essas experiências “pioneiras” é enfrentado pela primeira vez em 1991, quando uma delegação de mineiros da CBCA viaja ao Rio de Janeiro e visita as dependências da Remington. Com o reconhecimento de certa identidade de propósitos entre as experiências, definem estreitar as relações com outras empresas em situação semelhante mediante a realização do Iº Seminário da Autogestão, contando para isso com a colaboração do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), com sede no Rio de Janeiro.

A realização do Seminário se dá apenas em setembro de 1993, em Criciúma, quando participam, além da CBCA e da Remington, representantes da Caraíba Mineração (BA), Cia. Brasileira de Cobre (RS), COOMECA – ex-Wallig Fogões (RS) e do Centro de Valorização da Educação e da Cultura (CEVEC), esta última representando uma “escola autogestionária” em Canoas (RS). Dentre os objetivos, destacam-se a preocupação em desencadear “um processo sistemático de socialização das experiências das empresas geridas pelos próprios trabalhadores” e o desejo de “aprofundar os laços de solidariedade na prática, refletir, discutir, trocar experiências e conhecimento”, tendo em vista um “proces-

⁶⁰⁵ Sobre essa abordagem, ver: DAHL, Robert A. **Um prefácio à democracia econômica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. E. PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

so de construção de uma sociedade mais justa e democrática”.⁶⁰⁶

Importa reter, do primeiro encontro entre as experiências, que o tratamento dado à autogestão não ficou circunscrito à sua “viabilidade” econômica, à dificuldade financeira (que era crônica) ou aos aspectos jurídicos que emperravam seu desenvolvimento. O ponto principal é que se procurou discutir a autogestão numa perspectiva de classe, como uma “alternativa para os trabalhadores”. O conteúdo político deste seminário reflete-se na própria forma como procurariam romper o isolamento, projetando-se nesse sentido a criação de uma “rede entre as empresas para ações conjuntas”, o incentivo ao “intercâmbio entre trabalhadores de diferentes empresas” e o estabelecimento de laços de solidariedade com outros movimentos sociais.

No entanto, enquanto este movimento de aproximação entre algumas experiências de cooperativas ou associações de produção, que se identificavam através do termo autogestão, dava seus primeiros passos, com o apoio do PACS, outro movimento é projetado a partir das experiências congênicas desenvolvidas no Estado de São Paulo, tendo como núcleo o processo desencadeado na Makerli Calçados, em Franca/SP. Poucos meses após a realização do Iº Seminário de Autogestão, em Criciúma, ocorre na capital paulista o Iº Encontro Nacional dos Trabalhadores em Empresas em Autogestão, em fevereiro de 1994, quando é fundada a Anteag.⁶⁰⁷

Neste ponto, encerra-se este período inicial em que se procurou estabelecer um quadro geral dos antecedentes do coope-

⁶⁰⁶ **Jornal da Autogestão.** Órgão Informativo das empresas em processo de autogestão. Novembro de 1993.

⁶⁰⁷ Estavam presentes neste Encontro, representantes de 11 empresas em autogestão ou em processo de negociação para a transferência da propriedade para os trabalhadores. Dentre estas empresas, destaca-se: Makerli Calçados (Franca/SP); Remington (RJ); Cobertores Parayba (São José dos Campos/SP); Cerâmica Matarazzo (São Caetano/SP); CBCA (SC); Skillcoplast (Diadema/SP) e; Hidrophenix (Sorocaba/SP). Outros projetos que surgiram nesse período foram: Gurgel (Limeira/SP); Consid (São Paulo/SP); Tecnochoes (Franca/SP).

rativismo e da autogestão no Brasil. Pode-se perceber que, no Brasil, não se contava com um conjunto muito amplo de experiências no plano do cooperativismo ou das associações de produção organizadas pelo movimento operário e articuladas com as suas lutas. Não se trata, portanto, de um “ressurgimento” do cooperativismo ou da autogestão, mas precisamente do surgimento e desenvolvimento prático de experiências que emergiam como forma de resistência ao desemprego e à falência de empresas, com veremos a seguir.⁶⁰⁸

Do caso Makerli à Anteag

O objetivo desta seção é abordar, no desenvolvimento do fenômeno das empresas recuperadas no Brasil, o processo que tem início com a experiência dos trabalhadores da Makerli Calçados, em Franca/SP, e que resulta na criação Anteag. Verificaremos o discurso que essa Associação constrói nesse percurso sobre a autogestão e concluiremos assinalando o surgimento entre nós da expressão economia solidária.

Analisamos em outro momento a experiência dos trabalhadores da Makerli, de forma que não vamos lhe dedicar aqui mais

⁶⁰⁸ Claro está que não abordaremos nesta pesquisa o setor cooperativo tradicional, articulado pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Este setor, historicamente, não coloca em questão a democratização das relações de trabalho e desconhecemos se possui alguma inserção no campo de práticas que são objeto deste estudo, o do cooperativismo que emerge a partir das fábricas falidas. É inegável, no entanto, que representa um setor cuja participação no conjunto da economia vem crescendo no Brasil. Em 2002, pelos dados da OCB, contava-se 7.549 cooperativas, com mais de 5 milhões de cooperados. Comparado com 2001, houve um crescimento de 7,5% no número de cooperativas e de 10% no número de cooperados. Sobre a participação de cada tipo de cooperativismo, registra-se que 27,93% são cooperativas de trabalho; 21,51% são agropecuárias; cooperativas de crédito são 14,62%. A região Sudeste concentra o maior volume de cooperativas, com 44%; em seguida, vem o Nordeste e o Sul, com 21% e 18% respectivamente. **Jornal DCI** – Comércio, Indústria e Serviço. (Especial Cooperativas). São Paulo, 15 de agosto de 2003. 28p.

do que algumas linhas gerais.⁶⁰⁹ Como nos casos mencionados anteriormente, trata-se de uma luta levada a diante pelos trabalhadores, com o apoio decisivo do Sindicato dos Sapateiros de Franca/SP, para a reabertura de uma fábrica de calçados cuja falência era iminente. Após intensas mobilizações, os trabalhadores conquistam, junto com os antigos gestores da empresa, a liberação de um empréstimo do Banespa (Banco do Estado de São Paulo) para a aquisição dos meios de produção, cuja propriedade passou à Associação dos Funcionários, seguindo o modelo que os dirigentes sindicais haviam conhecido numa visita à Remington. A partir disto, são compostos a direção da empresa (com os antigos gestores) e os conselhos deliberativo e fiscal, cujos membros são eleitos periodicamente, passando a Assembleia Geral a figurar como instância máxima de decisão na Associação. Até aí, nenhuma inovação em relação às experiências até então existentes. Nem mesmo as relações mantidas entre trabalhadores e gestores da empresa, sustentadas pelos dirigentes sindicais e seus assessores técnicos, constituem novidade.⁶¹⁰

⁶⁰⁹ FARIA, Maurício Sardá de. “...se a coisa é por aí, que autogestão é essa?” Um estudo da experiência “autogestionária” dos trabalhadores da Makerli Calçados. Florianópolis, UFSC, 1997. [Dissertação de Mestrado em Administração]. Sobre o caso Makerli, ver também: MARTINS, Luci Helena. **Reflexões sobre um acontecimento social na área fabril.** A experiência autogestionária a Makerli. Franca/SP, UNESP, 1998. [Dissertação de Mestrado em Serviço Social].

⁶¹⁰ No ano 2000, a Anteg publicou o livro “Autogestão: construindo uma nova cultura de relações de trabalho”, em que realiza uma espécie de balanço da evolução da instituição e apresenta uma descrição de 14 processos de recuperação de fábricas falidas existentes na ocasião, dois deles, pelo menos, com as atividades já encerradas. Neste texto, permanecem ainda alguns aparentes equívocos, como o de indicar a Makerli como “a pioneira da autogestão”, “a primeira empresa autogestionária a assumir o controle de forma organizada”, etc. No entanto, neste mesmo documento aparecem as primeiras explicações para o fracasso daquela experiência, que podemos agrupar em três conjuntos: primeiro, a ausência de um modelo de autogestão, reafirmando que se apoiaram no modelo do ESOP americano e nas “experiências dos técnicos da Anteag com associações”; o segundo conjunto de argumentos é levantado pelo sindicato, apontando para o erro de não se ter mantido um representante do sindicato na direção da empresa; e por fim, a explicação do

Os motivos que levaram a Makerli a se tornar uma referência neste percurso do cooperativismo de resistência e da recuperação de empresas no Brasil não foram por certo os avanços em termos de democracia no espaço fabril, porque esses restaram muito limitados. Nem tampouco por ser uma experiência “pioneira”, o que já vimos não se confirmar. Do mesmo modo, não é totalmente correto afirmar que, até a experiência da Makerli, não havia sido desenvolvida uma “tecnologia para adquirir as massas falidas”, pois dois dos modelos ainda em voga atualmente para formalizar juridicamente a posse coletiva dos meios de produção, cooperativa e associação, já haviam sido testados em experiências anteriores. Além do que, neste caso, o problema de adquirir ou não as massas falidas parece-nos mais de natureza política do que técnica ou jurídica.

O que de fato projetou a Makerli como uma experiência especial de luta pela manutenção dos postos de trabalho foi o agravamento da crise econômica e do desemprego naquele período; o conjunto de atores sociais mobilizados para a reabertura e o funcionamento da fábrica, conferindo cobertura nacional à luta dos sapateiros de Franca; e por derivar diretamente dos atores envolvidos nessa experiência o núcleo que deu origem a Anteag.

Se é verdade, como assinala Daniel Mothé⁶¹¹, que os perío-

fracasso da Makerli é endereçada aos próprios trabalhadores, por posições que eles não haviam tomado sozinhos, como por exemplo, a decisão pela manutenção do quadro gestorial, ou por estarem “acostumados à relação patrão empregado” e, também, pelos novos trabalhadores que entraram e “não estavam preparados para o novo sistema de discussão”. Esses argumentos, ao meu ver, principalmente o de inculpar os trabalhadores, sinalizam a dificuldade que persiste na Anteag para fazer um balanço crítico da experiência da Makerli, ou mesmo uma autocrítica. Não que os trabalhadores sejam vítimas, pelo contrário. Foi porque tentaram ser agentes ativos do processo da Makerli, por terem tentado impor uma resistência à hegemonia gestorial sustentada pelo sindicato e pela Anteag, ainda que de forma fragmentada e pouco consistente, que os gestores viram-se na necessidade de acelerar o processo de encerramento das atividades, pondo fim à experiência.

⁶¹¹ Mothé, D. *L'autogestion goute à goute*. Paris, Éditions du Centurion, 1980. p. 26.

dos de crise constituem-se frequentemente nos piores laboratórios para a experimentação de formas de produção que se pretendem alternativas ao capitalismo, o caso Makerli é um ótimo exemplo. Seu surgimento coincide com o aprofundamento da crise no setor calçadista brasileiro e nos demais setores voltados fortemente à exportação, bastante sensíveis à abertura comercial desfraldada pelo governo Collor sob o pretexto da competitividade e da modernização do parque produtivo nacional.⁶¹² Se a situação revela-se crítica para a sobrevivência da indústria calçadista, em meio de uma quebradeira nas principais regiões produtoras, para a Makerli assume dimensões incontornáveis. Ainda mais por ter o processo de reabertura da fábrica preservado o processo de trabalho herdado, tendo os produtos como destino o mesmo mercado mundial capitalista em momento de forte retração e inovação tecnológica.

Nas empresas do setor, era o período em que tomava impulso a reestruturação produtiva, o investimento em novas tecnologias e a tendência à redução do trabalho vivo, com o aumento da complexidade do trabalho, as novas formas de organização do processo produtivo e de contratação das relações de trabalho.⁶¹³

⁶¹² “Se o desempenho industrial ao longo da década de oitenta foi marcado pela estagnação – entre 1980 e 1989 o produto real da indústria de transformação cresceu apenas 3,4% -, os indicadores relativos ao biênio 90/91 evidenciam o agravamento deste quadro; em 90, a produção industrial acusou um decréscimo de 8,66%, e, no ano seguinte, de 0,5%. Cabe assinalar, adicionalmente, que o declínio foi ainda mais acentuado na indústria de transformação: 9,21% e 0,6%, respectivamente.” BAPTISTA, Margarida Afonso Costa. Política industrial e desestruturação produtiva. In.: **Crise Brasileira, anos oitenta e governo Collor**. São Paulo: Desep/CUT e Instituto Cajamar, 1993.

⁶¹³ Existe uma ampla literatura produzida sobre o tema da reestruturação produtiva no Brasil. Nos limitamos aqui a mencionar dois autores que realizam, já mais para o final da década de 90, uma abordagem mais geral das mudanças no mundo da produção e da nova configuração da classe trabalhadora: ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1997. BERNARDO, João. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores**: ainda há lugar para os sindicatos? São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

Na Makerli, a integração a esse processo não se efetua sem contradições. A manutenção do quadro gestorial, por um lado, facilitou ou mesmo possibilitou o restabelecimento das relações com as instituições do mercado, com as instituições financeiras, de crédito, agentes exportadores e fornecedores. Mas significou também, por outro lado, a ausência de discussão sobre a forma de gestão da empresa, a reorganização do processo de trabalho, a destinação do produto, etc.⁶¹⁴

Isso parece ser, aos olhos de hoje, uma das principais fontes geradoras das contradições vividas pelos trabalhadores da Makerli. Anunciava-se aos quatro ventos que se tratava de uma “fábrica sem patrão”, pois “não tinha dono” ou “que os trabalhadores eram os donos da empresa”. Ao mesmo tempo, as quedas na produção significavam a demissão de trabalhadores, a hierarquia permanecia praticamente inalterada, inclusive a prática do cartão-ponto. Para além do retorno às práticas de gestão convencionais, os gestores buscaram introduzir formas de gestão baseadas na qualidade total, tentando implantar os Círculos de Controle de Qualidade que, no entanto, naufragaram diante a não adesão dos trabalhadores. Não surpreende assim que a posição dos trabalhadores nos espaços instituídos de decisão coletivos, nos conselhos e nas assembleias, caracterizava-se por uma submissão conflituosa em relação ao poder efetivo conservado no quadro gestorial, que comandava o processo de produção,

⁶¹⁴ Hoje em dia, reconhece-se que “Imperava a ideia de que teria de haver alguém que tivesse um mínimo de controle das informações, dos credores, devedores, e, em especial, da clientela nacional e internacional, além de dados sobre produção, necessidades e dificuldades. O ex-presidente era o que mais se aproximava dessas características e do perfil que a maioria entendia como o mais adequado. E já que eram os gestores da empresa, esses trabalhadores também foram eleitos para a diretoria da associação. O maior erro foi o sindicato não ter indicado alguém para a gestão. Isso teria evitado muitos erros políticos.” Makerli. Armadilha para quem sai na frente. In.: Autogestão: construindo uma nova cultura nas relações de trabalho. **Anteag**, 2000. p. 54-55.

controlava do processo de trabalho e decidia o que produzir e a destinação do produto. Sendo essas as características gerais, pode-se sugerir que foi precisamente esta “recriação do capital” numa “fábrica dos trabalhadores” uma das causas principais da derrocada da experiência da Makerli, muito mais do que a intervenção federal sofrida pelo Banespa, bloqueando novas injeções de capital após 3 anos sob o controle dos trabalhadores (março/1992 a março/1995).

Em suas linhas gerais, foi essa experiência, com todas as suas contradições e ambiguidades, que inspirou o nascimento da Anteag e aglutinou seus principais animadores.⁶¹⁵ É evidente que a reabertura da Makerli e o seu rápido crescimento nos primeiros anos colaborou para a repercussão que se seguiu com bastante intensidade na imprensa paulista e nacional. Já nos três meses que antecederam o reinício da produção, da falência da empresa à liberação do empréstimo pelo Banespa, esse processo de negociação conquistou importante espaço social, principalmente depois que os trabalhadores ocuparam a sede do Banco em Franca, para “apressar” os técnicos na capital. E embalados por esse momento de pujança da empresa, é que ganhará corpo a ideia de uma Associação das experiências existentes naquele momento. Não é por acaso que um dos gestores da Makerli irá compor a diretoria executiva na primeira gestão da Anteag.⁶¹⁶

⁶¹⁵ “Os técnicos e a direção da Anteag, todos com história de militância [...] têm, em sua maioria, passados construídos no movimento sindical. [...] Parte da atual direção da Anteag se encontrou no Sindicato dos Químicos de São Paulo, o primeiro grande sindicato operário em que a oposição ganha, transformando-se em referência para as oposições sindicais no Brasil afora. [...] Boa parte da atual diretoria da Anteag integrava o grupo de formação do sindicato [...]. Estavam lá: Aparecido Faria (Cido); Cátia Costa; Derly de Carvalho; Luiz Humberto Verardo (Luigi) e Maria G. Curione”. Autogestão: construindo... Op., cir., p. 13-15.

⁶¹⁶ No mesmo documento antes referido, a Anteag menciona a sua primeira direção sem aparecer o nome de Marcos Anarelli, que, no entanto, é mencionado em vários documentos iniciais da Associação datados de 1994-1995, enquanto era ainda presidente da Makerli. Por exemplo: no documento: “Boletim autogestão: As experiências de

Desses animadores, cabe mencionar: a direção do Sindicato dos sapateiros de Franca, e seu representante na CUT Nacional, Jorge Luiz Martins, que será um dos responsáveis pela fundação da Anteag e por levar a discussão sobre as fábricas recuperadas para o interior da CUT, como veremos; e Aparecido Faria, que se tornou uma espécie de referência como assessoria para os casos que surgiram posteriormente, até o seu desligamento da Anteag por volta do ano de 2002.

A reunião das experiências existentes num organismo único confere, de imediato, projeção à ideia de recuperação de empresas falidas, o que de fato materializa-se no crescimento das iniciativas e propostas de transferência da propriedade de empresas para os trabalhadores.⁶¹⁷ Ao multiplicarem-se, essas experiências encontram na Anteag um ponto de referência importante, seja pelo trabalho de assessoria econômica e jurídica

autogestão: acreditando no trabalho coletivo”. **Anteag**. N. 2 ano 1, novembro de 1994, a diretoria executiva era composta, além de Anarelli, por Tiago Nogueira, Presidente (Skillcoplast); e José Clementino de Faria (Cobertores Parahyba).

⁶¹⁷ A fundação a Anteag se deu com 11 experiências ou projetos. Após um ano eram 28 projetos, envolvendo cerca de 11 mil trabalhadores, associados à Anteag (Folha de S.Paulo, 01/08/95). Em 99, eram 56 experiências em andamento no Brasil. (Folha de S.Paulo, 08/08/99). Em agosto de 2000, Cido Faria fala em 103 projetos, com previsão para acabar o ano com 140 e 30 mil postos de trabalho. Em 2003, são mencionados 207 empresas recuperadas, de um total de 682 projetos (Jornal DCI – Comércio, Indústria e Serviços, 15/8/2003). Em agosto de 2004, no 11o. Encontro Nacional da Anteag, não foi divulgado o número total de empresas recuperadas. No entanto, no mesmo período, no I Encontro Nacional de empreendimentos de Economia Solidária, em agosto de 2004, contou a presença de 260 cooperativas e 15 “empresas autogestionárias” (Documento: Características dos participantes do I ENEES. s/d. [mimeo]). Mas a prudência (e alguma experiência própria) alerta que é preciso contar sempre com a possibilidade de os números estarem inflacionados, tanto nas associações como nos dados resultantes de políticas públicas para a economia solidária. Um exemplo apenas: recentemente, num seminário realizado em Brasília pela SENAES/MTE, foi apresentada uma pesquisa em andamento que visa “mapear a economia solidária” no Brasil, informando seus coordenadores a apuração até aquele momento de mais de 20 mil experiências. Detalhe: apenas 10% tinha conhecimento do tema ou sabia fazer parte dessa economia.

realizada pelos técnicos da Associação, seja pelos mecanismos de acesso que foram sendo conquistados junto às instituições financeiras e de crédito. Ademais, o apoio da Associação parece determinante no convencimento dos trabalhadores, sobretudo quando os débitos trabalhistas encontram-se envolvidos nas negociações para a aquisição da empresa. Neste primeiro período, e até o final dos anos 90, os processos de recuperação das empresas falidas com a transferência da propriedade para os trabalhadores tem apresentado algumas características gerais comuns, das quais destacamos os seguintes⁶¹⁸:

- a quase totalidade das experiências resulta da recuperação de empresas familiares, sendo a falência ou estado pré-falimentar, em muitos casos, fruto de um processo de sucessão familiar mal sucedido, em que os novos proprietários dos meios de produção são incapazes de levar adiante ou perdem o interesse pelo empreendimento; não é raro encontrarmos fábricas fundadas no início do século XX, com maquinários com mais de 50 anos.⁶¹⁹

⁶¹⁸ Além das referências já citadas de estudos de caso sobre as experiências de recuperação de empresas falidas no Brasil, outros estudos desse tipo são: ESTEVES, Egeu G. Sócio, trabalhador, pessoa: negociações de entendimentos na construção cotidiana da autogestão de uma cooperativa industrial. (Dissertação de Mestrado em Psicologia Social). São Paulo: USP, 2004.; HILLERSTEIN, M. Autogestão: a experiência das organizações autogestionárias do setor cristaleiro de Blumenau e Indaial. (Dissertação de Mestrado em Sociologia Política). Florianópolis: UFSC, 2002.; ODA, Nilson T. Gestão e trabalho em cooperativas de produção: dilemas e alternativas à participação. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: **Escola Politécnica da USP**, 2001.; PARRA, Henrique Z. Liberdade e necessidade: empresas de trabalhadores autogeridas e a construção sócio-política da economia. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: USP, 2002.; SILVA, Tânia N. A participação dos cooperados na gestão de cooperativas de produção: uma análise da separação entre propriedade e controle. (Dissertação de Mestrado em Administração). São Paulo: USP, 1994.;

⁶¹⁹ Recentemente, o autor participou da pesquisa “Referências Conceituais para Ações Integradas: uma tipologia da autogestão: cooperativas e empreendimentos de produção industrial autogestionários provenientes de massas falidas ou em estado pré-falimentar. Convênio MTE/IPEA/ANPEC” (Janeiro-Abril/2005), que estudou 28 experiências de fábricas recuperadas no Brasil. Utilizo aqui alguns dados disponíveis

- via de regra, essas empresas já carregam no ventre um passivo trabalhista vultoso, sendo comum os trabalhadores vivenciarem longos períodos com salários em atraso e o não recolhimento pelas empresas dos direitos trabalhistas e sociais devidos durante meses e, por vezes, vários anos;
- na iminência do encerramento das atividades, durante ou nas imediações dos pedidos de falência dessas empresas, os trabalhadores mobilizam-se para a reivindicação dos direitos trabalhistas, e é geralmente neste momento que surge a perspectiva de manutenção da fábrica em funcionamento com o afastamento dos antigos proprietários;
- nos processos de falência que resultam em experiências de fábricas recuperadas, o sindicato assume o papel de protagonista ativo na organização dos trabalhadores, na apresentação e discussão das possibilidades para a manutenção da empresa em funcionamento, na negociação com os ex-proprietários e com os organismos públicos e privados para a busca de financiamento. Por vezes, o sindicato torna-se também corresponsável na gestão dessas empresas sob o controle dos trabalhadores;
- pode ocorrer o fato de os trabalhadores abrirem mão dos seus direitos trabalhistas e verbas rescisórias contratuais em troca da propriedade coletiva dos meios de produção das empresas;
- na grande maioria dos casos, opta-se pela utilização do modelo cooperativista brasileiro, na ausência de um marco jurídico que reconheça as especificidades deste fenômeno recente no Brasil;
- é comum nessas experiências no plano do cooperativismo a

no seu relatório final, principalmente os de 8 experiências que pude visitar no âmbito deste trabalho, que são: Cooperminas (SC); Coopermetal (SC); Coopermaq (SC); Cipla (SC); Interfibra (SC); Cooperbotões (PR); Cooparj (RJ); Projeto Catende Harmonia (PE). Deste projeto, sob a coordenação do Prof. Dr. José Carlos Tauille (UFRJ), participaram também H. Rodrigues e Luana Vilutis.

utilização do termo autogestão, que pretende abranger tanto as alterações verificadas na forma de propriedade das empresas, como também as características democráticas que devem presidir a organização do processo de trabalho e a forma gestão da cooperativa;

- o reinício das atividades, no entanto, geralmente mantêm os trabalhadores no interior dos lugares determinados pela divisão do trabalho, para laborarem agora num quadro em que a propriedade da empresa é coletiva e detida pelo conjunto dos associados da cooperativa;
- a situação nova para os trabalhadores por certo que impacta na motivação interna no interior do processo de trabalho, pelo menos por certo período, e os torna mais inclinados para a realização das tarefas produtivas com maior empenho e zelo;
- isto significa que, nessas experiências, a “estratégia competitiva” pode lançar mão de mecanismos como a extensão da jornada de trabalho não remunerada, ou mesmo a flexibilização da massa salarial de acordo com as oscilações do mercado da empresa;
- em outras palavras, na impossibilidade eventual de um investimento em novas tecnologias, essas empresas podem lançar mão de mecanismos característicos da mais-valia absoluta⁶²⁰ para a realização dos seus processos econômicos.

Essas características gerais realçam sem dúvida as limita-

⁶²⁰ De forma geral, a mais-valia absoluta é obtida sem a alteração das condições técnicas de produção, verificando-se o aumento da exploração da força de trabalho pelo prolongamento da jornada de trabalho ou o aumento da intensidade do trabalho. Em contraposição, a mais-valia relativa, motor do modo de produção capitalista como modo de exploração da força de trabalho, realiza-se mediante a introdução de novas tecnologias que reduzem o trabalho vivo ou a reorganização do processo de trabalho. MARX, K. *O Capital...* Op. cit., p. 25-256. *Volume I, Seção IV – A produção da mais-valia relativa*. João Bernardo desenvolve contemporaneamente esta relação entre mais-valia relativa e absoluta para explicar o desenvolvimento atual do capitalismo. BERNARDO, João. *Economia...* Op. cit., p. 63-135.

ções das experiências brasileiras de fábricas recuperadas, enfatizando a tendência que carregam de produzir um novo quadro gestorial para substituir as funções anteriormente detidas pelos proprietários dos meios de produção. Outro pressuposto a ser levado em conta, é o de que se verifica em vários aspectos uma democratização no interior do processo de trabalho das empresas recuperadas, em relação aos momentos anteriores sob o comando dos patrões. Pode-se observar frequentemente, nos estudos de caso realizados, a identificação de um “clima de liberdade” nos locais de trabalho e de um afrouxamento das funções de chefia e supervisão. Mas isso não significa o desaparecimento do caráter heterônomo do trabalho ou da subsunção do processo produtivo aos ditames da lei do valor. Ou seja, é na resolução desta tensão entre as novas relações projetadas pelos trabalhadores após a conquista da empresa e a detenção da propriedade dos meios de produção, por um lado, e as condições necessárias para a realização da produção no mercado, por outro, que se situa e busca legitimidade a função dos gestores dessas empresas. E vamos poder ver como essa tensão se resolve na ideologia da Anteag.

Vimos anteriormente que a experiência da Makerli e a criação da Anteag projetaram o tema da autogestão em âmbito nacional, verificando-se o surgimento de outros processos de recuperação de fábricas falidas, principalmente na segunda metade dos anos 90. Fizemos referência também ao núcleo fundador da Anteag, constituído pelos quadros técnicos e sindicais envolvidos com a experiência da Makerli.

Nesse primeiro período, as expressões autogestão e cooperativismo são utilizadas correntemente para designar essas novas experiências. Além desses termos, aparece em algumas situações a palavra cogestão, para referir-se a algumas experiências que surgem em associação com os proprietários capitalistas, em que os trabalhadores detêm uma parte das ações da empresa. Como

exemplos de experiências que iniciaram com processos de cogestão, pode-se citar a Coopervest (Aracajú/SE), Conforja (atualmente Uniforja, em Diadema/SP) e a Frunorte (Vale do Assú/RN). Não é por acaso, portanto, que a sigla Anteag significa, desde a sua fundação, “Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária”. E no III Encontro Nacional da Anteag, dentre os painelistas, estava o presidente e um diretor da empresa Conforja (na época ainda em cogestão), um ex-diretor da Coopervest e o sócio majoritário da Frunorte.⁶²¹

A Anteag consolida-se como referência nacional para a

⁶²¹ Abordaremos adiante a experiência da Uniforja. Sobre a Coopervest, o livro antes referido da Anteag apresenta uma síntese do processo de criação da “cooperativa prestadora de serviço” no ramo da confecção, a partir da falência em 1994 da empresa Vila Romana, na época com 800 funcionários. No entanto, pode-se encontrar um relato com dados e enfoque diferentes na obra organizada por Rogério Valle, **Autogestão: o que fazer quando as fábricas fecham?** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p. 49-52. Neste caso, a compra da Vila Romana por um grupo holandês, “não foi compreendido como um sinal grave de crise pelos trabalhadores. A consciência do problema veio somente com a notícia da necessidade de constituir a cooperativa. A Vila Romana continuaria oferecendo a produção em fiação; quem continuasse na cooperativa, receberia os direitos trabalhistas; os demais teriam de recorrer à Justiça para recebê-los. A empresa tinha 1.200 funcionários e os 600 que ficaram receberam os direitos trabalhistas (no momento da pesquisa, restavam 510 cooperados). [...] Pouco a pouco, os trabalhadores foram aceitando a nova realidade: as mudanças teriam de ser feitas por eles mesmos, e não mais pelos antigos patrões. O problema é que a própria criação da cooperativa se dera por inteira decisão destes, numa ação premeditada...[...]. Os trabalhadores não sabiam como funcionava uma cooperativa, ou o que vinha a ser autogestão;” O dado adicional é que a transformação da empresa em cooperativa foi realizada sem que a fábrica interrompesse a produção sequer um dia. O caso da Frunorte, uma empresa agrícola, é ainda mais emblemático. A propriedade da empresa era detida por dois sócios. Um deles, ligado ao capital financeiro, resolveu sair a sociedade e o sócio que restou resolveu passar essas ações (49%) para os trabalhadores. Para isso, o BNDES emprestou R\$ 10,2 milhões. Diz o sócio majoritário da empresa: **“Então, tive a ideia de fazer a cogestão, busquei outras instituições e não encontrei nelas o apoio que encontrei no BNDES. [...] Nessa situação, tivemos todo o apoio da Anteag.”** **Empresa social e globalização: administração autogestionária: uma possibilidade de trabalho permanente.** [Prefácio de Paul Singer]. Anteag, São Paulo, 1998. p. 115-129. Este documento é um registro do III Encontro Nacional da Anteag, realizado em São Paulo, nos dias 30 e 31 de maio de 1996.

recuperação de empresas, constrói uma “metodologia” ou um “modelo de autogestão”, estabelece relações com outros atores, como Sindicatos, Bancos de Desenvolvimento, Secretarias de Estado, universidades etc., contando em meados do ano 2.000 com cerca de setenta experiências associadas.⁶²²

A relação com as instituições de crédito ou fomento dá-se desde o surgimento da Anteag, ou mesmo antes. Inicialmente, através da experiência da Makerli abriu-se uma possibilidade de financiamento de novos projetos através do Banespa, então sob o Governo Fleury (PMDB, 1991-1994). Mas essa instituição já estava endereçada aos interesses privatizantes que foram à tônica dos anos 90, o que efetivamente aconteceu logo no início do governo Covas (1995-1998). Era necessário, portanto, encontrar novas fontes de financiamento.

Neste momento, está em andamento a falência da empresa Bracofix, em Sumaré/SP, e os trabalhadores propõem a recuperação da empresa inspirados na experiência da Makerli. Dentre os trabalhadores da Bracofix, que depois se tornaria a Skillcoplast, estava Tiago Nogueira, dirigente da CUT e representante da Central no Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT).⁶²³ Isto abriu algumas possibilidades,

⁶²² Apresentamos ao final desse capítulo um quadro de exemplos de experiências de fábricas recuperadas no Brasil, em andamento ou já encerradas, tanto para esse período inicial como nos dias atuais, a partir de informações levantadas pelo autor.

⁶²³ O Fundo de Amparo ao trabalhador (FAT) foi fundado em 1990, a partir da regulamentação do artigo 239 da Constituição, que definiu a criação do seguro-desemprego. O FAT contava inicialmente com os recursos do Pis/Pasep para financiar o seguro desemprego. As atribuições do FAT foram, no entanto, ampliadas, passando a financiar, além do seguro desemprego, a intermediação de mão de obra e a formação profissional. Além disso, foram aplicados, junto aos agentes oficiais de crédito, em recursos em programas de geração de emprego e renda (Proger), a partir de 1995. Constitucionalmente, 40% dos recursos do FAT são aplicados no BNDES e nas instituições oficiais de crédito (BB, CEF, BNB). Emprego e Renda. DESEP/CUT. São Paulo, n. 2, novembro de 1999. (Essa revista do Desep/CUT foi, ela própria, financiada por recursos do FAT).

como nos informa o próprio Tiago Nogueira, que se tornou o primeiro presidente da Anteag.

A minha participação na autogestão se dá como representante da CUT no FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador). Hoje sou suplente, mas durante cinco anos fui titular do Conselho Deliberativo do FAT, o que abriu portas para contatos em instituições como o BNDES. [...] A Brakofix, altamente organizada e sindicalizada, onde eu trabalhava na época, entrou num processo semelhante ao da Makerli. Fomos procurá-los para conhecer melhor a experiência. Queríamos assumir a empresa. Com os contatos que eu tinha, fomos ao BNDES que, depois de um ano, liberou recursos para um nova empresa, a Skilcoplast e, na mesma ocasião, para a Coopertêxtil. Foi a primeira operação do BNDES com empresas autogestionárias.⁶²⁴

Além do BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, outra fonte de financiamento importante para a Anteag foi a FINEP, Financiadora de Estudos e Projetos (MCT), senão através da abertura de crédito para as empresas recuperadas, pelo menos para o custeio do corpo técnico e para a realização dos encontros anuais da Associação.⁶²⁵ No IIIº Encontro Nacional da Anteag, realizado em maio de 1996, já sob o governo Mário Covas (PSDB, 1995-1998), fica latente a importância que esse acesso aos fundos de financiamento tinha

⁶²⁴ Autogestão: uma nova cultura... Anteag. Op. cit., p. 114. Além das duas empresas citadas, o BNDES realizou operação de financiamento para as empresas recuperadas FACIT (Juiz de Fora/MG); Cobertores Parayba (São José dos Campos/SP); Hidro-Phoenix (Sorocaba/SP); e Frunorte (Vale do Assú/RN). Mais recentemente, para a Uniforja.

⁶²⁵ “Sem medo de errar, é possível afirmar que, em determinado momento, a Finep salvou a Anteag de uma profunda crise financeira que ameaçava inviabilizar o projeto em seu conjunto. O financiamento liberado para capacitação significou o custeio do corpo técnico...”. Id. *Ibid.*, p. 138-9.

para as empresas recuperadas e para a Associação.⁶²⁶ Logo na primeira mesa do Encontro, o Secretario do Emprego e Relações de Trabalho do Governo de São Paulo, Walter Barelli, anuncia a assinatura de um convênio com a Anteag, com interveniência do banco do Brasil, “para atuarem conjuntamente no Programa de Geração de Emprego e Renda do Estado de São Paulo.” Desta forma, a Anteag consolida uma estratégia que já vinha sendo desenhada nos primeiros Encontros⁶²⁷, a de constituir-se como uma assessoria ou consultoria para a elaboração de projetos e intermediação destes com agências de fomento. Para os órgãos de fomento, os interesses estavam claramente definidos:

Nós estamos caminhando para um novo mundo onde o modelo de autogestão deverá ser mais a norma do que um acidente. Na verdade, a gestão participativa é a tendência do mundo e essa é uma das lições que temos aprendido.

A Finep espera transformar a autogestão em um grande negócio, e por isso ela está disposta a investir, mas não apenas porque ela acha que vai gerar empregos, e sim

⁶²⁶ Representantes da Finep fizeram parte de três das cinco mesas do encontro, e do BNDES em duas mesas. Apenas uma contou com representante de experiências. O 3º Encontro Nacional da Anteag foi publicado com o título: **Empresa Social e Globalização: Administração autogestionária: uma possibilidade de trabalho permanente.** Anteag, São Paulo, 1998. [prefácio de Paul Singer]. Nesta obra, encontram-se as principais intervenções realizadas no Encontro.

⁶²⁷ No Segundo Encontro, em 1995, em que o autor acompanhou, estavam representadas 19 empresas ou projetos de recuperação de empresas falidas, 11 sindicatos, o Movimento Sem Terra e o Fórum de Mutirões de São Paulo. Os representantes dessas últimas instituições e um membro da Comissão de fábrica da Peticamps, Arsênio Rodrigues, procuram, em alguns momentos, discutir a autogestão também sob o ponto de vista de classe. Num destes raros momentos, por exemplo, o trabalhador da Peticamps explicitou seu entendimento de que “as empresas em autogestão são uma resposta ao neoliberalismo, mas não são o objetivo dos trabalhadores, que é o socialismo.” Mas este tema logo deu lugar a outro, pois o tempo dedicado para a exposição das experiências era apertado. Além das discussões internas, os temas principais versaram sobre as formas de financiamento, o papel do Estado e do movimento sindical em relação às empresa recuperadas.

porque ela acredita que vai ganhar dinheiro num processo onde o emprego é apenas um dos resultados.⁶²⁸

...fundamentalmente, vejo além da questão da produtividade dois efeitos importantes da autogestão sobre a criação e manutenção do nível de emprego. De um lado, há a questão da introdução de uma certa flexibilidade do salário real, e de outro lado, há o compromisso com o emprego. A questão da flexibilidade salarial é bastante óbvia, pois resulta do fato de que o trabalhador é ao mesmo tempo assalariado e proprietário, o que faz com que muitas vezes ele aceite uma remuneração mensal menor do que teria se fosse um assalariado convencional.⁶²⁹

As instituições de fomento serão importantes nesse momento inicial da Anteag e das empresas recuperadas, sem que se possa dizer que aquelas influenciasssem no modelo de autogestão desenvolvido pela Associação. O que se pode adiantar, no entanto, é que o discurso desses representantes das instituições de fomento, envolvendo a administração participativa, a priorização no negócio, a flexibilização das relações de trabalho que esse tipo de associativismo proporciona, etc., não estava muito distante do ideário da Anteag.

Mas a Associação e as empresas recuperadas não podiam depender dessas instituições que estavam, ao fim e ao cabo, submetidas à política implementada pelo Partido da Social Democracia Brasileira, e que assim permaneceram durante toda a década. Ao que parece, a pretensão da Anteag era a de se constituir como uma espécie de filtro ou caminho obrigatório entre os novos projetos e essas instituições de fomento, assumindo

⁶²⁸ Lorival C. Mônaco, representante da Finep, no III Encontro Nacional da Anteag. In.: **Empresa social e globalização...** Op. cit., p. 5-8.

⁶²⁹ Paulo Favaret Filho, representante do BNDES no III Encontro Nacional da Anteag. Id. Ibid., p. 18-25.

para isso a tarefa de preparar os projetos e, caso se verifique a necessidade de crédito, acionar as fontes existentes. Isto poderia se dar, por exemplo, através vinculação entre a liberação dos recursos e “estudos de viabilidade” realizados pelos técnicos da Associação, mecanismo que chegou, aliás, a ser esboçada. Mas para isso não poderia depender de um compromisso frágil com tais instituições (em especial com o BNDES). Acreditamos que foi com este objetivo que a Anteag resolveu, por volta de 1998, pela criação do Banco de Desenvolvimento da Autogestão (BDA), que, no entanto, não teve prosseguimento.⁶³⁰

De todo o modo, as empresas recuperadas foram trilhando seu caminho durante a década de 90, e a Associação foi consolidando seu espaço e ampliando suas relações com outras instituições e governos. Por exemplo, no VIº Encontro Nacional, já comparecem representantes da Unitrabalho, Rabobank (Holanda), Secretaria de Formação do Ministério do Trabalho, ICCO (*Interchurch Organization for development Cooperation* – Holanda) e *Institute of Social Studies* (ISS – Holanda), entre outros, além da aproximação realizada com várias prefeituras, sobretudo do estado de São Paulo.⁶³¹

Sobre o “modelo de autogestão” da Anteag, ele não apenas inclui, como vimos, a prática da cogestão, como também não vai muito além desta perspectiva. Vamos ver isso mais de per-

⁶³⁰ “Segundo ele [Aparecido de Faria], um dos planos da Anteag é formar uma organização não governamental financeira, que se transformaria em banco em dois ou três anos. A instituição já tem pelo menos o nome: Banco de Desenvolvimento da Autogestão. Enquanto ela não se concretiza, uma conta no BB espera pela contribuição de empresas que já passaram pelo processo e que queiram emprestar às outras. Esse fundo tem R\$ 40 mil. A estimativa de Faria é atingir R\$ 500 mil em um ano e, a partir de R\$ 200 mil, apresentar esses recursos como garantia de financiamento ao BNDES.” Estado de São Paulo, 30/10/1999.

⁶³¹ Dentre as negociações mantidas com prefeitos, são citados: Palocci (Ribeirão Preto/SP); Toninho (Campinas/SP); Newton Lima (São Carlos/SP); Edinho (Araraquara/SP); Gilmar (Franca/SP) e Edimilson (Belém/PA). Boletim Autogestão. **Anteag**, n. 5 – dezembro 2000/janeiro 2001. p. 11.

to, apresentando em grandes traços a ideologia da Anteag. De uma forma geral, amparado na perspectiva de geração de trabalho e renda, pode-se dizer que o discurso inaugural da Anteag procura articular dois vetores de práticas: primeiro, as práticas resultantes dos quadros técnicos e gestores dos empreendimentos, articulando a participação dos trabalhadores na propriedade das empresas (ESOP – *Employee Stock Ownership Plan*) com a valorização dos critérios de eficácia econômica, de viabilidade e competitividade das experiências; segundo, a Associação incorpora do discurso sindical o tema da autogestão e do controle dos trabalhadores sobre o processo de trabalho. Do ponto de vista dos trabalhadores, longe de resultar numa equação simples, do discurso da Anteag resulta um campo fértil para o desenvolvimento de relações ambíguas no interior das fábricas recuperadas entre os gestores e os produtores imediatos.

Já mencionamos que os membros fundadores pretendiam fazer da Associação, dentre outras coisas, uma consultoria para projetos de transferência da propriedade das empresas para os trabalhadores, na qual a relação estabelecida com os organismos de crédito e fomento seria um dos elementos chaves. Esse projeto é apresentado pela Anteag nos seus materiais de divulgação, quando informam que:

A consultoria da Anteag pode proporcionar uma estrutura organizacional com a máxima eficiência, base necessária para enfrentar as rápidas mudanças que a organização dos trabalhadores e das empresas exige. [...] Consultoria não é trabalho temporário. Nossa principal função é estudar e acompanhar projetos de viabilidade econômico/financeira com o objetivo de manter o emprego. [...] Se os trabalhadores então dispostos a assumir o controle acionário da empresa nós desenvolvemos o projeto.⁶³²

⁶³² Folder: Anteag. s/d. Neste documento, afirma-se explicitamente que “a coordenação

Ao apresentar-se como uma consultoria em autogestão, a Anteag está dando prosseguimento à orientação perseguida pela assessoria realizada no caso Makerli, quando o ainda técnico do Dieese, Aparecido de Faria, apresentou a possibilidade de re-alizar no Brasil um modelo de autogestão inspirado no ESOP americano. Conforme informou-nos o próprio técnico,

Nós sempre usamos o ESOP como um modelo inicial, sempre dando o exemplo. O exemplo é o seguinte: esse negócio de autogestão não é novidade, isso aí existe na Inglaterra, existe nos Estados Unidos, na Espanha... Mas só que nós vamos adaptar o modelo em função de gerar emprego e renda, dentro de um sistema capitalista, mas que o trabalhador possa ter consciência e tal. E que todos são sindicalizados. Isso aí não é o ESOP, [porque] no ESOP todo mundo é anti-sindical. Então, é uma adaptação de um modelo, de um modelo dentro do sistema capitalista, só que adequando às nossas necessidades, sem perder a sensibilidade nossa do social, do político e tal.⁶³³

A consultoria da Anteag teve, portanto, como inspiração primeira o modelo do ESOP, adaptando-o para uma modalidade de geração de emprego e renda a partir das fábricas falidas. A criação do ESOP nos Estados Unidos seguiu uma orientação claramente antissocialista, com a preocupação evitar as lutas sociais mediante a distribuição da propriedade do capital por um grande percentual da população. O seu idealizador, Louis O. Kelso, procurador da cidade de San Francisco, fundou para este fim um banco de investimento para financiar a compra pelos trabalhadores das ações das empresas, sendo estimulado no

dos projetos é feita pela Anteag, que cumpre o papel dos ESOPs no Brasil”.

⁶³³ Aparecido de Faria, diretor da Anteag. Entrevista concedida ao autor no dia 16 de abril de 1995 nas dependências da Cerâmica Matarazzo, São Caetano/SP, na época uma experiência de empresa recuperada.

Congresso norte-americano pelo senador Russel Long, que rapidamente disseminou-o para outros estados. Para Sérgio Storch, na sua reflexão sobre as formas alternativas de empresas industriais, o ESOP consiste numa proposta no campo do cooperativismo que, “embora compatível com um projeto de socialismo autogestionário, não pressupõe necessariamente transformações radicais nas estruturas econômica e política da sociedade, e é plenamente viável em contextos capitalistas.”⁶³⁴

João Bernardo insere o ESOP na sua análise das manifestações contemporâneas das ações sindicais na reprodução do capitalismo, o que denomina capitalismo dos sindicatos.⁶³⁵ No caso americano, o ESOP serve como “enquadramento legal e institucional” para a aquisição de ações e participação dos sindicatos no conselho de administração das empresas. A partir dos incentivos fiscais e juros subsidiados por lei, o ESOP relaciona-se diretamente com a administração da empresa que terá suas

⁶³⁴ STORCH, Sérgio. Uma perspectiva estrutural sobre cooperativas industriais. In.: **Participação e participações**: ensaios sobre autogestão. Fernando C. Prestes Motta [et.al.] Roberto Venosa [org.] São Paulo: Babel Cultural, 1987.p. 61-91. Algumas informações sobre o ESOP foram obtidas também em: What is an ESOP? Dossiê Makerli, s/d. **Diesse**, sub-seção do Sindicato dos Químicos de São Paulo.

⁶³⁵ BERNARDO, João. **Capital, sindicatos e gestores**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1987. (Biblioteca do Futuro, 6). Para o autor, as estruturas sindicais atuam na perpetuação do capitalismo na medida em que “mantém a luta dentro dos limites do negociável”, servindo como “gestores do mercado de trabalho” e integrando-se, por isso, “nas classes capitalistas que em conjunto organizam o processo de exploração e geram o seu funcionamento”. Além disso, verifica que os sindicatos têm-se convertido muitas vezes em “patrões capitalistas”, quando aplicam as cotizações dos trabalhadores não em atividades anticapitalistas, mas “em conexão” com as ações capitalistas. O desenvolvimento do capitalismo dos sindicatos resultou de um duplo movimento: “Num primeiro movimento, é o controle exercido pelos dirigentes sobre a força de trabalho, para mantê-la encerrada nos limites do capital, que possibilita o desenvolvimento do capitalismo dos sindicatos. Num segundo movimento, é nas empresas inseridas no capitalismo dos sindicatos que o controle sobre a força de trabalho pode chegar à formas extremas.” João Bernardo apresenta as manifestações contemporâneas do capitalismo dos sindicatos na Alemanha, Israel, Suécia, Estados Unidos, Venezuela, México e Reino Unido. (p. 13-57)

ações adquiridas total ou parcialmente pelos trabalhadores. O ESOP contrai um empréstimo bancário no valor do montante das ações adquiridas da empresa, retendo-as em forma de *trustee* dos trabalhadores. A empresa, então, deduz dos salários uma percentagem que será destinada ao ESOP, que quita o empréstimo e reparte as ações entre os trabalhadores. O “verdadeiro controle” sobre esse processo é exercido pelo próprio ESOP; pelos dirigentes sindicais, porque participam na tomada de decisões na empresa; e pelos administradores da empresa, uma vez que “os trustees do ESOP são gestores da própria companhia, ou então gestores bancários nomeados pela sua administração”. Assim sendo, “a participação dos trabalhadores neste plano resume-se, portanto, em financiar a aquisição das ações, cuja propriedade formal pagam com uma redução praticada nos salários.”⁶³⁶ Ainda que financiem a aquisição das ações das empresas, “só num sentido humorístico” poderão considerar-se os verdadeiros proprietários do capital. Nesta análise, a questão da propriedade é, portanto, secundária, isto é, não é suficiente a sua transformação de propriedade individual ou particular em propriedade coletiva. Para saber se estas ações se pretendem anticapitalistas, é preciso verificar como resulta a forma de controle sobre o processo produtivo.⁶³⁷

Levando-se em conta as implicações que envolvem o ESOP, podemos então retomar a nossa exposição do modelo da Anteag. Havíamos mencionado que a tentativa de conjugação entre as práticas dos gestores e trabalhadores resultava num campo fértil para as expressões ambíguas das relações sociais no interior deste modelo de autogestão. Durante esta primeira fase, a As-

⁶³⁶ Id. *Ibid.*, p. 27-28.

⁶³⁷ “A substituição da propriedade individual e particular por uma forma de propriedade coletiva a uma instituição, seja esta o Estado, o exército, um sindicato, exige desde logo que perguntemos: quem controla e gere tal instituição? É essa a questão crucial para saber se dadas modificações eliminam o capitalismo ou o reproduzem.” Id. *Ibid.*, p. 9.

sociação formulou seus objetivos em três pontos que sintetizam essas ambiguidades:

1º Amenizar o problema social. O objetivo social primordial do projeto de autogestão é recuperar parcialmente a mão de obra desempregada. Consequentemente, este objetivo não significa ‘fazer caridade’, e sim buscar o compromisso das pessoas em relação a um trabalho de inteligência coletiva/social.

2º Um segundo objetivo é mostrar à sociedade em geral e ao patronato em particular que os trabalhadores são capazes, responsáveis e inteligentes. [...] O grande objetivo da autogestão é mostrar que os trabalhadores são capazes e competentes para administrar suas empresas com transparência, democracia e responsabilidade.

3º Um terceiro objetivo é ser lucrativo. Os trabalhadores vão usufruir coletivamente do lucro e dar-lhe uma destinação social/coletiva. Para isso os projetos produtivos têm que ser viáveis econômica/ financeiramente.⁶³⁸

Esses objetivos poderiam ser fartamente explorados em termos de análise de discurso, examinando-se, por exemplo, as variações nos termos empregados (mão de obra, trabalhadores, pessoas), no significado que carrega a intenção de fazer o patronato perceber que os trabalhadores são capazes e inteligentes, etc. O que pensamos ser importante destacar é essa proposta de equacionar a posse coletiva dos meios de produção pelos trabalhadores com a assimilação simultânea dos critérios de eficácia do capital. Ou seja, a busca do lucro e da viabilidade econômica demonstrariam que os trabalhadores são capazes administrativamente, tanto quando o patronato, ou mais, pois aí os lucros teriam destinação

⁶³⁸ Nosso modelo de autogestão. Anteag. Documentos do II Encontro Nacional da Anteag. Maio/95. p. 5.

social/coletiva. Trata-se de uma equação que só pode dar lugar à ambiguidade, pois se a classe trabalhadora apodera-se dos meios de produção coletivamente e desenvolve uma forma de gestão baseada no coletivo, de forma autogestionária, os critérios de eficácia social da produção não podem ser os mesmos de uma gestão pautada na propriedade individual e na busca do lucro.

O modelo de autogestão da Anteag, ao invés de partir do reconhecimento dessa natureza híbrida das cooperativas industriais desenvolvidas no interior do capitalismo, procura dirimir as contradições que encerram essas experiências de recuperação de empresas em que os trabalhadores laboram na condição de proprietários dos meios de produção. Assim, por exemplo, no modelo de autogestão da Anteag, os conflitos recebem um tratamento especial, pois

...mesmo numa fábrica gerenciada pelos trabalhadores, os conflitos continuarão existindo. O sistema é capitalista, de conflitos e a fábrica é capitalista, competitiva e que objetiva, em última análise, maximizar a mais-valia. Porém, a maneira como os conflitos são tratados é diferente. As Equipes de Trabalho por fábrica e o Sindicato dos Trabalhadores têm um papel fundamental no projeto.⁶³⁹

Sem dúvida que o sistema é capitalista, de exploração econômica da força de trabalho que Marx desenvolveu teoricamente com o conceito de mais-valia. E como o modelo da mais-valia é aberto aos conflitos sociais⁶⁴⁰, as fábricas recuperadas pelos

⁶³⁹ Anteag. Nosso modelo... Op. cit., p. 5.

⁶⁴⁰ “A estrutura do modelo da mais-valia é a de uma relação social, entendida como movimento de tensão entre dois pólos. Num extremo temos a submissão da força de trabalho ao capital: o tempo de trabalho incorporado na força de trabalho é a formação e a reprodução dessa força de trabalho, mediante o consumo de bens materiais e serviços permitido pelo montante da remuneração recebida; só na sequência do assalariamento pode a força de trabalho incorporar em si tempo de trabalho mediante o consumo de bens. No outro extremo temos a apropriação pelo capital do produto

trabalhadores não estão deles imunes. Mas então, sendo a fábrica dos trabalhadores uma “fábrica capitalista”, pode-se chegar à formulação de que aí os trabalhadores buscam maximizar a mais-valia, o que quer dizer que buscam maximizar a própria exploração. Esse parece ser um dos pontos cimeiros a que chega o modelo de autogestão da Anteag, ao pretender alinhar o campo das práticas dos trabalhadores ao ideário capitalista, pela transformação dos trabalhadores nos seus próprios exploradores. Singer chega a uma formulação semelhante, quando afirma que nas cooperativas os trabalhadores podem “se autoexplorar menos”.⁶⁴¹

Interessa-nos reter aqui a ideia de que, nas fábricas recuperadas, o conflito persiste, podendo-se presumir pela nova situação da propriedade da empresa que os conflitos são de outro tipo, ou pelo menos devem ser tratados diferentemente. Não vamos nos deter nos argumentos que procuram caracterizar estes conflitos como sendo resultantes dos processos democráticos instaurados nas fábricas recuperadas, para ao final o reduzirem a uma questão de relacionamento interpessoal.⁶⁴²

do processo de produção: o produto em que a força de trabalho incorpora tempo de trabalho é-lhe socialmente alheio, pertence ao capital, que começou por assalariá-la; e o assalariamento surge assim como possibilidade de reproduzir o modelo, permitindo à força de trabalho consumir algo do que produziu, para poder produzir de novo.” O modelo da mais-valia é aberto aos conflitos sociais na medida em que o elemento articulador dos dois pólos dessa relação é a força de trabalho entendida como capacidade de ação, e é essa “ação da força de trabalho que ao mesmo tempo institui a equivalência pela incorporação do tempo de trabalho, e implanta o conflito, pela defasagem entre os tempos de trabalho incorporados. Esta privação exprime a privação em que a força de trabalho se encontra relativamente ao controle do processo de trabalho, do destino do produto e do seu consumo.” BERNARDO, João. **Economia dos...** Op. cit., p. 15-62.

⁶⁴¹ SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In. Paul Singer & André R. de Souza. **A economia...** Op. cit., p. 17. Voltaremos a esse tema adiante.

⁶⁴² “Nas fábricas autogeridas as crises e conflitos não serão eliminados. Onde convivem duas ou mais pessoas há conseqüentemente a possibilidade de crises e conflitos. Quem acredita em democracia tem que admitir o permanente choque de interesses e viver o conflito...” **Anteag**. Modelo de Contrato Coletivo. Documentos do II Encontro

O que nos interessa é verificar de que maneira o modelo de autogestão da Anteag alinha-se numa nova perspectiva para o movimento operário e suas organizações de classe. Para chegar a isso, a Anteag situa o surgimento das fábricas recuperadas como resultado da “crise conjuntural/estrutural do sistema capitalista aliada à incapacidade administrativa empresarial”⁶⁴³, relacionada por sua vez à reestruturação produtiva capitalista que desencadeou a busca por novos patamares de produtividade e competitividade nas empresas. No cenário dessa “terceira revolução industrial”, o desemprego emerge como um dos principais problemas. Assim,

Diante deste quadro ‘revolucionário’ que está mudando, por um lado, o comportamento das empresas e, por outro lado, eliminando as menos competitivas e atrasadas tecnologicamente, causando um volume de desemprego que podemos já chamar de estrutural, há a exigência de uma atitude reativa positiva por parte dos trabalhadores. [...] Para se enfrentar essa ‘revolução’ silenciosa, picante e racional, não se pode mais pautar pelo caminho clássico do enfrentamento, da emoção.⁶⁴⁴

Não adianta continuar sonhando com o socialismo do ano 2000 e morrer na praia junto com milhares de desempregados, sem falar das consequências do desemprego para as gerações futuras. Por que então não assumir a propriedade social dos meios de produção através do coletivo dos trabalhadores?⁶⁴⁵

Como se vê, não se está apenas propondo aos trabalhado-

Nacional dos Trabalhadores em Empresas em Autogestão. Maio/1995.p. 4.

⁶⁴³ **Anteag.** Como salvar o emprego. Documentos do II Encontro Nacional dos Trabalhadores em Empresas em Autogestão. Maio/1995.

⁶⁴⁴ **Anteag.** Reestruturação industrial e autogestão. Documentos do II Encontro Nacional dos Trabalhadores em Empresas em Autogestão. Maio/1995. p. 14.

⁶⁴⁵ **Anteag.** Como salvar o emprego. Op. cit., p. 4.

res, como estratégia para esse momento de crise no emprego, a luta pela reabertura de fábricas falidas através da propriedade coletiva dos meios de produção. O que se sugere é a caducidade ou ineficácia das formas de luta dos trabalhadores contra o modo de produção capitalista e, ato contínuo, o abandono da luta pelo socialismo. A autogestão da Anteag não pretende inscrever-se na trajetória histórica das lutas sociais no Brasil, o que poderia representar uma contribuição importante na medida em que re-coloca o problema da luta dos trabalhadores pelo controle dos meios de produção como uma condição fundamental para a realização do socialismo. Ora, não é isso que se pretendeu com a criação da Anteag como consultoria para os projetos de recuperação de empresas. O que se buscou foi aproveitar a oportunidade aberta pela crise do capitalismo e pela quebra de empresas para desenvolver um modelo de recuperação de fábricas que não vai muito além da propriedade coletiva dos meios de produção. Com isso, o modelo da Anteag circunscreve a autogestão aos critérios técnicos formais de participação dos trabalhadores na gestão do processo de trabalho.

Dito de outra maneira, o modelo de autogestão da Anteag articula, por um lado, elementos ideológicos decorrentes de práticas anticapitalistas, onde a gestão da empresa é exercida, por exemplo, através da “participação direta dos trabalhadores na tomada de decisões e no controle dos meios de produção”⁶⁴⁶; por outro lado, elementos ideológicos que expressam uma forma transformada de realização das práticas do capital, em que a participação dos trabalhadores está subsumida à “capacidade/conhecimento” dos capitalistas na gestão dos processos econômicos, o que implica, por exemplo, numa hierarquia de decisões: “numa empresa há diferentes níveis para se tomar decisões. As decisões no fluxo produtivo (operacionais) são tomadas em cada

⁶⁴⁶ **Anteag**. Nosso modelo... Op. cit., p. 8.

equipe de trabalho, via coordenadores. [...] As decisões técnico/administrativas são tomadas pela diretoria e administração da empresa. A diretoria foi votada para administrar e decidir.”⁶⁴⁷ Isto fica ainda mais claro a partir de um exemplo prático:

Você têm uma fábrica capitalista, que nós não temos experiência de administrar uma fábrica capitalista. Então, tem que botar um capitalista pra administrar num conceito capitalista. Porque tem concorrência; tem que saber trabalhar no mercado. Aí você contrata um profissional e diz o seguinte: ‘a sua função aqui vai ser essa: vai ganhar dinheiro pra nós, dentro de um mercado capitalista’. E aí o cara vai fazer isso, ele vai ganhar dinheiro. Mas só que não têm o poder, ele decide dentro do limite. [...] Mas ele vai administrar os conflitos capitalistas, as concorrências.⁶⁴⁸

⁶⁴⁷ Id. *Ibid.*, p. 6.

⁶⁴⁸ Aparecido de Faria. Entrevista concedida ao autor no dia 16/04/1995. Este diretor da Anteag assim nos relata a contratação do administrador para a Coopervest, uma unidade de produção que pertencia ao Grupo Vila Romana, em Aracajú/SE, experiência já mencionada aqui: “Nós estamos pegando um cara para mandar pra Aracajú. Ele vai custar cinco mil reais (aproximadamente cinco mil dólares) e mais participação no resultado. Mas é o cara que chega lá e fala assim: ‘eu vou ganhar pra vocês 2 milhões de dólares em termos de lucro, que eu quero 2% no fim do ano’. Quer dizer, ele não falou percentual, ele só falou que ele quer participação no resultado, porque os cooperados também vão participar no resultado. E ele quer autonomia pra poder administrar. Ele quer administrar o negócio pra ganhar dinheiro, e conhece tudo de confecções e têm contato lá no mundo empresarial e tal. Só que é de uma razoável confiança.” E na cerâmica Matarazzo: “São seis equipes de trabalho, no sentido horizontal, que vão determinar a política da fábrica. Essas reuniões são feitas fora do ambiente de trabalho. E tem a gestão profissional que toca a empresa como uma empresa capitalista qualquer, dentro de um projeto, para implementar um planejamento que é determinado pelos trabalhadores. E a Anteag é a consultoria.” Em outra fábrica, a Cobertores Parahyba, também gerida por administradores profissionais, nos informa o presidente da Associação dos Funcionários que: “Por força dos Estatutos, o Conselho da A.F.F.C.P. nomeou para gerir a fábrica três profissionais de nível superior, pelo prazo de dois anos, podendo ou não serem reconduzidos para os cargos. Esses profissionais exerciam funções de dirigentes em empresas capitalistas (S/A’s), eles sempre cumpriram suas funções em empresas capitalistas, e como você sabe,

Essa separação entre a esfera de gestão propriamente dita e a esfera de participação dos trabalhadores, geralmente restrita à forma de realização das tarefas no processo de trabalho, nos permite situar este modelo da Anteag para as fábricas recuperadas no interior do campo da participação dos trabalhadores e, nesse, no seu ponto mais avançado que é a cogestão. Este tipo de participação funcional significa, em última análise, que não se trata de assumirem os trabalhadores o poder da empresa, mas de manterem uma relação de proximidade em relação ao poder. A participação dá-se numa atividade já existente, isto é, em que vigora a divisão do trabalho e a separação entre dirigentes e dirigidos no processo de produção material. Uma das instituições centrais da cogestão é o comitê de empresa, espaço institucionalizado de comunicação entre base e cúpula e para onde serão canalizados os conflitos internos.⁶⁴⁹

Deve-se levar em conta que o conceito de cogestão surge das experiências desenvolvidas nos países de capitalismo avançado na segunda metade do século XX, realizadas geralmente sem alteração nas relações de propriedade das empresas, o que coloca o fenômeno das fábricas recuperadas no Brasil em um nível superior em termos de possibilidades para a participação dos trabalhadores. No caso das cooperativas de resistência, os associados ou cooperados podem, por exemplo, em assembleia, decidir pelo encerramento das atividades da empresa, ou pela

‘o uso do cachimbo faz a boca torta’. Esses dirigentes trazem vícios adquiridos para as empresas autogeridas, por isso gostam de ser ouvidos, mas abominam ouvir os companheiros.” Clementino de Faria. Carta ao autor. 08.08.95.

⁶⁴⁹ Segundo Fernando Motta, “a participação tem tantos significados quantos são os contextos específicos em que se desenvolve. Evidentemente, a primeira reflexão sobre o termo já evoca o fato de que não se trata de assumir um poder, mas de ter, de alguma maneira, algum nível de proximidade em relação a esse poder.” MOTTA, Fernando C. P. **Participação e cogestão**: novas formas de administração. São Paulo: Brasiliense, 1992. p. 11. Sobre esse tema, ver também TRAGTENBERG, Maurício. **Administração, poder e ideologia**. São Paulo: Moraes, 1980. p. 44-95.

demissão do quadro gestorial. Aliás, esse é um dos argumentos utilizados pelas instituições financeiras para restringir o acesso das cooperativas ao crédito.

Ao mesmo tempo, porém, a condição de proprietários da empresa e a existência de mecanismos formais de participação e resolução dos conflitos impactam, pelo menos por certo período, na motivação dos trabalhadores, na sua disposição para a realização das atividades produtivas. Detentores da propriedade da empresa em que laboram, com mecanismos institucionais para o tratamento dos conflitos internos, as energias dos trabalhadores podem assim ser canalizadas para o aumento da produtividade e a melhoria da qualidade dos produtos.⁶⁵⁰ Paul Singer entende esse processo da seguinte maneira:

O salvamento dessas empresas se explica basicamente pela mudança nas relações sociais de produção que sua transformação em cooperativas acarretou. A distinção entre capital e trabalho foi apagada. Na autogestão, to-

⁶⁵⁰ “Em processo de transição para a autogestão, a Cerâmica Matarazzo, de São Caetano, tinha produção de 180 mil metros quadrados de azulejos por mês. ‘Só com conversas, a produção subiu para 210 mil metros quadrados por mês’, relata Aparecido de Faria”. Folha de S.Paulo, 02/04/1994. cad-2; p. 4. Na empresa Sakai, uma fábrica de móveis para cozinha localizada na grande São Paulo, os trabalhadores empregaram o dinheiro do fundo de garantia para a compra de material. Para um trabalhador da empresa, no entanto, a situação “não mudou muito não, eu estou ganhando menos e acho que a responsabilidade é maior”. Revista **Atenção**. Ano 2., n. 4. março de 1996. p. 28-31. Na Cobertores Parahyba, segundo o presidente do sindicato, “nas vésperas de feriado eles costumavam correr para o sindicato atrás de umas folgas extras. Hoje nem passam mais por lá, ficam trabalhando”. Nessa fábrica, a “autogestão” reduziu o absenteísmo para zero, enquanto antes apresentava uma média de 8%. **Revista Isto É**. n. 1288, 8/6/1994. p. 88. Na Usina Catende, na Zona da Mata Sul/PE, tem-se verificado aumento de produtividade. **Carta Maior**, Agência de Notícias, 16/08/2004. Na Uniforja, além do aumento da produtividade, o assessor da Unisol Cooperativas aponta também os avanços obtidos na redução dos custos. Folha de S.Paulo, 29/07/2001. Na Cristais Cambé, transformada em cooperativa, “a produtividade da fábrica cresceu 25% desde o início da cooperativa e o número de faltas foi reduzido”. (Folha de S.Paulo, 08/08/1999).

dos os trabalhadores são sócios por igual da empresa: os gestores deixam de mandar nos que executam as tarefas, passando a coordená-los e assisti-los. Os cooperados elegem os responsáveis pela firma, cuja função é executar as diretrizes que o pessoal como um todo aprova.

É do interesse de todos que a produção seja efetuada com o máximo de eficiência. A folha de pagamento deixa de ser rígida. O pró-labore dos cooperados depende da receita obtida com a venda da produção, o que permite à empresa resistir a adversidades do mercado muito melhor do que outras, em que eventual atraso do pagamento dos salários é logo respondido com queda da produção.

A produtividade na cooperativa aumenta, e todo tipo de desperdício diminui, em virtude da maior motivação dos trabalhadores.⁶⁵¹

Pode-se perceber nessa formulação uma síntese das relações ambíguas que os trabalhadores vivenciam no interior das fábricas recuperadas. Antes de tudo, não é correto afirmar que as relações sociais de produção sofreram modificações nas empresas recuperadas. Sem dúvida que as relações de propriedade sofreu uma alteração sensível, e é bem possível que as relações de trabalho também tenham se modificado. As relações sociais de produção são as que caracterizam este modo de produção como modo de exploração, que determinam o prevalecimento da lei do valor, e a não ser que essas experiências consigam desenvolver-se sem qualquer contato com as instituições capitalistas, as relações sociais de produção permanecem capitalistas. Do mesmo modo, afirmar o desaparecimento da distinção entre capital e trabalho serve apenas para aumentar a motivação dos trabalhadores e aumentar-lhes a produtividade. O capital não desaparece com

⁶⁵¹ Folha de S.Paulo, 25/07/1998. Artigo: “A volta por cima”.

a mudança nas relações de propriedade, com a saída dos antigos proprietários capitalistas. O capital é uma relação social e as classes sociais definem-se pelas funções que ocupam no processo de produção, e não pelo título de propriedade. Se os padrões são o “capital personificado”, como definiu Marx, os gestores são o capital coletivo, e não dependem da propriedade exclusiva para levar adiante a realização dos processos de trabalho como processo de valorização, isto é, como processo de exploração. Voltaremos a tratar desta questão adiante, quando discutirmos se a economia solidária acena para um novo modo de produção.

A produtividade aumenta nos momentos iniciais das experiências de fábricas recuperadas, como se pode esperar. Já mencionamos anteriormente que isso se deve também ao fato de poderem lançar mão com facilidade dos mecanismos da mais-valia absoluta, isto é, da extensão da jornada de trabalho e do aumento do ritmo do trabalho. Além da redução dos desperdícios e das práticas de sabotagem a que os trabalhadores sempre lançaram mão e que são uma expressão dos conflitos sociais que tem lugar no interior das unidades produtivas. Mas o outro ponto central que explica essa possibilidade de recuperação dessas experiências é precisamente a flexibilização da folha de pagamento, mencionada por Singer acima.

Aparecido de Faria chegou a denominar isso de “reengenharia administrativa do ponto de vista do trabalhador, reduzindo custos e aumentando a eficiência operacional”⁶⁵², Essa reengenharia tem como um dos pilares a flexibilidade salarial. “Os salários ou retiradas, em última análise, dependem da produção e das vendas. Caso haja queda da produção e do faturamento haverá conseqüentemente redução proporcional nos salários e nas retiradas mensais.”⁶⁵³ Neste caso, a legislação cooperativista

⁶⁵² Anteag. Como salvar... Op. cit., p. 6.

⁶⁵³ Anteag. Modelo de contrato... Op. cit., p. 7.

apresenta uma vantagem para o modelo de autogestão da Anteag.

No processo [de reabertura da empresa] se decide se a nova empresa será um cooperativa (cotas iguais para todos em função do passivo trabalhista) ou uma associação (o trabalhador tem o controle e é operário e sócio da associação ao mesmo tempo), [...]. Ele [Aparecido de Faria] conta que incentiva o modelo de cooperativa porque reduz os encargos trabalhistas. O cooperado recebe por meio de pró-labore (remuneração por serviço prestado) com valor flutuante e não superior a 20% do faturamento.⁶⁵⁴

Neste aspecto, os gestores das fábricas recuperadas encontram algumas condições para a realização dos processos econômicos que a classe capitalista brasileira vem sonhando desde sempre, isto é, um quadro de trabalhadores comprometidos e motivados, conflitos devidamente tratados em canais formais instituídos e controláveis, apoio do sindicato e flexibilização da massa salarial.

Atualmente, esse modelo que embalou a criação e o desenvolvimento inicial da Anteag atravessa uma fase que nos parece ser de bifurcação. Por um lado, aprofundou-se certamente o seu caráter técnico, com a constituição de assessorias jurídica, contábil, etc.⁶⁵⁵ Por outro lado, pode-se perceber também alguns sinais e cuidados para com certas questões antes silenciadas (relação entre trabalhadores e direção dos empreendimentos, formas de participação ampliadas dos trabalhadores, diferença de remunerações, etc.) e a problematização de novos temas (a tecnologia

⁶⁵⁴ Folha de S.Paulo, 29/05/1995.

⁶⁵⁵ Em 2001, por exemplo, a Anteag define da seguinte maneira as experiências de fábricas recuperadas: "...consideramos empresa de autogestão os empreendimentos econômicos cuja gestão é exercida democraticamente pelos trabalhadores, organizados sob a forma de sociedade por cotas de responsabilidade limitada, sociedade anônima ou sociedade cooperativa..." Anteag. Economia solidária e democracia. In.: Economia Popular Solidária: alternativa concreta de radicalização da democracia, desenvolvimento humano, solidário e sustentável. II Fórum Social Mundial, Porto Alegre 2002.

adequada, independência em relação ao Estado e aos recursos públicos, ênfase maior na educação etc.).⁶⁵⁶ Pode-se falar de um processo de reelaboração interno do modelo da Anteag que parece apontar para um deslocamento em direção ao aprofundamento do significado político da autogestão enquanto projeto de emancipação da classe trabalhadora. Este processo está em curso, de maneira que é preciso acompanhar a sua cristalização numa nova síntese discursiva.⁶⁵⁷

Neste período de desenvolvimento da Anteag, Betinho e Paul Singer são mencionados de maneira especial como principais articuladores ou atores que contribuíram para o espaço social conquistado pela Associação. O primeiro foi o responsável por introduzir a Anteag nos projetos desenvolvidos pela Secretaria de Formação do MTE, durante o primeiro Governo Fernando Henrique. Daí nasceu um projeto de formação para os dirigentes das empresas recuperadas, denominado pela Anteag de “*MBA em autogestão*” (*Master Business of Administration*).

⁶⁵⁶ No 1o Congresso Brasileiro dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão (Resoluções, Anteag, 2003), por exemplo, podemos perceber as seguintes questões: os questionamentos ao papel do mercado para as empresas de autogestão; a necessidade de coerência entre meios e fins; a necessidade de impedir a contratação de assalariados com status diferenciado no interior das empresas recuperadas; ruptura com a lógica da “qualidade total”; a tarefa de politizar a tarefa de gestão e administração das empresas; a necessidade de colocar em discussão a relação saber-poder; a participação que vá além dos mecanismos formais; etc.

⁶⁵⁷ “A economia solidária e a autogestão têm se constituído atualmente como terreno de disputa. Decorrentes do processo de crescimento do número e do interesse por empreendimentos de autogestão, surgem novas perspectivas e, principalmente, novos problemas para a constituição e desenvolvimento dos projetos. No começo era fundamental conhecer os elementos básicos (os alicerces) da autogestão principalmente em suas dimensões econômicas, jurídicas, sociais e administrativas. Era questão de vida ou de morte promover a construção efetiva dos projetos e divulgar suas realizações...[...]. Agora, nossas ações requerem aprofundamento teórico e prático das questões relacionadas à autogestão e à economia solidária, à qualificação crescente no relacionamento com os projetos e à ampliação da área de atuação.” Anteag. 1º Congresso Brasileiro dos Trabalhadores... Op. cit., p. 23.

E Paul Singer, pelo menos desde 96, vem contribuindo para o desenvolvimento prático e teórico do campo da economia solidária, inclusive como membro do Conselho Nacional da Anteag.

Mas o impulso significativo das ações da Anteag vai se dar após o convênio realizado com o Governo Olívio Dutra, Rio Grande do Sul (1999-2002), através da Secretaria do Estado de Assuntos Institucionais (SEDAI), formalizado no Programa de Economia Popular Solidária. O Convênio Sedai-Anteag foi desenvolvido durante os anos de 2000 e 2001, no valor de R\$ 4 milhões.⁶⁵⁸ Os resultados desse programa não são precisos, mas pelos dados disponíveis encontramos um montante que varia entre 150 e 300 empreendimentos cooperativos e recuperação de fábricas falidas.⁶⁵⁹ A concepção do programa do Rio Grande do Sul e o da prefeitura de São Paulo, serão abordadas adiante.

Não resta dúvida, porém, que a divulgação do tema e o seu desenvolvimento teórico se devem em grande medida a Paul Singer, quem primeiro empregou no Brasil a expressão economia solidária. Inicialmente esse conceito delinea-se como um campo mais amplo do que as experiências de recuperação de empresas pelos trabalhadores, mas as inclui. Na nossa investigação, apuramos a aparição da expressão economia solidária no Brasil

⁶⁵⁸ Direitos Humanos, Políticas de Inclusão Social: 1999-2000. Governo do Rio Grande do Sul, 2001. p. 15.

⁶⁵⁹ Na obra *Autogestão e economia solidária: uma nova metodologia*. Anteag. São Paulo, 2004., são mencionados 320 empreendimentos, com um público atendido de 18 mil pessoas, em 129 municípios. Mas em atividade, apenas 144 empresas de autogestão, restando 87 em processo de constituição; em outro documento, *Autogestão em avaliação*. Anteag/IBASE, 2003, menciona-se o montante de 420 empreendimentos, com 18 mil postos de trabalho direto. Já o livro de Paulo Leboutte, *Economia Popular Solidária e Políticas Públicas: a experiência pioneira do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: ITCP/COOPE -Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, 2003, informa que, ao final de 2001, eram “301 experiências com 15 mil associados”. Vale registrar que Leboutte vem do movimento sindical cutista e participou como quadro técnico do programa gaúcho. Hoje, apresentação como “Técnico em Autogestão da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Coope/UFRJ.

no ano de 1996, primeiramente num artigo publicado por Paul Singer na revista *Teoria & Debate* do trimestre julho-setembro, sob o título: *Desemprego: uma solução não capitalista*.⁶⁶⁰ Neste artigo, após apontar para alguns limites das soluções tradicionais para o desemprego (formação profissional e o incentivo à criação de pequenos empreendimentos), Singer busca outra solução “não capitalista” para o desemprego, que consiste basicamente na constituição de um setor econômico protegido:

Para resolver o problema do desemprego é necessário oferecer à massa dos socialmente excluídos uma oportunidade real de se reinserir na economia por sua própria iniciativa. Para criar esta oportunidade, é preciso constituir um novo setor econômico, formado por pequenas empresas e trabalhadores por conta própria, composto por ex-desempregados, que tenha um mercado protegido da competição externa.⁶⁶¹

Esta proteção seria indispensável para garantir aos “novos pequenos negócios” um tempo de aprendizagem, até conquistarem eficiência e “clientela”. Uma forma para criar essa produção é a criação de cooperativas de produção e de consumo, que deveriam abranger amplos setores e poderiam criar uma moeda própria (a “sol”, de solidariedade). Esse setor deveria contar, além de um mercado protegido, de crédito solidário, formação profissional, centros de pesquisa, incubadoras, etc., pois “a debilidade da pequena empresa e do autônomo é o seu isolamento.” A cooperativa seria uma espécie de grande “franqueadora múltipla”, atuando em qualquer setor, possuída e comandada pelos próprios trabalhadores. Entende Singer que desta economia solidária poderia germinar um novo modo de produção:

⁶⁶⁰ SINGER, Paul. Desemprego: uma solução não capitalista. In.: **Teoria e Debate**, revista trimestral da Fundação Perseu Abramo, do Partido dos Trabalhadores. No. 32. jul/ago/set 96.

⁶⁶¹ Id. Ibid., ibidem.

A economia solidária deve ser um outro espaço livre para a experimentação organizacional porque só a tentativa e o erro podem revelar as formas que combinam o melhor atendimento ao consumidor com a auto-realização do produtor. Se estas formas organizacionais forem encontradas – elas certamente serão muito diferentes da empresa capitalista – haverá boa probabilidade de que elas sejam a semente de um novo modo de produção.⁶⁶²

Assim formulada, esta primeira aparição da economia solidária no Brasil dá-se numa perspectiva utópica, com a criação de outro setor econômico que “não há”. Mas trata-se de uma utopia capitalista, uma forma de remediar o problema do desemprego através das instituições desse próprio modo de produção.

Estas teses foram em seguida, de forma um pouco modificada, publicadas no jornal *Folha de S.Paulo* no mês de julho do mesmo ano, em dois artigos quase simultâneos: “*Economia solidária contra do desemprego*”, de 11 de julho de 1996; e “*Autogestão contra do desemprego*”, de 22 de julho. No primeiro, a partir da identificação de duas estratégias para a recuperação do emprego, a “macroeconômica” e a “microeconômica”, Singer desenvolve a economia solidária como uma espécie de política pública, centrada no campo da microeconomia. Constatando que não adianta proporcionar capital aos desempregados para que eles se autoempreguem em uma atividade por contra própria ou pequena empresa, Singer propõe “inserir os novos pequenos empresários num setor econômico especialmente projetado para maximizar suas chances de sucesso, o qual terá que se caracterizar pela solidariedade entre seus integrantes”. Essa solidariedade significa antes de tudo a prática de compras mútuas no interior desse “setor”, formado por eles próprios.

É claro que a economia solidária terá que ser bastante

⁶⁶² Id. Ibid., ibidem.

ampla para comportar grande diversidade de empresas industriais, comerciais e prestadoras de serviços, de modo que cada integrante possa satisfazer muitas das suas necessidades dentro dela. Mais do que isso, é vital que dentro da economia solidária haja competição entre empresas para que todas sejam estimuladas a oferecer produtos mais em conta e de melhor qualidade.

Nesta nova formulação, o mercado protegido, dotado de uma moeda própria, seria suficiente, de acordo com Singer, para tornar viável “uma segunda acumulação de capital, que reintegre a massa de desempregados à vida econômica, desde que ela seja criada e desenvolvida pelo poder público, com apoio dos setores organizados vitalmente interessados no combate ao desemprego.” Além desse mercado protegido, a economia solidária, ou a política pública de economia solidária, deverá oferecer crédito através de um Banco do Povo, treinamento e assistência tecnológica, informações e orientações. Ao final, Singer informa que esses e outros projetos se incluem na plataforma da candidata Luiza Erundina à prefeitura de SP, de quem havia sido secretário de planejamento na primeira gestão petista (1989-1992).

No segundo artigo, Singer trata especificamente desse “novo experimento social” em curso no Brasil, as empresas falidas que estão “operando em regime de autogestão ou cogestão”. Naquele momento, contando-se “mais de uma dezena” de experiências, afirma Singer que “o surpreendente é que os operários, sem experiência administrativa e sem conhecimentos especializados, tiveram êxito onde o capital privado fracassara.” A grande responsável por isso é a Anteag, que vem “forjando uma metodologia de reorganização e reestruturação de empresas”, através da atuação de “uma equipe de técnicos, educadores e consultores, especializada em desenhar, implantar e desenvolver projetos de auto e cogestão”. Singer não fala em economia solidária neste

artigo, mas afirma que as cooperativas (de produção, consumo ou crédito), ao lado das associações mutualistas de seguros e saúde, “constituem componentes de um modo de produção que tem o trabalho e o consumo – e não o lucro – por prioridade.”

Parece-nos que Singer articula nesses artigos duas perspectivas para a questão do desemprego, que dialogam de alguma maneira entre si. A primeira perspectiva busca uma forma alternativa de inclusão para o desempregado atomizado, através de políticas públicas que auxiliem e financiem o autoemprego ou pequenos empreendimentos, que podem ir, por exemplo, desde um carrinho de cachorro-quente, grupo para a coleta seletiva, até pequenas oficinas de costura, etc. Esses pequenos negócios poderiam estabelecer entre si formas de ajuda mútua, de compras mútuas ou solidárias, para conferir-lhes alguma estabilidade nos momentos iniciais. Na segunda, a economia solidária contempla as empresas recuperadas pelos trabalhadores, cooperativas ou autogestionárias, sem dúvida fundamentais para abrir possibilidades e caminhos para os novos empreendedores que vão surgindo, os dois campos com o respectivo apoio do poder público. A economia solidária seria, se entendemos corretamente o que Paul Singer tentou sintetizar nos dois artigos, uma espécie de economia protegida, combinando múltiplas experiências de cooperação e solidariedade, impulsionada pelo poder público como política de combate ao desemprego, mas que deve manter sempre que possível uma dose de competição, como, aliás, enfrentam as empresas recuperadas.

De todo o modo, o tratamento em separado desses temas como que antecipa a desenvolvimento que os dois campos de práticas verificaram no Brasil, o da autogestão e o da economia solidária. Vamos deixar isso um pouco mais claro. No plano das políticas públicas, pode-se perceber, através das duas experiências principais até o momento, orientações distintas nessa área:

enquanto no Governo Olívio Dutra (Estado do RS) a política de economia solidária estava focada na recuperação de empresas e criação de cooperativas, no Governo Marta Suplicy (Cidade de SP) essas políticas foram direcionadas à economia solidária, à criação de pequenos negócios ou o auxílio aos trabalhadores autônomos. Em alguns casos, ambos os campos podem estar articulados numa mesma instituição (PACS, Anteag), ou unificadas numa estratégia de governo, o que aparentemente ocorre com a SENAES (MTE). Isto quer dizer que, existem movimentos e instituições articuladas às experiências de autogestão ou processos de fábricas recuperadas, como a Anteag e a Unisol, dos metalúrgicos do ABC. Outros movimentos ou instituições podem estar mais próximos do âmbito da economia solidária, como a ADS (CUT), e, sobretudo as ONGs (NAPES, PACS, etc.) e as Incubadoras Universitárias. O enunciado acima deve ser explicitado, o que procuraremos fazer na sequência desse capítulo. E algumas instituições ou políticas públicas podem abrigar ambas as perspectivas.

Antes de passarmos para a próxima seção, quando abordaremos o surgimento do tema da economia solidária no âmbito do sindicalismo cutista, cabe mencionar algo sobre as experiências de fábricas recuperadas associadas à Anteag. Vamos relatar, rapidamente, dois casos que nos parecem ilustrativos deste campo, ambos visitados por mim recentemente. O primeiro é o caso da CBCA, hoje Cooperminas (Criciúma/SC), talvez a experiência mais duradoura de empresas recuperadas. O segundo caso é o Projeto Catende, seguramente o maior e mais complexo processo de recuperação empresa falida existente no Brasil.

A Cooperminas surgiu do processo de falência da antiga CBCA – Cia. Brasileira Carbonífera Araranguá, fundada em 1917 para a extração do carvão catarinense na cidade de Criciúma/SC. O processo de conquista da empresa é semelhante à

quase totalidade dos casos no Brasil, mas foi um dos primeiros. Em meados de 1987, com os salários atrasados vários meses, os trabalhadores lançam-se numa luta ativa para reaver os direitos trabalhistas. A empresa encerra as atividades. Os trabalhadores mobilizam-se em defesa dos empregos, inicialmente solicitando a estatização da mina. No processo, os trabalhadores aceitam a reabertura da massa-falida tendo como síndico o próprio Sindicato dos Mineiros de Criciúma. A empresa funcionou 10 anos dessa maneira, até que em 1997 realizam um acordo com os antigos proprietários e encaminham a criação da Cooperminas.⁶⁶³

Queremos destacar três aspectos dessa experiência: primeiro, que os trabalhadores tiveram, durante esse tempo, que realizar lutas intensas para manter a mina sob seu controle e impedir a venda em leilão do patrimônio para pagar os credores. Numa dessas lutas, os mineiros aparecem na imprensa nacional com dinamite amarrada nas cinturas para bloquear a retirada de equipamentos da mina de beneficiamento. O segundo aspecto, diz respeito às condições de trabalho na mina. Tivemos a possibilidade de visitar o subsolo (“baixar a mina”) em 1992 e 2005. É notório o avanço que os mineiros da CBCA realizaram nas condições de trabalho, podendo-se observar melhorias significativas na ventilação, na iluminação, na segurança e na aquisição de novos equipamentos que diminuem a poluição no interior da mina. O terceiro aspecto diz respeito ao mercado. A cooperativa possui, como as demais mineradoras da região, uma cota de carvão com compra garantida pelas usinas termoeletricas, o que permite certa estabilidade e possibilidade de projeção para o longo prazo.

Já o Projeto Catende Harmonia é o maior e o mais complexo

⁶⁶³ Sobre a experiência da CBCA, ver FANTIN, Márcia. Os significados da experiência... Op., cit.; FARIA, Maurício Sardá de. Massa falida CBCA: proposta de leitura weberiana numa experiência de gestão operária. Florianópolis, UFSC, 1992. [Monografia de conclusão de curso de graduação em Administração.]; e, Cooperminas: quando a luta faz a lei. In.: Anteag. Autogestão: construindo uma nova cultura... Op. cit., p. 30-39.

projeto de empresa recuperada em andamento no Brasil. Trata-se de uma Usina de açúcar fundada em 1892 a partir do antigo engenho Milagre da Conceição, e que compreende 48 engenhos distribuídos em 26 mil hectares, abrangendo cinco municípios da Zona da Mata Sul de Pernambuco: Catende, Jaqueira, Palmares, Água Preta e Xexéu. A Usina passou por diversas mãos até se tornar a maior usina de açúcar da América Latina na década de 50, quando sob controle do “Tenente”, como era conhecido o coronel Antônio Ferreira da Costa. Tenente desenvolveu a região com a construção de uma estrada de ferro para o escoamento da produção e uma hidroelétrica para assegurar a energia, além de construir a primeira destilaria de álcool anidro do país. A Usina entrou em crise no final dos anos 80, com o fechamento do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). A situação agravou-se em 1993, quando foram demitidos 2.300 trabalhadores dos engenhos. Esta demissão em massa deu início então à luta dos trabalhadores, que se recusaram a deixar as casas sem o recebimento dos direitos trabalhistas. Os sindicatos rurais, com o apoio da Contag, CUT e CPT, ajudaram na sustentação da luta para garantir os direitos trabalhistas. Em 1995, foi solicitada a falência da empresa, quando os trabalhadores assumiram o controle e deram início ao Projeto Catende. As dívidas da empresa somam cerca de R\$ 1,2 bilhão (o Banco do Brasil é o maior credor, com R\$ 480 milhões). O patrimônio é avaliado em R\$ 67 milhões, e o passivo trabalhista é de R\$ 62 milhões. Em 1998, os trabalhadores criaram a Cia. Agrícola Harmonia, uma sociedade anônima, que deverá receber o patrimônio da antiga Usina Catende. Em 2002, os agricultores criaram uma cooperativa de produção denominada Cooperativa Harmonia de Agricultores e Agricultoras Familiares, credores da antiga empresa e que habitam nas terras da Usina. No total, o projeto envolve, entre campo e indústria, cerca de 4 mil famílias, ou 20 mil pessoas. Além dos 48 engenhos e da usina de açúcar (parque industrial),

o patrimônio envolve ainda uma hidroelétrica, uma olaria, uma marcenaria, um hospital, 7 açudes e canais de irrigação, frota de veículos e implementos (tratores, caminhões e enchedeiras), várias “casas grandes” (uma delas transformada em centro de educação). Em 7 anos de projeto, a taxa de analfabetismo baixou de 82% para 16,7%.⁶⁶⁴

O Projeto Catende, pelo que já realizou em termos de mudança das relações de trabalho e de cultura política, vai muito além de uma simples recuperação de empresa falida, pois alcança a dimensão de um projeto alternativo de desenvolvimento econômico, social, cultural e político para a região do agreste pernambucano. Vale destacar, no entanto, que este projeto apresenta como diferencial, até mesmo em relação aos projetos de assentamento de reforma agrária, o fato de manter a terra e todas as instalações da Usina como propriedade social da totalidade dos participantes do projeto. Assim, no campo, articulam a agricultura familiar com a lavoura da cana em terras comuns.

Autogestão e sindicalismo: ADS/CUT e Unisol dos Metalúrgicos

Até aqui, procuramos delinear o surgimento e o percurso inicial das experiências de fábricas recuperadas, a criação da Anteag e o aparecimento da expressão economia solidária. Desde as primeiras experiências, seja a CBCA (Cooperminas), a Remington, a Makerli etc., pode-se dizer que a maioria dos casos contou com a participação decisiva do sindicato dos trabalhadores. O sindicato dos Mineiros de Criciúma, por exemplo, assumiu a função de Síndico da Massa-Falida durante um período. O

⁶⁶⁴ Nos baseamos aqui, sobretudo, no Plano de gestão de sustentabilidade autogestionária para a Usina Catende – Projeto Harmonia. Anteag. 2005. E em NASCIMENTO, Claudio. **Do “Beco dos Sapos” aos canaviais de Catende.** (Os “ciclos longos” das lutas autogestionárias). Brasília, Senaes, abril de 2005. [mimeo.].

sindicato dos Sapateiros de Fraca foi fundamental nos processos de negociação para a reabertura da Makerli, e foi inclusive quem introduziu o tema da autogestão (inspirados talvez em Augusto de Franco), pois como já mencionamos o técnico do Dieese responsável pelo projeto estava mais inclinado para o modelo americano do ESOP. E não podemos esquecer o representante da CUT no Codefat, da empresa Brakofix, mencionado anteriormente, que se tornou o primeiro presidente da Anteag.

Pois bem, os sindicatos e os dirigentes sindicais foram fundamentais para o processo de tomada das empresas, o que não significa uma interferência cotidiana no chão-da-fábrica ou junto ao quadro gestorial. Pelo que pudemos verificar no percurso de algumas experiências, o sindicato assume geralmente o papel de negociador das relações de trabalho, intervindo mais diretamente apenas nos momentos de aguçamento dos conflitos internos. É verdade que ocorreram situações em que dirigentes do Sindicato dos trabalhadores assumiram como quadros dirigentes das empresas recuperadas, como na Sakai, na Cooperminas, na Coopermetal etc., mas essa prática não é frequente, e ainda é cedo para dizer se constitui um padrão ou uma tendência das experiências.⁶⁶⁵

⁶⁶⁵ Na Cooperativa Sakai, por exemplo, o ex-secretário e ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção de Mogi das Cruzes e Suzano, Valdir de Paula Silveira, assumiu a presidência da cooperativa. Reproduzimos em seguida um texto onde os jornalistas procuram retratar essa nova situação da empresa: “O sindicato conseguiu que a Sakai fossa a única empresa da região a baixar a jornada semanal para 40 horas. Já como presidente da cooperativa, [...] Valdir defendeu a proposta de aumentar o período de trabalho em uma hora diária. [...] ‘Sentei várias vezes nessa sala da presidência, hoje abandonada, para negociar com os patrões. Percebo que, como líder sindical, muitas vezes dizia saber de certos assuntos para não mostrar minha falta de informação, e isso é um grande erro.’ Agitado, Valdir atende ao telefone, assina cheques e fala com precisão dos novos compromissos, dívidas e projetos da Sakai. ‘Minha vida mudou e muito, nos bancos me tratam como um empresário.’ [...] ‘Além do pouco apoio da iniciativa privada, às vezes penso que o próprio trabalhador emperra o projeto, pela dificuldade de assimilar a novidade.’ Quando o operário vira patrão. Revista **Atenção**. Ano 2., n. 4., 1996. p.

Quando as primeiras experiências começaram a surgir na base do sindicalismo CUT, os trabalhadores não encontraram na Central qualquer elaboração ou definição sobre movimentos alternativos ao fechamento das empresas em processo falimentar. A prática comum era, e ainda é, a negociação para garantir o pagamento das indenizações aos trabalhadores das empresas, buscando evitar as artimanhas patronais para burlar a legislação e sonegar os direitos trabalhistas.

A primeira referência às experiências de cooperativas e à autogestão aparece nas Resoluções do Vº Concut, Congresso Nacional a CUT (maio de 1994). No plano organizativo, a ênfase é dada às Organizações nos Locais de Trabalho (OLTs), o que, diga-se de passagem, sempre foi um calcanhar de Aquiles do sindicalismo cutista, dada a fragilidade de experiências, que se limitavam a alguns setores mais tradicionais do operariado. Neste Concut, o texto apresenta um diagnóstico das OLTs no Brasil, indica para a necessidade de respeitar as “culturas organizativas” das diferentes categorias, reconhece a autonomia das OLTs em relação ao sindicato e aponta para a sua importância enquanto organismos que podem canalizar e fortalecer os “conflitos de baixa intensidade, que corrói as fundações do sistema.” No mesmo texto sobre OLT, encontra-se a primeira das duas vezes em que o termo autogestão é utilizado em todo o caderno, precisamente na seguinte passagem:

A OLT trata da conquista e ampliação da democracia na empresa. Embora estejamos conscientes dos limites desta luta sob o capitalismo, nos parece necessário ressaltar a importância desta bandeira histórica dos tra-

30. Na CBCA (Cooperminas), já mencionamos a participação do sindicato como síndico da massa-falida. Posteriormente, o novo presidente do sindicato assumiu a direção da Cooperminas. Na Coopermetal (ex-Sidesa, em Criciúma.SC), o ex-presidente do sindicato e ex-vereador do PT assumiu a presidência da empresa.

balhadores, na medida em que abrem-se espaços para atuações cada vez mais amplas, inclusive relacionadas com a questão do poder. Segundo, trata-se da democracia intraclasse. É necessário realizar uma profunda discussão sobre a contradição que frequentemente ocorre entre os mecanismos/formas de representação e a ação coletiva direta. Tal questionamento parte da negação do monopólio da representação sindical, passa pela discussão dos processos de autodeterminação e autonomia dos trabalhadores e avança até a discussão da autogestão socialista dos meios de produção.”⁶⁶⁶

Embora seja possível depreender disso alguma sinalização para o reconhecimento e o fortalecimento da luta no interior das empresas e da autonomia dos organismos de base, não é essa a tônica da linha política adotada no Concut. Naquele momento, final do governo Itamar Franco, véspera de um novo processo eleitoral para a esfera federal, os pontos centrais da “agenda” são a “reestruturação produtiva; papel do Estado; e uma política de retomada do crescimento com distribuição de renda, de riqueza e que seja ao mesmo tempo geradora de empregos.” No que diz respeito à reestruturação produtiva, destacamos o primeiro ponto da plataforma definida no Congresso sobre esse tema, em que as empresas autogestionárias são mencionadas. O parágrafo a seguir é o primeiro item da plataforma apresentada como resposta sindical à reestruturação produtiva:

Equacionar a perspectiva dos diversos setores da classe trabalhadora que sofrem direta ou indiretamente o impacto das medidas de reestruturação. Nesse sentido afirmamos que as respostas iniciais, tanto nas câmaras setoriais, quanto nas empresas autogestionárias, não

⁶⁶⁶ 5º Congresso Nacional da CUT. Resoluções. **CUT/Brasil**. São Paulo, 19 a 22 de maio de 1994. p. 61-64. Diga-se de passagem, que o texto-base desse Congresso foi apresentado por todas as forças políticas que atuam no interior da Central, e a composição da direção para o mandato 94-97 resultou numa chapa única.

dão base suficiente para uma resposta global frente aos impactos do ajuste da classe trabalhadora.

Ao mesmo tempo em que se reconhece os limites da negociação pelo alto, antecipando talvez o destino que teriam as câmaras setoriais no governo Fernando Henrique, quando foram desmontadas as experiências existentes, a Central aponta para a insuficiência dos processos de autogestão no enfrentamento mais geral que requer o problema da reestruturação produtiva. O interessante é que não há qualquer conexão entre a resolução sobre OLT e a plataforma de luta contra a reestruturação. Mas quando se refere à campanha pelo emprego, o Concut assinala, também de passagem, como elementos para um programa de geração de renda, as “políticas que ajudem os pequenos produtores, artesãos, trabalhadores autônomos, entre outros, a desenvolver atividades geradores de renda sob formas associativas (cooperativas, mutirões, etc.)”⁶⁶⁷

Para os sindicatos e os trabalhadores que estavam vivenciando naquele momento o fechamento das empresas, em especial para aqueles que enfrentavam a possibilidade de preservação dos empregos através da constituição de cooperativas ou associações de produção, as resoluções do Vº Concut não deixaram uma posição que encorajasse essas práticas, embora também não as tenha condenado. Mas se a Central não deliberou naquele momento sobre a estratégia em curso de recuperação de empresas, as entidades filiadas trataram de buscar alguma unidade na ação sobre este fenômeno.

A primeira iniciativa dos sindicatos cutistas para o aprofundamento do debate sobre a recuperação de empresas deu-se no Rio Grande do Sul, em dezembro de 1994, por iniciativa de “um grupo de sindicatos dos trabalhadores” em conjunto com o Fórum Sindical da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Além

⁶⁶⁷ Id. *Ibid.*, p. 11.

do interesse em conhecer e debater as experiências nacionais, o “*Seminário Autogestão: a realização de um sonho*“, foi impulsionado pelo processo, recém-iniciado, de recuperação de uma fábrica de borrachas (especialmente solados para calçados), na região calçadista de Novo Hamburgo/RS. Após a falência da empresa, os 109 trabalhadores fundaram uma Associação, arrendaram as máquinas e deram início à produção com o nome de Incobol.⁶⁶⁸

Ao mesmo tempo, no IIIº Congresso Nacional dos Metalúrgicos da CUT (Águas de Lindoia/SP, agosto de 1995), a Confederação dos metalúrgicos aprova uma resolução sobre “Autogestão”. Nesta resolução, são mencionadas as experiências de recuperação de empresas “em sistema de autogestão, como aconteceu na Facit S.A.” e, diante da ausência de discussão na Central sobre a relação que os sindicatos deveriam estabelecer com essas empresas, a Confederação decide aprofundar a discussão sobre essas experiências e define pela realização de um seminário sobre o tema para o ano seguinte.⁶⁶⁹

No Congresso seguinte do ramo metalúrgico da CUT, realizado em junho de 1998, o tema já aparece incorporado no campo estratégico da CNM/CUT, com uma resolução agora sob a expressão “Cooperativas”. As “considerações” que antecedem os encaminhamentos são longas, merecendo destaque as seguintes:

⁶⁶⁸ Documento: Projeto de Seminário: Autogestão: a realização de um sonho. Outubro de 1994. Dentre as entidades promotoras, figuram CUT/RS; Comitê Estadual da Campanha pela Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria; Prefeitura Municipal de Porto Alegre; CNQ/CUT; Anteag; Central de Cooperativas dos Assentamentos do MST; Caritas; Federação dos Metalúrgicos do RS/CUT; Federação dos Sapateiros do RS; Fase. Na programação do Seminário, além dos representantes das entidades acima listadas, estava presente um representante do Movimento Cooperativo Espanhol, Henrique Del Rio.

⁶⁶⁹ 3º Congresso Nacional dos Metalúrgicos. Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT. Resoluções para os próximos 3 anos (1995-1998). **Revista dos Metalúrgicos -CNM/CUT**. Edição Especial, 1995. p. 33.

[Considerando:] Que no Brasil, o cooperativismo tem-se expandido intensamente [...];

Que essa expansão precisa ser estimulada e valorizada em termos estratégicos pela CUT, inclusive pelo fato de as cooperativas de trabalhadores representarem uma forma concreta de organizar a produção e distribuição de bens em oposição aos fundamentos da economia capitalista, apoiada na exploração da mais-valia e na maximização do lucro burguês;

Que cresce na classe trabalhadora, após a queda do Muro de Berlim, o consenso de que a economia socialista pela qual lutamos não deve ser concebida exclusivamente como produção estatal e centralmente planejada, havendo necessidade de se articularem outras modalidades de organização produtiva, entre as quais as cooperativas ocupam lugar destacado;

O texto menciona ainda a existência da Anteag, e define pela ampliação da discussão no interior da CUT tendo em vista a formulação urgente de “propostas estratégicas de desenvolvimento das cooperativas como instrumentos de organização, produção e de luta da classe trabalhadora brasileira”, entre outras questões como a formação em cooperativismo, realização de intercâmbio de experiências com outros países etc.⁶⁷⁰ A partir deste momento, portanto, os metalúrgicos inserem na sua estratégia o desenvolvimento das experiências de cooperativas a partir de fábricas falidas, o que de fato já vinha se dando na prática. No final de 1999, segundo as informações fornecidas pela Anteag, cerca de 39,1% das experiências existentes eram provenientes de empresas metalúrgicas falidas.⁶⁷¹

⁶⁷⁰ 4º Congresso Nacional dos Metalúrgicos. Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT. CNM/CUT, 1998. p. 75-77.

⁶⁷¹ Folha de S.Paulo, 08/08/1999. Os outros setores eram: Têxtil/confecções: 23,6%; Vidro: 5,9%; Calçados: 3,9%; e os setores restantes com algum percentual eram

Quem irá tomar a iniciativa e colocar em prática essa estratégia do ramo metalúrgico, será o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. A partir das experiências realizadas na base desse sindicato, em especial o da empresa Conforja que, após a falência, deu lugar a quatro cooperativas e um organismo de segundo grau que as unifica, a Uniforja (Diadema/SP), o Sindicato dos Metalúrgicos cria em 1999, com a participação do Sindicato dos Químicos do ABC, a UNISOL Cooperativas (União e Solidariedade), com a missão de organizar e representar essas iniciativas.⁶⁷² Vamos seguir essa vertente que se estrutura a partir do ramo metalúrgico, para depois voltarmos ao rumo que esse debate seguiu no interior da CUT.

Paralelamente ao debate realizado no âmbito da Confederação Nacional dos Metalúrgicos/CUT, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC vinha desenvolvendo internamente um processo de discussão sobre a geração de trabalho e renda através da criação de cooperativas. Nilson Oda informa a esse respeito que a partir do IIº Congresso do Sindicato, realizado em 1996, definiu-se pela alteração do estatuto para possibilitar a sindicalização dos trabalhadores em cooperativas do ramo metalúrgico, ao mesmo tempo em que, no campo das ações de combate ao desemprego, apontava-se para a criação de “cooperativas, autogestão, cogestão e outras modalidades criativas que garantam a manutenção dos postos de trabalho”.⁶⁷³ Essa resolução era amparada por um diagnóstico das mudanças sofridas na região do ABC paulista, com o fechamento de empresas, o deslocamento das unidades

Malharia, Extração mineral, Plástico, Alimentos, Agro business.

⁶⁷² Folha de S.Paulo, 20/11/1999. Sobre esse tema, ver também Oda, Nilson Tadashi. Sindicato e cooperativismo: os metalúrgicos do ABC e a Unisol Cooperativas. In.: Paul Singer & André Ricardo de Souza. **A economia solidária...** Op. cit., p. 93-107. Na dissertação de mestrado de Nilson Oda sobre a experiência da Uniforja, já citada, o autor recupera a trajetória das discussões sobre cooperativismo e economia solidária no interior do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

⁶⁷³ ODA, Nilson T. Sindicato e...Op. cit., p. 95.

produtivas para outras regiões, a reestruturação produtiva, cujos resultados mais imediatos foram o crescimento do trabalho informal e a redução de 100 mil postos de trabalho na região na primeira metade da década de 90. É nesse quadro que se desenvolve nos metalúrgicos do ABC a nova estratégia denominada “sindicalismo propositivo”, em que a recuperação de empresas sob a forma de cooperativa está inserida.⁶⁷⁴

No momento da fundação da Unisol, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC havia já participado da fundação de 11 cooperativas: as quatro cooperativas que resultaram da falência da Conforja e que depois se reuniram na Uniforja (Coopertratt; Coopercon, Cooperlafe, Cooperfor), Coopertronic (ex-Nichiden); Uniwidia (ex-Cervin), Cootrame (Nordon), Cooperautex (ex-Olan), Metalcooper e Fibercoop (criadas a partir da ex-KKCA).⁶⁷⁵ Outra experiência é a Coopsind é a cooperativa habitacional lançada pelo próprio Sindicato dos Metalúrgico em 1997, para atender os trabalhadores sem casa própria da categoria, cerca de 50% dos 120 mil metalúrgicos.⁶⁷⁶ E participou também da criação da Unisol a experiência da Cooperinca – Cooperativa dos Trabalhadores do Instituto Cajamar, antigo Centro de Formação da CUT.

O surgimento da Unisol, ainda que inicialmente focado na região do ABC, vem de algum modo entrar num campo que até

⁶⁷⁴ “Diante deste cenário de grandes transformações, muitas delas negativas para a região, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC vem buscando aliar um sindicalismo de resistência e de luta, que coloca barreiras contra as agressões aos empregos e à retirada de conquistas de direitos dos trabalhadores, a um sindicalismo propositivo, que formula propostas de intervenção nas políticas públicas, nas políticas industriais e setoriais e nas mudanças conduzidas nas fábricas.” Id. *Ibid.*, p. 94. Oda cita como exemplos de proposições e ações a Câmara Setorial Automotiva, a Câmara Regional do Grande ABC, o Movimento de Alfabetização de Adultos (MOVA), Acordo Emergencial, Renovação de Frota de Veículos, Central de trabalho e Renda, entre outros.

⁶⁷⁵ Id. *Ibid.*, p. 98.

⁶⁷⁶ Folha de S.Paulo, 26/08/1997.

então era praticamente monopolizado pela Anteag⁶⁷⁷. A Unisol é formada pelas cooperativas e pelos sindicatos que participaram da sua fundação (Metal. e Quím. do ABC), mantendo essas instituições representantes seus em algumas das suas instâncias através de assento no Conselho Consultivo e da indicação de um Presidente de Honra. De alguma maneira, ela nasce já inserida na perspectiva da economia solidária, tendo como objetivo principal “reunir as cooperativas constituídas no estado de São Paulo com a finalidade de obter unidade de ação visando ao seu fortalecimento, bem como ao desenvolvimento socioeconômico de seus membros”.⁶⁷⁸

Para o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a criação da Unisol coloca-se portanto numa estratégia que visa combater o

⁶⁷⁷ A Força Sindical não entra no campo das fábricas recuperadas, criando apenas a Cooperforça, uma espécie de cooperativa de trabalho que realiza formação profissional e recolocação de mão de obra. Folha de S.Paulo, 20/11/1999. O que poderia ter rivalizado com a Anteag no campo das empresas recuperadas era a ATC – Associação Brasileira de Autogestão (Ação Trabalho Capital), fundada em junho de 1998 num seminário em São Paulo que contou com experiências internacionais (Mondragón – Espanha, Confooperative – Itália, Esop – EUA), experiências nacionais (três que estavam no campo da Anteag – Skillcoplast, Cobertores Parahyba, Hidrophoenix – e a Cristais Hering), BNDES, Codefat (Delúbio Soares), Governador e Secretários de São Paulo entre outros. O “diretor superintendente” era Gilmar Carneiro, ex-dirigente da CUT Nacional e que atualmente está na ADS/CUT. O objetivo da ATC era “a difusão de experiências autogestionárias, nacionais e internacionais, objetivando a ampliação da autogestão no Brasil. ATC. Associação Brasileira de Autogestão – Ação Trabalho Capital. Modelos de Autogestão nas Empresas – Seminário Internacional. Junho de 1998. Folder. Em 1999, a ATC contava com seis projetos. Folha de S.Paulo. 08/08/1999.

⁶⁷⁸ ODA, Nilson T. Sindicato e...Op. cit., p. 102. Em 2003, a Unisol contava com 20 experiências localizadas na Região do ABC, Cajamar, Nova Odesa e Salto. Revista da CUT São Paulo. CUT/SP, Ano 1, no 1, dezembro de 2003. Pelo que pudemos perceber, a Unisol vem estendendo suas ações para além de São Paulo. Um exemplo é o apoio que vem dando à experiência da Cooperbotões, antiga fábrica de botões Diamantina, na área industrial de Curitiba/PR. Nessa empresa, que estava sob influência da Anteag, a Unisol entrou (com a ADS/CUT/PR) e realizou um empréstimo para capital de giro que resolveu momentaneamente o problema enfrentado por aquela experiência. O autor esteve na Cooperbotões em março de 2005 e entrevistou os membros da direção.

desemprego através do desenvolvimento de experiências cooperativas, criando ou mantendo postos de trabalho e renda⁶⁷⁹, ao mesmo tempo em que investe para ampliar a participação do movimento sindical no campo da economia solidária. Trata-se além disso de combinar o combate às cooperativas “gato” – aquelas que se utilizam da forma cooperativa para precarizar as relações de trabalho -, e de incentivar as cooperativas que denominam “genuínas” ou “autênticas”. Além disso, o Sindicato acredita estar resgatando essa relação histórica com as cooperativas, organismos criados pelos trabalhadores para defesa dos seus interesses e luta contra esse modo de produção.⁶⁸⁰

Acreditamos que essa conjugação entre a instituição sindical com uma forte tradição, uma das maiores estruturas sindicais do setor industrial, com poder de organização e intervenção em amplos espaços, poderá em breve tornar-se uma das forças centrais no campo das empresas recuperadas no Brasil. Ainda que, no início, como veremos em seguida na experiência da Uniforja, tenha-se verificado uma colaboração com a Anteag, a tendência parece ser a configuração de dois campos

⁶⁷⁹ Quando da criação da Unisol, afirmou Luiz Marinho: “Quando encerramos o 3o Congresso de nossa categoria, uma grande inquietação ainda habitava a mente de todos os companheiros: como combinar, de maneira eficaz, a luta pela manutenção dos postos de trabalho e a produção? A Unisol – União e Solidariedade das Cooperativas de São Paulo – é uma resposta concreta para esta inquietação”. Luiz Marinho, então Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (depois Presidente da CUT/Nacional e, no momento em que redijo esta seção, Ministro do Trabalho). **Jornal da Unisol Cooperativas** – União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo. Número 1- Junho de 2000. Editorial.

⁶⁸⁰ “Trata-se de selar a união entre o sindicalismo cutista e o cooperativismo autêntico. Isto representa o resgate das origens históricas destes movimentos, que foram criados por trabalhadores, em meados do século passado, como instrumento de defesa contra os desmandos e distorções do capitalismo. Existem princípios comuns entre o sindicalismo e o cooperativismo que devem ser resgatados, como o da participação igualitária (“um homem, um voto”), e o da autogestão democrática. A Unisol é uma associação de cooperativas que tem o apoio do movimento sindical.” Marcelo Mauad, Advogado do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. **Jornal da Unisol Cooperativas**. Op. cit., p. 4.

distintos no interior do movimento das empresas recuperadas, espelhando de algum modo os campos das forças políticas que atuam no interior da CUT.

Uma experiência concreta pode ajudar a delinear os contornos do modelo de “cooperativismo autêntico” que vem sendo desenvolvido pela Unisol. Vamos abordar rapidamente a experiência da Uniforja, uma empresa recuperada de grande porte, que impulsionou as ações no interior do Sindicato e forneceu uma base sólida para a criação da Unisol. Além disso, o processo dessa experiência apresenta alguns detalhes curiosos. Nos apoiaremos aqui especialmente no estudo de caso realizado por Nilson Oda, resultado da sua dissertação de mestrado.⁶⁸¹

A falência da empresa Conforja foi decretada em março de 1998, mas o processo de sua recuperação foi iniciado em 1995, quando foi implantado um “projeto de cogestão”. A empresa Conforja foi criada em 1954 na capital paulista, passando a produzir, a partir de 1967, conexões de aço forjado e tubulações para instalações industriais, quando se transfere para Diadema/SP. Em 1976, emprega 1170 trabalhadores, com faturamento líquido de US\$ 28 milhões. O principal cliente era a Petrobrás, fornecendo conexões e anéis de aço. Na década de 80, diversifica as atividades e cria 13 empresas, desde mineração, madeira, produtos químicos, máquinas elétricos, construção naval, atividades agrícolas e pecuárias, prestação de serviço etc., mantendo-se a Conforja como empresa-mãe do grupo. No início da crise dá-se a conjunção de dois fatores: a crise econômica e o afastamento do fundador da empresa por motivos de saúde, assumindo o grupo um dos filhos. A empresa acumulou prejuízos de 1988 até

⁶⁸¹ ODA, Nilson Tadashi. *Gestão e trabalho em cooperativas de produção: dilemas e alternativas à participação*. USP, São Paulo, 2001. [Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção]. Trata-se de uma fonte privilegiada, pois o autor atuou como técnico do Dieese na subseção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, assessora o Sindicato há mais de 10 anos, e, posteriormente, também a Unisol.

1994. O passivo da empresa atingiu US\$ 111 milhões, com um patrimônio de US\$ 128 milhões. A empresa pede então concordata e inicia um processo de reestruturação, estabelecendo um diálogo com o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. É quando tem início o processo que vai levar à cogestão da empresa, naquele momento com 630 trabalhadores.⁶⁸²

A comissão de fábrica dos trabalhadores, que funcionava sem o reconhecimento da empresa, é institucionalizada e passa a participar das reuniões visando à reestruturação que não era reconhecida pela empresa. Segundo o filho do fundador da empresa, que assumiu a direção dos negócios, a proposta era realizar uma administração participativa. Quando participou do IIIº Encontro Nacional da Anteag, o Presidente da Conforja explicou esse momento da seguinte maneira:

Essa evolução [da empresa] se deu através de muita luta, pois era um período em que patrão era patrão e empregado era empregado. Isso criava todas aquelas lutas com o Sindicato, com todos aqueles “contra” e “a favor”. E hoje a gente está vendo como é possível mudar tudo isso. [...] Fui obrigado a contratar um consultoria e pedir concordata, porque estava ainda muito feroz o ambiente entre capital e trabalho, e não vi outra alternativa a não ser esta. O início foi muito difícil, pois não havia confiança entre as partes envolvidas. Foi um ano de muita batalha, até que começou a se estabelecer uma confiança recíproca. A partir daí, de uma situação onde estava praticamente tudo perdido, se renegociou onde podia: bancos, fornecedores, impostos atrasados etc. [...] Essa luta foi em parte vencida, as resistências foram se quebrando e o grande pleito sempre foi a Comissão de Fábrica, que nós sempre forçamos para que ela acontecesse mesmo contra a vontade de diretores, gerentes e outras pessoas que não confiavam nisso. Mas, a meu pe-

⁶⁸² Id. *Ibid.*, p. 63-68.

dido e de Maroni, foi implantada a Comissão de Fábrica Conforja. Esse acontecimento foi o primeiro salto para se ter uma comunicação que atingisse todos os interessados, já que nós queríamos fazer uma administração aberta e participativa, pois todos deveriam saber qual era a doença da empresa.⁶⁸³

No âmbito desse processo de reestruturação, o Sindicato assina com a empresa, em maio de 1995, um acordo coletivo estabelecendo, pelo período de um ano, a redução da jornada de trabalho para 40 horas com redução proporcional dos salários. Isto representa de algum modo uma concessão, pois historicamente uma das propostas da CUT para a geração de emprego é a redução da jornada sem a redução dos salários. Apesar disso, e das modificações realizadas tendo em vista o saneamento da empresa e a manutenção dos postos de trabalho, a crise na empresa persiste. É quando o Sindicato chama a Anteag para assessorar a comissão de fábrica, e o projeto de cogestão é apresentado.

Essa ideia de uma administração bem aberta continuou evoluindo, mas, por conta de todos os percalços que tivemos, o sonho de realmente recuperar a empresa acabou não vingando, da maneira como a gente imaginou. Então, depois desse árduo trabalho, o Sindicato nos apresentou a Anteag, que foi quando começamos a fazer um estudo do que nós poderíamos fazer para ter uma cogestão na empresa. A ideia inicial foi a de angariar recursos, então foi fundada a Associação dos Funcionários da Conforja, para podermos dar continuidade a esse processo de cogestão com parte dos recursos angariados.⁶⁸⁴

Ao que parece, a solução via cogestão e a criação de uma

⁶⁸³ Thomas Willi Endlein. In.: **Anteag**. Empresa Social e Globalização... Op. cit., p. 32-34.

⁶⁸⁴ Id. Ibid., p. 33-34.

associação dos trabalhadores (Assecon – Associação dos Empregados da Conforja, criada em setembro de 1995), tinha em vista uma solução semelhante à realizada no caso da Frunorte, em que a Anteag participou da negociação entre o proprietário da empresa e o BNDES para o financiamento da compra de 49% das ações da empresa pelos trabalhadores, no valor de R\$ 10,2 milhões.⁶⁸⁵ De todo o modo, para dar prosseguimento ao projeto de cogestão na Conforja, é assinado um “protocolo de intenções” em agosto de 1995 entre a empresa, o Sindicato e a comissão de fábrica, de onde destacam-se os seguintes termos:

- a obtenção do empenho dos trabalhadores e dos representantes da empresa na formalização de um projeto para a manutenção e sobrevivência da empresa, garantindo emprego e renda para os 630 funcionários;
- a viabilização econômica e financeira da empresa, com a participação dos trabalhadores no quadro de acionistas, por meio de uma associação de trabalhadores – Assecon;
- a definição do percentual de ações negociáveis, o valor e a engenharia financeira necessária para a transferência das ações – a Assecon se propunha a adquirir 45% do total as ações da Conforja;
- a sensibilização dos trabalhadores para participarem do projeto de cogestão;
- a definição da forma de participação (funcional e técnica) dos representantes dos trabalhadores na cogestão, por meio de uma diretoria executiva composta por representantes da Assecon, da comissão de fábrica e do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC;
- a adoção de objetivos comuns da cogestão, entre os quais: a solução dos problemas emergenciais da empresa – negociação com os fornecedores, credores, clien-

⁶⁸⁵ Ver seção c, sobre a Anteag, deste capítulo.

tes etc.; a superação dos conflitos entre trabalhadores e empresa; o direcionamento das energias dos trabalhadores para o saneamento da empresa;

- a forma como ocorreria a participação na cogestão: realização de consultas contínuas aos trabalhadores e aos seus representantes; envolvimento dos trabalhadores na tomada de todas as decisões dentro de determinadas áreas de autoridade; participação dos representantes dos trabalhadores nas grandes decisões da Conforja e nas reuniões de diretoria.⁶⁸⁶

Pode-se ver então que, a fim de preservar a empresa e os postos de trabalho, o sindicato e a comissão de fábrica firmam com a empresa uma proposta de gestão em que os trabalhadores passam a participar de algumas instâncias de decisão, com a perspectiva de assumirem o controle de parte das ações da empresa. Ao mesmo tempo, esse acordo visa dirimir os conflitos internos e canalizar as energias dos trabalhadores para o saneamento da empresa, isto é, para o aumento da produtividade. A Anteag indica um assessor para a Assecon, que passa a participar de todas as reuniões da direção e a realizar os contatos com os fornecedores para evitar os pedidos de falência da empresa. Esse processo dura de agosto de 1995 a abril de 1997, quando termina o prazo da redução da jornada com redução dos salários, cuja renovação dependia da aprovação dos trabalhadores. Um informativo lançado pela Assecon defende a manutenção do acordo, argumentando que o seu encerramento representaria um custo adicional de R\$ 150 mil. Além da proposta de manter o acordo sobre a redução da jornada e do salário, o informativo apresentou uma segunda proposta, de comum acordo com a direção da empresa, propondo-se dar “iniciar um processo de reestruturação da empresa, visando o ganho de melhores patamares

⁶⁸⁶ Anteag, Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e Comissão de Fábrica, 1995. Citado por ODA, Nilson T. Gestão e trabalho... Op. cit., p. 69-70.

competitivos, afastando aqueles que prejudicavam a cogestão, e regularizando a participação acionária dos trabalhadores.⁶⁸⁷ Os mencionados que “prejudicam a cogestão” eram o diretor comercial da empresa e um trabalhador que era diretor dissidente do Sindicato. Em assembleia, os trabalhadores aprovam a segunda proposta, mas rejeitam o acordo de redução da jornada com redução dos salários. Oda não deixa claro como foi implementada a decisão, principalmente a forma como o diretor do Sindicato foi demitido, pois por lei os dirigentes sindicais têm estabilidade durante a vigência dos mandatos.

De todo modo, nos meses seguintes a comissão de fábrica, o Sindicato e a Assecon caem em descrédito entre os trabalhadores, ao que parece pelo fato de as decisões tomadas no âmbito da cogestão não serem implementadas pela direção. Em junho de 1997, um plebiscito realizado com os trabalhadores aprovou a dissolução da Assecon, a destituição da comissão de fábrica e o fim do acordo de cogestão.

Com o fim da cogestão, as possibilidades da empresa reverter a crise praticamente deixaram de existir. Isto porque os débitos se avolumavam, os fornecedores deixavam de fornecer o insumos e matérias-primas, a pressão dos credores para receberem da empresa aumentava. Além disso, as negociações com os governos municipal (IPTU e ISS) e estadual (ICMS, água e energia elétrica) já não contavam com o apoio do sindicato dos trabalhadores, aumentando o risco de inviabilizar definitivamente a empresa, em particular pelo não fornecimento de energia elétrica.⁶⁸⁸

Sem o aval do sindicato, tornaram-se difíceis as negociações para o saneamento das dívidas da empresa, bem como para

⁶⁸⁷ Id. *Ibid.*, p. 72.

⁶⁸⁸ Id. *Ibid.*, p. 74.

o estabelecimento da disciplina no chão-da-fábrica, avizinhandose um novo período de crise. Essa experiência de cogestão, embora tenha se revelado frustrada, no entanto,

...cumpruiu um papel importante, pois o acesso às informações possibilitaram que os trabalhadores que integravam a ex-Assecon passassem a compreender os processos administrativos, financeiros, comerciais e produtivos, além de angariarem dos demais trabalhadores o respeito como potenciais líderes.⁶⁸⁹

Pois bem, frente ao quadro de crise persistente na empresa, esses membros da ex-Assecon começam a realizar reuniões de forma clandestina para discutir a criação de uma cooperativa. O caráter clandestino ou em separado pretende evitar “o ambiente conturbado da fábrica”. Oda explica, em nota de rodapé, que o diretor dissidente do sindicato aglutinava um grupo de trabalhadores interessados em reaver seus direitos (salários, férias, 13º etc.) após a falência da Conforja.

O período em que os trabalhadores vivenciaram a cogestão da empresa parece ter sido fundamental para a constituição da primeira cooperativa. De acordo com Oda, a cogestão permitiu o acesso dos trabalhadores às informações da empresa, consistindo num “aprendizado em relação ao funcionamento da fábrica”, na “capacitação dos trabalhadores”, surgindo daí a formulação de algumas alternativas para o saneamento da empresa. Além disso, este período consolidou algumas lideranças entre os trabalhadores, ocupando os ex-membros da Assecon os postos de direção das futuras cooperativas.⁶⁹⁰

A proposta de formar uma cooperativa teve prosseguimento e, em outubro de 1997, foi realizado um seminário para discutir esse tema com a participação da Anteag e do Sindicato dos Meta-

⁶⁸⁹ Id. Ibid., ibidem.

⁶⁹⁰ Id. Ibid., p. 75.

lúrgicos do ABC, alguns membros da direção da empresa, os ex-membros da Assecon e representantes dos trabalhadores. Nesse seminário, a ideia de formar uma cooperativa envolvendo todos os trabalhadores não foi levada à diante, em função do receio dos trabalhadores de terem que solicitar o desligamento da empresa para ingressar na cooperativa e, com isso, verem dificultada a recuperação dos salários atrasados e dos direitos trabalhistas.

No entanto, a ideia foi levada adiante no interior de um pequeno grupo da seção de tratamento térmico, contando com o apoio supervisor da área e os ex-integrantes da Assecon. A proposta foi desenhada por esse grupo, sem que os próprios trabalhadores da seção soubessem. Somente após a concordância do dono da empresa os demais trabalhadores da seção foram informados da negociação em andamento, estabelecendo-se um pacto de não divulgação desse processo para os trabalhadores das demais seções. Pelo que observou Oda, a proposta não encontrou aceitação de todos os trabalhadores do setor de tratamento térmico, mas mesmo os que eram contrários acabaram aderindo pela falta de opção. Em dezembro de 1997, os trabalhadores do setor realizaram uma assembleia e fundam a Coopertratt – Cooperativa Industrial de Trabalhadores em Tratamento Térmico e Transformação de Metais.

Mesmo para as lideranças que conduziam o processo de formação da cooperativa, esta era uma experiência nova. Assim, temas como a gestão da cooperativa, a organização do processo produtivo e de trabalho e, principalmente, da participação dos sócios-trabalhadores na condução dos negócios da cooperativas não ocuparam um lugar de destaque nos debates realizados com os trabalhadores.⁶⁹¹

Deste modo, a primeira cooperativa surge independente do

⁶⁹¹ Id. *Ibid.*, p. 80.

conjunto da fábrica, e sem uma discussão aprofundada sobre o seu funcionamento. A decisão levava em conta, sobretudo, a necessidade de encontrar formas de salvar os empregos. A criação da Coopertratt ocorreu sem que o conjunto da fábrica tivesse conhecimento e sem a paralisação dos trabalhos. Após a formalização jurídica, foi estabelecido o “contrato de arrendamento, prestação de serviços e outras avenças” entre a Conforja e a Coopertratt, permitindo aos trabalhadores a utilização das instalações e equipamentos, outros serviços como refeitório, portaria, estacionamento etc., estabelecendo-se como contrapartida a prestação de serviços de tratamento térmico para os demais setores da Conforja no limite de 500 toneladas mensais. O acordo, segundo Oda, era favorável à empresa, especialmente porque garantia a participação da Conforja no faturamento da cooperativa de serviços executados para terceiros, livrava a empresa dos salários e encargos do setor e, o que é mais impressionante, garantia que parte das obrigações rescisórias dos trabalhadores dessa seção recaísse para a própria cooperativa.⁶⁹² Ou seja, ao formarem a cooperativa, os trabalhadores passam a produzir para pagar seus próprios direitos trabalhistas.

É apenas quando assinaram o contrato de arrendamento, em março de 1998, que os demais trabalhadores da empresa souberam da criação da Coopertratt, realizada três meses antes. Ao perceberem, no entanto, que nesses primeiros meses os trabalhadores do setor de tratamento térmico tiveram garantida a retirada cheia dos salários, os trabalhadores dos outros setores demonstraram “o interesse de se organizarem para a constituição de outras cooperativas”, o que ocorre ainda no mês de março e abril, com a criação da Cooperlafe – Cooperativa Industrial de Trabalhadores em Laminação de Anéis e Forjados Especiais; da Coopercon – Cooperativa Industrial de Trabalhadores em Cone-

⁶⁹² Id. Ibid., p. 82.

xões Tubulares; e da Cooperfor – Cooperativa Industrial de Trabalhadores em Forjaria. O setor administrativo distribuiu-se pelas cooperativas, por diferentes motivos (afinidade, pela própria atividade, etc.). Todos os trabalhadores foram então demitidos e passaram a ser denominados de “demitidos internos”, distintos dos 180 trabalhadores que não aderiram às cooperativas, os “demitidos externos”. Veja-se só: “os direitos trabalhistas dos demitidos externos passaram a ser administrados pelo sindicato, que recebia e repassava a estes trabalhadores os valores resultantes do contrato de arrendamento.”⁶⁹³ Desta maneira,

Para o proprietário da empresa este acordo de negócios com as cooperativas se constituía em uma última alternativa para manter o patrimônio da família, além de lhe possibilitar rendimentos ao ser contratado pelas cooperativas para prestar “serviços profissionais de assessoria técnica especializada nas áreas de gestão empresarial e negocial no valor correspondente a 1,5% do seu faturamento líquido”.⁶⁹⁴

Ao que parece, a criação das cooperativas sem dúvida que manteve a grande maioria dos postos de trabalhos, mas também ajudou os proprietários na resolução do problema da falência da empresa, pois eliminou os débitos trabalhistas, garantiu um rendimento mensal para o pagamento das dívidas contraídas e manteve inclusive uma renda para o proprietário na condição de assessor dos novos negócios.

No estudo realizado por Oda, permaneceram alguns silêncios, como: o destino do diretor dissidente do sindicato que acabou demitido; o papel do ex-proprietário na nova condição de assessor das cooperativas e; se a não adesão de 180 trabalhadores implicou na queda na produção das cooperativas ou, pelo contrário, se sig-

⁶⁹³ Id. Ibid., p. 84-85.

⁶⁹⁴ Id. Ibid., p. 85-86. Grifado por Nilson Oda.

nificou um extraordinário ganho de produtividade. De todo modo, alguns aspectos nos parecem sinalizadores de um novo mecanismo de recuperação de empresas, em especial o estabelecimento de uma fase de transição ou cogestão da empresa em crise, quando os representantes dos trabalhadores procuram obter informações da empresa, descobrem os mecanismos das relações com clientes e fornecedores e estudam as formas para o prosseguimento das atividades após a falência da empresa. Ao mesmo tempo, este parece ser um mecanismo para a formação dos novos gestores, que irão assumir no lugar do antigo quadro dirigente.

Quanto ao funcionamento das cooperativas criadas a partir da Conforja, estas parecem não apresentar elementos que as distingam das demais experiências de fábricas recuperadas, no sentido de manterem uma participação funcional limitada, preservando-se o processo de trabalho, o parcelamento das tarefas e a hierarquia de decisões, com a centralização das informações no Conselho Administrativo e no Coordenador geral. Esta situação é assinalada por Oda, quando afirma que:

... na prática cotidiana das cooperativas, as decisões quanto aos negócios da cooperativa e as questões relativas aos sócios-trabalhadores são tomadas em reuniões do conselho de administração, que conta ainda com a participação do coordenador geral da cooperativa.⁶⁹⁵

Na estrutura das cooperativas, os conselhos de administração são formados por: presidente, tesoureiro, secretário e con-

695 – Id. *Ibid.*, p. 89. Em outro momento, afirma Oda que: “Em relação ao processo de gestão da produção e do trabalho nas quatro cooperativas analisadas, constatamos que o escopo da participação sócio-técnica ainda não ocorre de maneira irrestrita. Neste contexto, a gestão do processo de produção e de trabalho ainda segue os padrões taylorista/fordista ‘herdados’ da ex-Conforja. A divisão entre planejamento e programação e a operação, a estrutura hierarquizada de líderes e coordenadores, a manutenção de igual estrutura de cargos, funções/atividades e remunerações, são evidências presentes no cotidiano das cooperativas.” (p. 132).

selheiros, variando o total entre 5 a 7 membros, eleitos por voto direto para um mandato de 2 ou 3 anos. No entanto, por fora das disposições estatutárias, existe a figura do coordenador geral, cuja origem não foi precisada. Os coordenadores gerais das cooperativas resultantes da ex-Conforja não foram eleitos, nem mesmo no interior dos membros dos conselhos administrativos, e suas funções não constam dos estatutos. Mas seus ocupantes são técnicos da ex-Conforja, engenheiros, chefes, coordenadores de áreas, na maioria ex-integrantes da Assecon. Para Oda, o coordenador geral assemelha-se à “figura dos executivos contratados pelos acionistas de uma empresa convencional”, pois, são eles quem “concentram grande poder nas cooperativas”.⁶⁹⁶

A Conforja foi à falência definitivamente em 1999. Os trabalhadores criaram então a Uniforja (Cooperativa Central de Produção Industrial de Trabalhadores em Metalurgia). No ano seguinte, tem início as negociações com o BNDES em busca de um financiamento para a compra da massa-falida. Para a realização do projeto, são assessorados pela Trevisan Consultores e Empresas. O projeto é aprovado em 2002 (Governo Fernando Henrique), no valor de 29,5 milhões. Em janeiro de 2003, a Trevisan firma um contrato de consultoria com a Uniforja no valor de R\$ 1,8 milhões. No dia 29 de maio de 2003 o Presidente Lula visita a Uniforja para anunciar a liberação do empréstimo pelo BNDES, no valor de 25 milhões, sendo: R\$ 4,8 milhões para capital de giro, R\$ 600 mil a fundo perdido para contratação de uma empresa de consultoria e o restante para a compra da massa-falida da Conforja em leilão.⁶⁹⁷

Atualmente, a Uniforja conta com 260 cooperados e 230 trabalhadores assalariados. Isto é, para cada cooperado, existe um trabalhador assalariado. Essa situação provoca geralmente

⁶⁹⁶ Id. *Ibid.*, p. 92.

⁶⁹⁷ Jornal Folha de S.Paulo, 30/06/2003 e 10/06/2003.

uma clivagem interna nas cooperativas, onde a princípio todos deveriam ser iguais (“um homem, um voto”), mas, com a presença dos assalariados, “alguns tornam-se mais iguais do que os outros”, para lembrar aqui a fórmula de Tragtenberg.⁶⁹⁸

A experiência dos metalúrgicos do ABC e as iniciativas de recuperação de empresas que vão sendo desenvolvidas na base do sindicalismo CUT seguem como que em paralelo ao debate realizado no interior da própria Central. Em outubro de 1996, a CUT Nacional promove o seminário: “Empresas autogestionárias e Cooperativas: alternativas ao desemprego?”, realizado pela Secretaria Nacional de Formação em conjunto com a Secretária Nacional de Organização Sindical, cujo responsável era Jorge L. Martins que, como já vimos, foi um dos fundadores da Anteag.⁶⁹⁹ O relatório apresenta apenas pontos das intervenções e dos debates realizados no seminário, o que dificulta a análise do conjunto dos debates. No entanto, e deixando de lado as falas sobre as questões técnicas e jurídicas do cooperativismo, pensamos que algumas dessas anotações pontuais delineiam algumas posições políticas existentes no interior da CUT sobre o tema.

Em primeiro lugar, vale registrar a intervenção do representante da Confederação Nacional das Cooperativas dos Assentamentos do MST, Adalberto Martins (Pardal), que nos informa

⁶⁹⁸ Mas esse não é o caso mais gritante. No Rio Grande do Sul, uma cooperativa do setor de calçados que fatura R\$ 80 milhões por ano é formada por 140 cooperados e 850 assalariados! Os sócios bloqueiam a introdução dos assalariados com dois argumentos: primeiro, para evitar a entrada de líderes negativos; segundo, por entenderem que, como sócios-fundadores, tem direito ao “lucro do fundador”, por terem corrido os riscos iniciais do empreendimento.

⁶⁹⁹ Relatório do Seminário Nacional: Empresas Autogestionárias e Cooperativas: alternativas ao desemprego? In.: A formação e os desafios da CUT. Caderno 4 – Autogestão e cooperativismo. **CUT Nacional**, 1996. A composição das mesas dos seminários contou, entre outros, com: Adalberto Martins (Confederação Nacional das Cooperativas dos Assentamentos do MST); Jair Meneguelli (Dep. Federal PT); Paul Singer (Prof. USP); Aparecido de Faria (Anteag); Claudio Nascimento (Formador Sindical CNM); e Jorge L. Martins (Executiva Nacional da CUT).

com alguma precisão a estratégia e a concepção do Movimento sobre o cooperativismo:

- a proposta do MST é trabalhar dois aspectos do cooperativismo: o econômico, que procura imprimir uma gestão democrática e eficiente economicamente, considerando-se os limites de uma forma de organização marginal frente à economia capitalista; e o político, enquanto uma ferramenta de luta e de organização social e um espaço de formação político-ideológica;
- O desafio é atribuir ao cooperativismo as seguintes características diferenciadoras: ser diferente do modelo tradicional, quanto aos princípios orientadores; ser alternativo, enquanto organização social e política dos trabalhadores; e ser de oposição ao projeto neoliberal e ao sistema cooperativista tradicional;
- Razões da organização do cooperativismo para o MST: tornar-se uma forma de consolidação da organização de base nos assentamentos; ‘liberar’ pessoas para a luta política; consolidar os assentamentos como retaguarda econômica e organizativa para a luta pela Reforma Agrária; desenvolver um processo educativo e de acúmulo de forças visando o projeto político dos trabalhadores.

Como se vê, o MST possuía já naquele momento uma concepção orgânica que absorvia o cooperativismo no âmbito da sua estratégia política, tomando-o como uma “ferramenta de luta e de organização”, que deve diferenciar-se do cooperativismo tradicional sem descuidar-se da eficiência econômica, na medida em que essas ações devem contribuir para a estruturação e sustentação do movimento.⁷⁰⁰ Em termos de modelos, talvez o

⁷⁰⁰ Sobre o cooperativismo no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ver: Sizanowski, Raquel. O novo dentro do velho: cooperativas de produção agropecuária do MST (possibilidades e limites na construção de outro coletivo social). Florianópolis:

cooperativismo do MST aproxime-se neste caso da experiência belga do final do século XIX, como vimos no capítulo I, em que os trabalhadores desenvolveram uma “ligação orgânica” entre sindicato, partido e cooperativas.

No espírito dessa estratégia do MST, apresenta Jorge L. Martins, dirigente da CUT e membro da Anteag, uma perspectiva para a atuação da Central no campo das fábricas recuperadas:

...em um quadro de falência como esse, porque não fazer como o MST na área rural, ou seja, ‘ocupar, resistir e produzir’ empresas urbanas? [...] Em breve, com o ritmo atual de crescimento das empresas autogestionárias, dezenas delas estarão na base do sindicalismo cutista. É uma questão que precisamos enfrentar. No atual contexto de crise da economia capitalista, em especial com a intensificação da reestruturação produtiva e da globalização, cada vez mais empresas têm dificuldades de suportarem o acirramento da concorrência. Por isso, vem aumentando o número de falências de empresas, de todos os portes. Por outro lado, os trabalhadores, através das suas organizações sindicais e políticas, sempre se disseram capazes de assumir o controle da produção, dando-lhe um caráter social. “Com isso, abre-se uma possibilidade histórica ímpar, de ampliação das experiências autogestionárias. [...] O sindicalismo não pode ficar restrito a uma posição passiva diante desse quadro. Precisa apoiar os trabalhadores na busca dessas alternativas de emprego e futuro.

UFSC, 1998. [Dissertação de Mestrado em Sociologia política]. Um interessante debate sobre a estratégia política do MST foi realizado por Zander Navarro (“Mobilização sem emancipação” – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil) e Horácio Martins de Carvalho (A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada [resposta a Zander Navarro]), com os respectivos artigos publicados em: **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Boaventura de Souza Santos [org.]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 189-232 e p. 233-259.

A intervenção de Jorge Martins, trazendo na bagagem, além da experiência da Makerli, o acompanhamento direto dos processos de recuperação de empresas que vinham se desenvolvendo na base dos sindicatos Cutistas, sinaliza para uma posição ativa da Central no campo do cooperativismo e das alternativas de produção e, mais do que isso, aponta para uma estratégia de luta para a ocupação das empresas em processo de falência tendo em vista o projeto histórico da classe trabalhadora de assumir por sua própria conta o controle dos meios de produção e da vida social.

Essa proposição de J. Martins e o debate realizado naquele seminário de 1996, no entanto, não causaram impacto imediatamente no interior da Central. Os encaminhamentos finais apontaram para a elaboração do relatório do seminário, a criação de um “GT (grupo de trabalho) para unificar a linha de ação” e para a consulta sobre “questões relativas aos aspectos jurídicos da política da CUT na área de cooperativismo e autogestão”.

De uma forma ou de outra, o debate sobre os temas da autogestão e do cooperativismo arrasta-se no interior da CUT até o final de 1998, quando a Executiva Nacional delibera pela criação de um Grupo de Trabalho para dar início à formulação de uma “política para a economia solidária”.⁷⁰¹ Como resultado desse GT surge em 1999 o “Projeto de desenvolvimento solidário da CUT”, contando como parceiros institucionais a ICCO (Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento, da Holanda), RABOBANK (Banco da Central de Cooperativas Holandês), ISS (Instituto de Estudos Sociais, com sede em Haia – Holanda), UNITRABALHO e DIEESE. Ainda neste ano, após a realização de seminários regionais e de um seminário nacional para a discussão do tema, é criada a Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS/CUT, enquanto projeto estratégico “para a

⁷⁰¹ Seminário Nacional de Economia Solidária. Projeto de Desenvolvimento Solidário. CUT Brasil. São Paulo, 24 e 25 de setembro de 1999. (Subsídios para o Debate).

geração de novas oportunidades de trabalho e para a construção de alternativas de desenvolvimento sustentável e social.”⁷⁰²

O problema da recuperação de empresas falidas e da economia solidária é assim integrado por esse campo do sindicalismo no interior de um “modelo alternativo de desenvolvimento”, onde:

A geração de trabalho e a inserção social devem ser integradas a uma forma de promover o desenvolvimento. Uma estratégia de ampliação de oportunidades de trabalho passa por políticas nacionais de expansão e fortalecimento do emprego e novas formas de ocupação mas, sobretudo, pela promoção de novos padrões de desenvolvimento local e regional que viabilizem processos sustentáveis de crescimento econômico e distribuição da riqueza.⁷⁰³

Daí a indicação para a participação efetiva dos sindicatos no campo da organização econômica:

É então a interação entre as ações políticas e econômicas desenvolvidas pelos sindicatos com a organização econômica através de cooperativas ou outras formas coletivas de produção que possibilita uma visão integral do desenvolvimento e de suas possibilidades alternativas. A participação efetiva do sindicalismo na organização da produção, comercialização, crédito, etc., é um elemento essencial para a formulação de propostas de desenvolvimento alternativas e para a sua afirmação como legítima representação dos trabalhadores.⁷⁰⁴

Não se trata apenas de reconhecer e articular as experiên-

⁷⁰² Sindicalismo e Economia Solidária. Reflexões sobre o projeto da CUT. Publicação do GT Nacional Economia Solidária. **CUT Brasil**. Dezembro de 1999. p. 3.

⁷⁰³ Projeto de Desenvolvimento Solidário. Escola Sul. **CUT Brasil**, 1999. Texto-base do Seminário Regional Economia Solidária e Sindicalismo. Florianópolis, Escola Sul da CUT. agosto/99.

⁷⁰⁴ Id. *Ibid.*, p. 9.

cias de autogestão e cooperativas desenvolvidas no campo da CUT, apontando uma direção política para um problema concreto enfrentado pelos sindicatos nas suas bases. Também não se limita a uma orientação aos sindicatos para a construção de trincheiras econômicas como estratégia de resistência ao aumento do desemprego e da exclusão social. Essa ampliação do campo da atuação sindical, estendida para a criação de formas de organização econômica e a elaboração efetiva de alternativas de desenvolvimento, reflete também um processo de redefinição da estratégia política no interior da Central.⁷⁰⁵

As repercussões da crise econômica e da reestruturação produtiva nas organizações tradicionais de classe, instaurando um momento de recuo no movimento sindical, com a diminuição da capacidade de mobilização e representação num mundo do trabalho com agudas transformações, impulsionaram esse processo de redefinição estratégica, na sequência do que se denominou “sindicato cidadão”, cujo raio de ação deveria ultrapassar os limites corporativos e avançar para ações conjuntas no âmbito do Estado, das políticas públicas e da organização dos desempregados, buscando nesse processo a construção de alianças com os demais movimentos sociais.⁷⁰⁶

⁷⁰⁵ Não cabe neste momento a discutir a trajetória da CUT. No entanto, indicamos que esta inflexão na estratégia política da Central acelera-se após a segunda derrota de Lula, e pode ser percebida nas resoluções do 6o Congresso Nacional da CUT (1997), sobretudo no item Estratégia. Um estudo importante sobre este tema, que enfoca o início dos anos 90, é o de Rodrigues, Iram Jácome. **Sindicalismo e política: a trajetória da CUT**. São Paulo: Scritta, 1997. Em outro sentido vai a análise de Armando Boito, **Política Neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999. Para este autor, após a vitória de Collor, “A corrente hegemônica na CUT passou a apregoar que seria necessário abandonar o sindicalismo dos anos 80, que teria sido, segundo sua avaliação, meramente defensivo e reivindicativo. Nas palavras dos dirigentes da CUT tratava-se de abandonar a postura de ‘apenas se opor e ser contra’, para passar a apresentar ‘alternativas concretas’ para todos os problemas importantes da política nacional”, o que vai ser denominado de “sindicalismo propositivo”. p. 142.

⁷⁰⁶ 6o Congresso Nacional da CUT. Resoluções e Registros. 13 a 17 de agosto de 1997.

A ADS/CUT surge assim com um programa bastante amplo no campo da economia solidária, envolvendo ações de crédito solidário, educação, pesquisa e incubação e formação de redes de economia solidária. A Agência já nasce como um programa e uma estrutura de apoio e fomento.

O objetivo geral da Agência de Desenvolvimento Solidário é gerar novas oportunidades de trabalho e renda em organizações de caráter solidário e contribuir com a construção de alternativas de desenvolvimento social e sustentável. Seus objetivos específicos são:

- fomentar os valores da solidariedade na sociedade;
- facilitar e ampliar o acesso dos trabalhadores ao crédito;
- proporcionar a formação de agentes na construção da economia solidária e a formação profissional voltada para a ampliação da autonomia e da capacidade de gestão;
- construir novos conhecimentos no campo da economia solidária e realizar estudos que orientem na definição de estratégias e políticas da Agência;
- apoiar a criação e viabilização de empreendimentos solidários;
- organizar redes de economia solidária articuladas à estratégia de desenvolvimento sustentável;
- ampliar o acesso dos trabalhadores a informações sobre políticas públicas, legislação e mercado;
- proporcionar assessoria técnica, jurídica e política às organizações solidárias;⁷⁰⁷

No mesmo documento, são reafirmadas as parcerias realizadas

São Paulo. **CUT Brasil**, p. 32-46.

⁷⁰⁷ Sindicalismo e Economia Solidária... **CUT Brasil**. Op. cit., p. 61-62.

para a implementação da ADS, tanto nacionais (Unitrabalho e Dieese) como internacionais (Rabobank, Icco, ISS e Agriterra, todas holandesas), bem como são especificados os programas de crédito solidário, educação, pesquisa, incubação e formação de redes de economia solidária. Essa estratégia e essas definições seriam referendadas no VIIº Congresso Nacional da CUT, quando esse projeto é incluído no âmbito da estratégia política da Central.⁷⁰⁸

Nos primeiros documentos da ADS, não consta nenhum dado de empresa recuperada, das cooperativas criadas na base do sindicalismo CUT, o que, aliás, é apontado no Projeto com um item a ser pesquisado. Ou seja, a Agência surge como que descolada das experiências concretas, cujo envolvimento possivelmente engendraria objetivos mais tangíveis e direcionados para as necessidades imediatamente vivenciadas pelos trabalhadores nessas experiências. Comparativamente ao processo que deu origem a Unisol dos metalúrgicos do ABC, que como vimos partiu da reunião das experiências existentes na sua base de atuação, a Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT surge como um “corpo sem alma”, com estruturas e diretrizes não ancoradas em processos ativos de organização econômica dos trabalhadores. O projeto da ADS não faz referência à história recente de recuperação de empresas no Brasil, às cooperativas ou associações de produção já existentes, para daí derivar suas demandas e fundamentar a elaboração da estratégia nesta área. No entanto, menciona-se uma origem comum do sindicalismo e do cooperativismo, realizados ambos pelos trabalhadores qualificados no início da industrialização. Isto diz respeito à história das lutas sociais dos trabalhadores europeus. No Brasil, como vimos na primeira seção desse capítulo, os primeiros movimentos sindicalistas e anarcosindicalistas não lançaram mão das co-

⁷⁰⁸ VIIº Concut – Congresso Nacional da CUT. Resoluções e Imagens. CUT Brasil. São Paulo, 2000.p. 30-33.

operativas como estratégia de luta e resistência contra esse modo de produção. Além do mais, o desenvolvimento das ações da ADS parecem distanciar-se de uma perspectiva de organização da classe trabalhadora, como forma de resistência e luta contra esse modo de produção.

Não pretendemos nos estender demasiado nas ações realizadas pela ADS no campo da economia solidária, na medida em que passam ao largo do problema as fábricas recuperadas, que é o objeto da nossa pesquisa.⁷⁰⁹ Mas é necessário mencionar aqui, para apontar o lastro ideológico que a Agência vem realizando, as ações desenvolvidas através da parceria ADS/CUT-SEBRAE no âmbito do Programa de Ação Integrada para Economia Solidária e Desenvolvimento Local, no período março de 2003 a fevereiro de 2005.

O objetivo desse programa é “a ampliação da base social da economia local e o conseqüente aumento do potencial de desenvolvimento, através da constituição e fortalecimento de instituições locais da economia solidária.” As ações do Programa envolvem: – diagnóstico dos complexos cooperativos; – diagnóstico das bases de apoio às cooperativas de crédito; – planejamento (elaboração de estratégias de negócios para os complexos cooperativos e cooperativas de crédito); – e a execução dos projetos (políticas de governança intercooperativa, comerciali-

⁷⁰⁹ De acordo com o Relatório de Atividades de 2000, seu primeiro ano de funcionamento, a ADS começou a por em prática o seu projeto através da realização, entre outras, das seguintes ações: pesquisa em conjunto com a Unitrabalho sobre a economia solidária em seis estados; cursos de cooperativismo de crédito; várias atividades no âmbito da formação de dirigentes e formadores em economia solidária, em conjunto com a Rede de Formação da CUT; mencionam-se dois projetos especiais assessorados pela ADS, o Projeto Amafrutas (PA) e o Projeto Catende (PE); um banco de dados; ações no polo Moveleiro de Belém, com o movimento dos pescadores do Pará e com os jovens do Sisal (BA); parcerias com a Unisol dos Metalúrgicos do ABC; e formação com os maricultores de Santa Catarina. Entre 2000 e 2003, estruturou 8 escritórios regionais e a sede nacional em São Paulo. **ADS/CUT**. Relatório de Atividades 2000. ADS – Agência de Desenvolvimento Solidária. São Paulo, 2001.

zação, inovação, microfinanças e de autogestão/control social). No âmbito do crédito, as ações voltam-se para a assessoria ao Sistema Ecosol – Sistema Nacional de Cooperativas de Economia e Crédito Solidário. E no que diz respeito ao “desenvolvimento sustentável e solidário”, a estratégia da ADS privilegia a articulação de políticas para a constituição de “complexos cooperativos”, que são “concertações locais de empreendimentos econômicos solidários com afinidade setorial que atuam em estreita cooperação entre si, seguindo princípios da economia solidária e articulados ao desenvolvimento local.”⁷¹⁰ Os complexos cooperativas estariam distribuídos, além do crédito, em sete setores: agricultura, artesanato, fruticultura, metalurgia, maricultura, têxtil e reciclagem. Este último setor agruparia o maior número de complexos cooperativos (04), de municípios (19), de empreendimentos (65) e de trabalhadores (1798).⁷¹¹

Na análise de alguns materiais produzidos no âmbito deste acordo de parceria entre a ADS/CUT e o SEBRAE⁷¹², o que chama a atenção não é tanto a incorporação pelo SEBRAE dos temas da cooperação e da economia solidária, pois esta é ampla o suficiente para absorver uma expressão ideológica decorrente das práticas empresariais. O que ainda nos surpreende é a proximidade que o discurso da CUT apresenta neste tema com a ideologia capitalista, direcionando suas ações e realizando parcerias para a constituição de negócios e para a capacitação empresarial

⁷¹⁰ **ADS/CUT e SEBRAE**. Programa de Ação Integrada para Economia Solidária e Desenvolvimento Local. São Paulo, s/d.

⁷¹¹ O diagnóstico realizado em 5 complexos cooperativos encontra-se na obra: **A comercialização na economia solidária**. ADS/CUT, SEBRAE. São Paulo, 2002.

⁷¹² Alguns dos materiais analisados foram: *Elaboração de Planos de Negócios – EES (Empreendimentos Econômicos Solidários)*. SEBRAE, ADS/CUT. Brasília, 2003. *Desenvolvimento local e economia solidária: proposta de políticas públicas municipais*. ADS/CUT. São Paulo, s/d.; *Autogestão: possibilidades e ambiguidades de um processo organizativo peculiar*. ADS/CUT. São Paulo, s/d.; *Associativismo na comercialização: histórias testadas e aprovadas em todo o Brasil*. SEBRAE. Brasília, 2002.

das unidades produtivas baseadas na cooperação.

Parece-nos haver também uma profunda distância entre a forma como a estratégia da economia solidária foi apresentada no interior da Central e a sua realização prática. Na Xª Plenária Nacional da CUT, por exemplo, afirma-se que “a economia solidária é um projeto histórico e autêntico da classe trabalhadora e está colocada no debate político inserida num processo histórico de revolução social e de construção de uma economia socialista.”⁷¹³ Sendo assim, resta saber se foi o Sebrae que se tornou uma instituição aliada da classe trabalhadora na luta pela sua emancipação social, ou se foi a CUT que deu outro significado à revolução social e ao conteúdo do socialismo.

Antes de passarmos para a próxima seção, é preciso mencionar outro campo de experiências de fábricas recuperadas que vem se configurando no Brasil, ainda pequeno, mas que se distancia relativamente às experiências da Anteag e do sindicalismo CUT. Trata-se do processo desencadeado nas empresas CIPLA e INTERFIBRA, em Joinville/SC, a partir de 2002, quando teve início a construção de uma nova vertente no interior do campo das fábricas recuperadas, na medida em que se contrapõe frontalmente à ideia de cooperativismo, de autogestão e de economia solidária.

Estas duas empresas pertenciam ao mesmo grupo, com certa de 1000 trabalhadores. Quando perceberam que ambas as empresas caminhavam para o fechamento, com salários atrasados em alguns meses e direitos sociais não depositados há vários anos, os trabalhadores entraram em greve e, com o apoio de assessores e militantes do Partido dos Trabalhadores, assumiram o controle das fábricas. Inicialmente, os trabalhadores recusaram assumir a propriedade da empresa ou trocar as dívidas trabalhistas pelos meios de produção, o que levaria à sua vinculação ao

⁷¹³ CUT Brasil. 10ª Plenária Nacional da CUT. Resoluções. São Paulo, 9 a 11/05/2002.

campo das fábricas recuperadas, seja pela criação de uma cooperativa, uma associação de produção ou outra empresa cujas ações seriam detidas pelo conjunto dos trabalhadores.

A decisão que tomaram os trabalhadores, e pela qual batem-se desde então, é a da estatização da empresa “para salvar os 1.000 postos de trabalhos”. Uma ampla mobilização é realizada com este objetivo, em especial a elaboração de uma Carta ao Presidente Lula que recolheu milhares de assinaturas e foi entregue pessoalmente numa caravana realizada pelos trabalhadores até Brasília. Para o governo, no entanto, a estatização das empresas “não está no cardápio”, retirando qualquer possibilidade de apoio para esta finalidade. Com isso, os trabalhadores continuam no controle das empresas levando a diante a produção, mantendo-se firmes na proposição de que a estatização é a única maneira para salvar os seus empregos. Essa proposta encontrou alguma repercussão em outras experiências de fábricas recuperadas e, numa segunda caravana a Brasília, juntaram-se aos trabalhadores da Cipla e Interfibra (Plástico, Joinville) os da Flasko (Plástico, Sumaré/SP), da Flakepet (Reciclagem, Itapevi/SP), Cal Forte (fábrica de cal, Paraná), JB da Costa (Sabão, Recife), que iniciaram processos para a tomada da empresa e luta pela estatização.⁷¹⁴ Para essa nova vertente no campo das fábricas recuperadas,

...frente à falência das empresas e à ameaça de desaparecimento dos postos de trabalho, a única perspectiva realista que sobra é o controle operário da produção, abertura dos livros (controle administrativo e financeiro) e a luta pela estatização das empresas. É a única

⁷¹⁴ Uma recuperação do processo histórico dessa experiência e das posições políticas dos seus principais dirigentes encontra-se no “livro-reportagem” de NASCIMENTO, Janaína Quitério. **Fábrica quebrada é fábrica ocupada; Fábrica ocupada é fábrica estatizada**: a luta dos trabalhadores da Cipla e Interfibra para salvar 1000 empregos. Março de 2004.

alternativa que permite manter em primeiro plano a luta para salvar todos os empregos dos trabalhadores da fábrica, responsabilizando em última instância o capitalismo e seu Estado pela crise. Numa economia esmagada pelo capital financeiro especulativo não há saída para as empresas cooperativadas ou autogestivas. A disputa pelo mercado, a pressão pela produtividade, pelas ‘vantagens comparativas’, empurram inexoravelmente toda a economia capitalista para o abismo. [...] Nenhuma Cooperativa ou Autogestão pode fugir disso. Estas tentativas terminam por transformar os operários em carrascos de si mesmos. E o pior, e mais grave, retiram deles a perspectiva de combate da classe trabalhadora contra a classe capitalista para terminar com toda opressão e exploração sobre a humanidade. As cooperativas ou empresas autogeridas são levadas pela lógica da economia a buscar mercados, a competir, a combater e destruir as outras fábricas concorrentes, ou seja, destruir postos de trabalho de seus próprios irmãos. Afastar-se do eixo da luta pela estatização é inevitavelmente cair na vala reacionária da autogestão ou cooperativa.⁷¹⁵

Para o assessor político e dirigente da Cipla/Interfibra, se o “prato” da estatização não faz parte das opções do governo, o “da dita ‘economia solidária’ é um prato envenenado”, de forma que os trabalhadores dessas empresas não encontram abrigo para a proposta no âmbito da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE), pois aí

...a única perspectiva é a construção de um arquipélago de falanstérios, comunidades de produção, sem nenhum futuro. Eles buscam contornar a questão chave da exis-

⁷¹⁵ GOULART, Serge. Estatização versus cooperativa: a luta para salvar 1070 empregos. [mimeo] Serge Goulart, membro do Conselho Unificado dos Trabalhadores da Cipla/Interfibra/Flasko. s/d.

tência do Estado e da economia determinada pelas relações sociais capitalistas de produção. É como se a lei do valor e a tendência a queda da taxa de lucro não existisse e a sociedade não fosse controlada por uma classe social bem organizada e detentora dos meios de produção. Todos os outros que se dedicam à dita ‘economia solidária’ estão no mesmo barco do socialismo utópico de Fourier, que foi grande em seu tempo.⁷¹⁶

A perspectiva do controle operário da produção tem uma história no movimento dos trabalhadores. A nosso ver, uma tese que parece aproximar-se das defendidas atualmente nas empresas que reivindicam a estatização das fábricas recuperadas é a de Ernest Mandel, para quem os trabalhadores deveriam rechaçar qualquer responsabilidade na gestão das empresas no modo de produção capitalista. O controle operário seria a institucionalização da dualidade de poderes nas empresas, com os trabalhadores mantendo uma posição de fiscalização e veto às decisões da administração. Inspirado nos soviets, Mandel entende o controle operário como uma reivindicação transitória da luta da classe trabalhadora, devendo a autogestão ser colocada em prática somente “depois da derrocada do domínio do capital”.⁷¹⁷

⁷¹⁶ Serge Goulart. Apresentação. In.: NASCIMENTO, Janaína Q. **Fábrica quebrada...** Op. cit., p. 15.

⁷¹⁷ Sobre o controle operário, afirma Mandel: “A diferença fundamental entre ideias de ‘participação’ e ‘cogestão’, por um lado, e o conceito de controle operário, por outro lado, pode resumir-se da seguinte maneira: o controle operário rechaça toda responsabilidade da parte dos sindicatos e/ou dos representantes dos trabalhadores na gestão das empresas; exige para os trabalhadores o direito de veto em toda uma série de domínios que se referem à sua existência cotidiana na empresa ou na duração do seu emprego. O controle operário rechaça todo tipo de segredo, toda ‘leitura de contabilidade’ por um grupo de burocratas sindicais escolhidos cuidadosamente e exige ao contrário a maior e mais completa difusão de todos os segredos que os trabalhadores possam descobrir não somente ao examinar a contabilidade patronal e as operações bancárias das empresas, mas também, e, sobretudo, confrontá-las com a realidade econômica que encobre. O controle operário rechaça toda a institucionalização, toda a ideia de converter-se, mesmo

Esta experiência é recente e seus desdobramentos podem significar efetivamente a constituição de um campo novo no interior do movimento das fábricas recuperadas, cuja crítica à autogestão e ao cooperativismo podem fazer avançar as formulações teóricas das instituições situadas no campo da economia solidária. Para finalizar esse quadro das experiências realizadas no âmbito da economia solidária, resta verificar como ela é traduzida em políticas públicas municipais, estaduais e federal.

E a autogestão chega ao Estado (RS, SP, DF)

Vimos até aqui o surgimento das primeiras experiências de recuperação de fábricas falidas, o seu desenvolvimento com a criação da Anteag, as suas relações com os órgãos de fomento, o surgimento entre nós da expressão economia solidária e a forma como esse tema passa a ser alvo de debates e resoluções pelo movimento sindical Cutista, que cria nesse processo suas instituições e suas parcerias. Para finalizar a apresentação desse quadro geral a que nos propomos, vamos registrar rapidamente a inserção da universidade no campo da economia solidária, que se dá, sobretudo, através das Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária e, para concluir, apontar a introdução da economia solidária no âmbito das políticas públicas em diferentes esferas de governo.

A primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), surgiu no Rio de Janeiro no interior da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Uni-

que seja só por um período transitório, em uma 'parte integrante' do sistema porque compreende que sua integração implica, necessariamente, na sua degeneração, em instrumento de conciliação entre as partes." MANDEL, Ernest. **Controlle obrero, consejos obreros, autogestión**. [Antologia]. México: Ediciones Era, 1977.p. 23

versidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ). A partir dessa experiência de extensão universitária, outras iniciativas apareceram em diversas universidades brasileiras, recebendo um forte impulso no final da década de 90 com o Programa Nacional de Incubadores de Cooperativas (Proinc), lançado pelo Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) em parceria com o Banco do Brasil e a Coppe/UFRJ. Com recursos a fundo perdido para as universidades estruturarem suas ações nesta área, outras seis ITCP's são criadas. No início do ano 2000, já eram 14 Incubadoras universitárias e os últimos dados informam a existência de 23 Incubadoras.⁷¹⁸

Para Gonçalo Guimarães, Coordenador Nacional da Rede de Incubadoras Universitárias, o programa “tem como objetivo a inserção de setores marginalizados economicamente no sistema formal de economia.” O público alvo é formado, por um lado, pelos trabalhadores excluídos historicamente do mercado formal, populações de baixa renda e, por outro lado, os “trabalhadores que perderam seus empregos nos processos de privatização ou reestruturação das estatais.” Além desses, surgiram em outras Incubadoras os “projetos especiais”, com usuários e familiares do sistema de saúde mental, catadores de lixo, presidiários e ex-presidiários etc. Em síntese,

A proposta – além da inserção no mercado – é promover, sempre por meio do trabalho, a organização popular, tendo como perspectiva uma grande articulação nacional das cooperativas e, por consequência, dos cooperativados. Embasada em um outro modelo de economia que não o modelo capitalista de empresa,

⁷¹⁸ Sobre as ITCP's, ver os artigos de Gonçalo Guimarães (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: contribuindo para um modelo) e de Paul Singer (Incubadoras Universitárias de Cooperativas: um relato a partir da experiência da USP), ambos na obra: Singer, Paul & Souza, André R. **A economia solidária...** Op. cit., p. 111-122 e p. 123-134.

de exploração, apropriação ou concentração de renda, e nos princípios de solidariedade, igualdade e oportunidade, busca-se ajudar a formular um modelo alternativo de economia solidária.⁷¹⁹

A importância do programa e da Rede de Incubadoras universitárias neste quadro geral que estamos procurando construir dá-se por dois motivos principais: primeiro, porque as Incubadoras serão atores importantes na formulação de políticas públicas de economia solidária, participando inclusive como instituições executoras em parceria com governos municipais e estaduais e, segundo, porque daí sairão alguns dos principais quadros técnicos ou gestores que desenvolvem as políticas de economia solidária no âmbito federal.

Neste momento, e antes de mencionarmos as ações desenvolvidas nas diferentes esferas de governo, é importante percebermos o rápido e extenso desenvolvimento que teve o campo da economia solidária no Brasil. Vale lembrar que o conceito surgiu em meados da década de 90. Em pouco mais de cinco anos, quando da realização do *Iº Fórum Social Mundial* em Porto Alegre (25 a 30 de janeiro de 2001), o Seminário “*Economia Popular Solidária: alternativa concreta de radicalização da democracia, do desenvolvimento humano, solidário e sustentável*” reuniu as principais instituições envolvidas com o desenvolvimento da economia solidária no Brasil, entre elas: Anteag, ASD/CUT e Pacs, já mencionadas neste trabalho, junto com a Cáritas Brasileira, Fase (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) e a Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Institucionais do Governo do Rio Grande do Sul (SEDAI/RS). Essas instituições constituíram o GT Brasileiro, que preparou as atividades do I FSM e manteve-se para a organização do tema no

⁷¹⁹ GUIMARÃES, Gonçalo. Incubadoras Tecnológicas... Op. cit., p. 117.

IIº FSM, também realizado em Porto Alegre no início de fevereiro de 2002. Essas instituições reunidas em torno do GT Brasileiro, e outras que foram nele se engajando a partir desse espaço de articulação e estreitamento das relações, acumularam forças e, com a vitória de Lula nas eleições de 2002, demandaram ao novo governo a inclusão de uma política para a economia solidária.

Para tanto, o GT Brasileiro formulou uma Carta ao governo Lula indicando diretrizes gerais para o desenvolvimento da economia solidária, bem como pleiteando a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária. A Carta foi divulgada amplamente por correio eletrônico. Ao mesmo tempo, o GT Brasileiro se colocou a tarefa de organizar a Plenária Brasileira de Economia Solidária, a fim de construir uma agenda de interesse comum para o conjunto do movimento de economia solidária.⁷²⁰

Na Plenária Brasileira de Economia Solidária, as instituições já constituíram as bases para o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, com o qual a Secretaria Nacional de Economia Solidária deveria manter um canal de diálogo permanente para...

elaborar políticas de forma interdisciplinar, transversal, intersetorial, adequadas à expansão e fortalecimento da economia solidária no país e executá-las de maneira estratégica, particularmente no que se refere ao marco legal, finanças solidárias, redes de produção, comercialização e consumo, democratização do conhecimento e tecnologia.

No IIIº Fórum Social Mundial, em 2003, já estava definida a constituição da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, tendo

⁷²⁰ Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária. **GT Brasileiro de Economia Solidária/FSM**. 2004.

com secretário Paul Singer. Os principais quadros técnicos e políticos que comporão a equipe da SENAES virão, por um lado, da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP (Universidade de São Paulo) e, por outro lado, da equipe do Programa de Economia Solidária do Rio Grande do Sul (SEDAI/RS), dissolvida após a derrota eleitoral de 2002. Os demais quadros virão de outras universidades, Igreja e movimentos sociais.

Quando foi criada a Secretaria Nacional, permanecia em andamento o programa de políticas públicas voltado para a economia solidária no interior da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade (SDTS) da Prefeitura de São Paulo, denominado Programa Oportunidade Solidária. Esta ação no campo das políticas públicas e a realizada no Rio Grande do Sul apresentam enfoques bastante diferenciados, o que nos permitirá perceber algumas possibilidades para a ação do Estado nesta área.

De forma geral, uma característica comum do programa do Rio Grande do Sul e o de São Paulo é a de serem políticas indutivas, ou seja, que procuraram organizar ou apoiar a constituição de “empreendimentos econômicos solidários”, principalmente cooperativas. Em São Paulo, o programa de economia solidária atuou também na constituição de empreendimentos individuais, enquanto que no Rio Grande do Sul o foco era para projetos coletivos (mínimo de 5 pessoas). Outra distinção residiu em que o eixo político do programa do Rio Grande do Sul estava centrado na formação de cooperativas ou empresas de autogestão, incluindo a recuperação de empresas falidas, enquanto esta perspectiva de recuperar empresas permaneceu praticamente ausente no programa de São Paulo, focado como esteve politicamente na economia solidária, através da tentativa de constituição de pequenos empreendimentos econômicos nos bairros da periferia, formados por pessoas beneficiárias dos programas de redistribuição de renda implementados pela prefeitura.

O Programa de Economia Popular Solidária do Governo do Rio Grande do Sul, realizado durante o governo Olívio Dutra (1999-2002), no âmbito da Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Institucionais (SEDAI), iniciou suas ações no ano de 2000, através de um convênio realizado com a Anteag para a assessoria, capacitação e criação de empreendimentos autogestionários.⁷²¹

No primeiro ano de gestão a concepção geral do programa foi sendo elaborada, ao mesmo tempo em que ações concretas iam sendo desenvolvidas.⁷²² Em meados de 2000, segundo uma publicação da Anteag, já estavam em andamentos 45 projetos no Rio Grande do Sul.⁷²³ Em 2001, quando da realização do Iº Fórum Social Mundial, anunciava-se a constituição de 302 empreendimentos, sendo desses 144 empresas de autogestão.⁷²⁴ Já mencionamos anteriormente a disparidade encontrada nas informações sobre os resultados desse programa, e a tendência que se verifica para a inflação dos dados e dos resultados.

De todo modo, em meados de 2001, a partir das ações desenvolvidas nos anos anteriores, o Governo do Rio Grande do Sul, reconhecendo a importância e o espaço social que esta po-

⁷²¹ Sobre o movimento de economia solidária no Rio Grande do Sul, ver: GAIGER, Luiz Inácio; BESSON, Marinês; LARA, Fernando; SOMMER, Ivan. **A Economia Solidária no RS: viabilidade e perspectivas**. Cadernos Cedope, UNISINOS. Ano 10, n 15, 1999. Série: Movimentos Sociais e Cultura. Nesta pesquisa, são analisadas 35 experiências provenientes de três programas de fomento: – Projetos Alternativos Comunitários (PACs) da Cáritas; – o Programa de Apoio à Economia Popular, da Secretaria Municipal de Produção, Indústria e Comércio de Porto Alegre; – o Sistema Cooperativista dos Assentamentos, da Cooperativa Central dos Assentamentos do RS (MST).

⁷²² De acordo com uma publicação do Governo do Rio Grande do Sul, o convênio com a Anteag, para o período de dois anos (dezembro de 1999 à dezembro de 2001), no valor de R\$ 4 milhões, consistia também na contratação de monitores para acompanhamento de empreendimentos autogestionários. Direitos Humanos, Políticas de Inclusão Social (1999-2000). **Governo do Estado do Rio Grande do Sul**, janeiro de 2001.

⁷²³ **Anteag**. Boletim Autogestão. Nº 2 – junho/julho de 2000. p. 4.

⁷²⁴ Anteag. Economia Solidária e políticas Públicas. In: **Economia Populpar Solidária: alternativa concreta...** Op. cit., p. 34-35.

lítica registrou no estado, cria o Departamento de Economia Popular Solidária e, ao mesmo tempo, lança o Programa de Economia Popular Solidária – Ecopopsol – que, por sua vez,

institui as Políticas Públicas para a Economia Popular Solidária, que objetivam criar, manter ou ampliar oportunidades de trabalho e acesso à renda, através de empreendimentos de caráter coletivo e participativo, autogeridos pelos trabalhadores, permitindo o incentivo ao desenvolvimento de novas atividades econômicas, proporcionando uma distribuição mais justa e equitativa da renda.⁷²⁵

O programa estruturava-se em cinco eixos de atuação: 1. Formação e educação em autogestão; 2. Capacitação do processo produtivo; 3. Financiamento; 4. Comercialização; 5. Incubadoras de economia popular solidária. Não iremos aqui detalhar as ações do Programa e a atuação em cada um dos eixos. Cabe mencionar, no entanto, a constituição, para a relação dessas ações, de equipes de Técnicos de Extensão em Autogestão (TEAG's), sendo contratados, através da Anteag, Universidades e ONG's parceiras do programa, 85 monitores/técnicos em autogestão, com o objetivo de prestar atendimento aos empreendimentos constituídos ou em constituição, “utilizando metodologia e a assistência técnica altamente qualificada, através de um sistema de identificação e resolução de problemas técnicos, gerenciais e tecnológicos, conjugada com a especialização em autogestão.”⁷²⁶

No final de 2001, com o final do convênio com a Anteag, o Departamento de Economia Solidária convida a COPPE/UFRJ, “uma referência nacional em desenvolvimento metodológico de incubagem de cooperativas”, para realizar o suporte

⁷²⁵ Programa de Economia Popular Solidária. Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Institucionais. **Governo do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, junho de 2001. [mimeo].

⁷²⁶ Id. *Ibid.*, p. 9-10.

técnico ao Programa, coordenar as ações de monitoramento dos empreendimentos e para a constituição de um “escritório técnico de orientação, avaliação global do trabalho e readequação da metodologia”.⁷²⁷ Sobre as relações estabelecidas com outras instituições, o livro de Paulo Leboutte informa o convênio realizado com cinco universidades gaúchas e outras entidades (ADS/CUT, Escola dos Trabalhadores 8 de Março, Centro de Assessoria Multiprofissional, Cáritas etc.), num total de 16 entidades conveniadas em meados de 2002 para atividades de formação, monitoramento e acompanhamento dos empreendimentos.⁷²⁸

Uma dos aspectos que merece destaque da experiência do Rio Grande do Sul é, para além dos recursos e equipamentos públicos disponibilizados para a efetivação do programa, o fato de ter partido de uma delimitação bastante precisa do seu objeto, isto é, de terem procurado definir com critérios as experiências que eram de interesse do poder público. Nesse sentido, destacamos a seguir algumas especificações ou critérios estabelecidos para o ingresso dos empreendimentos no programa:

- Quanto à forma de organização: *“deverão ser organizados preferencialmente como cooperativas, incluindo ainda as sociedades por quotas de responsabilidade*

⁷²⁷ LEBOUTTE, Paulo. **Economia popular solidária e políticas públicas:** a experiência pioneira do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, ITCP/COPPE, 2003. p. 47-49. Leboutte era dirigente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Petroquímicas e afins de Triunfo – Sindipolo, e da direção da CUT Regional de Porto Alegre, de onde se licenciou para ingressar no Programa de Economia Popular Solidária. No livro, apresenta-se como “Técnico em Autogestão da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da COPPE/UFRJ”.

⁷²⁸ Informa Leboutte que, no final de 2001, “todo o trabalho de monitoramento, acompanhamento, formação e a educação para a autogestão na ponta estava calcado em pessoas contratadas através do convênio com a Anteg. Permanece, no entanto, o trabalho dos técnicos dos convênios com as universidades, iniciado em outubro, mas sem um suporte que depois demonstrou ser imprescindível: o do acompanhamento e da formação para a autogestão.” Ao mesmo tempo, avalia o autor que, após dois anos de convênio com a Anteg, “uma massa crítica já havia sido criada”. Id. *Ibid.*, p. 48-53.

limitada, as associações, sociedades anônimas de capital fechado e grupos em processos de formalização.”

- Quanto à forma de gestão, os empreendimentos deverão: “- *ser autogestionários; – possuir Assembleia Geral como órgão máximo de decisão, onde cada trabalhador tem direito a um voto independente do tamanho da parcela de capital que possua; – ter eleições diretas para a direção; possibilitar a rotatividade nos órgãos diretivos; – realizar assembleias gerais frequentes; garantir o funcionamento efetivo do conselho fiscal; – manter prestações de contas regulares; – garantir, a todos os seus integrantes, acesso a informações gerenciais relevantes.”*

- Ênfase na formação: “- *integrar o processo de educação e formação em autogestão desenvolvido pelo Programa”.*

- Forma de remuneração e distribuição de resultados: “- *adotar sistema de remuneração e de distribuição dos resultados com base no trabalho e não permitir grandes disparidades entre a menor e a maior remuneração mensal; – submeter à Assembleia Geral os casos em que sejam necessárias diferenciações de remuneração por conta do exercício de cargo diretivo.”*

- Domínio do processo produtivo e propriedade coletiva do patrimônio: “- *todo o empreendimento de Economia Popular Solidária deverá ter como objetivo o domínio do processo produtivo e seu patrimônio deverá ser propriedade coletiva.”*

- Número mínimo de integrantes: “- *os empreendimentos deverão possuir no mínimo 5 (cinco) trabalhadores associados.”*

- Contratação de trabalhadores não associados: “- *li-*

*mitar a contratação de trabalhadores não associados no máximo a 10% (dez por cento) do total de associados, como forma de compor períodos de sazonalidade na produção.*⁷²⁹

Como se vê, o Programa procurou estabelecer critérios objetivos que permitissem avaliar o conteúdo político das experiências, no sentido de que esses mantivessem mecanismos institucionais que apontassem para uma democratização das relações de trabalho no interior dessas unidades produtivas. Esses critérios são importantes para se evitar que a forma cooperativa seja empregada para precarizar as relações de trabalho, dando azo, por exemplo, às formas de terceirização praticadas por empresas para reduzir os custos com a força de trabalho. Além disso, pelo conteúdo dos critérios estabelecidos, sobretudo no que diz respeito à existência dos mecanismos de participação dos trabalhadores nas decisões e acesso à informação, bem como à indicação para a igualitarização das remunerações e no estabelecimento de limites para a contratação de assalariados, entendemos que estes podem constituir um patamar mínimo para o desenvolvimento de relações sociais novas, antagônicas às relações sociais do capital, de exploração econômica e opressão política. No entanto, a definição desses critérios, por si só, é insuficiente para garantir a democratização real do processo produtivo e a construção pelos trabalhadores de mecanismos que lhes permita apropriarem-se ao mesmo tempo da propriedade e da gestão dos processos econômicos.⁷³⁰

⁷²⁹ Programa de Economia Popular Solidária. Governo do Rio Grande do Sul. Op. cit., p. 14-16. Existiam ainda critérios que diziam respeito à saúde do trabalhador e à preservação do meio ambiente.

⁷³⁰ Sérgio Kapron, o diretor do Departamento de Economia Popular Solidária/SEDAI, toca nesses limites quando afirma que “Uma política de desenvolvimento, a partir de uma unidade da federação – um estado regional – que não detém os tradicionais instrumentos de política macroeconômica, requer a constituição de instrumentos diretos e indiretos que criem um ambiente econômico e social propício à atividade econômica. Para isso, é fundamental a o desenvolvimento de metodologias, a

Sobre as experiências resultantes do Programa de Economia Popular Solidária do Rio Grande do Sul, não dispomos de um estudo realizado no âmbito acadêmico ou por uma fonte não comprometida com as instituições envolvidas no desenvolvimento do Programa. O que conhecemos é a pesquisa realizada em 2001 pelo Ibase em parceria com a Anteag, em que foram ouvidos 367 trabalhadores de 13 empreendimentos autogestionários nas cinco regiões do estado gaúcho.⁷³¹ A pesquisa buscou perceber as “mudanças comportamentais” provocadas pelo trabalho cooperativo, tendo como foco a “emergência de uma cultura de autonomia ou autogestionária.”⁷³² Não vamos expor os pressupostos da pesquisa nem a metodologia utilizada, apenas registrar alguns dos seus resultados.

Antes disso, porém, vale registrar que, nesta pesquisa, e em vários documentos que tratam do Programa de Economia Solidária do Rio Grande do Sul, aparece a afirmação exaltando a “cultura associativa mais incidente do que no restante da maio-

constituição de infra-estruturas, a capacitação e a organização de agentes locais e a constituição de capacidades inovadoras que possam ser acessados pelos produtores. Mesmo assim, estas políticas tendem a enfrentar as limitações impostas através do mercado, sobretudo pelos setores que concernem poder econômico (quase sempre apoiados em poder político). Portanto, estas políticas de desenvolvimento também têm o desafio de constituir espaços políticos e econômicos para que os próprios produtores autônomos definam os marcos das suas relações de produção e troca.” KAPRON, Sérgio. Programa Economia Popular Solidária: uma contribuição do Governo Democrático Popular para um novo desenvolvimento. In.: **Economia Popular Solidária**. Alternativa concreta... Op. cit., p. 43-45.

⁷³¹ **Autogestão em avaliação**. IBASE/Anteag. São Paulo: Anteag, 2004. Os setores da amostra (e o número de empresas), são: agropecuária/agroindústria (3); lanifício (1); reciclagem de lixo (2); metalurgia (2); móveis (2); calçados (2); carnes e derivados (1).

⁷³² Id. *Ibid.*, p. 24. Os autores não levaram em conta a produção acadêmica das experiências de cooperativas e fábricas recuperadas existentes no Brasil, apontando para uma “carência de estudos empíricos sobre as experiências de autogestão e, mais particularmente, que levem em conta o discurso dos próprios trabalhadores”. (p. 33) Ora, na época da pesquisa, 2001, já se contava no Brasil pelo menos uma dúzia de estudos de caso sobre tal fenômeno, como já referimos.

ria dos estados brasileiros”. Lança-se isto sem qualquer dado de comprovação que permita inferir uma tradição associativa ou cooperativista que distinga esta região do resto do País. Poderíamos sugerir que, dada a vocação agropecuária do Rio Grande do Sul, aí se concentram um grande número de cooperativas, uma vez que estas surgiram principalmente voltadas para as atividades agrícolas. Mas isso não significa uma tradição solidarista ou associativista no sentido que se está propondo atualmente. Pelos dados de 2003 da OCB, o Rio Grande do Sul era o quarto estado da Federação em números de cooperativas.

Sobre a pesquisa, vale mencionar alguns dados de realidade: 65% dos trabalhadores possuíam o primeiro grau incompleto; e a renda de 63% é de um a três salários mínimos. Dos resultados da pesquisa, algumas observações sobre o fenômeno já observadas em outras pesquisas: – a gestão da empresa e o processo de produção “representam espaços distintos”; – o afrouxamento da hierarquia; – a forma de propriedade provoca nos trabalhadores o “sentir-se dono”; – a hierarquia tende a ser o resultado de uma “tensão” entre a valorização da participação e a divisão do trabalho; – a divisão de “papéis” e funções anteriores permanece como quadro de referência; – 63% concordam com as remunerações diferenciadas; – em alguns momentos, os trabalhadores reportam-se aos diretores como os “patrões”, sem que os autores tenham buscado explicações para isso; – reaparece o problema dos balanços contábeis, inacessíveis aos trabalhadores; – por fim, o conhecimento dos trabalhadores sobre o processo produtivo é maior do que sobre a gestão do negócio.⁷³³ Como resultado, os autores apresentam, entre outros, o seguinte:

A pesquisa constatou que 66% dos entrevistados consideraram que a forma como trabalham hoje é distinta de quando eram empregados. Para 79% deles a principal

⁷³³ Id. Ibid., p. 50-66.

alteração foi ‘maior empenho e compromisso com o trabalho’. Esse inequívoco envolvimento do trabalhador com o próprio trabalho é fonte de desenvolvimento pessoal.⁷³⁴

Uma curiosidade é a de saber o que pensam os 34% para quem a forma de trabalho não mudou. E, mesmo para aqueles que se verificavam um maior empenho e compromisso, é preciso saber em que sentido se pode concluir que isso significa desenvolvimento pessoal. Pode-se questionar se o maior envolvimento ou motivação não significam um aumento da exploração, isto é, do trabalho não pago. Ou seja, se a “vantagem comparativa” das cooperativas que emergem a partir das fábricas falidas reside no recurso às formas de exploração da mais-valia absoluta. É para isso que a pesquisa apontou em outro momento, quando afirmou que “o compromisso com a empresa se traduz fundamentalmente em mais trabalho no sentido da produção, já que o resultado dela é visto agora como algo que retorna para os trabalhadores.”⁷³⁵

Devemos reter, da experiência do Rio Grande do Sul, as seguintes características: a ênfase na constituição de cooperativas e empreendimentos autogestionários; a opção, portanto, pela constituição ou apoio aos coletivos de produção; a parceria com ONGs e universidades para as atividades de formação, capacitação, monitoramento e acompanhamento das cooperativas, empresas ou grupos de produção; a limitação do acesso às políticas e equipamentos disponibilizados no âmbito do Programa para os empreendimentos que atendessem aos critérios pautados por indicadores de democratização das experiências e princípios cooperativistas.

No caso da experiência na capital paulista, a compreensão das ações realizadas pelo Programa Oportunidade Solidária

⁷³⁴ Id. *Ibid.*, p. 24.

⁷³⁵ Id. *Ibid.*, p. 79. Na empresa com maior índice de participação (94%), aparece o mecanismo instituído no qual “qualquer decisão sobre despesas acima de R\$ 300,00 é submetida à assembleia geral”. (p. 66)

precisam ser entendidas no âmbito da “estratégia paulistana de inclusão social”, desenvolvida pela Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade (SDTS) da Prefeitura Municipal de São Paulo durante a gestão petista de Marta Suplicy (2001-2004).⁷³⁶ Em linhas muito gerais, a estratégia paulistana articulava três eixos de programas: 1) redistributivos; 2) emancipatórios; 3) de apoio ao desenvolvimento local. Essa estratégia partiu de um diagnóstico o mais amplo possível da exclusão social na cidade de São Paulo, que balizou a implementação das ações e dos programas, iniciando pelos distritos que apresentavam os piores indicadores sociais.⁷³⁷

Os programas redistributivos formaram o primeiro eixo da estratégia, composto pelos Programas Renda Mínima, Bolsa Trabalho, Operação Trabalho e Começar de Novo. O Renda Mínima era o carro-chefe dos programas redistributivos e possuía um caráter universalista, sendo beneficiadas as famílias com dependentes em idade escolar (0 a 15 anos) e com renda inferior a 0,5 salários mínimos per capita, sendo implantado progressivamente até abranger todos os 96 distritos da cidade de São Paulo (13 distritos na primeira fase, outros 37 na segunda fase, e os

⁷³⁶ A concepção e a estratégia de implementação da “estratégia paulistana de inclusão social” desenvolvida pela SDTS/PMSP resultaram nas seguintes obras, na sequência da implementação da “estratégia”: Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade: novos caminhos para a inclusão social. Márcio Pochmann [org.]. São Paulo: Cortez; Fundação Perseu Abramo, 2002. ; Outra cidade é possível: alternativas de inclusão social em São Paulo. M. Pochmann [Org.]. São Paulo: Cortez, 2003. ; Políticas de inclusão social: resultados e avaliação. M. Pochamann [Org.]. São Paulo: Cortez, 2004.

⁷³⁷ “O maior município brasileiro e o mais importante centro produtivo latino-americano, responsável pelo quinto orçamento público nacional, não contava, até dezembro de 2000, com uma política ou pelo menos com um conjunto mínimo de ações para o combate à pobreza, ao desemprego e à desigualdade de renda. Essa ausência não decorria da inexistência de exclusão socioeconômica em São Paulo. Pelo contrário, [...] 20% dos chefes de domicílio paulistanos vivem em condição de pobreza e mais de 800 mil trabalhadores estão desempregados.” **Desenvolvimento, Trabalho...** Op. cit., p. 48-49.

restantes 46 na terceira fase). Os demais programas redistributivos possuíam focos específicos: o Bolsa-Trabalho beneficiava os desempregados entre 16 e 29 anos de idade, em várias modalidades (Bolsa-Trabalho renda, cursinho, estágio, emprego); a Operação Trabalho atendia os desempregados de longa duração, entre 21 e 39 anos; e o Começar de Novo estava direcionado para os desempregados com mais de 40 anos. Com exceção do Renda Mínima, os demais programas redistributivos envolviam atividades de capacitação ocupacional ou comunitária.

O segundo eixo da estratégia paulistana era formado pelos programas Oportunidade Solidária, Capacitação Ocupacional e a Central de Crédito São Paulo Confia. Sobre o Oportunidade Solidária, abordaremos a seguir. O Programa de Capacitação Ocupacional oferecia cursos de formação e aperfeiçoamento técnico para assalariados, autônomos e agentes comunitários. O São Paulo Confia era o Banco do Povo, instituição de microcrédito que possuía uma linha específica de fomento à economia popular e solidária. O terceiro eixo era formado pelos Programas de apoio ao desenvolvimento local, e incluía os programas de desenvolvimento local e o São Paulo Inclui, que operava como uma central de intermediação de mão de obra e negócios.⁷³⁸

Esses programas mantinham uma articulação institucional, sobretudo porque os beneficiários dos programas redistributivos optavam, a certa altura dos programas, pela participação nos programas emancipatórios, em especial no Oportunidade Solidária ou no Capacitação Ocupacional. No caso do Oportunidade Solidária, o público era prioritariamente formado por beneficiários dos programas Bolsa-Trabalho e Começar de Novo. Durante as

⁷³⁸ A Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade (PMSP) foi constituída no início da Gestão Marta Suplicy. A quase totalidade dos quadros técnicos e dos recursos que permitiram a realização de parcerias com organizações não governamentais e associações da sociedade civil, era proveniente de acordos de cooperação internacional entre a PMSP com a UNESCO e a FAO/ONU.

atividades próprias desses programas redistributivos, eram realizadas intervenções de sensibilização e explicação dos programas emancipatórios, para permitir que os beneficiários optassem entre o caminho da capacitação ocupacional ou do programa que visava à constituição de empreendimentos solidários, que era o foco do Programa Oportunidade Solidária.⁷³⁹)

A concepção que articulou a estratégia, e na qual estava inserido o Programa Oportunidade Solidária, era o de aproveitar o período em que os beneficiários estavam recebendo os recursos monetários para potencializá-los através de processos organizativos que visavam romper com o ciclo de exclusão e de vulnerabilidade social. Nesses processos organizativos, os programas emancipatórios e, em especial o Oportunidade Solidária, procuravam “incubar” empreendimentos populares para a geração de trabalho e renda, visando a autonomização econômica dessas pessoas. Para isso, além da assessoria para a constituição desses empreendimentos, o Programa auxiliava na produção dos “planos de negócio” e o seu encaminhamento, quando fosse o caso, para a central de crédito do Banco do Povo. No início do desenvolvimento do Programa Oportunidade Solidária, sua concepção articulava a cultura do empreendedorismo com a da constituição de empreendimentos solidários, conforme podemos ver na seguinte definição:

⁷³⁹ “Em particular os beneficiários do Começar de Novo e do Bolsa Trabalho, ao receberem o auxílio monetário, participam de atividades oferecidas pelos programas de Capacitação Ocupacional ou Oportunidade Solidária, ou até mesmo dos dois quando isto for viável e desejável. Após o período da bolsa, aqueles cidadãos e cidadãs que esboçaram um projeto de empreendimento para a geração de ocupação e renda, continuarão recebendo assessoria e outros apoios do Programa Oportunidade Solidária, numa interface estreita com o Projeto de Desenvolvimento Solidário, para incubar e dar-lhes condições de autonomização, bem como poderão acessar à Central de Crédito Popular para financiar seus negócios e o Programa São Paulo Inclui para ajudá-los na ampliação da demanda por produtos e serviços que ofereçam.” Termo de Referência para Estabelecimento de Carta de Acordo para Incubação de Empreendimentos Populares Autogestionários. Projeto de Desenvolvimento Solidário. FAO – PMSP, São Paulo, 2002. p. 13.

O Programa Oportunidade Solidária [...] consiste no aporte de técnicas de reconciliação com o desenvolvimento de empreendimentos comunitários, através da difusão tanto de capacitação necessária quanto de oportunidades exigidas para que desempregados e subocupados possam alcançar autonomia econômica e emancipação social. Através do Programa Oportunidade Solidária, será disponibilizado o acesso à cultura do empreendedorismo, com responsabilidade social, a coletivos de trabalhadores desempregados e subocupados interessados na constituição de micro e pequenos negócios, com cursos de capacitação técnica e apoio à incubação (condução e operacionalização) de cooperativas, empreendimentos solidários e associações e redes de atividades econômicas com alta e baixa agregação tecnológica, entre outros.⁷⁴⁰

O trabalho de incubação dos empreendimentos não era realizado diretamente pela equipe do programa, mas em convênio com múltiplas organizações da sociedade civil, que atuavam cada uma em determinados distritos e regiões da cidade de São Paulo. No primeiro ano, o Programa Oportunidade Solidária realizou parcerias para o desenvolvimento das atividades de sensibilização e incubação com a ITCP/USP (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP), Anteag, Unisol (Sind. Dos Metalúrgicos do ABC) e NAPES (Núcleo de Ação e Pesquisa em Economia Solidária). A partir do segundo ano, ampliou-se o número de “instituições parceiras”, chegando-se ao estabelecimento de convênios com 14 “incubadoras”, todas elas figurando no campo da economia solidária.⁷⁴¹

⁷⁴⁰ Programa Oportunidade Solidária: Soluções para o cidadão. PMSP, Governo da Reconstrução. Julho de 2001. p. 7-8.

⁷⁴¹ Estas instituições eram: Anteag – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária; Ceabra – Coletivo de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros do Estado de São Paulo; Cebracoop – Central Brasileira das Cooperativas de Trabalho; Ceep – Centro de Estudos e Pesquisa; Instituto

Dentre as diretrizes metodológicas do Programa, cabe destacar os pontos que esclarecem o eixo do trabalho de incubação e o próprio papel das instituições incubadoras. Sobre o primeiro ponto, o Termo de Referência estabelece que o

núcleo gerador será o empreendimento, ou seja, todas as atividades (sejam elas de formação, qualificação, socialização, oficinas, organização, assessoria, etc.) deverão partir e voltar-se para a constituição das empresas e, destas, não apenas como estratégia organizativa, mas também como negócio viável para a geração de renda, desenvolvimento pessoal e cidadão e melhora da qualidade de vida, relacionamento social e de trabalho dos seus membros. Como finalidade do processo, o cidadão e seu desenvolvimento e inserção social mais equitativa.

As estratégias de incubação (tais como formação, experimentação/ oficinas, práticas econômicas, capacitação técnica/ocupacional, assessoria multidisciplinar, estudos de viabilidade, elaboração do plano de negócios e de estratégias de inserção no mercado, organização do processo de trabalho, do empreendimento, etc.) serão instrumentos para propiciar autogestão da empresa e deverão favorecer a apropriação pelos grupos dos conhecimentos e processos de decisão, em particular fortalecendo espaços de decisão coletiva.⁷⁴²

Tratando-se, portanto, de política indutiva que visa à criação de empreendimentos coletivos, o papel das incubadoras, inspirado pelos princípios da economia solidária, definia-se como sendo o “catalisador” dos conhecimentos dos grupos, mediante

Cooperando; ITCP-PUC/SP; ITCP-USP; Instituto Lidas; Integra Cooperativas; Napes – Núcleo de Ação e Pesquisa em Economia Solidária; PUC Nova Escola – Centro Acadêmico XX de Agosto; Rede Unitrabalho; ITS – Instituto de Tecnologia Social; Fundação ITCP-Coppetec/UFRJ.

⁷⁴² Termo de Referência... Op. cit., p. 16.

a “identificação de oportunidades de negócios para orientar os grupos na constituição do empreendimento”. As incubadoras deveriam também realizar o acompanhamento e suporte técnico dos empreendimentos, como “partícipe e corresponsável” pela sua organização, além de buscar a sua articulação em “redes”, para o “fortalecimento da cultura solidária”.⁷⁴³

Enquanto resultados do Programa Oportunidade Solidária, foram atendidos, durante os quatro anos do programa, cerca de 20 mil pessoas, que haviam passado pelas fases de pré-incubação e incubação de empreendimentos, em 45 distritos da periferia de São Paulo. Desse processo, apontou-se como resultado cerca de 300 empreendimentos, dos quais aproximadamente 27% eram individuais, 69% coletivos e 4% estavam em processo de definição. Os setores econômicos desses empreendimentos eram, para mencionar os mais recorrentes: alimentação (26%); comércio (26%); costura (10%); reciclagem (7%); artesanato (7%); estética (4%), entre outros, como serviço de limpeza e construção civil. É preciso lembrar, como já o fizemos para a experiência do Rio Grande do Sul, que os dados dos empreendimentos tendem a estar inflacionados, sendo a quantidade de empreendimentos efetivamente constituídos inferior aos anunciados, inclusive porque dependia-se das informações repassadas pelas instituições parceiras incubadoras.

O Programa desenvolveu alguns “projetos especiais” que não se adequavam aos parâmetros da incubação, como o ACAS – Associação Cultural dos Artesãos Solidários, que organizou e associou cerca de 80 artesãos que trabalhavam autonomamente, com o objetivo de buscarem coletivamente espaços para a comercialização dos produtos e o desenvolvimento de cursos para aprimorar a qualidade do artesanato. Outro “projeto especial” foi o da reabertura da fábrica de componentes pré-fabricados pa-

⁷⁴³ Id. *Ibid.*, p. 17.

ra a construção civil da Associação de Moradores de Vila Nova Cachoeirinha, realizado em conjunto com a SEHAB – Secretaria de Habitação do Município de São Paulo. A Associação de Cachoeirinha foi a primeira a atuar na construção de moradias em regime de mutirão, possuindo, portanto, uma forte tradição associativa, e detinha todos os equipamentos de uma fábrica de blocos pré-fabricados. A ideia foi a de reativar a fábrica, sob o controle da Associação de Moradores, inserindo-a no interior da cadeia produtiva da construção de moradia popular em regime de mutirão, que se encontrava em andamento na SEHAB. Esse foi o único projeto de reabertura de fábrica desenvolvido pelo Programa Oportunidade Solidária.

Como atuei durante um período no Programa Oportunidade Solidária⁷⁴⁴, passo a desenvolver a seguir alguns comentários gerais sobre a sua estratégia e sobre os resultados alcançados. De início, entendo que a estratégia paulistana de inclusão social representou, em termos de políticas públicas, uma ação ousada e inovadora ao implantar, desde o primeiro ano de governo, os programas redistributivos e de garantia de renda mínima para as populações que viviam abaixo da linha da pobreza no Município de São Paulo. Ao mesmo tempo, a estratégia de articular os programas redistributivos com programas de capacitação e de organização produtiva, parece-nos necessária para evitar a criação de uma nova situação de dependência dessas populações para com os recursos públicos, apontando com isso para o rompimento do ciclo de exclusão social em que foram lançados historicamente.

No que diz respeito ao Programa Oportunidade Solidária, entendemos que a ênfase dedicada ao “empreendedorismo popular” não era a mais indicada para o perfil da população da periferia de São Paulo, que apresentava alto índice de analfabetismo e baixas qualificações profissionais. Ao incluir a possibilidade

⁷⁴⁴ O autor atuou no Programa Oportunidade Solidária no período de maio/dez 2004.

de serem constituídos nos processos de incubação empreendimentos individuais, o Programa fragilizava a opção pela busca de uma solução coletiva para essa população, embora isto fosse dificultado pela própria constituição dos grupos que iniciavam as atividades de incubação, pois estes não consistiam em grupos pré-constituídos, mas de pessoas reunidas em função de serem beneficiárias dos programas redistributivos.

Os empreendimentos que emergiam da incubação, com raras exceções, eram frágeis e estabeleciam uma forte relação de dependência com as “incubadoras” que realizavam a assessoria para a sua constituição. A disponibilização de uma linha de crédito no Banco do Povo era insuficiente e, dos R\$ 200 mil oferecidos para o fomento à economia solidária, pouco mais da metade foi acessado pelos grupos. A necessidade dos grupos era, em grande medida, de financiamento, considerando-se o acesso ao crédito como um risco para a própria situação pessoal dos seus membros, já bastante frágil.

A ausência de uma ação política do Programa que privilegiasse a reabertura de fábricas falidas, mobilizando os recursos institucionais disponíveis para a constituição de cooperativas a partir dos trabalhadores dessas empresas, impediu que os pequenos empreendimentos que surgiam dos programas de incubação encontrassem nessas empresas recuperadas possíveis locais de ancoragem, com o estabelecimento de relações de reciprocidade para o fornecimento de produtos ou serviços. Com esta ausência, os programas de incubação de empreendimentos populares solidários são ineficazes. Mesmo as instituições que apresentam a incubação como atividade principal, as Incubadoras Tecnológicas Universitárias, apresentam resultados insatisfatórios nas atividades com o público alvo do programa.⁷⁴⁵

⁷⁴⁵ O Programa Oportunidade Solidária fez essa avaliação, afirmando que: “apesar de todas as competências que se articularam nesta rede e nas próprias equipes, não foi possível superar todos os desafios surgidos no processo de implantação do Programa.

As atividades de incubação surtiavam efeitos mais sólidos quando articulados à utilização de equipamentos públicos, como uma lanchonete aberta por um grupo no interior da SP Trans (Empresa Pública de Transporte Urbano Municipal), ou um restaurante que funcionou num espaço a Secretaria de Ação Social, embaixo do viaduto do Chá. Nesses dois casos, como em outros, toda a infraestrutura foi fornecida pelos respectivos órgãos públicos.

Por fim, a realização de convênios com múltiplas instituições criava o problema da falta de acompanhamento e controle das atividades realizadas “na ponta”, da qualidade do trabalho realizado e da produção de informações que municiassem um processo de avaliação da política pública. A dificuldade apresentava-se até mesmo para saber quantos e onde se localizavam os empreendimentos constituídos no âmbito do programa nas regiões. Pode parecer que isto seria facilitado por se tratar de um programa municipal. Mas na cidade de São Paulo isso não é verdade. A tarefa de realizar uma visita a um empreendimento na Zona Leste, por exemplo, no distrito de Cidade Tiradentes, podia levar pelo menos seis horas. Parece-nos que uma possibilidade, inclusive discutida no âmbito do Programa na sua fase final, seria a constituição de uma incubadora pública, com equipes nas regiões aproveitando os equipamentos públicos existentes, buscando o estreitamento das relações entre as diversas secretarias para a realização de projetos conjuntos de geração de emprego e renda. Isso evitaria também a dispersão dos recursos em múltiplas instituições.

Em se comparando as duas experiências de políticas públicas, a do Rio Grande do Sul e a do Município de São Paulo, pode-

Uma das constatações é que o conhecimento sistematizado sobre como fazer a incubação de empreendimentos populares e solidários é insuficiente para responder às necessidades de uma população-alvo com tantas vulnerabilidades (econômica, educacional, ocupacional, política-cidadã, interação comunitária, de saúde, entre outras). Além do conhecimento insuficiente, há um contexto muito desfavorável no ambiente local, para não falar do global.” Termo de Referência... Op. cit., p. 13.

-se identificar duas estratégias diferentes, ambas referidas ao campo da economia solidária. Enquanto uma procurou operar com os grupos de trabalhadores já constituídos, seja em pequenas unidades produtivas a fim de potencializá-las em empreendimentos coletivos, seja na recuperação de empresas falidas, a outra estava inserida num arranjo institucional que favorecia o privilegiamento de ações de incubação de novos empreendimentos populares, dado o perfil do público que atendia, mas que não impedia o prosseguimento simultâneo de iniciativas visando à recuperação de empresas. Isso poderia ter resultado em experiências significativas, levando-se em conta a exuberância do parque industrial paulistano e o volume de empresas falidas na década de 90.⁷⁴⁶

Por outro lado, verifica-se em ambas as experiências uma adesão à estratégia de incubação de empreendimentos, levando ao (ou proveniente do) estabelecimento de convênios com organizações não governamentais ou instituições universitárias. Mas enquanto a experiência gaúcha parece ter cruzado essa metodologia com o investimento direto na contratação de agentes técnicos para assessorar os empreendimentos, a estratégia paulista ficou presa à armadilha da incubação e do empreendedorismo popular. A estratégia de incubação desenvolvida nas universidades brasileiras parece dar resultados na formação de quadros para o campo da economia solidária, ou melhor, para realizar uma aproximação desses quadros com a realidade das populações que vivem na periferia das grandes cidades.

Seja como for, essas duas experiências ou suas estratégias estarão de algum modo representadas no âmbito da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES/MTE, criada no início do Governo Lula. Já mencionamos anteriormente o processo

⁷⁴⁶ Isso pode ser comprovado pelo próprio diagnóstico realizado pela SDTS/PMSP, quando aponta que, entre 1990 e 2000, “houve uma redução de 3.400 firmas industriais: 1.500 entre as micro, 688 entre as pequenas, 1.132 entre as médias e 148 entre as grandes empresas.” **Desenvolvimento, Trabalho...** Op. cit., p. 35.

de articulação que teve início no campo da economia solidária durante a realização do 1º Fórum Social Mundial em Porto Alegre. Vimos que será do GT Brasileiro, composto pelas principais organizações de fomento e representação da economia solidária no Brasil, e responsável pela organização das atividades da economia solidária nos Fóruns Sociais Mundiais, que vai partir a iniciativa de criar o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). E, por fim, indicamos as mobilizações realizadas pelo FBES junto ao Governo Lula para a criação de um espaço de representação da economia solidária em nível federal, o que vai se materializar com a Secretaria no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego.

A SENAES irá manter essa relação com o FBES, e procurará agregar todas as suas orientações e interesses, resultando numa espécie de mosaico da economia solidária. Para consolidar essa articulação, a SENAES manterá relações periódicas com o “movimento da economia solidária” através de Plenárias da Economia Solidária e, ainda, pela constituição do Conselho Nacional de Economia Solidária (em processo de formalização). Como se trata de uma política recente, e em andamento, não vamos nos deter na análise da sua estratégia política, limitando-nos a alguns apontamentos gerais sobre esse período inicial.

Na SENAES estão representados, por um lado, os interesses das Incubadoras Universitárias, dos gestores de políticas públicas em economia solidária (já com organização própria, como veremos), das Organizações Não Governamentais que atuam no campo da economia solidária, das Associações de representação de empreendimentos no campo do cooperativismo e da autogestão, da Igreja, etc. Apenas, ao que parece, o setor do sindicalismo que atua na recuperação de empresas não está representado na Secretaria Nacional. Vejamos como a própria Secretaria define seus objetivos:

A [...] SENAES tem por objetivo viabilizar e coordenar atividades de apoio à economia solidária em todo território nacional. Consideramos economia solidária o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas sob a forma de autogestão, isto é, pela propriedade coletiva do capital e participação democrática (uma cabeça um voto) nas decisões dos membros da entidade promotora da atividade. [...]

A economia solidária vem-se desenvolvendo intensivamente no País desde os últimos anos do século passado, constituindo genericamente uma resposta de parte da sociedade civil à crise das relações de trabalho e ao aumento da exclusão social. Essa resposta é quase sempre iniciativa de entidades envolvidas na problemática social, de caráter local, regional e nacional. Chamamos tais entidades de agências fomentadoras, sem as quais a presente revivescência da economia solidária não seria possível.⁷⁴⁷

Nestes parágrafos de apresentação da SENAES, está clara a ausência dos trabalhadores nesse campo, conferindo-se um papel central às “agências fomentadoras”. A economia solidária é uma resposta da “sociedade civil”, das entidades envolvidas com a “problemática social”, sem as quais a “revivescência” desse tema não seria possível. A SENAES definiu sua estratégia no Programa Economia Solidária em desenvolvimento, objetivando “fortalecer e divulgar a economia solidária nacional, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário.”⁷⁴⁸ E, dentre os seus objetivos específicos, destacamos os seguintes:

⁷⁴⁷ Economia Solidária em Desenvolvimento. SENAES/MTE. Brasília, 2003. p. 7. Sobre a criação da Senaes, ver também: SINGER, Paul. **A economia solidária no governo federal**. Revista Mercado de Trabalho. IPEA, Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2004.

⁷⁴⁸ Id. *Ibid.*, p. 13.

- difundir e fortalecer os empreendimentos autogestivos, apoiando materialmente as agências de fomento da economia solidária, auxiliando na articulação de cadeias produtivas e no apoio ao consumo ético e o comércio justo;

- fortalecer espaços de organização e participação da sociedade civil e dos demais entes governamentais na formulação de políticas públicas para a economia solidária, junto à implantação do Conselho Nacional de Economia Solidária.⁷⁴⁹

Não se poderia esperar um programa mais ousado, que visasse, por exemplo, o incentivo à ocupação das empresas falidas pelos trabalhadores e à propriedade coletiva dos meios de produção, isto é, que buscasse a construção de um contrapoder efetivo às empresas capitalistas. A SENAES é o que são as instituições de assessoria à economia solidária, no que quer que este termo signifique para cada uma delas. E o Conselho Nacional será o “parlamento da economia solidária”, onde os gestores (que não são eleitos) poderão realizar a mediação entre os trabalhadores das experiências que assessoram e representam e as instituições de fomento em nível federal.

A SENAES promoveu, em 2004, o Iº Encontro Nacional de Empreendimentos da Economia Solidária, com a participação de 2020 pessoas representando 1299 organizações. Destas organizações, destacam-se: 466 associações (35%), 260 cooperativas (20%), 223 grupos informais (17%), 15 empresas autogestivas (1,15%). Se somarmos os itens rede de empreendimentos (5), entidade de assessoria (119), instituição governamental (93), incubadoras universitárias (32) e sindicato (13), temos 262

⁷⁴⁹ Id. *Ibid.*, p. 14. Os outros objetivos específicos dizem respeito à: medidas de articulação das finanças solidárias; reformulação do marco legal das cooperativas; e promover a produção de conhecimentos.

instituições de fomento (20%). Dos setores econômicos, os mais numerosos foram o artesanato (462 experiências), agricultura e alimentação (325), confecções (217) e reciclagem (148).⁷⁵⁰ Ao que parece, há um processo de inflacionamento do “campo” da economia solidária, com a finalidade talvez amparar ou legitimar a política em andamento.

E o processo de organização dos agentes de mediação tem sido bastante rápido. Já mencionamos o número de organizações não governamentais que realizaram convênios com o governo do Rio Grande do Sul e com a Prefeitura de São Paulo para a realização de atividades de incubação e monitoramento de economia solidária. Mas foi constituído também a Rede de Gestores de Políticas Públicas em Economia Solidária, que no primeiro encontro em 2002 reuniu os gestores de seis capitais e três governos estaduais, todos atuando neste campo.⁷⁵¹

A proposição que desenvolveremos na seção seguinte, para concluir este capítulo, é a de que a economia solidária é a economia dos gestores, isto é, configura um campo propício para o desenvolvimento de ONGs, de instituições de assessoria e fomento, cursos de extensão universitária etc. Estas instituições, amparadas no quadro de crise do emprego no Brasil, elaboram projetos de geração de emprego e renda com desempregados e populações carentes, formulam iniciativas de constituição de redes, organizam empreendimentos precários, como os de reciclagem de lixo, propõem programas de capacitação pautados nos valores do empreendedorismo e, enquanto gestores, materializam essas experiências em metodologias e projetos para apresentação às fontes de financiamento públicos e privados.

⁷⁵⁰ Características dos Participantes do I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária. [mimeo]. 2004.

⁷⁵¹ Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. Anexo. Secretaria Executiva da Rede. 2004. [mimeo]

A economia solidária como economia dos gestores

É evidente que esta radiografia que procuramos apresentar nessa seção não esgota o conjunto de atores e iniciativas atualmente envolvidos no campo do cooperativismo, da autogestão e da economia solidária. Em primeiro lugar, não estamos aqui tratando do cooperativismo tradicional, cuja pujança econômica é significativa na economia brasileira, como já referimos. Também não analisamos as organizações e grupos libertários e anarquistas que formulam suas teorias e ações em torno do problema da autogestão e da autonomia. Nossa preocupação é indicar o sentido para onde caminham as experiências de fábricas recuperadas no Brasil, e o campo institucional em que estão enredadas.

Neste sentido, vale lembrar que iniciamos o primeiro capítulo recuperando o debate ocorrido na USP entre Paul Singer e João Bernardo sobre autogestão, e indicamos que estava ali formulada a distinção entre dois campos teóricos para a compreensão do fenômeno das empresas recuperadas. Dedicamos o primeiro capítulo à exploração de um desses campos, o do cooperativismo e da economia social, e o segundo capítulo ao outro campo, o da autogestão. Mais do que uma simples opção pela forma de exposição da pesquisa, o que pretendemos com isso foi também evidenciar que se trata fundamentalmente de práticas sociais distintas e antagônicas, que dão azo a campos teóricos próprios. De forma sintética, enquanto o cooperativismo e as experiências de economia solidária e social podem ser desenvolvidas no interior do capitalismo, sem colocá-lo em questão, a autogestão significa a realização de relações sociais cujos princípios são antagônicos a esse modo de produção, e por isso consistem em fenômenos efêmeros, mas recorrentes enquanto perdurar o capitalismo.

No Brasil, o termo autogestão foi praticamente associado às experiências de cooperativismo que surgiram a partir de fábricas falidas, fenômeno que constitui o objeto propriamente dito desta pesquisa. Quando surge entre nós a expressão economia solidária, em meados da década de 90, como vimos neste capítulo, por obra de Paul Singer, o autor estabeleceu naquela época uma distinção entre as ações articuladas por esse novo campo econômico (um setor econômico criado e protegido pelo Estado) e as experiências de autogestão (em especial as fábricas recuperadas). Mas o desenvolvimento posterior, e a própria ação prática de Singer no interior das instituições que representam as experiências existentes no Brasil, trataram de realizar a aproximação entre os dois campos, e a expressão economia solidária projetou-se incorporando o cooperativismo de resistência e a autogestão.

Desde então, Singer tornou-se a grande referência neste campo teórico no Brasil, contribuindo decisivamente para a conquista do espaço social que a economia solidária e o debate destas questões ocupam atualmente em múltiplos setores. Além disso, Singer colocou novamente em discussão as relações entre cooperativismo e socialismo, e com isso lançou o debate para além das alternativas de tratamento do problema do desemprego provocado pela crise do capitalismo. Vamos ver, rapidamente, alguns aspectos das formulações teóricas de Singer.

Verificamos no primeiro capítulo a forma como Singer recupera, na experiência dos trabalhadores ingleses do século XIX, os princípios do cooperativismo e do sindicalismo e os recoloca como implantes socialistas, como embriões de um novo modo de produção instalados nas brechas do sistema capitalista. E isto implica primeiramente em entender como Singer percebe esta relação entre o capitalismo e os implantes que germinam no seu interior, e que almejam superá-lo.

O sistema capitalista engloba diversos modos de produção além do capitalista. Nele atuam, lado a lado, trabalhadores por conta própria que formam a produção simples de mercadorias, empresas públicas e privadas sem fins lucrativos, produção para auto-subsistência nos lares e cooperativas autogestionárias, que constituem um embrião ou ‘implante’ socialista. O sistema é capitalista porque o modo de produção capitalista é econômica e socialmente predominante. Os outros modos de produção se submetem e se adaptam à superestrutura legal e política que fundamenta a hegemonia capitalista.⁷⁵²

No interior do capitalismo, desenvolvem-se outras atividades produtivas que não estão integralmente subsumidas a ele, e a sua realização enquanto modo de produção “predominante” significa que este impõe aos demais a sua “superestrutura legal e política”. Mas o elemento determinante que faz com que o capitalismo continue sendo o modo predominante não se encontra na esfera superestrutural. O que torna o capitalismo o sistema hegemônico que tende à expansão e sobredeterminação das demais formas de produção e da vida social, é o próprio impulso vital do capital de valorizar-se, “no seu movimento como valor que valoriza a si mesmo”.⁷⁵³ A realização da sua lei de tendência exige a redução do tempo de trabalho despendido na produção dos bens e serviços. Nesse movimento de expansão e autovalorização, o capitalismo confronta-se com os demais modos de produção, opondo-se a eles não apenas como um processo social de trabalho distinto, mas fundamentalmente como um processo social de trabalho determinado pela estrutura da lei de tendência do capital como processo de valorização. Neste caso, “não é mais o trabalhador

⁷⁵² SINGER, Paul. Economia socialista. In.: Paul Singer e João Machado. **Economia socialista**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996. p. 47.

⁷⁵³ MARX, Karl. **O Capital...** Op. cit., p. 244.

quem emprega os meios de produção, mas os meios de produção que empregam o trabalhador. Em vez de serem consumidos por ele como elementos materiais de sua atividade produtiva, são eles que o consomem como fermento de seu próprio processo vital”⁷⁵⁴, do seu processo de valorização. O capitalismo confronta-se com os demais modos de produção, forçando a comparação entre os critérios de eficácia dos respectivos processos de trabalho, o que se realiza de forma especial no mercado.

Para Singer, a economia socialista não pode prescindir do mercado, embora deva lhe atribuir outro caráter. O mercado é necessário “porque é a forma que conhecemos que permite manter as diversas burocracias separadas, evitando que um poder total se aposse da economia.” Ou ainda porque são “essenciais para possibilitar ao indivíduo o direito de escolha, como trabalhador e como consumidor.” Daí a formulação de um “mercado socialista”, que “não é matriz de acumulação de capital privado”.⁷⁵⁵

O que se está falando, portanto, quando define-se o cooperativismo como implante socialista, é que são os embriões de um “socialismo de mercado”, e neste caso a distinção com o campo da autogestão deve ficar mais clara. Mas a definição da economia solidária como modo de produção alternativo ajuda a entender esta perspectiva:

A economia solidária surge como um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado ou recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo). [...]

⁷⁵⁴ Id. Ibid.

⁷⁵⁵ SINGER, Paul. Economia socialista... Op. cit., p. 38-39.

O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. Mas na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos.⁷⁵⁶

Já discutimos, quando tratamos da ideologia da Anteag, o problema que consiste em definir essas experiências de cooperativas e a própria autogestão através da forma de propriedade das unidades produtivas, e o espectro de contradições e ambiguidades que esse artifício ideológico dá azo. A definição do modo de produção solidário como sendo uma hibridização “entre capitalismo e a pequena produção de mercadorias”, uma “síntese” resultante da superação de ambos é, a nosso ver, outra definição para um modelo de socialismo de mercado. Mas essa definição pode avançar para propor a própria superação das classes no interior das empresas inseridas na economia solidária:

O capital da empresa solidária é possuído pelos que nela trabalham e apenas por eles. Trabalho e capital estão fundidos porque todos os que trabalham são proprietários da empresa e não há proprietários que não trabalhem na empresa.⁷⁵⁷

Trata-se de um socialismo que preserva o mercado, supera o capitalismo, funde capital e trabalho ao transformar todos em trabalhadores através da socialização da propriedade, e preserva o Estado para realizar as políticas redistributivas da renda solidariamente produzida.⁷⁵⁸ Esta relação de fusão operada no

⁷⁵⁶ SINGER, Paul. **A economia solidária..** Op. cit., p. 13. Grifos de P. Singer.

⁷⁵⁷ SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In.: **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Boaventura de Souza Santos [Org.] Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.p. 83.

⁷⁵⁸ “A economia solidária é um outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O

Brasil entre as expressões autogestão, cooperativa e economia solidária, do ponto de vista dos trabalhadores, resulta por si só em formulações atravessadas por ambiguidades. E a produção e reprodução dessas ambiguidades parece ser o que faz com que a economia solidária tenda a se tornar, cada vez mais, no campo propício para a unificação da classe dos gestores, ou melhor, que a realização da economia solidária liberte apenas os gestores.

Desde as primeiras experiências de fábricas recuperadas, desde a Makerli e a criação da Anteag, que os trabalhadores vem contestando a aplicação do termo autogestão à situação por eles vivenciada no interior dessas empresas, apontando para a contradição instaurada pela socialização da propriedade e a preservação do controle do processo produtivo nas mãos de um grupo social determinado. Procurei demonstrar isso durante a minha pesquisa de mestrado, tentando distinguir o termo autogestão das práticas que pouco ou nada diferem das realizadas nas empresas capitalistas nos países avançados.

Quando percebem que a transformação da propriedade não significa a alteração das relações internas e da sua posição inferiorizada, fragmentada e parcializada no interior das unidades produtivas, quando sentem que a exploração persiste no interior da “empresa solidária”, os trabalhadores reiniciam seu reagrupamento para a realização de novas lutas. E é então que essas relações ambíguas podem ser expandidas. Aparecido de Farias (da Anteag), que sempre proporcionou entrevistas muito francas, gostava de dizer que as greves dos trabalhadores nas empresas em autogestão eram “auto-greves”, embora deva-se presumir que os trabalhadores assim não as percebessem, pois delas lançavam mão em diversas situações. Vimos também que Paul Singer entendia que as condições de trabalho, sendo me- resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda.” SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. p. 10.

lhores nas cooperativas, deveria permitir aos trabalhadores se “autoexplorarem menos”. E no projeto de “República socialista” de Lavergne, citada no primeiro capítulo, aliás também orientado para um socialismo de mercado, a greve dos trabalhadores assumiriam a forma de “greves contra a nação”.

A economia solidária é o campo dos gestores. Indicador disso é a proliferação de instituições que logo passaram a abordar essa temática na última década. Como vimos, já são em número considerável as ONGs, associações, cooperativas, incubadoras, institutos de assessoria etc., que passaram a incorporar o tema e atuar no campo da economia solidária. Quando envolve políticas públicas, estas instituições ganham novo impulso. Pois o “mercado” não é a maior fonte de recursos para projetos sociais nesta área. O Estado é ainda o melhor caminho, daí que os gestores públicos também não perderam tempo e criaram logo uma instituição própria, uma “Rede de gestores”. A denominação é perfeita. Não obtive informações suficientes sobre o orçamento de alguns programas públicos de economia solidária, o que permitiria comparar o percentual destinado às instituições da “sociedade civil” com o montante aplicado diretamente nas experiências. Por fim, quando sugiro que a economia solidária é a economia dos gestores, não estou querendo dizer que se restringe aos quadros técnicos ou profissionais com nível universitário. Longe disso. Os gestores são uma classe capitalista e é nesse sentido que a economia solidária liberta os gestores, pois insere-se no desenvolvimento desse modo de produção.

De acordo com João Bernardo, a classe dos gestores – enquanto classe capitalista que em conjunto com a classe burguesa opõe-se à classe dos trabalhadores na reprodução e expansão desse sistema de exploração – caracteriza-se pelas funções desempenhadas na unificação dos processos econômicos, na

gestão da integração de múltiplas atividades conferindo-lhes um caráter globalizado, pulverizando e detendo coletivamente a propriedade.⁷⁵⁹

Nas fases iniciais do capitalismo, a parcelização ou o baixo grau de integração das unidades de produção conferia aos burgueses o papel determinante na organização da totalidade social, projetando com isto a individualização de suas práticas em superestruturas jurídicas e ideológicas, como a propriedade privada e o “mito do mercado livre-concorrencial”. Os gestores, nesse período, encarregados das funções de coordenação e organização entre os processos particulares, encontravam-se dispersos nas instituições centralizadoras do poder, nas burocracias das cortes, ocupando-se das condições gerais necessárias à expansão desse modo de produção. No entanto, os mecanismos de desenvolvimento do capitalismo, ao mesmo tempo em que propiciaram a concentração dos capitais até então fragmentados ou integrados em linhas muito restritas, implicaram na dispersão da propriedade, sendo as sociedades por ações o exemplo mais frequente. Nesse processo, o papel da burguesia na organização e funcionamento das unidades de produção particularizadas foi ultrapassado pela capacidade dos gestores de gerir o processo de forma global. Com a crescente integração dos processos econômicos, a classe dos gestores unifica-se e apresenta-se de forma cada vez mais homogênea nos conflitos sociais.

Assim, na concepção de João Bernardo, o desenvolvimento da classe burguesa e da classe dos gestores, partindo de diferentes origens históricas, “não resultou nem numa fusão nem numa convergência [dessas classes] mas, pelo contrário, deu lugar a proces-

⁷⁵⁹ Sobre esta distinção entre a classe burguesa e a dos gestores, nos baseamos em: BERNARDO, João. **Capital, sindicatos...** Op. cit., p. 67-119. E ainda, do mesmo autor: **Economia dos conflitos...** Op. cit., p. 202-218. BRUNO, Lúcia. Gestores: a prática de uma classe no vácuo de uma teoria. In: **Organização, trabalho e tecnologia.** Lúcia Bruno & Cleusa Saccardo [coord.]. São Paulo: Atlas, 1986. p. 115-141.

sos de desenvolvimento distintos e, finalmente, divergentes.”⁷⁶⁰ E isso porque, nas palavras desse autor,

Da crescente integração dos campos de existência social dos gestores, permitindo-lhes uma atuação efetiva de classe, resultou para a burguesia, em todos os casos em que não foi aniquilada rápida e decisivamente, o seu progressivo cerco e fracionamento. Os burgueses foram suplantados na organização dos processos produtivos, na canalização e orientação dos investimentos, no controle superior do mercado de trabalho, em suma, na esfera global dos aparelhos políticos. Assim afastada dos centros de decisão, a classe burguesa fica desprovida de pólos aglutinadores, fragmenta-se e, por conseguinte, o seu comportamento torna-se cada vez mais disperso nos conflitos sociais. Substituídos pelos gestores enquanto representantes do capitalismo associado, os burgueses converteram-se em rentistas. Esta transformação representa uma inferiorização porque, sendo o processo de trabalho o mecanismo motor de toda a sociedade, quem prevalecer no seu controle deterá a hegemonia.⁷⁶¹

No desenvolvimento do capitalismo, o estreito relacionamento entre os pólos de acumulação do capital estabelece-se mediante a superação das fronteiras nacionais, consolidando os gestores enquanto “classe capitalista que, contemporânea da gênese desse modo de produção, expande-se e reforça-se com o crescimento econômico, confundindo-se com ele o seu eixo de evolução”.⁷⁶²

No entanto, os gestores (tecnocratas, burocratas, *intelligentsia*, tecnoburocratas, os termos variam) puderam e podem confundir-se com a classe dos trabalhadores em inúmeros con-

⁷⁶⁰ Id. *Ibid.*, p. 208.

⁷⁶¹ Id. *Ibid.*, p. 214.

⁷⁶² Id. *Ibid.*, p. 216.

flitos sociais contra a burguesia, caracterizando uma aproximação ambígua que fez com que movimentos da classe dos trabalhadores, embora estivessem “inicialmente destinados para a destruição do modo de produção capitalista, acabassem afinal reconvertendo-o em formas novas, acelerando assim o seu desenvolvimento e consolidando-o”.⁷⁶³

A transformação da realidade jurídica que expressa a particularidade das práticas da burguesia (a propriedade privada e hereditariamente transmissível do capital), pela confrontação com outra realidade jurídica, decorrente esta do caráter coletivo que a propriedade, desenvolve uma ficção jurídica ao projetar essa propriedade coletiva de classe em “propriedade universal”, ou, ainda, em “não propriedade”. Além disso, essa segunda “ficção jurídica” propõe uma identificação entre as remunerações dos gestores e as dos trabalhadores, como se consistissem ambas em assalariamento de força de trabalho. Ao ocultar-se que a origem da remuneração dos gestores provém da mais-valia por eles apropriada, “esta ficção amplifica ideologicamente a oposição entre os gestores e a burguesia e, por conseguinte, supõe uma aproximação ambígua entre os gestores e os trabalhadores”.⁷⁶⁴

A economia solidária encontra assim adiantadas as condições para o seu desenvolvimento no Brasil, uma vez que as formas ideológicas da ambiguidade encontram-se formuladas e os campos de interligação dos gestores estão constituídos através das diversas “redes” entre eles forjadas. Resta saber quanto tempo a classe trabalhadora levará para se desvencilhar dessa rede de ficções, mediações e tutelas para dedicar-se à construção do seu campo próprio de relacionamento social, para por fim ao capitalismo e todas as formas de exploração e opressão.

⁷⁶³ Id. Ibid., p. 217.

⁷⁶⁴ Id. Ibid., p. 206.

Quadro: Casos de Empresas Recuperadas no Brasil (*)

Nº	Empresa Recuperada	Cidade	UF	Setor	Total de trabalhadores	Ano de Início
1	Coomefer		MG	Metalúrgico	680	2001
2	Coopermambriini	Vespasiano	MG	Metalúrgico	38	1997
3	Facit	J. de Fora	MG	Metalúrgico	600	1995
4	Mambriicar	Vespasiano	MG	Marcenaria	23	1999
5	Catende	Catende	PE	Sucroalcooleiro	2.700(**)	1995
6	Cooperbotões	Curitiba	PR	Plástico	100	2004
7	Cooparj	D. Caxias	RJ	Metalúrgico	22	1996
8	Friburguense	N. Friburgo	RJ	Metalúrgica	40	1993
9	Haga	N. Friburgo	RJ	Metalúrgica	462	1992
10	Tecsel	Niterói	RJ	Elétrica		2000
11	Alumifer	Erechim	RS	Metalúrgico	21	1998
12	Coofitec	Santana do Liv. Porto Alegre	RS	Lanificio	70	1996
13	Coomec	Porto Alegre	RS	Metalúrgico	110	1992
14	Coopal	Canguçu	RS	Agropecuária	500	
15	Coopeca	Caxias do Sul	RS	Móveis	33	1999
16	Coopercana	Porto Xavier	RS	Agroindústria	280	1995
17	Cooperei	S. Leopoldo	RS	Metalúrgico	46	2001
18	Cooperlaisa	N. Ronda Alta	RS	Têxtil	22	1991
19	Cooperleo	São Leopoldo	RS	Alimentação	43	1999
20	Coopershoes		RS	Calçados	990	
21	Coophotel	Caxias Sul	RS	Hoteleiro	29	2003
22	Coopserra	São Marcos	RS	Calçados	280	1998
23	Cootegal		RS	Têxtil	126	
24	CTMC	Canoas	RS	Metal/ mecânico	140	2001
25	Ecocitrus	Montenegro	RS	Agroindústria	39	1994
26	Fundeccoope	Caxias Sul	RS	Metalúrgico	86	1999
27	Fundeccoope	Caxias do Sul	RS	Metalúrgico	20	1998
28	Geralcoop	Guaíba	RS	Metalúrgico	150	2002
29	Refricoop	Caxias do Sul	RS	Metalúrgico	25	2000
30	Renacoop	NHamburgo	RS	Vest/ Calçados	80	1995
31	Univens	Porto Alegre	RS	Têxtil	26	1996
32	Bruscor	Brusque	SC	Têxtil	16	1986
33	Cipla	Joinville	SC	Plástico	850	2003
34	Coopermaq	Urussanga	SC	Maq e equip.	63	2004
35	Coopermetal	Criciúma	SC	Metalúrgico	135	1999
36	Cooperminas	Criciúma	SC	Mineração	700	1987
37	Interfibras	Joinville	SC	Plástico	130	2003
38	Unicristal	Indaial	SC	Vidros	70	1998
39	Coopervest	Aracaju	SE	Vest/ Calçados	537	1994
40	Cer. Matarazzo	S. C. Sul	SP	Cerâmico	350	1994-97

41	Cofaz	Osasco	SP	Metalúrgico	130	2001
42	Cooperara	Araraquara	SP	Têxtil	71	1997
43	Cooperautex	São Paulo	SP	Metal.-Mec.	56	
44	Cooperband	Sorocaba	SP	Metalúrgica	51	1998
45	Cooperaldeiraria	Igarapava	SP	Metalúrgico	31	1999
46	Cooper cristal	Blumenau	SP	Vídeos	30	1997
47	Cooperinca	Cajamar	SP	Pr. Serv. Hotel	20	
48	Coopertex	São Paulo	SP	Têxtil	84	1996
49	Coopram	Embú	SP	Metalúrgico	92	2000
50	Cootrame	S. André	SP	Metalúrgico	34	
51	Copertronic	Diadema	SP	Elétrico	18	
52	Copromem	São Paulo	SP	Metalúrgica	201	1999
53	Cristais Cambé	São Paulo	SP	Vidro	200	1999
54	Hidrophenix	São Paulo	SP	Metalúrgico	36	1994
55	Plasticoper	S B Campo	SP	Plástico	56	2000
56	Proton	Mauá	SP	Metalúrgico	280	1996
57	Sakai	F. Vasconcelos	SP	Móveis		1995
58	Skilcoplast	Diadema	SP	Plástico	50	1994
59	Uniforja	ABC	SP	Metalúrgico	490	1998
60	Uniwidia	Mauá	SP	Metalúrgico	42	1998

(*) Quadro elaborado pelo autor a partir de informações coletadas em inúmeras fontes.

(**) O Projeto Catende envolve cerca de 4 mil famílias, 20 mil pessoas. No período da safra são 2000 trabalhadores no campo e 700 na indústria; no período da entressafra, este número cai pra 350 trabalhadores na indústria, mantendo-se os trabalhadores do campo. São realizadas contratações de assalariados em algumas situações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Somos nós, os canuts
Todos nós estamos nus.*

Canto dos canuts
lyonenses.

Quando surgiu na Europa nas primeiras décadas do século XIX, o cooperativismo significava para a classe trabalhadora a realização prática do socialismo. Através de pequenas unidades de produção, os trabalhadores reuniam-se para laborar restabelecendo o controle sobre os meios de produção, os ritmos e a destinação do produto, podendo o escoamento da produção ser realizado diretamente pelos próprios produtores ou através das outras formas de organização operária com as quais mantinham uma relação direta. Em alguns casos, não era possível distinguir no interior dessas formas associativas as funções que a elas eram atribuídas, podendo fundir (e era comum que o fizessem) diferentes tipos de práticas num organismo único, que assim poderia realizar ao mesmo tempo o socorro mútuo, a produção e a resistência. No interior das associações de produção, o trabalho assumia para aqueles trabalhadores outro significado, tanto por manter uma unidade indissociável entre eles e os meios de

produção, como principalmente pelo fato de não se distinguir das outras formas de relacionamento social dos trabalhadores.

Essas modalidades de práticas associativas de base operária foram reiteradamente afirmadas no curso do século XIX, desembocando em “febres de coalizão” que colocavam em causa a forma capitalista de organização do processo de produção, e podiam ir além disso, pois traziam em germe as bases para uma nova forma de organização da vida social.

O termo “febre” é uma metáfora que sugere a presença de um organismo estranho ao corpo social que desencadeia um processo de infecção, consistindo a febre na reação espontânea do organismo para combatê-la. Esse combate não se restringe, como na “fisiologia” de Saint-Simon, à supressão dos parasitas sociais instalados na esfera política, que necrosavam partes vitais e restringiam a capacidade de circulação do sangue-dinheiro-saber por suas artérias. Da mesma forma que não se reduz à elaboração de um princípio moral para iluminar a construção de um meio social regenerador, operada por uma instituição separada da própria sociedade, por aqueles mais capazes, como propunha Owen. E também não significava, para os trabalhadores em momentos de febres de coalizão, uma volta ao passado através da criação de comunidades fechadas e autossuficientes, como pretendeu Fourier.

Mas Fourier tocou num ponto sensível aos trabalhadores: a necessidade de religar trabalho e prazer, de tornar as atividades de produção dos meios de vida tão atrativos como uma festa ou participar de um espetáculo em que atores e plateia formam uma coisa só. E me parece que não era outra a reivindicação dos trabalhadores quando exigiram o direito ao trabalho. Naquele momento, o direito ao trabalho não se restringia a uma “estranha loucura” de querer “matar-se com um trabalho excessivo e vegetar na abstinência”.⁷⁶⁵ Ao reivindicarem o direito ao trabalho, os

⁷⁶⁵ LAFARGUE, Paul. **Direito à preguiça**. São Paulo: Hucitec; Unesp, 1999. p. 96.

trabalhadores punham em causa o regime industrial e exigiam o direito de serem eles próprios a organizar o processo de produção, o que implicava na abolição da condição de assalariado e na completa reorganização da sociedade. O direito ao trabalho era um desdobramento do direito à coalizão, projetando-se a associação de produção como elemento de passagem e estruturação de uma nova realidade social.

Essa perspectiva assume formas mais precisas na Associação Internacional dos Trabalhadores, especialmente na seção francesa e no amplo processo organizativo que antecedeu os acontecimentos da Comuna. Para Varlin, um dos seus membros mais lúcidos, a associação era tomada como meio e fim, como forma de organização e estreitamento dos laços de solidariedade entre os trabalhadores, a fim de habituá-los aos processos de gestão coletiva e de prepará-los para assumir de forma cada vez mais alargada o controle da vida social. É supérfluo lembrar que a história repele o condicional “se”. Mas “se” a guerra franco-prussiana não tivesse precipitado os acontecimentos, o que temia Varlin, poderíamos esperar um momento de ruptura social com dimensões ainda mais agudas do que as desenvolvidas em poucos dias sob a pressão de dois exércitos inimigos.

A derrota da Comuna significou muito mais do que um acontecimento entre tantos em que as forças do progresso demonstraram ser portadoras de forças da barbárie.⁷⁶⁶ Ela abriu o caminho para o deslocamento ideológico e político no seio do movimento socialista internacional. Se até então a associação dos produtores imediatos, forjada por seus próprios meios, era a condição fundamental para a realização prática do socialismo, o massacre abriu o caminho para uma reinterpretação das tarefas prementes da classe trabalhadora e da estratégia política

⁷⁶⁶ “*Não há um documento da cultura que não seja ao mesmo tempo um documento da barbárie.*” BENJAMIN, Walter. Teses sobre a filosofia da história. In.: BENJAMIN, Walter. **Sociologia**. Flávio R. Koth [Org.]. São Paulo: Ática, 1991. p. 157.

no interior IIª Internacional. À auto-organização dos produtores através do desenvolvimento associativo em múltiplos campos da vida social, tanto na produção material como cultural, irá se contrapor a necessidade de organização do partido da classe operária tendo em vista a conquista do poder político. Afirmar que isso representou o deslocamento de uma práxis material e social com característica democrática radical para outra autoritária. Isso significa, no meu entendimento, que a estratégia de construção do socialismo através da conquista do poder político implicou, para o movimento socialista, em assumir as formas organizacionais do poder político. Assumir o Estado significa estar organizado como Estado, daí o centralismo, a hierarquização, a burocratização, o culto ao chefe, o planejamento etc. À máquina administrativa contrapõe-se a máquina política, e o Estado capitalista é substituído pelo Estado em nome dos operários. Nesse estudo, porém, não avançamos nessa direção, o que implicaria numa investigação sobre social-democracia.

Nossa pesquisa deteve-se, neste ponto, em averiguar no que resultou o movimento de organização dos trabalhadores no plano da produção dos meios de vida, especialmente das associações cooperativistas de produção. A partir de certo momento, essas experiências passaram a ser duramente atacadas no interior das Internacionais operárias, instalando-se uma crescente alergia do movimento operário às associações cooperativas, denunciando-se a sua degeneração em organizações anódinas, circunscritas ao ideário burguês na busca estritamente material da melhoria das condições de vida da classe trabalhadora. Tal deslocamento do papel estratégico das cooperativas de produção no interior do movimento socialista resultou, entre outras coisas, num progressivo abandono dessas práticas, o que contribuiu para o seu isolamento e aproximação com outros movimentos cooperativistas de inspiração não socialista ou mesmo antissocialista. É

quando vai se processar a fusão das cooperativas de inspiração socialista com o movimento da Escola de Nîmes, significando a transposição definitiva das associações cooperativas de base operária para o campo da economia solidária. Ou seja, é o final de um processo de mutação em que as associações produtivas e de resistência perdem paulatinamente seu caráter de resistência.

Esta mutação era também o resultado das grandes dificuldades com as quais se defrontavam as cooperativas de produção no início do século XX. A concentração do capital e a constituição das grandes empresas monopolistas no campo da produção e do consumo atingiram a medula do setor cooperativo, tornando a sua produção impraticável nas novas condições econômicas. Nesta situação, nem mesmo o setor cooperativo de consumo organizado pela matriz guideana poderia representar uma contra-tendência e suportar as deficiências tecnológicas e de escala das suas cooperativas de produção coligadas. E é então que as análises que apontavam para as contradições enfrentadas pela cooperação em regime capitalista, desde Isidore Finance, Marx e Rosa Luxemburgo, assumem sua pertinência e atualidade.

No entanto, ao afirmar esta atualidade da crítica ao cooperativismo, não o faço com a intenção de transpô-la mecanicamente e a-historicamente para o fenômeno das fábricas recuperadas no Brasil, pois trata-se igualmente de fenômeno complexo e com de múltipla compreensão. As experiências brasileiras surgem numa conjuntura específica do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, e num momento em que o sistema capitalista parece dar sinais evidentes de uma crise profunda nos seus processos de acumulação. Por outro lado, as instituições tradicionais do movimento operário (partidos e sindicatos) encontram-se burocratizadas, desprestigiadas pelas bases e conformadas ao papel de agentes integrantes da regulação do sistema. Neste cenário, a crítica que fundamenta as contradições estruturais das associações cooperati-

vas no interior deste modo de produção opera como polo negativo do voluntarismo, sem fechar o quadro das possibilidades.

A investigação da trajetória do cooperativismo e da economia social representou um dos dados da equação. O outro se constituiu a partir da necessidade de distinguir, nesse universo das práticas associativas dos trabalhadores, o conteúdo que fundamentam histórica e teoricamente o campo da autogestão. Neste caso, procuramos demonstrar que a autogestão não é um elemento exterior a este modo de produção, pois está instalada contraditoriamente no seio das próprias relações sociais que fundamentam o capitalismo como modo de produção e exploração. Ao apropriar-se do tempo de trabalho incorporado pelos trabalhadores no processo de produção, ou de uma parte desse tempo, o capital está a apropriar-se da própria possibilidade de uma existência independente ou exterior à forma social do capital. É o que o trabalhador da IMRO sintetizou perfeitamente ao afirmar que antes os patrões “roubavam-nos as nossas vidas”, e que após a ocupação da empresa e a sua retomada de forma coletiva pelos produtores, destruíram a organização do trabalho para permitir “que cada camarada possa ter a iniciativa que julgar apropriada”.

Quando procuram recuperar as suas vidas, os trabalhadores o fazem através de formas organizacionais próprias, que evoluem de acordo com o desenvolvimento desse modo de produção. Houve um tempo em que uma das formas de pressão utilizadas pelos trabalhadores nas negociações era a quebra do maquinário e a destruição das instalações daqueles patrões mais intransigentes ou autoritários. De lá para cá, os trabalhadores lançaram mão de um cardápio variado de formas de luta que não se restringe (mas também não descarta) a destruição dos equipamentos. Movimentos coletivos de todos os tipos, desde aqueles mais ou menos camuflados e subterrâneos como a sabotagem, até formas mais explícitas e à luz do dia como operações tarta-

ruça, greves de zelo, greves com ocupação das instalações, com ou sem a sequestração dos gestores, etc., levaram à criação pelo capital de um campo de conhecimento especializado, o de administração de recursos humanos ou relações industriais. Por mais reveladoras que tais lutas possam ser do avanço dos trabalhadores em termos da tomada de consciência da sua exploração, por mais lúcidas que transpareçam as formas organizacionais criadas, as febres de coalizão encontraram até aqui seu limite na própria impossibilidade de suplantar as fronteiras dos países e colocar em xeque o capitalismo de forma global. E assim, após cada tempestade vem o momento de recuperação dos estragos, quando o capital pode extrair as lições dos conflitos e reestruturar as unidades produtivas, virando contra os trabalhadores a capacidade organizativa que demonstraram na luta, aproveitando-as às avessas para o aumento da produtividade.

Em momentos de ruptura revolucionária, diante a fuga dos padrões, ou quando estes são desalojados do controle das unidades produtivas, os trabalhadores se vêem diante a necessidade de retomar a produção dos seus meios de vida por sua própria conta, e para isso o primeiro passo é a ocupação das instalações, como aconteceu por exemplo na Comuna de Paris, na Revolução Russa de 1917, na Guerra Civil Espanhola e na Revolução dos Cravos. Neste último processo, como procuramos desenvolver no Capítulo II, os trabalhadores ocuparam um número significativo de empresas e passaram a produzir de forma autogestionária. E pudemos então perceber que inúmeros obstáculos dificultaram a reorganização dos processos produtivos e o seu funcionamento em novas bases, impossibilitando a superação da alienação decorrente das condições técnicas e sociais do processo de trabalho. O isolamento entre as empresas em autogestão, as relações com o mercado, o Estado, o quadro tecnológico, e também a não superação das funções determinadas pela divisão

do trabalho, tudo parecia conspirar para a degeneração desses processos e a sua acomodação no interior de uma forma reconhecida ou tolerada como “viável” pelo sistema. Daí o arranque do cooperativismo em Portugal após o 25 de Abril. No processo revolucionário português, a própria ação dos partidos de esquerda e suas “concepções putchistas” trouxeram problemas novos para as empresas em luta, pela divisão que provocavam nas disputas entre as tendências e pela mistificação do papel das forças armadas, o que não poderia resultar em outra coisa a não ser num “socialismo militar”⁷⁶⁷.

No Brasil, não resta dúvida que este fenômeno recente de recuperação de empresas falidas, pela abrangência que vem assumindo, tem possibilitado entre outras coisas a revitalização do debate em torno do tema da autogestão, do cooperativismo e do socialismo. Relativamente ao processo verificado em Portugal, o desenvolvimento da autogestão entre nós encontra obstáculos ainda maiores, decorrentes sobretudo de não se realizar num momento de ruptura revolucionária, ou, pelo menos, de uma conjuntura de ascensão das lutas dos trabalhadores. Pelo contrário, a situação desde o início dos anos 90 é a de um profundo descenso dos conflitos. A vaga de lutas sociais autônomas desencadeadas a partir do final dos anos 70 já estava praticamente assimilada pelo patronato e enquadrada pelas organizações políticas e sindicais desde o final dos anos 80. De forma mais exata, frente ao avanço conservador e as políticas de ajuste neoliberais aplicadas vorazmente nos países periféricos, cujos impactos sociais mais imediatos fizeram-se sentir na desestruturação do mercado de trabalho, condensando a forma de desemprego de tipo estrutural, e a exclusão social de amplas parcelas da população, a classe trabalhadora encontrava-se numa posição defensiva. E o fato de

⁷⁶⁷ A expressão é de RODRIGUES, Francisco Martins. 25 de Novembro: como a esquerda foi encurralada. In.: Francisco Martins Rodrigues. [Coord.] **O futuro era agora**: o movimento popular e o 25 de Abril. Lisboa: Edições Dínamo, 1994.

ser este processo de recuperação de empresas realizado sem um quadro geral de lutas sociais e operárias, circunscreve na origem o isolamento dessas experiências, sem poderem por isso contar, a não ser esporadicamente, com a solidariedade ativa dos trabalhadores das demais empresas.

Outro aspecto resultante desta conjuntura de refluxo das lutas refere-se à necessidade de os processos de conquista das empresas falidas ter que se processar, em grande parte, sem o rompimento com a legislação vigente, requerendo a instauração de processos negociais que se efetivam em instituições que os trabalhadores não conhecem nem dominam. É desde então que as mediações interpõem-se e mais facilmente opera-se a transposição dos antigos gestores das empresas, que voltam como eleitos para ocuparem os postos de comando das fábricas recuperadas. Com isso, a autogestão perde o sentido de um processo de criação e desenvolvimento de relações sociais novas para se cristalizar na forma de propriedade dos meios de produção.

Uma vez conquistada a reabertura da empresa – que geralmente já vinha apresentando dificuldades para manter competitivos seus produtos ou serviços, e sobretudo nos setores mais diretamente afetados pela abertura comercial –, os trabalhadores são obrigados a realizar os ajustes para o aumento da produtividade. Neste caso, tendo que lidar com a ausência de financiamento próprio, os trabalhadores encontram como possibilidades mais tangíveis o aumento da intensidade do trabalho ou a extensão da jornada de trabalho, quando não aceitam a própria redução da massa salarial. É, portanto, através do recurso aos mecanismos da mais-valia absoluta, seja qual for a forma jurídica assumida pela propriedade dos meios de produção (cooperativa, SA, Ltda., etc.), que os trabalhadores em regime de autogestão tem em geral conseguido manter os postos de trabalho. É neste sentido que as lutas autogestionárias resultam em avatares das relações entre capital

e trabalho no interior das unidades produtivas. Nas empresas em regime capitalista, os termos “auto” e “gestão” são antagônicos.

O espírito que animou esta investigação, no entanto, não foi apenas o de realizar uma crítica social às experiências de cooperativas e de autogestão provenientes de fábricas falidas e situadas no âmbito do desenvolvimento da economia solidária no Brasil. Sem dúvida que também o foi. Mas outro objetivo consistiu em procurar contribuir, sob a ótica dos trabalhadores dessas empresas, para uma reflexão sobre a possibilidade e a necessidade de ir além da manutenção dos postos de trabalho, da modificação da propriedade das empresas e da constituição de um novo setor cooperativo ou autogestionário. Nesta direção, entendemos que uma das tarefas consistia em reinterrogar a experiência histórica dos trabalhadores em busca de ancoradouros seguros para uma discussão que não se limitasse nem a uma leitura panegírica desses temas, nem se detivesse na identificação das contradições e ambiguidades em que estas experiências estão encerradas.

Malgrados todos os desvios e degenerações, não resta dúvida de que a própria existência de um conjunto considerável (fala-se, por alto, em 450 experiências) de empresas recuperadas no Brasil é por si só uma conquista que deve ser preservada e acompanhada muito de perto pelos trabalhadores. Num país em que os liberais nunca liberaram nem os anéis nem os dedos, sempre prontos para os golpes de caserna, em que as conquistas democráticas vieram quase sempre através de arranjos realizados por cima, a ocupação e posse de empresas como a Usina Catende, CBCA, Conforja, Botões Diamantina, Cipla, Interfibras etc., pelos trabalhadores, não podem ser desprezados.

Talvez se trate de uma fase de reorganização do capitalismo em que são atingidas as empresas de propriedade familiar (situação da quase totalidade dos casos), que tornam-se deficitárias devido ao “custo patrão”, como denominam os argentinos o per-

centual da mais-valia que era necessária para sustentar os sabores aristocráticos da sua burguesia industrial. Lá como cá, esses patrões e seus familiares viram-se acuados pela concorrência e sem a proteção do Estado, no que resolveram encerrar as fábricas e tornarem-se rentistas. Pagar as indenizações dos trabalhadores é que não queriam. Então os trabalhadores ficaram com as fábricas e continuaram a produzir, conseguindo em muitos casos pagar os salários e manter os postos de trabalho. Contradições, ambiguidades, constituição de uma nova casta gerencial, horas-extras não remuneradas... sem dúvida. Mas é impossível ficar indiferente após entrar numa fábrica como a antiga Botões Diamantina, hoje Cooperbotões, na cintura industrial de Curitiba/PR, e ver que os trabalhadores do chão-da-fábrica correram como os patrões, com os gestores, com a maioria dos funcionários e passaram eles próprios a encarregarem-se dos seus assuntos. Na sala de reuniões, uma bandeira da CUT. O presidente da cooperativa continua trabalhando na produção. Ou no caso da Cipla, que a sala de formação recebeu o nome de Sala Ferreirinha, antigo militante metalúrgico nascido na região. Então se pode acreditar nas possibilidades que se abrem nas empresas recuperadas.

Parece-nos que os trabalhadores dessas empresas podem avançar e levar as experiências para outras dimensões. Posso terminar essas considerações com alguns exemplos de como pode-se avançar numa perspectiva emancipatória a partir do que já foi experimentado por outros trabalhadores em outras épocas e em outros lugares. São exemplos, e não prescrições.

As empresas recuperadas pelos trabalhadores não precisam se limitar à abolição do lucro privado, à pulverização da propriedade, à substituição de uns patrões por outros mais democráticos, pois tudo isso é perfeitamente realizável e assimilável pelo capitalismo e, aliás, pode mesmo o reforçar e, com isso, fortalecer a classe dos gestores. Para que essa assimilação não ocorra,

e para evitar verem-se aprisionados na armadilha que ajudaram a construir, os trabalhadores devem aproveitar todas as brechas existentes no interior dessas experiências para colocar em questão a totalidade do processo de produção capitalista. E isso significa, em primeiro lugar, o reforço das suas estruturas coletivas de organização, pois só assim podem levar adiante formas sociais alternativas de produção. Mas não se pode esquecer que não basta a existência de conselhos, comissões e assembleias. Essas formas não são mágicas e só servem aos trabalhadores enquanto estes delas participarem ativamente e as controlarem de perto. Ao mesmo tempo, o reforço do coletivo implica em evitar o seu isolamento no interior da unidade de produção, deixando de ser o espaço da empresa (fábrica ou serviço) um espaço fechado e exclusivo para um grupo social determinado. Ao invés disso, pode dar lugar ao relacionamento com outros trabalhadores (lembro do caso da Lip e também dos depoimentos dos camponeses da Catende, ao informarem que tinham realizado um sonho ao conhecerem por dentro a usina de açúcar, após terem plantado cana para a moagem durante anos ou décadas). E isso significa que os imperativos econômicos podem receber outros significados, pois a autogestão é uma forma de luta e só integrando-se nas lutas dos trabalhadores pode a empresa autogerida atingir seus objetivos sociais. Mas é preciso ao mesmo tempo sobreviver, pois a este imperativo não se é permitido negligenciar. As empresas em autogestão podem então aproveitar as formas de organização coletivas que estabeleceram para a reorganização dos processos de trabalho tendo em vista a produção possível de ser realizada sob o controle total dos trabalhadores, e que seja capaz de ser comercializada por fora dos circuitos comerciais, o que significa a produção de outros produtos para outras finalidades (Na Makerli, os trabalhadores não questionavam se as botinas eram produzidas para atender a uma necessidade dos trabalha-

dores ou a um pedido do exército americano, embora parte dos pedidos fosse proveniente desse país).

Constituindo-se em coletivos, mantendo as instalações da empresa abertas para o relacionamento com outros grupos de trabalhadores, envolvendo-se ativamente nas lutas sociais seja onde quer que ocorram, rompendo com a divisão do trabalho, reformulando o processo de produção em ligação direta com as necessidades de consumo da classe trabalhadora, as empresas autogestionárias podem colocar em questão o salariedade, enquanto regime muito particular de exploração e opressão do trabalhador no seu trabalho e através do trabalho. Com isso, o trabalho pode deixar de ser a mera produção de mercadorias e o próprio trabalhador uma mercadoria determinada e “fator” do processo de produção. O trabalho pode transformar-se numa atividade entre as outras e, uma vez que não está determinado pela posse exclusiva dos meios de produção, pode desenvolver os laços de solidariedade recíproca com outros trabalhadores, abrindo uma perspectiva para a abolição do salariedade e a construção de outra forma de vida social.

LISTA DAS SIGLAS PRINCIPAIS

- ADS/CUT** – Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT;
- AIT** – Associação Internacional dos Trabalhadores;
- Anteag** – Ass. Nac. dos Trab. em Emp. em Autogestão ou Participação Acionária;
- BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;
- BCA** – Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá;
- CFDT** – Confederação Francesa Democrática do Trabalho;
- CNM/CUT** – Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT;
- COB** – Congresso Operário Brasileiro;
- CODEFAT** – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador;
- CONCUT** – Congresso Nacional da CUT;
- COPPE/UFRJ** – Coord. dos Prog. De Pós-Graduação em Engenharia da UFRJ;
- CPT** – Comissão Pastoral da Terra;
- CT/CM** – Comissão de Trabalhadores/Comissão de Moradores;
- CUT** – Central Única dos Trabalhadores;
- ESOP** – Employee Stock Ownership Plan;
- FINEP** – Financiadora de Estudos e Projetos;
- FSM** – Fórum Social Mundial;
- GAOS** – Grupo de apoio à Oposição Sindical no Exílio;
- ITCP** – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares;
- LCI** – Liga Comunista Internacionalista (Portugal);
- LUAR** – Liga de União e Ação Revolucionária (Portugal);

- MES** – Movimento de Esquerda Socialista (Portugal);
- MFA** – Movimento das Forças Armadas (Portugal);
- MRPP** – Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (Portugal);
- MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra;
- MTE** – Ministério do Trabalho e Emprego;
- OLT** – Organização no Local de Trabalho (CUT);
- PACS** – Políticas Alternativas para o Cone Sul;
- PCP** – Partido Comunista Português;
- PPD** – Partido Popular Democrático (Portugal);
- PRP/BR** – Partido Revolucionário do Proletariado – Brigadas Revolucionárias (Portugal);
- PSP** – Partido Socialista Português;
- SDTS** – Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade (Pref. SP);
- SEDAI** – Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Institucionais (Gov. RS);
- SENAES** – Secretaria Nacional de Economia Solidária (Min. Trabalho e Emprego);
- UDP** – União Democrática Popular (Portugal);

REFERÊNCIAS

A revolução das flores: do 25 de Abril ao Governo Provisório: Lisboa: Editorial Aster, s/d. Volume I.

ADLER, Max. **Conselhos operários e revolução.** Coimbra: Centelha, 1976.

ALMEIDA, Heloisa Maria Mendes de. Autogestão: da ideia às práticas. In.: **Revista de Administração de Empresas.** Rio de Janeiro, 23(1):37-57, jan./mar.1983.

ANSART, Pierre. **El nacimiento del anarquismo.** Buenos Aires: Amorrorto Editores, 1973.

ANTUNES, R. & NOGUEIRA, A. **O que são comissões de fábrica.** São Paulo: Brasiliense, 1981. [Coleção Primeiros Passos].

ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho:** o confronto do operariado no ABC paulista: as greves de 1978/80. Campinas: Unicamp, 1992.

_____. **Adeus ao trabalho:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1997.

_____. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX:** dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

ARVON, Henri. **L'autogestion.** Que sais-je? Paris: Presses Universitaires de France, 1985.

As greves selvagens na Europa Ocidental. Porto: Afrontamento, 1973. [texto anônimo].

Autogestão e sindicalismo: o que é a autogestão para a Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT). Porto: Edições Base, 1978.

Autogestão em avaliação. IBASE/Anteag. São Paulo: Anteag, 2004.

BAPTISTA, M. A. Costa. Política industrial e desestruturação produtiva. In: **Crise Brasileira, anos 80 e governo Collor**. São Paulo: Desep/CUT e Instituto Cajamar, 1993.

BARRETO, Antônio. Classe e Estado: os sindicatos na reforma agrária. *Análise Social*, vol.XX (80), 1984-1, 41-96.

BARRETO, José. Empresas industriais geridas pelos trabalhadores. *Análise Social*, Vol.XIII (51), 1977., 681-717.

BATALHA, Claudio H. M. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. In.: **Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo**. Campinas: Unicamp/IFCH, v.6, n. 10/11, 1999. p. 41-68.

BATIFOULIER, PHILIPPE. **L'Économie Sociale**. Que-sais-je? Paris: PUF, 1995.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre a filosofia da história. In.: Walter Benjamin. **Sociologia**. Flávio R. Koth [Org.]. São Paulo: Ática, 1991.

BERGER, Claude. **Pour l'abolition du salariat**. Paris: Spartacus/René Lefevre, 1977.

BERNARDO, João. A autonomia das lutas operárias. In.: **Organização, trabalho e tecnologia**. Lúcia Bruno e Cleusa Saccardo (coordenadoras). São Paulo: Atlas, 1986.

_____. Autogestão e socialismo. In.: Democracia e

Autogestão. **Revista Temporaes**/Departamento de História, FFLCH/ USP. São Paulo: Humanitas; FFLCH/USP, 1999.

_____. Autonomia dos trabalhadores, Estado e mercado mundial. In.: Francisco Martins Rodrigues. [Coord.] **O futuro era agora: o movimento popular e o 25 de Abril**. Lisboa: Edições Dínamo, 1994. p. 207-213.

_____. **Capital, sindicatos e gestores**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1987. (Biblioteca do Futuro, 6).

_____. **Crise da economia soviética**. Coimbra: Fora do Texto, 1990.

_____. **Democracia Totalitária: teoria e prática da empresa soberana**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Estado: a silenciosa multiplicação do poder**. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.

_____. **Dialéctica da prática e da ideologia**. São Paulo: Cortez; Porto: Afrontamento, 1991. (Col. História e Ideias; 5).

_____. O proletariado como produtor e como produto. In.: **Revista de Economia Política**, vol.5, nº 3, julho-setembro/1985. p. 83-100.

_____. **Para uma teoria do modo de produção comunista**. Porto: Afrontamento, 1975.

_____. **Marx crítico de Marx: Epistemologia, classes sociais e tecnologia em “O Capital. Volume I, Livro I**. Porto: Afrontamento, 1977.

_____. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores: ainda há lugar para os sindicatos?** São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. **Um ano, um mês e um dia depois:** para onde vai o 25 de Abril? (economia e política da classe dominante). Lisboa/Porto: Edições 'Contra a corrente', 26 de maio de 1975.

BIDET, Éric. Économie sociale, nouvelle économie sociale et sociologie économique. **Sociologie du Travail**, Vol. 42, Issue 4, October-December 2000.p. 587-599.

BLANC, Louis. Organization du travail (1839). In.: BRAVO, Gian Mário. **Les socialistas avant Marx**. Paris: François Maspero, 1970. Vol. II., p. 134-166.

BOITO, Armando. **Política Neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã Editora, 1999.

BOIVIN, Louise; FORTIER, Mark. **L'économie sociale: l'avenir d'une illusion**. Québec: FIDES, 1998.

BOOKCHIN, Murray. Autogestão e tecnologias alternativas. In.: M. Bookchin. **Textos dispersos**. Lisboa: Socius, 1998.

BOURDET, Yvon. Karl Marx y la autogestion. In.: Consejos obreros y democracia socialista. **Cuadernos de Pasado y Presente**. n. 33. México. 1977.p. 57-74.

_____. Les conditions de possibilité de l'autogestion. In.: Revue **Autogestion et socialisme**. Paris: Anthropos, septembre-décembre 1969. Cahier n. 9-10, p. 59-88..

BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais**. Lisboa: Presença, 1981.

BRAVO, Gian Mário. **Les socialistas avant Marx**. Paris: François Maspero, 1970. Tomos I, II e III.

BRINTON, Maurice. **Os bolcheviques e o controle operário**. Porto: Afrontamento, 1975.

BRINTON, Maurice. Prefácio. In.: MAILER, Phil. **Portugal: a**

revolução impossível? Porto: Afrontamento, 1978;

BRUHAT, Jean. **Histoire du mouvement ouvrier français**. Tome I – Des origines a la révolte des canuts. Paris: Éditions Sociales, 1952.

BRUNO, Lúcia. **O que é autonomia operária**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. Gestores: a prática de uma classe no vácuo de uma teoria. In: **Organização, trabalho e tecnologia**. Lúcia Bruno & Cleusa Saccardo [coord.]. São Paulo: Atlas, 1986.

BUBER, Martin. **O socialismo utópico**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

CARONE, Edgard. **A IIª Internacional pelos seus Congressos (1889-1914)**. São Paulo: Editora Anita; Editora da USP, 1993.

_____. **Socialismo e anarquismo no início do século**. Petrópolis: Vozes, 1995

CARVALHO, Daniel Proença de. **Cinco casos de injustiça revolucionária**. Lisboa: Edição do Autor, 1976.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

CASTORIADIS, Cornelius. **A experiência do movimento operário**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. As relações de produção na Rússia. In.: Cornélius Castoriadis. **A sociedade burocrática 1: as relações de produção na Rússia**. Porto: Afrontamento: 1979. p. 177-242.

_____. La burocracia yugoeslava. In.: Castoriadis, C. **La sociedade burocrática 2: la revolución contra la burocracia**. Barcelona: Tusquets Editor, 1976.

_____. **Socialismo ou barbárie: o conteúdo do socialismo**.

São Paulo: Brasiliense, 1983.

CLARO, Mauro. **UNILABOR**: desenho industrial, arte moderna e autogestão operária. São Paulo: Editora Senac de SP, 2004.

CORÁGIO, José L. Problematizando a economia solidária e a globalização alternativa. Intervenção no Encontro de Economia Solidária do Quebec/2001. [mimeo.]

COSTA, Francisco; RODRIGUES, Antônio. **O Caso República**: documentos, entrevistas, comentários. Lisboa: Edição dos Autores, 1975.

COSTA, Ramiro da. **Elementos para a história do movimento operário em Portugal**. [2º Volume – 1930-1975]. Lisboa: Assírio & Alvim, 1979.

CUNHAL, Álvaro. **A Revolução Portuguesa**: o passado e o futuro. [Relatório aprovado pelo CC do PCP para o VIII Congresso]. Lisboa: Ed. Avante, 1976.

DAHL, Robert A. **Um prefácio à democracia econômica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

DEBÓRINE, Abram. Jean Meslier (1664-1729). In.: **Utopia e utopistas franceses do Século XVIII**. Vasco de Magalhães-Vilhena (Org.). Lisboa: Livros Horizonte, 1980. p. 45-62.

DECCA, Edgar S. de. **O nascimento das fábricas**. São Paulo: Brasiliense: 1993. [Coleção Tudo é História]

Democracia e Autogestão. **Revista Temporales**/Departamento de História, FFLCH/ USP. São Paulo: Humanitas; FFLCH/ USP, 1999.

Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade: novos caminhos para a inclusão social. Márcio Pochmann [org.]. São Paulo: Cortez; Fundação Perseu Abramo, 2002.

DESROCHE, Henri. **Histoires d'économies sociales: d'un Tiers État aux tiers secteurs. 1791-1991.** Paris: Syros/Alternativas, 1991. Cap. 1 – En préhistoire européenne.

_____. **Pour un traité d'économie sociale.** Paris: Coopérative d'Information et d'Édition Mutualiste, 1983.

_____. Pratique coopérative et parti ouvrier (1876-1879). In.: Henri Desroche. **Solidatirés ouvrières.** Tome I – Sociétaires et compagnons dans les associations coopératives (1831-1900). Paris: Les Editions Ouvrières, 1981. p. 99-123.

DIL, Fernando; PINA, Carlos. **Operação República: a política de uma crise: uma análise independente.** Lisboa: Edições Terceiro Mundo, 1975.

DRULOVIC, Milojko. **A autogestão à prova.** Lisboa: Seara Nova, 1973.

DUBOIS, Pierre. Du travail divise au travail autogere: problèmes posés par les infrastructures techniques. In.: Revue **Autogestion et Socialisme.** n. 43. Mars 1979. p. 43-56.

_____. La séquestration. In.: Revue **Sociologie du Travail,** 4/73, Paris, octobre-décembre.

_____. **Le sabotage dans l'industrie.** Paris: Calmann-Levy, 1976.

DULLES, John W. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935).** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

DUVIGNAUD, Jean. Geroges Gurvitch: une théorie sociologique de l'autogestion. Revue **Autogestion.** Paris: Anthropos, decembre 1966. Cahier n. 1, p. 5-57.

Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Gabriel Kraychete, Francisco Lara, Beratriz Costa

(Organizadores). – Petrópolis, RJ: Vozes: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.

EISFELD, Rainer. A “Revolução dos Cravos” e a política externa: o fracasso do pluralismo socialista em Portugal a seguir a 1974. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 11, maio de 1983. p. 95-129.

_____. Influências externas sobre a revolução portuguesa: o papel da Europa ocidental. In.: **Conflitos e mudança em Portugal: 1974-1984**. Eduardo de Sousa Ferreira & Walter C. Opello Jr [Orgs.]. Lisboa: Teorema, 1985.

El Segundo Congreso de Autogestores de Yugoslavia. Stevan Starcevic... [et ali.]. Beograd: Medunarodna Politika, 1972.

Empresa social e globalização: administração autogestionária: uma possibilidade de trabalho permanente. [Prefácio de Paul Singer}. Anteag, São Paulo, 1998.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Lisboa: Editorial Estampa, 1978.

_____. Introdução. In.: Marx, Karl. **A guerra civil na França**. São Paulo: Global, 1986.

ESTEVES, Egeu G. Sócio, trabalhador, pessoa: negociações de entendimentos na construção cotidiana da autogestão de uma cooperativa industrial. (Dissertação de Mestrado em Psicologia Social). São Paulo: USP, 2004.

ESTRELA, A. de Vale. A reforma agrária portuguesa e os movimentos camponeses: uma revisão crítica. **Análise Social**, vol. XIV (54), 1978 – 2, 2129-263.

FANTIM, Márcia. Os significados da experiência de gestão de uma mina pelos trabalhadores em Criciúma/SC nas malhas das relações de poder. Florianópolis: UFSC, 1992. [Dissertação de

Mestrado em Antropologia Social.].

FARIA, Maurício Sardá de. “...se a coisa é por aí, que autogestão é essa?” Um estudo da experiência “autogestionária” dos trabalhadores da Makerli Calçados. Florianópolis, UFSC, 1997. [Dissertação de Mestrado em Administração].

_____. Massa-Falida CBCA: proposta de leitura weberiana numa experiência de gestão operária. Florianópolis: UFSC, 1992.

FAY, Victor. **L'autogestion**: une utopie réaliste. Paris: Syllepse, 1996.

FELICI, Isabelle. A verdadeira história da Colônia Cecília de Giovanni Rossi. **Cadernos AEL: Anarquismo e Anarquistas**. Campinas: Unicamp/IFCH, v.8/9, 1998. p. 10-61.

FERREIRA DA COSTA, Fernando & KOULYTCHISKY, Serge. **Le coopérativisme au Portugal**. Paris: Revue des Etudes Cooperatives, 1978.

FERREIRA, José Maria Carvalho. O enquadramento das lutas operárias urbanas após o 25 de Abril de 1974. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 15/16/17. maio de 1985.

_____. **Portugal no contexto da “transição para o socialismo”**: história de um equívoco. Blumenau: Editora da FURB, 1997.

FOURIER, Charles. **El nuevo mundo industrial y societario**. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

GAIGER, Luiz Inácio; BESSON, Marinês; LARA, Fernando; e SOMMER, Ivan. **A Economia Solidária no RS**: viabilidade e perspectivas. Cadernos Cedope, UNISINOS. Ano 10, n 15, 1999.

GERALDO, Endrica. Práticas libertárias do Centro de Cultura

Social Anarquista de São Paulo (1933-1935 e 1947-1951).
In.: **Cadernos AEL: Anarquismo e Anarquistas**. Campinas:
Unicamp/IFCH, v.8/9, 1998. p. 165-192.

GIDE, Charles & RIST, Charles. **Histoire des doctrines économiques**: depuis les physiocrates jusqu'à nous jours.
Paris: Dalloz, 2000.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado**: para além do
socialismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. **O socialismo difícil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
p. 117-156.

GOULART, Serge. Apresentação. In.: NASCIMENTO, Janaína
Q. **Fábrica quebrada é fábrica ocupada; Fábrica ocupada
é fábrica estatizada**: a luta dos trabalhadores da Cipla e
Interfibra para salvar 1000 empregos. Março de 2004.

_____. Estatização versus cooperativa: a luta para salvar
1070 empregos. [mimeo] Serge Goulart, membro do Conselho
Unificado dos Trabalhadores da Cipla/Interfibra/Flasko. s/d.

GUÉRIN, Daniel. El anarquismo en la revolución rusa.
In.: Guérin, D. **El anarquismo**. Buenos Aires: Altamira;
Montevideo: Nordan-Comunidad, 1992.

GUESLIN, André. **L'Invention de l'économie sociale**: le XIX^e
siècle français. Paris: Ed. Économica, 1987.

GUIGUE, Bruno. **L'Économie solidaire**: alternative ou
palliatif. Paris-Montréal: Harmattan, 2001.

GUILLERM, Alain & BOURDET, Yvon. **Autogestão**: uma
mudança radical. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

GURVITCH, G. **Proudhon e Marx**. Lisboa: Editorial
Presença; Brasil: Livraria Martins Fontes, 1980.

HARDMAN, Francisco Foot & LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**: das origens aos anos 20. São Paulo: Global Ed., 1982.

HARDMAN, Francisco Foot. **Nem pátria, nem patrão!** Vida operária e cultura anarquista no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1983.

HILLESHEIM, Marileia. Autogestão – a experiência das organizações autogestionárias do setor cristaleiro de Blumenau e Indaial. Florianópolis/SC, UFSC, 2002. [Dissertação de Mestrado em Sociologia Política].

HOBSBAWM, Eric J. Marx, Engels y el socialismo pré-marxiano. In.: **Historia del marxismo**. (1) El marxismo en tiempos de Marx. Barcelona: Editorial Bugrera, 1979. p. 39-82.

Hobsbawm, Eric. Os destruidores de máquinas. In.: Eric Hobsbawm. **Pessoas extraordinárias**: resistência, rebelião e jazz. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 15-33.

KRIEGEL, Annie. **As internacionais operárias**. Amadora/PT: Bertrand, 1974.

KROPOTKIN, Pedro. **El apoyo mutuo**: un factor de la evolución. Madrid: Zero, 1970.

LAFARGUE, Paul. **Direito à preguiça**. São Paulo: Hucitec; Editora da UNESP, 1999.

LATOUCHE, Serge. Malaise dans l'association ou pourquoi l'économie plurielle et solidaire me laisse perplexe. In.: **Association, démocratie et société civile**. Jean-Louis Laille, Allain Caillé, Philippe Chanial et. Al. Paris: La Découverte, 2001. p. 17-27.

LAVERGNE, Bernard. **Le socialisme à visage humain**. L'ordre coopératif. Paris: PUF, 1971.

LEBOUTTE, Paulo. **Economia popular solidária e políticas públicas**: a experiência pioneira do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, ITCP/COPPE, 2003.

LEME, Dulce Maria Pompeu de Camargo. **Trabalhadores ferroviários em greve**. Campinas: Editora da Unicamp, 1986. (Série Teses).

LIMA, Mariangela Alves de & VARGAS, Maria Thereza. Teatro operário em São Paulo. In.: PRADO, Antonio A. **Libertários no Brasil**: memória, lutas, cultura.. Antonio Prado [org.] São Paulo: Brasiliense, 1986.p. 162-250

LIP: os trabalhadores tomam conta da empresa. Porto: Afrontamento, 1974.

LOJKINE, Jean. **O tabu da gestão**: a cultura sindical entre contestação e proposição. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LOURENÇO, Gabriela; COSTA, Jorge; PENA, Paulo. **Grandes Planos**: oposição estudantil à ditadura – 1956-1974. Lisboa: Âncora; Associação 25 de Abril, 2001.

LUCENA, Manuel de. A revolução portuguesa: do desmantelamento da organização corporativa ao duvidoso fim do corporativismo. **Revista Análise Social**, Vol. XIII (51), 1977 – 3º., 541-592.

LUXEMBURG, Rosa. **Huelga de masas, partido y sindicatos**. Córdoba/Argentina: Ediciones Pasado y Presente, 1972.

_____. **Reforma social ou revolução?** São Paulo: Global, 1986.

MAILER, Phil. **Portugal**: a revolução impossível? Porto: Afrontamento, 1978;

MAITRON, Jean. **Le syndicalisme révolutionnaire**. Paul Delesalle. Paris: Les Éditions Ouvrières, 1952.

MALLET, Serge. L'après-mai 1968: grèves pour le contrôle ouvrier. In.: Revue **Sociologie du Travail**, 4/73, Paris, oct./déc.

MANDEL, Ernest. **Controle obrero, consejos obreros, autogestión**. [Antologia]. México: Ediciones Era, 1977.p. 23

MANDEL, Ernest. **Da Comuna à Maio de 68**. Lisboa: Antídoto, 1979.

MARCUSE, Herbert. **Razão e Revolução: Hegel e o advento da teoria social**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARGLIN, Stephen A. Origem e função do parcelamento das tarefas: para que servem os patrões? In.: **Crítica da divisão do trabalho**. André Gorz [org.]. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MARTINS, Luci Helena. Reflexões sobre um acontecimento social na área fabril. A experiência autogestionária da Makerli. Franca/SP, **UNESP**, 1998. [Tese de Mestrado em Serviço Social].

MARTINS, Maria Belmira. **As multinacionais em Portugal**. Lisboa: Editorial Estampa, 1976.

MARTINS, Maria Belmira. **Sociedades e grupos em Portugal**. Lisboa: Editorial Estampa, 1973.

MARTINS, Oliveira. **Portugal Contemporâneo**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1996.

MARX, Karl. **Capítulo VI Inédito de O Capital**: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Moraes, s/d.

_____. Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores. (1864). In.: Karl Marx & Friedrich Engels. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega. Vol. I. p. 313-321.

_____. Manuscritos econômico-filosóficos. Terceiro manuscrito. In.: Karl Marx. **Manuscritos econômico-**

filosóficos e outros textos escolhidos. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os Pensadores).

_____. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte.** In.: Karl Marx. O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 17-143.

_____. **O Capital:** crítica da economia política. Livro Primeiro. Vol. I. São Paulo: Civilização Brasileira: 1992.

_____. **O capital:** crítica da economia política. Volume I. Livro I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Martin Claret, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã** (I – Feuerbach). São Paulo: Hucitec, 1989.

MEISTER, Albert. Quelques aspects historiques de l’associationnisme en France. In.: Albert Meister. **Vers une sociologie des associations.** Paris: Les Editions Ouvrières, 1972. p. 49-108.

MICHELET, Jules. **História da Revolução Francesa:** da queda da Bastilha à festa da Federação. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MOISSONNIER, Maurice. **Les Canuts:** “Vivre en travaillant ou mourir en combattant”. Paris: Messidor/Éditions Sociales, 1988.

MONTEIRO, Lúcia E. Bruno de Barros. Portugal: o “COMBATE” pela autonomia operária. **PUC.** São Paulo, 1992. [Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais].

MOTHÉ, Daniel. Développement Durable, capital culturel, éducation populaire et autogestion. 2004. [mimeo].

_____. L’autogestion du concept à la pratique. 2004. [mimeo.]

_____. **L'autogestion goutte à goutte**. Paris, Éditions du Centurion, 1980.

MOTTA, Fernando C. P. **Participação e cogestão: novas formas de administração**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

MOZZICAFREDDO, Juan Pedro. Etat, mouvements et luttes sociales: processus politique portugais 1974 –1976. [These présentée pour l'obtention du grade de docteur. **Université de Montpellier I**, décembre 1985.].

MUSSO, Pierre. **Saint-Simon et le saint-simonisme**. Que sais-je? Paris: PUF, 1999.

Mutirão autogestão. Associação dos Trabalhadores da Região da Mooca, 1994.

NASCIMENTO, Claudio. **As Lutas Operárias Autônomas e Autogestionárias**. Rio de Janeiro: Cedac, 1986.

_____. Autogestão e economia solidária. In.: Democracia e Autogestão. **Revista Temporales**/Departamento de História, FFLCH/USP. Universidade de São Paulo. São Paulo: Humanitas; FFLCH, 1999. p. 97-145.

_____. Do “Beco dos Sapos” aos canaviais de Catende. (Os “ciclos longos” das lutas autogestionárias). Brasília, Senaes, abril de 2005. [mimeo.].

_____. O Programa da Comuna. In: **A Comuna de Paris: história e atualidades**. São Paulo: Ícone, 2002. [Biblioteca Espaço Marx]

_____. **Oposição sindical no exílio: sindicalismo e autonomia**. [mimeo]. Projeto de pesquisa. S/d.

NASCIMENTO, Janaína Quitério. **Fábrica quebrada é fábrica ocupada; Fábrica ocupada é fábrica estatizada: a**

luta dos trabalhadores da Cipla e Interfibra para salvar 1000 empregos. Março de 2004.

NAVILLE, Pierre. **Le temps, la technique, l'autogestion**. Paris: Syros, 1980.

_____. **Pouvoir militaire et socialisme au Portugal**. Paris: Éditions Anthropos, 1975.

ODA, Nilson Tadashi. Gestão e trabalho em cooperativas de produção: dilemas e alternativas à participação. **USP**, São Paulo, 2001. [Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção].

OITICICA, José. **A doutrina anarquista ao alcance de todos**. Lisboa: A Batalha, 1976.

Outra cidade é possível: alternativas de inclusão social em São Paulo. Márcio Pochmann [Org.]. São Paulo: Cortez, 2003.

OWEN, Robert. *Le livre du nouveau monde moral* (1836-1844). In.: BRAVO, G. M. **Les socialistas avant Marx**. Paris: François Maspero, 1970. Tome II. p. 49.

PANNEKOEK, Anton. Conselhos Operários. In: Pannekoek, A., Salvadori, M., Magri, L., e Gerratana, V. **Conselhos Operários**. Coimbra: Centelha, 1975.

PARRA, Henrique Z. Liberdade e necessidade: empresas de trabalhadores autogeridas e a construção sócio-política da economia. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: **USP**, 2002.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PEDREIRA Filho, Valdemar dos Santos. **Comissões de fábrica**: um claro enigma. São Paulo: Entrelinhas/Cooperativa Cultural da UFRN, 1997.

PETITFILS, Jean-Christian. **Os socialistas utópicos**. São

Paulo: Círculo do Livro, 1977.

PINHEIRO, Paulo Sérgio & HALL, Michael M. **A classe operária no Brasil: 1889-1930.** Documentos, Vol.II. Condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado. São Paulo: Brasiliense; Campinas: FUNCAMP, 1981.

PINHO, Ivo. Sector público empresarial: antes e depois do 11 de Março. **Análise Social**, vol XII (47), 1976-3, 733-747.

PIRES, José. Greves e o 25 de Abril. Lisboa: Edições BASE, s/d.

POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado:** exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999.

POLANYI, Karl. **A grande transformação:** as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

Políticas de inclusão social: resultados e avaliação. Márcio Pochmann [Org.]. São Paulo: Cortez, 2004.

Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Boaventura de Souza Santos [org.]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (Reinventar a emancipação social: para novos manifestos; 2).

PROUDHON, P. J. **La capacidad política de la clase obrera.** Madrid: Júcar, 1977.

PROUDHON, P. J. Manifesto Eleitoral do Povo. In.: GUÉRIN, Daniel. **Proudhon.** Textos escolhidos. [Seleção e notas Daniel Guérin]. Porto Alegre: L & PM, 1983.

QUIJANO, Anibal. Sistemas Alternativos de Produção? In.: **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. Boaventura de Souza Santos [Org.]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

RAGO, Luzia Margareth. O controle da fábrica: os anarquistas e a autogestão. In.: Luzia Margareth Rago. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAZETO, Luiz. **Economia popular de solidaridad**: identidad y proyecto en una visión integradora. Santiago/Chile: Area Pastoral Social da Conferência Episcopal de Chile, 1986.

RÉBON, Julian. **Desobedeciendo al desempleo**: la experiencia de las empresas recuperadas. Buenos Aires: Ediciones P. ICA. SO/La Rosa Blindada, 2004.

REEVE, Charles. **Portugal**: a concepção golpista da revolução social. Lisboa: Editorial Meridiano, 1976.

RODRIGUES, Francisco Martins. 25 de Novembro: como a esquerda foi encurralada. In.: Francisco Martins Rodrigues. [Coord.] **O futuro era agora**: o movimento popular e o 25 de Abril. Lisboa: Edições Dínamo, 1994.

RODRIGUES, Iram Jácome. **Sindicalismo e política**: a trajetória da CUT. São Paulo: Scritta, 1997.

ROSANVALLON, Pierre. **La autogestion**. Madri: Editorial Fundamentos, 1979.

_____. Le droit au travail: histoire d'un problème. In.: Pierre Rosanvallon. **La nouvelle question sociale**. Paris: Éditions du Seuil, 1995. p. 131-161.

RUDE, Fernand. **Les révoltes des Canuts** (novembre 1831 – avril 1834). Paris: François Maspero, 1982.

RUSS, Jacqueline. **La pensée des précurseurs de Marx**. Paris-Bruxelles-Montréal: Bodas, 1973.

SABINO, Amadeu Lopes. **Portugal é demasiado pequeno**

(1974-1976). Coimbra: Centelha, 1976. p. 79-139.

SAINT-SIMON, C.-H. de. **La Physiologie Sociale**. Oeuvres Choiesies. G. Gurvitch [Introduction et notes]. Paris: PUF, 1965.

SAINT-SIMON, Henri. Parábola de Saint-Simon (1819). In.: **O socialismo pré-marxista**. São Paulo: Global, 1980.

SANTILLÁN, Diego Abad. **Organismo econômico da revolução: a autogestão na revolução espanhola**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SANTOS, Américo Ramos dos. Desenvolvimento monopolista em Portugal (fase 1968-1973: estruturas fundamentais. *Análise Social*, Vol. XIII (49), 1977, p. 69-95.

SANTOS, Maria de Lurdes Lima; LIMA, Marinús Pires de; FERREIRA, Vitor Matias. **O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas**. Porto: Afrontamento, 1976. (Vol.1).

SILVA, Lorena Holzmann. Limites e obstáculos à participação democrática. In.: Paul Singer & André R. De Souza. **A Economia solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 49-62.

_____. Operários sem patrão: estudo da gestão das cooperativas industriais Wallig. São Paulo: USP, 1992. [Tese de Doutorado em Sociologia].

SILVA, Tânia N. A participação dos cooperados na gestão de cooperativas de produção: uma análise da separação entre propriedade e controle. (Dissertação de Mestrado em Administração). São Paulo: USP, 1994.;

SIMÃO, Azis. **Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo**. São Paulo: Dominus Editora, 1966.

SIN PATRÓN: fábricas y empresas recuperadas por sus

trabajadores: una historia, una guía. Buenos Aires: Lavaca, 2004.

SINGER, Paul & SOUZA, André Ricardo. [Org.] **A economia solidária no Brasil**: autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. A cooperativa é uma empresa socialista. In.: **Sindicalismo e cooperativismo**: a economia solidária em debate: transformações no mundo do trabalho. Gonçalo Guimarães [org.]. Rio de Janeiro, Unitrabalho, s/d.

_____. **A economia solidária no governo federal**. Revista Mercado de Trabalho. IPEA, Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2004.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In.: **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Boaventura de Souza Santos [Org.] Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. Desemprego: uma solução não capitalista. In.: **Teoria e Debate**, revista trimestral da Fundação Perseu Abramo, do Partido dos Trabalhadores. No. 32. jul/ago/set 96.

_____. Economia socialista. In.: Paul Singer e João Machado. **Economia socialista**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996.

_____. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In.: **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. Paul Singer e André Ricardo de Souza (organizadores). São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **Uma utopia militante**: repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

SIZANOSKI, Raquel. O novo dentro do velho: cooperativas

de produção agropecuária do MST (possibilidades e limites na construção de outro coletivo social). Florianópolis: UFSC, 1998. [Dissertação de Mestrado em Sociologia política].

SOARES, Mário. Portugal e a transição para a democracia: um testemunho pessoal. In.: **Portugal e a transição para a democracia: 1974-1976/I** Curso Livre de História Contemporânea; coord. científ. Fernando Rosas. Lisboa: Fundação Mário Soares – I.H.C. – F.C.S.H., 1999.

STORCH, Sérgio. Uma perspectiva estrutural sobre cooperativas industriais. In.: **Participação e participações: ensaios sobre autogestão**. Fernando C. Prestes Motta et al. Roberto Venosa [org.] São Paulo: Babel Cultural, 1987. p. 61-91.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. III – A força dos trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

TIRIBA, Lia Vargas et al. Autogestão e chão-de-fábrica: um ensaio inspirado nos trabalhadores da Remington. Rio de Janeiro: UFF, outubro/94. [mimeo.].

TOCQUEVILLE, Alexis. **Lembranças de 1848**: as jornadas revolucionárias em Paris. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

TRAGTENBERG, Maurício. **Administração, poder e ideologia**. São Paulo: Moraes, 1980.

_____. **Burocracia e ideologia**. São Paulo: Ática, 1985.

_____. Fim do socialismo ou crise do Estado burocrático. In.: **Plural** – Revista da APUFSC/SSIND. Ano I, n. 1, jul./dez. 1991. p. 28-36.

_____. **Marxismo heterodoxo**. Maurício Tragtenberg [Org.]. São Paulo: Brasiliense: 1981.

_____. **Memórias de um autodidata no Brasil**. Sonia Alem

Marrach [org.]. São Paulo: Escuta, 1999.

_____. **Reflexões sobre socialismo**. São Paulo: Moderna, 1986. (Coleção Polêmica).

_____. Uma prática de participação: as coletivizações na Espanha (1936/1939). In.: **Participação e Participações: ensaios sobre autogestão**. Fernando C. Prestes Motta [et.al.]; São Paulo: Babel Cultural, 1987. p. 21-60.

VALLE, Rogério. **Autogestão: o que fazer quando as fábricas fecham?** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

VARLIN, Eugéne. **Practica militante y escritos de un obrero comunero**. Madri: Zero, 1977.

VENOSA, Roberto. A evolução da participação nas organizações autogeridas iugoslavas. In.: **Participação e Participações: ensaios sobre autogestão**. Fernando C. Prestes Motta [et.al.]; São Paulo: Babel Cultural, 1987. p. 121-139.

VIEGAS, José Manuel P. Leite. Elites e cultura política: nacionalização e privatização no processo político português. Lisboa: **ISCTE**, 1994. [Tese deDoutoramento em Sociologia].

VIEIRA, Pedro Antônio. Control de la fuerza de trabajo y automatizacion de los medios de trabajo. **Universidad Nacional Autonoma de México**: México, D.F. 1995. [Tesis para obtener el grado de Doctor en Economia].

VIRIEU, François-Henri. **100.000 relógios sem patrão: processo LIP**. Lisboa: Assírio & Alvin, 1976.

WERNER, Helena Pignatari. **Raízes do movimento operário em Osasco**. São Paulo: Cortez, 1981.

Revistas

Atenção. Ano 2., n. 4. março de 1996. “Quando o operário vira patrão.” p. 28-31.

Autogestion et socialisme. Paris: Anthropos, juin-septembre 1978. Cahier n. 41-42.

Carta Maior, Agência de Notícias, 16/08/2004.

Emprego e Renda. DESEP/CUT. São Paulo, n. 2, novembro de 1999.

Flama, em 27 de junho de 1975.

IstoÉ. n. 1.288, 8/6/1994.

Revista da CUT São Paulo. CUT/SP, Ano 1, n. 1, dez. 2003.

Seara Nova. n. 1543, maio de 1974. p. 12-13. [Número Especial].

Vida Mundial, 26 de junho de 1975.

Documentos e jornais

Documento: **ADS/CUT e SEBRAE.** Programa de Ação Integrada para Economia Solidária e Desenvolvimento Local. São Paulo, s/d.

Documento: **ADS/CUT. A comercialização na economia solidária.** ADS/CUT, SEBRAE. São Paulo, 2002.

Documento: **ADS/CUT.** Autogestão: possibilidades e ambigüidades de um processo organizativo peculiar. ADS/CUT. São Paulo, s/d.;

Documento: **ADS/CUT.** Desenvolvimento local e economia solidária: proposta de políticas públicas municipais. ADS/CUT. São Paulo, s/d.

Documento: **ADS/CUT.** Elaboração de Planos de Negócios –

EES (Empreendimentos Econômicos Solidários). SEBRAE, ADS/CUT. Brasília, 2003.

Documento: **ADS/CUT**. Relatório de Atividades 2000. ADS – Agência de Desenvolvimento Solidária. São Paulo, 2001.

Documento: **Anteag**. Autogestão e economia solidária: uma nova metodologia. São Paulo, 2004.

Documento: **Anteag**. 1o Congresso Brasileiro dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão. Resoluções. São Paulo, 2003.

Documento: **Anteag**. Autogestão em avaliação. Anteag/IBASE, 2003.

Documento: **Anteag**. Autogestão: construindo uma nova cultura de relações de trabalho. São Paulo, 2000.

Documento: **Anteag**. Boletim Autogestão. n. 2 jun. /jul.2000. p. 4.

Documento: **Anteag**. Boletim Autogestão. n. 5. dez. 2000/jan. 2001.

Documento: **Anteag**. Boletim autogestão: As experiências de autogestão: acreditando no trabalho coletivo”. Anteag. N. 2 ano 1, novembro de 1994.

Documento: **Anteag**. Como salvar o emprego. Documentos do II Encontro Nacional dos Trabalhadores em Empresas em Autogestão. Maio/1995.

Documento: **Anteag**. Documentos do II Encontro Nacional da Anteag. Maio/95.

Documento: **Anteag**. Economia solidária e democracia. In.: Economia Popular Solidária: alternativa concreta de radicalização da democracia, desenvolvimento humano, solidário e sustentável. II Fórum Social Mundial, Porto Alegre 2002.

Documento: **Anteag**. Folder: s/d

Documento: **Anteag**. Modelo de Contrato Coletivo.

Documentos do II Encontro Nacional dos Trabalhadores em

Empresas em Autogestão. Maio/1995.

Documento: **Anteag**. Plano de gestão de sustentabilidade autogestionária para a Usina Catende – Projeto Harmonia. Anteag. 2005.

Documento: **Anteag**. Reestruturação industrial e autogestão. Documentos do II Encontro Nacional dos Trabalhadores em Empresas em Autogestão. Maio/1995.

Documento: **ATC**. Associação Brasileira de Autogestão – Ação Trabalho Capital. Modelos de Autogestão nas Empresas – Seminário Internacional. Junho de 1998. *Folder*.

Documento: **CNM/CUT**. 3º Congresso Nacional dos Metalúrgicos. Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT. Resoluções para os próximos 3 anos (1995-1998).

Revista dos Metalúrgicos -CNM/CUT. Edição Especial, 1995.

Documento: **CNM/CUT**. 4º Congresso Nacional dos Metalúrgicos. Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT. CNM/CUT, 1998.

Documento: **CUT**. 5º Congresso Nacional da CUT. Resoluções. CUT/Brasil. São Paulo, 19 a 22 de maio de 1994.

Documento: **CUT**. 10ª Plenária Nacional da CUT. Resoluções. São Paulo, 09 a 11/05/2002.

Documento: **CUT**. 6º Congresso Nacional da CUT. Resoluções e Registros. 13 a 17 de agosto de 1997. São Paulo. CUT Brasil.

Documento: **CUT**. Projeto de Desenvolvimento Solidário. Escola Sul. CUT Brasil, 1999. Texto-base do Seminário Regional Economia Solidária e Sindicalismo. Florianópolis, Escola Sul da CUT. agosto/99.

Documento: **CUT**. Relatório do Seminário Nacional: Empresas Autogestionárias e Cooperativas: alternativas ao desemprego? In.: A formação e os desafios da CUT. Caderno 4 – Autogestão

e cooperativismo. CUT Nacional, 1996.

Documento: **CUT**. Seminário Nacional de Economia Solidária. Projeto de Desenvolvimento Solidário. CUT Brasil. São Paulo, 24 e 25 de setembro de 1999. (Subsídios para o Debate).

Documento: **CUT**. Sindicalismo e Economia Solidária. Reflexões sobre o projeto da CUT. Publicação do GT Nacional Economia Solidária. CUT Brasil. Dezembro de 1999.

Documento: **CUT**. VIIº Concut – Congresso Nacional da CUT. Resoluções e Imagens. CUT Brasil. São Paulo, 2000.

Documento: Direitos Humanos, Políticas de Inclusão Social (1999-2000). **Governo do Estado do Rio Grande do Sul**, janeiro de 2001.

Documento: Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária. **GT Brasileiro de Economia Solidária/FSM**. 2004.

Documento: Programa de Economia Popular Solidária. Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Institucionais. **Governo do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, junho de 2001. [mimeo].

Documento: Programa Oportunidade Solidária: Soluções para o cidadão. **PMSP**, Governo da Reconstrução. Jul. 2001. p. 7-8.

Documento: Projeto de Seminário: Autogestão: a realização de um sonho. Outubro de 1994.

Documento: Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. Anexo. Secretaria Executiva da Rede. 2004. [mimeo]

Documento: **SEBRAE**. Associativismo na comercialização: histórias testadas e aprovadas em todo o Brasil. SEBRAE. Brasília, 2002.

Documento: **SENAES**. Características dos participantes do I ENEES. Senaes. s/d. [mimeo].

Documento: **SENAES**. Economia Solidária em Desenvolvimento. SENAES/MTE. Brasília, 2003.

Documento: Termo de Referência para Estabelecimento de Carta de Acordo para Incubação de Empreendimentos Populares Autogestionários. Projeto de Desenvolvimento Solidário. FAO – PMSP, São Paulo, 2002.

Folha de S.Paulo, 10/06/2003.

Folha de S.Paulo, 30/06/2003

Folha de S.Paulo, 01/08/95.

Folha de S.Paulo, 08/08/1999.

Folha de S.Paulo, 08/08/1999.

Folha de S.Paulo, 08/08/99.

Folha de S.Paulo, 20/11/1999.

Folha de S.Paulo, 25/07/1998. Artigo: “A volta por cima”.

Folha de S.Paulo, 26/08/1997.

Folha de S.Paulo, 29/05/1995.

Folha de S.Paulo, 29/07/2001.

Jornal CBCA Hoje. Ano 1, n. 3; Fev./Mar. 1992.

Jornal da Autogestão. Órgão Informativo das empresas em processo de autogestão. Novembro de 1993.

Jornal da Unisol Cooperativas – União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo. Número 1- Junho de 2000. Editorial.

Jornal DCI – Comércio, Indústria e Serviço. (Especial Cooperativas). São Paulo, 15 de agosto de 2003. 28p.

O Estado de S. Paulo, 30/10/1999.

Jornais e documentos 25 de Abril

- A Capital**, 02 de maio de 1974.
A Capital, 03 de junho de 1975.
A Capital, 04 de maio de 1974.
A Capital, 05 de agosto de 1974.
A Capital, 05 de maio de 1974.
A Capital, 05 de maio de 1974.
A Capital, 12 de julho de 1974.
A Capital, 14 de agosto de 1974.
A Capital, 18 de julho de 1974.
A Capital, 18 de julho de 1974.
A Capital, 20 de maio de 1975.
A Capital, 22 de junho de 1975.
A Capital, 23 de julho de 1974.
A Capital, 26 de julho de 1974.
A Capital, 27 de agosto de 1974.
A Capital, 28 de maio de 1974.
A Capital, 29 de maio de 1974.
A Capital, 3 de agosto de 1974.
Combate, Ano 1, n. 4, 19 a 25 de julho de 1974.
Combate, Ano 1, n. 2, 5 a 11 de julho de 1974.
Combate, ano 1, n. 7, 27/9 a 3/10/1974.
Combate, Ano 2, n. 26, 1 a 15 de julho de 1975.
Combate, Ano I, n. 17, 14 a 28 de fevereiro de 1975.
Combate, Ano I, n. 18, 28 de fev. a 14 de março de 1975.
Combate, Ano III, n. 48, fevereiro de 1977.

Combate, de 21 de junho de 1974. *Manifesto*.

Combate, Lisboa, ano 3, n. 46, 01/10 a 14/10/1976.

Jornal do Caso República, n. 1, 29 de maio de 1975.

Jornal do Caso República, n. 2, 03 de junho de 1975.

República, 10 de julho de 1975.

República, 02 de janeiro de 1975.

República, 02 de maio de 1974.

República, 03 de fevereiro de 1975.

República, 03 de março de 1975.

República, 04 de agosto de 1975.

República, 05 de abril de 1974.

República, 05 de setembro de 1974.

República, 05 de setembro de 1974.

República, 05 de setembro de 1975.

República, 06 de outubro de 1974.

República, 08 de agosto de 1975.

República, 09 de abril de 1975.

República, 10 de abril de 1975.

República, 12 de março de 1975.

República, 13 de agosto de 1975.

República, 13 de novembro de 1975.

República, 13 de outubro de 1975.

República, 14 de janeiro de 1975.

República, 15 de fevereiro de 1975.

República, 17 de maio de 1974.

República, 18 de maio de 1974.

República, 20 de novembro de 1975.

República, 20 de outubro de 1975.
República, 23 de maio de 1974.
República, 25 de novembro de 1974.
República, 25 de outubro de 1974.
República, 25 de outubro de 1975.
República, 26 de novembro de 1974.
República, 27 de maio de 1974.
República, 28 de maio de 1974.
República, 29 de abril de 1975.
República, 29 de abril de 1975.
República, 29 de maio de 1974.
República, 30 de janeiro de 1975.
República, 30 de maio de 1974.
República, 4 de agosto de 1975.
República, 8 de novembro de 1975.
República, dia 29 de junho de 1974.
República, 26/04/74. Artigo de Mário Mesquita.
República, 7 de maio de 1974. Suplemento Técnica e Civilização.

Acta do Congresso da Intersindical. Ano de 1975. 25 a 27 de julho de 1975. Porto: Sindicato dos Bancários do Norte, 1976.

CT da CNN – Cia Nacional de Navegação. Comunicado de 14 de julho de 1975.

EPP – Ata da reunião efetuada na Lisnave em 17/3/1976.

EPP – Entrevista com trabalhadores da Mague, 17/3/1976.

Intercomissões. Ata da 2ª Reunião, 22/7/1975.

Intercomissões. Convocação para o ato do dia 25/8/1975.

Lisnave. Relatório das atividades desenvolvidas pelo CDT a transferir para o novo conselho de trabalhadores e relatório da situação da empresa. Setembro de 1975.

Setenave. Ata da Assembleia Geral de Trabalhadores, de 16 de outubro de 1975.

Sousabreu. Manifesto dos Operários da Sousabreu: em autogestão há cinco meses.

TAP – Só lutando venceremos: lições dos últimos três meses e as novas perspectivas para a nossa luta.” Comitês Operários de Base da TAP, 25 de julho de 1974. 8p.

EDITORIA EM DEBATE

Muito do que se produz na universidade não é publicado por falta de oportunidades editoriais, quer nas editoras comerciais, quer nas editoras universitárias, cuja limitação orçamentária não permite acompanhar a demanda existente. As consequências dessa carência são várias, mas, principalmente, a dificuldade de acesso aos novos conhecimentos por parte de estudantes, pesquisadores e leitores em geral. De outro lado, há prejuízo também para os autores, ante a tendência de se pontuar a produção intelectual conforme as publicações.

Constata-se, ainda, a velocidade crescente e em escala cada vez maior da utilização de recursos informacionais, que permitem a divulgação e a democratização do acesso às publicações. Dentre outras formas, destacam-se os *e-books*, artigos *full text*, base de dados, diretórios e documentos em formato eletrônico, inovações amplamente utilizadas para consulta às referências científicas e como ferramentas formativas e facilitadoras nas atividades de ensino e extensão.

Os documentos impressos, tanto os periódicos como os livros, continuam sendo produzidos e continuarão em vigência, conforme opinam os estudiosos do assunto. Entretanto, as inovações técnicas assinaladas podem contribuir de forma complementar e, mais ainda, oferecer mais facilidade de acesso, bara-

teamento de custos e outros recursos instrumentais que a obra impressa não permite, como a interatividade e a elaboração de conteúdos inter e transdisciplinares.

Portanto, é necessário que os laboratórios e núcleos de pesquisa e ensino, que agregam professores, técnicos educacionais e alunos na produção de conhecimentos, possam, de forma convergente, suprir suas demandas de publicação como forma de extensão universitária, por meio de edições eletrônicas com custos reduzidos e em divulgação aberta e gratuita em redes de computadores. Essas características, sem dúvida, possibilitam à universidade pública cumprir de forma mais eficaz suas funções sociais.

Dessa perspectiva, a editoração na universidade pode ser descentralizada, permitindo que várias iniciativas realizem essa convergência com autonomia e responsabilidade acadêmica, editando livros e periódicos de divulgação científica conforme as peculiaridades de cada área de conhecimento no que diz respeito à sua forma e conteúdo.

Por meio dos esforços do Laboratório de Sociologia do Trabalho (LASTRO), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que conta com a participação de professores, técnicos e estudantes de graduação e de pós-graduação, a Editoria Em Debate nasce com o objetivo de desenvolver e aplicar recursos de publicação eletrônica para revistas, cadernos, coleções e livros que possibilitem o acesso irrestrito e gratuito dos trabalhos de autoria dos membros dos núcleos, laboratórios e linhas de pesquisa da UFSC e de outras instituições, conveniadas ou não, sob a orientação de uma Comissão Editorial.

Os editores

Coordenador

Fernando Ponte de Sousa

Conselho editorial

Adir Valdemar Garcia

Ary César Minella

Janice Tirelli Ponte de Sousa

José Carlos Mendonça

Maria Soledad Etcheverry Orchard

Michel Goulart da Silva

Paulo Sergio Tumolo

Ricardo Gaspar Muller

Valcionir Correa